Emilio Gozze Pagotto

(/) VARIAÇÃO E IDENTIDADE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem

Dezembro de 2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Emilio Gozze Pagotto

(/)

VARIAÇÃO E IDENTIDADE

Tese apresentada ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística, na área de Fonologia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Bernadete M. Abaurre

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Estudos da Linguagem

Dezembro de 2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
P149v
V ____ EX ____
TOMBO BC/ 49560
PROC 16-837/02
C ____ D X
PREÇO R$ 11,00
DATA 13/06/02
Nº CPD ____

CM00169106-4

BIB ID 243567

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

P149v

Pagotto, Emilio Gozze
Variação e(é) identidade / Emilio Gozze Pagotto. -- Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Orientador: Maria Bernadete M. Abaurre
Tese (doutorado) _ Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem

1. Língua Portuguesa - Fonologia. 2 Sociolingüística. 3. Análise do Discurso. 4. Língua Portuguesa - Palatalização. I. Abaurre, Maria Bernadete M. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título

Este exemplar é a redação final da tese defendida por Emilio Gozze Pagotto

e aprovada pela Comissão Julgadora em 12/04/2002.

Banca examinadora

Profa. Dra. Maria Bernadete Marques Abaurre (UNICAMP)
(Orientadora)

Profa. Dra. Dinah Callou (UFRJ)

Profa. Dra. Eni P. Orlandi (UNICAMP)

Prof. Dr. Pedro de Souza (UFSC)

Profa. Dra. Tania Maria Alkmin (UNICAMP)

Profa. Dra. Anna Christina Bentes (UNICAMP)
(Suplente)

Profa. Dr. Sirio Possenti
(Suplente)

Tese aprovada em 14 de dezembro de 2001.

UNICAMP 6391

Para Ruth
Sempre tão perto de mim

AGRADECIMENTOS

Quem de alguma maneira acompanhou o parto desse trabalho sabe que o caminho foi longo, durou mais tempo que devia. Maior o tempo, maior o número de pessoas a agradecer, que a generosidade, nesses tempos bicudos de generosidade, foi bastante comigo. Assim, devo agradecer:

À minha orientadora, Maria Bernadete Marques Abaurre pela paciência capixaba.

À banca de qualificação, que depois integrou a banca de defesa de Tese, professoras Eni Orlandi e Tânia Alkmin, pela atenção e recomendações.

Ao Pedro de Souza, pela leitura e comentários, cursos e discussões.

A Dinah Callou, pelo incentivo e pelos comentários.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação, Rosemeire e Rogério, prestativos eficazes.

A Tânia Ramos, pela cessão de inúmeros materiais, bibliografias, recortes de jornais e incentivo.

A Mary Kato e Leo Wetzels pelo envio de material bibliográfico

Aos professores Edair Gorski e Paulino Vandresen e Izete Kuhn, que franquearam o banco de dados do Varsul com uma permissividade espantosa e aos bolsistas que integram o banco, sempre tão atenciosos.

A Claudia Brescancini, pela disponibilidade de enviar textos pelo correio sem cobrar as despesas.

Ao Jairo, porque falou que eu tinha que terminar a tese e a quem teria que agradecer mesmo que não tivesse feito nada, mas me abrigou em sua casa e andou me enviando uns materiais.

Ao DLLV e seus membros, meus colegas, que me deixaram parcialmente livre para esse trabalho.

A Ana Luzia, pelas discussões e materiais cedidos.

A todos os amigos, que ficaram à espreita esperando a hora de comemorar.
A meus pais, que de vez em quando acendem uma vela por mim, graças a Deus.
Ao Henrique e ao Lucas, amigos de longa data.
A Ruth, que leu, comentou, revisou, traduziu e encorajou.

RESUMO

Nesta tese procura-se cumprir os passos básicos da pesquisa sociolingüística, ao mesmo tempo em que se olha para o caminho percorrido, como quem caminha e analisa as pegadas que vai deixando. Faz-se, assim, um estudo quantitativo nos moldes labovianos da cidade de Florianópolis, panorama de quentes questões envolvendo a identidade.

Partindo-se de como os conceitos de língua e de sujeito estão construídos no âmbito da Teoria da Variação e da Mudança e tendo em mente a identidade como problema central, propõe-se uma articulação desta teoria com a Análise do Discurso, buscando entender como se dá a relação entre o lingüístico e o social no processo de variação. Mais ainda, procura-se compreender os discursos de identidade na cidade de Florianópolis como uma maneira de interpretar os resultados obtidos no estudo quantitativo.

Uma vez que se toma como objeto de análise a realização das consoantes oclusivas alveolares, há também uma incursão no terreno da fonologia, especialmente da Fonologia de Geometria de Traços, a fim de entender o processo assimilatório envolvendo tais consoantes, usualmente descrito pelo rótulo de palatalização.

É a tese. Mas só a leitura a torna plena.

Palavras-chave: 1: Língua portuguesa - Fonologia; 2: Sociolingüística; 3: Análise do discurso; 4:Língua portuguesa - Palatalização.

SUMÁRIO

0.Fotografia aérea.....1

Capítulo 1

Variação como estrutura.....7

Capítulo 2

Identidade e discurso.....85

Capítulo 3

Fonologia das formas variantes.....169

Capítulo 4

Mergulhando na fala.....217

Capítulo 5

Balanço.....417

Referências Bilbiográficas.....445

SUMÁRIO

0. Fotografia Aérea 1

1. Variação como estrutura

1.1. Florianópolis, o caso de estudo 9
1.1.1. A ti, cidadão desassistido 9
1.1.2. Demografia, regiões administrativas 15
1.1.3. O processo de urbanização 16
1.1.4. Florianópolis - o dialeto 21
1.1.4.1. A realização das oclusivas alveolares diante de [i] 23
1.1.4.2. A questão sociolingüística 25
1.2. O natural e o social na pesquisa variacionista 27
1.2.1. Variável lingüística 29
1.2.1.1. A relação com a Lingüística 34
1.2.1.2. As regras variáveis e o diálogo com a Teoria Gerativa 40
1.2.2. A natureza dos dados em Labov 44
1.2.2.1. Multiplicidade controlada - as formas variantes 45
1.2.2.2. A noção de comunidade lingüística 50
1.2.2.3. Formas variantes como anagramas 55
1.2.2.3.1. Introdução 55
1.2.2.3.2. A noções de estilo e de vernáculo 57
1.2.2.3.3. A entrevista 62
1.3. O problema recolocado 65
1.3.1. Variação e identidade do sujeito 66
1.3.2. O sujeito da Variação e da Mudança 69
1.3.2.1. Introdução 69
1.3.2.2. A avaliação das formas variantes - um sujeito pseudo-intencional 70
1.3.2.3. O sujeito mental/biológico 73
1.3.2.4. Sujeito heterogêneo e identidade 79
1.4. Conclusão 82

2. Identidade e discurso

2.1. Introdução 87
2.2. As variáveis como lugares simbólicos 90

2.3. As variantes lingüísticas como rasuras 95
2.3.1. Variantes lingüísticas e significados sociais inerentes 95
2.3.2. A polissemia da forma variante 100
2.3.3. Identidade e heterogeneidade 102
2.3.4. Tipos de variante e identidade 106
2.3.5. Identidade como posição: outros sintomas 108
2.3.6. À guisa de conclusão 109
2.4. Sujeito e Identidade em Florianópolis 111
2.4.1. Introdução 111
2.4.2. As designações 113
2.4.2.1. Florianópolis, Desterro, Ilha da Magia - o outro usurpador 114
2.4.2.2 Nativo, ilhéu, manezinho, florianopolitano - o sujeito fora do tempo 124
2.4.3. O sujeito do moderno 143
2.4.4. Memória e identidade 146
2.4.4.1. Saudade como sintoma, memória como objeto 146
2.4.4.2. Memória em Florianópolis 149
2.4.4.3. Pureza perdida reencontrada - Franklin Cascaes 155
2.4.4.4. A saudade como dispositivo de discurso 162
2.4.5. Conclusão 165
2.5. As formas variantes e o discurso de identidade 167

3. Fonologia das formas variantes

3.1. Introdução 171
3.2. O natural e o social revisitados 172
3.2.1. O lugar do natural 172
3.2.2. A sociolingüística e a lingüística - o móbile e o véu 174
3.2.3. Fechando essas considerações iniciais 180
3.3. A fonologia da palatalização 181
3.3.1. A realização das consoantes oclusivas alveolares no dialeto de Florianópolis 181
3.3.2. Geometria de Traços 183
3.3.3. Quatro questões e um problema 189
3.3.4. A proposta de Hora (1990) 193
3.3.5. Africação, segmento de contorno e promoção de tier 195
3.3.5.1. Fonética das oclusivas 200
3.3.6. Uma proposta de tratamento 203

3.3.6.1. Resumindo o problema....203
3.3.6.2. Africação, aspiração e palatalização....205
3.3.6.3. Algumas conseqüências....212
3.3.7. Conclusão....214

4. Mergulhando na fala

4.1. Introdução....219
4.1.1. Metodologia....219
4.1.1.1. Coleta de dados....219
4.1.1.2. Grupos de fatores usados na codificação....221
4.1.1.3. Do processamento computacional....229
4.2. Resultados gerais....230
4.2.1. Os grupos de fatores lingüísticos....231
4.2.1.1. Sonoridade da variável....233
4.2.1.2. Contexto antecedente....236
4.2.1.3. Natureza da vogal que segue a variável....249
4.2.1.3.1. Vogal não realizada....253
4.2.1.3.2. Vogal realizada....256
4.2.1.3.3. Natureza da vogal [i] - pequeno resumo....262
4.2.1.4. Contexto seguinte à vogal....263
4.2.1.4.1. Fricativas em contexto seguinte à vogal [i]....266
4.2.1.4.2. Ponto de articulação no contexto seguinte à vogal [i]....269
4.2.1.4.3. Vogais no contexto seguinte à vogal [i]....277
4.2.1.4.4. O contexto de pausa....278
4.2.1.4.5. Pequeno resumo da atuação do contexto seguinte à vogal [i]....281
4.2.1.5. Posição da sílaba em que se encontra a variável....282
4.2.1.5.1. Posição da variável na palavra....284
4.2.1.5.2. Posição da variável com relação ao acento de palavra....286
4.2.1.5.3. Estrutura métrica lexical....289
4.2.1.6. Variável portadora ou não de acento de frase....293
4.2.1.7. Níveis morfológicos e classes de palavra....297
4.2.1.7.1. Posição morfológica da variável....298
4.2.1.7.2. Classes de palavras....300
4.2.1.7.2.1. Uma visão geral das classes....300
4.2.1.7.2.2. Uma olhada nos numerais....302
4.2.1.7.2.3. O clítico *te*....304

4.2.1.7.3. Outros controles lexicais....305
4.2.1.7.3.1. Alguns sufixos....306
4.2.1.8. Fatores lingüísticos - sumário....313
4.2.2. Fatores extralingüísticos....316
4.2.2.1. Introdução....317
4.2.2.2. Localidade dos falantes....319
4.2.2.3. Idade....320
4.2.2.4. Níveis de escolaridade....322
4.2.2.4.1. Faixas etárias e escolaridade....325
4.2.2.4.2. Escolaridade e faixas etárias nas diferentes localidades....327
4.2.2.4.2.1. Faixas etárias....327
4.2.2.4.2.2. Escolaridade....331
4.2.2.4.2.3. Escolaridade e faixas etárias na região urbana....332
4.2.2.5. Sexo dos falantes....334
4.2.2.6. Fatores sociais - resumo da ópera....342
4.3. Africadas em oposição....345
4.3.1. Introdução....345
4.3.2. Africadas em oposição - fatores sociais....345
4.3.2.1. Região....346
4.3.2.2. Idade....347
4.3.2.3. Escolaridade....350
4.3.2.4. Escolaridade e idade....351
4.3.2.5. Sexo....359
4.3.2.6. Fatores sociais nas africadas em oposição - pequeno resumo....364
4.3.3. Africadas palatais e não palatais - funcionamento lingüístico....365
4.3.3.1. Sonoridade....365
4.3.3.2. Contexto antecedente....368
4.3.3.3. Contexto seguinte à vogal [i]....370
4.3.3.4. Classes de palavras....374
4.3.4.Africadas em oposição - conclusão....382
4.4. Uma investigação individual....383
4.4.1. Introdução....383
4.4.2. Falantes individualmente na faixa etária mais jovem....386
4.4.3. Falantes individualmente com escolaridade universitária....391
4.4.4. Falantes da região urbana central na faixa etária 25-50 e escolaridade até o ensino médio....394
4.4.5. Falantes na faixa etária acima de 50 anos da região urbana central....397

4.4.6. Falantes da região rural, a partir de 25 anos....400
4.4.7. Uma visão geral dos informantes....402
4.4.8. Breve resumo....405
4.4.9. Os falantes e o acento de frase....406
4.5. Descrição dos resultados - considerações finais....412

5. Balanço
5.1. Introdução....419
5.2. HAVER....421
5.2.1. Introdução....421
5.2.2. Variação e fonologia....421
5.2.3. O sujeito da variação e o funcionamento social....423
5.2.3.1. Identidade e urbanidade....426
5.2.3.2. Escolaridade e identidade....428
5.2.3.3. Idade....430
5.2.4. Variação e discurso....432
5.2.4.1. Falantes desviantes, mudança e discurso....432
5.2.4.2. O estatuto da forma africada alveolar e o processo de variação....434
5.2.4.3. A voz da comunidade na voz dos falantes - as rasuras....436
5.3. DE VER....438
5.3.1. Introdução....438
5.3.2. Sexo....438
5.3.3. Testes de avaliação e outras abordagens....440
5.3.4. Novamente o estatuto da africada alveolar - uma nota derradeira....441
5.4. Quadro na parede....442

Abstract....443
Referências bibliográficas....445

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 - Resultados gerais da variável.....231
Tabela 2 - Realização da variável quanto à sonoridade.....234
Tabela 3 - Realização da variável [-voz] nos contextos acentuado e pós-tônico.....235
Tabela 4 - Resultados gerais das três variantes em função do contexto antecedente.....239
Tabela 4.1 - Aplicação da variante não africada [t,d], contra as africadas reunidas, segundo a nasalidade vogais antecedentes.....248
Tabela 5 - Resultados gerais em função do contexto imediatamente seguinte à variável.....252
Tabela 5.1 - Realização da variável em contexto de ditongo, segundo sua posição em relação ao acento primário.....259
Tabela 5.2 - Realização da variável em contexto de glide, segundo a vogal que o segue.....260
Tabela 5.3 - Realização da variável em contexto de /e/ → [ɪ], segundo a vogal que o segue.....261
Tabela 6 - Resultados gerais da variável em função do contexto após a vogal [i].....265
Tabela 7 - Realização da variante não africada [t,d] em contextos de fricativa seguinte à vogal, realizada ou não.....267
Tabela 7.1 - Aplicação da variante não africada [t,d] segundo o ponto de articulação no contexto seguinte à vogal [i].....273
Tabela 7.2 - Aplicação da variante não africada [t,d] segundo o ponto de articulação no contexto seguinte à vogal [i] sem os dados de queda de vogal.....274
Tabela 7.3 - Resultados da variante não africada [t,d] no cruzamento entre natureza da vogal e contexto seguinte à vogal, sem os dados de queda da vogal.....275
Tabela 6.1 - Resultados da variável em contexto de pausa seguinte à vogal [i].....279
Tabela 6.2 - Variável diante de pausa, em contextos acentuados e pós-tônicos.....279
Tabela 6.3 - Variável em contexto de pausa, com apagamento da vogal [i].....280
Tabela 8 - Resultados gerais da variável em função da posição na palavra.....285
Tabela 9 - Resultados gerais da variável em função da posição em relação ao acento de palavra.....287
Tabela 9.1 - Resultados gerais da variável em função da posição em relação ao acento de palavra.....288
Tabela 10- Resultados gerais em função da posição da variável na grade métrica da palavra.....291
Tabela 11 - Resultados gerais da variável em relação ao acento de frase.....293
Tabela 11.1 - Variante não africada [t,d] em estruturas métricas com acento primário,

segundo a incidência do acento de frase.....296
Tabela 12 - Resultados gerais em função da localização morfológica da variável.....299
Tabela 13 - Resultados gerais da variável em função da classe da palavra.....301
Tabela 13.1 - Variável segundo os itens lexicais **vinte**, **sete** (e **dezessete**).....303
Tabela 13.2 - Resultados do clítico segundo dois contextos lingüísticos.....305
Tabela 13.3 - Resultados da variante não africada segundo sufixos e contextos fonológicos específicos.....308
Tabela 13.4 - Aplicação da variante não africada [t,d] segundo sufixos em contextos fonológicos específicos.....310
Tabela 13.5 - Variável segundo os itens lexicais com sufixo **-nte** precedido de vogal /ã/.....312
Tabela 14 - Resultados gerais da variável em função da localidade onde moram os falantes.....319
Tabela 15 - Resultados gerais da variável segundo a faixa etária dos falantes.....321
Tabela 16 - Resultados gerais da variável, segundo a escolaridade dos falantes.....323
Tabela 17 - Resultados da variante não africada [t,d] em função da faixa etária e escolaridade.....325
Tabela 18 - Resultados da variável nos dados de região urbana, segundo faixa etária.....327
Tabela 19 - Resultados da variável nos dados da Zona Rural (Ribeirão da Ilha e Sertão do Ribeirão), segundo faixa etária.....328
Tabela 20 - Resultados da variável nos dados do Sertão do Ribeirão da Ilha, segundo faixa etária.....330
Tabela 21 - Resultados da variável, segundo a escolaridade dos falantes na região urbana central.....331
Tabela 22 - Resultados da variável, segundo a escolaridade dos falantes na região rural (Ribeirão da Ilha e Sertão do Ribeirão).....332
Tabela 23 - Resultados da variante não africada [t,d] em função da faixa etária e escolaridade, na região urbana central.....333
Tabela 24 - Resultados gerais segundo o sexo dos falantes.....334
Tabela 25 - Variável segundo sexo e faixa etária.....335
Tabela 26 - Variável segundo sexo e escolaridade.....337
Tabela 27 - Resultados da variável quanto ao sexo dos falantes na região urbana central.....338
Tabela 27.1 - Variável segundo sexo e faixa etária na região urbana central.....339
Tabela 28- Resultados da variável quanto ao sexo dos falantes na região rural.....340
Tabela 29 - Variável segundo sexo e faixa etária na região rural.....341
Tabela 30 - Resultados gerais das duas variantes africadas tomadas como formas concorrentes.....345
Tabela 31 - Realização da variante africada palatal, em oposição à africada não palatal, segundo a localidade dos falantes.....347
Tabela 32 - Realização da variante africada palatal, contra africação não palatal, em

função da faixa etária, na região urbana central.....348
Tabela 33 - Realização da variante africada palatal, contra africação não palatal, em função da faixa etária, na Freguesia do Ribeirão da Ilha.....348
Tabela 34 - Realização da variante africada palatal, contra a africada não palatal, em função da faixa etária, no Sertão do Ribeirão.....349
Tabela 35 - Realização da variante africada palatal, contra africação não palatal, em função da escolaridade, na região urbana central.....350
Tabela 36 - Resultados da variante africada palatal, em oposição à africada não palatal, em função de faixa etária e escolaridade, na região urbana central.....353
Tabela 37 - Realização da africada palatal segundo os três grandes grupos envolvendo idade e escolaridade na região urbana central.....355
Tabela 38 - Realização da variante africada palatal, em oposição à africada não palatal, segundo o sexo dos informantes na totalidade dos dados.....359
Tabela 39 - Aplicação da variante africada palatal, em oposição à africada não palatal, segundo sexo e idade, na região urbana central.....360
Tabela 40 - Aplicação da variante africada palatal, em oposição à africada não palatal, segundo sexo e escolaridade, na região urbana central.....361
Tabela 41 - Aplicação da variante africada palatal em oposição à africada não palatal, segundo sexo, idade e escolaridade, na região urbana central.....362
Tabela 42 - Realização da variante africada palatal, em oposição à africada não palatal, segundo a sonoridade da consoante.....366
Tabela 43 - Realização da variante africada palatal em função dos três grupos de informantes e sonoridade.....367
Tabela 44 - Realização da variante africada palatal em função do contexto antecedente.....369
Tabela 45 - Realização da variante africada palatal em função do contexto seguinte à vogal [i].....371
Tabela 46 - Realização da variante africada palatal, segundo a classe de palavras em que se encontra a variável.....375
Tabela 47 - Realização da variante africada palatal, segundo a classe de palavras em que se enontra a variável X grupos de falantes.....376
Tabela 48 - Realização da variante africada palatal em função dos três grupos de informantes e sonoridade, sem os dados de preposição **de** e pronome **a gente**.....379
Tabela 49 - Resultados dos informantes **16 H**, **15 r** e **16 h**.....384
Tabela 50 - Resultados da variável na faixa etária 15-23 anos , por informante.....387
Tabela 50.1 - Resultados dos informantes da faixa etária 15-23 anos com alto grau de africação.....388

Tabela 50.2 - Resultados dos informantes da faixa etária 15-23 anos com baixo grau de africação....389
Quadro 1 - Identificação dos informantes da faixa etária de 15-23 anos com alto grau de africação....390
Quadro 2 - Identificação dos informantes da faixa etária de 15-23 anos com baixo grau de africação....391
Tabela 51 - Resultados da variável para o grau de escolaridade universitário, por informante identificado individualmente....392
Quadro 3 - Identificação dos informantes com escolaridade universitária....393
Tabela 52 - Resultados da variável na faixa etária 25-50 anos, da região urbana central, por informante individualmente....394
Quadro 4 - Identificação dos informantes da região urbana central da faixa etária 25-50 anos - alta africação....395
Quadro 5 - Identificação de informantes da faixa etária 25-50, da região urbana central - **15 v, 15 d, 15 P, 15 p**....396
Quadro 6 - Identificação de informantes da faixa etária 25-50 anos, da região urbana central, com baixo grau de africação....396
Tabela 53 - Resultados da variável na faixa etária acima de 50 anos, da região urbana central, por informante individualmente....398
Quadro 7 - Identificação dos informantes da região urbana central, da faixa etária acima de 50 anos, por sexo e escolaridade....399
Tabela 54 - Resultados da variável entre os falantes acima de 25 anos, da região rural, por informante individualmente....400
Quadro 8 - Identificação dos informantes da região rural, da faixa etária acima de 25 anos, por sexo, escolaridade, idade e a localidade em que residem....401
Tabela 55 - Resultados dos informantes que têm percentual da variante não africada em acento de frase na direção oposta à sua média....408
Tabela 56 - Resultados dos informantes que têm percentual da variante não africada em posição de acento de frase inferior à sua média....410

ÍNDICE DE GRÁFICOS E FIGURAS

Mapa da Ilha de Santa Catarina 14
Gráfico 1 - Variável quanto à sonoridade 235
Gráfico 2 - Percentual de ocorrência das três variantes, em função do contexto antecedente 241
Gráfico 3 - Resultados dos contextos vocálicos mais relevantes 242
Gráfico 4 - Vogais não nasais no contexto antecedente 244
Gráfico 5 - Realização da variante não africada com vogais nasais e não nasais no contexto antecedente 245
Gráfico 5.1 - Pesos relativos das vogais antecedentes, segundo nasalidade, para a realização da variante não africada [t,d] 246
Gráfico 6 - Resultados gerais em função dos glides no contexto antecedente 247
Gráfico 7- Realização da variável em contextos de queda da vogal [i] 254
Gráfico 8 - Percentual de ocorrência da variante não africada, em função do tipo de vogal realizada 256
Gráfico 9 - Pesos relativos dos tipos de vogal realizada, para a ocorrência da variante não africada 257
Gráfico 10 - Realização da variável em função da fricativa em contexto seguinte à vogal [i] 266
Gráfico 11 - Percentual das variantes diante de consoantes labiais 270
Gráfico 12 - Realização da variante [t] em função da consoante alveolar seguinte 270
Gráfico 13 - Realização da variante não africada em contexto seguinte de consoantes palatais e velares 272
Gráfico 14 - Freqüência da variante não africada em função da vogal que segue o [i] 278
Gráfico 15 - Pesos relativos para a aplicação da variante não africada em posição acentuada, segundo estrutura métrica 292
Gráfico 16 - Freqüência da variante não africada segundo sufixo **-nte** em contextos nasais específico, com respectivos pesos relativos 311
Figura 2 - Distribuição de toda a amostra por falante individualmente, segundo o percentual da variantenão africada 316
Gráfico 17 - Freqüência da variante [t,d] em função de escolaridade e idade 326
Gráfico 18 - Variante não africada segundo idade, na região urbana e zona rural 329
Gráfico 19 - Resultados da variável na faixa etária 15-23 anos, segundo o sexo 336
Gráfico 20 - Resultado da variável entre os falantes universitários, segundo o sexo 338
Gráfico 21 - Resultados da variável na faixa etária de 15 a 23 anos, segundo sexo, na região urbana central 340
Gráfico 22 - Comparação entre os pesos relativos da variante não africada e da variante africada palatal, segundo escolaridade e idade 357

Gráfico 23 - Realização da africada palatal em função de consoantes no contexto seguinte ao [i] 372
Gráfico 24 - Comparação entre os percentuais de palatalização na preposição DE e nos demais itens com a variável sonora /d/..... 380
Gráfico 25 - Comparação da palatalização quando a variável é não sonora e quando se trata da forma A GENTE 380
Gráfico 26 - Resultados das três variantes por cada informante individualmente..... 403
Gráfico 27 - Percentual da variante não africada [t,d] por cada informante individualmente - na média e em contexto de acento de frase..... 407

Uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa completamente diferente.

(Miguel Livramento – Radialista e filósofo catarinense)

Fotografia aérea

O verde e o azul. Como era na chegada dos portugueses. E os recortes do litoral como picotes de criança ainda incertos na tesoura prematura. Vindo do norte, a paisagem aérea cria ângulos inacreditáveis. O desenho da ilha nunca se completa, como se só fosse perceptível do espaço cósmico. Uma baía dividida em duas e dentro da ilha quase um outro mar na lagoa que se espalha, dividida em duas ou quase; ou quase sendo o próprio mar, dividido em dois por estreitas faixas de areia. As montanhas se sucedem até não se saber onde acabam as montanhas ilhadas e onde começam as montanhas continentais, separadas pelo vale que virou baía. Por certas janelas, é como se só houvesse selva e feras, nenhuma trilha, nenhum caminho; por outras, montinhos de habitações, como erupções na pele. Há uma cidade ali.

Florianópolis pode ser definida pelo signo do dilema: cidade invadindo - sendo invadida pela mata virgem; matas lambidas pelo mar, quase na condição de se perder por sob a água; continente e ilha na mesma rede urbana; bois e cavalos exibindo saúde aos carros caros de muitos cavalos. Tecnologia e analfabetismo; passado e presente; calma e agressividade; os nativos e os de fora.

Florianópolis ou Desterro. O auto-designar-se já é doloroso. Cada vez que o passado é remexido, o nome volta a estampar a homenagem injusta - ela própria uma dicotomia filológica: flor ou baioneta. Carrega a dor de ser dilema, de ter à tona o dilema aberto em feridas não cicatrizadas, como os bairros que crescem rasgando a pele da mata. Busca desesperadamente assentar o traço comum, nivelador - tentando preservar a cor local que muda de tonalidade numa velocidade estonteante. Os gestos não sabem mais se podem ser a cordialidade proclamada ou a agressividade da batalha perdida em Anhatomirin, fortaleza onde o presidente cravou as mortes que lhe renderam a homenagem no nome da cidade ferida.

Florianópolis é uma cidade em guerra. Uma invasão de bárbaros cindiu sua calma estabilizadora - não menos louca - mas calma. Muito rápido, passou a deixar de ser "um pedacinho de terra perdido no mar", como diz a letra da canção; entrou na rota esquecida dos viajantes, ganhou estradas e aviões; e como o seu espelho agora é um cartão postal, não sabe mais quem é. Vive em guerra com o outro, que lhe roubou o espelho e comprou as

melhores paisagens; o outro que lhe mostrou ícones diferentes de classe e poder; o outro que ignora e o outro que admira.

Eu sou um outro. As janelas por onde espreito o lugar me estonteiam pela exuberância da paisagem e me angustiam pela dificuldade em desvelar a trama, por entender que é Florianópolis, quem é esse povo. E ao vê-lo, me vejo, por que eu sou o de lá, o outro, o que rasga um pedaço do véu da calmaria. Dessa posição, tento me puxar pelos cabelos, como o barão mentiroso, para uma posição mais alta, onde a paisagem se estruture sem mim. Mas isso já não é possível. E a minha subida ao ponto mais alto é o mergulho nos nós mais profundos dos fios do tecido.

O censo é uma janela que congela nascimentos e mortes, idas e vindas e apontou, em 2000, 331.784 almas, no município de Florianópolis. Como é tendência pelo mundo afora, essa figura administrativa que é o município não separa a teia maior do tecido urbano: são vários municípios que se interligam com a ilha por três pontes (a do cartão postal está desativada, ameaçada de cair - salvem a ponte Hercílio Luz) - São José, Palhoça, Biguaçu. O município se estende além da ilha, numa faixa do continente. A ilha tem núcleos com maior densidade populacional, outros com menor densidade. Praticamente todos eles são interligados por estradas asfaltadas. Afora a região central, os outros núcleos eram ilhas dentro da ilha - vilas de pescadores - algumas maiores, ou bem pequenas - que, em sua maioria, se tornaram balneários turísticos - uns mais famosos, outros, nem tanto. Alguns se tornaram quase cidades dentro da cidade. Não é uma geografia fácil de entender. O que se pode dizer é que quase todos se tornaram parte de um único organismo urbano, cujos membros se ligam por laços de emprego, ônibus, dinheiro, jornal. Tudo muito recente, fazendo a cidade girar no turbilhão das marés do progresso.

Mais que a geografia estatística, o discurso põe à mostra o drama da cidade: o de se reconhecer. Quem é o habitante, o morador, o nativo? Porque esse processo de expansão da teia urbana foi acompanhado de uma significativa migração de outros estados, especialmente gaúchos e paranaenses e de outras partes do estado. Junto com eles, a especulação imobiliária, jornais e televisões; e preconceito. É delicado falar disso tudo; escrevo como

estrangeiro, para estrangeiros. Tento entender o *manezinho*. De um lado, o nome da cidade é dilema, de outro, o substantivo pátrio - mais um dilema.

A imagem aérea me põe atônito. Só o vento sul parece aplacar os ânimos, colocando todos em casa a debulhar suas dores. Mas até ele divide a cidade em duas: na baía sul, as ondas crescem, quebram amarrações, arrastam barcos, investem contra as pedras, salpicando as ruas; e a poucos metros, um quilômetro ou dois, as águas da baía norte descansam plácidas - nem parece que o vento chegou.

capítulo 1

Variação como estrutura

O costume é a força
que fala mais forte que a natureza
E nos faz dar prova de fraqueza
(Noel Rosa)

1.1. Florianópolis, o caso de estudo

1.1.1. A ti, cidadão desassistido

A senhora Z. - promovida a informante - vai ensinando para a jovem entrevistadora onde ficava o quê, no tempo em que ela fazia o *footing* na Praça XV, que era o *footing* das meninas direitas (havia outro, mais abaixo, das moças mal faladas da cidade). Uma juventude interminável de passeios, bailes, brincadeiras, o espetáculo da limpeza do mercado. Aos poucos o relato vai dando lugar ao lamento: *mas tiraram toda a poesia. Tudo de bonito que existia tiraram, né? Virou uma cidade grande; virou uma cidade fria.* Tiraram tudo. É o lamento de uma ação sem sujeito expresso. Não foi um processo de geração espontânea, a ação de forças naturais desconhecidas; há um agente difuso, desconhecido, inominável, que tira, que rouba as referências deixando no lugar evocações. Esse é um traço marcante de Florianópolis: o lamento e a evocação. Cada boa tarde é uma elegia a um passado que se constrói como fundamento da sociedade. Florianópolis é lamento. Seu nome atual é um lamento pelos mortos chacinados a mando de Floriano Peixoto, quando da revolta federalista. Esse lamento veio substituir um outro: antes de ser a cidade de Floriano, era Desterro. O exílio é a imagem fundadora: os açorianos que aportaram no século XVIII, os estrangeiros que vieram a partir da década de 70, o presente, em que tantas senhoras Z. foram obrigadas a se exilar, do lugar que lhes tiraram.

A cidade vive uma guerra, com a superposição de dicotomias várias, que vão recobrindo o processo de identificação. De fato, a grande questão para Florianópolis hoje é a da identidade. Cidade turística, cidade moderna, zona rural, vila de pescadores, cidade de funcionários públicos, paraíso perdido, ilha da magia, cidade de migrantes, pólo da herança açoriana no sul. É com o processo de identidade que estamos lidando, e o faremos investigando o processo de variação lingüística. O traço escolhido é a realização das oclusivas dentais diante de /i/. Já o próprio enunciado é problemático: *o traço escolhido é a realização das oclusivas dentais diante de /i/.* O que ele nos coloca é a relação do sujeito com a língua na constituição de sua identidade. Entendido dessa maneira, estaria

pressuposta uma vinculação entre o nível fonético da realização fonológica com o processo de construção de identidade, o que nos levaria a colocar o material fonético da língua como submetido ao funcionamento do processo de identificação (cuja ordem, por enquanto, não definirei). Porém, ao redigir *relação do sujeito com a língua*, está-se pressupondo, por outro lado, uma autonomia do sistema lingüístico com o qual o sujeito está posto em relação (de vez que uma relação implica dois pólos autônomos que interagem de alguma maneira - o sujeito, de um lado; a língua, de outro).

Esse é o tema dessa tese: discutir a tensão entre o sujeito e a língua. Por tensão estou entendendo mais uma entidade colocada no plano da análise - da constituição teórica - do que propriamente algo do funcionamento "de fato" da língua. Ou seja, o problema consiste muito mais em como concebemos essa relação, ou melhor, em como ela pode ser concebida, dado o atual quadro dos estudos lingüísticos, do que propriamente dar conta do funcionamento do que acontece "de fato". As aspas aqui vão por conta da questão que estaremos colocando: a própria natureza do objeto - a língua – no processo de variação e mudança, que em Florianópolis se põe em face das transformações que a a cidade vem sofrendo nas últimas décadas - um processo de reurbanização fantástico (à semelhança do que ocorreu em outras capitais do país) e também um processo de migração bastante acentuado.

Tal processo de reurbanização teve como principais resultados a transformação de antigas vilas de pescadores em balneários turísticos, com conseqüências sobre o processo de ocupação do solo, o modo de sobrevivência dessas comunidades - que viviam basicamente da pesca e da agricultura e o modo de vida em geral - especialmente as expressões culturais desse modo de vida. Esse processo de reurbanização tem fortes ligações com a descoberta da cidade como pólo turístico - que data da década de oitenta para cá - e com a migração de habitantes de outros estados ou do interior do estado para trabalhar predominantemente no setor de serviços (públicos ou privados). Diferentemente de outras capitais, a migração para Florianópolis não se deu em função de um processo de industrialização acelerado e nem a um desestímulo à atividade agrícola no estado (embora este último fator também tenha

contribuído para o aumento da população). Recentemente a revista Veja explicitou o mote dessa migração:

> *Florianópolis é a única capital brasileira que não é também o centro industrial e econômico de seu Estado. Não é sequer a mais populosa(...)A mágica de seu crescimento deve-se a um fenômeno migratório único na História recente brasileira. O de gente em busca de qualidade de vida, não de prosperidade financeira. (...) O dado mais fresco disponível, fornecido pelo IBGE, informa que 29.000 brasileiros se mudaram para a capital catarinense entre 1991 e 1996. Isso representa quase 10% da população total. São, em sua maioria, integrantes da classe média, principalmente gaúchos e paulistas, que abrem mão de comodidades das grandes cidades pela natureza da Ilha de Santa Catarina. A Universidade Federal de Santa Catarina tem 1828 professores. Nada menos que 1590 não são ilhéus, como são chamados os nativos de Florianópolis. (Veja, ed. 1690, p. 79)*

O importante a destacar é que esse processo redundou em um grande embate em torno da identidade local. Jornais, livros, revistas, conversas de botequim, televisão - uma enormidade de discursos tenta se apropriar dessa identidade. No que nos interessa mais de perto, uma oposição que está posta de maneira mais ou menos explícita é aquela que contrapõe nativos e estrangeiros, os de-fora. O que estou querendo dizer é que, mais do que um contato dialetal e cultural *migrante X nativo*, essa oposição está posta nos discursos que tentam se apropriar do processo de identidade e nas próprias disputas de espaço político e econômico, como cargos de decisão, atividades econômicas e comerciais, ocupação imobiliária, etc. A transformação da cidade não tem acontecido, portanto, somente com as dores normais que esse processo traz (degradação do meio ambiente, modificação da paisagem, perda de espaço), mas com o embate colocado quanto ao papel que os de-fora desempenham nesse processo e a manutenção de uma certa identidade local (que obviamente só se coloca como um problema quando o outro está colocado como uma ameaça a essa identidade).

É no capítulo 4 que se encontra descrito o processo de variação com o qual estaremos lidando, realizado nos moldes clássicos da metodologia quantitativa. Mas a viagem desta tese a Florianópolis tem algumas escalas. Para chegar a ela, primeiramente esmiuçaremos alguns conceitos básicos da Teoria da Variação e da Mudança, os quais, de

uma forma ou de outra, estão pressupostos na descrição que é feita no capítulo 4. É deles que se ocupa o capítulo 1 e parte do capítulo 2.

Como os leitores que seguirem nosso *tour* poderão perceber, da leitura de Labov derivamos a hipótese de que a Teoria da Variação e da Mudança e a Análise do Discurso têm inúmeros pontos em comum, tais como a heterogeneidade e assujeitamento do sujeito, o funcionamento simbólico da língua, as noções de equívoco e esquecimento. Essa proximidade nem sempre é percebida, mas acredito que pode ser claramente depreendida dos textos labovianos. É em função dela que se propõe, no capítulo 2, uma leitura discursiva do processo de variação. Ao mesmo tempo, ainda no capítulo 2, teremos nossa primeira ida mais demorada a Florianópolis, empreendendo uma análise de enunciados que tratam da identidade na cidade. Tal reflexão, construída segundo os pressupostos da Análise do Discurso, expõe a complexidade da questão identitária, seus deslizes, suas idas e vindas. Mas se o que almejamos é a descrição sociolingüística, no capítulo 4, qual é a motivação para esta ser antecedida por uma discussão sobre a identidade em Florianópolis em termos discursivos? - pode o leitor perguntar, intrigado com nosso itinerário. Dada a discussão inicial, no capítulo 1, a análise empreendida no capítulo 2 seria a chave para a interpretação dos resultados em termos daquilo que na sociolingüística quantitativa é conhecido como o *encaixamento* da variável na estrutura social. Na concepção que estamos adotando aqui, como o leitor poderá ver no texto que segue, o fora, o exterior, o exta-lingüístico está enfeixado na matriz mesma do fenômeno de variação, não sendo extrínseco a ele. Assim, o exercício de análise no capítulo 2 propiciará as condições para que cheguemos a uma leitura satisfatória dos resultados no capítulo 4.

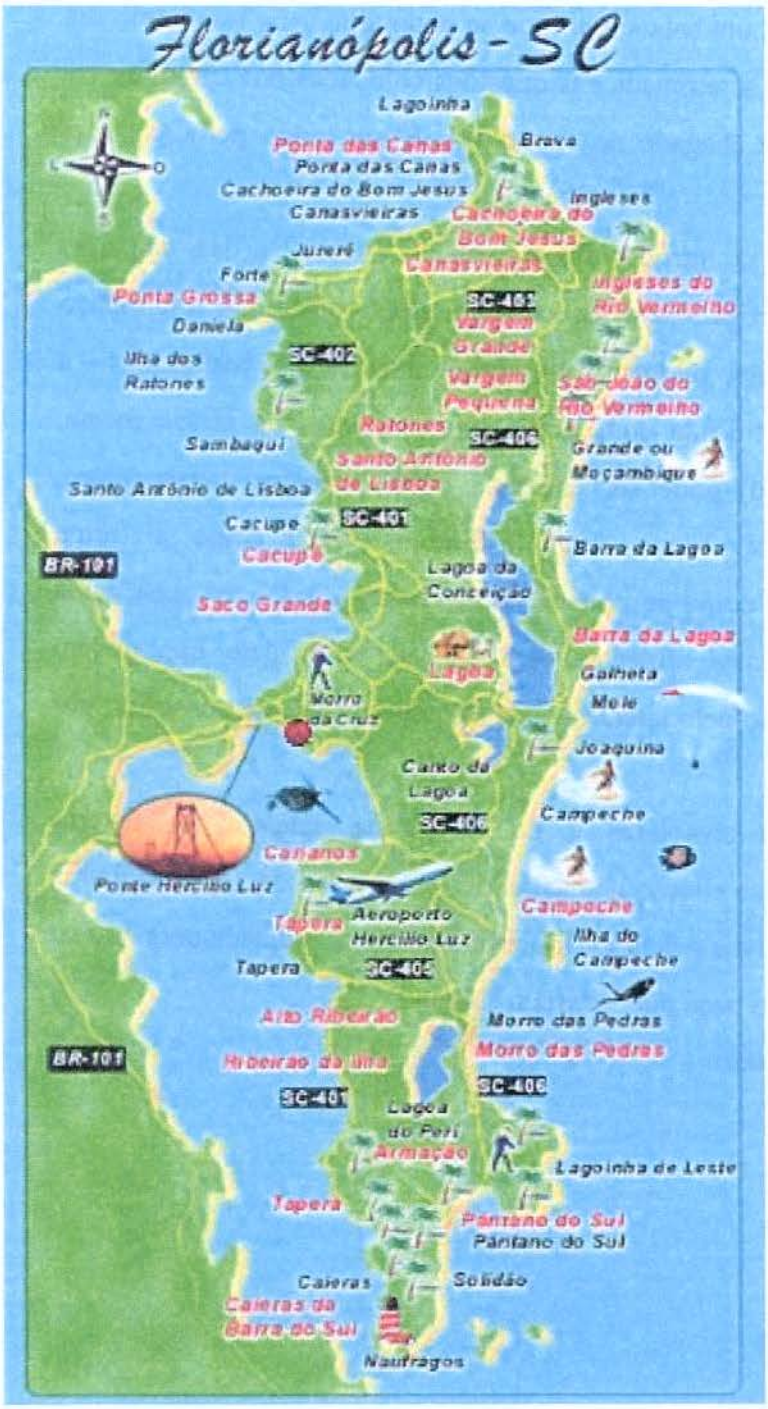
Da mesma forma, o capítulo 3 discute o fenômeno da assimilação envolvendo as consoantes /t/ e /d/, da perspectiva das teorias fonológicas. Nele se apresenta o esboço de uma proposta para tratar a assimilação pelas consoantes oclusivas alveolares diante da vogal [i] no interior do quadro da Geometria de Traços. Deverá, portanto, subsidiar também o capítulo 4 na análise dos resultados do processo de variação nas suas feições puramente lingüísticas.

Por fim, o capítulo 5 apresenta um balanço do que se pôde atingir na tese como um todo. Em especial, é nele que teremos a retomada das questões colocadas nos capítulos 1 e 2, agora dos resultados a que se terá chegado no capítulo 4. É um longo percurso, mas espero que dele se compraza o leitor.

Restaria ainda, nessas palavras introdutórias, justificar a escolha das oclusivas alveolares como objeto de análise no processo de variação. Elas constituem um espaço privilegiado para investigar esse processo de identidade porque uma de suas realizações – a africada palatal – é fortemente identificada com a fala dos migrantes de classe média, enquanto a forma não africada [t, d] pode ser colocada como a forma conservadora, apontada pela dialetologia local (cf. Vieira, 1997 e Furlan, 1989) como a forma característica da cidade. Além disso, como se poderá ver na seção 1.1.4.1. há uma gama realizações que tornam tais consoantes atraentes para análise, tanto pelo que podem significar sociolingüisticamente, quanto pelo interesse que a Fonologia tem demonstrado por elas.

A realização das oclusivas alveolares é de tal forma saliente no sistema sociolingüístico da comunidade que, na eleição municipal de 1996, marcada segundo Fantin (2000) por um forte embate entre nativos e de fora, foi reiteradamente utilizada para marcar uma das candidaturas, que tinha como peça publicitária o slogan:

A ti, cidadão desassistido!


Florianópolis - SC
Lagoinha
Brava
Ponta das Canas
Ponta das Canas
Cachoeira do Bom Jesus
Canasvieiras
Ingleses
Cachoeira do Bom Jesus
Canasvieiras
Jurerê
Forte
Ponta Grossa
Ingleses do Rio Vermelho
SC-402
Vargem Grande
Daniela
Ilha dos Ratones
Vargem Pequena
São João do Rio Vermelho
Ratones
SC-406
Sambaqui
Santo Antônio de Lisboa
Grande ou Moçambique
Santo Antônio de Lisboa
Cacupé
SC-401
Barra da Lagoa
Cacupé
BR-101
Lagoa da Conceição
Saco Grande
Barra da Lagoa
Lagoa
Galheta
Morro da Cruz
Mole
Joaquina
Canto da Lagoa
Campeche
SC-406
Cananéia
Ponte Hercílio Luz
Campeche
Aeroporto Hercílio Luz
Tapera
Ilha do Campeche
Tapera
SC-405
Morro das Pedras
Alto Ribeirão
Morro das Pedras
BR-101
Ribeirão da Ilha
SC-401
SC-406
Lagoa do Peri
Armação
Lagoinha do Leste
Tapera
Pântano do Sul
Pântano do Sul
Caieras
Solidão
Caieras da Barra do Sul
Naufragos

1. 1.2. Demografia, regiões administrativas

O município de Florianópolis tem a sua maior área circunscrita à Ilha de Santa Catarina, porém, abrange também uma pequena faixa do continente, fazendo divisa com os municípios de São José e Palhoça. Segundo informações do *site* da Prefeitura Municipal de Florianópolis, a área do município é de de 451 Km^2, dos quais 438,90 km^2 formam a Ilha de Santa Catarina e 12.1 km^2 estão localizados no continente. Os municípios do continente com os quais faz divisa e mais o município de Biguaçu constituem o que se tem denominado de Região Metropolitana de Florianópolis ou Grande Florianópolis, um conceito relativamente novo, em função do crescimento populacional destes municípios que formam, juntamente com Florianópolis, um contínuo urbano que começa a ser pensado conjuntamente (cf. Lago, 1996). Esses municípios foram aqui excluídos da nossa comunidade lingüística, mais por razões operacionais, porém precisariam ser pensados também em conjunto, do ponto de vista sociolingüístico. O que fizemos foi retirar um certo número de entrevistas de bairros do continente, circunscrevendo o perímetro do município de Florianópolis como objeto de pesquisa, mas trata-se apenas de um corte geográfico. Ou nem tanto. Conforme aponta Lago (1996), parece ter havido uma clara opção de reservar a Ilha de Santa Catarina a um certo tipo de ocupação urbana, atribuindo-se aos municípios vizinhos o papel de cidades-dormitórios. Isto foi conseguido, entre outros fatores, por meio da especulação imobiliária, que colocou as propriedades de Florianópolis a um preço mais elevado, em comparação com as do continente. A conseqüência disso é que a migração operária tem se concentrado nos municípios do continente, enquanto a migração de classe média, média/alta tem na ilha o seu ponto máximo de consumo.

O resultado é que na Ilha de Santa Catarina, mesmo em regiões próximas do centro urbano de Florianópolis, ainda é possível deparar com imensas áreas verdes nos morros ou com regiões de relativo grau paradisíaco, o que faz a festa dos turistas. Problemas com o inchaço da população da ilha já começam a ser notados, especialmente nas praias mais urbanizadas, como Canasvieiras e Ingleses e na região central, refletindo-se, por exemplo, na poluição por esgoto da baía, em congestionamentos que tendem a crescer, em bairros que

ficam alagados à menor chuva (muitas vezes sem respeitar muito distinções de classe). Nada que se compare, ainda, à imensa gama de problemas que grandes centros urbanos brasileiros apresentam. Ainda é muito bom viver aqui, quando se tem dinheiro para comprar um bom terreno na ilha.

Administrativamente, o município é dividido em 12 distritos: a Sede, que abrange também a área do continente; ao norte: Cachoeira do Bom Jesus, Canasvieiras, Ingleses do Rio Vermelho, Santo Antônio de Lisboa , São João do Rio Vermelho e Ratones; ao Sul, Ribeirão da Ilha e a Leste, Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa e Campeche. Estaremos trabalhando com amostras da Sede, ou seja, da região mais densamente povoada e também do distrito do Ribeirão da Ilha. Neste último, a maior parte das entrevistas provêm da Freguesia do Ribeirão da Ilha, ou seja, a sede do distrito e da localidade de Sertão do Ribeirão da Ilha, uma pequena comunidade próxima à sede do distrito, mas com relativo grau de isolamento em função das difíceis condições de acesso.

A população do munícipio de Florianópolis, conforme já apontamos anteriormente, é de 331.784 habitantes, segundo dados do último censo, tendo crescido 161% entre as décadas de 1960 e 1990, conforme destaca o Relatório CECCA/FNMA (*Uma cidade numa ilha*). Dessas, viviam em áreas rurais aproximadamente 15%. A atividade econômica do município tem sido predominantemente a do setor terciário, com uma grande parcela no setor público (segundo dados de 1990, citados por Lago, 1996): 34% do funcionalismo público estadual se concentram na região metropolitana de Florianópolis.

1.1.3. O Processo de urbanização

Segundo o Relatório do Centro de Estudos Cultura e Cidadania, publicado em forma de livro *Uma cidade numa Ilha - Relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina*, é possível dividir a história da dinâmica socioetária em Florianópolis em três períodos:

> *...o do **Modo de Vida Ilhéu (pré-moderno** , que se inicia no século XVI e vai até 1926; o **Desenvolvimentista** (ou da **modernização**, entre 1926 e 1981) e o da **Ilha da Magia***

(também denominado ***pós-modernidade perversa****, de 1981 até o presente* (CECCA/FNMA, 1996, p.196 - grifos do originial)

Obviamente, tal periodização, como todas as periodizações, corre o risco de ser reducionista, mas pode nos servir para organizar minimamente a história social da cidade, colocando o problema da urbanização recente em uma perspectiva histórica. Na primeira fase, ainda segundo o mesmo livro, *predomina o* ***modo de vida ilhéu*** (CECCA/FNMA, 1996,p.196). Este consistiria de dois *circuitos básicos da economina local: o da auto-suficiência (doméstico/comunitário), que abrangia a maior parte da população, e o monetário/urbano (restrito aos poucos funcionários da Capitania, aos militares, alguns comerciantes e artífices* (CECCA/FNMA, 1996, p. 198).

Um fato marcante nesta primeira fase, que tem intima relação com o recente processo de urbanização e suas conseqüências sociolingüísticas, foi o processo de ocupação da Ilha de Santa Catarina (bem como do litoral catarinense como um todo) por colonos oriundos do Arquipélago dos Açores e da Ilha da Madeira, em meados do século XVIII, entre 1748 e 1756. Como parte da estratégia do governo português para garantir a posse do sul do Brasil, expandindo o território para além dos limites do Tratado de Tordesilhas, incentivou-se a vinda de imigrantes de tais arquipélagos, num total de aproximadamente 6.000 pessoas, para todo o litoral catarinense. Para ter uma idéia do impacto desta migração, a população da região totalizava 5.000 habitantes, na época.

A esses imigrantes estava prometida tanto a posse de pequenas propriedades, como auxílio para o empreendimento de lavoura, o que acabou não se concretizando. Os açorianos e madeirenses acabaram não penetrando o interior, como era o esperado, fundando vilas ao longo do litoral e na Ilha de Santa Catarina.

Esses colonizadores, diferentemente do que ocorria na época com a colonização portuguesa em outras regiões do país, com produção voltada para o comércio de exportação em grandes latifúndios, desenvolveram um modo de produção agrícola em regime de pequena propriedade, com mão-de-obra familiar. (Souza Lago, 1996, p. 33)

Ou seja, não era objetivo do governo português desenvolver aqui agricultura de exportação, mas garantir ocupação do território. A conseqüência disto foi a constituição, no litoral de Santa Catarina, de toda uma cultura com um modo de funcionamento muito próprio. Assim, quando o relatório do CECCA/FNMA rotula a primeira fase da história de Florianópolis como predominando o **modo de vida ilhéu**, está-se referindo em especial aos desdobramentos do processo de ocupação do governo português.

Os povoadores dedicaram-se inicialmente à agricultura, adaptando-se à lavoura nas novas terras - em especial substituem o plantio do trigo pelo da mandioca. A pesca não era a atividade central, segundo Beck (1989 **apud** Souza Lago, 1996). Isto só ocorre a partir de meados do século XIX, quando a pesca passa *assumir maior relevância pelas perspectivas comerciais que oferecia* (Souza Lago, 1996, p. 102). Basicamente, o que podemos dizer é que se dedicavam a uma lavoura de subsistência, comercializando o excedente de produção, especialmente a farinha, da qual a ilha de Santa Catarina chegou a ser grande exportadora, como assinala o relatório do CECCA/FNMA (op.cit.).

O *circuito da auto-suficiência (doméstico/comunitário)*, aludido acima, era desenvolvido nessas comunidades rurais - agrícolas/pesqueiras - que conservaram seu modo de produção e vida até meados do século XX, como afirma Souza Lago (1996) a partir de depoimentos vários, dentre eles Várzea (1900) e Cardoso (1960). O outro circuito *monetário/urbano* se desenrolava na sede da capitania, em Desterro, onde se situava o porto, que representou, até fins do século XIX, um fator de dinamização da economia local.

Quando se alude ao impacto que teve o processo de urbanização recente na Ilha de Santa Catarina, estamos nos referindo a uma profunda alteração em um modo de vida que fica praticamente dois séculos sem maiores modificações. Após se estabelecerem nas diversas vilas e respectivas regiões rurais e, rapidamente, desenvolverem a lavoura de auto-suficiência, dedicando-se depois à pesca, as comunidades fundadas pelos açorianos e madeirenses seguem seu curso na história praticamente ignorando os grandes eventos e movimentos históricos por que passou o Brasil. No caso da Ilha de Santa Catarina, o relativo isolamento só foi de fato quebrado, a partir da década de 70, quando estradas são

abertas e asfaltadas, interligando todas as vilas que hoje em dia constituem o circuito de balneários turísticos.

O segundo período - rotulado como *Desenvolvimentista* - se inicia com a construção da Ponte Hercílio Luz, que tornou possível a manutenção da capital do Estado em Florianópolis. Este fato faz com que, de forma crescente, ao longo do século XX, o crescimento urbano de Florianópolis, até meados da década de 60 seja pautado pelo incremento do funcionalismo público. É interessante anotar como a cidade não desenvolveu nenhuma outra vocação econômica, até o *boom* do turismo, a partir da década de 80.

Para ter uma idéia, diversos autores (Lago, 1996, Souza Lago , 1996, CECCA/FNMA 1996) colocam como o grande marco de desenvolvimento urbano em Florianópolis a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na década de 60, que teria alterado profundamente as feições da freguesia da Trindade, que era, até então, uma comunidade agrícola (hoje em dia, a dez minutos de carro do centro da cidade). À implantação da UFSC, se teria seguido a ELETROSUL, a TELESC, a FIESC, a UDESC, etc. ou seja, todos órgãos ou empresas públicas, os quais teriam sido os responsáveis pela arrancada no processo de reurbanização, uma vez que a sua instalação teria motivado o primeiro grande surto migratório para a capital, que implicou a valorização de terrenos e a urbanização de novos sítios a serem ocupados pelos novos habitantes.

A fase *desenvolvimentista* de Florianópolis não foi, desta maneira, marcada por nenhum grande projeto industrial, mas consistiu basicamente do incremento dos empregos públicos, uma vez que, de um lado o porto é desativado e, de outro, a economia agrícola, que já era de auto-suficiência, gradativamente reflui. Florianópolis deixa de ser uma cidade portuária em razão do próprio progresso. Segundo o CECCA/FNMA, 1996:

> *O avanço da navegação a vapor na última metade do século XIX permitia a utilização de navios de grande calado e, assim, o raso porto vai se tornando cada vez mais inviável às embarcações de maior porte* (CECCA/FNMA, 1996, p. 56)

Já a produção agrícola vai refluindo em razão de dois movimentos, correlacionados: a interligação terrestre, por meio do asfaltamento da BR 101, que torna possível a entrada

de produtos de outras regiões do estado e mesmo de outros estados, inibindo a produção agrícola local e o próprio crescimento urbano interno, que aos poucos vai tomando e domando as terras agricultu ráveis para a especulação imobiliária.

Podemos dizer que a grande transformação sofrida pelas comunidades da Ilha se traduz na passagem de vilas a balneários e de balneários a bairros. Hoje, Florianópolis é uma cidade *polinucleada*, para utilizar o termo empregado por Lago, 1996. Segundo este autor:

> *A dispersão dos ambientes de baneabilidade já se efetivou como um processo de fragmentação do* continuum *espacial urbano, por força do tipo de turismo que se convencionou como de* segunda residência. (Lago, 1996, p.24)

O turismo de segunda residência, a que o autor se refere, diz respeito às casas de veraneio que muitos florianopolitanos de classe média possuem nos diversos balneários espalhados pela ilha. A este tipo de turismo, soma-se o turismo propriamente dito, que tem sido, nos anos 90, proclamado como a grande vocação econômica de Florianópolis. Os dois movimentos, associados, produziram um enorme incremento da construção civil, a proliferação de inúmeros loteamentos - legalizados ou clandestinos - e produziram um choque cultural avassalador sobre as antigas comunidades agrícolas/pesqueiras.

Uma das conseqüências mais tangíveis do processo de expansão do modo de ser da Ilha é o desaparecer da vida rural como índice marcante do imaginário cultural. Se valem os números, não custa repetir que em 1940, 29.764 pessoas viviam em áreas urbanas e 17.007 em áreas rurais. No censo de 1991, 239.996 pessoas são registradas em áreas urbanas e 15.394, em áreas rurais. É como se a população rural sentasse esperando as estradas, os automóveis e os postes se aproximarem, demarcando loteamentos, espichando fios de energia elétrica, abrindo hotéis, trazendo lojas e lanchonetes. A ilha é muito extensa, e os aglomerados urbanos pipocam ao longo das estradas, especialmente na beira do mar. Onde antes eram povoados de pescadores e agricultores, balneários e bairros inteiros. Para todos os gostos. Na seqüência das suas dicotomias, a ilha se divide em duas, a partir da ponte Hercílio Luz: o norte concentrou os maiores investimentos imobiliários, o sul não mereceu tanta atenção e, em sua maior parte concentra nas diversas localidades, basicamente a

população local, sem maiores atrativos turísticos ou grandes empreendimentos imobiliários. Talvez seja por pouco tempo.

É óbvio que diversos outros índices mostram a inversão: a pesca artesanal é substituída pela pesca industrial, a agricultura praticamente desapareceu, a folia de reis vai dando lugar às boates, a farra do boi é crucificada pelas hostes ambientalistas. Nada, porém, desapareceu de vez: carroças circulam pela cidade (têm um horário específico em que podem cruzar as pontes), folia de reis não é só folclore de turista, e a farra do boi motivou até recurso no Supremo Tribunal Federal - prova maior de sua pujança. Como entender uma cidade assim?

À pergunta: de que vive economicamente Florianópolis?, a resposta mais imediata é: Florianópolis é basicamente uma cidade de funcionários públicos. Sem indústrias - afora o turismo - o motor da economia é o salário dos funcionários de todos os setores do poder público: os municipais, os estaduais, os federais. Sob esse aspecto, é como se mergulhássemos no século XIX, quando a monarquia bancava a maior parte da economia das cidades. De novo a dicotomia: se a malha urbana se expande como nunca, a modernidade que ela traz está atravessada desse traço extremamente conservador: é para abrigar os funcionários públicos, ou aqueles que os servem, trasvestidos em investidores imobiliários para consumo próprio ou para renda extra. É uma cidade de prestação de serviços, e aí ficamos novamente na dúvida: está na crista da onda da economia globalizada ou conserva a economia de trocas do século passado? Talvez ambos. Tem duas universidades: uma federal e outra estadual (e outras tantas faculdades). Toda a modernidade e dinamismo que entidades como essas podem representar se dilui no quadro anterior: as universidades representam também outra fonte de recurso, empregadores de mais funcionários públicos que fazem a economia local girar.

1.1.4. Florianópolis - o dialeto

Naquilo que se poderia chamar o dialeto de Florianópolis há uma gama de variações relativamente altas, em função dos fatores que abordamos acima. Porém, é possível, a título

de informação, elencar uma série de processos encontradiços na fala da Ilha de Santa Catarina - muitos deles em variação - que, inclusive remetem a processos de alguns dialetos do Brasil:

. Emprego da segunda pessoa do singular com respectiva flexão verbal - neste caso tanto com o sujeito presente quanto ausente;

. Alto uso de reflexivos de terceira pessoa - esse processo ainda não mereceu nenhum estudo mais aprofundado;

. Ausência de clítico acusativo de terceira pessoa - **o/a** segundo Luize (1997) a fala urbana local caminha par a par com outros resultados do português do Brasil, como o de Duarte (1986);

. O ritmo do dialeto local é muito diferente de outros pontos do Brasil e ainda não foi estudado. Dificulta enormemente a compreensão de quem não está acostumado (guardadas as proporções, é a mesma sensação que um falante brasileiro experimenta quando ouve o português de Portugal coloquial);

. Também a entoação tem uma curva muito característica, de que não tenho notícia de semelhança em outros pontos no Brasil. O registro é normalmente bastante agudo, numa curva ascendente no final da frase. Ainda não recebeu nenhum estudo;

. A fricativa /s/ em coda se realiza predominantemente palatalizada, como apontou Brescancini (1996), havendo assimilação do glide em ditongos de palavras como **dois**, **seis**, que se pronunciam [doʃ] [seʃ];

. O sistema vocálico parece ser mais posteriorizado. Isso é mais perceptível na realização da vogal /a/ , que, acentuada, chega a realizar-se quase como um shuá. Essa percepção somente agora está mercendo um estudo acurado. Faveri e Pagotto (2000) constataram uma grande semelhança entre a vogal /a/ de Florianópolis e aquela do Português de Portugal;

. A consoante /r/ se realiza predominantemente como velar, ou faringal. É encontrada, porém, a realização vibrante alveolar em falantes mais distanciados das zonas urbanas, como apontou Brenner (1997);

. É encontradiça, embora não se possa determinar a extensão ou o funcionamento sociolingüístico, a palatalização de /t/, em contexto pós-ditongo, como em **oito** e **muito,** conforme assinala Furlan (1989). Hoje em dia, o processo parece restrito a certos itens lexicais.

1.1.4.1. A realização das oclusivas alveolares diante de [i]

O objetivo desta tese é observar de que maneira o drama identitário que vive atualmente Florianópolis se vê refletido na realização das oclusivas alveolares diante da vogal [i].

Furlan (1989) registra que a realização destas consoantes neste contexto é não africada, no dialeto de origem açoriana em Florianópolis. Vieira (1997), a partir dos resultados do projeto Alers (Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul), distingue duas áreas bem distintas no estado de Santa Catarina, quanto à realização da oclusiva dental: o planalto na região da cidade de Lages, com realização palato-alveolar africada e o litoral com realização não dental. Essa sepração tem sido atribuída ao que é chamado de colonização paulista, a partir do século XVIII, de que a realização palato-alveolar seria uma herança, em contraste com o litoral, de colonização açoriana.

Na cidade de Florianópolis, podemos encontrar tanto a variante dental, quanto a variante palato-alveolar. Além dessas duas variantes bem definidas, é possível encontrar ocorrências de outras variantes , das quais destacaria a variante africada alveolar [t^{s}] [d^{z}]. Tomando as palavras abaixo como exemplo, podemos ilustrar as variantes mais comuns das oclusivas alveolares:

tímido, pente, índio

Em tais contextos, a realização das consoantes /t/ e /d/ tanto pode ser:

- uma oclusiva dental/alveolar: [t] ou [d], como em ['timidʊ], ['petɪ] ['idɪʊ];

- uma oclusiva dental/alveolar com efeito de aspiração: ['t^{h}imidʊ], ['pet^{h}ɪ], ['i d^{h}ɪʊ] ;

- uma africada alveolar – [t^{s}], [d^{z}]: ['tsimidʊ], ['pet^{z}ɪ], ['id^{z}ɪʊ];

- uma africada palato-alveolar – [tʃ], [dʒ] : ['tʃimidʊ], ['petʃɪ], ['idʒɪʊ]

Além dessas realizações é possível perceber a ocorrência de africadas que soam "intermediárias" entre a africada palato-alveolar e a africada alveolar. Essas realizações, em geral parecem se caracterizar como apicais, ou seja, com apenas o ápice da língua tocando a região dos alvéolos.

Em Florianópolis, a variante africada alveolar se destaca no funcionamento sociolingüístico da comunidade, embora seu estatuto seja ainda, para mim, indefinível. O que posso afiançar com alguma segurança é que é percebida pelos falantes, gerando às vezes situações de ruído na comunicação. Pude presenciar uma dessas situações. Uma professora recebeu telefonema do Departamento de Pessoal. Conversando com uma funcionário daquele departamento, foi instruída a ir lá e procurar pela **Betsi**. Foi assim que ela me repetiu. Fui com ela até lá e presenciei a conversa com a portaria:

- Eu preciso falar com a Betsi.

- Aqui não trabalha ninguém com esse nome.

- Mas eu falei com ela há pouco. Ela me disse para procurar a Betsi.

O funcionário pensa um pouco. Resolve a questão:

- Aqui tem uma Betʃi. Não seria ela?

Era.

Como se verá mais adiante, a separação desta variante da palato-alveolar é necessária. É possível que concluamos que seja o estágio inicial da entrada da africada alvéolo-palatal. É possível que não, que seja uma variante candidata a se tornar estável no sistema. Muitas vezes, parece ser o efeito de contextos átonos, pelo ensurdecimento da vogal final, como em **dente**. Porém, como também ocorre em contextos tônicos, como em **tia**, optei por considerar sob o rótulo da mesma variante, tanto uma quanto outra

ocorrência, deixando para o exame dos resultados as considerações em torno do peso que o acento imprime à realização da variável.

1.1.4.2. A questão sociolingüística

O caso de Florianópolis representa a situação clássica da sociolingüística: de que maneira reagem as manifestações lingüísticas no nível da fala, diante da imensa gama de variáveis que compõem a sociedade em Florianópolis? Há um profundo debate na cidade em torno de sua identidade. Os eventos descritos na seção 1.1.3. provocaram um grande embate entre segmentos os mais diversos, fazendo com que a identidade e a preservação da cultura local se tornassem temas de esquentadas conversas e de ações que interferem nos mais diversos setores da vida, desde a rua em que se mora até a eleição para prefeito. Num certo sentido, trata-se de um processo semelhante àquele vivido pelos habitantes de Martha's Vinneyard, no estado de Massachussets - EUA, tema de estudo em texto hoje clássico de Labov (cf. Labov, 1972 a);

Tais considerações levam a que as questões de variação se coloquem na ordem do dia, abrindo-se como tema de estudo em diversas frentes: qual é o papel do contato interdialetal no processo de mudança? Como a identidade se constitui quando perpassa uma cidade dividida fortemente por grupos socialmente estratificados em contato com migrantes de classe média com poder aquisitivo e capacidade de intervenção? Que papel esta identidade, por natureza multifacetada, mas lutando bravamente por se unificar, tem no jogo do contato interlingüístico? Que resultados lingüísticos poderemos esperar de tudo isso?

Aplicar a metodologia variacionista implica construir um *envelope de variação*, no qual se coloca como variável dependente a realização das oclusivas alveolares diante de [i] e como variáveis independentes, atuando como *fatores condicionadores*, categorias da estrutura lingüística, como acento, classe de palavra, sonoridade, etc., e categorias da estrutura social, como classe social, sexo, idade, etc. Do levantamento e posterior tabulação e descrição dos dados, deseja-se chegar a um entendimento do processo de variação na

cidade, apontando as forças que atuariam como vetores de uma eventual mudança lingüística.

A parafernália metodológica tem, como pressupostos, alguns conceitos centrais que é preciso não perder de vista:

1) O conceito de variável
2) O conceito de formas variantes
3) O conceito de comunidade lingüística
4) Os conceitos de sujeito e identidade

Mas o que está por trás de todos esses gestos metodológicos e conceitos? Como é possível dizer que, ao mesmo tempo, um fenômeno seja controlado social e lingüisticamente? Como dar conta do fato de que, em Florianópolis, o processo de variação tenha íntima relação com a construção da identidade, se tal construção não se mostra por inteiro, mas, ao contrário, está cindida em muitas facetas que se interpenetram? Todas essas questões, no fundo, implicam a forma de pensar o fenômeno de variação, já que têm íntima relação com a maneira como a Teoria da Variação e da Mudança constrói seus conceitos. Nas seções que seguem, estaremos ocupados em analisar como a sociolingüística laboviana é concebida, a fim de fundamentar nossa descoberta da cidade. Da exploração das contradições labovianas estaremos extraindo uma proposta de leitura para o fenômeno de variação e mudança ora em curso em Florianópolis.

É o que passaremos a examinar a seguir.

1.2. O natural e o social na pesquisa variacionista

A sociolingüística laboviana, comumente conhecida como Teoria da Variação e da Mudança ou Sociolingüística Quantitativa, coloca pelo menos duas questões que tocam profundamente na relação entre a Lingüística e seu objeto, e na maneira como as diversas teorias constroem seus respectivos objetos de estudo:

1) É possível superar o corte saussureano, que separa o funcionamento lingüístico da relação entre os sujeitos falantes, no que respeita à estrutura da língua?

2) É possível fazer interagir modelos formais, oriundos de perspectivas que tomam a língua em sua imanência, com modos de tratar o fenômeno lingüístico que buscam correlações deste com o funcionamento social?

O quadro da Lingüística (ou das Lingüísticas) atualmente repousa numa relativa concordância quanto ao fato de que, se as teorias se colocam limites claros quanto ao seu objeto, ou seja, se prevêem claramente o escopo da abrangência de seu corpo teórico, não há por que buscar inter-relações fundadas somente no desejo de ser mais abrangentes, sob pena de incorrer em aproximações que redundem em problemas de natureza epistemológica. Nesse sentido, não cabe criticar este ou aquele modelo porque deixou de fora determinados fenômenos - lingüísticos, por certo - mas que estão além dos limites de cada quadro. Não é este o propósito desta tese. Ocorre, porém, que a sociolingüística laboviana se dá, como objeto de estudo, processos lingüísticos que necessariamente colocam as questões acima. A postura comum na área é ignorá-las, insistindo na descrição de processos de variação e mudança fazendo de conta que tais tensões não estão presentes - e de fato se encontram-, reclamando, a todo momento a elaboração de suas respostas.

Desde a publicação de Weinreich, Labov e Herzog (1968), passando por Labov (1972 a, b), a área da sociolingüística quantitativa se desenvolveu largamente, a ponto de ser tomada, muitas vezes, como sinônimo mesmo de sociolingüística (cf. Figueroa, 1994, p. 71).

No Brasil, também desenvolveu-se nesse período, em especial no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Porto Alegre, em Santa Catarina, além de outros centros de estudo. O projeto laboviano, eminentemente empirista, tem sido levado a cabo sem que certas questões cruciais sejam discutidas. Assim, a metodologia quantitativa tem sido largamente empregada, com frutíferos resultados descritivos, sem que se procure um entendimento mais profundo do que tais resultados significam. Uma vez que o quadro está suficientemente estabelecido institucionalmente, passa-se a um período de ciência normal, para usar a terminologia de Kuhn (1987), no qual a produção de conhecimento se pauta exclusivamente pela cultura estabilizada no âmbito do corpo teórico, ficando embaçada a possibilidade de fazer voltar a teoria contra si mesma, a fim de desnudar seu próprio funcionamento.

É este espaço que precisa ser discutido. Há uma clara articulação entre os primeiros textos da sociolingüística quantitativa e estes últimos que se pauta primordialmente pelo acúmulo de resultados que fariam avançar o conhecimento a respeito dos processos de variação e mudança. Ocorre que esse acúmulo de resultados, quando traz novas luzes que fariam alterar os pontos estabilizados do conhecimento, incidem, em geral, sobre áreas superficiais do trabalho variacionista, não penetrando em questões de fundo. Especificamente, quais seriam elas? Listo algumas:

1) Se o corte saussureano deveria ser superado (cf. Labov 1972 a, pp.185-187) como lidar com o fato de que a estrutura lingüística parece, em muitos casos, governar o processo de variação?

2) Se as categorias sociais aparecem refletidas no funcionamento lingüístico (classe, sexo, idade, etc?) qual é o mecanismo pelo qual interagem com o ele?

3) Qual é o papel da dimensão subjetiva no funcionamento da variação, se noções como *idioleto* e a fala do indivíduo não são, como aponta Labov (1972 a) a fonte da variação, mas a comunidade lingüística? Ao mesmo tempo, como lidar com fenômenos de

variação em que a dimensão subjetiva parece desempenhar um papel crucial, como é o caso de Martha's Vinneyard. (cf. Labov, 1972 a, cap. 1)?

Passemos então ao exame da sociolingüística laboviana. É dele que extrairemos a forma de ler Florianópolis e seus dilemas identitários.

1.2.1. Variável lingüística

Em Weinreich, Labov e Herzog (1968) o conceito de variável lingüística é introduzido após uma longa discussão sobre as formas como, até então, tinham sido tratados os fenômenos de variação nas línguas.

> *To account for such intimate variation, it is necessary to introduce another concept into the mode of orderly heterogenity which we are developing here:* the linguistic variable – *a variable element within the system controlled by a single rule*
> (Weireich, Labov e Herzog , 1968, p.167 – grifos do original)

Na argumentação que antecede a apresentação do conceito, em especial destaca-se a rejeição à hipótese de mistura de dialetos (*dialect mixture*), ou seja, a hipótese segundo a qual os casos de variação seriam frutos do contato e empréstimo de um dado dialeto por outro. A mesma preocupação se encontra em Labov (1972 a, b), em que se rejeita a idéia de que alternâncias entre formas do vernáculo e formas padrão na fala natural seriam fruto de empréstimos do dialeto padrão (cf. Labov, 1972 a, pp. 189-189); igualmente se rejeita a idéia de que os fenômenos de variação são apenas casos de regras opcionais ou variação livre. Para a sociolingüística quantitativa o conceito de variável lingüística é central porque, de um lado permite conceber o sistema lingüístico como intrinsecamente heterogêneo, e de outro torna possível dar conta da íntima interseção entre o sistema lingüístico propriamente e a estrutura social da comunidade que dele faz uso, permitindo, por fim, estudar os fenômenos de mudança lingüística.

Podemos dizer que uma variável lingüística se define pelas seguintes características:

1) é um elemento do sistema lingüístico

2) é controlada por uma única regra

3) comporta pelo menos duas formas variantes

4) suas formas variantes são passíveis de contagem

Uma variável lingüística é o lugar onde se igualam pelo menos duas formas da língua, denominadas de variantes - duas maneiras diferentes de dizer "a mesma coisa" (cf. Labov 1972 a,b entre outros). Embora a regra que controla uma variável possa comportar elementos da estrutura social (cf. discussão mais abaixo), sua definição se faz em relação ao sistema lingüístico tomado como uma entidade autônoma. Obviamente, ocorre associarmos uma tal entidade com as entidades da lingüística de base imanentista, como o fonema. Esta associação não é completamente gratuita, mas decorre da própria maneira como a investigação da variação lingüística foi colocada nos anos 70, em relação à lingüística teórica (cf. seções 1.2.1.1 e 1.2.1.2. adiante). Em Labov (1972a) encontramos clara separação entre os dois tipos de entidade, ao trabalhar com a centralização de ditongos em Martha's Vinneyard:

> *As we begin the systematic study of this centralization pattern we will refer to the linguistic variables (ay) and (aw) instead of the phonemes /ay/ and /aw/. Where the subphonemic differences in the position of the nucleus of /ay/ and /aw/ are considered to be* free variation *, and linguistically insignificante, the variants of (ay) and (aw) show significant differences in their distribution and carry sociolinguistic information. In this case (but not always) the variables (ay) and (aw) represent the same phonetic substance as the invariant categories /ay/ and /aw/; the parentheses indicate a different approach to the analysis of variation.* (Labov, 1972, p.11 – grifos do original)

Fonemas e variáveis seriam entidades distintas, uma vez que as variáveis envolvem necessariamente a relevância da freqüência de realização de cada variante e portam significados sociais. Para além de uma simples diferença notacional, tal diferenciação envolveria uma ruptura mais profunda com a Lingüística formal: uma noção como a de fonema é pressuposta em um sistema estável, enquanto na Teoria da Variação e da

Mudança, o próprio sistema é heterogêneo e variável. Nesse sistema heterogêneo atuariam tanto elementos da ordem do lingüístico quanto elementos da ordem do social:

> *A linguistic variable must be defined under strict conditions if it is to be a part of a linguistic structure; otherwise, one could simply be opening the door wide to rules in which "frequently", "occasionally", or "sometimes" aply. Quantitative evidence for covariation beween the variable in question and some other linguistic or extralinguistic element provides a necessary condition for admitting such a structural unit.*
> (Weireich, Labov e Herzog , 1968, p. 169 – aspas do original)

> *Each of these variables will ultimately be defined by functions of independent extralinguistic or internal linguistic variables...* (Weireich, Labov e Herzog , 1968, p. 170)

O conceito de variável lingüística é que vai tornar possível pensar esse sistema, a um só tempo lingüístico e social. Trata-se de um conceito poderoso, porque se aplica a qualquer nível da análise gramatical, lexical ou mesmo discursivo (cf. Labov, 1972a, p.253). Uma vez que se trata de uma unidade estrutural do sistema lingüístico, passamos a ter uma possibilidade de super-ordenação desse sistema, já que em todos os níveis de análise seria possível operar com o mesmo tipo de entidade. Assim, enquanto o estruturalismo não conseguiu unificar satisfatoriamente a sintaxe, a morfologia e a fonologia, e o gerativismo também não opera de maneira uniforme com tais níveis, na perspectiva variacionista se contaria com uma entidade que, em princípio, seria cega aos níveis. Uma vez que encontramos dois *tokens* funcionalmente equivalentes para o sistema lingüístico, temos uma variável lingüística. A variável passa a ser, assim, a invariância maior do sistema, o lugar em que ele é igual a si mesmo.

A forma como as variantes são construídas para o funcionamento do sistema será discutida na seção seguinte. Aqui, me interessa apontar para o fato de que, se as variantes são definidas a partir do seu valor com relação à própria língua, o lugar onde elas se igualam - a variável lingüística - é também um lugar nessa língua considerada em si mesma, o lugar da sua invariância. Porém, ao trazermos o conceito de heterogeneidade sistemática, podemos ver que tal entidade não recobre as unidades da Lingüística estruturalista. Para tanto, é preciso lembrar que o que articula o sistema heterogêneo com as suas variáveis é o

conceito de regra variável. Sem este último, as variáveis seriam apenas as peças de um relógio sobre a mesa. E é no conceito de regra variável que o que é do domínio da língua se encontra com o que é do domínio do social:

> *But the variable input is also governed by such sociolinguistc factors as contextual style, socioeconomic class, sex, and ethnic group* (Labov, 1972b, p. 96)

Assim, embora a variável lingüística seja o lugar onde se igualam entidades lingüísticas - as variantes -, estas últimas passam a não ser apenas entidades lingüísticas, quando postas em funcionamento nas regras variáveis, porque aí estão submetidas a fatores de ordens diferentes - a lingüística e a social - o interior e o exterior da língua, par a par, em pé de igualdade. Ou seja, a variável lingüística é, ao mesmo tempo, uma entidade somente do domínio do lingüístico e uma entidade ambígua reunindo o lingüístico e o social. Nunca é, exclusivamente, uma entidade do domínio do social.

Temos assim, o sistema heterogêneo considerado como uma estrutura, cujas invariantes são as variáveis lingüísticas e cuja heterogeneidade está em como as formas variantes oscilam ao longo da história da língua. Essa oscilação incorpora, necessariamente, o componente social na formulação de regras variáveis. Para que seja possível equiparar, com o mesmo valor potencial, elementos de ordens tão diversas - a lingüística e a social - numa mesma estrutura, é preciso pressupô-los como pertencendo a uma mesma ordem, nesse lugar que é a variável lingüística. A variável seria, desta maneira, uma entidade de uma terceira ordem, nem lingüística nem social, propriamente. Porém, a maneira como essa entidade é postulada revela a dificuldade de equacionar ordens tão distintas.

No desafio ao corte saussureano (cf. seção 1.2.1.1. mais adiante), na tentativa de romper com a imanência da língua, trazendo para dentro de seu funcionamento o seu exterior, Labov acaba por reduzir a ordem do social à ordem do lingüístico. O lingüístico é uma espécie de cartão perfurado através do qual a sociedade é observada. Pode-se dizer que Labov promove a autonomia da língua, para depois correlacioná-la à estrutura social, a despeito das inúmeras ressalvas para não reduzir o papel desta última, como ilustra essa

passagem de Labov (1972a), na qual resume o capítulo sobre o Mecanismo de Mudança Lingüística:

> *On the basis of this evidence, we can make the stronger claim that it is not possible to complete an analysis of structural relations within a linguistic system, and then turn to external relations*
> (Labov, 1972a, p. 182)

Como já foi dito anteriormente, está na base, no próprio conceito de variável, a conjugação do sistema lingüístico com a estrutura social, que no fundo é reafirmada na passagem acima. O que estamos argumentando é que, a despeito de variável ter intrinsecamente esta dupla face, uma visão que no final das contas desafia a imanência da língua, o caminho encontrado para apreender esta relação é, necessariamente, partir da própria estrutura lingüística. Assim, uma coisa é almejar um sistema heterogêneo regulado por forças ao mesmo tempo lingüísticas e sociais, desafiando o dragão da imanência; outra coisa é pôr de pé tal sistema. Não fique aqui a sensação de que se faz uma crítica, como quem aponta o dedo, ao trabalho laboviano. A própria natureza do trabalho de pesquisa que ele propõe é que leva a esses becos e essas saídas.

Chamo a atenção para o fato de que, para além de pensar a língua como um sistema dinâmico - e não estático, como é necessário ao estruturalismo saussureano - a grande ruptura é com o conceito de signo lingüístico. O sistema lingüístico variacionista é aquele em que ao signo lingüístico é acrescido o significado social de sua realização. E essa significação, de alguma maneira, pode ser estável na comunidade, assim como passível de mudança. Opera-se assim com dois níveis de significação - o lingüístico e o social. O primeiro só interessa como um aporte para a circunscrição de uma variável. Tal como a noção de fonema utiliza contrastivamente o significado não para dizê-lo mas para mostrá-lo, a variável lingüística também é definida contrastivamente por meio do significado lingüístico. É a igualdade necessária para a identificação da diferença. Como entidade da estrutura, é invariável e, inclusive, superior ao fonema.

A idéia que gostaria de desenvolver, nesta e nas próximas seções, é que a variável lingüística, como entidade ambígua, é um lugar de uma estrutura que não é nem lingüística - *ipso facto* - nem social. Se as formas lingüísticas são revestidas de significados sociais e desta maneira funcionam no sistema heterogêneo, elas não são mais nem propriamente lingüísticas, nem propriamente sociais. São entidades de outra natureza. Uma variável lingüística é o vazio em que o sujeito pode significar-se sem o intermédio que a língua - em si mesma - representa. O sistema lingüístico é uma forma de opacidade na qual o sujeito pode se esconder. As variantes lingüísticas são formas de significação das quais ele não consegue escapar. Assim, o gesto laboviano de operar com as variáveis iguala o social e o lingüístico em uma outra estrutura - nem o social é mais social nem o lingüístico é mais lingüístico. A variável lingüística é o lugar em que a atribuição de significado social às formas lingüísticas é possível.

Restaria discutir, quanto ao conceito de variável (e de regra variável) como se dá a operação de a sociolingüística laboviana interagir com teorias lingüísticas imanentistas, como os estruturalismos e a teoria gerativa. Esta interação despertou muito interesse no Brasil, a partir do trabalho de Tarallo e Kato (1989), mas poderemos ver que o germe da questão já se encontrava em Weireich, Labov e Herzog (1968). É a pequena discussão que faremos a seguir.

1.2.1.1. A relação com a Lingüística

Figueroa (1994) assinala com muita propriedade que a sociolingüística laboviana é realista, especialmente no sentido mundano do termo, e positivista (cf. Figueroa, 1994, p. 71-74). Isto implica que as teorizações e descobertas do cientista têm um correlato imediato na realidade à sua volta, e o desvelamento desta realidade é a tarefa maior do cientista, procurando produzir conhecimento a partir de conhecimentos anteriores, numa acumulação crescente na direção da verdade do funcionamento do mundo. A mesma autora coloca a Teoria da Variação e da Mudança no âmbito do que ela chama *received linguistics,* termo que cobriria, no campo da Lingüística, aquilo que Khun (1987) chamou de períodos de

"ciência normal". Ou seja, a autora chega à conclusão de que a sociolingüística laboviana não se põe para desafiar o paradigma da Lingüística Teórica, mas é tributária da tradição desta lingüística. Em Labov (1972a,b), em mais de um momento, vamos encontrar a sociolingüística como parte da Lingüística, seja na célebre passagem na qual rejeita o próprio rótulo de "sociolingüística" (cf.. Labov, 1972a, p. 184), seja em outras passagens nas quais aborda tanto o trabalho metodológico como a análise de resultados.

Esta perspectiva que adota faz com que reduza tanto a lingüística de base saussureana quanto a de base chomskyana a teorias insuficientes para dar conta do funcionamento da língua, em razão de abrirem mão do compromisso com a realidade social na qual uma língua está inserida. Esta redução opera de duas maneiras: colocando questões metodológicas para o julgamento de interpretações teóricas possíveis e adotando uma postura realista para as proposições teóricas de estruturalistas e gerativistas. No primeiro caso, chega a colocar seu próprio trabalho não como uma nova teoria de linguagem mas como uma espécie de dispositivo heurístico para a checagem de hipóteses oriundas da lingüística não sociológica, a fim de decidir qual seria a correta:

> *I do not believe that we need at this point a new "theory of language"; rather, we need a new way of doing linguistics that will yield decisive solutions. By enlarging our view of language, we encouter the possibility of being right: of finding answers that are suported by an unlimited number of reproducible measurements, in which the inevitable bias of the observer is cancelled out by the convergence of many approaches.*
> (Labov, 1972a, p. 259)

No segundo caso, ignora completamente a máxima saussureana segundo a qual o ponto de vista constrói o objeto, interpelando ambas as teorias - a estruturalista e a gerativista - como concorrentes da Teoria da Variação e da Mudança.

Ou seja, Labov corta a machadadas o trabalho saussureano e o chomskyano para enfiar no interior destas perspectivas seu próprio trabalho. Aqui temos uma nítida sensação de panfleto que envolve seu livro de 1972 - *Sociolinguistic Patterns*: não basta só apresentar a sua perspectiva de trabalho - teoria e conseqüências. Labov claramente chama para a briga essas duas outras correntes. Para tanto, é preciso reduzi-las ao seu próprio modo de

operação, isto é, tratar realisticamente modos de operação com a linguagem que estão longe de poder ser estabelecidos como tal. Tratar realisticamente, no caso, implica dotar as interpretações teóricas postuladas por estruturalistas e gerativistas de uma realidade ou psicológica ou social. É por esta razão que Labov (1972 a) dá ao valor fonológico o estatuto de algo cognitivo, em oposição ao significado social das formas variantes:

> *The solution of the evaluation problem is a statement of the social significance of the changed form – that is the function wich is the direct equivalent on the noncognitive level of the meaning of the form on cognitive level. In the developments described here, the cognitive function of /ay/ and /aw/ has remained constant. It is plain that the noncognitive functions which are carried by these phonological elements are the essential factors in the mechanism of the change. This conclusion can be generalized to many other instances of more complex changes, in which the net result is a radical change in cognitive function. The sound change in Martha's Vinneyard did not produce phonemic change, in which units defined by cognitive function were merged or split.* (Labov, 1972 a, p. 170)

Porém, ao tentar abrir uma fenda nos paradigmas tomados como concorrentes, para colocar neles a cunha da "realidade" sociolingüística, Labov põe à mostra as próprias ranhuras da sociolingüística. No capítulo 9 de seu livro de 72, uma das perguntas cruciais que se faz é:

> *Can high-level, abstract rules of phonology and grammar be affected by social factors?* (Labov, 1972 a, p.272)

Como se sabe, Labov trabalha com uma distinção dos tipos de regras lingüísticas que operariam em uma língua: as regras de nível mais alto (*higher level rules*) e as regras de nível mais baixo (*lower level rules*). As regras do primeiro tipo, ao contrário das do segundo tipo:

> *...are higher up in the ordering sequence, if changed would affect the output of many other rules, and contain more abstract information. We are increasingly aware that most rules of grammar are quite remote from conscious awareness.*
> (Labov, 1972a, p.272)

Veja que a última constatação decorre justamente do fato de que, para ele, as regras da gramática têm um estatuto cognitivo real. Por conseguinte, temos a necessidade de afirmar explicitamente o quanto tais regras seriam "inconscientes". Observe-se também, que, embora o texto de 72 seja um panfleto contra a lingüística chomskyana, em fase de consolidação no ambiente acadêmico na época, a tendência a ver regras gramaticais como parte da realidade psicológica do falante se estende também ao estruturalismo, desconhecendo a distância que há entre o modelo formal da língua e o seu correlato na mente dos falantes. Em grande parte, o problema desta redução é originário da própria maneira como a Teoria Gerativa era percebida na época e da dificuldade em operar com um modelo formal e a sua relação com dados empíricos das línguas. Esta redução irá levar, por outro lado, a que se proponha a extensão da noção de *competência*, da Teoria Gerativa, para abarcar correlações com o funcionamento social da língua, tanto em Hymes, com a noção de *competência comunicativa*, como no próprio Labov, com a proposição de *regras variáveis*, que integrariam a competência lingüística dos falantes:

> *...one may set aside variables rules on the ground that they are rules of performance(...)*
>
> *The ability of human beings to accept, preserve and interpret rules with variable constraints is clearly an important aspect of their linguistic competence or* langue.
>
> (Labov, 1972b, p. 226)

Faz-se aqui uma passagem entre a língua, como objeto social, e a língua, como objeto psicológico, sintetizando aquilo que Saussure procurou separar. Em grande parte, isto se dá pela má compreensão das próprias idéias de Saussure, que reconhece esta ambigüidade do funcionamento da linguagem, mas propõe a saída estrutural para tal dilema. Saussure nos apresenta assim a possibilidade de estudar a língua como sistema. A língua, como estrutura, só diria respeito a si mesma e, como sistema subjacente, tem suas unidades em relação umas com as outras. A noção de estrutura liberta o pesquisador de procurar as razões últimas do funcionamento lingüístico: uma vez que a língua é, a um só tempo, um fato social e psicológico, a única possibilidade de apreendê-la seria, para Saussure, operar com ela como uma estrutura imanente, que só diz respeito a si mesma.

Toda essa operação leva a sociolingüística a um beco sem saída. Ao desafiar o dragão da imanência, Labov não percebe que a língua não se diz totalmente, que a apreensão total de seu funcionamento é impossível. O programa que propõe é empírico e, de constatação em constatação, acaba por concluir que as regras mais abstratas não são afetadas pelo componente social:

> *On the whole, our evidence points to a negative answer for our second question, but suggests that the connection between social variation and the higher-level change may be fairly rapid as the variable rule develop into a categorical one. It is important to note that social significance depends on variablitiy. In that sense, social meaning is parasitc upon language: it is confined to those areas of variation, usually on the leading edge of a generalizing linguistic change, where there exist alternative ways of saying "the same thing".* (Labov, 1972a, p. 322)

São afirmações como estas que levam Figueroa (1994) a ler a sociolingüística laboviana como operando no corte saussureano *langue/parole*, situando-se no âmbito da *parole*, sem abrir mão da noção de *langue*, como sistema, apenas tentando desfazer-se, nela, do indesejável, ou seja, o pressuposto de homogeneidade. A questão de fundo não é saber se as regras "mais abstratas" são ou não são afetadas pelo componente social. A questão de fundo é que o próprio programa empírico não é possível. Toda a parafernália empírica adotada obscurece o fato de que também se está lidando com construções teóricas que precisam ser reconhecidas como tais. Mas a possibilidade desta constatação está interditada por conta do realismo extremo que guia o programa de investigação (a propósito, cf. Figueroa, 1994, p.83). Assim, conceitos como *comunidade lingüística, variável lingüística, variantes lingüísticas, regra variável e vernáculo* são entendidos mais como entidades do mundo real do falante do que como construtos teóricos; por mais empíricas e observáveis que pareçam ser, são construções teóricas do pesquisador. Esta perspectiva leva a uma série de indagações que faz Figueroa (1994) cobrando maior consistência no realismo adotado:

> *How does one go about locating language in society when our evidence is from individuals? What are the criteria for deciding on membership in a particular social order such as a speech community? Why and how does language as a social fact affect the behavior of individuals? What is the nature of the social order that requires or allows*

language to act as a social fact? And how do members of a social order participate in that order through language?
(Figueroa, 1994, p. 84)

Todas são questões que Figueroa considerará mal respondidas pela sociolingüística laboviana. As perguntas procedem, se considerarmos o pretenso realismo laboviano - posição de onde Figueroa faz as perguntas. Se, porém, enfatizamos o viés estruturalista da sociolingüística laboviana, as perguntas podem perder o lugar, mas para tanto seria necessário abrir mão do realismo *mundano*, para usar a expressão da autora, e do positivismo extremado que perpassa o trabalho laboviano. Como as questões dizem respeito especificamente à relação do indivíduo com a língua, mais à frente teremos oportunidade de voltar a elas. Mas veja-se, uma vez mais, que a ambigüidade do programa é que acaba abrindo o flanco para perguntas como as acima.

Assim, se as "regras mais abstratas" não são afetadas pelo componente social, se o componente social afeta aquelas "áreas de variação", então só resta ao sociolingüista conformar-se em atuar a partir de cortes como o saussureano ou o chomskyano, operando no campo que aquelas duas perspectivas deixam de lado.

Toda essa exploração tem o intuito de demonstrar que Labov propõe o impossível. Figueroa (1994, p. 74) detecta muito bem a relutância de Labov em aceitar a concorrência de paradigmas, nos moldes de Khun, em função do positivismo acumulativo de sua visão de ciência. Essa posição vai levá-lo a negar Saussure e Chomsky apenas no que diz respeito ao que ele trata como uma questão metodológica: a introspecção (no caso da Teoria Gerativa) ou a fala de um indivíduo, no caso do estruturalismo, como fonte de dados (cf. Labov, 1972 a, pp. 185-193, ver também Wenrecih, Labov, Herzog, 1968 e Figueroa, 1994, p. 74-84), que levariam a uma visão homogênea do funcionamento lingüístico - questão teórica de fundo. Porém, mesmo contrapondo-se a essas duas visões de linguagem, sua visão positivista e realista da ciência, leva-o a uma tentativa de superar as "deficiências" de análise delas, tentando uma espécie de Lingüística Teórica expandida, ou como afirma Figueroa (1994):

What type of linguistics is Labovian linguistics? It can be viewed as an attempted synthesis beween individual and social approaches to linguistics
(Figueroa, 1994, p. 75)

Aqui é preciso fazer uma ressalva de natureza historiográfica. Embora se mantenha fiel ao programa empírico proposto em Weinreich, Labov e Herzog (1968), em Labov (1994) percebemos um certo distanciamento - ao menos no nível mais superficial de seu discurso - das questões envolvendo a sociolingüística quantitativa e a Lingüística formal. Explicitamente, o diálogo com teorias lingüísticas que trava é com as hipóteses oriundas de modelos funcionalistas. Isto não quer dizer que o diálogo com a lingüística formal deixe de existir (cf. mais adiante), apenas ele tende a não ser de natureza polêmica. No livro de 1994, transparece um certo descrédito com a lingüística teórica e uma preocupação maior com novas ferramentas de análise, especialmente as da fonética acústica, no caso da mudança fonológica:

...I do not believe that cummulative advances can be based on the reanalysis of facts already known and long considered by linguistics in other frameworks. The contradictions and paradoxes of historical linguistics will be approached here by the introduction of new data, of a type not available before.
(Labov, 1994, p. 17)

Poderemos ver mais adiante, quando discutirmos a noção de competência, que o texto de 94 continua o diálogo com a lingüística gerativa, nos seus aspectos mais gerais. Já no detalhe do trabalho sociolingüístico, a discussão de hipóteses de análise continua, em moldes semelhantes aos delineados nos textos de 72.

1.2.1.2. As regras variáveis e o diálogo com a Teoria Gerativa

É interessante constatar que, embora Labov ponha Saussure e Chomsky no mesmo balaio, é com este último que a interação se dá de fato. Ainda que movido pelo espírito

beligerante dos finais dos anos 60 e anos 70, o movimento de Labov de aproximação com a Teoria Gerativa tem uma razão conceitual para existir.

Associado ao conceito de variável lingüística, vamos encontrar o de regra variável, que justamente torna possível pensar o sistema lingüístico heterogeneamente. Desde a notação das regras até a proposição de uma noção de competência estendida o paralelo com a Teoria Gerativa é inevitável (cf. Labov, 1972, a,b).

Basicamente, a operação consiste em introduzir na notação das regras a noção de probabilidade[1] de aplicação variável em função de diversos contextos. Ao mesmo tempo, a aplicação se torna variável segundo restrições de natureza social. Em Weinreich, Labov e Herzog (1968), vamos encontrar a motivação para tal aproximação.

Ao resenhar as diversas teorias lingüísticas, dos neogramáticos ao gerativismo, os autores chamam a atenção para o fato de que, diferentemente do estruturalismo americano, a teoria gerativa (e o estruturalismo europeu) permitia que se pensasse a relação entre o sistema subjacente e sua realização como parte do funcionamento da gramática de uma língua. Como estavam interessados em introduzir a noção de um sistema variável em que o **quantum** de ocorrência de uma forma tem relevância para o processo de mudança - e faz mesmo parte do funcionamento de tal sistema, o diálogo com a teoria gerativa era mais natural, porque já era capaz de prover o mecanismo básico de correlação. Bastava estendê-lo:

> *Martinet is certainly right in saying (1955:62) that a linguist should not be diverted from his search for cause by the complexity of the problems; but it is not clear that a theory based upon functional yield of cognitive contrasts can provide the machinery for assessing the full complexity for causal relations within phonological structure. We note that the mechanism of ordered rules developed within a generative framework, which is not dependent upon a set of contrasting units at any level lower than lexical level, does offer a rich field for searching out such deep-seated relations between superficially unconnected phenomena*
>
> (Weinreich, Labov e Herzog, 1968, p. 137)

[1] Há uma alteração conceitual em função do trabalho de Sankoff & Cedergreen (1972). Inicialmente, as regras foram propostas incorporando as freqüências como índces de variabilidade das formas variantes (Labov, 1969). A partir de Sankoff & Cedergreen (1972) são as probabilidades de ocorrência que inidiciarão as variantes. Essa alteração permite articular com maior facilidade as regras variáveis com a noção de competência.

The imposition of a purely functional conception of the phoneme onto the history of sound change often leds to strange results; a radical change like

t d > d ð

θ h

fails to qualify as a linguistic change because the repertory of phonemes (i.e. "structure") had not been affected; after the change, there were stil three phonemes, in one-one correspondence with the three before the change . Such a purely functional view contended that phonetic realization of the contrastive units was irrelevant to structure, and it thereby obscured the structural character of the most systematic large-scale sound shifts. The dificulty can be avoided, however, if we follow instead the Prague tradition of uderstanding the phoneme not only in terms of its morph-distinguishing function, but also in terms of its distinctive-feature structure. (Weinreich, Labov e Herzog, 1968, p. 142)

Embora no texto programático de 68 e nos textos que se seguem haja uma insistência nas enormes restrições em tratar fenômenos de mudança exclusivamente a partir dos quadros teóricos estruturalista e gerativista (restrições pertinentes, já que os objetos de tais modelos teóricos são tomados sob a condição de imanência da língua e da estabilidade do sistema) pode-se ver por estas passagens o reconhecimento do terreno adversário onde se encontrará a brecha para tratar de fenômenos lingüísticos variáveis.

Temos de um lado uma relação mais íntima entre a estrutura subjacente e a realização fonética, proposta pela fonologia de Praga que desembocará nas regras fonológicas gerativistas, que irão pressupor esta relação como parte do funcionamento da gramática, ou seja, da competência do falante; a teoria fonológica de Praga deu ao fonema uma positividade que permitiu fugir à máxima saussureana segundo a qual na língua o que existem são somente diferenças. Na fonologia gerativa, a noção de fonema perde o seu lugar, organizando-se a gramática a partir desse sistema de traços, que incorporam de maneira mais detalhada a superficie fonética da língua no modelo de gramática, ainda que se deva ter claro que o *output* fonético não tenha o estatuto realista que o variacionista desejasse que tivesse.

Esta nova formatação permitiu a Labov uma passagem para pensar o **-êmico** e o **-ético** de maneira unificada. Bastava somente introduzir nas regras fonológicas o **quantum**

de realização das formas de saída - que é o elemento central para pôr de pé o **sistema** heterogêneo. Na visão laboviana, este **quantum** é que, entre outras coisas, vai permitir pensar o processo de mudança: desde a entrada de uma nova forma variante, passando pelo equilíbrio entre as duas variantes, até que, por fim, um dos **quanta**, o da variante conservadora chegue a zero.[2]

Obviamente, esta aproximação não seria possível sem a redução da Teoria Gerativa ao realismo mundano laboviano. Numa regra fonológica como:

1) X -> Y/ A__ B[3]

Contraction: ə -> 0/ ## [__ , + T] C^1_2 ## (cf. Labov, 1972 b, p. 93)

a relação entre X e Y, nos termos da fórmula, não é, para o modelo gerativo, uma relação estrita entre o subjacente e o observável na performance da língua. Se as regras fazem parte da competência do falante e se a competência é um modelo para a mente do falante, ambas as entidades integram esse modelo da mente e, por conseguinte, não dizem respeito ao mundo físico. O mundo físico, onde se dão as manifestações e contagens de manifestações, não é acessível ao modelo. Assim, quando, sob inspiração do modelo, se propõe que a regra acima é opcional:

2) X -> (Y)/ A__ B

Contraction: ə -> 0/ ## [__ , + T] C^1_2 ##

novamente não é acessível ao modelo de mente o lugar da opcionalidade, que é de outra ordem. Portanto, quando Labov propõe introduzir, numa regra como a acima, um **quantum** γ, que seria a sua probabilidade de aplicação, está subvertendo o modelo dentro do qual ela

---

[2] Esta relação recebe uma elaboração matemática probabilística que não é necessário detalhar aqui. Podem-se ver os detalhes da formulação e notação matemática em Labov (1972a, b) e em Sankoff & Cedergreen (1972).

[3] Este exemplo e os seguintes foram retirados de Labov, 1972, b, p. 93, na sua demonstração das regras variáveis.

foi proposta, já que a noção de probabilidade traz embutidos os estados do mundo real em que a regra se aplicará. O mesmo tipo de entendimento da Teoria Gerativa levou a inúmeras confusões acerca de noções como *estrutura profunda/estrutura superficial*, ou *língua-I / língua-E*, conforme já assinalou Moino (1994).

Vê-se então que o diálogo com a Lingüística teórica, dentro da qual Labov insere seu trabalho, se dá com aproximações que facilitam a tarefa de propor uma nova visão. E foi o modelo gerativista, que herda do estruturalismo de Praga a noção de fonema como conjunto de traços distintivos, que se mostrou a abertura mais promissora. Noutras palavras, trata-se de um atalho muito grande; do contrário, teria sido necessário construir toda uma nova teoria lingüística para integrar a sua sociolingüística. Para que isso fosse possível, é claro que um gesto de redução realista foi necessário, propondo uma visão integradora do trabalho teórico do lingüista variacionista. A Teoria Gerativa daria as ferramentas necessárias para a prospecção inicial, o enquadramento dos fenômenos a partir do qual o trabalho de análise quantitativa se poderia colocar de pé:

> *We combined the thechnics of generative grammar with quantitative analysis of systematic variation in BEV[4] to arrive at this result, and in so doing necessarily enlarged the concept of "rule of grammar". This enlargement and our methods of analysis may be seen novel or even challenging to those who are convinced that linguistic theory has little to learne from the study of linguistic behavior. But I do not see theses methods or this formal treatment as radical revisions of generative grammar and phonology. On the contrary, I believe that our findings give independent confirmation of the value of generative techniques in several ways.*
>
> (Labov, 1972b, p. 127)

1.2.2. A natureza dos dados em Labov

1.2.2.1. Multiplicidade domesticada - as formas variantes

[4] BEV é a sigla utilizada para Black English Vernacular, isto é, o dialeto utilizado pelas comunidades afro-americanas nos Estados Unidos.

Já vimos que o *modus operandi* laboviano consiste em promover a autonomia da língua, para depois pô-la em paralelo com o funcionamento social. Vimos também que o jogo de espirais que é a língua, inapreensível em sua totalidade, só é passível de ser estudado a partir de cortes precisos, operados em lugares distintos do fato lingüístico. Assim, Labov estruturaliza os fenômenos de variação e, numa extensão do sistema de regras variáveis, a própria noção de comunidade lingüística.

Uma variável lingüística é definida com base na identidade da multiplicidade - duas ou mais formas que se igualam em um lugar da estrutura. Porém, a própria multiplicidade, por sua vez, também é cindida em identidade e multiplicidade. O primeiro caso, já observamos anteriormente, quando analisamos o conceito de variável lingüística. Embora não o afirme tacitamente, fica claro que, ao identificar uma a outra entidades diferentes do plano significante da língua, ele está lançando mão da noção de valor saussureano: pelo menos com relação a um certo valor, tal e tal entidade se igualam. É a ponta da manivela que ele puxa, para fazer girar o motor modelado da lingua. Mas a multiplicidade das formas variantes também é ela uma multiplicidade domesticada. E é uma multiplicidade domesticada na medida em que as entidades do mundo real físico não são tomadas em sua plenitude, como eventos únicos e irrepetíveis, mas enquanto sinais de um valor em relação a outro conjunto de múltiplas possibilidades, seja no plano do sistema lingüístico, seja no plano dos significados sociais. No caso de fenômenos fonéticos, isto é muito claro: diferentes graus de palatalização - ínfimas diferenças -, por exemplo, são reduzidos a duas ou três variantes, postas uma com relação a outra, identificadas a um mesmo ponto na estrutura da língua, iguais em pelo menos um valor.

Na seção 1.2.1.2. lembramos que uma propriedade que caracteriza as formas variantes é que são passíveis de contagem, ou seja, para que se possa pensar o fenômeno de variação e de mudança, é preciso incorporar um índice numérico de proporção - um **quantum** para a realização de cada forma variante. O próprio Labov estabelece um princípio de "*accountability*" :

> *that any variable form (a member of a set of alternative ways of "saying the same thing") should be reported with the proportion of cases in which the form did occur in the relevant environment, compared to the total number of cases in which it might have occurred.* (Labov, 1972 b, p. 94 - aspas do original)

Uma visão como a acima leva à conseqüência de que as variantes lingüísticas sejam necessariamente formas discretas, ainda que, como Weireich, Labov e Herzog (1968) tenham destacado, as variantes possam ser contínuas ou discretas. Quando se trata de variantes contínuas, como a altura ou posteriodade da vogal, há dois mecanismos de "discretização" das variantes.

Um deles é estabilizando a continuidade em graus discretos, que podem ser respaldados por análises acústicas que demonstrem a confiabilidade da análise auditiva. É o que se vê em Labov (1972a), por exemplo:

> *For the purposes of our study, it is necessary to establish discrete phonetic variants for the (eh) variable. Though the height of the vowel is a continuous variable, we can establish such discret coding points with the help of other word classes that are relatively fixed.* (Labov, 1972a, p. 75)

O mesmo procedimento é adotado com as variáveis (oh), em N.York e (ay), (aw) em Martha's Vinneyard. Em Labov (1994), o autor constata que, na época desses trabalhos, ainda não se dispunha de ferramentas tecnológicas que permitissem avançar em análises acústicas mais confiáveis, que foram desenvolvidas ao longo dos anos de pesquisa sociolingüística.

Assim é que temos, mais recentemente, a possibilidade de estabelecer correlações entre variáveis contínuas e variáveis sociais ou lingüísticas, sem que seja necessário recorrer ao procedimento acima. No entanto, as formas variantes acabam sendo "discretizadas" por meio de artifícios matemáticos que permitem operar com patamares no contínuo da variação (médias, desvio padrão, medidas de variância etc. - cf. Labov, 1994, cap.1, dentre outros). A diferença em relação ao outro procedimento é que lá a categorização antecede o processo de tabulação dos dados, enquanto que aqui é uma etapa posterior à análise bruta dos dados por meio de equipamentos acústicos.

Temos então que as formas variantes, quando tomadas como tais pelo pesquisador, já não são mais o natural da língua em seu estado bruto. Nesse sentido, as variantes são construídas pelo pesquisador. O próprio Labov (1994) indiretamente admite isso, quando procura estabelecer com precisão os diversos níveis de "abstração" presentes no trabalho científico. A única categoria "concreta" que admite é *"a label for a physical trait or process, a unitary measure that is not a combination of other measurements"* (cf. Labov, 1994, p. 532). Assim, afirma ele na nota 20 do capítulo 18:

> *A different type of abstraction leads in the direction of statistical generalization. Mean values of a group of vowels are obviously one step more abrstract, and normalized mean values considerably more abstract* (...) (Labov, 1994, p. 532)

Aqui é preciso salientar que, a rigor, como se sabe, não há formas lingüísticas sonoras discretas, como unidades repetíveis integralmente. O que chamamos de variantes discretas são aquelas em que determinadas propriedades fonéticas são salientes de tal maneira que é possível diferenciá-las umas das outras. Porém, a identificação de uma forma variante é sempre a identificação de uma classe de sons (tal qual um fonema é identificado a uma classe de sons - mais ou menos discretos ao ouvido). No caso de variantes sintáticas, para além das questões envolvendo o sentido da sentença (cf. Lavandera, 1978), a operação de seleção é imediata: passa sempre pelo "escaneamento" de cada enunciado, que é filtrado segundo categorias sintáticas pré-estabelecidas, desprezando-se, no mais das vezes, detalhes da sua substância fônica.

O que significa dizer que as variantes são construídas pelo pesquisador? O que ele descobre quando "descobre" que há formas variantes - ou seja - duas maneiras de dizer a mesma coisa? Se nenhum som é repetível, o que nos permite dizer que o fonema /t/ constitui uma variável no português, mas o fonema /p/ não?

Temos que admitir que, quando duas formas são dadas como variantes entre si, o pressuposto com o qual se trabalha é que sobre elas já se operou um tipo de seleção por parte do sistema lingüístico, aqui entendido no sentido laboviano do termo. Assim, ao construir o agrupamento de ínfimas variações sob o rótulo desta ou daquela variante, não se

está somente atuando a partir daquilo que o ouvido mais ou menos treinado é capaz de perceber (ou que medições acústicas vão determinar com maior precisão em regiões acústico-articulatórias). Está-se atuando no sentido de possibilitar fazer marcar a substância fônica de valor social, operando-se, já aí, a seleção que tornará possível o "sistema" caminhar nesta ou naquela direção. O que estou querendo dizer é o seguinte: do conjunto infinito de variações possíveis, quando um conjunto de formas chega a ser agrupado na forma de uma variante, quando esta variante é dada à língua como tal, sobre ela já se opera o jogo social. Nenhuma forma variante nasce para o funcionamento da língua impunemente. Assim, a multiplicidade para uma perspectiva variacionista da língua nunca é o caótico, e é por isso que é possível conceber uma heterogeneidade sistemática. Quando se põe a questão de saber se esta ou aquela variante vai ganhar a briga pela primazia na língua, elas já foram selecionadas. Dito de outra maneira, mesmo nos casos de "variação estável", ou seja, variação que não conduz a mudança, já se operou uma seleção - a seleção entre as múltiplas possibilidades de articulação de um dado som. Uma forma variante nunca pode ser igual a si mesma, nem no mesmo informante, no entanto todas as "variantes" de uma variante têm o mesmo valor, o valor de se opor a outra forma variante, que por sua vez é a identidade de infinitas outras formas variantes.

Ao menos aos olhos do pesquisador, cada variante enunciada remete às outras variantes da mesma variável. Sendo assim, tanto uma variante é um sinal positivo de algum significado social, como é também o sinal negativo da outra variante. Vistas dessa maneira, as variantes não são somente índices únicos deste ou daquele significado social, mas comportam também a noção saussureana de valor: tanto valem pelo que assinalam, como pelo que evitam assinalar. É somente assim que se pode pensar em heterogeneidade sistemática governada no domínio social. Cada fonema da língua pode ser pronunciado de maneiras infinitamente diferentes. No entanto, não dizemos que o /b/ esteja em variação no português. Por que não nos damos classes de sons que se contrapusessem umas às outras, como formas variantes do fonema /b/?

Variantes infinitas de sons são postas em duas ou três classes de sons como variantes entre si quando a língua (entendida aqui tanto estritamente, enquanto sistema autônomo,

como amplamente, enquanto fato social) passou a jogar com elas. Nesse momento é impossível investigar a causa primeira, mas, como a visão de língua como sistema autônomo não nos permite supor qualquer controle sobre as formas variantes - além do limite máximo de variação, definível por traços fonéticos de valor fonológico - só nos resta supor que múltiplas variações da camada sônica só ganham o estatuto de formas variantes, no sentido laboviano, quando, de alguma maneira, passam a ser interpretadas como constitutivas da língua como uma construção social.

Por conseguinte, se existem de fato formas variantes, temos que pensar que elas necessariamente integram o funcionamento da língua, como parte da sua estrutura. O fato de existirem duas formas variantes (no sentido laboviano do termo) já implica que o sistema lingüístico "escolheu" "variar" naquele ponto da estrutura, mas não em outro (onde seguramente apresenta oscilações que não são dadas como **variantes**). Teríamos, então, que distinguir dois "estágios" de variação: um em que se trata de oscilações aleatórias, devidas ao próprio funcionamento físico da fala; outro em que tais oscilações são arranjadas em classes que passam a competir entre si pelo seu lugar na realização fonética. O próprio Labov parece confirmar essa perspectiva:

> *At the first stage of change, where linguistic changes originate, we may observe many sporadic side-effects of articulatory processes which have no linguistic meaning: no socially significance is attached to them, either in differentiation of morphemes, or in expressive function. Only when social meaning is assigned to such variations will they be imitated and begin play a role in language. Regularity is then to be found in the end result of the process, as Sturtevant (1947:78-81) has argued, and not in the beginning.* (Labov, 1972a, p. 23)

Uma questão que permanece é: por que a língua escolhe escolher duas formas variantes em determinados lugares da estrutura num determinado momento (especialmente se considerarmos que a variação só "atrapalha" o bom desempenho do sistema, considerado somente nas suas feições lingüísticas)? É o que a sociolingüística variacionista chama de *actuation problem*. Essa é uma daquelas perguntas sem resposta, mas poderíamos formular uma hipótese de fundo, ainda baseados nas próprias especulações labovianas, que não acredita que a diversidade lingüística seja fruto de falhas no processo de comunicação.

Poderíamos dizer que, da relação dos sujeitos falantes com a língua, da sua relação com a comunidade lingüística, a língua é continuamente posta para variar, selecionando-se classes de sons para competirem entre si. Assim, o começo de um processo de variação não é a repetição de uma mesma "falha" de produção, nem a imitação de uma inovação introduzida por este ou aquele falante, mas é produto das forças que atuam na sociedade, não como direções vindas desta ou daquela fonte, mas como um contínuo estranhamento de estar junto. Isto nos remeterá a outra discussão importante que é o do processo de identidade do sujeito na sua relação com a língua, quando teremos oportunidade de elaborar melhor esta hipótese.

1.2.2.2. A noção de comunidade lingüística

Um dos conceitos mais problemáticos da sociolingüística é o de ***comunidade lingüística***. Para nós é central pensar esse conceito, uma vez que o que estamos circunscrevendo como Florianópolis se apresenta multifacetado em muitas Florianópolis. O próprio nome da cidade está em questão, como já assinalamos, e essa disputa pela designação envolve o processo de multifacetação (cf. capítulo 2). É provável que aquilo que em Florianópolis se apresenta de maneira mais saliente possa ser aplicado a qualquer agrupamento urbano: o jogo de denominações e discursos que articulam tais denominações é que vai propiciar, muitas vezes, a ilusão de univocidade na identidade, colocando em segundo plano muitos aspectos da multiplicação de feições possíveis.

Ao descrever o funcionamento de cinco variáveis lingüísticas em Nova Iorque, Labov (1972 a), utilizando-se de categorias extra-lingüísticas como idade, etnia, classe social e estilo, temina por descortinar padrões de produção muito diferenciados uns dos outros, para os diversos índices sociais que adota. No caso da variável < r >, que tem como variantes a presença ou a ausência do fonema /r/ em posição pós-vocálica, encontra um forte condicionamento estilístico, além de um condicionamento por classe social, com um comportamento de hipercorreção da classe média baixa, que em estilos mais formais de fala, termina por produzir freqüências superiores às da classe média alta (cf. Labov, 1972a, pp.

123-142). Tais resultados levam-no à conclusão de que haveria um processo de mudança em andamento, originário nas classes mais altas, que teriam iniciado, após a segunda guerra mundial, uma alteração no padrão de pronúncia da variável, de ausência de /r/ à sua presença em posição de coda da sílaba.

Tais resultados, somados a outros que apontam uma discrepância entre a produção dos falantes e os resultados dos testes de avaliação, fazem com que Labov (1972a) proponha uma outra definição para o conceito de comunidade lingüística. Ocorre que muitos falantes identificam como formas socialmente aceitas justamente aquelas que não são encontradas em sua produção. Em função disso, Labov (1972a) propõe um conceito de comunidade lingüística em que não é a vinculação entre os falantes e a sua produção lingüística que funciona como demarcadora de uma comunidade lingüística, mas é a avaliação que os falantes fazem das formas lingüísticas que criaria a unidade, o elemento aglutinador para que se possa circunscrever uma dada comunidade:

> *...a speech community cannot be conceived as a group of speakers who all use the same forms; it is best defined as a group who share the same norms in regard to language. In this sense, older and younger speakers in New York belong to slightly different speech communities, with a fairly distinct discontinuity for those speakers born in the mid 1920's.*
>
> (Labov, 1972,a , p. 158)

A diferença a que ele se refere diz respeito à avaliação de formas lingüísticas por falantes abaixo de 18 anos e acima de 50, que não respondem do mesmo modo que a maioria dos falantes. Obviamente, podemos questionar o relativismo do conceito e o que significaria colocar à parte este ou aquele grupo etário - ou perguntar que medida se pode ter para representar uma comunidade "um pouco" "levemente" (*slightly*) diferente. Esta relativa falta de objetividade no conceito, embora tenha sido proposto depois de farta e detalhada discussão dos testes de avaliação, é um dos aspectos atraentes na definição, porque põe a nu justamente a impossibilidade de um conceito rigorosamente demarcatório de comunidade lingüística, que sempre escapa, de uma forma ou de outra a uma verificação empírica absoluta (cf. Milroy, 1987, cap.1).

Figueroa (1994) aponta uma inconsistência da aplicação deste conceito ao longo do trabalho laboviano, indicando que, em mais de um momento, ele acaba por usar índices da produção dos falantes para inseri-los ou não em determinado grupo lingüístico.[5] De fato é muito dificil para Labov sustentar a aplicação desta definição, uma vez que o conceito de comunidade lingüística é central para a articulação das regras variáveis no sistema heterogêneo. Em vários momentos, Labov vai pontuar que as regras variáveis são entidades da ordem da comunidade lingüística, e não do indivíduo (cf. Weinreich, Labov e Herzog, 1968, p., Labov, 1972,a, p. 124 Labov 1972,b p., dentre outros). Pode-se ver esta abordagem como uma extensão do conceito saussureano de *langue*, como um fato social e, além disso, motivada pelo desejo de fugir à instância do indivíduo como fonte de dados empíricos, seja na sua produção, seja na sua intuição. Asssim, é compreensível que em vários momentos Labov acabe vinculando explicitamente a noção de comunidade à produção lingüística dos falantes, embora fosse desejável a manutenção do conceito tal como definido acima. Penso, porém, que as duas perspectivas - a unidade da comunidade lingüística a partir dos mesmos valores normativos e a comunidade lingüística como o lugar das regras variáveis - têm uma conexão que nos remete à noção de estrutura, o que implicaria deslocar a sociolingüística de seu realismo mundano para um realismo metafisico, para utilizar a terminologia de Figueroa (1994).

Colocar as regras variáveis no âmbito da comunidade lingüística pode parecer, num primeiro momento, meio óbvio, em razão da própria natureza da sociolingüística. Porém, dado o modo como é concebido o sistema lingüístico e as regras variáveis (uma super-estrutura para além da língua e, de certo modo, a-histórica), somos levados a ver a comunidade lingüística como uma extensão do sistema heterogêneo. Por conseguinte, a comunidade lingüística passa a ser concebida também estruturalmente. Ou seja, tentarei demonstrar que na sociolingüística laboviana a comunidade lingüística é tida como uma imanência que não permite um exterior para além dela. Como conseqüência, o sujeito falante, como indivíduo, não tem lugar como fonte de variação e de significados sociais, nem

[5] Um dos exemplos que Figueroa (1994) traz é o de Carla, *the young whit woman who was disallowed membership in the black speech community by Labov because she did not control the tense-aspect system of*

estes últimos teriam sua fonte em lugares específicos do mundo real, mas fariam parte de um jogo de valores, no sentido saussereano do termo.

Aqui, é preciso ressaltar que o programa realista laboviano se distancia de seus princípios, mesmo sem o querer. Figueroa (1994) faz uma contundente crítica a esta ausência de articulação entre a noção de comunidade lingüística e o indivíduo, cobrando coerência no projeto realista laboviano. Dentre outros problemas, ela aponta para a impossibilidade de articular o indivíduo - as pessoas "reais" - com a comunidade lingüística:

> *Given that to study the linguistic system, one must study how individuals use it, there must be a relationship drawn between the individual and the system. By making the individual subordinate to the community, and by having language behavior determined by the community and not by individual, one is not given a very good sense of how language behavior actually works .* (Figueroa, 1994, p. 89)

Segundo Figueroa, este é o mesmo problema de Saussure, que não explicaria *how* langue *which is supra-individual becomes part of the individual* (cf. Figueroa, 1994, p. 88). Sendo assim, *How can one maintain that language is located in the community when the language behavior being studied is taken from individuals?* (cf. Figueroa, 1994, p. 89). Ou seja, como um programa realista de investigação, que opera sobre a matéria bruta da fala de indivíduos - supostamente reais, acontecimentos de fala em um dado momento histórico - pode abrir mão desta mesma realidade, colocando o funcionamento do sistema analisado em outro lugar?

Figueroa (1994) chega exatamente ao ponto, percebendo que o indivíduo só conta como um conjunto de categorias "supra-individuais" como classe social, sexo, etc:

> *The individual is therefore a token of a type and an individual's speech is identified with tokens of types. Once the individual is identified with a type, then she is related to a larger group strictly in terms of that type. The multiplicity of the individual is factored out and the language behavior of individual is abstracted to community. But this is circular since individuals are to be considered in relational terms with the overall system, in order to make relations between the individuals there must be some* a priori *notion of the system. Defining an individual in terms of the community, therefore requires some* a priori *notion of the community.* (Figueroa, 1994, p. 89)

Black Vernacular English (Labov, 1980) (cf. Figueroa, 1994, p. 87).

O indivíduo é apenas a instanciação de um tipo. Na verdade, mais de um tipo. E a multiplicidade do indivíduo é que é fatorada (cf. seção 1.3.2.4. adiante). Figueroa aponta a circularidade a que aludimos acima: onde está o "*a priori*" do programa laboviano? O sistema de regras variáveis tem como fonte a comunidade lingüística, os significados sociais das formas sociais têm como fonte a comunidade lingüística, mas ao mesmo tempo é esse mesmo sistema lingüístico e os significados sociais que definem a mesma comunidade lingüística. Uma vez que o sujeito falante está completamente submetido tanto ao sistema lingüístico como à comunidade, ele passa a não ser a **fonte** do processo de variação e de mudança. Mas onde estaria esta fonte, se o sistema é definido como sempre resrito a uma dada comunidade lingüística?

Esta circularidade opera em mais de um lugar. As inconsistências provenientes de tal circularidade são fruto, mais uma vez, do desafio proposto por Labov de tentar subverter a imanência lingüística. Seu gesto acaba por levá-lo a, no fim, expandir a própria imanência para a comunidade lingüística. Dissemos acima que, ao estabelecer as variáveis como entidades ambíguas, necessariamente nem o lingüístico é mais lingüístico nem o social é mais social, mas ambos passariam a operar numa terceira ordem. Como a comunidade lingüística é uma extensão do sistema lingüístico heterogêneneo, necessariamente estaria imbricada no jogo de relações com ele. Assim, é só aparentemente que a comunidade lingüística é o exterior deste sistema heterogêneo, bem como o sujeito falante individual. Na verdade, não há fonte exterior para a variação nem para os significados sociais das variantes. No fundo, a comunidade lingüística laboviana é concebida estruturalmente, como uma entidade imanente. Isto quereria dizer que não conta de onde ela vem, quais são os seus "agentes" externos. O que conta são as entidades estruturais na sua relação interna, umas com as outras. O sujeito falante é apenas uma instância onde se materializam as forças operantes em tal comunidade lingüística , aqui, novamente, entendidas não como vetores de uma fonte externa, mas como integrantes de um sistema. Na mesma direção, qualquer noção proposta irá ser reduzida, nessa ambiente de buraco negro, a uma relação com as outras.

É este funcionamento estrutural que escapa a Figueroa (1994) e a leva às críticas contundentes à ausência de uma articulação da comunidade com indivíduo. Esta relação não cabe no modelo laboviano nos moldes reclamados por Figueroa. Mesmo quando Labov a propõe explicitamente – no nível da competência do falante – não se trata de um indivíduo senhor de si e do processo de variação.

Desta maneira, se há realismo em Labov, ele está numa suposta crença de que um tal sistema, como um todo, encontraria algum correlato no mundo real, como representação de estados de funcionamento, mas não como uma correspondência par a par, de tal maneira que o trabalho descritivo e analítico fosse, de fato, um retrato preciso de como as coisas se dão. Temos, assim, dois níveis de operação discursiva na sociolingüística laboviana: um é aquele que tenta fazer crer que aquilo que transpira nas páginas é o suor do mundo; o outro é aquele em que se tem o desespero de não conseguir atravessar a opacidade do vidro que nos separa do mundo lá fora: o que transpira é vapor condensado do lado de cá, mas a água não atravessou o vidro. É a saída estrutural, para o corte estrutural original.

1.2.2.3. Formas variantes como anagramas

1.2.2.3.1. Introdução

Tentarei desenvolver nas duas próximas seções a idéia de que Labov tenta fazer falar uma outra voz da língua, e o recorte que faz, a partir de variáveis postuladas lingüisticamente, permite que essa voz seja duplamente articulada - lingüística e não lingüisticamente.

Em Starobinski (1974) encontramos a transcrição das anotações de Saussure a respeito de anagramas que ele tentava decifrar em textos gregos e latinos. Chamam a atenção de Starobinski as inúmeras possibilidades de leitura que se abrem nos textos poéticos, nos quais a repetição de certos elementos da cadeia significante, segundo regras que Saussure buscava descobrir, remetia a nomes-chave (ou *palavras-tema*, na terminologia de Starobinski) que perpassavam todo o texto, dando a ele uma outra dimensão interpretativa. A tal ponto que, a certa altura, comenta Starobinski:

Desenvolvido em toda a sua plenitude, o anagrama torna-se um discurso sob o discurso. (Starobinski, 1974, p. 55)

Nesta seção, me interessa discutir a sintaxe das formas variantes, vistas como unidades de um anagrama, cuja combinação segue um certo algoritmo . Mais que isso, a leitura desses anagramas vai possibilitar fazer falar uma voz diversa. Trata-se de um momento em que a leitura da sociolingüística laboviana pode ser enriquecida de texto, para além do estudo de formas em competição, em processo de mudança ou não. Mais ainda, trata-se de tentar ordenar um discurso que nos estudos variacionistas fica meio perdido numa sociologia hesitante. Trata-se de dar uma sintaxe à interpretação dos resultados, transformar essa "interpretação" em discurso.

Esse movimento teórico compreende um enfeixamento entre a visão das formas variantes tal como foi apresentada acima, o estatuto da entrevista laboviana e os dados estatísticos, e as correlações "extra-lingüísticas" tomadas como variáveis controladoras do processo. Ao mesmo tempo, tenta tocar na questão da imanência da língua.

Como se viu na outra seção, tanto a variável, quanto as variantes são definidas a partir da repetição e da multiplicidade. E são constituídas como tais a partir do funcionamento social da língua. A questão agora é saber o que lemos quando interpretamos as freqüências das formas variantes. Para tanto, é preciso discutir que estatuto têm as entrevistas que são a fonte dos dados a partir dos quais são feitas as leituras da comunidade. O pressuposto capital da sociolingüística laboviana é o de que é possível nelas captar o vernáculo dos falantes, ou seja, as formas lingüísticas mais genuínas e não contaminadas pela atuação de pressões normativas. É no vernáculo que estariam localizadas as formas lingüísticas que caracterizariam os falantes em relação aos lugares sociais que ocupam. Pretendemos demonstrar que o vernáculo é também definido a partir de uma relação estrutural, não vindo ao caso o quanto genuíno seria, uma vez que está enfeixado no sistema heterogêneo com o qual o sujeito falante está em tensão quando da entrevista.

1.2.2.3.2. As noções de estilo e de vernáculo

A entrevista laboviana é um recurso para superar a impossibilidade de apreender a totalidade de enunciados dos falantes de uma dada comunidade em um dado momento. O recurso à gravação permite que a análise lingüística e quantitativa se torne possível, ainda que outros métodos de abordagem, como o das entrevistas anônimas, possam ser utilizados para a obtenção de dados lingüísticos.

A busca primordial é por aquilo que Labov denomina de vernáculo. Figueroa (1994) chama a atenção para essa busca de natureza essencialista no trabalho de Labov. Dada a natureza realista de seu programa de pesquisa, é necessário perscrutar ao máximo os discursos dos falantes, na busca do vernáculo mais puro, ou seja, o momento de fala em que a menor atenção seja dispensada ao próprio modo de falar (cf. Labov, 1972, a, p. 208).

O vernáculo é uma das noções mais caras à sociolingüística variacionista; é a pedra de toque do real possível para o sociolingüista. Há uma passagem em Labov (1972a), muita curiosa, na qual ele define a noção:

> *Some styles show irregular phonological and grammatical patterns, with a great deal of "hypercorretion". In other styles we find more systematic speech, where the fundamental relations which determine the course of linguistic evolution can be seen more clearly. This is the "vernacular" - the style in which mimimum attention is given to the monitoring of speech. Observation of the vernacular gives us the most systematic data for our analysis of linguistic structure.* (Labov, 1972, p. 208 - as aspas são do original)

A noção de estilo está intimamente ligada ao contexto de enunciação, às condições de produção do ato de fala, ranqueadas numa grade que iria do contexto mais formal até o menos informal. Labov, na sua construção realista, parece realmente acreditar que de fato exista um *vernáculo*. Ocorre, porém, que este vernáculo é inacessível. Observe-se como na passagem acima, o texto passa de *estilos* (*styles*) no plural, para *estilo* no singular. O pronome *this* em *This is the "vernacular"* retoma exatamente o quê?

Vemos então que, mais uma vez, Labov põe em ação a noção de valor saussureano: por mais que acredite na existência de tal coisa, a entidade - *vernáculo* - acaba sendo definida com relação a outras entidades de mesma natureza. É na oposição com os outros estilos que o vernáculo acaba sendo definido. Em *Sociolinguistc Patterns*, ele coloca

claramente a possibilidade de tratar os estilos como uma estrutura, embora acuse um certo desconforto nos rins com isso (cf. Labov, 1972 a. cap. 3). Vejamos como ele introduz a questão, numa citação longa, mas útil e ilustrativa:

> *In the study of the Lower East Side, we proposed to reduce the irregularity in the linguistic behavior of New York speakers by going beyond the idiolect - the speech of one person in a single context. We first isolated the most important variables which interfered with the stablishment of a coherent structure for these idiolects. After defining and isolating a wide range of styles in higly comparable interview situations, we were able to discover a regular pattern of behavior governing the occurence of these variables in the speech of many individuals.*
>
> *The term structure has been used so often in linguistic discussion that it sometimes slips away from us, or becomes fixed in denoting a particular kind of unit which was originally analyzed by structural considerations. Thus a list of phonemes may be taken as a strustural statement, though no structure uniting the list is given, other than the fact that each unit is different. The excellent definition of Webster's New Internation Dictionary (2nd Edition): "structure, the interrelationship of parts as dominated by the general character of the whole" describes the pattern of stylistic variation which has been shown in the foregoing pages. But in addition to this description, 20th-century linguistics has added the requirement that linguistic structures be composed of discret units, which alternate in an all-or-none relationship.* (Labov, 1972 a, pp. 107-108)

No primeiro parágrafo, vemos resumida toda a sociolingüística laboviana: o indivíduo não é a fonte de variação, é na fala da comunidade que se encontram as regularidades variáveis quanto as invariantes sociais. Por outro lado, para entender esta fala, só nos resta como recurso ela mesma; assim, é do exame daquilo que a fala oferece que se pode definir e isolar uma variada gama de estilos que fazem emergir padrões regulares onde antes era o caos do indivíduo.

O mal-estar com a idéia de estrutura de estilos é procedente. A noção de estilo remete diretamente à enunciação, e a enunciação é um evento genuíno e irrepetível; como é possível pensá-la como parte de uma estrutura? Mais ainda, a noção de estilo englobaria a materialização no evento enunciativo de toda gama de significados sociais associados às formas lingüísticas, isto é: em um dado momento enunciativo tudo que está associado à classe social, sexo, idade no funcionamento da língua aparece materializado na relação entre os locutores, que imprimem na sua fala a fala da comunidade na relação com o outro. Como

é possível que, sendo esse momento em que o todo da língua se manifesta, possa o estilo ser reduzido a uma entidade estrutural e, por conseguinte, a-temporal e a-histórica?

O estilo é aqui uma espécie de entidade de segunda ordem, uma espécie de arquifonema das categorias sociais. Sendo ele uma decorrência dos múltiplos valores sociais impressos nas formas lingüísticas, ele próprio - esta multiplicidade - seria previsível como arranjo de linhas pela própria estrutura na qual os valores sociais diversos estão engendrados. Mas, colocados nesse escanteio estrutural, somos levados a concluir que o sujeito falante individual não controla nem o(s) estilo(s) de seu discurso; ele apenas o(s) materializa.

Porém uma propriedade da estrutura incomoda Labov, neste momento: o fato de que a estrutura implica unidades discretas, e os estilos formam uma gradação contínua. Mais ainda, para ele as unidades discretas da lingüística estrutural são "reais" para o falante, como faz questão de pontuar na nota 14, da mesma página em que se encontra a citação acima:

> *Thus the phonological structure is built with discret units, phonemes that are themselves the products of the natural economy of the language. The structural units of the vowel system are not artifacts of analytical procedure; the categorizing procedure which breaks the continuum into higly discret units can be tested and observed.*
> (Labov, 1972a, p. 108)

Dado o seu realismo, ele não se sente enconrajado o suficiente para postular os estilos como entidades discretas, preferindo fugir a uma decisão final, apenas acentuando que, independentemente dessa decisão, os estilos devem ser estudados de uma perspectiva quantitativa (cf. Labov, 1972a, p. 109).

Figueroa (1994) reage a essa busca essencialista pelo vernáculo, o qual, segundo ela, em alguns momentos vem definido como a fala de um certo grupo, noção que ela associa a uma herança da dialetologia e da sua crença na existênca de um dialeto intocado que poderia ser recuperado por meio da pesquisa de inquéritos dialetológicos. Esta aproximação com a dialetologia que faz tem por base uma questão central para ela que é a de como o grupo comanda o indivíduo (cf. Figueroa, 1994, p. 96) e, de certa maneira remete à aliança entre dialetólogos, sociolingüistas e lingüistas históricos do texto de 68 (Wiereich, Labov e

Herzog), que o próprio Labov explicita em Labov (1982). A aproximação não parece justificada, e o próprio Labov enfatiza em vários momentos (Labov, 1972, a , Labov, 1972 c, Labov 1982 e Labov, 1994) os aspectos de variação interna no trabalho de Gauchat (1905) e outros que o seguiram. É mais procedente a questão que ela coloca para o próprio critério de delimitação do vernáculo: haveria alguma fala em que os sujeitos falantes não prestariam atenção ao seu modo de falar? Será que as conversas informais são uma fonte deste tipo de língua que está sendo demandado, especialmente se considerarmos que em muitos grupos o exercício estilístico da fala não é comum somente a situações marcadas, mas ocorre nas interações mais informais? (cf. Figueroa, 1994, p. 97). Haveria um vernáculo "puro"? Esta é a questão. Veja-se que, no trecho em que se define o vernáculo mais acima, se parte da oposição entre estilos nos quais tende a ocorrer hipercorreção e se chega a estilos nos quais a fala é *mais* sistemática. Não absolutamente sistemática. Daí há um salto: *Isso é o vernáculo*, no singular, como se tal coisa existisse. Aqui nós estamos no cerne da discussão a respeito do funcionamento da sociolingüística variacionista. Como se pretende realista, é preciso que haja o máximo de proximidade com a fala "real". No entanto, como diferenciar o que é o vernáculo "puro" do que é hipercorreção?

Vernáculo é uma construção do pesquisador. Não se chega até ele, de fato, ou porque talvez não exista realmente, ou porque, se existir, se encontra inacessível ao pesquisador, que acaba recorrendo a uma circularidade para definir momentos de vernáculo. A operação é mais ou menos a seguinte: se alguém de uma classe socioeconômica na base da pirâmide social, com baixo nível de escolaridade e um relativo grau de isolamento social usa determinadas formas não esperadas para estes rótulos, então isto não é o vernáculo deste falante, trata-se de hipercorreção. Sendo este o raciocínio, o vernáculo não é a fonte das formas, mas o lugar aonde quer chegar o pesquisador. Como decidir, entre os variados estilos que se pode adotar, aquele que é o mais natural de um falante? E se um falante usa uma determinada forma do "vernáculo" e outra do "não vernáculo", como lidar com a discrepância?

Mas seria o vernáculo uma noção desnecessária, tal como a noção de idioleto? Os estilos tendem ao infinito, é possível graduá-los segundo a observância de regras de

convivência social e papéis dos indivíduos na sociedade, porém nada garante que numa ponta subsista um estilo único e puro, fonte das mudanças. Ele pode até existir, mas está inacessível ao pesquisador. O vernáculo é uma noção epistemologicamente necessária porque, do contrário, não é possível pensar a mudança lingüística. Ele é o *locus* da regra variável, a fala da comunidade, o ponto zero da estrutura estilística. Isto não pode ser confundido com uma noção realista de vernáculo. Os procedimentos e cuidados metodológicos para estabecê-lo como um lugar à parte podem dar essa ilusão, mas trata-se apenas de procedimentos para discretizar o contínuo estilístico, para que com ele se possa operar na estrutura sociolingüística do sistema variável. É por esta razão que, dentro do quadro que estamos tentando levantar, a entrevista sociolingüística faz sentido como fonte de dados.

Mais uma vez, vale lembrar uma distinção a que já aludimos anteriormente e que, da análise dos conceitos de *comunidade lingüística*, *formas variantes*, *estilos* e *vernáculo*, fica mais clara: a sociolingüística laboviana se pretende realista, mas lida com construções epistemológicas, criaturas teóricas, não menos que outras teorias, na maneira como opera com a materialidade da língua. A coisa se complica porque, como se lida com fala gravada, registrada, analisada em laboratório, cria-se a ilusão de que há uma relação direta de contato com a língua. Pudemos ver, com a noção de vernáculo, que tal não é o caso. A variação e o vernáculo são ambos criações do pesquisador. Posto isto, podemos dar uma olhada no estatuto da entrevista como fonte de dados.

1.2.2.3.3. A entrevista

Souza (1999) e (2000), investigando o funcionamento discursivo da entrevista do tipo laboviano, deixa bem claro que nelas subsiste uma tensão entre o sujeito falante, objeto do conhecimento da sociolingüística, e o sujeito do discurso, que procura, nas brechas das interrupções, construir a sua subjetividade para além do sujeito falante soiolingüístico. À sociolingüística laboviana interessa somente o sujeito falante como um portador de formas variantes, que é instado a falar, como se falasse de verdade:

> *A conversa transcorrida ao longo da entrevista não constitui para o sociolingüista o seu objeto de atenção. Contudo ela deve acontecer de modo recorrente, ou seja, na entrevista sociolingüística, os sujeitos devem falar como quem joga conversa fora. Este ato mostra-se intrínseco ao ato de entrevistar. Cunhada desta forma, a entrevista torna possível o aparecimento do sujeito, do objeto a serem focalizados na ordem do conhecimento sociolingüístico.* (Souza, 2000, p. 99)

Esta situação, aparentemente esdrúxula, é condizente com o que já levantamos a respeito do funcionamento lingüístico para a sociolingüística laboviana: como o objeto do conhecimento é a fala da comunidade, e não do indivíduo, a entrevista é montada de tal maneira que a comunidade fale pela boca do indivíduo. A enunciação, propriamente, fica relegada a um segundo plano e, na verdade, só desempenha algum papel no próprio jogo estruturalizante dos estilos, que já examinamos acima. Assim, segundo Souza (2000):

> *o fato sobre o qual o pesquisador vai trabalhar é constituído a custo do desaparecimento do que compõe a situação enunciativa da entrevista(...) A única forma-sujeito a ser tomada como objeto de saber neste campo é a do falante.*
> (Souza, 2000, p. 101)

Como poderemos ver mais adiante, este sujeito da entrevista vem cindido em vários posições diferentes e pode fazer-se falar *a posteriori*, na fase que Achard (1994) (**apud** Souza, 2000) chama de "esfera técnica". Quanto à entrevista propriamente, Souza (2000) assinala que, diferentemente de entrevistas de outros campos das ciências sociais, não seria o caminho para encontrar informações genuínas a respeito do funcionamento social, no sentido de o sujeito ser um informante qualificado para expor o mundo a partir de sua visão e nem seria, por outro lado, uma enunciação tomada em seu sentido pleno. O informante, para o sociolingüista, não é dono de seu dizer, mas a entrevista é construída para que se crie nele a ilusão de que é. Souza (1999) opera em uma direção oposta, ou seja, procura mostrar como as pausas e hesitações, bem como outros elementos suprassegmentais, constituem fissuras em que o falante vai acomodando uma subjetividade à subjetividade solicitada pelo entrevistador. Nestes momentos, podemos ver operando uma enunciação plena, em que o falante é interpelado como sujeito falante portador de vários papéis, previamente construído pelo pesquisador e que desliza de posição em posição, sem nunca completamente se ajustar.

Souza (1999) demonstra, no fim das contas que, se de um lado fala - *a posteriori* - na entrevista um certo sujeito falante construído pelo sociolingüista, por outro lado nas ranhuras das hesitações é possível perceber o estranhamento deste sujeito com outros. Nesse momento a enunciação escapa ao projeto da entrevista e, obviamente, não interessa ao sociolingüista.

> *Assim é que se pode definir a forma-sujeito constituída no método da entrevista sociolingüística como o efeito da interpelação do indivíduo mediante sua projeção em dado papel social e a tomada de sua fala inscrita em determinado ato de conversação, como, por exemplo, a narrativa de experiências pessoais. Os dispositivos da determinação dos papéis sociais e do forjamento de situação casual de conversa - emprestados respectivamente da Sociologia e da Teoria da Conversação - constituem o fio condutor que recorta a dimensão espaço-temporal no fluxo discursivo da narrativa pessoal.*
>
> *(Souza, 2000, p. 101)*

Podemos correlacionar os momentos circunscritos por Souza (1999) postulando que, no momento da enunciação, as formas variantes se encontram nessa tensão entre as várias posições de sujeito demandadas pela pesquisa. A diferença entre este funcionamento e o das pausas e hesitações é que o funcionamento das formas variantes já está carregado de sentidos, os quais, como se verá mais adiante, não são de natureza binária [+ -], mas correspondem a várias formações que constituem a heterogeneidade da identidade.

Esta passagem só pode ser feita, se consideramos que o modo pelo qual a entrevista significa para a sociolingüística laboviana não é como uma seqüência enunciativa, conforme assinalou Souza, 2000 (cf. citação acima), ou seja, trata-se do fato de que o que se colhe da entrevista não é o produto dela como texto enunciado. O objeto de estudo laboviano não é, decididamente, a língua como interação, entendida aqui como a seqüência de atos ilocionais de um sujeito sobre o seu interlocutor, encadeados e engendrados um no outro a fim de produzir sentido. Vista dessa maneira, como pode a sociolingüística arrogar-se o direito de estudar a relação entre língua e sociedade, se despreza justamente aquilo que é mais imediato nessa relação, que é a produção de sentido por meio de enunciados que dizem respeito uns aos outros? Noutras palavras, o sujeito falante é um sujeito que nada diz, que nada significa? O método laboviano picota completamente os enunciados, não respeitando

começo meio e fim, intenção ou resposta. No máximo, busca correlações com o momento da enunciação - se pensamos aqui na estrutura da narrativa proposta por Labov - para supor momentos de maior ou menor despreocupação do falante com as formas lingüísticas que produz (o mesmo se pode dizer dos testes de estilo, que visam a medir tais correlações).

O dado laboviano só faz sentido se pensamos em outros recortes da enunciação, se expandimos a noção de enunciado, se operamos com uma noção de discurso mais ampla, acoplando-a uma visão anagramática da língua manifesta (para opor à língua como sistema). Assim, o discurso - materialmente tomado - é, em Labov, um anagrama que combina valores repetidos. O algoritmo que dita a escolha das unidades foi discutido acima, está no conceito das formas variantes, identificáveis a uma variável. A combinação sintagmática dessas figuras recortadas isoladamente, vai aparecer transcodificada nos percentuais e pesos relativos, tanto como fala de um indivíduo, porém mais que tudo, como fala de um sujeito definido a partir de posições enunciativas dadas no próprio funcionamento social das variantes. É sobretudo esse sujeito que se quer fazer falar. O indivíduo não conta, ele apenas ocupa uma posição das posições de sujeito. Muitas vezes - na maioria das vezes - o mesmo indivíduo ocupa mais de uma posição de sujeito diferente e, se desejamos uma psicologia desse indivíduo, fatalmente teremos que articulá-lo a um sujeito do discurso. É aqui que podemos obter uma aproximação entre as vozes que o sociolingüista faz falar *a posteri* e a construção da subjetividade nas pausas e hesitações destacadas por Souza (1999) e Souza (2000). Assim, se de um lado

> *A hesitação (...)equivale a uma fronteira da memória discursiva que pode ser deslocada*

e:

> *Entre um discurso e outro, o sujeito a se encunciar pode tanto aparecer na forma de um cidadão satisfeito com o seu salário, quanto na forma de um outro que tem com seu co-enunciador uma relação carente de sentido.*
> (Souza, 2000, p. 98)

de outro lado as formas variantes, como opções de significação do sujeito, também equivalem a "uma fronteira da memória discursiva que pode ser deslocada". O trabalho analítico, que se dá após a enunciação, é que tenta reconstruir as vozes que falam. A ênfase é, no entanto, não o instante da enunciação, mas a enunciação como instância em que essas vozes de fora falam.

É essa leitura anagramática que permite saltar os enunciados lingüisticamente dados, na fala de um mesmo indivíduo, e ir saltando também de indivíduo para indivíduo, indiferentemente, construindo um grande anagrama que pode ser suposto para todo o grupo social - até que se prove o contrário. No fim, temos, numa massa de dados imensa, tomados de diversos indivíduos, em situações contextuais diversas, em tempos e lugares diferentes, enunciados que revelam certas posições enunciativas e uma luta de morte - pelo poder. O que faz a variação inerente, nesse sentido, é que a luta pelo poder não cessa nunca e fatalmente explode como pequenas erupções na montanha do vulcão, incessantemente. Se a lava se solidifica neste ou naquele ponto, mais adiante pequenas fendas se abrem. E é como se o vulcão nunca explodisse de vez, ao contrário, por algum meio misterioso, houvesse um mecanismo de retro-alimentação que o fizesse expandir sem sair do lugar.

1.3. O problema recolocado

Estamos tentando entender Florianópolis. Seu drama é o de, num certo momento, ter-se perguntado quem é. Há um espaço na língua que se abre para essa pergunta - a realização das oclusivas alveolares. Nesta seção, tentaremos fazer uma caracterização das variantes nos termos tradicionalmente empregados pela teoria da variação e da mudança. Nessa etapa, o trabalho do pesquisador é o de rotular, previamente, a partir de índices diversos, o estatudo das formas variantes em concorrência, segundo conceitos como padrão/não padrão, estigma/não estigma, inovação/conservação. Essas hipóteses prévias serão, posteriormente, checadas por meio dos resultados obtidos.

No entanto é preciso, antes do gesto do pesquisador de ler socialmente as variantes, perguntar de que maneira o significado social é atribuído. É na atribuição de significado

social a formas lingüísticas que se dá a intersecção entre o processo de variação lingüisticamente considerado e a estrutura social na qual ele se engendra. Já vimos como o social e o lingüístico estão igualados, no trabalho variacionista, em uma dada estrutura que não pode ser nem a social nem a lingüística. Mas como é possível que o exterior e o interior da língua estejam lado a lado, par a par, em condição de igualdade na determinação do processo de variação? Por outras palavras, o que signfica atribuir significado social às formas variantes?

1.3.1. Variação e identidade do sujeito

Labov (1972a) propõe uma categorização para as variáveis lingüísticas, segundo a sua relação com o exterior da língua. Por essa categorização, as variáveis podem ser: *marcadores, indicadores, estereótipos*. Os estereótipos são aquelas cujas variantes são claramente marcadas com valor social, normalmente associadas a um determinado grupo social e presentes na consciência dos falantes (cf. Labov, 1972 a, p. 248). Indicadores e marcadores compartilham a característica de serem estratificados socialmente, ou seja, a sua freqüência se distribui diferentemente segundo categorias extra-lingüísticas consideradas (classe social, idade, etc.). O que os diferencia dos estereótipos é o fato de não serem objeto do discurso metalingüístico dos falantes, ou, nos termos de Labov, não são conhecidas conscientemente como tais. Indicadores e marcadores se diferenciam uns dos outros porque, enquanto os últimos também sofrem condicionamento por estilo, os primeiros apenas têm a sua freqüência associada a grupos sociais considerados, sem que os falantes destes grupos a alterem em função do contexto de fala. (cf. Labov, 1972 a, pp.237-251)

Gostaria de defender a idéia de que o significado social das formas variantes é uma conseqüência direta do processo de identidade do sujeito, na sua relação com a língua. É ao se colocar como igual a um outro ou diferente dele, que o sujeito imprime significado social às formas lingüísticas. Não se trata aqui de um ato de volição consciente, planejado, mas de uma relação entre o sujeito dos atos de enunciação e o sujeito do discurso, fundado nas práticas sociais diversas. Na sociolingüística laboviana, a associação entre o interior e o

exterior da língua se dá por meio de correlações entre freqüências de formas lingüísticas e categorias sociais diversas com as quais os informantes são rotulados : classe social, idade, escolaridade, sexo, profissão, etc. Essas correlações vão também estar na base da identificação das formas lingüísticas como padrão, estigmatizada, etc. Metodologicamente, o pesquisador arma uma rede de possíveis relações e joga com ela, tentando fazer uma leitura social das formas lingüísticas. a questão da identidade normalmente só se coloca quando essas leituras indiciais se mostram mais ou menos frustradas.

É possível avançar na Teoria da Variação, pensando a relação entre o exterior e o interior da língua, não como categorias estanques que podem ou não estar relacionadas. Ocorre que o modo de operação da pesquisa variacionista às vezes deixa entrever que em primeiro lugar, a língua; depois uma eventual correlação com o seu exterior. Esse modo de operação não deveria nos impedir de avançar na idéia de que, se o significado social faz parte do funcionamento das formas variantes, isto quer dizer que as categorias sociais já estão impressas na materialidade da língua, e o que faz com que os informantes possam refletir esse processo não é o fato de que pertencem a este ou aquele grupo, mas o fato de que os sujeitos se identificam nesse ou naquele grupo. O problema é que, sob certa ótica, como vimos, o trabalho variacionista pode ser encarado como uma extensão da dialetologia, e essa leitura costuma ter um apelo muito forte. A dialetologia, por sua vez, é uma extensão do trabalho dos neogramáticos, para os quais a língua segue seus caminhos automaticamente. O processo dialetológico seria conseqüência natural da ausência de contato entre os grupos, que, por conseguinte, poderiam desenvolver variedades diferentes. Aplicada à malha urbana, essa idéia se sustentaria no fato de que os grupos sociais tenderiam a viver mais ou menos isolados, desenvolvendo, assim, dialetos próprios.

Essa maneira de ler as correlações encontradas nos resultados sociolingüísticos não é satisfatória, porque deixaria sem explicação vários casos de estudo, como o de Martha's Vineyard, ou o das lojas em Nova Yorque. Nesses, a idéia de distância não pode estar calcada num maior ou menor contato entre os grupos, como o próprio Labov demonstrou, mas precisa estar correlacionada a juízos de valor emitidos pelos próprios falantes a respeito de seu grupo e do sentimento que nutrem por ele. É preciso, então, não se deixar envolver

pela metodologia de trabalho. Os resultados estatísticos são anagramas a serem lidos. O que se está lendo são várias vozes enunciando sua identidade. A pesquisa capta essas vozes, por meio das correlações estruturais que faz, mas o cerne da questão é a inscrição do sujeito falante numa dada posição de sujeito. Nem sempre é possível captar isso por meio de relações positivas. Muitas vezes, um sujeito *fala* com uma voz que, aos olhos do pesquisador, não é a sua: não é sua idade, não é sua faixa etária, não é seu grau de escolaridade. Essas falhas costumam ser descartadas, quando são justamente o índice mais premente do processo de identidade e a "prova" de que a correlação entre categorias sociais e formas lingüísticas se dá, no funcionamento da língua, em outro nível. Quando essas falhas são um tanto quanto coletivas, o pesquisador sai em busca de outras correlações que expliquem os resultados. É o caso dos trabalhos que consideram a hipótese de hipercorreção. É só neste momento que se recorre ao discurso do entrevistado, procurando-se índices de seu comportamento. Quando os resultados são comportados, o pesquisador dá-se por satisfeito, e a visão que passa é a de uma espécie de dialetologia estendida. A leitura que fazemos desta situação - aquela em que as correlações se dão tais como o esperado - é que aí também o processo de identidade do sujeito determina os resultados lingüísticos. Eles apenas se encontram na direção esperada pela semiologia do pesquisador. Nas falhas, no estranhamento dos resultados, essa força salta aos olhos. Quando as correlações são as esperadas, há uma conformidade maior entre o sujeito e o grupo, ou grupos dos quais ele assume a voz.

O que estamos dizendo coloca um problema que é onde saber como se dá esse processo de identidade, com relação ao sujeito. Mas há uma pergunta anterior, que precisa ser respondida, antes que avancemos na discussão do processo de identidade: como é concebido o sujeito em Labov? A forma como se pode conceber esse sujeito é a chave da resposta para como trabalhar tanto com o processo de identidade do sujeito quanto com o seu correlato mais próximo: os significados sociais das formas variantes.

1.3.2 O sujeito da Variação e da Mudança

1.3.2.1. Introdução

Pudemos anotar anteriormente que uma das críticas mais fortes que Figueroa (1994) lança ao programa laboviano de investigação é a impossibilidade de fazer uma correlação clara entre o indivíduo que fala e as determinações do grupo social sobre esse indivíduo. Vimos, por outro lado, que esta impossibilidade decorre do próprio modo como a variação é concebida: o sistema lingüístico heterogêneo, a comunidade lingüística, os significados sociais associados ao estilo são concebidos estruturalmente e, portanto, só dizem respeito a si mesmos.

Decorre desta concepção que o falante laboviano é, como Souza (2000) assinalou uma forma-sujeito que é apontado pela língua, e não o contrário. Atente-se para o fato de que as regras variáveis são colocadas no âmbito da comunidade e - mais ainda - que a fala do indivíduo pode vir a ser mais caótica que a fala da comunidade:

> *The methods of quantitative analysis were applied to the problem of describing the phonological structure of the community as a whole, as opposed to the speech of individuals. Indeed, it was found that a speech of most individuals did not form a coherent and rational system, but was marked by numerous oscillations, contradictions and alternatinos which were inexplicable in terms of a single idiolect. For this reason, previous investigators had described large parts of the linguistic behavior of New Yorkers as being a product of pure chance, "throughly haphazard" (Hubbell 1950:48; cf. Bronstein 1962:24). But when speech of any one person in any given context is charted against the overall pattern of social and stylistic variantion of the community, his linguistic behavior was seen as highly determined and highly structured.*
>
> (Labov, 1972 a , p. 124)

O sujeito falante laboviano é completamente assujeitado ao sistema heterogêneo da comunidade, que é, ao mesmo tempo, a fonte de tal sistema e o *locus* onde reside; é na intersubjetividade que o sistema se constrói e se manifesta (cf. Labov, 1972 a , pp.248-249) Aqui é preciso lembrar que o modo de construção desse sujeito não é posto explicitamente como uma questão a ser considerada. Porém há dois momentos em que a subjetividade entra no rol de discussões:

1) na chamada dimensão da *avaliação* dos processos de variação, onde vamos encontrar um sujeito psicológico inteiro - cuja vontade parece ser o motor que governa o processo de variação;

2) na dimensão da "competência", que tem um sujeito biologicamente constituído - que será apenas o depositário de processos alheios à sua vontade.

Assim, tanto ele é "consciente" do processo de variação, quanto os processos de variação lhe são "inconscientes". Neste último caso, o sujeito pode ser comparado àquele do estruturalismo, ou seja, completamente dominado pela estrutura, da qual é apenas um portador. No primeiro caso, é semelhante ao sujeito da Etnografia da Fala, que manipula as regras de conversação a partir de suas intenções.

Tanto uma como outra são, em princípio, contraditórias com o estatuto das regras variáveis, que têm a comunidade de fala como o lugar de sua existência. Vamos demonstrar, nas duas seções seguintes, como essas duas concepções aparecem nos textos de Labov e de que maneira elas se encaixam no quadro heterogêneo que estamos pintando.

1.3.2.2. A avaliação das formas variantes - um sujeito pseudo-intencional

Desde Weinreich, Labov e Herzog (1968) a avaliação das formas variantes é uma das cinco questões centrais que envolveriam o estudo da mudança. Consiste basicamente em responder à seguinte questão:

> *how do members of a speech community evaluate a given change, and what is the effect of this evaluation on the change?*
> (Labov, 1982, p. 28)

É preciso considerar que:

> *A notion of 'evaluation' must be taken here to refer to responses at all levels of awareness, from overt discussion to reactions that are quite inaccessible to introspection.*

(Labov, 1982, p. 28)

Há três premissas envolvidas na noção de avaliação:

1) a avaliação deve ser vista como uma reação do falante, portanto um comportamento observável;

2) a avaliação é algo que, de alguma maneira, está na consciência do falante;

3) a avaliação dos falantes é um vetor de força na definição do processo de mudança.

A subjetividade chamada a participar aqui parece ser a de um sujeito cognoscente pleno, que reage às alterações na estrutura da língua, o que nos leva à questão da relação deste sujeito com o sistema lingüístico. Seria o sujeito falante a fonte de sua própria avaliação? Em caso afirmativo, teríamos respondida a indagação de Figueroa (1994) a respeito de como se dá a relação entre o indivíduo e a língua como uma propriedade da comunidade: seria o falante que imprimiria sobre as formas da línguaa sua significação social. Ou seja, estaríamos diante de uma fonte para os valores sociais das formas lingüísticas reclamada por Figueroa. Mas este não é o caso.

Para o desenvolvimento das técnicas para a elicitação da avaliação das formas variantes, Labov se inspira no trabalho de Lambert (1967). O pressuposto básico é que haveria um "correlato subjetivo" da diferenciação social (cf. Labov, 1972,a, p. 145). Porém esse correlato subjetivo não remete necessariamente à instância do sujeito falante. A conclusão a que chega a partir do trabalho de Lambert (1967) é a seguinte:

> *The essential principle which emerges from Lambert's work is that there exists a uniform set of attitudes towards language which are shared by almost all members of the speech community, whether they use a stigmatized or a prestige form of that language .*
> (Labov, 1972, a , p. 146)

Se o conjunto de atitudes é compartilhado por todos ou quase todos os membros da comunidade lingüística e se esse conjunto de atitudes é o correlato subjetivo da diferenciação social, então estamos diante de uma propriedade da comunidade e não do sujeito falante. Toda a metodologia utilizada, que se compõe de testes diversos em que o informante deve reagir à exposição controlada das formas lingüísticas testadas, é montada de tal maneira que se possam tabular os resultados a fim de confrontá-los com o processo de mudança em andamento (cf. Labov, 1972, a cap.6). A subjetividade que emerge de tais resultados é, desta maneira, a subjetividade da comunidade, e não do sujeito falante. O fato de que os sujeitos falantes são capazes de responder aos testes de avaliação revela somente que o estatuto do significado da forma variante é diferenciado de outros, que porventura não emerjam dos testes.

Tanto é assim que são justamente os estudos da avaliação das variáveis em Nova Iorque que vão levar Labov a definir a noção de comunidade lingüística como um conjunto de normas sociais com relação à lingua. Ocorre que, em vários casos, os grupos de falantes ou avaliam negativamente formas lingüísticas que são freqüentes na sua fala, ou avaliam positivamente formas lingüísticas que são muito pouco freqüentes em sua fala. Uma vez que certas formas não são compartilhadas na mesma proporção por todos os grupos de falantes, Labov concebe então a comunidade lingüística centrada no significado social atribuído às formas lingüísticas. (cf. Labov, 1972, a, cap. 6).

Poderíamos dizer que a avaliação das formas lingüísticas é a manifestação, no plano simbólico da língua, do processo de agregação e diferenciação que perpassa a estrutura social, o elo entre as categorias que rotulam os informantes - como sexo, escolaridade, classe social - e a variável lingüística. Assim, se de um lado o sistema heterogêneo é a língua da comunidade, a avaliação seria o discurso da comunidade. E como todo discurso, instaura uma posição de sujeito.

Se vale o que está escrito acima, então voltamos mais uma vez a um sujeito falante que é apenas o portador, agora do discurso da comunidade, e não a sua fonte.

1.3.2.3. O sujeito mental/biológico

Como vimos em seções anteriores, o sujeito falante é apenas um portador do sistema lingüístico heterogêneo e suas regras variáveis e dos significados sociais das formas lingüísticas. Estes significados sociais podem vir à "consciência" do falante, o que é constatado pela possibilidade de se tornarem objeto do discurso. Mas como esse portador é constituído? Que estatuto tem para o funcionamento da língua?

Pode-se dizer que há, nos textos labovianos, dois tipos de resposta que, no fundo, se entrecruzam na relação de tensão com a Teoria Gerativa: o sujeito falante é dotado de uma competência, nos moldes chomskyanos, enriquecida de regras variáveis; ou o sujeito falante, tal como outras espécies do reino animal, é dotado geneticamente de um aparelho biológico capaz de assimilar, processar e repetir comportamentos lingüísticos variáveis. Em ambos os casos, estamos diante de um sujeito não volitivo e não intencional com relação ao funcionamento da língua.

Historicamente, a idéia de uma competência expandida já se encontra no texto de 1968 de Weireich, Labov e Herzog, sendo mais claramente problematizada nos textos de 1972 (*Sociolinguistic Patterns* e *The Language in the Inner City*). Já no texto de 1994 – *Principles of Linguistic Change* -, a noção de competência sai de cena, dando lugar a uma naturalização completa do sujeito falante. Esta passagem já vem, de certa maneira, insinuada em Labov (1972 a), na última seção do livro, numa pequena comparação entre o comportamento variável entre animais e o comportamento lingüístico variável dos humanos.

A naturalização dos fenômenos de variação, por sua vez, aparece em outros momentos do texto laboviano, em que os processos de mudança são comparados aos da biologia e da geologia. Em Labov (1972 a), há uma comparação explícita com a Teoria da Seleção Natural de Darwin. Darwin fez ele próprio algumas comparações entre o processo de mudança nas espécies animais e o processo de mudança lingüística, especulando que, em ambos os casos, a mudança teria a função de tornar o objeto da mudança algo melhor e mais adaptado. Labov rejeita essa idéia, argumentando que a mudança lingüística não tem nenhum propósito funcional, mas simplesmente acontece (cf. Labov, 1972, a, pp.273-274).

Como já apontamos anteriormente, o arcabouço da Teoria Gerativa permitiu a Labov propor um sistema lingüístico heterogêneo, uma vez que a primeira, concebendo a língua como um sistema de regras em que as estruturas subjacentes e as superficiais se relacionam como entidades da gramática da língua, forneceu uma porta por onde fazer entrar fenômenos variáveis. Mas Labov entrou pela casa adentro, postulando que a própria noção de competência deveria ser expandida, para acomodar as regras variáveis, como já assinalamos anteriormente. Tanto em Labov (1972 a) quanto em (1972 b), esta postulação vem acompanhada de uma breve discussão sobre se o lugar das regras variáveis seria o da compertência ou o da performance. Em (1972 a), o argumento para a primeira possibilidade é o de que diversos processos tidos como integrantes da competência poderiam ser facilmente tomados como da performance, tais como o movimento de constituintes na sentença. Em (1972 b), o argumento é o de que as regras variáveis são sensíveis a uma gama enorme de categorias gramaticais abstratas que exigiram, necessariamente o conhecimento do núcleo gramatical subjacente da língua. (cf. Labov, 1972 b, p.125). Na mesma passagem, ele admite que talvez alguns processos de variação fossem mesmo do âmbito da performance, mas não dá muita importância para o fato. Em 72a, a noção é introduzida da seguinte maneira:

> *The ability of human beings of to accept, preserve and interpret rules with variable constraints is clearly an important aspect of their linguistic competence or* langue. *But no one is aware of this competence, and there are no intuitive judgments accessible to reveal it to us. Istead, naive perception of our own and other's behavior is usually categorical, and careful study of language in use will demonstrate the existence of this capacity to operate with variables* rules.
>
> (Labov, 1972a, p. 226 - ênfase do original)

Chama a atenção o fato de que a noção de competência esteja igualada à de *langue*. Numa conjunção só, Labov teria resolvido toda a contradição saussureana em torno do estatuto ao mesmo tempo psicológico e social da língua. Como já assinalamos, o realismo mundano de Labov faz com que tanto a noção de *langue* saussureana, quanto a de *competência* chomskyana sejam mal interpretadas. Há o afã de colocar a soiolingüística como parte da lingüística, mas a porta estava fechada; Labov usa pé-de-cabra.

Outro aspecto interessante do momento acima é a radicalização da noção de competência - tão internalizado seria esse conhecimento lingüístico que o falante sequer teria acesso a ele por meio de sua intuição. Sendo aqui mais gerativista que os próprios gerativistas, o que se vê é um assujeitamento irrestrito do sujeito falante, cujo cérebro, autônomo e inacessível a este sujeito, é capaz de "aceitar, preserver e interpretar regras variáveis".

A postulação desta competência expandida é uma tentativa de resolver a relação entre o sujeito falante e o sujeito da comunidade lingüística. E é o componente biológico da noção de competência que permite esta tentativa de unificação do sujeito, embora isto não esteja explicitado nos textos de Labov. Ocorre que a competência é, para Chomsky, uma decorrência da herança genética e, por conseguinte, o sujeito falante não tem sobre ela controle. Como o sujeito falante laboviano também não é senhor do sistema heterogêneo (mesmo que esse sistema venha encorpado de significados sociais), o sujeito falante biologicamente dotado para a variação seria o elo entre o indivíduo e a sociedade.

Esta tentativa de incorporar e superar o modelo chomskyano é fadada ao fracasso, no caso da empreitada laboviana, porque, enquanto o cérebro gerativista tem propriedades bem definidas, postulando-se um modelo teórico dedutivamente construído para explicá-lo como máquina, no caso da Teoria da Variação, o cérebro seria indutivamente construído - não há um modelo *a priori* de seu funcionamento. É por essa razão que ele fica, mais ou menos, como uma espécie de disco de arquivo, para acompanhar a metáfora computacional, e que registra apenas o *output* de alguns softwares (as regras variáveis específicas), não se chegando nem perto do *hardware* (ou seja, o programa cerebral que governaria todos os processos de variação). Ou, em outras palavras, Labov tenta colocar em um falante behaviorista a mente de um falante cartesiano.

Trata-se, porém, da primeira tentativa de colocar um sujeito unificado com relação a todo o processo de variação, tomado tanto socialmente quanto lingüisticamente. Na leitura que estamos fazendo, o sujeito cerebral das regras variáveis é a primeira - talvez a única mencionável no trabalho laboviano - maneira de resolver a relação entre o sujeito e a língua em variação (ou seja, tomada tanto do ponto de vista lingüístico estrutural quando do ponto

de vista social). Para fazer tal "unificação", o sujeito psicológico, com desejo no processo de identidade, precisa ser colocado de lado. Trata-se, portanto, de uma unidade pela metade.

No texto de 1994, há uma aparente mudança de perspectiva. As regras variáveis continuam sendo propostas - basicamente o mesmo modelo, porém abandona-se a noção de competência, que em nenhum momento é mencionada. Pode-se dizer que o texto de 94 se assenta sobre um conjunto maior de evidências empíricas oriundas dos inúmeros trabalhos realizados a partir da orientação variacionista, agora como um campo plenamente constituído, momento em que prescinde de ter um caráter tão panfletário como os de 72. O texto chega a explicitar a direção dos trabalhos, rejeitando revisões teóricas da lingüística formal, como já assinalamos anteriormente.

No entanto, é possível perceber o mesmo embate com a lingüística gerativista, pela maneira como são situadas as regras variáveis em relação ao falante. Labov (1994) se utiliza dos resultados de experimentos com animais (e mesmo seres humanos) que apontam para a possibilidade de diversas espécies darem respostas calculadas a estímulos baseados em freqüência, o que os biólogos chamam de *probability matching* . Esta noção é aplicada ao processo de variação e seria a responsável tanto pelo processo de aquisição das regras variáveis, quanto pela sua difusão e implementação na língua:

> *I have proposed here that abstract syntagmatic and paradigmatic relations, and the interpretatios of zeroes, are controlled by faculties that are shared by animals that are both closely and distantly related to humans. Probability matching is a generalized learning device that transfers information from the environment to the organism. The most characteristic data on other species of animals are drawn from food-rewarded behavior in the laboratory and foraging in nature. But the observations on probability matching in humans are based on a calculation of abstract expectations that have no imediate reward.*
> (Labov, 1994, p. 598)

Aparentemente ele parece acreditar mesmo nisso, uma vez que, ao trecho anterior, se segue a afirmação:

> *We should not be embarrassed if we find that systemic readjustments in syntax and morphology of language are governed by the same cognitive faculty that governs the social behavior of mallard ducks.*
> (Labov, 1994, p. 598)

Há mais de uma leitura que pode ser feita desta opção. A primeira delas é que esse gesto de naturalização do processo de variação repete, de certa maneira, o gesto de 72. Lá, no entanto, o diálogo com a Lingüística Gerativista fazia com se lançasse mão da tentativa de expansão da noção de competência (e de regras lingüísticas).[6] Aqui, creio que podemos sentir o mesmo fantasma gerativista assombrando a variação. No final das contas, o que tornaria possível todo processo de variação seria uma faculdade inata - compartilhada por homens e outras espécies animais - de resposta calculada a estímulos variáveis vindos do exterior:

> *The evolutionary and historical perspective that is presented here demands an understanding of human behavior in its social context, at least thoroughing as our uderstanding of the social behavior of other species. We are products of evolving history, not only our own but that of the kingdom as a whole, and our efforts to understand language will be informed by an understanding of this continuity with other populations of socially oriented animals.*
>
> (Labov, 1994, p. 599)

Uma segunda leitura, bastante instigante, é que tal perspectiva reafirma o caráter estruturalista do processo de variação, que passa a não depender da subjetividade dos falantes, como indivíduos sujeitos de sua fala. É importante ressaltar que a elaboração do conceito de *probability matching* se encontra na última grande seção de seu livro, intitulada *The functional Character of Change*, especificamente no capítulo 20 *The maintenance of Meaning*. O movimento é o de desviar da manutenção do significado como relevante para o processo de variação e mudança, anulando, por conseguinte, o papel do sujeito - como indivíduo - no processo, que, necessariamente, é exterior a ele. Porém, se a comunicação de sentidos não é o motor do processo de mudança, aqui caracterizado como estritamente neogramático, o que garantiria sua manutenção ou sua expansão? É neste ponto que Labov lança mão da noção de *probability matching*. A um só tempo, espera garantir tanto o

[6] Há porém, ao final de Labov (1972 a) uma pequena seção que já traz o embrião dessa naturalização mais radical. No entanto, diferentemente de Labov (1994), trata-se de comparar a variação lingüística à "dialetação" do canto de certas espécies de pássaros. Labov (1972) rejeita a naturalização absoluta do

caráter social do processo de variação e mudança, como sua independência do sujeito falante. Tanto no primeiro caso quanto no segundo caso, o caráter social da mudança é reduzido a uma dimensão behaviorista: uma resposta automática ao estímulo do ambiente.

Teríamos um percurso muito interessante da constituição do sujeito. Em primeiro lugar, rejeita-se o sujeito uno e consciente, uma vez que a noção de idioleto, para ele, não se sustenta, já que o vernáculo é compartilhado socialmente (e a comunicação de significado não tem papel relevante na variação e mudança). Em conseqüência disso, o sujeito laboviano é multifacetado em diversos sujeitos atrelados a índices sociais diversos (classe, sexo, escolaridade, etc.). Como a fonte dos significados sociais e da variação lingüística é a comunidade, o sujeito falante é um mero porta-voz das formas em variação, submetido ao sistema lingüístico e ao jogo simbólico. No entanto, é no sujeito falante que as formas lingüísticas encontram sua propagação. Por conseguinte, é preciso unificar nele o jogo de posições entre os vários sujeitos. Neste momento, recorre-se ao sujeito biológico, para Labov uma entidade empírica que opera a variação de um modo behaviorista, ou seja, um organismo que responde ao ambiente.

Como poderemos ver adiante, é possível pensar a relação entre o sujeito e processo de variação e mudança sem recorrer a tal redução ao biológico, mantendo, por outro lado o caráter multifacetado desse sujeito, submetido ao funcionamento simbólico da comunidade lingüística; um sujeito que, se não é fonte do processo de variação, também não é um mero repetidor das formas variantes.

1. 3.2.4. Sujeito heterogêneno e identidade

Você é um tipo
que não tem tipo
Com todo o tipo
você se parece.
E sendo um tipo

---

fenômeno de variação, preferindo postular que a heterogeneidade social é algo que, de alguma forma, é inerente aos seres humanos, mas como um traço de seu desenvolvimento social. (cf. Labov, 1972, p. 325)

que assimila tanto tipo
passou a ser um tipo
que ninguém esquece
(Noel Rosa)

O sujeito da variação pode ser visto como o sujeito pós-moderno, ou seja, descentrado; e é de uma relação tensa entre anulação total desse sujeito e a sua vontade que ele se constitui, na sua relação com as formas lingüísticas.

Chamo a atenção, mais uma vez, para o termo utilizado para os sujeitos falantes na pesquisa socioligüística variacionista: o sujeito é **informante**. Se pensarmos numa comparação com a dramaturgia, o sujeito está para o **personagem** e o informante está para o **tipo**. O tipo nunca é um personagem complexo, mas age segundo determinadas linhas pré-estabelecidas. É por essa razão que os tipos são próprios do teatro satírico. O informante, enquanto tipo, é um exemplar de determinadas características que se quer ressaltar. Em toda pesquisa de amostragem, os informantes seriam, mais ou menos, tipos de determinados comportamentos que se quer destacar nos sujeitos "reais" do mundo-lá-fora. Obviamente, o retrato que resulta será uma caricatura ou não, conforme a maneira de colocar esse sujeito observado a partir do quadro de análise. No caso da Teoria da Variação, o informante é um exemplar que preenche traços do mundo social que se julgam relevantes para determinado processo de variação. É preciso, então, destacar o óbvio, ou seja, estes sujeitos não estão plenamente considerados como objetos de pesquisa. Isto não torna, necessariamente, a sociolingüística impossível; porém, a leitura que se faz do que se tira desses informantes é que tornará possível dizer ou não dizer algo interessante sobre o funcionamento da linguagem.

É na "leitura dos resultados" que vamos encontrar a construção de um sujeito, que não é nenhum dos informantes reais, gravados e transcritos, mas um sujeito que se deseja semelhante àqueles encontrados no mundo "real". Assim, os traços característicos dos informantes - portanto constitutivos deles - são separados em camadas que vão ser consideradas isoladamente como forças atuando no processo de variação - conjuntamente

ou em direções opostas. Tomemos o caso de Florianópolis, em estudo. Se detectarmos uma relação entre os resultados de palatalização e o nível de escolaridade e o sexo dos informantes, esta correlação poderá ser assim expressa: quanto maior a escolaridade, maior a palatalização; os indivíduos do sexo feminino terão mais probabilidade de fazerem a palatalização que os do sexo masculino. Disso decorreria que um indivíduo do sexo feminino e com escolaridade do terceiro grau tenderia a apresentar um grau de palatalização bem maior que um do sexo masculino e de escolaridade no primário. Estaremos, desta forma, prevendo um certo comportamento lingüístico, a partir de traços que os indivíduos tenham. Porém, as possibilidades de combinação são de tipo vário e corresponderão, para o pesquisador, a uma escala com a qual se descreve o funcionamento lingüístico da comunidade.

Enquanto estamos nesse nível de descrição, abrimos mão de nos perguntarmos qual é a natureza do sujeito, vendo-o muito mais como um portador de uma certa tendência. Aqui, mais uma vez, o sujeito está completamente anulado diante do fenômeno de variação. Penso que é possível avançar um pouco. Inicialmente, podemos dizer que os informantes não são mais tomados na sua totalidade: cada informante já não é, sequer, um tipo só: ele de saída já é tomado como um tipo de certa classe e um tipo de certa escolaridade, um tipo de certa idade, um tipo do masculino ou do feminino e assim por diante. Esses diversos tipos estão necessariamente compartimentados, não formam mais um uno na figura do informante. A passagem da amostra dos dados para a interpretação do processo de variação visa a reconstruir, não mais o tipo, mas o sujeito falante. Assim, teríamos um sujeito de classe média, ou alta, um sujeito de escolaridade básica, um sujeito de certa idade, não como categoria individual do mundo, mas como sujeito decorrente de uma certa conformação ideológica da sociedade. Esses sujeitos, para serem interpretados como agentes (ou pacientes) do processo de variação, podem ser reunidos no sujeito da variação, o qual, por conseguinte, também não será uno. Se transpusermos o limite entre a leitura do sujeito da variação e cada um dos indivíduos da comunidade, teremos indivíduos em eterna tensão de identidade com cada um desses sujeitos, que deixarão em sua fala, na forma de variantes, as

rasuras dos sentidos que os constituem. Isso implica que o sujeito, na Teoria da Variação, estará fadado a uma eterna busca, sem jamais encontrar um seu eu sólido e permanente.

Com essa interpretação, escapamos de colocar o sujeito como biológico, que processa a variação, ou como sujeito psicológico, que às vezes se manifesta a respeito do processo de variação. O estatuto dessa "consciência", na abordagem que estamos tomando, deveria ser o discursivo, mas para tanto, é preciso destacar que o sujeito heterogêneo que construímos acima está colocado numa relação de tensão com as formas lingüísticas, que poderíamos chamar de identitária. Ele é interpelado pela língua a se pronunciar, e a sua voz manifesta essa interpelação. Na maior parte dos casos, essa relação primeira é esquecida, o que não quer dizer que não esteja atuando. Mas às vezes ela é lembrada, o que é detectado por meio de testes ou manifestações espontâneas ou mais ou menos induzidas. É quando as formas lingüísticas são rotuladas como tendo "avaliação" por parte dos informantes. O estatuto dessa avaliação, para nós aqui, não é o de mais uma força atuando, embora tenha um estatuto diferenciado. O processo de variação em que a avaliação está menos "consciente" e aquele em que está mais consciente são diferentes, mas trata-se apenas de uma diferença. Esta diferença não tem a ver com uma força nova atuando, mas tem a ver com o fato de que o processo identitário apresenta conflito de forças que não se entendem na sua articulação. Esse conflito de força aciona a memória do dizer, faz lembrar a relação, que no final (e no começo) das contas está sempre lá "consciente" ou não.

Se pensamos no caso de Florianópolis, temos um jogo de identidade cuja resolução não parece fácil, em função do conflito de interesses da própria estrutura de dominação, que não consegue se entender sobre qual feição dar a si mesma: moderna/tradicional; local/de fora, etc.. É aqui que a relação entre discurso e língua fica mais transparente e em que é possível ver mais claramente os sujeitos ser interpelados quanto à sua posição. Mas, ainda que essas marcas não fossem tão visíveis, ainda assim, teríamos o mesmo jogo constitutivo em que sujeitos diversos disputam a primazia pelo processo de dominância na tensão com as formas lingüísticas. São posições várias com relação à língua, constituídas a partir das relações sociais que vão dotar as formas de "significado social", pistas que serão incorporadas pelos sujeitos no seu desespero por ser um na teia social.

Isto nos leva ao capítulo seguinte, em que procuramos dar uma certa unidade teórica às considerações que vimos fazendo até aqui, tentando ver os jogos de heterogeneidade envolvendo o sujeito, as formas variantes e os significados sociais, como processos semelhantes àqueles que constituem os processos discursivos de construção dos sentidos.

1.4. Conclusão

O percurso que fizemos até aqui partiu dos dramas de Florianópolis que se vêem representados no processo de variação envolvendo a realização das consoantes oclusivas alveolares. Há um drama de identidade que se veria espelhado na realização dessas consoantes, drama que nos levou às ferramentas para desvendá-lo, encontradas na Teoria da Variação e da Mudança.

Mas nos vimos diante da tentativa de entender o próprio funcionamento da sociolingüística laboviana. Procuramos destacar de que maneira para Labov o processo de variação está concebido como irremediavelmente estrutural, entendendo-se esta noção como um sistema de relações em que os termos dizem respeito a si mesmos. Nossa questão central – a natureza das formas variantes – recebe assim tintas bem claras: são entidades de um terceiro funcionamento, que não seria nem lingüístico nem social, mas simbólico. Uma vez que o sujeito não é fonte do significado social, ele está submetido a um funcionamento lingüístico no qual se vê chamado a identificar-se com posições de sujeito diversas. É nesse sentido que as entrevistas podem ser tomadas como fonte de dados do processo de variação: elas revelariam essas posições se manifestando na tensão do sujeito falante com a estrutura lingüística, entendida aqui como estrutura simbólica.

No próximo capítulo, exploraremos a identidade como discurso, procurando articular a Teoria da Variação e da Mudança e a Análise do Discurso. Posta a identidade

como questão discursiva, examinaremos a constituição da identidade em Florianópolis em textos diversos, a fim de tornar possível pensar a sua relação com as formas em variação.

capítulo 2

Identidade e discurso

Por isso vemos como uma perspectiva futura muito desejável, a articulação da sociolingüística com a Análise do Discurso. Mantendo as diferenças.

(Eni Orlandi)

2.1.Introdução

No capítulo anterior, dois movimentos foram tentados: entender a forma como estão concebidos os conceitos centrais da sociolingüística laboviana e apontar as direções que julgamos pertinentes a fim de que a teoria avance no sentido de uma compreensão mais clara dos fenômenos de variação. Quanto ao primeiro movimento, imagino ter ficado claro o quanto na sociolingüística laboviana não cabe um agente exterior motor do processo de variação, já que os elementos constitutivos dele são concebidos sempre no interior de uma relação. Tal é o caso do conceito de variantes lingüísticas, do conceito de comunidade lingüística e do conceito de estilo. Mais ainda, pudemos ver o quanto o sujeito falante da variação está irremediavelmente submetido ao sistema lingüístico heterogêneo não sendo, portanto, a sua fonte. Aliado a isso, temos que tal sujeito falante aparece cindido em diversos outros sujeitos, cada um dos quais decorrente dos significados sociais das formas variantes. É justamente esse tipo de articulação que torna possível pensar a metodologia de coleta e análise de dados concebida de maneira consistente com tais pressupostos. Já que o sujeito de variação é uma espécie de portador do sistema heterogêneo, os informantes de uma dada comunidade apenas representariam as diversas posições em jogo naquela comunidade.

Quanto ao segundo ponto, fizemos avançar a idéia de que as formas variantes fazem falar vozes da comunidade, reunidas no interior da variável lingüística. Esta última, como entidade do sistema heterogêneo, deve estar integrada em uma ordem que não é nem a lingüística nem a social, a ordem do simbólico, na qual as formas variantes fazem sentido. O método de análise laboviano, como vimos, picota a fala em busca de tais formas variantes e, de falante em falante, termina por fazer falar as vozes que perpassam a fala de todos. A estas vozes atribuímos o estatuto de discurso. Com esta noção, distanciamo-nos de uma visão dialetológica do processo de variação - que pressuporia uma relação entre as formas variantes e as categorias sociais a partir da como função apenas do isolamento de grupos na sociedade - buscando trazer para o centro da análise o significado social que tais formas portam.

É neste ponto que devemos elaborar melhor a maneira como podemos fazer avançar ainda mais nossa reflexão. Cumpre explicitar o modo de funcionamento desse discurso. Para tanto, recorremos à teoria de discurso que julgamos mais adequada para ler o discurso das formas variantes, em função dos pressupostos com os quais trabalha que coincidem com a forma como estamos vendo a sociolingüística quantitativa: a Análise do Discurso dita de linha francesa, à qual passo a me referir apenas como Análise do Discurso.

Em Pecheux (1988), Orlandi (1999), dentre outros, vamos encontrar formulados os conceitos centrais da Análise do Discurso que trabalha incorporando a noção de ideologia, do marxismo, a de inconsciente, da psicanálise e a de discurso de Foucault. Parte do pressuposto de que a produção de sentidos - fim último de qualquer prática linguageira - se dá mediante a inscrição da língua na história e na ideologia. Pensar essa relação é pensar de que maneira o sujeito falante está constituído, já que o sentido, historicamente concebido, irá pressupor interlocutores. Algumas conseqüências podem ser extraídas disso:

1) O sujeito não é uma unidade plena, completa, não é a fonte única de significados;
2) A história, ou melhor, a historicidade do discurso implica uma relação com a ideologia que sustenta as condições para o sujeito existir
3) Por conseguinte, sujeito e ideologia estão juntos, não havendo sujeito sem ideologia
4) O discurso é a materialização da ideologia. Isto implica que a maneira como esta se manifesta jogará o jogo do funcionamento discursivo.

Há duas noções que serão centrais nas análises que se seguem: a de sujeito e a de identidade. Diz-se que o indivíduo é interpelado pela ideologia em sujeito. Isto quer dizer que esse sujeito estará fatalmente submetido à ideologia para existir como tal. O discurso é constituído no interior de formações discursivas, que são sistemas de enunciados que prevêem o que o modo de significar das palavras. Assim, o significado se constrói naquilo que se denominou chamar de interdiscurso, ou seja, o espaço movediço entre uma formação e outra. A essas formações correspondem sujeitos que falam. É aqui que podemos localizar de que maneira um locutor não é a fonte dos sentidos: o sentido é o efeito produzido pelo

interdiscurso e quem fala no locutor são os sujeitos das diversas formações. Temos então que o sujeito é uma posição, uma posição a partir da qual o discurso é produzido. É por esta razão que o sujeito constituído pela ideologia não é uno, mas mais de um: porque por meio dele falam inúmeras posições, as quais, por sua vez, nada mais são do que decorrência das formações discursivas. É por isto que se diz que o sujeito é heterogêneo.

A identidade do sujeito é, desta maneira, fruto de dois movimentos, aos quais corresponderão dois "esquecimentos" (cf. Pecheux, 1988). O primeiro movimento é a sua identidade histórica por meio da ideologia, que o coloca como uma entidade de uma certa época, de um certo modo de conceber o mundo e suas relações. Porém a ideologia se diz por meio do discurso. Como tal, significa simbolicamente e no inconsciente. O discurso, por sua vez, se expressa por meio de formações, sistema de enunciados, associados a posições diversas. Temos então o segundo movimento de identidade: aquele em que o sujeito da ideologia se encontra passando de posição a posição, passando de uma formação a outra. Neste último caso, sua identidade é a expressão dessas posições. Assim é que alguém falando como mulher vai acionar paráfrases de enunciados anteriores, os quais constituem a memória discursiva que permite o discurso significar nessa dada posição: a de mulher. Ambos os movimentos se dão de maneira inconsciente, sendo "esquecidos" pelo sujeito. Tais esquecimentos foram rotulados por Pecheux de esquecimento 1 e esquecimento 2 respectivamente.

A nós vai interessar especialmente o segundo movimento de identidade, que obviamente pressupõe o primeiro, quando tratarmos do funcionamento do processo de variação nas próximas seções e quando tratarmos os discurso de identidade em Florianópolis a partir da seção 2.4.

A principal articulação que estou propondo é aquela que passa a ver a interação com a estrutura social como algo da ordem do simbólico. Somente desta maneira é possível pensar o funcionamento da variável como articulando o exterior e o interior da língua. Uma outra articulação importante diz respeito ao assujeitamento do sujeito, que, na sociolingüística deve ser tomado como heterogêneo. Isto implica pensar o sujeito como uma posição, nos moldes de Foucault (1995); na verdade, o sujeito oscilando entre várias posições, sem encontrar o seu centro.

Como já enunciamos anteriormente, estaremos tomando a sintaxe das formas variantes - ou seja, seu arranjo em índices de incidência maiores ou menores - como a materialidade lingüística de formações discursivas que se digladiam pela posse dos sentidos. No caso específico de Florianópolis, pela posse do sentido da identidade. Fugindo do estreito positivismo laboviano, gostaríamos de apontar para uma certa incompletude dos sentidos nesse processo, que contaria com um jogo heterogêneo mais forte do que a a estabilização dos resultados pode às vezes deixar entrever.

Se esta articulação que estamos propondo é produtiva, então esperaríamos encontrar, no plano das formas variantes, correlatos de processos do campo dos discursos propriamente. Tentaremos mostrar que, em Florianópolis, este é o caso. O campo dos discursos e o das formas variantes seriam, assim, lugares de emergência de processos discursivos, a tal ponto, acredito eu, que a separação entre esses dois "campos" talvez seja apenas de ordem epistemológica. É porque as formas variantes tocam de maneira íntima na própria imanência do sistema lingüístico que resistimos a vê-las como manifestação de um discurso.

2.1. As variáveis como lugares simbólicos

As variáveis lingüísticas são fissuras na estrutura da língua em que um sujeito pode se manifestar. Nesta direção, são lugares em que a autonomia do sistema lingüístico como imanente é posta em xeque. Em Pecheux (1988) vamos encontrar que o lugar privilegiado de esvaziamento da imanência lingüística é a semântica. É aí que os processos discursivos são mais claramente capturados como intervindo no funcionamento lingüístico. Orlandi (1987) discutindo o entrecruzamento entre o discursivo e o lingüístico, acaba por concluir que:

> *O lingüístico e o discursivo são distintos, mas não são estanques na sua diferença. A separação entre o lingüístico e o discursivo é colocada em causa em toda prática discursiva, pois há uma relação entre eles: é a relação que existe entre condições materiais de base e processo. Isto é, funcionamento.*
>
> *A lingua, assim, aparece como condição de possibilidade do discurso.*
>
> (Orlandi, 1987, p.118)

Uma vez que o discurso é definido como uma interlocução (cf. Orlandi, 1999) e que, como tal, é um processo de produção de sentidos (cf. Orlandi , 1987 e 1999), tomar o conceito de variável lingüística implica trazer, para o interior da estrutura da língua, a possibilidade de discurso, porque é uma entidade da ordem do simbólico, tal como o discurso (cf. Orlandi, 1999). Assim, se de um lado, Orlandi (1987) reconhece a especificidade do lingüístico, como uma ordem à parte, mas ao mesmo tempo como a condição de possibilidade do discurso, teríamos que a língua, apesar de ter a sua ordenação própria, estaria irremediavelmente sujeita ao funcionamento discursivo. Como afirma Orlandi (1987), trata-se de uma questão de ponto de vista tomar a língua como discurso ou não, construindo, por conseguinte, dois objetos distintos (Orlandi, 1987, p. 117). Mas seguramente ao se tomar a língua como discurso, está-se tomando um funcionamento que não é da ordem do estrutural ou imanente, mas se perscrutando de que maneira a língua se impregna de historicidade.

No caso da sociolingüística laboviana trata-se de um lugar em que a própria ordem do lingüístico - ou seja, a sua estrutura, nela mesma, enquanto tal - está inscrita na ordem do simbólico. Assim, se um analista do discurso toma a língua como o lugar material de sua manifestação, na postulação das variáveis lingüísticas vamos encontrar o sistema lingüístico com as suas formas fendidas para o discurso. Tal investida nos coloca um problema difícil de ser contornado que é a noção de acontecimento.

Cada enunciado é um acontecimento único e irrepetível. O que torna possível estudá-lo, como discurso, é o fato de que há uma articulação entre cada enunciado e a memória discursiva. Se por um lado, cada enunciado é um acontecimento, por outro, há a própria condição de enunciar, que é a de remeter a outros enunciados. Fora disto, não há enunciado. Assim, cada enunciado é, ao mesmo tempo, uma paráfrase de outro enunciado e a possibilidade de deslocamento em relação a este outro enunciado (cf. Orlandi, 1999).

As variáveis lingüísticas como instâncias do simbólico não são nem um enunciado, nem um acontecimento, mas um ponto estabilizado no plano da estrutura lingüística. São vazios - fendas abertas no sistema lingüístico, onde o sujeito pode se significar. Num paralelo com Benveniste (1995), da mesma maneira que o sistema lingüístico tem pontos em sua estrutura nos quais se abre para a subjetivação e para os processos de enunciação

(como o sistema de pronomes e os dêiticos), as variáveis são essas aberturas no sistema onde o sujeito pode se dizer. Diferentemente de Benveniste, e do mesmo modo que Orlandi (1987) já assinalou, não estamos aqui diante de uma subjetivação psicológica, mas da constituição de posições diversas. Essas rachaduras são abertas, não por um processo natural das línguas de tenderem à instabilidade, mas, ao contrário, por uma apropriação do sujeito, que se constitui na instabilidade da camada significante, inserindo lá suas marcas. Assim, se a idéia de que o sistema lingüístico é um todo já pronto e acabado é um efeito da ideologia, que cria esse esquecimento (cf. Orlandi, 1987, 1999), as variáveis lingüísticas são momentos de dispersão, em que esse esquecimento é posto à prova. Como teremos oportunidade de assinalar mais adiante, quando uma mudança se completa, o esquecimento volta a atuar, e a abertura se fecha. Mas outras se abrirão, num jogo eterno de disputa pela língua, um contínuo movimento de deslocar a língua de sua estabilidade aparente.

Em Labov (1982) encontramos duas perguntas, ao mesmo tempo cruciais e irrespondíveis, a respeito do processo de variação e mudança. A primeira delas diz respeito ao que Weireich, Labov e Herzog (1968) definiram como o problema da atuação *(actuation problem)*: por que uma dada mudança se inicia em uma dada língua, em um dado momento histórico? A segunda pergunta, correlacionada à primeira é: por que o processo de mudança, uma vez iniciado, continua sendo realimentado?

A primeira questão, o próprio Labov (1982) confessa haver ainda pouco a dizer. No entanto, não se furta a fazer algumas considerações, a partir dos resultados em Nova Iorque, Filadelfia e Martha's Vinneyard. Em todos os três casos, aponta-se para uma causa "externa" do processo de mudança. A situação em Filadelfia talvez seja a mais ilustrativa: o processo entre os falantes brancos, que reverte a direção geral do processo em outras partes dos Estados Unidos estaria temporalmente ligado à maciça migração de afro-americanos nos anos 70 (cf. Labov, 1982, pp. 81-83). Em Labov (1972) o começo do processo de mudança é atribuído a um certo "enfraquecimento" da identidade de um certo subgrupo:

> *The sound changes usually origninated with a restricted subgroup of the speech community, at a time when the separate identity of this group had been weakened by internal or external pressures. The linguistic form which began to shift was often a marker of regional satus with a irregular status within the community. At this stage, the form is an undefined linguistic variable.* (Labov, 1972, p. 178)

Não seria absurdo dizer que tanto em Labov (1972) quanto em Labov (1982) há uma clara sugestão de que a razão pela qual um dado processo de mudança se inicia é de natureza "externa", ou seja, se deve a eventos que não dizem respeito à estrutura lingüística propriamente, mas se ligam ao processo de identidade do sujeito.

Quanto à segunda pergunta, em Labov (1982), após uma longa discussão a respeito do funcionamento estrutural do processo de mudança, especialmente da possibilidade de ordenação dos fatores lingüísticos e a sua relação com fatores de ordem funcional, o autor observa que a atuação desses fatores se liga estreitamente ao encaixamento social dos fenômenos variáveis:

> *None of these internal constraints can provide an answer to the fundamental question of causality: what are the forces that lead to the continued renewal of linguistic change? All indications point to factors outside of the tightly knit structure of internal relations, in the embedding of language in the larger matrix of social relations*
> (Labov, 1982, p. 76)

Ou seja, as forças estruturais estariam, de alguma maneira, submetidas às forças sociais, uma vez que elas não se auto-explicam como atuantes no processo de mudança lingüística: não basta haver as condições estruturais que motivem uma lógica de expansão do processo de mudança, elas por si sós não são forças. O agente do processo está num ponto para além da estrutura lingüística. Isto poderia ser traduzido de outro modo: uma estrutura não é a condição necessária para que mude. Ainda que, como quis Martinet (1955) seja possível localizar os processos de mudança nas relações funcionais entre os elementos da estrutura, se a língua fosse um sistema natural estável e, por conseguinte, em equilíbrio, não haveria por que mudar. Isto não exclui a atuação destas mesmas relações no processo de mudança, uma vez iniciado, mas elas não são, por si sós, capazes de detonar o processo.

Labov (1972) discute rapidamente o papel da variação na constituição das línguas. Para além da simples constatação de que a variação é algo inerente e constitutivo das línguas, e, por conseguinte, não pode se encarada como um distúrbio, uma disfunção do sistema (cf. Weinreich, Labov e Herzog, 1968), Labov se pergunta que papel teria a variação nos sistemas lingüísticos. Descartando a hipótese de que as mudanças serviriam a

uma necessidade de "melhoria" das línguas, termina ele por localizar a variação inerente em uma certa necessidade cultural:

> *With this precaution, I am inclined to believe that the development of linguistic differences has positive value in human cultural evolution - and that cultural pluralism may even be a necessary element in the human extension of biological evolution.*
> (Labov, 1972, p. 324)

A passagem acima contém aspectos da redução ao biológico, que já discutimos anteriormente. Podemos ver também que, embora rejeite o processo de variação e mudança como uma forma de aprimoramento dos sistemas lingüísticos ou como conseqüência de isolamento territorial ou social (cf. Labov, 1972, pp. 322-323), o autor se rende a uma certa visão a-política e a-histórica do fenômeno de variação, preferindo localizá-la em uma certa necessidade do pluralismo cultural. O que me interessa destacar é que para Labov a inerência da variação e da mudança não está na natureza do sistema lingüístico, considerado em sua dimensão imanente.

Toda a digressão acima tem o intuito de pinçar nos textos labovianos o reconhecimento de que os sistemas lingüísticos se abrem para o processo de variação em função de sua relação com o seu "exterior". Sem esta relação, não haveria nem variação nem mudança lingüística. Uma vez que a relação entre as formas lingüísticas e o seu exterior só pode se dar num plano simbólico, as variáveis lingüísticas são, necessariamente, lugares vazios para o sujeito se simbolizar. O que seria constitutivo das línguas não é a "necessidade de um pluralismo cultural", mas o próprio jogo dos sujeitos pela apropriação do sistema lingüístico para nele inscreverem suas marcas de identidade, as quais, por sua vez, são fruto de injunções ideológicas, que nos fazem "mesmos" e "diferentes", segundo a posição constituída: assim, ora se é brasileiro, ora se é de classe média, ora se é nativo, ora se é de fora.

Porém, destaque-se que, na perspectiva que estamos adotando, o exterior à língua é algo que integra o próprio funcionamento do sistema heterogêneo, já que só se pode fazer presente por meio da atuação do significado social. A exterioridade, desta forma, não seria externa, como um fora da estrutura lingüística, mas parte dela, indelevelmente inscrita nas

formas variantes. Do contrário, teríamos que recorrer a um sujeito cognoscente que fizesse tal articulação, e este não cabe na sociolingüística laboviana.

2.3. As variantes lingüísticas como rasuras

2.3.1. Variantes lingüísticas e significados sociais inerentes

Vimos que o sujeito falante na sociolingüística laboviana não é dono de seu dizer - sua fala é errática, no sentido de ser constituída por sistematicidades que estão fora dele, as quais acabam por ocasionar a sensação de uma profunda assistematicidade. Deleuze e Guattari (1995) destacam um exemplo de Labov (1972), em que um falante de *black english* "mudaria" de dialeto dezoito vezes em um pequeno trecho de fala, o que leva Labov a concluir que não é possível operar com a idéia de que o falante lança mão de dialetos diferentes, mas que o próprio sistema lingüístico é heterogêneo (cf. Deleuze e Guattari, 1995, v. 2 p.36 e Labov, 1972a, p. 189). Para Deleuze e Guattari (1995) este seria um exemplo da eterna multiplicidade da língua, que nunca se encontraria em lugar algum. Para Labov (1972) é um dos índices que o levam a concluir que, nem o idioleto é o lugar da sistematicidade lingüística, nem os dialetos são estáveis; e a variação, apenas conseqüência da mistura de dialetos.

Já vimos que as variantes lingüísticas são - elas mesmas - pontos estabilizados de variação, especialmente se consideramos as variantes fonéticas. O gesto do pesquisador de identificá-las, seja assumindo unidades discretas, seja atribuindo discriminação a partir de médias e outros índices estatísticos (no caso de variantes contínuas), tem o pressuposto de que, no sistema lingüístico da comunidade, elas já funcionam como entidades opostas competindo pelo mesmo lugar na estrutura. Esta "discreção" seria acompanhada, necessariamente, de significados sociais impressos nas formas variantes.

Propusemos a hipótese de que haveria, nos sistemas lingüísticos, dois "estágios" de variação: o primeiro estágio é aquele em que não temos variação no sentido pleno do termo, mas algo que poderíamos chamar de flutuação, ou oscilação; o segundo estágio é o da constituição de formas variantes propriamente ditas. No primeiro estágio, estaríamos diante de processos estritamente lingüísticos: flutuações aleatórias na emissão dos fonemas,

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

devidas a acomodações no trato vocal. A constituição de formas variantes se daria pela operação de selecionar tais lugares na produção da fala para fazer falar os significados sociais. É por esta razão que o processo de mudança não seria devido a um funcionamento natural da língua - uma vez que para haver mudança é preciso haver primeiro variação. Tal hipótese aparece relativamente insinuada em Labov, 1972:

> *At the first stage of change, where linguistic changes originate, we may observe many sporadic side-effects of articulatory processes which have no linguistic meaning: no socially determined significance is attached to them, either in diferentiation of morphemes, or in expressive function.* ***Only when social meaning is assigned to such variation will they*** *be imitated and* ***begin to play a role in the language.*** *Regularity is then to be found in the end result of the process, as Sturtevant (1947:78-81) has argued, and not in the begining.*
>
> (Labov, 1972, p. 23 - grifos nossos)

Não fica muito claro, nesta passagem, se Labov está ou não estabelecendo uma linha direta entre "os efeitos colaterais de processos articulatórios" e a seleção das formas variantes. Neste trecho, especificamente, ele está-se contrapondo aos neogramáticos, que viam os processos de mudança como estritamente naturais e decorrentes de injunções do próprio sistema lingüístico. Ocorre que, uma vez percebido o fenômeno como de variação - por conseguinte tendo-se assinalado significado social às formas variantes - temos a necessidade de voltar a um começo, anterior, o lugar da oscilação primeira, tomando-a, já como o início do processo. É isto que Labov faz ao rotular esse momento de "o primeiro estágio da mudança". Na hipótese que formulamos aqui, esse momento não seria o "primeiro estágio da mudança", mas apenas oscilação aleatória, que pode ou não ser selecionada pelo sistema sociolingüístico para funcionar como formas variantes. Mas a asseveração de que é somente quando significado social é assinalado às formas variantes que eles começam a desempenhar um papel na língua - é para nós capital, e o ponto central da hipótese acima. Descartaremos, como se verá mais adiante, a *imitação* como um componente central do processo de variação e mudança, porque essa noção pressupõe um sujeito cognoscente, e operaremos com a noção de identidade, que não necessariamente opera com tal sujeito.

O fato de as variantes passarem a funcionar como formas em competição e o de serem dotadas de significados sociais são indissociáveis. Não haveria aqui uma relação de precedência: ser uma forma variante implica ter significado social. Mas em que consiste esse significado social?

Já pudemos discutir na seção 1.3.1. os estatutos que podem ser atribuídos às formas lingüísticas, segundo a sua relação com a estrutura social, propostos por Labov (1972 a): indicadores, marcadores e estereótipos (cf. Labov, 1972 a, pp.237-251). Tais tipos de variáveis se diferenciam quanto a uma clara associação com determinado grupo social - caso dos estereótipos - manifesta no discurso metalingüístico dos falantes, o que não ocorreria com marcadores e indicadores. Estes últimos são estratificados socialmente, mas os marcadores sofrem ainda condicionamento por estilo. É como se houvesse uma gradação no significado social das formas variantes: os estereótipos seriam claramente demarcados; os indicadores, menos que os estereótipos e mais que os marcadores, que estariam no outro extremo de uma escala de significação social.

Mas há uma questão anterior a esta: haveria algum fenômeno de variação imune ao significado social? Em Labov (1972a) e em Labov (1982) há uma certa oscilação quanto a este ponto. Se por um lado se insiste, como Labov (1982) em que a mudança lingüística se inicia em um determinado grupo social (cf. Labov, 1982, p. 82), por outro se admite explicitamente que nem todo processo de mudança é correlacionável a fatores sociais (cf. Labov, 1982, p. 84).

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que tanto em Labov (1972a) como em Labov (1982) há a mesma ressalva quanto à relação entre a estrutura lingüística e a estrutura social:

> *In speaking of the role of social factors influencing linguistic evolution, it is important not to overestimate the amount of contact or overlap between social values and the structure of language. Linguistic and social structure are by no means coextensive. The great majority of linguistic rules are quite remote from any social value: they are part of the elaborate machinery which the speaker needs to translate his complex set of meanings or intention into linear form.*
>
> (Labov, 1972 a, p. 251)

Ou seja, nos lugares de relações estruturais não variáveis, não incidiria a significação social. Porém, e no caso de formas em variação: é possível pensá-las sem a relação com a estrutura social? Em Labov (1982) a mesma observação acima a respeito da não co-extensão entre estrutura lingüística e estrutura social é seguida da seguinte observação:

> *Many aspects of linguistic structure appear to be quite removed from social affect or recognition,* ***and some structural changes take place on a vast scale across social boundaries.***
> (Labov, 1982, p. 84 - grifos nossos)

No texto de Labov (1972a) usa-se predominantemente a expressão **variável lingüística**. Somente quando se põe a conceituação das formas de relação entre a estrutura lingüística e estrutura social, é que se introduz o conceito de **variável sociolingüística**:

> *We may define a* sociolinguistic variable *as one which is correlated with some non linguistic variable of the social context: of the speaker, the adressee, the audience, the seting, etc.*
> (Labov, 1972 a, p. 237 - grifos do autor)

Da maneira como está formulado, o conceito deixa entrever que haveria variáveis que não seriam sociolingüísticas. No último capítulo do mesmo livro, parece o autor reconhecer que haveria tal possibilidade:

> *Not every linguistic change is attached to a particular social groupo. The raising of M.E.* e *to [i:] seems to have been "common to the speech of all areas of London (Wyld 1936:207). In areas of United States, the merger of short open* o *and long open* o *seems to affect everyone in certain areas.*
> (Labov, 1972 a, p. 292)

para logo em seguida fazer a ressalva:

> *But here I am speaking from general impressions; it cannot be denied that in every case that has been studied closely, one social group or another has been found to lead strongly in the development of a linguistic change .*
> (Labov, 1972, p. 293)

Mais à frente, no mesmo capítulo, volta ao assunto:

> *Changes do not occur without regard to class patterns; istead, the incomming pattern enter like a wedge with one group or another acting as the spearhead.*
> (Labov, 1972 a, p. 295)

estabelecendo, como se vê, um forte vínculo entre qualquer processo de mudança e a estrutura social. Porém, algumas páginas adiante, parece voltar atrás:

> *There are a number of systematic changes taking place in the English of western United States that have no evident social significance. In most areas, the unconditioned merger of the low back vowels in* hock *and* hawk, *which affects two very large word classes, proceeds without notice or comment.*
> (Labov, 1972 a, p. 309)

Esta hesitação parece estar vinculada a duas maneiras distintas de conceber a significação social: de um lado, estão os indicadores, que remetem a grupos sociais específicos sem, no entanto, sofrerem variação por estilo; de outro estão os marcadores e estereótipos: os primeiros ligam-se a grupos sociais e sofrem variação por estilo, enquanto os últimos são abertamente estigmatizados na comunidade. A dimensão do estilo comporta necessariamente a dimensão da avaliação, isto é, por intermédio de testes de elicitação muito refinados, é possível obter respostas avaliativas dos falantes. Assim, a mudança - e por extensão - o processo de variação começa, necessariamente, em um determinado grupo específico (cf. Labov, 1972 a, p277), porém, a percepção que o analista pode ter do processo, uma vez que ele se disseminou, pode ser a de que não há correlações sociais claras.

Estamos assumindo a versão radical do significado social: uma vez que uma determinada variante se apresenta em um determinado grupo social, ela já é portadora de um significado social, independentemente de alcançar a dimensão do estilo ou não. Mas como funcionaria tal significação social?

Antes de mais nada, temos que ter em mente que a fonte de significação social não é o sujeito falante, é a comunidade; mas o que isso quer dizer? A comunidade lingüística, também não é a fonte, funcionando como uma extensão de um sujeito falante psicologicamente constituído, isto é, como uma reunião de vontades. Se a comunidade

lingüística está diretamente implicada, imbricada na variável lingüística, sendo uma decorrência dela, como vimos, então, para ser fonte de significados sociais deve ser tomada como sistema de relações. Quando delimitamos um certo grupo ou categoria social, ele só produz sentidos com relação a outros grupos ou categorias sociais. A própria existência, quando reclamada, desta ou daquela categoria social já implica a produção de sentido numa relação com outros sentidos. Tem-se, por conseguinte, que cada uma dessas categorias é uma posição a partir da qual o sentido se produz. Ora, se se trata de um sistema de posições, não é possível tomar tais lugares como fontes materializadas em pessoas ou grupos e, uma vez que são relações, estas só podem ser significativas se operam já no plano simbólico. Assim, as formas lingüísticas são impregnadas dessas posições sem que seja possível determinar nesse processo nenhum ato volitivo. Ele se dá pela urgência dessas posições em se dizer, em falar. Tais posições se apropriariam das formas lingüísticas que, ao mesmo tempo que passam a funcionar como formas variantes, passam a significar " socialmente" . É por isto que não cabe a imitação como um componente do processo de variação. O sujeito falante se vê irremediavelmente encostado contra a parede, pois estas posições o constituem na comunidade, como um ser no mundo. Uma vez que há variação, que há formas variantes, elas já estão impregnadas desses sentidos. As formas, tanto lingüísticas quanto sociais, transmudam no plano simbólico, transcendem a estrutura lingüística e a estrutura social. Por conseguinte, o exterior estaria no próprio interior da língua, indelevelmente associados nas formas variantes. Superaríamos assim os limites impostos pela sociolingüística convencional apontados por Orlandi (1996), adentrando em uma outra dimensão do funcionamento sociolingüístico.

2.3.2. A polissemia da forma variante

Orlandi (1996), analisando o "italiano macarrônico" de Juan Bananéri, em São Paulo, aponta para o fato de que, para além de operar com um dialeto que mistura elementos da língua italiana e da língua portuguesa, o que está em pauta é uma questão discursiva: como as duas línguas diferentes, possuindo ordens diferentes, constituem um sujeito indefinido e desterritorializado, o próprio sujeito migrante. A materialidade das duas

línguas, ao serem "misturadas" produzem um "distúrbio" na relação com o simbólico que cada uma das duas línguas estáveis têm com os sujeitos das respectivas línguas (cf. Orlandi, 1996, p. 124). O que está em xeque é a relação entre língua e nacionalidade, e o italiano macarrônico faz emergir, pelo choque das duas línguas, um sujeito que *não é claro e distinto* (Orlandi, 1996, p. 124), mas ao contrário, *se mostra em sua descontinuidade, seus pontos de subjetivação ambíguos e indecisos* (Orlandi, 1996, p. 125).

Da mesma maneira que o sujeito imigrante em Orlandi (1996), podemos dizer o sujeito da variação não está pleno na sua relação com a língua. Vimos como o próprio arcabouço da sociolingüística laboviana anula o sujeito falante para fazer falar diferentes vozes ao mesmo tempo. Assim, classe social, etnia, escolaridade, etc. são mais do que compartimentos da estrutura social: são categorias simbólicas que se imprimem na língua, constituindo sujeitos diferentes. É nisto que consistiria o significado social das variantes: posições de sujeito que se apropriam das formas variantes. Avançando um pouco mais, seria necessário dizer que, embora os resultados tabulados de uma pesquisa quantitativa produzam a sensação de uma certa estabilidade no significado social das formas variantes, cada uma delas é disputada por sujeitos diferentes.

Nos resultados que teremos oportunidade de observar nos próximos capítulos, a variante palatalizada [tʃ] é, ao mesmo tempo, um índice de escolaridade, idade e região urbana, além de ser a forma identificada aos falantes "estrangeiros". Assim, se tal forma variante é um lugar estabilizado em que é possível encontrar um certo sujeito falando, ao mesmo tempo, há uma certa deriva, uma certa indistinção, a possibilidade de equívoco nesse dizer: ela é ela mesma e a possibilidade de ser outra. Esta interpretação das formas variantes nos leva à noção de equívoco, de paráfrase e metáfora - o mesmo e o diferente que, para a análise do discurso torna possível que o discurso não seja mera repetição e nem o novo (cf. Orlandi, 1999 e Pecheux, 1988). Isto nos leva à noção de formação discursiva. Com a palavra, Orlandi (1999):

> *...as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem...*
>
> *Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. Por exemplo a palavra "terra" não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural. (...)*

Todos esses usos se dão em condições de produção diferentes e podem ser referidos a diferentes formações discursivas. E isso define em grande parte o trabalho do analista: observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, ele deve remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o sentido que está ali dito.

(Orlandi, 1999, pp.43-45)

As formações discursivas, por sua vez, constituem um sujeito, tomado como uma posição com relação a outras (cf. Orlandi, 1999, p. 49), noção oriunda de Foucault (1995). Assim, para que fale a voz do sujeito de classe média, ou a voz do feminino, ou a voz do local (ou outra correlação que se estabeleça), no fenômeno de variação, é necessário que pensemos que o sentido das formas variantes deriva da sua inscrição numa dessas formações, que se definem em oposição às outras. Partindo dessa visão, podemos pensar que o que a pesquisa sociolingüística laboviana faz - no nível da análise - é tomar a posição de sujeito como índice de significado social. Uma vez que sujeito e discurso são indissociáveis, podemos dizer que, ao vincularmos uma dada forma variante a uma dada posição, estamos, necessariamente, inscrevendo esta forma variante no dizer de uma dada formação discursiva.

Seguindo a direção apontada anteriormente, a interpretação de freqüências e probabilidades encontradas em uma amostra seriam índices destas disputas pelo primado da significação no âmbito da comunidade lingüística, mais do que o retrato do quanto esta ou aquela forma se distribui pelos vários recortes sociais. Elas retratariam os movimentos dos sujeitos tentando enclausurar as formas variantes no âmbito da sua área de significação. Num paralelo com a música, podemos pensar o fenômeno de variação como uma *jam-session* em que o tema musical é constantemente retomado por cada um dos instrumentos, que imprime nele sua marca, seus modos de significar, deslocando-o da intrepretação anterior, mas ao mesmo tempo retomando-a. Porém, diferentemente do que move a música, nas comunidades lingüísticas essas vozes diversas podem querer a prevalência. O resultado disso pode ser um uníssono, em que cada instrumento, mesmo soando diferente, produz nos ouvintes a impressão de unidade.

2.3.3. Identidade e heterogeneidade

Mas em que discurso significam as formas variantes? Basicamente o discurso da identidade. Em Labov, vamos encontrar a identidade explicitamente mencionada quando se trata de relações que envolvem o local X o invasor (que é o caso de Martha's Vinneyard), a formação de guetos formados a partir do *apartheid* social (que é o caso dos grupos de adolescentes afro-americanos em Nova Iorque) ou ainda quando envolve etnias que entram em contato com uma língua dominante, como o caso de judeus e italo-americanos em N. Iorque (cf. Labov, 1972 a e Labov 1972 b). Ou seja, as relações de identidade aparecem quando o vetor que elas representam no processo de variação e mudança não pode ser traduzido por nenhuma das outras categorias, como classe, sexo, idade. Estamos estendendo as relações de identidade para quaisquer correlações sociais que se façam no âmbito da variação. Isto implica que o processo de identidade não seria um ato do sujeito falante em relação à demarcação territorial de seu universo na sociedade, a partir de construções sociais diversas, mas algo constitutivo do próprio ser sujeito. Se uma categoria sociológica rotuladora de segmentos sociais só pode entrar para o jogo lingüístico quando não é mais seu universo exterior, mas uma entidade da ordem do simbólico, o sujeito constituído a partir dela é uma decorrência direta das formações - ideológicas e discursivas - que instauram a posicão de sujeito e a categoria como símbolo. Assim, identidade e sujeito nascem juntos. Pela voz do sujeito falante falam esses sujeitos, e a identidade é a própria interpelação do sujeito falante, levado a existir, a dizer **eu** para poder falar.

No âmbito do processo enunciativo, onde a variação passa de estrutura a acontecimento, o sujeito falante sucumbe ao peso de formações diversas, passando de uma voz a outra inconscientemente. Embora o analista vá encontrar formações mais ou menos estabilizadas, vetores de sujeitos de posições diversas, não podemos nos deixar seduzir por esta positividade a que os gráficos e tabelas às vezes nos induzem. Já no âmbito da própria descrição, encontramos uma sobreposição de sujeitos e suas vozes sobre uma mesma forma variante, o que nos leva a uma heterogeneidade inenarrável no plano da enunciação: numa única ocorrência da variante [tʃ] num dado instante da seqüência da fala, quem fala exatamente? Tanto é o sujeito de uma certa escolaridade, como o sujeito de uma certa idade, como o sujeito feminino/masculino. Por isso podemos dizer que as formas variantes

são rasuras do simbólico na estrutura lingüística, estendendo a metáfora empregada por Souza (1999), para quem as hesitações e pausas na entrevista sociolingüística:

> *Essas ondas sincopadas de sons quebrando a suposta harmonia regular do fluxo da fala assemelham-se a rasuras registradas no plano oral da enunciação. Apontam para a incidência de um jogo de memória, não a da ordem das lembranças individuais, mas a da ordem do discurso, portanto exterior ao próprio sujeito da enunciação e é ao mesmo tempo condição dele. É como se, ao ser entrevistado, o informante fosse pego ante a indecidível questão de responder:* ***eu sou quem diante deste que me fala.***
>
> (Souza, 1999, p. 14 – grifos do original)

Nas entrevistas que serão objeto de análise no capítulo 4, inúmeros são os momentos em que os falantes passam de uma forma a outra sem nenhuma motivação aparente, quer lingüística, quer de outra natureza. Em uma delas, que será retomada mais adiante (cf. seção 2.4.2.2) podemos ver como oscila o sujeito falante entre as três formas variantes para as oclusivas alveolares:

I: Um aspecto que eu acho que mudou muito é que as pessoas se tornaram mais in**[d]**ividualistas, *né. Porque a* cida**[dʒi]** *cresceu muito....assim, aumentaram as* **[dʒ]**iferenças *sociais, é***[ts]**nicas, *etc. eu acho que isso criou um* in**[dz]**ividualismo *maior....O que eu me lembro na minha/na época que eu era criança é que havia muito mais assim, uma ligação muito mais fraternal entre as pessoas. Eh.. muito mais assim* amiza**[di]** *, família, compreensão...era uma coisa mais valorizada. Hoje em* **[d]**ia, *como eu já falei, é mais, a coisa está mais* in**[d]**ividualizada, *né...E, eu acho que...*

E: Seus pais falam que as pessoas iam mais à casa deles....

I: Eles falam que as pessoas os tratavam melhor, Eh, nesse sen**[tʃ]**ido *assim. Mas, eh...havia mais respeito assim pela pessoa, né....Hoje em* **[dʒ]**ia *assim é mais* compe**[t]**ição, *há mais,....a coisa está mais* **[dʒ]**iluída, *a pessoa está mais massificada. É, ta/tá* **[dʒ]**iferen**[tʃi]** *nesse* sen**[tʃ]**ido. Principalmen**[tsy]** *o meu pai, ele* sen**[tʃi]** *muito isso, porque ele é bem/ a minha mãe é* ***[ts]****ípica mas o meu pai eu*

acho mais **[tʃ]**ípico *ainda - o florianopolitano* **[t]**ípico. *Então ele* sen**[tsi]** *muito isso, assim , é...Aquela cidade que ele* **[ts]**inha, *que era uma* cida**[di]** *pequena, que ele conhecia, que ele dominava, que ele se* sen**[tʃ]**ia *valorizado dentro da* cida**[di]** , *hoje em* **[d]**ia *ele não/ele* sen**[tʃy]** *essa* **[d]**ificulda**[dzi]** *dele não estar sendo valorizado.*

Em primeiro lugar, observe-se como no trecho, como um todo as três variantes se alternam, inclusive nos mesmos ambientes fonéticos, sem nenhum padrão aparente de funcionamento. Mas, mais que isso, veja-se como as mesmas palavras ganham formas diferentes, numa única seqüência enunciativa:

dia ['diɐ], ['dʒiɐ]

cidade [si'dadɪ], [si'dadʒɪ]

tipico ['tipikʊ] ['tˢipikʊ], ['tʃipikʊ]

sente [sẽtˢɪ] [sẽtʃɪ]

É como se o falante inscrevesse um determinado sentido na sua fala, para logo em seguida desdizer-se, inscrevendo-se em um outro sentido. Temos aqui uma mulher com 36 anos e escolaridade universitária. O que poderia estar determinando tal instabilidade, já que, dado que até os mesmos itens lexicais aparecem diferentemente? Na interpretação que estamos fazendo, esses são momentos de deriva do sujeito, que rasura a fala a todo momento, submetido a formações discursivas diferentes no processo de identidade.[1]

Uma rasura é uma inscrição sobre outra, o que nos remete à noção de equívoco (cf. Orlandi, 1999, dentre outros), como constitutivo do discurso, aqui o discurso de identidade. Mas a própria rasura tem algo de transitório, porque não é um apagamento completo do que estava antes. Assim, remete tanto a um dizer anterior, como à possibilidade de outro próximo dizer.

[1] Nas seções 5.2.3.1., 5.2.3.2. e 5.3.3.3. do último capítulo tratamos especificamente dos significados sociais das formas variantes em Florianópolis e sua relação com os processos discursivos descritos neste capítulo.

Mais importante ainda é destacar que esta heterogeneidade inaprisionável deve ter sempre a possibilidade de escapar à arapuca que o pesquisador armou para ela. Assim, se as formações discursivas são capturadas na pesquisa sociolingüística por meio da estabilização das posicões de sujeito, não podemos nos esquecer de que, como entidades fundamentalmente heterogêneas, às vezes elas escapam e parecem querer dizer outra coisa, falar um outro discurso, inscrever-se em outro lugar. Embora a sociolingüística viva de correlações positivas, das quais não escaparemos neste trabalho, o gesto de aprisionamento do analista sociolingüístico - tal como o do analista do discurso - não pode iludir-se pela aparente estabilidade das formas variantes.

2.3.4. Tipos de variantes e identidade

Se retomamos as noções de *marcador*, *indicador* e *estereótipo* e as colocamos no quadro que delineamos acima, teremos que em todos os três casos o processo de identidade dos sujeitos é o mesmo. Elas apenas se diferenciam no grau de saturação dos sentidos. Na ponta extrema, temos as variantes estereotipadas, cujo sentido está quase completamente estabilizado; já os indicadores estariam na ponta oposta, objetos de disputa renhida no processo de identidade. Quanto aos marcadores, o fato de sofrerem condicionamento por estilo aponta para um meio de caminho: são estereótipos, mas de um outro tipo. As suas formas variantes são marcas de identidade mas uma delas está saturada de sentido, a ponto de fazer os sujeitos falantes convergirem para elas quando de certas enunciações nas quais o sujeito é interpelado a falar de uma posição de poder (o que é o caso dos estilos "formais" de leitura utilizados para obtenção de dados). Não é à toa que justamente as variantes que crescem nos estilos mais formais são as mesmas avaliadas positivamente nos testes de avaliação, em que os falantes são colocados na posição de escuta e devem manifestar-se a respeito da própria língua. (cf. Labov, 1972 a, pp. 128-132). As situações descritas pelos rótulos de estereótipos e de marcadores são, em maior ou menor grau, o que Orlandi (1999) aponta como "injunções à estabilização":

> *Pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem (do simbólico), ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede. Entretanto, há também injunções à estabilização, bloqueando o movimento significante. Nesse caso o sentido não flui e o sujeito não se desloca. Ao invés de se fazer um lugar para fazer sentido, ele é pego pelos lugares (dizeres) já estabelecidos, num imaginário em que sua memória não reverbera. Estaciona. Só repete.*
>
> (Orlandi, 1999, p. 54)

Trata-se de uma relação semelhante àquela que constrói uma língua nacional, em que se apaga a possibilidade de deslocamento, pela identificação de uma única nação a uma única língua (cf. Orlandi, 1992). Quando Labov (1972 a) define uma comunidade lingüística como um grupo de falantes que compartilham as mesmas normas com relação à linguagem, está capturando exatamente esse estágio de saturação que algumas variantes experimentam. O interessante é constatar que, quando uma mudança se completa, ou seja, quando uma forma variante é abandonada em favor de outra por todos os falantes de uma dada comunidade lingüística, estamos diante da mesma saturação que observamos acima. Neste momento, no momento da completude, a forma variante perde seu caráter heterogêneo, assumindo apenas um único vetor de sentido para aquela comunidade.

No primeiro capítulo, tivemos oportunidade de ver como o conceito de comunidade é uma extensão do conceito de variável, o que indica que a comunidade não seria um motor exterior às formas variantes, mas parte integrante delas. Podemos agora propor um conceito de comunidade lingüística que abarque as próprias contradições que o processo de variação contém: uma comunidade lingüística é um agrupamento de pessoas submetido ao mesmo processo discursivo de identidade, que não ressoa do mesmo modo em todos os lugares e ouvidos. Nele, por conseguinte, a circunscrição de quem está ou não identificado decorre das injunções das formações discursivas envolvidas. Assim, o discurso, mesmo ao excluir, mesmo negando, constrói uma subjetividade que concentra atração e repulsão e, dessa forma, constitui um centro de onde se abre um guarda-chuva que identifica quem sob ele teve de, necessariamente, ser posto. No caso de Florianópolis, o discurso identificador é contradição pura e, por conseguinte, não se pode dizer, *a priori* quem está fora e quem está dentro da comunidade. Uma vez na cidade, o sujeito estará irremediavelmente submetido ao processo de identidade.

2.3.5. Identidade como posição: outros sintomas

Há ainda outros sintomas que se podem apontar deste processo simbólico que toma conta das formas variantes. Em Labov (1972 a) o autor se pergunta por que falantes avaliam como positiva uma forma que de fato não usam (cf. Labov, 1972 a, p. 313). Das 4 possíveis respostas, sente-se mais confortável com a última, para a qual informa ter encontrado evidências fortes:

> *4. Lower-class speakers do not want to adopt the norms of the upper class; although they do endorse the dominant norms in the test situation, there are opposing sets of values that support the vernacular forms, and that do not appear in subjective reaction tests*
>
> (Labov, 1972 a, p. 313)

Nos termos que estamos tratando o processo de variação, diríamos que, enquanto a mudança não se completa, os marcadores (as formas lingüísticas que sofrem condicionamento por estilo) estão no estágio intermediário entre a saturação completa, a sua inscrição numa única ordem de sentidos e, portanto, ainda são objetos de disputa. O texto laboviano deixa entrever um certo sujeito psicologicamente pleno que emerge em razão da perspectiva positivista de sua análise, mas que rejeitamos em nossa abordagem. A identidade é, também, uma forma de assujeitamento.

Um outro sintoma interessante é o que coloca o processo de variação em função da rede de contatos dos sujeitos falantes. O que subjaz à hipótese do contato como vetor do processo de variação é, no fundo a mesma perspectiva da dialetologia, agora aplicada a segmentos sociais. Para a análise de Florianópolis, trata-se de uma noção relevante, uma vez que uma das variantes - a africada palatal [tʃ] - é tida como forma estrangeira, o que pressuporia a possibilidade de maior ou menor contato dos habitantes nativos com tal forma.

O conceito de redes de contato, originalmente proposto por Barnes (1954), foi utilizado por Labov (1986) para estudar grupos de falantes afro-americanos na cidade de Filadélfia. Além de considerar as redes de contato, o autor considerou também o histórico de cada falante, procurando, por meio deste histórico, construir um perfil de cada um.

Confrontadas as redes e os perfis com traços gramaticais e fonéticos, o autor encontrou maior regularidade não na rede de contato propriamente, mas no histórico de cada falante, o que o leva a concluir que:

> *Members of the same social network usually share a commom ideology and commom experience, which leads to the same directions of style shifting and the same attitudes towards other dialects. We have traced small linguistic rules and lexical itens that are shared by members of primary networks. But on the whole, social networks have little explanatory value for individual differences in linguistic systems. It is social history of speakers that must be taken into account: the kinds of social experience they have had dealing with members of other groups, the way they have used language in their life.*
> (Labov, 1986, p. 21)

Fatos como este mostram que o processo de identidade governa o processo de variação e que não é o contato lingüístico entre os falantes o motor do processo, mas a qualidade do contato, entendida aqui em como se coloca simbolicamente cada uma das formas variantes.

2.3.6. À guisa de conclusão

O que fizemos nesta seção foi ler a sociolingüística laboviana a partir dos conceitos centrais da Análise do Discurso. O que nos levou a essa leitura foi a necessidade de dispor de uma teoria que fizesse a articulação entre o lingüístico e o social, que é o ponto central de qualquer sociolingüística. No caso da Teoria da Variação e da Mudança, dado que:

1) Não é o falante a fonte da variação, mas a intersubjetividade;
2) Cada falante é multifacetado em tipos vários, não é uno e sua fala só se organiza quando confrontada com a fala de outros;
3) As acepções anteriores nos levam a um falante não psicológico;
4) As formas variantes são portadoras de significado social;

é possível ver neste funcionamento o mesmo modo de funcionamento do discurso, tal como concebido pela Análise do Discurso francesa. Para tanto, é preciso que nos distanciemos de Labov, na sua tentativa de naturalização dos fenômenos de variação, uma vez que, no

quadro que pintamos, tal redução é desnecessária. Afastamo-nos também da noção behaviorista do sujeito falante: a variação deixa de ser um comportamento do sujeito falante e passa a ser a condição *sine qua non* de sua própria existência. Isto porque, como vimos, é a relação de identidade do sujeito pela língua e na língua, ou seja, a sua própria constituição no mundo, que está em questão quando ela varia. Se há variação o sujeito falante está irremediavelmente interpelado por ela, do contrário, não existe como tal.

A identidade, por sua vez, não é uma relação unívoca, mas é heterogênea. O sociolingüista tenta estabelecer, por meio da análise, as linhas diversas que recobrem cada variante, isolando-as das outras quando lê os resultados. Mas no funcionamento lingüístico elas se cruzam, se tensionam e por vezes até se quebram.

2.4. Sujeito e identidade em Florianópolis

2.4.1. Introdução

Vimos nas últimas seções que o processo de variação envolve fundamentalmente o movimento de identidade do sujeito na sua relação com a língua. Sendo assim, esta relação pode se apresentar de diferentes maneiras, segundo os planos em que é estabelecida: é possível pensá-la a partir da nação, identificada ao país e aí teremos a constituição desse sujeito em relação ao imaginário da língua una (cf. Orlandi, 1992); ou a partir do migrante, e temos a relação com a oposicão territorialização/desterritorialização; ou ainda no âmbito das cidades, e aí nem sempre a identidade aparece como uma relação proeminente, porque envolve categorias que normalmente não são postas como tal.

Se de um lado a identidade é constitutiva do processo de variação, de outro se coloca a questão da própria identidade envolvida. Pensar, por exemplo, a relação do sujeito brasileiro com a língua nacional implica pensar também a constituição da identidade da nação, que é, igualmente, uma operação discursiva. É preciso, no entanto, colocar uma distinção quanto às formas pelas quais a identidade se coloca como questão para nós no processo de variação:

1) Identidade constitutiva: que é o movimento básico de constituição do sujeito pelas formas variantes. Foi o que exploramos nas seções anteriores.

2) Discurso de identidade: o interdiscurso no qual localizamos a identidade manifestando-se como sentido. É o que pretendemos investigar nas próximas seções, tendo como pressuposto que seu funcionamento também se impregna no funcionamento das formas variantes.

3) Discurso sobre identidade: como discurso, submete-se ao funcionamento como em 2, acima, mas se caracteriza por ter como sujeito a posição de saber que produz memória institucionalizada, à qual nos dedicaremos mais especificamente a partir da seção 2.4.4.2.

Esta separação não pressupõe um funcionamento estanque dessas três formas de identidade. Elas se dão conjuntamente: a identidade do sujeito em 1, quando se dá, já opera com a memória do interdiscurso em 2, que trabalha com as posições que essa identidade pode ter; mas essa memória, como se verá, é sustentada pela memória institucionalizada, o arquivo.

No caso de Florianópolis, se temos os vieses normais de constituição de identidade que caracterizam as relações sociais nas cidades modernas, temos também um processo que poderíamos descrever como "crise de identidade". O paralelo com Martha's Vinneyard é tentador e de fato há muitos pontos em comum (cf. Brescancini, 1995, p.118), mas não se reduz a uma única polarização, como é o caso da ilha americana (ou como Labov nos faz crer que é).

Nas próximas seções, tentaremos entender o funcionamento do discurso de identidade em Florianópolis, especialmente a natureza desta crise de identidade: por que é posta em xeque? Para tanto, estaremos utilizando o arcabouço da Análise do Discurso, tal como concebida em Pecheux (1988) e Orlandi (1996, 1999).

A nossa hipótese central é a de que a crise de identidade é uma crise nas instâncias de poder e não decorre, necessariamente, do esfacelamento material das estruturas urbanas e econômicas, embora mantenha com estas uma relação, que poderíamos chamar de significação. Aqui, mais do que nunca, vale a máxima: os fatos, de fato, reclamam sentido. Desta forma não são as transformações fisicas na cidade, seu crescimento, sua elevação ao *status* de pólo turístico, as alterações nos modos de produção que geram uma crise de identidade, mas todas essas transformações são capturadas pela crise de identidade, que se instaura, na verdade, em outro lugar.

Dito de outra maneira, os sujeitos que vão vendo alterar seus modos de vida se vêem, de uma hora para outra, alçados à condição de um "não identificado", são colocados nessa posição pelos discursos que os interpelam. Um mal-estar é instaurado. Os discursos de identidade operam basicamente instaurando a ruptura com o passado e, ao mesmo tempo, promovendo o retorno a esse passado. Tanto a ruptura quanto o retorno são

construídos discursivamente, o que coloca presente e passado como objetos de uma disputa na significação. Orlandi (1996) assevera que

> *Faz parte do imaginário do sujeito, em sua diferença, pensar a unidade para identificar-se, assim como também faz parte desse mesmo sujeito - o da Modernidade e o da Contemporaneidade - ter de referi-se a uma pátria para ter uma identidade "nacional".*
> (Orlandi, 1996, p.130)

No nosso caso, trata-se de uma unidade a construir, visto que ela foi posta no lugar da inexistência pelos discursos de identidade, que disputam agora o lugar do imaginário.

Nas seções seguintes, estaremos investigando vários aspectos do funcionamento do discurso de identidade em Florianópolis. Como **corpus** de análise estaremos utilizando: um conjunto de entrevistas de Franklin Cascaes, entrevistas do Projeto Varsul (as mesmas utilizadas como fontes de dados para o estudo de variação) e textos da imprensa escrita e falada de Florianópolis.

2.4.2. As designações

Nomear é produzir discursos. Por conseguinte, analisar nomeações é apreender como funcionam tais discursos. Talvez o maior sintoma do processo discursivo ora em curso em Florianópolis seja um conjunto de designações que são objeto de deslocamento de sentido: *manezinho*, *nativo*, *ilhéu* e a própria designação da cidade - *Florianópolis*. Fantin (2000) , no seu livro *Cidade Dividida*, trabalhando a partir de uma perspectiva antropológica, vê a crise de identidade como o resultado do embate de dois projetos para a cidade, cada um deles com atores diferentes. Assim, para a autora, os deslocamentos no termo *manezinho* são devidos ao choque entre esses dois projetos, havendo uma apropriação desta designação por ambos.

Na perspectiva que estamos adotando aqui, trata-se da operação inversa: os projetos para a cidade é que são apropriados pelo processo discursivo de identidade, de tal maneira que passa a não ser possível identificar mais atores específicos a discursos específicos, uma vez que estamos todos aprisionados e deslizando de uma formação discursiva para outra. A

própria autora parece reconhecer isto, quando observa que, embora trabalhe com dois projetos específicos para a cidade, no funcionamento simbólico essas duas posições acabam se desdobrando em outras, tornando o terreno escorregadio (cf. Fantim, 2000, p. 92)

Guimarães (1992), analisando as designações de *cidadão* e *brasileiro*, na constituição do império e na primeira constituição republicana, aponta para o fato de que o sentido destas expressões decorre do enfeixamento delas na processo enunciativo de cada texto, o qual remete, por sua vez, às condições históricas de produção de discursos, que determinam o que pode e o que não pode ser dito. De tal maneira que, ao mesmo tempo que ambas são textos de "espírito" liberal, os processos discursivos nelas impresso acabam por definir recortes nos conceitos que permitem excluir ou incluir sujeitos.

Dias (1996), trabalhando com as designações da língua falada no Brasil quando da tramitação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro de projeto de lei visando a alterar o rótulo da língua nos manuais didáticos, vai encontrar para a mesma designação – "língua brasileira" – formações discursivas diferentes que imprimem à expressão significados diferentes.

Tudo isto nos leva a que, longe de ser "anormal" o funcionamento de tais itens lexicais, ao contrário, ele demonstra apenas, de maneira mais transparente, a própria condição de produção de sentido - imbricada na história e no funcionamento discursivo.

A maneira como as designações estão se deslocando em Florianópolis nos permite entrever dois movimentos, que esperamos demonstrar nas seções seguintes. Um movimento é aquele que apõe, numa rede paradigmática, diversas designações para o mesmo referente. Neste caso, é preciso manter estáveis os referentes, que não são postos como objeto de desestabilização. É o que ocorre com a designação da cidade. O outro movimento desestabiliza o sentido das expressões e também a relação com os referentes, que passam a flutuar, formando conjuntos maiores ou menores, segundo o sabor das formações discursivas. É o que acontece com termos como *manezinho*, *ilhéu*, *nativo*, entre outros.

2.4.2.1. Florianópolis, Desterro, Ilha da Magia – o outro usurpador

O poema a seguir foi publicado no jornal O Diário Catarinense, edição do dia 23 de março de 2000. Trata-se de peça publicitária de supermercado, como se vê, comemorando o aniversário da cidade.

Inicialmente, os aspectos gráficos. O fundo preto e o texto "manuscrito" em branco remetem à idéia de quadro-negro, evocando o tempo da infância, na escola, da mesma maneira que reforça a idéia de que o poema não deve ser lido como alta literatura, mas como uma singela homenagem do funcionário da empresa. Porém, ao contrastar o fundo negro com as três fotos no canto direito, tem-se a nítida impressão de janelas abertas. O leitor é levado, assim, a um quarto escuro com três "janelas" por onde entra a claridade do dia e a paisagem idílica de mar e montanhas. Mas chama a atenção o fato de que, provavelmente para dar um efeito gráfico mais agradável, a paisagem aparece repartida em três quadros. Ou seja, se há saída para a indefinição do fundo escuro, esta saída está esfacelada, a paisagem é descontínua, o espelho d'água do mar onde o sol se reflete está quebrado.

Quatro designações para Florianópolis aparecem no poema: *Florianópolis, Floripa, Ilha da Magia, Desterro*, além delas, há extensões da designação *Ilha*: *da Alegria, do Zininho, do Vizinho... da Maria, do João*. É exemplar que um poema-peça publicitária que tente resumir Florianópolis passeie por tantas designações, sendo praticamente todo construído com o recurso da enumeração. O enunciador passa de uma designação a outra, sem se deter em nenhuma delas, operando uma profusão de nomes que remetem, juntamente com os elementos gráficos, a uma multiplicidade de referentes e designações. Sendo um poema-homenagem, o fecho não poderia ser mais revelador: *Abençoada é a sua criação*. Não se louva a existência, mas a *criação* da cidade.

No plano enunciativo, o texto começa com *Florianópolis* e termina com *Desterro*, as duas designações oficiais da cidade. A última - Nossa Senhora do Desterro - foi o nome da cidade desde a sua fundação até o ano de 1894, quando foi substituída por Florianópolis. Esta mudança de nomes merece algumas considerações de natureza historiográfica para o leitor não familiarizado com as questões locais. A mudança para Florianópolis foi uma homenagem ao Presidente Floriano Peixoto, quando governava o estado Hercílio Luz, logo após o episódio da Revolução Federalista entre 1893/1894. As tropas do Rio Grande do Sul

Florianópolis, Meu Chão

Florianópolis, carinhosamente Floripa, meu chão.
Majestosa, ostenta, entre outros, o Morro da Cruz.
Vaidosa, exibe exuberantes praias e seduz
Nativos, manezinhos ou não.

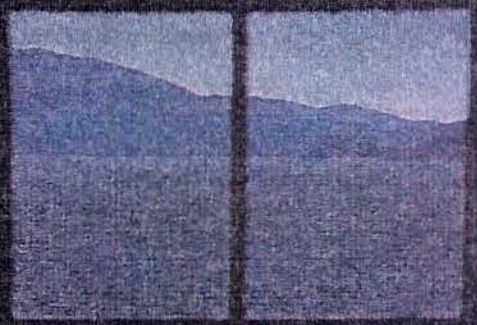
Floripa, Flor-Ímpar, meu chão.
Sua fauna e sua flora
Evocam um jardim de delícias que aflora
Em mim essa ardente paixão.

Ilha da Magia, da Alegria, meu chão.
Ilha do Zininho, Ilha do Vizinho...
Ilha da Maria. Ilha do João.

Ilha da Magia, meu rico Desterro, meu chão.
Viva a sua glória! Salve a sua história!
Abençoada é a sua criação.

Júlio César Machado de Souza

Funcionário Supermercado Angeloni Centro - Florianópolis



Uma homenagem aos 274 anos
de Florianópolis, nosso chão.

ANGELONI

e os revoltosos da Marinha se encontraram em Florianópolis - então Desterro - que foi declarada Capital Provisória do Brasil, pelo movimento. Rapidamente sufocada, a rebelião teve para a cidade um saldo trágico. O interventor nomeado por Floriano Peixoto - coronel Moreira Cesar - ordenou a execução de militares e civis, num total de mortos de que não se tem conhecimento preciso. Os números variam de 39 a 185 execuções. na fortaleza de Anhatomirin (cf. Meirinho, 1995, p. 56).

O fato de o nome da cidade homenagear justamente Floriano Peixoto até hoje gera muita polêmica - mais do que na própria época da homenagem. Há um movimento para alterar o nome da cidade, ainda que não haja consenso sobre qual designação adotar, e muitas pessoas recusam-se a usar a designação em documentos e cartas, optando por outras designações.

O texto em questão passeia pelas designações da cidade, mas é amarrado nas pontas pelos dois nomes capitais: *Florianópolis* e *Desterro*, que fundam a identidade como questão. No desenvolvimento do poema, vai-se deslizando de uma designação a outra, revelando toda a instabilidade na relação entre o sujeito e o lugar onde vive. A única estabilidade é territorial: *Florianópolis, meu chão*, que remete à constituição das nações e seus pontos de estabilização, como descreveu Hobsbawm (1990). A circunscrição do território foi um dos lugares de definição das nações, mas não o único. O sujeito do poema tem um chão, mas ele não é suficiente para definir a sua identidade.

Observe-se que o *Floriano*, original do nome, aparece deslocado na etimologia desviada no trocadilho *Flor-ímpar*, construído já a partir da redução *Floripa*. Assim, ao esquecer a associação original, instaurando uma outra, o sujeito, inescapavelmente, acaba por remeter à relação original. *Florianópolis-Floripa* acaba se circunscrevendo à noção de território, pela aposição da expressão *meu chão*, enquanto as outras designações vão tentando apreender o significado deste território. O esquecimento da relação original é lembrado justamente na outra âncora designativa: *Desterro*. É a ocorrência deste item que desestabiliza a etimologia original de *Florianópolis*, mas, ao mesmo tempo que lembra a tensão com a mudança de nomes, propõe um deslocamento no nome original, buscando fugir das conotações negativas que o nome original suscitava: *meu rico Desterro*.

Meirinho (1995), em texto que integra o livro *Florianópolis: Homenagem ou humilhação*, lembra que a indisposição com o nome da cidade é anterior ao episódio da Revolução Federalista. Segundo ele:

> *Em 1888 na Assembléia Provincial, o deputado Francisco Medeiros, acatando sugestão da imprensa apresentou um projeto para que Desterro passasse a se denominar* ***Ondina****, em alusão à ninfa das águas segundo a mitologia escandinava. Justificou, o parlamentar, que Desterro lembrava desterrado. A sugestão levantou polêmica, e várias outras denominações foram sugeridas, como* ***Baía Dupla****,* ***Nossa Senhora da Baía Dupla****,* ***Boa Vista*** *e* ***Ponta Alegre****. O próprio presidente da Província, então o Visconde de Taunay, sugeriu o de* ***Redenção****. Com tanta diversidade, o projeto original deixou de ser votado.*
>
> (Meirinho, 1995, p. 47 - grifos nossos)

Aqui chegamos a um ponto crucial: há algo que perpassa as rejeições, tanto de Florianópolis, quanto de Desterro: trata-se de uma urgência em apagar um traço de identidade que vem pelo nome. Se Desterro lembra desterrado, como argumentava o deputado no século passado (e como ainda se argumenta hoje em dia), por que esta lembrança incomoda? Se Florianópolis lembra Floriano, por que esta lembrança incomoda? No primeiro caso, é difícil fugir da associação com o modo de povoamento da Ilha de Santa Catarina, por casais açorianos no século XVIII. Uma das características da ocupação foi o grande isolamento que tais populações acabaram sofrendo, em grande parte fruto do "descaso" da coroa portuguesa para com os transplantados, que não teriam tido o apoio necessário para prosperar, tendo que lutar com os próprios meios para alcançar a sobrevivência em uma terra estranha. Nas entrevistas de Franklin Cascaes[2] este aspecto da colonização é várias vezes reiterado:

> *Portugal destruiu a vida dessa gente. Eles mesmos trouxeram, eles mesmos devoraram. Portugal fez igualzinho àquela cobra que quando os filhos passam na frente dela, ela come. (...)*
>
> *Eu sempre tive essa impressão que o português não era muito afeto ao açoriano. Ainda vi lá nos Açores, quanto eles reclamam, eles querem se ver independentes de Portugal. Eles estão loucos para se safar deles. (...)*
>
> *Éramos uma colônia e continuamos sendo uma colônia. Nós estamos subjugados aos Estados Unidos; possivelmente pode ser a Rússia, as nações mais poderosas podem subjugar o Brasil, como Portugal fez. E a gente pode morrer nessa luta; mas, nós não*

[2] Franklin Cascaes foi um profundo estudioso da cultura do litoral de Santa Catarina, trabalhando com o universo de ascendência açoriana. Um conjunto de entrevistas suas ao escritor Raimundo Caruso, publicado no livro *"Vida e Cultura Açoriana em Santa Catarina"* será objeto de análise na seção 2.4.4.3.

mandamos na nossa casa. Eu tenho a impressão, nunca mandou. Desde a colônia, segundo escrevem os historiadores, é a mesma coisa, não mudou nada.(...)

Mas houve muitos governadores que judiaram dessa gente aí que não foi brincadeira. E, se essa gente tivesse continuado a sua finalidade que era aquela, isto é, cultivar a terra, eles teriam progredido muito. Na Capitania de Santa Catarina poderia ter havido um grande progresso.

(Caruso , 1997, pp. 39-42)

Veja-se que se passa do plano referencial da terceira pessoa - os açorianos - para o plano subjetivo da 1ª. pessoa do plural - **éramos**, **nós** - passando-se do cenário catarinense para o cenário nacional, na mesma linha de significação que coloca no colonizador a fonte da identidade nacional.

Voltando ao anúncio, ao mesmo tempo, *desterro*, que lembra *desterrado,* aponta para a não posse da terra, o que nos leva a uma outra leitura do título do poema: *Florianópolis, meu chão*, que se repete em paráfrases ao longo do poema (*Florianópolis, carinhosamente Floripa, meu chão// Floripa, flor-ímpar, meu chão//Ilha da Magia, meu rico Desterro, meu chão*). Que performativo se faz aí? A afirmação de orgulho pela posse da identidade, ou o lamento daquele sem a terra que lhe poderia dar as bases para uma identificação territorial? É importante não perder de vista a atualidade do lamento pela posse da terra. Se ele ainda hoje repercute, é porque a posse simbólica do território está também posta em questão. Teríamos assim uma conexão entre o desterro na solidão dos colonos açorianos e o desterro na Florianópolis atual, o segundo acionando, arregimentando o primeiro, ambos movidos pelo mesmo funcionamento: um outro fora de si que se apropria, que esquece, que não respeita. Se há um sujeito do desterro, há também o sujeito que desterrou, já que a própria expressão desterro é predicado de dois argumentos.

Se nos voltamos para a designação *Florianópolis*, a partir do funcionamento acima, podemos dizer que aparece inscrito um outro fantasma, que rouba, assassina, humilha e se homenageia. É este outro tão presente, que se quer banir do nome, num gesto para conseguir a *Redenção*, como sugeriu o Visconde de Taunay. Moura (1995), também no livro *Florianópolis: Homenagem ou humilhação*, relaciona a querela em torno de *Florianópolis* a outro episódio que guarda semelhanças com o original. Trata-se do que ficou conhecido como *Novembrada*, quando o então presidente João Batista Figueiredo foi alvo de grandes protestos em 1979, tendo, ele e sua comitiva, sofrido diversas agressões no

centro da cidade. Como saldo, prisão e tortura de vários dos envolvidos, alguns dos quais com seqüelas eternas, como esses casos provocam:

> *A ferida ainda não cicatrizou. Uma simples tentativa de homenagear Floriano em qualquer ponto do Estado acabaria em ruidoso protesto. Foi o que aconteceu em 1979, quando o presidente Figueiredo, inadvertidamente, doou à capital uma placa dedicada a Floriano, que chegou a ser colocada ao Sul da Praça XV. A reação não tardou: dias depois de enviar-nos o indigesto presente, Figueiredo, passando por aqui e envolvendo-se na famosa* batalha do Calçadão, *assistiu, entre outras manifestações de desagrado, à violenta destruição da placa.*
>
> (Moura, 1995, p. 20 -grifos do original)

Figueiredo teria sido, na nossa leitura, novamente este outro, ocupando a mesma posição de Floriano, a mesma posição dos portugueses, contra quem a fúria se volta, a fúria da identidade perdida. Se o grande surto de urbanização dos anos 80 vai aparecer como detonando o discurso identitário e seu acirramento, pudemos ver que as condições de sua produção são anteriores a este momento específico. Dito de forma melhor, como o discurso é a relação com outros discursos, nas falas identitárias em Florianópolis estão falas que remetem à própria colonização do Brasil e ao discurso de identidade nacional, o qual, por sua vez, remeterá a discursos outros, especialmente a fontes européias (cf. Orlandi, 1993).

Vejamos, por fim, os demais termos designativos que aparecem no texto poético: *Ilha da Magia, da Alegria, Ilha do Zininho, Ilha do Vizinho..., Ilha da Maria, Ilha do João*. A fim de facilitar a leitura, relembremos as duas últimas estrofes do poema:

ILHA DA MAGIA, DA ALEGRIA, MEU CHÃO.
ILHA DO ZININHO, ILHA DO VIZINHO...
ILHA DA MARIA. ILHA DO JOÃO.

ILHA DA MAGIA, MEU RICO DESTERRO, MEU CHÃO.
VIVA A SUA GLÓRIA! SALVE SUA HISTÓRIA!
ABENÇOADA É A SUA CRIAÇÃO

Dias (1996), trabalhando com as extensões às expressões *língua brasileira* e *língua portuguesa*, opera com dois tipos de construções, produtos das relações tradicionalmente

descritas como de "explicação" e de "determinação". Apoiado em Bally (1965) vai postular que nas construções explicativas o núcleo atua como pré-construído e a expressão explicativa tem seu funcionamento determinado enunciativamente; já nas construções com determinadores, a expressão inteira atua como um pré-construído (cf. Dias, 1996, pp. 47-48). Na primeira estrofe acima vemos a passagem de um tipo de expressão para outro, apesar de a mesma construção sintática estar sendo utilizada. Assim, *Ilha da Magia* tem o peso de um pré-construído, atuando por inteiro. Trata-se de uma expressão que remete tanto à cultura açoriana, especialmente a partir dos trabalhos de Franklin Cascaes, como à natureza e ao idílico, também manifestos no poema. Ocorre que a designação *ilha* tem seu funcionamento estabilizado para referir Florianópolis, não como uma relação de predicação qualificativa ("Florianópolis é uma ilha"), mas como "expressão referencial". O enunciador do poema opera na ruptura da expressão *Ilha da Magia*, desfazendo o pré-construído para interpor outros qualificativos que, em princípio, atuam como explicativos. Mas o efeito obtido é o de levar a expressão como um todo a funcionar como um pré-constuído. Assim temos em *da alegria* a ruptura do pré-construído; depois temos *Ilha do Zininho*. Zininho foi um compositor famoso na capital e no estado, autor da marcha-rancho transformada em hino oficial da cidade: *Rancho de Amor à Ilha*. Observe-se como a expressão *Ilha do Vizinho* não pode funcionar do mesmo modo que *Ilha do Zininho*, apesar do aparente paralelismo. *Vizinho* é um termo relacional, um predicador que aqui é tomado como nome próprio, ou predicador zero; é por essa razão que as reticências são necessárias, para que se defina com clareza de que ilha se está falando, que ilha está sendo referida. No caso, a ilha "provinciana", de vizinhos abelhudos, ilha da fofoca, do diz-que-me-disse.

A expressão anterior - *ilha do vizinho...* - abre para outras expressões em que se opera efeito semelhante: *ilha da Maria, ilha do João*. Aqui, Maria e João deixam de ser nomes próprios, no sentido fregeano do termo, e passam a predicados, o que só pode acontecer com a enumeração - a Maria, o João. Nomes próprios comuns, antecedidos de artigos: ilha das pessoas que conhecemos, de todos nós. Veja-se como o enunciador vai de um pré-construído fortemente consolidado nos discursos da cidade *Ilha da Magia*, até a apropriação deste por todos os habitantes "comuns" como o próprio enunciador, na relação de posse expressa pela preposição *de* articulando *ilha* com os habitantes. A condição de

possibilidade desse dizer é inerente ao discurso de identificação, que interpela os sujeitos na sua condição de identificados. Porém, o poema mesmo oferece pistas para ver as operações de exclusão, no próprio gesto de inclusão. No verso seguinte, temos a retomada de *Ilha da Magia:*

ILHA DA MAGIA, MEU RICO DESTERRO, MEU CHÃO

São dois apostos que seguem a expressão, portanto, duas expressões explicativas, nas quais o sujeito enunciador se faz marcar: ***meu*** *rico desterro,* ***meu*** *chão*. No primeiro aposto o eu possui *Desterro*, portanto o passado, a história. Logo, só quem pode se dizer dono do passado de um lugar, senão aqueles que lá vivem há muitas gerações? O mesmo se dá em *meu chão*, expressão que remete ao enraizamento mais profundo de alguém em um território. São estes joões e marias que reivindicam a ilha da magia. E ao reivindicar, implicitamente, lamentam sua perda.

Na mesma linha de interpretação, há um verso que é emblemático do funcionamento discursivo, tal como encarado pela Análise do Discurso, o que encerra a primeira estrofe, que repetimos aqui, juntamente com o penúltimo, para comodidade do leitor:

VAIDOSA, EXIBE EXUBERANTES PRAIAS E SEDUZ
NATIVOS, MANEZINHOS OU NÃO.

Nativos e *manezinhos* são designações utilizadas para descrever os que nasceram em Florianópolis (cf. seção 2.4.2.2. a seguir). Ambos se opõem aos de-fora. A primeira observação a fazer diz respeito já ao emprego de tais designações. Se elas - e não outras - foram utilizadas para traduzir a sedução exercida, isto já indica um efeito de sentido que articula o texto com outros enunciados. Assim, mencionar nativos e manezinhos ou não (manezinhos e nativos) remete à tensão das identidades manifestadas na vinculação com a origem territorial. Mas é curioso que, da forma como está escrito, o texto permita duas leituras.

Na primeira leitura, tanto nativos, manezinhos (tomados como sinônimos) como não nativos são seduzidos pelas praias de Florianópolis. Na segunda leitura, que decorreria da pontuação utilizada, os nativos - e só eles - sendo manezinhos ou não - é que seriam seduzidos pelas praias de Florianópolis. Esta última leitura, se articulada aos enunciados analisados na última estrofe, reforçaria a linha enunciativa que termina por definir o conjunto de referentes cobertos pela posição de sujeito da Ilha da Magia. O mais interessante a destacar é que esta "falha" no ato da escrita remete a um espaço de indefinição do próprio funcionamento discursivo de identidade, o que toca em um ponto fundamental do funcionamento do discurso:

> *...mas qualquer que seja o procedimento de análise, o ponto de partida é sempre o mesmo na relação entre unidade e dispersão: o postulado de que o sentido sempre pode ser outro e o sujeito (com suas intenções e objetivos) não tem o controle daquilo que está dizendo.*
> (Orlandi, 1996, p. 60)

E, se o sentido pode sempre ser outro:

> *...os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis.*
> (Orlandi, 1999, p. 39)

Vimos o quanto o estudo das designações revela, como assinalou Dias (1996), efeitos de sentido entre discursos, remetendo a pré-construídos que são atualizados no acontecimento da enunciação, operação que só é possível pela atuação da memória discursiva. Como o leitor deve ter percebido, passamos muito rapidamente pelas últimas designações, que são designações do habitante, as quais, obviamente, têm íntima ligação com as designações da cidade e, por isto, merecem uma análise mais acurada. Examinemos com mais detalhe as formas de designação do sujeito da cidade.

2.4.2.2. Nativo, ilhéu, manezinho, florianopolitano – o sujeito fora do tempo

E: Seus pais falam que as pessoas iam mais à casa deles....

I: Eles falam que as pessoas os tratavam melhor, Eh, nesse sentido assim. Mas, eh...havia mais respeito assim pela pessoa, né....Hoje em dia assim é mais competição, há mais,....a coisa está mais diluída, a pessoa está mais massificada. É, ta/tá diferente nesse sentido. ***Principalmente o meu pai, ele sente muito isso, porque ele é bem/ a minha mãe é típica mas o meu pai eu acho mais típico ainda - o florianopolitano típico.*** *Então ele sente muito isso, assim , é...Aquela cidade que ele tinha, que era uma(...)*

(Trecho de entrevista - Varsul - L. H.)

SOMOS TODOS MANEZINHOS

(Título de Livro)

Quando confrontamos os dois enunciados acima - o trecho da entrevista grifado e o título do livro - vemos dois movimentos diferentes. No primeiro caso, o vocábulo **típico**, em princípio um adjetivo não graduável, aparece numa escala que vai do menos ao mais típico; no segundo caso, o conceito de **manezinho** se encontraria expandido de tal forma que se torna um conceito universal. Ou seja, o que era estável se torna instável e o que era instável tende à universalização. O discurso de identidade, como já assinalamos, opera esses dois processos: é preciso desidentificar para identificar. Em Florianópolis, há uma profusão de nomes para rotular o sujeito em relação à cidade. Da mesma maneira que a própria designação da cidade está em xeque, a designação do sujeito em relação à cidade também o está. Temos, assim, diversos termos operando: **nativo**, **ilhéu**, **manezinho**, **florianopolitano**, **de fora**, **estrangeiro**. Veja-se que a entrevistada usa **florianopolitano** em vez de outro designativo. Ela também é florianopolitana, mas a mãe " é mais" e o pai, mais ainda. **Florianopolitano** seria, em princípio, o termo mais neutro das designações locais, remetendo à instância do município constituído como entidade do estado. No

entanto, a gradação de **típico** recoloca a tensão da identidade: o que ou quem é o florianopolitano? Como se constrói?

Em vários lugares já se assinalou a inversão de significados que o termo **manezinho** experimentou. Fantin (2000) assim descreve:

> *Sobre a figura do manezinho incidiam (incidem ainda) dois tipos de preconceitos: de um lado, pelo fato de ser descendente de açoriano, a carga* ***negativa*** *da imagem do homem do litoral, da sua "indolência", do seu "conformismo"(...); de outro, o* ***preconceito de classe****, pelo fato de ser do interior da ilha, pobre, analfabeto, à margem da "sociedade" local. "Manezinho" era (e ainda é para muitos ilhéus antigos) uma palavra carregada de preconceito, uma palavra que remete a antigos sentimentos.*
>
> (Fantin, 2000, p. 164 - aspas e grifos do original)

Mas o significado e o uso do termo passa por um processo de ressignificação, como assinala a mesma autora:

> *Nos últimos anos, na Ilha de Santa Catarina o termo manezinho adquire um novo significado. Passa por um processo de valorização e modificação. Percebe-se, desta forma, uma nítida* ***inversão de significados****: o manezinho, que tinha até bem pouco tempo atrás uma clara conotação negativa, passa a ser valorizado positivamente. Estamos, pois, diante de um interessante processo de* ***ressignificação****, semelhante ao que sofreu a figura do "malandro" e do "mestiço" - quando foram transformados em "símbolos nacionais"*
>
> (Fantin, 2000, p. 165 grifos e aspas do original)

Tal processo, ainda segundo a mesma autora, teria dois marcos importantes: um teria sido a instituição do prêmio "Manezinho da Ilha", em 1988, no qual são agraciados com troféu e diploma pessoas que, de alguma maneira, se destacam no cenário da cidade. O título do livro que abre esta seção - *SOMOS TODOS MANEZINHOS* - é justamente a reunião da biografia de todos os agraciados pelo prêmio, contendo também algumas crônicas, cujo tema gira em torno da própria definição de *manezinho*. O outro teria sido a projeção nacional alcançada pelo tenista Gustavo Kuerten, o qual, por manter laços fortes com a cidade, estaria atuando sobre a auto-estima local.

Para Fantin (2000) há uma vinculação entre esse processo de ressignificação e os dois projetos para a cidade, aos quais nos referimos anteriormente. O termo *manezinho* teria sido apropriado pelo projeto de ***cidade-metrópole***. Segundo a autora, os atores políticos deste projeto, localizados na elite nativa, é que teriam se apropriado do termo, operado a

sua ressignificação e se utilizado politicamente dele para afastar das esferas de poder os de-fora, especialmente originários do Rio Grande Sul, e identificados à esquerda e a um projeto de ***cidade-província***. (cf. Fantin, 2000, pp. 205-213 - os termos em grifo acima são da autora).

O que nos interessa aqui é analisar o modo de funcionamento e constituição do discurso de identidade e a maneira como os termos são dados à significação no interior deste discurso. Argumentamos também que a forma de relacionar com os discursos de identidade os fatos históricos e o processo de urbanização e crescimento da cidade, incluídos aí a migração e a indústria do turismo, não seria, na perspectiva adotada, de causa-efeito. Todos esses aspectos exteriores se inscrevem no discurso, são capturados por ele, mas não são a causa de sua existência. Além disso, o discurso é sempre uma relação com outros discursos. Na seção anterior, vimos que a identidade da cidade, como questão manifesta em sua designação, é historicamente muito anterior aos discursos recortados nas últimas décadas do século XX. Da mesma maneira, a constituição da identidade se dá em relação a um outro - e a posição deste outro vem sendo ocupada por mais de um sujeito diferente: os portugueses, Floriano Peixoto, etc.

No livro *SOMOS TODOS MANEZINHOS*, há vários textos que tentam definir o que seria o manezinho. Gostaria de destacar dois textos para análise: *O que é ser Mané?*, de Cesar Augusto Tancredo, e *O que é um manezinho*, de Aldo Nunes.

O QUE É SER MANÉ?[3]

Cesar Augusto Tancredo

Ser manezinho é conhecer as coisas da Ilha, identificar-se com ela e amá-la, principalmente. Com os meus 45 anos de idade, lembro alguns fatos e passagens da minha vida que identificam um ilhéu autêntico, como eu me considero: Torcer para o Avaí (de preferência) ou para o Figueirense, tendo assistido a jogos e treinos no "Campo da Liga"

[3] Este texto não está transcrito integralmente. Recortaram-se os enunciados relevantes para a análise, respeitando-se sua ordem de ocorrência no texto original.

nos tempos da arquibancada de madeira, ou no barranco do "Orlando Scarpelli", quando não existiam arquibancadas; Ter assistido às velhas regatas no antigo cais/molhe no segundo aterro da baía sul (...) Ter freqüentado a "soiré dançante" na antiga sede da João Pinto do Clube 12 (...) Ser manezinho é ter usado sapato "Amigo da Onça", com sola de pneu, fabricado pela Casa Brush; É ter participado de happy hour no Cristal Lanche, depois no "Meu Cantinho", que por sinal também era do "Seu Lino"; Ter comido americanos e baurus, após as festas, nas lanchonetes Alvorada e Universal. Tomado caipira no Roda Bar e comido churrasco na Riosulense, ambos na Trajano; Fazer ranchos no SAPS; Foi numa fila do SAPS, na Mauro Ramos em frente à antiga Rodoviária, que assisti ao choque entre dois aviões da Esquadrilha da Fumaça com a queda de um deles no Largo Benjamin Constant, em frente à casa do general Rosinha. Fazer feira "Lá nuscadinho"; Roubar fruta na Casa do Bispo, sem medo de tiro de sal. Tomar banho na praia do Vai-quem-quer. Sua despoluição (acabaram com o lançamento de restos do mercado) constituiu-se no primeiro ato ecológico-administrativo da Ilha; Trocar gibi antes e após as sessões do seriado "Capitão América" no Roxy(...)

Ter usado com garbo camisa Volta ao Mundo, banlon, buclê, ou as floridas camisas mamãe Dolores; Acompanhar a procissão do Senhor dos Passos nas proximidades do "Papo Amarelo", para escutar as sobras; Correr atrás e fazer coleções de santinhos (propaganda política) jogados pelos teco-tecos; Pagar conta de luz na ELFA; Fazer curativos com sulfa ou tomar injeção de penicilina no SAMDU; Para não entrar no espaço de outro Mané, fico por aqui.

O texto é todo construído no paralelismo estrutural *Ser X é Y*, que às vezes é interrompido com a introdução de trechos narrativos. Chamo a atenção para a relação de paráfrase entre *manezinho* e *ilhéu autêntico*. Embora no texto estejam colocados como sinônimos, é possível ver entre eles uma diferença que, no fundo, determinará o modo de definir. Observe-se que a definição que encabeça a crônica está calcada no tripé: **conhecer**, **identificar-se**, **amar**, ou seja, todas são propriedades que pressupõe algo exterior, aparentemente objeto, que define a subjetividade, que não está nela mesma, mas em um fora, no caso a Ilha:

Ser manezinho é conhecer as coisas da Ilha, identificar-se com ela e amá-la, principalmente

O texto que segue aciona o *lembrar* como o critério fundamental para identificar, agora não mais o *manezinho*, mas *um ilhéu autêntico*, trazendo portanto para o primeiro plano a relação de *conhecer* como a fundamental para a constituição da identidade. Aqui *conhecer* desliza para *lembrar*, o que coloca o sujeito como testemunha do conhecimento e, mais ainda, que o *conhecer as coisas da ilha*, da primeira definição implica o conhecimento do passado, mais especificamente do passado vivido. Todos os textos presentes nesse livro lançam mão da mesma estratégia: a saudade e a memória como definidoras do ser manezinho. A saudade e a memória deslocam a paisagem urbana atual, redefinindo-a. Ainda que a cidade de hoje não seja mencionada, o dizer a cidade do passado é dizer a cidade do presente.

O intervalo entre *manezinho* e *ilhéu autêntico* é exatamente o intervalo entre o passado rememorado e as categorias do presente da enunciação. Observe-se que todas as propriedades elencadas para definir o *manezinho/ilhéu autêntico* dizem respeito a experiências de um sujeito de classe média no centro urbano, muitas delas, senão a maioria, não exclusivas do passado de Florianópolis. Ao tempo do narrado, essas propriedades não seriam nada senão o cotidiano de um jovem no centro urbano, quando o *manezinho* era um outro, em outro lugar, que não o sujeito da cidade; manezinho era, a este tempo, o termo pejorativo a que se refere Fantin (2000). O que temos é um sujeito que oscila entre dois termos, acionando a memória como o dispositivo para a construção de identidade, dispositivo esse que, aqui, atuaria como um pré-construído, ou seja, já está dado em outro lugar como o que deve ser acionado. Assim, o sujeito enunciador passa de *manezinho* a *ilhéu* porque aciona um termo não pejorativo no âmbito das lembranças que são o critério para a definição do próprio ser manezinho. Noutras palavras, ainda que caminhe para uma certa formação discursiva onde dirá o que tem de ser dito, escorrega nos termos, dividido na identidade unívoca que quer enunciar como ilhéu autêntico.

O mesmo tipo de escorregão se pode ver em outras falas e outros contextos. Em um trecho das entrevistas do Varsul, de onde retiramos os dados para análise varicionista, enontramos a seguinte descrição do sujeito sobre o estranhamento que um colega de outro estado provocava:

Só estudavam os manezinhos (risos) sei lá, não me incomodo de usar esse nome, mas só estudavam aqui...os nativos (em agudo, ***nativos)****. Todos nativos, todos filhos daqui, raras exceções, tinha algum aluno que não era daqui. Até me lembro que na sexta série tinha um ami/um colega que ele era do Paraná.*

(R. - entrevista Varsul - grifos do original)

Aqui, os risos indicados na transcrição da fita indicam o incômodo da designação *manezinhos*, que é substituída por *nativos*. É interessante notar que há um comentário do enunciador, que suspende o discurso narrado, entrando no discurso meta-enunciativo, não para se corrigir, mas para justificar-se (cf. Authier-Revuz, 1998). Em seguida retoma a mesma estrutura sentencial, faz uma pausa, mas substitui *manezinhos* por *nativos*. Pode-se dizer que se trata de um incômodo mais explícito com o sentido pejorativo do termo, ainda presente, concorrendo com o outro, não pejorativo, que torna possível o enunciador enunciá-lo.

No texto mais acima, não há meta-enunciados, não há correções. No entanto o processo é o mesmo, ou seja, deslize, apenas acionado pela própria maneira de construir o discurso de identidade. Chamo a atenção para o fato de que tal texto se encontra em um livro que já opera com o conceito de *manezinho* mais recente, quando o termo é apropriado e universalizado. Não se trata, assim, de um incômodo consciente, mas do jogo inconsciente dos discursos.

Observando-se as manifestações discursivas em Florianópolis, pode-se perceber este funcionamento do discurso, ao mesmo tempo em que desestabiliza o sentido das palavras, se apresenta como a busca da palavra que falta, ou, mais precisamente, a falta da palavra que busca, com o perdão do inevitável trocadilho. É a identidade - instável - procurando uma palavra para defini-la. *Nativo* é a identidade construída com a alteridade

estrangeira; *ilhéu* é a identidade construída com base no território, ao mesmo tempo que aciona as origens açorianas; *manezinho* é a identidade construída com a cultura e também com o passado (embora se possa pensar como uma oposição ao *gaúcho*, tal como acredita Fantin, 2000). *Manezinho* e *ilhéu* teriam, em princípio, o mesmo funcionamento, ou seja, acionariam o passado; porém, como *ilhéu* remete à circunscrição territorial, funcionaria como um termo mais abrangente, podendo abarcar todos os referentes, independentes do centro urbano ou das vilas agrícolas e de pescadores. Mas *ilhéu* talvez não fosse tão restritivo quanto se desejasse, uma vez que, em um sentido primeiro, designa todos quantos morem em uma ilha - não necessariamente tendo vínculos históricos com a Ilha.

Ainda há *florianopolitano*, que soa como designação oficial, além de, derivando-se de Florianópolis, trazer a identidade indesejada de Floriano.

O lastro que sustenta a demarcação desses conceitos é o tempo. No texto em questão, os verbos no infinitivo assumem duas formas: **ter + particípio** e **infinitivo impessoal**. A primeira construção - *ter assistido, ter freqüentado, ter participado, ter usado*, etc. - expressa o aspecto perfectivo, que coloca o evento descrito como acabado em relação ao momento da enunciação. A segunda forma - *torcer, acompanhar, correr, pagar*, etc. - acaba por denotar o durativo, podendo-se os eventos atualizar-se no presente e projetar-se para o futuro em relação à enunciação, adquirindo as feições de enunciados universais.

As duas primeiras definições utilizam o infinitivo:

Ser manezinho é conhecer as coisas da Ilha, identificar-se com ela e amá-la, principalmente

Torcer para o Avaí (de preferência) ou para o Figueirense, tendo assistido a jogos e treinos no "Campo da Liga" nos tempos da arquibancada de madeira, ou no barranco do "Orlando Scarpelli", quando não existiam arquibancadas;

O sujeito desliza para o perfectivo a partir do adendo à propriedade de *ser torcedor do Avaí ou do Figueirense, tendo assistido*...A partir daí o texto segue no perfectivo e os

eventos descritos estão localizados no passado, remetendo a propriedades inacessíveis no presente da enunciação, até o enunciado:

Fazer ranchos no SAPS

quando a forma do infinitivo pessoal passa a dominar. O uso da forma infinitiva produz o efeito de indistingüir presente e passado, já que, diferentemente dos primeiro enunciados em que aparece, aqui não se trata de eventos repetíveis no tempo da enunciação. O sujeito que se identifica está, aí, fora do tempo, e o passado vem com uma força incontrolável reclamando sua continuidade. É este o sujeito sem identidade. O presente não faz mais sentido.

Um outro texto que gostaria de destacar, também do livro *Somos todos manezinhos*, desdobra a operação acima de uma forma que reflete a complexidade do processo de fixar uma identidade a partir do passado. Vejamos:

O QUE É UM MANEZINHO

Prof. Aldo Nunes

MANÉ - s.m. - Indivíduo inepto, indolente, desleixado, negligente, palerma. Também se diz manecoco, manema e manembro. DICIONÁRIO ESCOLAR DA LÍNGUA PORTUGUESA.

MANEZINHO - diminutivo de MANÉ - como indivíduo nascido na Ilha de Santa Catarina, ou residente por muitos anos nela, descendente de açorianos ou migrante de núcleos populacionais de descendência também açoriana do continente, próximos da Ilha de Santa Catarina. Que tenha por alguma época, falado usando o vocabulário interiorano: "menina vai, deixa de andar de pés no chão; vai calçar um tamanco". Que tenha residido, principalmente, no interior da Ilha, lá mesmo exercendo sua profissão, vindo "vez por outra" ou "vez ou outra" vender seus produtos na cidade, de porta em porta das casas. Eram os vendedores ambulantes (pombeiros) que nunca exigiram "camelódromo"(com perdão da má palavra) para vender suas mercadorias produzidas com a habilidade de suas

mãos e o suor do rosto. Que não tenha pressa de chegar; seu relógio era o sol, e na Cidade o da Catedral. Que era assíduo freqüentador das novenas, procissões, festas religiosas, nas capelas, na cidade ou no sítio, e "arrasta-pés" de sábado à noite ou tardes domingueiras. Que não perdia "carnavais" fantasiado, por mais simples e pobre que fosse a fantasia e não se misturava com "gente arranjada". Ficava na dele, não se metia com "janotas", nem procurava a companhia de "granfinos". Tampouco procurava amigo de classe acima da sua. Aliás, não era raro acontecer que dois ou mais companheiros fossem de condições econômicas bem ímpares. Como ocorre ainda, atualmente, na adolescência e na juventude, os "amigos do peito", isto é de espírito e coração afins, desconhecem a desigualdade social e convivem muito melhor do que irmãos consangüíneos. Com os tempos chegados, prevalece no relacionamento humano a afinidade espiritual, sem o que a realização individual não se processará rapidamente na vida da humanidade terrestre. "Manezinho" era o que tenha comido tainha com fartura e suas deliciosas ovas, adquiridas no Mercado Municipal ou em alguma carroça e depois caminhonetes que percorriam as ruas da cidade, anunciadas pelas "buzinas". Que tenha ido a pé da cidade até a Lagoa da Conceição para pescar camarões e siris à luz de "pomboca", com tarrafas e puçás (não esquecendo os goles de caninha para manter a temperatura do corpo). Manezinho não pode desconhecer o histórico fato da "Tali Baga, seu Carioni". Manezinho não pode alegar desconhecimento do "bondinho" de tração animal (mulas); tenha feito uma "viagem" da Praça XV, seu ponto inicial na Praça Mal. Floriano, às costas do Coronel Fernando Machado (estátua) até o ponto final da linha, Agronômica, mais precisamente no terminal, grande galpão onde os bondinhos e os animais pernoitavam. Manezinho da Ilha não poderia ter perdido a passagem histórica do Zepelin sobre Florianópolis, num dos anos trinta. Aquela aeronave, que aos olhos das crianças mais parecia ser um balão de festejos juninos, passou sobre a cidade no sentido norte-sul, numa calma madrugada. Sua rota seguia num plano e eixo situados entre o Morro da Cruz e as sete colinas da cidade, sobre a rua Itajaí (atual Frei Evaristo) em seu eixo longitudinal. E para não alongarmos no velho conceito de "Manezinho", apenas lembrarmos que a cidade cresceu, após a II Guerra Mundial (1939/1944) e o aumento populacional, o desenvolvimento da paisagem urbana, pela migração de contingentes do interior do Estado

e de outros estados brasileiros, os novos hábitos da população, a linguagem e o falar modificando-se, o desenvolvimento cultural foram erradicando o elemento "Manezinho" de uma nova realidade social. E por muitos anos o vocábulo e o conceito tradicional, pejorativo e os Manezinhos foram sendo esquecidos nos nossos hábitos sociais, culturais e folclóricos da Ilha. ***Até que um dia...****nasceu, nesta "isla" de Santa Catarina, encarnando o espírito, vindo, não avaliamos de que paragens espirituais, um descendente de população "bruxólica" e, que, por muitos anos pairou e desenvolveu uma tese e produziu um projeto durante sua estada encarnatória na Ilha dos "ocasos e casos raros". E recriando os relatos folclóricos passados e repassados pela camada popular das comunidades ilhoas, foi aparentemente elevado ao grau de embaixador bruxólico, tendo muitos poderes, inclusive para criar e incentivar a tese da origem da "Ilha da Magia", um título aliás medieval, e para nomear "discípulos bruxos", futuros detentores de poderes mágicos e aparentes, positivos e culturais. Mas os tempos corriam, passavam os anos e o número de "Manezinhos" permanecia estável. A mudança de hábitos? Desinteresse pelas imagens folclóricas? Passavam carnavais, sopravam os ventos norte e sul cotidianamente e pouco ou quase nada de referência aos Manezinhos ou o registro de novo Manezinho na cidade ou na Ilha. Na verdade, antigamente não havia nenhum ato especial para outorgar a alguém esse "título honorífico". Era sim, uma alcunha, pejorativo que não havia de honrar ninguém, ao recebê-la. Era um ato simples e espontâneo, com ou sem consentimento do agraciado. Circunstancialmente, de grupos de dois ou três moradores da Ilha, reunidos em mesa de café, bar, banco da figueira, alguém que passasse poderia ser "batizado" com o apelido de "Manezinho" tradicional da Ilha. Era um ato simples e espontâneo. Os tempos continuavam passando...passavam os carnavais, os anos, passava o vento norte e soprava o vento sul...até que um dia ou numa noite, que melhor impera a vibração bruxólica que ainda envolve a Ilha, manifestou-se. * - 1986 -Provavelmente estariam alguns manezinhos reunidos num bar bebericando umas e outras, conversando coisas sérias, sensatas ou mesmo triviais, ao som de um violão dedilhado por um virtuoso e acompanhado por um cantor da espécie seresteira. Ambiente propício à falange bruxólica, alguém do grupo recebeu instintivamente a idéia de instituir o ato de conceder o título de "Manezinho". Com pouca conversa, sem nenhuma discussão, porque tudo estava sob o*

controle da falange inspiradora, Aldírio Simões foi eleito, por aclamação, "OUTORGANTE do título e troféu aos novos e futuros Manezinhos da falange da Ilha dos ocasos raros". Criado o gabinete, escolhidos e empossados os assessores, os trabalhos foram instalados e iniciados e, em 1987, a primeira turma de "Manezinhos" novos foi agraciada com o título e o troféu. Manezinho, ***daí em diante****, deixa de ser uma figura pejorativa, para transformar-se em símbolo de tradição cultural. É alguém com uma personalidade, uma individualidade, com destaque profissional e/ou cultural, oriundo de escritórios equipados com unidades computadorizadas, ou dos ranchos de redes e canoas; do ateliê de artes ou de artesão propástico; maestro de sinfônica ou regente de orquestra popular. O Manezinho pode ser um figurão ou uma pessoa humilde que ame sua terra natal ou que a adotou como seu berço. Que aplaude e defende sua gente, seus costumes, suas tradições, nas mais variadas manifestações de sua cultura. Que se destaca na comunidade por suas manifestações, ou trabalha na área cultural e artística, ou esportiva, ou ainda em outra modalidade profissional. O Manezinho, portanto, pode ser uma persona de classe social destacada, um figurão na linguagem popular, mas que se identifique com a população, como pode ser uma figura humilde que ame sua terra e sua gente, merecendo o respeito e aprovação da comunidade. Manezinho deve ser destaque na comunidade por suas manifestações no trabalho e participação em área profissional, artística ou cultural e lazer. Portanto, Manezinho pode ser um personagem, uma individualidade com destaque profissional e/ou cultural, oriundo dos escritórios modernos, equipados com tecnologia avançada ou uma pessoa que habita e trabalha nas redes e ranchos de canoa, pescador nas madrugadas frias, e gente nas festas religiosas; o artista plástico saído dos ateliês e oficinas de arte, ou o proplástico modelando em rústicos equipamentos; maestro de orquestras sinfônicas ou o regente de conjuntos musicais. Em suma, Manezinho é a "persona" que se destaca de alguma forma no seio da comunidade e aprovado por ela. A partir daí, Manezinho ganha o conceito novo: deixa de ser expressão pejorativa e se transforma em título honorífico, na comunidade da Ilha de Santa Catarina...*

Orlandi (1990) assinala como o sujeito brasileiro é constituído como sujeito cultural e não histórico nos relatos dos viajantes franceses. Assinala também que o discurso

científico é acionado, substituindo o discurso histórico (Orlandi, 1990, p. 13-17). O texto acima passa por esse viés científico. Observe-se, a propósito, que o próprio título não apresenta a forma de pergunta, mas a de afirmação, levando o leitor para a posição de certeza. O autor vem rubricado com o título de professor, e o que abre o texto é a citação de um dicionário, que vai ditar boa parte do formato do texto.

Observe-se que o formato lingüístico do texto, inicialmente em verbete, vai cedendo aos poucos lugar para o formato narrativo, para, por fim, retornar ao formato dissertativo de um ensaio. Esse hibridismo de formas não é gratuito. O texto se assume completamente narrativo a partir do operador **Até que um dia...** e retoma seu formato meio dicionário, meio ensaio (poder-se-ia dizer, enciclopédico) a partir do operador **daí em diante**, não por acaso outro operador de natureza temporal. Poderíamos dividi-lo em três partes:

1ª. parte - o como era

até que um dia:

2ª. parte - a ruptura

daí em diante:

3ª. parte - o como ficou,.

Essa separação não é absoluta, e o hibridismo de gêneros aponta, como veremos, para a dificuldade de estabilizar os sentidos e, por conseguinte, são manifestações de discursos diversos e de um sujeito heterogêneo. Vejamos a primeira parte do texto. A narrativa irrompe no texto de dicionário, abrindo passagem mesmo sem ser chamada. O primeiro período do texto mantém a forma original. Nesse caso, estamos diante de um conceito a-temporal, uma verdade universal não localizável no tempo.

MANEZINHO - diminutivo de MANÉ - como indivíduo nascido na Ilha de Santa Catarina, ou residente por muitos anos nela, descendente de açorianos ou migrante de núcleos populacionais de descendência também açoriana do continente, próximos da Ilha de Santa Catarina.

Segue-se uma série de orações relativas, que vão especificar o conceito. Nessas orações aparecem duas formas verbais: o chamado pretérito perfeito do subjuntivo (expresso na forma analítica **ter** + **particípio**) e o imperfeito do subjuntivo. As duas formas colocam a descrição em planos diferentes. Vejamos:

*Que **tenha** por alguma época, **falado** usando o vocabulário interiorano: "menina vai, deixa de andar de pés no chão; vai calçar um tamanco". Que **tenha residido**, principalmente, no interior da Ilha, lá mesmo exercendo sua profissão, vindo "vez por outra" ou "vez ou outra" vender seus produtos na cidade, de porta em porta das casas.*

Como se vê, a utilização de tais formas verbais produz o efeito de colocar os eventos elencados como hipotéticos e universais, embora sejam eventos já terminados. O passado ganha assim estatuto de perenidade, já que a construção **tenha** + **particípio** não especifica a validade da definição para um momento específico, em relação à enunciação[4]. No entanto, ao mesmo tempo que temos essas construções, temos também:

Eram os vendedores ambulantes (pombeiros) que nunca exigiram "camelódromo"(com perdão da má palavra) para vender suas mercadorias produzidas com a habilidade de suas mãos e o suor do rosto

A narrativa no imperfeito do indicativo opera com o aspecto durativo, portanto mantendo a estabilidade da propriedade descrita, porém restrita a um momento anterior ao

da enunciação. Se comparada com as frases iniciais, esta última leva-nos a reler as definições como propriedades circunscritas a uma certa época. Pensando nos operadores temporais que articulam as grandes partes do texto, vemos que este seria o caso. A partir das sentenças acima, a primeira que se segue volta à forma do pretérito perfeito do subjuntivo:

Que não tenha pressa de chegar

e as seguintes a esta permanecem no imperfeito do indicativo:

Que ***era*** *assíduo freqüentador das novenas...*

Que não ***perdia*** *"carnavais" fantasiado, por mais simples e pobre que fosse a fantasia e não se misturava com "gente arranjada"*

Ficava *na dele, não se metia com "janotas", nem procurava a companhia de "granfinos".*

Tampouco ***procurava*** *amigo de classe acima da sua.*

ocorrendo, em seguida, as duas formas verbais:

"Manezinho" ***era*** *o que* ***tenha comido*** *tainha com fartura e suas deliciosas ovas, adquiridas no Mercado Municipal ou em alguma carroça e depois caminhonetes que percorriam as ruas da cidade, anunciadas pelas "buzinas".*

Este enunciado opera explicitamente com a propriedade universalizante **tenha comido** localizada em um tempo anterior ao da enunciação **era**, forma verbal que, ao mesmo tempo, traz embutido o aspecto durativo, que coloca, novamente, a propriedade descrita num contínuo de tempo localizado no passado. E observe-se que, pela primeira vez no texto, o termo **manezinho** vem entre aspas, apontando um distanciamento do sujeito

[4] Não se deve esquecer, também, o sentido condicional contido na expressão com particípio ("desde que tenha..."), o qual reforçaria a construção restritiva encabeçada pelo relativo **que**, como me pontou Pedro de

com relação ao termo empregado, como se dissesse palavras de outrem. Daí para frente, as aspas na palavra vão aparecer sete vezes. Em duas delas, estará em questão o título honorífico de Manezinho:

> *Ambiente propício à falange bruxólica, alguém do grupo recebeu instintivamente a idéia de instituir o ato de conceder o título de "Manezinho".*

> *Criado o gabinete, escolhidos e empossados os assessores, os trabalhos foram instalados e iniciados e, em 1987, a primeira turma de "Manezinhos" novos foi agraciada com o título e o troféu.*

Nas demais, as aspas parecem marcar um distanciamento temporal e conceitual. Noutras palavras, *manezinho* com aspas seria o manezinho do passado:

> *a linguagem e o falar modificando-se, o desenvolvimento cultural foram erradicando o elemento "Manezinho" de uma nova realidade social*

> *E para não alongarmos no velho conceito de "Manezinho", apenas lembrarmos que a cidade cresceu, após a II Guerra Mundial*

> *Mas os tempos corriam, passavam os anos e o número de "Manezinhos" permanecia estável. a mudança de hábitos? Desinteresse pelas imagens folclóricas?*

> *Circunstancialmente, grupos de dois ou três moradores da Ilha, reunidos em mesa de café, bar, banco da figueira, alguém que passasse poderia ser "batizado" com o apelido de "Manezinho" tradicional da Ilha.*

Souza em comunicação pessoal.

O último enunciado revela caráter enunciativo do termo. Se alguém é batizado, alguém batiza o manezinho; por conseguinte o traço pejorativo da palavra revela uma divisão de identidades: o que apelida e o que é apelidado. Segundo o texto, este funcionamento seria parte do passado, mas podemos ver que continua fazendo parte do presente. Assim, se *manezinho* perde atualmente o seu caráter pejorativo, ainda é uma expressão que alguém atribua a alguém, seja na forma de um diploma de reconhecimento por serviços prestados - uma forma de identidade institucional - seja na própria identificação do designativo com a nação a que pertence. Voltamos assim ao título do livro: SOMOS TODOS MANEZINHOS. Há um **nós** quantificado universalmente. A polissemia do enunciado aflora: numa leitura rasa serão somente os personagens descritos no livro. Mas o pronome **nós** é também inclusivo e, como enunciado em capa de livro, também abre a possibilidade de incluir o leitor. Mas é uma inclusão condicional: *manezinho* ainda é um título atribuído a alguém. E para tanto é preciso que preencha determinados requisitos.

Voltemos à questão temporal. O que estamos argumentando é que o sujeito tenta separar os dois momentos de usos do termo, mas a todo instante resvala do passado para o presente, e vice-versa, da mesma maneira que no texto anterior. Veja que após o enunciado:

> *"Manezinho" **era** o que **tenha comido** tainha com fartura e suas deliciosas ovas, adquiridas no Mercado...*

o próximo enunciado mantém a forma anterior:

> *Que tenha ido a pé da cidade até a Lagoa da Conceição para pescar camarões e siris à luz de "pomboca", com tarrafas e puçás (não esquecendo os goles de caninha para manter a temperatura do corpo).*

ou seja, deveria ser lido como a localização das características elencadas no passado. No entanto, as frases seguintes voltam ao presente:

Manezinho não ***pode desconhecer*** *o histórico fato da "Tali Baga, seu Carioni". Manezinho não* ***pode alegar*** *desconhecimento do "bondinho" de tração animal (mulas); tenha feito uma "viagem" da Praça XV, seu ponto inicial na Praça Mal. Floriano, às costas do Coronel Fernando Machado (estátua) até o ponto final da linha, Agronômica, mais precisamente no terminal, grande galpão onde os bondinhos e os animais pernoitavam.*

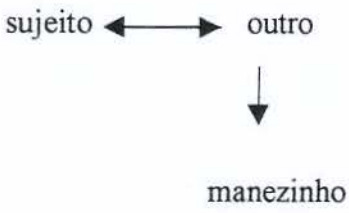
Esses dois enunciados remetem ao outro texto analisado e colocam claramente no escopo da definição de *manezinho* aqueles que compartilham um certo passado, que contemplam esse passado, que o revificam a partir da enunciação atual. O que estamos destacando aqui é que está intervindo a noção de equívoco. Ou seja, embora o autor do texto se coloque claramente na "nova" definição de manezinho, especialmente tentando defini-lo a partir da sua participação atual nas coisas da cidade, o passado irrompe a todo momento como dispositivo. Podemos dizer que o recurso ao passado é um dos principais elementos no funcionamento do discurso de identificação. Mas a tentativa de buscar uma essência nesse passado parece fracassar, pois o passado não é um só, o passado se divide já, em manezinhos e não manezinhos, da mesma maneira que o presente, recortando os habitantes , incluindo e excluindo.

Os passados se cruzam. O sujeito tenta definir o manezinho do passado, em oposição ao do presente. Ocorre que a relação entre o nome e sua referência, no caso de *manezinho*, pressupõe uma cena enunciativa em que o enunciador não se inclui entre os designados, em que está numa posição específica de sujeito urbano. A designação do presente também preserva este aspecto enunciativo. Porém, no funcionamento atual, a identidade de quem designa passa a ser a mesma do designado: quem chama o outro manezinho é um sujeito investido de traços simbólicos suficientes para tanto - deve ser um manezinho também. O texto assinala a transformação:

Manezinho, daí em diante, deixa de ser uma figura pejorativa, para transformar-se em símbolo de tradição cultural.

As oscilações na forma verbal são fruto desse jogo entre duas enunciações, a do presente e a do passado:

No passado:



No presente:

O texto tenta trabalhar separadamente com esses dois jogos, mas, uma vez que o jogo do presente aciona necessariamente o passado como elemento estabilizador, o sujeito de hoje oscila entre uma posição e outra. Além disso, o hibridismo formal do texto revela duas posições de sujeito que concorrem na figura do manezinho, ambas entrelaçadas: o sujeito científico e o sujeito da saudade. O sujeito científico transparece no formato enciclopédico; o sujeito da saudade, nos trechos narrativos. O passado é, desta maneira, articulado em duas frentes: como objeto de conhecimento, portanto como verdade objetiva; e como objeto da saudade, ou seja, como memória subjetiva. É a inter-relação entre essas duas linhas que vai gerar o apagamento da história, que passa a vir à tona como saudade, como memória.

No presente, o passado como conhecimento aparece, no texto, submetido ao processo identificatório, portanto, à condição de memória. O marco de separação entre passado e presente, assinalado pelo operador **Até que um dia...,** é uma menção ao trabalho

de Franklin Cascaes (cf. nota 2 deste capítulo e seção 2.4.4.3, adiante). Retomemos o trecho para facilitar o trabalho do leitor:

> *Até que um dia...nasceu, nesta "isla" de Santa Catarina, encarnando o espírito, vindo, não avaliamos de que paragens espirituais, um descendente de população "bruxólica" e, que, por muitos anos pairou e desenvolveu uma tese e produziu um projeto durante sua estada encarnatória na Ilha dos "ocasos e casos raros". E recriando os relatos folclóricos passados e repassados pela camada popular das comunidades ilhoas, foi aparentemente elevado ao grau de embaixador bruxólico, tendo muitos poderes, inclusive para criar e incentivar a tese da origem da "Ilha da Magia", um título aliás medieval, e para nomear "discípulos bruxos", futuros detentores de poderes mágicos e aparentes, positivos e culturais.*

Há vários movimentos nesta passagem. Um deles é o de inscrever o folclorista na linha de descendência açoriana, o outro é o de deslocar a posição do folclorista para o terreno do fantástico: torna-se *embaixador bruxólico* com *poderes para nomear discípulos bruxos, futuros detentores de poderes mágicos e aparentes, positivos e culturais.* Esse *espírito que vem não sei de que paragens espirituais* redescobre, reconstrói, organiza o passado. Mais que isso, traz à cena o sujeito cultural. Observe-se que, no plano narrativo do texto, isto não é suficiente para uma alteração no quadro de apatia delineado. Desta forma, se a cidade estava crescendo *desde a II Guerra*, assim o continua. O próprio trabalho de Cascaes parece não ser suficiente para que, passados tempos e carnavais, nada ou quase nada houvesse de referências aos manezinhos, já eliminados da paisagem urbana, segundo o texto. Há, no entanto, um outro movimento realizado aqui, que pode ser a chave da questão: os discípulos bruxos e seus poderes. Trata-se de uma vinculação explícita do trabalho de Cascaes ao discurso identificatório posterior. Mais ainda, trata-se de vincular uma posição de poder - a do cientista que coleta, organiza e nomeia sucessores - à outra posição de poder, os poderes positivos e culturais.

A chave da inversão do jogo identitário estaria, portanto, no trabalho de Franklin Cascaes. Que ruptura é operada? Se nos lembrarmos do jogo enunciativo de nomeações do

passado, em que o manezinho ocupa a figura do outro e o jogo do presente, em que sujeito e manezinho se encontram no mesmo sujeito, temos o seguinte: se no passado o sujeito que nomeia é um não-manezinho, no presente ele é um não-o quê? Aqui estamos diante da instabilidade deste sujeito que nomeia. A sua constituição se dá, então, em relação aos não nomeados, aos não manezinhos.

A grande alteração que se tem é que, no jogo de identidade do passado, havia uma calma ilusória do sujeito que nomeava: ancorado fortemente na posição de um não manezinho, apagava a multiplicidade de posições de que o próprio nome da cidade era sintoma - Floriano, o grande outro a amedrontar, como um fantasma onipresente, o sujeito pequeno diante de tamanha força. Veremos na próxima seção como em Franklin Cascaes o outro é o sujeito da modernidade, que depois se desloca para outras posições, passando pela relação com o estrangeiro, que, em vários momentos, vai dominar a linha identificatória, num discurso xenófobo que, mesmo radical, não deixa de transparecer a instabilidade do sujeito. No fim, o que marca todo o processo de identificação é esta instabilidade. E, ao que parece, além de ser algo constitutivo do discurso em geral, essa instabilidade parece ser o traço mesmo que caracteriza o discurso de identidade em Florianópolis: a instabilidade como identidade local. É essa instabilidade que torna possível funcionar o jogo ideológico.

2.4.3. O sujeito do moderno

O anúncio seguinte foi extraído da edição comemorativa dos 274 anos de Florianópolis, do jornal O DIÁRIO CATARINENSE, ocupando, como o anúncio anterior, uma página inteira.

Como se trata de empresa do ramo imobiliário, o texto do anúncio apela para o crescimento da cidade, operando no contraste entre o "ser bem-vindo" e o "já morar". O primeiro enunciado do anúncio remete tanto ao turismo, quanto à migração, ou seja, ao sujeito de-fora. O segundo enunciado estabelece a categoria do *morador*, que neutraliza a oposição entre de-fora e nativo. No entanto, a relação entre os dois enunciados inevitavelmente leva a ler *morador* como aquele que veio de fora e se estabeleceu em

Seja bem-vindo a Florianópolis.

Mesmo que você já more aqui.

Hoje faz 274 anos que a nossa cidade muda todos os dias, o tempo todo. Há 45 anos acompanhando esse crescimento, a Brognoli tem orgulho de já ter ajudado muita gente a encontrar o seu lugar nesse paraíso. Se você não reparou em como a nossa cidade amanheceu mais bonita hoje, olhe em volta de você - e seja bem-vindo.

BROGNOLI
NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

Florianópolis. Penso que este é o motivo pelo qual é necessário "explicar" o *slogan*, no texto que aparece mais abaixo.

O anúncio caminha no fio da navalha: precisa operar com a anulação da oposição nativo e de-fora, mas ao mesmo tempo como que reconhece que anular essa oposição é mexer no vespeiro identitário. Não é à toa que o texto explicativo começa com uma remissão à fundação da cidade, ou seja, trata-se do mesmo apelo à história da cidade; o reconhecimento das transformações vem por outra palavra "neutra" - *mudar*, que tanto serve aos propósitos do anúncio, que é de uma empresa imobiliária, como aciona o vir-a-ser como característica intrínseca de Florianópolis.

Tal texto é um bom exemplo do que corre como discurso identificatório. Nele há uma dominância do que podemos chamar de sujeito do progresso, para o qual as transformações de uma cidade são uma constante. O interessante é como os sentidos vão se construindo no entremeio de outros discursos. Assim:

1) *morador* anula o conflito da natividade; porém se o anula, de alguma forma o lembra. Nesse sentido é sintomático que o texto do anúncio mais em baixo apele: *...tem orgulho de já ter ajudado muita gente a encontrar o seu lugar nesse paraíso.* O trecho nos remete ao título do poema já examinado - *Florianópolis, meu chão* - o qual, por sua vez, traz o *lugar* do sujeito como problema. Se *muita gente* encontrou seu lugar nesse paraíso, então outros não encontraram;

2) o recurso ao passado remete à definição de *manezinho*, já examinada, na qual, como pudemos ver, o compartilhar o passado da cidade vem como âncora definidora. Assim, o sujeito da moderno precisa rapidamente passar do passado para a mudança, e não do passado para a lamentação, e novamente nos encontramos diante do possessivo em primeira pessoa *nossa*, aqui colocado como inclusivo, mas em tensão com aqueles que ainda *não encontraram seu lugar nesse paraíso*.

Temos então que o discurso de identidade em Florianópolis opera com uma série de tensões que vão se sobrepondo: o progresso X o atraso; o presente X o passado; o nativo X o de-fora; o morador X o turista. Os sucessivos deslocamentos produzem o efeito de

desidentificar, de colocar o sujeito numa constante instabilidade. É essa instabilidade que produz enunciados como os que introduziram nossa discussão sobre o processo de identidade: aqueles em que **típico** vem graduado, remetendo sempre a um outro, que é mais típico. A busca da essencialidade, de que enunciados como este e os textos definitórios do manezinho são exemplos, é mais um efeito desse jogo de formações diversas: a instabilidade leva ao estabelecimento, ou à tentativa de estabelecimento de referências positivas e inequívocas de identidade. Porém, como o gesto designativo é parte constitutiva desse processo de identidade (ou seja, a identidade não se dá por um vínculo claro mas pelo chamamento), a tipicidade vai pelo ralo, pois para ser é preciso que um outro, autorizado, afirme que se é.

Na próxima seção do texto, examinaremos o discurso fundador de tal identidade e a maneira como a memória é posta em funcionamento como dispositivo de discurso. Procuraremos detectar de que maneira o acionamento da saudade e da memória instauram uma posição de poder a partir da qual os discursos se darão.

2.4.4. Memória e identidade

2.4.4.1. Saudade como sintoma, memória como objeto

Os discursos centrados em Florianópolis estão sempre eivados de um lamento contínuo. É sempre uma saudade do tempo que passou, de um sujeito ao qual é vedado se constituir. Imaginei que, a princípio, esse discurso fosse originário do processo violento de urbanização que desfez as marcas identificatórias de territorialidade, modos de produção e manifestações culturais. O exame dos materiais que estamos analisando já nos mostra que o modo de operação é o inverso: o processo de urbanização é que é tomado pelo discurso de identidade.

Todo discurso de identidade está calcado na construção do pressuposto de uma não identidade. Para identificar é preciso desidentificar. O discurso de identidade quer construir um sujeito histórico que se submeta ao sujeito do discurso. Esse indivíduo historicamente localizado no tempo precisa não ser, para ser capturado pelo sujeito do discurso.

É interessante observar que o trabalho de Franklin Cascaes se inicia em 1946 - muito antes, portanto, do grande surto de urbanização vivido por Florianópolis. Essa é uma mostra de como o discurso não é o reflexo imediato de certas condições do mundo exterior, mas uma forma de reconstruir esse exterior.

É importante apontar como Cascaes procura marcar seu trabalho como um resgate da memória, da mesma maneira que Moura (1995), no livro *Florianópolis: Homenagem ou Humilhação*, apelará para o mesmo dispositivo na sua cruzada pela mudança do nome da cidade. A segunda seção de seu texto se inicia justamente sob o título:

Florianópolis, cidade sem memória

A certa altura desta seção, o autor afirma:

> *O desinteresse da maioria pela memória dos 185 fuzilamentos sumários de Anhatomirim e pela humilhação evidentemente contida no atual nome desta cidade resulta também do esquecimento no qual, como células do organismo vivo que é a sociedade em que vivemos, nos encontramos todos mergulhados.*
>
> *O desconhecimento, a perda da memória ou a indiferença a respeito de qualquer tipo de ultraje não livra ninguém da condição de ultrajado. E quando se trata de uma cidade inteira que, em última análise, também é um ser pensante, a questão se reveste de maior gravidade.* (Moura, 1995, p.20)

No discurso apelativo – e polêmico – a memória é instada a comparecer como fonte de purificação, de reparação, de correção de rumos. Assim, aqueles que não partilham da causa da mudança do nome da cidade se encontram em um torpor, mergulhados em um esquecimento de que é preciso sair. Veja-se que a cidade é posta como um ser pensante, ou seja, em condições de ter memória, o que transforma a não memória em um ato volitivo deste ser pensante. Ora, o ser pensante é aquele que conhece e, como já pudemos ver em outro texto analisado, o processo identitário une *conhecer* e *amar*.

Ao firmar o enunciado: *Florianópolis não tem memória*, que remete a outro grande chavão da identidade brasileira: *O Brasil é um país sem memória*, temos de nos perguntar quem diz esse enunciado. Em outras palavras: qual é o sujeito de *Florianópolis não tem memória*?

Como é possível aquele que tem saudade não ter memória? Penso que sejam dois vetores operando numa mesma direção: a saudade é a ausência da história. É, de um lado, a impossibilidade da história, porque descarta o presente, como plenitude histórica; é, de outro, o esvaziamento da história como prática política, reduzindo-a a uma subjetividade psicológica, sentimental.

Gostaria de poder argumentar que o discurso saudosista e o da falta de memória têm a ver com uma crise na articulação dos poderes políticos. Quanto mais renhida a luta pelo poder, maior intensidade terá o discurso saudosista. O discurso saudosista mobiliza sem articular. Isto porque a luta pelo poder se dá sempre entre os dominantes. O sujeito da saudade é alguém comprometido com o passado, com a perda, não historicamente, mas sentimentalmente. E a memória? Colocaria a memória como um degrau seguinte ao da saudade, mas anterior à história. Nesse sentido a saudade seria a mobilização do afeto, enquanto que a memória seria a mobilização do conhecimento que sustenta essa saudade e que também é sustentado por ela. Os dois concorrem para a anulação da história.

É interessante observar que no domínio dessa formação discursiva não cabem como proferimentos possíveis:

1) Florianópolis não tem saudade.

2) Florianópolis não tem história.

O primeiro é dado como falso no interior da formação discursiva. Não é verdade que Florianópolis não tenha saudade. Mas o efeito provocado pelo segundo enunciado é completamente diverso. Há uma estranheza nele, à semelhança daquela provocada por um suposto atual rei da França, de quem se dizia que era careca. É um enunciado que não se dá, cuja verdade ou falsidade não se pode pensar, que está num para além do que se pode dizer.

Em Florianópolis, só a saudade é enunciada e só a memória é resgatada. Quanto à história, vem como saudade e como memória, sempre vinculada a ícones de natureza sentimental, fazendo-se uma conexão entre eventos históricos e processos de natureza psicológica.

Senão, vejamos:

- Não é o processo econômico e social que fundou os açorianos aqui; são as dificuldades, as tristezas, a alegria pouca ou muita, a ignorância, a inocência deles;

- Não é o papel do Estado no processo de formação da República, é o assassinato de conterrâneos a mando de Floriano Peixoto, a vergonha pelo nome da cidade.

Toda a história é reduzida a um punhado de sentimentos que o indivíduo pode manifestar, deslocando-o do lugar de sujeito histórico para o lugar de indivíduo saudoso.

A saudade é permitida, a memória é estudada. A história é esquecida. A história, como objeto de saber, é transformada em memória, passível de ser enunciada, sob a forma de saudade, que, ao lembrar, esquece.

2.4.4.2. Memória em Florianópolis

Uma das maneiras pelas quais o discurso de identificação se pode ver materializado em Florianópolis é nos relatos de memória. Há aqui uma dupla articulação: a da possibilidade de a memória ser lida como história - que se inscreve na linha mais geral de uma certa maneira de reconstruir a História - e a do processo de identificação local, que lança mão de uma certa saudade como um dispositivo de discurso para se constituir.

Aqui é importante pontuar uma distinção relativa ao funcionamento da memória no discurso, para a qual Orlandi (1999) chama a atenção. Como sabemos, é a memória que garante a produção de sentidos no discurso, a memória de enunciados anteriores, originários de uma formação discursiva, que intervém na formulação do discurso, de maneira inconsciente. Mas cumpre separar os dois modos pelos quais essa memória se apresenta:

1) a memória constitutiva (cf. Orlandi, 1999, pp. 47, 48), que se enquadra na descrição acima;

2) a memória como arquivo, memória institucionalizada.

Segundo Orlandi (1999):

> *o gesto de interpretação se faz entre a memória institucional (o arquivo) e os efeitos de memória (interdiscurso) podendo assim tanto estabilizar quanto deslocar sentidos.*
> (Orlandi, 1999, p. 48)

Até agora, estivemos ocupados desses efeitos de memória, de como eles atuam no discurso de identidade. Nesta e nas próximas seções, passamos a observar mais de perto a memória como arquivo no discurso de Franklin Cascaes, especialmente, buscando elucidar como se estrutura, como funciona. Interessante é salientar que as duas não trabalham separadamente. Na análise que fizemos do texto *O QUE É UM MANEZINHO*, já vimos presentificada sob a forma de intertextualidade a atuação da memória de arquivo: a intervenção de um saber institucional dando sustentação aos sentidos da identidade. Mas entre um e outro momento, obviamente, há deslocamentos. São esses deslocamentos que pretendemos assinalar: como o arquivo de Franklin Cascaes intervém na memória constitutiva dos discursos, sendo porém afetada e funcionando diferentemente.

Não é meu intuito examinar todas as possibilidades de análise que o discurso da memória como história suscita, nem dissecar profundamente os modos pelos quais é constituído. Meu interesse maior é pontuar como o discurso de memória se articula com a construção da identidade local em Florianópolis, notadamente, como nele a saudade é mobilizada em um certo *eu* que, ao invés de se voltar para as suas próprias outras faces, se fecha em oposição ao de-fora. A maioria das entrevistas do banco de dados do Varsul utilizadas como fonte de dados acaba por se inscrever no discurso de cunho memorialístico, em função da intervenção do entrevistador. Essa intervenção tem uma dupla face: como as entrevistas são construídas segundo a metodologia laboviana, tal intervenção demonstra que a ruptura do passado com o presente é - ou deve - ser tema de conversação (noutras

palavras - é dizível no discurso, ou, mais que isso, reclama ser dita); por outro lado, teremos oportunidade de ver como tal intervenção pode demonstrar o funcionamento do interdiscurso na constituição da identidade: o entrevistador identificado ao sujeito de uma formação discursiva mobiliza uma *saudade* interpelando o entrevistado, tentando deslocar o sujeito de seu discurso para o lugar dessa outra formação discursiva. A fim de tornar mais clara a exposição, vou recorrer - sem me aprofundar - ao trabalho de Bosi (1983), especialmente aos relatos recolhidos por ela, procurando fazer um contraste entre o discurso de memória lá registrado e os fatos que observamos em Florianópolis. Corro o risco de inscrever o presente trabalho na batalha travada em Florianópolis, opondo o estrangeiro ao nativo. Decerto já fui capturado nesse interdiscurso, mas corro o risco com o intuito de ser mais claro. Ponho mais um espelho no espelho.

Há diversas maneiras de ler a memória de sujeitos como indivíduos psicologicamente constituídos. Há também a questão de como articular essa memória pessoal, que incide tanto sobre a seqüência de fatos que constituem uma narrativa única e intransferível quanto sobre a história coletiva, com a memória social, em que fatos são reconstruídos em diferentes versões, compartilhadas por multidões de indivíduos. O trabalho de Bosi (1983) constitui uma análise de uma série de relatos de pessoas com idade avançada que viveram em São Paulo. Trata-se de um mosaico muito interessante, em que figuras históricas e histórias muito pessoais vão se cruzando, produzindo um retrato multifacetado da vida em uma (in)certa cidade de São Paulo num certo tempo.

A figura de Getúlio Vargas, nas lembranças transcritas por Bosi (1983) é um bom exemplo dessa articulação entre o que seria pessoal e o que seria histórico. Os indivíduos são capturados em duas formações diferentes: Getúlio pai dos pobres e Getúlio ditador. Bosi (1983) tenta dar conta dessa relação da memória individual com a história social por meio de uma articulação que passa pela psicologia de cada um. Mas é mais ou menos claro que os indivíduos apenas se inscrevem em uma ou outra formação discursiva e alinhavam sua memória a partir dessa submissão. Assim, os fatos correlacionados à figura de Getulio são narrados a partir dessa posição constituída no discurso: para uns, toda a seqüência de eventos políticos envolvendo a tensão democracia-ditadura; para outros, a tensão entre a

pobreza extrema e a conquista de uma condição de sobrevivência melhor. Tudo traduzido em uma versão intimista, criando-se uma ilusão ficcional de experiência única e individual.

Há ainda outro aspecto a destacar na relação entre memória e discurso. A memória narrada é macro-estruturada a partir da interpelação do sujeito sob o discurso da Memória em uma dada formação. O indivíduo reconhece pistas de qual é a posição em que está sendo interpelado: a do discurso da memória como está hoje constituído, ou seja, uma articulação entre o modo de organização social de antigamente (como resgate da história) com a sua própria figura individual como mito.

Chama a atenção em Bosi (1983) que os eventos narrados são comprimidos no tempo, quanto mais próximo se está do presente da enunciação das memórias. Ora, esse é o efeito da posição criada para o narrador da memória: quanto mais próximo do presente da enunciação, menor é o estranhamento entre os dois modos de organização social. Por outro lado, o eu mítico/heróico só é possível quando localizado nesse passado estranho. Podemos dizer que esse eu mítico/heróico é o efeito do estranhamento provocado pela distância. O tempo da narração é uma tentativa desesperada do indivíduo se conservar um único eu - todos os eus narrados identificados no eu que narra presentemente para um ouvinte. Isso pode ser percebido pela tristeza em dizer: "eu era muito ativo - dá pra acreditar? ", ou quando se vai enumerando o que já não existe mais.

No caso de Florianópolis, a memória dos indivíduos é constituída a partir do discurso da memória mais geral, que dita o que pode e o que não pode ser dito. Assim, como no caso das narrativas paulistas, há um resgate do modo social de vida no passado, articulado com a criação mítica/heróica do eu (daí os fatos excepcionais que são elencados. O falante sabe que não se quer uma história banal). Ao mesmo tempo, há uma diferença para com as memórias paulistas: lá, os indivíduos encontram-se identificados com o discurso que constitui a cidade. A cidade lá já é transformação, já são os arranha-céus, já é o estar por vir. Em Florianópolis, o contraste com o passado é a tentativa de construir uma certa identidade. A lamúria geral é uma forma de buscar um espelho que dê uma identidade. É por isto que, quando o sujeito do progresso apela para a constante mudança na capital, precisa se utilizar de designações que anulam outros discursos, como é o caso de *morador*. Mas não alcança seu intento, porque como o discurso é uma relação com outros

discursos, esta inter-relação acaba deixando marcas, pistas, que são detectáveis, uma vez que os sentidos estão irremediavelmente contaminados. Em São Paulo, o passado é o já-passou irrecuperável, que já faz parte do discurso identificatório; em Florianópolis, o já-passou ainda não passou.

O discurso de identificação em Florianópolis mobiliza uma posição de oposição, de combate com o de fora, que desmontou o mundo. O de fora também é uma criação do discurso, que tem seu ícone em Floriano Peixoto: na memória recuperada, foi ele que humilhou os catarinenses, os florianopolitanos, e não Hercílio Luz, Lauro Muller, etc. Do mesmo modo, hoje em dia são os de fora que tomam espaço, com um poder sobrenatural, como se não houvesse o mesmo movimento local, de uma parcela local de indivíduos que cederam a terra, que a tomaram dos subalternos manezinhos e a entregaram. Quando a ocupação é grande ao ponto de abalar a estrutura de poder local, aí começa forte o discurso de identificação.

O que mobiliza o sujeito em Bosi (1983) é o discurso da memória na modernidade: a identificação da história com o indivíduo mitificado. Todos somos heróis e temos os quinze minutos de glória. Ao mesmo tempo, a proliferação destas memórias como história vai conduzir a um silenciamento da História. Porque atravessadas pela glorificação do indivíduo, esses relatos vão produzir uma profusão histórica que desloca o indivíduo de seu tempo social e do passado social, provocando-se a substituição da história pela memória.

Esse funcionamento não está - e nem poderia - excluído em Florianópolis. Só que aqui encontra um desdobramento (provavelmente encontrado em outras ilhas históricas do país), que vai construir, a partir de elementos simbólicos à disposição, um mecanismo de identificação que, se de um lado precisa recorrer à história, por outro o faz de maneira muito específica: elegendo a memória subjetiva como instrumento do resgate (o que faz parte do discurso da memória em geral) e constituindo o sujeito dessa memória como aquele que, ao mesmo tempo que se antagoniza com o de fora, também não deseja incluí-lo. Ao mesmo tempo que inclui os antigos habitantes açorianos também os exclui; ao mesmo tempo que se trata da cidade que lamentavelmente mudou, é a cidade que se moderniza.

Quando se dá, o acirramento desse antagonismo ao de fora impede, apaga, torna opaco um mergulho mais profundo no próprio funcionamento ideológico dos aparelhos

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

locais. Estes passam a ser constituídos a partir do discurso - como vetores sem contradição, como se desde sempre polarizassem inequivocamente contra o estrangeiro, apagando-se a contradição em que vivem no âmbito dos problemas centrais da ilha: urbanização, emprego, produção de bens - culturais e patrimoniais.

A senhora Z. tem mais de sessenta anos. Animada pela entrevistadora vai relembrando a vida de adolescente, os bailes de carnaval, o mar no mercado público, o *footing* na Praça XV e na rua Felipe Schmitd. A jovem entrevistadora vai descobrindo que havia o *footing* das moças direitas e aquele das não tão direitas; aprende como se vestiam para o carnaval as moças de então, onde se divertiam e como apreciavam a paisagem nas tardes com refrigerantes no Restaurante Miramar, que desapareceu no aterro da baía sul. A certa altura, plena de lembranças, a senhora Z. lamenta-se:

Tiraram tudo.

(Z. entrevista - Varsul)

Esse enunciado é emblemático. O verbo utilizado: **tirar**. Não se trata de **destruir**, **derrubar**, **aniquilar**, **apagar**, mas de **tirar**, que implica o movimento de extrair algo de algum lugar ou de alguém, que remete a uma expropriação, a um roubo, a um assalto. Se alguém **tira** algo de alguém, ou tomou-o para si ou deu-o para outrem. A senhora Z. apenas lamenta: *Tiraram tudo*, logo, não deram para ninguém.

O verbo **tirar** tem, em princípio, três argumentos. No enunciado acima, aquele de quem se tirou tudo não é mencionado. Na seqüência enunciativa, a interpretação mais imediata seria **da cidade**, já que a senhora Z. vem descrevendo uma série de elementos arquitetônicos que constituíam a cidade. No entanto, a perda desses elementos arquitetônicos está enfeixada numa perda de si, um lamento doloroso e saudoso de um passado pleno de vida, posto agora como impossível de acessar. O argumento seria então preenchido pelo **eu**, que não é mais um **eu** só, mas todo um sistema de sujeitos, um nós: *Tiraram tudo de nós*, teria ela dito.

Agora, observe-se o argumento acusativo de **tirar**. A quantificação universal raspa até o fundo do tacho e *tudo* é tirado. Novamente a seqüência enunciativa remeteria ao

conjunto de elementos urbanos que teria desaparecido com o correr dos tempos, mas não se trata só de prédios. A senhora Z. falava dos carnavais, da vida no colégio, dos namoros, das tardes à beira-mar. A força do quantificador universal aponta para um total desmantelamento. É como se a senhora Z. não encontrasse mais nenhum elo entre ela e a cidade, é como se a vida tivesse cessado. Nada mais resta, depois que tudo foi tirado

Por fim, o primeiro argumento. O sujeito vazio na forma indeterminada do verbo na terceira pessoa do plural imediatamente nos leva às nossas lições de português: "Roubaram minha casa" "Levaram meu dinheiro". "Quem?" – perguntaria a professora. Silêncio. Não se sabe. Sujeito indeterminado. Essa posição vazia é justamente o outro para quem a senhora Z. dirige seu lamento. É esta posição que vai constituir a senhora Z. como sujeito, um sujeito da falta, um sujeito da não identidade. Na posição do agente, esse que vai constituir a identidade local: Floriano Peixoto, Figueiredo, o progresso, o de-fora. E essa indeterminação é fundamental para nós neste momento, que tentamos apreender o processo de identidade em Florianópolis. Esta indeterminação do outro aponta para a indeterminação do próprio sujeito. Por conseguinte, para a impossibilidade de estabilizá-lo em categorias estanques e em clara oposição umas com as outras. Assim, quando depararmos com o desafio de relacionar as formas variantes que estaremos examinando com o processo de identidade local, teremos uma impossibilidade de apreensão absoluta e inequívoca. Porque esse outros desliza e o sujeito, junto com ele desliza também.

Na próxima seção, teremos oportunidade de ver como o discurso sobre a identidade é construído em Franklin Cascaes, que localiza de maneira relativamente clara o agente de *Tiraram tudo* no sujeito do progresso, que anularia as formas de cultura mais antigas, aniquilando-as. Espero ficar claro que esse lamento com o progresso – o inicial – vai se deslocando para outros lamentos e, ao mesmo tempo, se relaciona com lamentos passados.

2.4.4.3. Pureza perdida reencontrada - Franklin Cascaes

O discurso que funda o discurso de identidade moderno pode ser localizado em Franklin Cascaes. Trata-se de um artista e estudioso da cultura do litoral de Santa Catarina, em especial de Florianópolis, que, trabalhando desde 1946 procurou resgatar e reelaborar a

cultura de origem açoriana. Seu trabalho atualmente é reconhecido e ele dá nome a uma Fundação que tem por objetivo promover e divulgar a cultura em Santa Catarina. O que pretendo dizer é que em Franklin Cascaes está a elaboração do discurso de identificação da ilha, com os elementos centrais de significação: a perda, a saudade e a necessidade de resgatar a memória. Pretendo apontar também de que maneira o discurso de Cascaes vai ganhando novas cores, até passar ao funcionamento efetivo do discurso de identificação em Florianópolis. Ocorre que em Cascaes se podem apontar alguns traços de lucidez que são apagados quando da apropriação de seu discurso, que de polêmico passa a autoritário, para usar uma terminologia de Orlandi, 1999 (cf. Orlandi, 1999, p. 86).

Em *"Vida e cultura açoriana em Santa Catarina - entrevistas com Franklin Cascaes"* três movimentos podem ser apontados:

1) a construção do açoriano a partir do mito do bom selvagem (que também funda o brasileiro). Lá estão a ingenuidade, a alegria, o misticismo;

2) a marcação de uma recusa aos aparelhos oficiais do estado: *"nunca tive financiamento"*, *"governo não ajuda"* , *"burocratas não entendem a vida real"* (ou mesmo as duas coisas juntas: *"doutor de universidade não aceita o que eu faço"*).

3) A assinalação do sentimento de perda de identidade, que o leva ao trabalho de pesquisa.

Nossa questão, nesse momento, é pensar como se dá a passagem/apropriação desse discurso para o discurso de identificação corrente hoje em dia. Que traços presentes no seu discurso permitem essa apropriação?

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que, ao falar de um certo modo de vida, ao transformá-lo em objeto de saber, Cascaes sai do nível do vivido - o não falável - e vai para o nível do discurso. Nessa passagem se funda o discurso de identificação como processo. A sociedade, os modos culturais e de produção seguem seu curso desde sempre; mas o discurso de identificação produz uma suspensão ilusória do funcionamento social. Perde-se a relação temporal com a própria vida, como se se entrasse em um estado de limbo, em que o passado é vivido, é real; e o presente é o não-é, é a esperança do retorno. Cascaes é, nesse momento, o colecionador, o organizador de uma cultura que precisa estar devidamente

catalogada para que possa continuar a existir. Segundo ele: *...é preciso conhecer para amar* (Caruso, 1997, p. 25). Por que Cascaes se lança ao trabalho? Ele mesmo responde:

> *Comecei a estudar por saudades de um tempo que já estava terminando.*
>
> *Quando eu comecei a trabalhar com a cultura açoriana, em 1946, já estavam começando a desmontar a nossa cidade de Nossa Senhora do Desterro. Começaram a derrubar diversos prédios antigos em toda a cidade. E depois construíram essas favelas de rico, os prédios de apartamento. Mas a cidade era muito bonitinha, muito bonita. E eu fui encontrar nas ilhas dos Açores parece que a cópia desta, só que as de lá ainda se conservam.*
>
> (Caruso, 1997, p. 20 e 24)

O motor inicial, como se vê, é a saudade e um sentimento difuso de revolta contra a perda de uma certa feição. Observe-se que, ao assinalar-se o passado como a fonte única de identidade, está-se colocando o presente como a-identitário. O presente é um sujeito sem rosto. É como se a vida ficasse de repente em suspenso, numa espécie de coma, esperando um destino chegar a qualquer minuto.

Em segundo lugar, como Cascaes se coloca em uma posição de saber (ele faz pesquisas, registra histórias e canções, elabora artisticamente o aprendido) isso o coloca numa certa posição de poder. Há uma passagem numa das entrevistas de Cascaes que é bastante elucidativa a esse respeito:

> *Eu não encontrei na Ilha pessoas que tivessem cultura vasta, mas sim pessoas muito simples que contavam essas histórias. Elas contavam pedacinhos, coisas truncadas. Eu anotava no caderno: fulano contou assim, assim, assim e depois vinha para casa e, aqui em cima dessa mesa aqui, eu fazia a montagem.*
>
> (Caruso, 1997, p. 22)

Vê-se claramente como o método conduz falas diversas, produzidas por sujeitos diversos, funcionando como manifestações de um sistema de crenças e representações, a se constituírem nos limites de um discurso outro, evitando-se a dispersão e permitindo-se uma estrutura interna que produza um certo efeito de sentido que é o de criar a plástica do mito. Cascaes é alguém que propõe um gesto de interpretação, concedendo o estatuto histórico a discursos de outra ordem. Ao que é discurso de interação, circunscrito a um certo quadro

histórico determinado, em que se tem com o mágico uma relação de crença como verdade, ele imprime o dizer antropológico, historiador, instaurando o discurso em que os enunciados passam a funcionar como partes de uma mitologia. Essa mitologia cria uma entidade simbólica à qual os sujeitos na ilha passarão a se associar. O próprio Cascaes chama a atenção para esse estranhamento entre o seu trabalho de paráfrase e os enunciados parafraseados:

> *O modo de contar das pessoas, que contam como se estivessem assustadas.*
>
> *Pessoas que contavam, mas que tinham um certo receio de sofrer depois alguma vingança da bruxa, de lobisomem ou de boi-tatá. Por isso eles contavam assim meio assustados.* (Caruso, 1997, p. 23)

passando, em seguida, para uma interpretação que concede ao modo de funcionamento desse discurso um estatuto possível, no seu próprio discurso antropológico:

> *Estas histórias fantásticas do homem querendo enaltecer a natureza. O homem fantasia a natureza. Isso é uma coisa extraordinária.* (Caruso, 1997, p. 23)

No mesmo volume de entrevistas, mais adiante, esse ponto de vista será desenvolvido. Florianópolis é conhecida como ilha das bruxas, como lugar de bruxaria e de manifestações sobrenaturais. Esse é um dos elementos que vai constituir o manezinho (que não deixa de nos remeter à própria constituição do brasileiro). A posição de distância entre o discurso de Cascaes e o discurso dos manezinhos, o primeiro na posição de saber, fica evidenciada em todo o sistema que Cascaes propõe para explicar o funcionamento da mitologia açoriana:

> *Em ocasiões de grandes tempestades, trovoadas, a gente olhando no escurecer, por cima das árvores depois delas estarem bem molhadas, a gente vê uma espécie de clarão, mas aquilo são as próprias folhas das árvores que estão refletindo a luz e irradiando eletricidade. Era nisso aí que as pessoas atribuíam*

bruxaria. Até um vaga-lume. Se um vaga-lume tem uma luz muito forte e ele se apresenta num lugar muito escuro, lugar assim mais ermo, pronto, fulano via a bruxa: "é a fulana". Eles afirmam que viram. (Caruso, 1997, p. 78)

Não cabe aqui discutir o tipo de explicação proposta, apenas assinalar que é uma antropologia na qual a ignorância é posta como que relendo os fenômenos naturais como manifestações de forças sobrenaturais. Os mais variados fenômenos são explicados por ele segundo esse princípio. Mas obviamente o fascínio exercido por esse tipo de manifestação cultural não deixa que Cascaes caia totalmente em uma posição de cientificismo. Por várias vezes ele desloca o seu ponto de vista, identificando seu discurso ao discurso açoriano, tirando efeitos de sentidos, explorando ambigüidades:

Todo esse material que consegui organizar, e porque além de tudo isso aqui não tem ninguém para me incomodar. Agora, quando abro esta porta já recebo recados, o imposto de renda, a conta da luz, do gás do aluguel, que está faltando carne, que está faltando feijão. Aqui nesse quarto não tem nada disso. A feijoada da bruxa não gasta nada. (idem, p.23)

A política é uma madame manhosa, é uma bruxa. (idem, p. 27)

O governador mandou imediatamente um secretário falar comigo, falaram tanto, prometeram tanto e fizeram tal misturada que até agora eu não compreendi. Uma verdadeira misturada bruxólica, lobisômica. O resultado foi esse: negativo. (idem, p. 25)

O que os excertos anteriores aos acima mostram é que seu trabalho de pesquisa desloca a fala pertencente e relativa ao mundo dos habitantes do litoral, de ascendência açoriana, para a posição de um discurso narrado, pronto para o arquivo: catalogado, organizado, explicado. É óbvio que não está em questão aqui nenhum juízo de valor sobre o trabalho realizado, e é evidente que ele tem uma importância muito grande como documentação antropológica. O que estamos enfatizando é o gesto que instaura esse discurso, deslocando a figura do habitante típico da sua posição natural de sujeito

pertencente a um certo sistema de relações para uma posição em que ele é constituído como um sem lugar. O discurso sobre a ilha é erigido, então, a partir de uma posição de saber que é, igualmente, uma posição de poder. Essa posição de poder desloca o manezinho para o sem-lugar, pois, embora as pessoas tenham contado para o pesquisador as histórias, com medo, assustadas, era um *tempo que já estava terminando*.

Esse sem-lugar fica evidenciado quando Cascaes fala de seu próprio trabalho:

> *A importância do meu trabalho para os catarinenses, hoje? Acho esse trabalho muito importante porque é preciso conhecer para amar. E uma nação que não conhece a raiz de sua história, está muito aquém daquilo que ela devia ter como sua cultura.* (Caruso, 1997, p.27)

Destaco um dos enunciados: *é preciso conhecer para amar*. Nós já ouvimos isso antes (cf. seção 2.4.2.2):

> *Ser manezinho é conhecer as coisas da Ilha, identificar-se com ela e amá-la, principalmente.*

Aqui vemos *conhecer* e *amar* articulados. É interessante, agora, perceber como o *conhecer* de Franklin Cascaes se desloca para o *conhecer* de quem se deseja um *nativo* e como esse deslocamento está já previsto no interior de seu discurso. Para este último, conhecer é construir arquivos; para o primeiro, *conhecer* é, no fundo, estar na posição de nomear um outro como igual, ou seja, manezinho. E esta posição de conhecer não é a mesma de Cascaes, porque implica compartilhar, ter vivido um mesmo passado. Esse passado não é, como vimos, o mesmo a que se refere Cascaes. Esse passado é o daquele que compartilhou a **cidade** de antes. *Conhecer*, para Cascaes, é refazer os mitos da cultura popular, organizá-los, entendê-los. Mas por que é possível tal deslocamento?

A posição de quem conhece é a posição de poder. Assim, de certa maneira, o que Cascaes faz é um ato de nomeação: isto é, aquilo não é. No cerne de seu discurso está este ato organizador. E porque é um discurso construído desta posição, é possível apropriar-se

dele, desdobrando tanto o sujeito que conhece como o que é conhecido. Em Cascaes, o outro para quem se fala é o sujeito do progresso, indistinto aí como territorialidade ou nascimento. No livro *SOMOS TODOS MANEZINHOS*, o outro é o que não compartilhou, o de-fora. Um de fora que não necessariamente é um não nascido, porque a designação, ou seja, a inclusão no conjunto dos que podem, é um ato designativo de alguém sobre o outro.

Por fim, o seu discurso anti-burocrata, anti-oficialista, espontaneísta possibilita o esquecimento dessa posição de poder constituída. Cascaes marca em diversos pontos de seu relato a sua condição de professor e as dificuldades para empreender a tarefa que se impõe:

> *Tive que me preparar moralmente para dar início a esse trabalho. Moralmente, no sentido em que deveria iniciar o projeto mas levá-lo até o fim apesar de todos os problemas que já imaginava encontrar. E já comecei com dificuldades, porque era professor. (...)*
>
> *Fiz meu trabalho sempre às minhas expensas, nunca ninguém me auxiliou. Pedir a quem? Ao governo? Não, porque eles não se moviam por isso aí. Nunca compreenderam. (p. 22)*
>
> *A política é uma madame manhosa, é uma bruxa.* (Caruso, 1997, p.27)

Enfatiza, em diversos momentos, a distância que manteve de órgãos oficiais quaisquer. A pureza de seu gesto se iguala à pureza do elemento descrito, escondendo-se a posição de poder que o gera. A política é uma bruxa da qual se deve manter distância. É esse escondimento que permite, enfim, a disseminação do discurso de identificação como um guarda-chuva que abriga todos os indivíduos aos quais corresponde um certo conjunto de traços: nasceu em Florianópolis, é de ascendência açoriana, etc.

Franklin Cascaes funda o discurso, propondo uma volta no túnel do tempo. Não mais Florianópolis, mas Desterro; não mais os prédios, mas o engenho de farinha. Quer trazer uma história e uma identidade, como se ela não estivesse já presente, desde sempre. De seu discurso de identidade, calcado no resgate das origens açorianas em que o outro é o moderno e suas perversões, se dá um deslocamento em que o outro não é mais o moderno, mas o estrangeiro. O que se quer argumentar é que entre o *estão deixando de existir* de

Franklin Cascaes e o *Tiraram tudo*, da senhora Z. há um deslocamento. O sujeito constituído no primeiro é o sujeito saudoso, diante da mordida do moderno - o outro desse sujeito, um outro que apaga um traço sem deixar nada no lugar; no segundo, o sujeito passa a ser o espoliado e o outro, o estrangeiro. No primeiro momento, há uma contradição entre um sujeito que se quer discurso - esse sujeito ingênuo, que acredita em bruxas e demônios, que organiza a terra com espaços comuns, que faz novenas nas trinta e seis cruzes pelos caminhos da ilha, que vai com o Divino de casa em casa, em cantoria - e um outro sujeito que vê no atraso dessa gente um empecilho para o progresso; no segundo, um discurso que quer um sujeito, um todos nós que nascemos aqui, que somos todos moradores da terra, sem contradição, sem campo e cidade.

Observe-se como o termo *manezinho* é apropriado nesse processo: com o apagamento da posição de poder que o gerou (e que lhe atribuía o significado pejorativo original) é possível ressignificá-lo, ampliar a extensão dos indivíduos que caem sob seu escopo. Ao mesmo tempo, se conserva o significado instituído no discurso de Cascaes - a ingenuidade, a alegria, o místico, cujo funcionamento é muito importante, cuja mobilização é muito importante para o discurso de identificação, porque ele permite operar com a oposição manezinho/estrangeiro na relação semântica ingênuo X predador. Temos aqui o exemplo clássico de como uma formação discursiva pode se apropriar de uma palavra e fazer com que se constitua para ela outro significado, a partir do funcionamento dessa formação discursiva

2.4.4.4.. A saudade como dispositivo de discurso

Em São Paulo, como vimos no trabalho de Bosi (1983), a saudade acaba se reduzindo a um plano individual, a uma saudade pessoal. Isto se dá em função da impossibilidade de haver saudade no sujeito da formação constituída. A saudade não pode funcionar discursivamente - para a identificação - porque São Paulo já é a cidade que não pode parar. Melhor dizendo, o funcionamento da saudade no discurso de memória em São Paulo consiste em seu apagamento no sujeito que se identifica. É preciso apagar uma certa história - ou constituí-la como um passado irrecuperável - reduzindo-a à saudade

individualmente marcada (quase irrecuperável pela passagem do tempo e pela morte natural daqueles que têm saudade).

Em Florianópolis, a saudade é mobilizada no interior da formação discursiva, como um dispositivo de discurso. A saudade é que mobiliza F. Cascaes:

> *comecei a estudar por saudades de um tempo que já estava terminando*

e é o motor de todo seu empreendimento discursivo, que vai organizar o arquivo da memória, a volta às origens, a interpretação de um certo *ser ilhéu*. É interessante ressaltar que o próprio *ter saudade* é relacionado como uma propriedade do passado, não mais encontrável nos dias de hoje. Há uma passagem nas entrevistas de Franklin Cascaes em que se passa da descrição da hospitalidade que haveria no passado:

> *-Sim, seu moço. Realmente naquele tempo as pessoas se visitavam mais, havia mais amabilidade entre as pessoas naqueles tempos.* (Caruso, 1997 , p. 88)

em oposição à rudeza dos modos modernos:

> *-Seu moço, hoje ninguém mais quer saber. As pessoas fazem visitas rápidas que nem médico. E também não fazem questão de receber. Não têm tempo, têm que ver televisão, atrapalham. Quando vêem televisão, chegam a desligar a campainha, o senhor acredita?* (Caruso, 1997, p. 90)

para a própria saudade como um traço característico do passado:

> *A saudade, naqueles tempos, revelava o lado humano das pessoas, o gosto e o amor pelas outras pessoas, era uma expressão disso tudo. Era uma expressão de sentimento que uma pessoa tinha gravada em si, aquela saudade que ela sentia da presença de outra pessoa que tinha ido embora.* (p.90)

Assim, a saudade é não só o motor do conhecimento, como a própria marca daquilo que se está a conhecer. Ter saudades é, portanto, estar identificado a um tempo que já passou – para poder compartilhar da mesma herança é preciso estar tomado da mesma saudade de antes. Franklin Cascaes tem saudades da saudade.

A partir daí, a saudade se torna um dispositivo de discurso que, se em Cascaes atua na formação discursiva que opõe a tradição ao progresso, no discurso de identificação que se amplia, apaga as pistas da contradição inicial, sendo mobilizada para reafirmar as necessidade de cerrar fileiras, guarnecendo a ilha da invasão. De uma hora para outra, todos têm uma saudade imensa, desde os mais velhos ao mais jovens; dos mais bem postos na vida aos mais mal remunerados, do pescador ao jornalista ilustre. Ou melhor, todos têm que ter saudade.

Nas entrevistas que constituem o **corpus** é muito comum ocorrerem situações enunciativas que ilustram bem o que se está querendo argumentar aqui. Vejamos, por exemplo um pequeno trecho da entrevista nº 12, do banco do Varsul. O entrevistador pergunta se no passado as coisas eram melhores ou piores. Eis o diálogo:

E: O que tu achas assim da Florianópolis daquele tempo da sua infância e da Florianópolis de hoje? Era mais difícil viver naquele tempo ou agora está mais difícil?

P: Não, não. Eu acho que está mais fácil para a gente viver agora.

E: Ah é?

P: É. Eu acho. Ao meu ver está bem mais fácil. Eu lembro que o meu pai lutava tanto para a gente estar na aula! O custo de vida também era tão difícil, né? E hoje é fácil. Eu acho assim, tem mais emprego. Naquele tempo era tão difícil de emprego, né? E hoje tem bastante lugares para a gente trabalhar. A gente querendo trabalhar eu acho que em qualquer parte a gente trabalha. Claro que a gente depende muito do estudo, né?

(P. - Entrevista Varsul)

O informante é interpelado como sujeito da saudade. Observe-se que a entrevistadora faz uma primeira pergunta em que solicita uma comparação. A segunda pergunta, que seria uma reelaboração da primeira, já contém uma disjunção, que a divide em duas perguntas cujas respostas se excluem:

Era mais difícil viver naquele tempo ou agora está mais difícil?

ao que o entrevistado responde com dois **não**. Penso que essa negação enfática visa justamente a se colocar fora da posição em que a pergunta o levaria a se colocar. O que se nega é, de alguma forma, o ato de fala implícito na pergunta. Negar a pergunta é negar a sua motivação, é negar o predicado *ter saudade*, embutido nesse ato de fala. Na cena enunciativa, podemos ver claramente o funcionamento da saudade no discurso de identificação. O entrevistador mobiliza claramente uma saudade diferente daquela mobilizada pelo entrevistado. A saudade discursivamente constituída no interior da formação sobre a qual vimos discorrendo interpela um sujeito que caminha em outra formação discursiva. É a tentativa de identificar o sujeito da entrevista ao sujeito sem identificação da formação discursiva. É como se o entrevistado fosse despido de sua identidade - e a ele se acoplasse a identidade de um sujeito que precisa recuperar o passado, para encontrar sua cara. Sua alma, sua pele, sua vida está no passado cuja perda seria preciso lamentar. No entanto, o que vemos é um sujeito que faz uma linha de continuidade entre o passado e o presente, que toca a sua vida cotidiana. Essa tensão nunca vai deixar de transparecer nos relatos e constitui o espaço interdiscursivo em que os significados de palavras como *manezinho, saudade, ilhéu, Florianópolis* vão sendo constituídos.

2.4.5. Conclusão

A abordagem que procuramos fazer do processo de identidade em Florianópolis tentou mostrar, em primeiro lugar, como a identidade é questão central na cidade. O

processo de designação já demonstra o quanto se tenta apreender o sujeito e como este se desloca, pulando de uma formação para outra. Em alguns momentos, fica clara a oposição entre nativos X de-fora como eixo central de identidade. Mas ela, por si só, não é suficiente. Vê-se também que a oposição manezinho X não manezinho, entre os nativos ainda permanece, da mesma maneira que a oposição entre morador X turista também subjaz como componente de identidade.

Esta profusão de identidades torna difícil saber com clareza quem é este sujeito, quase inomeável: florianopolitano, nativo, ilhéu, manezinho. Mas parece que, independemente de qual seja, a sua identidade é lamentada, reclamada. Há assim a constante manifestação de um outro que expropria, que tira, que rouba. É este outro que vai definindo os pontos de identidade, ou momentos de identidade, um fantasma de várias caras, máscara de máscara, desde os tempos em que a cidade era Desterro; presente no nome Florianópolis, que se desloca para outra etimologia, disputado pelas formações do progresso, do moderno.

Vimos também que o passado é talvez a ferramenta mais forte acionada por tais formações discursivas, que envolvem a cidade em uma névoa de saudade, um lamúrio de vento sul constante, mesmo quando em alta temporada turistas em busca de mundos feéricos tirem a roupa e se entreguem às fantasias da magia da Ilha. A ilha. Não chegamos a examinar a ilha como simbologia: desterro, isolamento. Talvez o grande lamento seja este: que bom quando era o tempo do sem pontes. A ilha era uma só. A gente era uma só. Não é à toa que o "Rancho de Amor à Ilha", marcha rancho que se tornou o hino da cidade, tenha como versos iniciais:

Um pedacinho de terra
Perdido no mar.

Mas sabemos que isso é só mais uma ilusão.

2.5. As formas variantes e o discurso de identidade

A hipótese central desta tese, no que diz respeito ao processo lingüístico em Florianópolis, é a de que a realização das oclusivas alveolares estaria passando por um processo de mudança, cuja extensão pretendemos avaliar com a descrição dos dados. Se tomamos a indicação de Vieira (1997) e Furlan (1989) podemos dizer que a forma não africada seria a variante conservadora, enquanto as formas africadas seriam inovadoras na comunidade.

A migração que a cidade experimentou nas últimas décadas trouxe habitantes de estados como Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, além de falantes de outras regiões do estado. A conseqüência desta migração seria o contato dos falantes nativos de Florianópolis com dialetos que realizam a forma africada palatal [tʃ]. Inevitalmente, temos então que pensar na possibilidade de esse contato interdialetal estar, de alguma maneira, interferindo no processo de variação.

Na perspectiva que estamos adotando, o contato entre dois dialetos se resolve no plano simbólico da língua. Nesse sentido, não importa a freqüência ou a amplitude do contato, mas a sua qualidade. A migração de tais regiões tem sido apontada em diversos trabalhos (cf. Fantin, 2000, dentre outros) como de pessoas de classe média atraídas pelos índices de qualidade de vida que a cidade tem registrado. Como vimos, a cidade apresenta um complexo processo de identidade, que coloca uma série de oposições em jogo. Dentre elas, a oposição *nativo X de-fora*. Assim, ao pensar simbolicamente as formas variantes, assumimos que não é possível fazer uma relação positiva e unívoca entre cada uma das formas e um determinado significado social. Se de um lado, a variante não africada [t] parece funcionar como marca nativa, de outro está também identificada ao falante das regiões pesqueiras, como um manezinho "mais típico". Opõem-se assim o falante urbano daquele mais afastado das regiões mais urbanizadas. Porém, se a forma pode ser identificada a esse sujeito, também poderá estar identificada ao retrógrado, ao atraso, em oposição ao moderno. Mas o sujeito do moderno também pode ser aquele que se opõe ao de fora.

No plano enunciativo de cada entrevista, é possível formular a hipótese de que o falante passa de uma posição a outra, em função da instabilidade no processo identificatório, da mesma forma que as pausas e hesitações analisadas por Souza (2000) são marcas de um sujeito à procura de sua posição. É nesse sentido que entendemos as formas variantes como discurso. Mesmo numa comunidade que não se coloque as questões de identidade colocadas em Florianópolis, teremos um tal jogo de posições, de tal forma que nunca sabemos exatamente que significado determinada variante está veiculando.

Em Florianópolis o processo é ainda mais complicado porque temos a presença de uma terceira variante: a africada não palatal [ts]. No plano simbólico, podemos formular a hipótese de que ela representaria uma espécie de terceira via do processo de variação: seria uma maneira de rejeitar a identidade dos de-fora e, ao mesmo tempo, rejeitar a identidade com as camadas mais populares. Por conseguinte, seria uma forma que tenderia a crescer entre os falantes de classe média da região urbana central. Mas observe-se que tal hipótese coloca como centrais dois vetores do processo de identidade: o sujeito do moderno e o sujeito nativo, que parecem ser os mais dominantes no processo de identidade.

Todas essas considerações nos levam, por fim, a uma dificuldade de rotular as formas variantes nas categorias tradicionais da sociolingüística de padrão/não padrão e estigmatizada/não estigmatizada. Se de um lado a variante africada palatal [tʃ] aparece vinculada a falantes de classe média, de outro estaria fortemente vinculada aos de-fora e, numa certa formação, excluída como possível. Se por um lado a forma não africada [t] é identificada às camadas menos favorecidas economicamente da população, por outro ela remete ao passado com o qual se quer identidade. Por fim, a variante africada não palatal [ts], se for mesmo o coringa na manga, nasceria como forma padrão, mas com uma identidade embaçada no que diz respeito à natividade.

A relativa estabilidade a que chegaremos, quando dispusermos todas as peças no tabuleiro dos resultados, não deverão, portanto, nos enganar. No lugar onde as coisas se dão, no funcionamento da língua de fato, as cores não formam mosaicos, estão em tom sobre tom. Estudar o fenômeno de variação é como decompor a luz do sol num prisma: nas regiões centrais de cada faixa do espectro a vista se vê impressa de definição, mas não há limite entre uma cor e outra.

capítulo 3

Fonologia das formas variantes

O homem fantasia a natureza. Isso é uma coisa extraordinária. Os entes são todos fantásticos. A gente dirige essas figuras para onde quer. Por isso, essa vida aqui, dentro desse quarto, para mim, é como se estivesse no paraíso.

(Franklin Cascaes)

3.1. Introdução

Nos capítulos anteriores nos furtamos a uma discussão capital para o trabalho sociolingüístico: que papel é reservado para a estrutura lingüística e para as teorias que operam na sua imanência? No primeiro capítulo, fizemos uma exploração da relação entre a sociolingüística tal como Labov a concebe, e a Lingüística Formal. Uma das coisas que descobrimos é que foi justamente o tipo de organização que as teorias lingüísticas formais ganharam que permitiram a aproximação desejada por Labov. Apontamos que há uma clara redução da sociolingüística à Teoria Gerativa, que desconsidera a incomensurabilidade de modelos tão díspares. De fato, não é possível lidar, ao mesmo tempo, com o quadro da Teoria Gerativa e o quadro da sociolingüística sem incorrer em danos conceituais sérios. Esta parece ser a motivação que promove o abandono das discussões teóricas do interior da Lingüística, por parte de Labov (1994), que transparece muito mais interessado na descoberta de novos dados que tragam luz à sua catedral empírica.

Este capítulo pretende abordar o fenômeno da africação das oclusivas alveolares no dialeto de Florianópolis à luz da Fonologia Autossegmental, mormente a Geometria de Traços de Clements, explorando também aspectos do funcionamento acústico-articulatório da variável relevantes para a explicação dos resultados obtidos. A questão que precede esta abordagem é: como operar, no estudo da variação, com modelos formais da Lingüística, sem cair na redução perpetrada por Labov? Mais ainda, qual é o lugar do funcionamento imanente da língua, aqui em seus aspectos fonéticos e fonológicos, no quadro que esboçamos anteriormente, que concebe a variação estritamente como social?

Como não operamos com o pressuposto de que a sociolingüística seja uma expansão da Lingüística e nem somente um dispositivo heurístico para a testagem de hipóteses oriundas da Lingüística, temos de nos perguntar como a análise fonética, mas em especial a análise fonológica podem interagir com a análise sociolingüística tal como a estabelecemos nos capítulos anteriores. Só após abrir caminhos para possíveis respostas é que podemos nos dedicar à análise fonético-fonológica da variável.

Ao trabalho, então.

3.2. O natural e o social revisitados

3.2.1. O lugar do natural

Fizemos uma clara opção por uma sociolingüística radical. No entanto, ao privilegiar os aspectos não lingüísticos, ou não estruturais, do processo de variação, deixamos de lado o fato de que uma variável lingüística é duplamente configurada. É esta outra face do duplo que nos concerne aqui.

O cerne da questão é o embate entre o natural e o social na pesquisa sociolingüística. Pudemos assinalar como Labov reconhece o primado da estrutura lingüística, quando se trata de lugares em que as regras são categóricas. Este reconhecimento é bastante saudável, porque livra a sociolingüística de ter que explicar o inexplicável, gerando um modelo mais poderoso do que poderia sustentar-se. Porém uma tal abordagem nos deixa com um pé no bote e outro no cais: se nos processos de variação há uma total inter-relação entre a estrutura lingüística e seu exterior (exterior entendido aqui como parte integrante do fenômeno lingüístico), como é possível que, ao mesmo tempo, haja regiões desta estrutura intocáveis para este exterior? Como conceber a relação entre essas duas regiões da estrutura: a que varia – e portanto se abre para o exterior e a que não varia – imune às injunções sociais? Seria a língua uma espécie de bloco de gelo em contato com o ar quente, liqüefazendo-se na superfície enquanto no seu interior o estado sólido perdura? Mesmo esta língua-iceberg não nos é elucidativa como comparação, pois não há limite estrito entre a superfície e o interior no bloco de gelo derretendo-se; apenas podemos ter uma medida relativa desta separação, o que nos leva ao próprio relativismo com que se vê às voltas Labov.

Podemos assumir a hipótese de significado zero: toda a estrutura lingüística está sob controle das forças que geram as formas variantes. Nos lugares onde não varia, essas forças atribuem o significado zero, a indistinção como significado. Como os lugares em que pode vir a se dar variação são impossíveis de prever e, por princípio, temos que admitir que qualquer lugar da estrutura é passível de variação em algum momento da existência de uma dada língua, e como a emergência de formas variantes é o lugar da significação do sujeito, somos levados a admitir que aos lugares de estabilidade é permitido existir por esse mesmo

sujeito. Tal hipótese nos livra do incômodo apontado no parágrafo anterior e de um incômodo suplementar: o de ter que trabalhar com a idéia de uma relação positiva entre estrutura estável e sociedade, uma relação que nos levaria a buscar possíveis explicações de causa, que, no fundo, são indizíveis. Mais uma vez, talvez a Análise do Discurso nos socorra: estaríamos aqui diante do esquecimento 2 (cf. Pecheux, 1988). O signficado-zero seria parte desse esquecimento, que gera a ilusão de que tudo já é, já está lá, desde sempre.

Voltemo-nos agora para os lugares de variação. Esta tese trabalha com a idéia de que há condicionamentos estruturais que governam o processo de variação, como se poderá ver no próximo capítulo. Isto implica o reconhecimento de que a língua tem a sua ordem própria de funcionamento; há algo na língua que é o seu natural, que a leva engessar-se em si mesma, seja ele decorrente de propriedades do cérebro, de características físico-articulatórias, ou simplesmente, como os outros sistemas naturais, do fato de ser estrutura. Assim, o apropriar-se dessa estrutura pelo sujeito no processo de identidade – que instaura o processo de variação - leva a uma tensão entre duas ordens de força: o natural, que leva o sistema à estabilidade, e o social (entendido aqui discursivamente) que o leva à instabilidade.

Na seção 2.2, dispusemos que a língua, como estrutura, não teria por que variar e mudar, pois uma estrutura não pode, ao mesmo tempo, tender para a estabilidade e para a instabilidade. Assim, a fonte da variação necessariamente teria que estar fora dela. Este fora nada mais é do que a estrutura tomada em um outro plano, o plano simbólico. Uma vez que o sistema entra em desequilíbrio, o fato de ser uma estrutura leva a que as relações intrínsecas a ele procurem recolocar o ponto de desequilíbrio de novo no sistema de relações. Isto decorreria da própria natureza desse sistema, um processo de reverberação autônoma, reposicionando, rearranjando os elementos em funcionamento uns com os outros. É nesse sentido que entendemos a atuação de fatores condicionadores lingüísticos. Sua atuação seria a resposta das porções do sistema afetadas pela instabilidade, buscando o equilíbrio. Assim, os fatores condicionadores não "empurram" a variação para uma direção adiante, para o sistema transformar-se em outro. Ao contrário, atuam no sentido de recolocar, novamente, as formas variantes em concorrência no seu lugar no sistema. Porém, uma vez que a instabilidade foi instaurada, o efeito dessa atuação passa a ser

necessariamente, o de uma alteração. Temos, então, a impressão de que as forças lingüísticas atuam "empurrando" as formas variantes numa ou noutra direção, porém essa direção seria, na verdade, uma volta do sistema a si mesmo.

Uma pedra no lago. Até antes que o toque, o lago está em equilíbrio, ainda que se percebam oscilações na superfície e no seu interior. Tais oscilações são incapazes de alterar o equilíbrio, estando mesmo assimiladas por esse equilíbrio. A pedra ferindo a superfície cria uma onda de choques, reverbera em todo o lago. O que observamos em seguida é a instabilidade sendo assimilada: as marolas criadas vão aos poucos refluindo até que o equilíbrio volte novamente. Assim seria a atuação do sistema lingüístico sobre o processo de variação. Mas o lago da língua estaria, constantemente, recebendo as pedradas do sujeito no seu processo de identificação. É isto que torna o sistema heterogêneo. A homogeneidade pretendida pela lingüística estrutural termina por não acontecer, e, se a língua é sistema, devemos entendê-lo não como o produto estável, mas como um vir-a-ser que nunca se dá. Dito de outra maneira, é inerente à língua, por ser sistema, tender à estabilidade, mas esta nunca se dá de fato. No plano simbólico, para onde esse sistema é transportado por força da sua relação com o sujeitos falantes e sua identidade, o que temos é uma luta entre essas duas ordens na prevalência do processo: a do lingüístico e a do simbólico.

Ao sociolingüista cabe a ingrata tarefa de decidir, nesse jogo de forças, para que lado está tendendo o equilíbrio: se para a estabilidade desejada pelo sistema, se para a saturação de sentidos de uma dada posição de sujeito. A sociolingüística laboviana acredita que seja possível desenovelar essas linhas que se cruzam e recruzam. O que temos que ter claro é que há momentos em que é indecidível saber se o resultado do processo de variação se deve à atuação de uma ou outra ordem. Há momentos em que temos que nos conformar com essa indecidibilidade.

3.2.2. A sociolingüística e a lingüística – o móbile e o véu

Na seção anterior, tentamos entender a língua como sistema natural atuando sobre o processo de variação. O problema desta seção é outro: a relação com a qual a sociolingüística tem que lidar é com os sistemas teóricos postulados como descrições-

explicações da língua, já que a sociolingüística não dispõe, ela própria, de um modelo para essas relações. Não tendo um tal modelo, termina por apropriar-se de modelos outros, quando se trata de entender o jogo das forças lingüísticas. Operando na abstração da instabilidade e no plano estritamente do sistema lingüístico, os modelos formais da lingüística são tentativas de elaboração de tal sistema estrutural, capturando no âmbito de um modelo explicativo as relações que se dão no interior do sistema. Como teorias para o funcionamento da língua, estabelecem um conjunto de enunciados no âmbito dos quais criam entidades que assumem vida própria, sob o regime desse conjunto de enunciados. Noções como *fonema*, *nome*, *verbo*, *morfema* se relacionam em planos desse sistema, que é engendrado em hipóteses mais amplas que constituem a base do conjunto de enunciados que se organizam como teoria.

A questão que emerge é: se a sociolingüística postula também a existência de seus mostrinhos com vida no interior do conjunto de enunciados que a constitui (como as noções de *variável* e de *formas variantes*), pode ela trazer as criaturinhas de outros modelos para o interior das suas formulações? Como se trata de *scripts* diferentes, poderão os personagens de um filme atuar em outro? É como se estivéssemos naquele filme em que Aurora Miranda contracena com Zé Carioca e o Pato Donald, entidades de funcionamentos diferentes compartilhando o mesmo espaço: os personagens de desenho animado tudo podem, enquanto os personagens de filme têm o compromisso com a verossimilhança dos humanos. O filme só funciona porque o entendemos como uma alegoria, como a suspensão desta verossimilhança para adentrar em um outro mundo fantástico.

Tomemos um exemplo. As sintaxes formais operam com a idéia de que o sujeito é uma posição sintática. Assim, em frases como:

1) Cantamos muito.

tais modelos vão dizer que há um sujeito gramatical – ele estaria lá "de fato" - ocupando a posição sintática de sujeito, mas não tem forma fonética. Se um variacionista quer saber a proporção de frases do tipo acima e do tipo:

2) Nós cantamos muito.

em uma dada comunidade, não necessariamente precisa trabalhar com a idéia de que numa o sujeito está foneticamente realizado e noutra ele está foneticamente vazio. Os tipos de frases que cabem numa e noutra **variante** poderiam ser definidos como de sujeito realizado X sujeito inexistente (com argumento marcado na morfologia). Assim, quando de uma pesquisa hipotética como esta, o variacionista trabalha com a idéia de que a oposição entre sujeito foneticamente realizado X sujeito foneticamente não realizado, já está presente o gesto de apropriação de uma certa concepção de sintaxe - a que prevê uma posição sintática para frases como 2, por mais que possa parecer uma simples questão de nomenclatura.

A apropriação avança quando se propõem fatores condicionadores de natureza estrutural. No caso do exemplo acima, o projeto de observação seguramente irá propor uma relação entre tal variável dependente e a presença de flexão verbal de primeira pessoa do plural. O desenho da pesquisa apontaria para o fato de que haveria uma relação entre uma ocorrência e outra. Estamos aí no nível do imbricamento entre propriedades estruturais, próprio dos sistemas lingüísticos. O que significa este gesto? Qual é o limite para a apropriação de relações estabelecidas em outros modelos da lingüística? Em Labov (1972) essa questão é resolvida expandindo-se, como vimos a noção de regras gramaticais e a competência do falante. Mas esse gesto, como sabemos, implica uma enorme redução da Teoria Gerativa, no caso, a um modelo realista e behaviorista de funcionamento, o que produz um resultado nulo em termos dos conceitos ali expressos: não são nem verdadeiros nem falsos em relação ao mundo, nem são verdadeiros nem falsos em relação ao modelo de origem das categorias (no caso a Teoria Gerativa).

Porém há algo neste movimento da sociolingüística que acaba sendo válido: o reconhecimento de que a lingüística formal diz algo sobre a língua que é preciso levar em consideração. Mais ainda: que de alguma maneira compartilhamos o mesmo objeto de estudo e que, quando qualquer modelo aponta para certas conexões, ainda que no quadro mais geral este modelo vá enfeixar tais correlações em hipóteses mais amplas que formam um todo fechado em si mesmo, tal modelo toca em uma relação possível de se dar de fato.

Assim, se a sociolingüística não inventa, nem quis inventar toda uma lingüística nova, até onde pode ir na apropriação de categorias oriundas de outros modelos formais?

A forma como estamos vendo tal apropriação comportaria os seguintes passos:

1) O gesto de apropriação corta um caminho enorme na sociolingüística. Não há um outro modelo de lingüística para a sociolingüística. Assim, no estágio que estamos do conhecimento, o primeiro passo é reconhecer a apropriação.

2) O segundo passo é extrair dos modelos as correlações que eles estabelecem entre formas observáveis. Tanto a sociolingüística como qualquer lingüística fazem previsões a respeito de enunciados da língua. Assim, no exemplo acima, há inúmeras frases, previsíveis a partir de qualquer modelo, das quais se estará falando. As correlações que os modelos estabelecem dizem respeito também a outros enunciados possíveis. Desta forma, tais correlações são recuperáveis nestes outros enunciados possíveis. São essas correlações que interessam ao sociolingüista. Elas tocam o mistério do funcionamento da língua, no qual a sociolingüística também toca.

3) O terceiro passo não é um passo no sentido estrito do termo, mas um passo restritivo: avançar nos núcleos duros das teorias implicaria a construção de uma terceira teoria, que não seria nem a sociolingüística nem o modelo do qual se apropriou uma certa correlação. Como isto não se dá, não cabe à sociolingüística nem confirmar ou refutar tais hipóteses centrais e nem colocá-las no interior do funcionamento sociolingüístico. Noutras palavras, uma noção como a de competência não se põe. Calamos.

Talvez uma forma de entender o que estamos postulando fosse apelar para uma comparação. A estrutura de uma língua seria um móbile, desses de quarto de bebê. Os pingentes nas pontas das linhas estão relacionados uns com os outros, por meio de linhas e hastes. Só que logo acima desses penduricalhos há um véu, no plano horizontal que não nos permite ver nem as linhas nem as hastes. Assim, não há como, da perspectiva do bebê, nem saber se os pingentes integram um único móbile ou se fazem parte de móbiles diferentes,

nem mesmo se estão relacionados ou são entidades completamente autônomas. Quando balançamos um dos elementos pendurados e visíveis, os demais são afetados pelo movimento, mas de formas diferentes. Uma teoria se dá a dupla tarefa de descobrir tais interrelações e, ao mesmo tempo, conceber um modelo de funcionamento para o móbile. Conforme o modelo adotado, algumas peças abaixo do véu que se imaginavam inertes podem se mover, desde que o pesquisador proponha o movimento adequado, capturando-se, assim, uma relação desapercebida por outras visões. E a maneira como se dão as relações descobertas vai variar de modelo a modelo teórico, porque o véu é indevassável.

O que a sociolingüística faz é se apropriar dessas relações descobertas, sem no entanto, entrar no mérito de como as hastes e linhas se interrelacionam, mas especialmente sem levar em consideração as hipóteses mais gerais para a própria constituição do móbile. Esse passo além deveria estar interditado porque, quando tomamos tais relações como fatores condicionadores, estamos operando com o sistema como força à estabilidade, não como estabilidade plena, que é a hipótese central dos modelos de Lingüística formal. Rajagopalan (1993) comenta a postura explicitada por Tarallo (1986), chamando a atenção para o fato de que a alegada não ortodoxia de Tarallo (1986) poderia ter algo de positivo, se observada à luz do "casuísmo", segundo Josen e Toulmin (1988) **apud** Rajagopalan (1993), porque se permitia lidar com hesitações que precisamos ter com os mistérios da língua. É aqui que a sociolingüística tem, a meu ver, seu ponto forte. Ao fugir de uma ortodoxia epistemológica estrita, pode se dar os mistérios da língua como questão, ainda que não avance na solução desses mistérios.

Nos trabalhos de Tarallo (1986) e Tarallo e Kato (1989) esse movimento de apropriação avança consideravelmente. De positivo há o gesto de explicitação de uma tal apropriação, procurando elaborá-la. Ao propor uma sociolingüística paramétrica, retiram do modelo de Princípios e Parâmetros a hipótese de que a diferença entre as línguas se deveria a parâmetros gramaticais inatos que seriam acionados quando do contato da criança com dada língua. Essa hipótese ganha novas cores quando deslocada por Kato e Tarallo (1989) para o âmbito da variação e mudança no interior de uma dada língua, permitindo relacionar conjuntos de propriedades que mudariam conjuntamente, porque estariam enfeixados na marcação de um dado parâmetro.

Tarallo (1986) comparou esse movimento de apropriação a Zelig, o camaleão – um personagem célebre de Wood Allen, inspirado em um caso célebre da psiquiatria, que assimilava a personalidade das pessoas com quem se envolvia. Essa postura foi duramente criticada por Borges Neto e Muller (1987), que apontaram uma certa leviandade nela contida, que interpretaram como falta de rigor científico que levaria a uma irracionalidade que extrapolava os modos de operação da ciência. O caso é exemplar para o que estamos tentando argumentar aqui. Quando Kato e Tarallo (1989) trazem a noção de parâmetro para o estudo da variação e da mudança no português do Brasil, necessariamente estariam trazendo a hipótese inatista embutida na noção. A hipótese de parâmetros inatos – e por conseguinte a de mudança centrada na aquisição - é incompatível com a sociolingüística laboviana, pois exclui a possibilidade da atuação do jogo social.[1] No entanto, a hipótese da existência de parâmetros propõe a correlação de uma série de propriedades estruturais, fazendo previsões a respeito de enunciados da língua. Aqui estaria, a meu ver, o limite de tal apropriação e, ao mesmo tempo, a sua justeza: independentemente do fato de deverem ou não a propriedades herdadas geneticamente, as correlações apontadas pelo modelo de Princípios e Parâmetros podem ser válidas. Ao colocá-las em jogo no processo de variação e mudança, a sociolingüística estaria apontando para uma possibilidade, porque a língua tem lá a sua ordem, talvez inacessível ao conhecimento, mas não desprezível para a tentativa dos fenômenos de variação. Poderíamos dizer que a sociolingüística é, nesse caso, um jogo de mistérios.

Um outro exemplo interessante desse jogo de apropriações é o trabalho de Guy (1991). Ele volta ao exame da simplificação dos *clusters* consonantais do inglês, objeto de trabalhos anteriores, nos quais pode estar envolvida a realização morfêmica do tempo passado. Nesse trabalho, Guy (1991) desenvolve uma refinada estatística para testar hipóteses da Fonologia Lexical. Esse modelo trabalha com a idéia de que há regras fonológicas sensíveis aos níveis lexicais e regras fonológicas que se aplicam somente no *output* fonético. Mais ainda, que haveria regras cíclicas, reaplicando-se a cada nível lexical. O que Guy (1991) fez foi testar a relevância estatística de regras que teriam que se

[1] É preciso ressalvar que em Labov (1972) há uma tentativa de separar o núcleo mais coeso da gramática de uma língua de sua superfície de variação. O primeiro, segundo ele, seria adquirido nos primeiros anos de vida,

reaplicar. Ele encontrou resultados muito interessantes: os itens lexicais nos quais estaria envolvida mais de uma operação segundo a Fonologia Lexical foram aqueles que apresentavam menor probalilidade de queda da consoante final e simplificação do *cluster* consonantal (cf. Guy, 1991, pp. 10-11).

Nossa questão é como interpretar resultados como esse. Em primeiro lugar: a hipótese de níveis lexicais estaria confirmada, nesse caso? Para a sociolingüística, esta seria uma questão que não se põe, porque *confirmar* uma tal hipótese implicaria formular uma hipótese para o fato de como tais níveis operariam no processo de variação. Guy (1991) arrisca uma redução ao realismo psicológico: como há mais de uma operação fonológica, a complexidade do arranjo estrutural atuaria como um bloqueador da queda (que não é um bloqueador absoluto, já que, mesmo nesses contextos a variação ainda se faz presente). Esse tipo de resposta, a nosso ver, avança o sinal na apropriação de outras teorias e nos conduzem, como assinalaram Borges Neto e Muller (1987) à irracionalidade. Ou, dito de outra forma, trata-se de uma hipótese espúria, que não precisa se dar. À sociolingüística bastaria apontar uma correlação estrutural relevante, uma haste do móbile que, de alguma forma, atua no sentido de procurar trazer a instabilidade para a estabilidade.

3.2.3. Fechando essas considerações iniciais

Nas próximas seções estaremos explorando tanto hipóteses oriundas da Fonologia Autossegmental para o tratamento do processo de palatalização, bem como hipóteses que se podem extrair da fonética articulatória e acústica. Do que foi exposto nas seções anteriores, temos que a discussão que segue nos levará a uma apropriação de hipóteses que tentam dar conta do funcionamento lingüístico na sua ordem natural. O fenômeno de variação como um todo não se explica somente nesse ordem, mas é, como vimos, uma tensão entre as duas ordens envolvidas.

Reconhecer os limites de cada teoria talvez seja o passo mais decisivo na busca de explicações. O véu do móbile nunca se remove.

---

enquanto a segunda participaria efetivamente do jogo social. (cf. Labov, 1972, p.)

3.3. A Fonologia da Palatalização

3.3.1. A realização das consoantes oclusivas alveolares no dialeto de Florianópolis

Como já apontamos na seção 1.1.4.1., no dialeto de Florianópolis, as oclusivas /t/ e /d/, diante de vogal alta anterior estão em variação. Tal como em outros dialetos do Brasil, a vogal que engatilha o processo de variação tanto pode ser fonologicamente a alta anterior /i/, como o glide [y] quanto a vogal oriunda de elevação de vogal média, /e/. Assim, retomando os exemplos já mencionados, encontramos variação na realização das consoantes oclusivas alveolares em palavras como:

tímido

pente

índio

Em tais contextos, a realização das consoantes /t/ e /d/ tanto pode ser:

- uma oclusiva dental/alveolar: [t] ou [d], como em ['timidʊ], ['pẽtɪ] ['ĩdɪʊ];
- uma oclusiva dental/alveolar com efeito de aspiração: ['t^{h}imidʊ], ['pẽt^{h}ɪ], ['ĩ d^{h}ɪʊ] ;
- uma africada alveolar – [ts], [dz]: ['tsimidʊ], ['pẽtsɪ], ['ĩdzɪʊ];
- uma africada palato-alveolar – [tʃ], [dʒ] : ['tʃimidʊ], ['pẽtʃɪ], ['ĩdʒɪʊ]

Além dessas realizações é possível perceber a ocorrência de africadas que soam "intermediárias" entre a africada palato-alveolar e a africada aveolar. Essas realizações, em geral se caracterizam por serem apicais, ou seja, com apenas o ápice da língua tocando a região dos alvéolos. Para efeito da pesquisa quantitativa que será objeto no próximo capítulo, a realização das oclusivas alveolares aspiradas foi considerada ou simplesmente

alveolar (ou seja, sem africação) ou uma africada alveolar conforme o grau de estridência. O critério para a inclusão de tal realização em uma ou outra variante foi auditivo e, muitas vezes, não era possível distingüir entre o efeito de aspiração e a realização africada alveolar. Também a última realização mencionada acima foi incluída entre as africadas palato-alveolares todas as vezes em que, impressionisticamente, soava como tal, embora nem sempre coincidisse com uma realização propriamente palato-alveolar.

Há dois outros fenômenos no que toca à realização das consoantes /t/ e /d/ no dialeto falado em Florianópolis que são dignos de nota:

1) A realização palatalizada de tais consoantes, quando precedidas de glide anterior [y] e seguidas de vogal posterior, em palavras como **doido** e **oito.** Neste caso, tanto se pode perceber uma articulação secundária na forma de um glide anterior, quanto a ocorrência de uma africada palato-alveolar: ['oyt^{y}ʊ], ['doyd^{y}ʊ], ['oytʃʊ] ['doydʒʊ]. Estas possibilidades não são muito freqüentes nem se dão na maioria dos falantes nativos, mas se ouvem aqui e ali, em geral nos falantes de regiões mais afastadas e foram atestadas por Furlan (1989).

2) Também é possível que tais consoantes apareçam em posições de coda silábica, seja por apagamento da vogal anterior que se lhes segue, seja pela ausência de vogal epêntética que costuma desfazer, no português do Brasil, seqüências consonantais em que ocorram. Por exemplo, em palavras como **administrar** e **pente**, podemos ter as seguintes realizações: [adminiʃ'trax] e [pẽt]. Tais realizações não são as mais freqüentes, como se poderá ver no próximo capítulo, e envolvem outras regras do dialeto, em especial, uma regra de apagamento da vogal anterior que será examinada posteriormente.

Nos trabalhos que tratam da realização das oclusivas alveolares em português, como Hora (1990), Hora (1993) , Monaretto, Quednau e Hora (1996), Cagliari (1997), em geral só se consideram as realizações dental/alveolar /t/, /d/ e a realização palato-alveolar [tʃ] [dʒ], o que leva os autores, em geral, a tratar do processo como uma regra de palatalização. Esse termo, como poderemos ver a seguir, costuma ser utilizado

indistintamente para descrever processos que envolvem as vogais anteriores, embora, por vezes, resultem deles consoantes africadas alveolares [ts] ou mesmo fricativas alveolares (cf. Bhat, 1978 , Calabrese, 1996). No caso de Florianópolis, se a realização aspirada por vezes não se distingue claramente da africada alveolar, esta última é claramente identificável na fala dos falantes nativos, distinguindo-se tanto da realização não africada quanto da realização africada palato-alveolar, especialmente quando ocorre em contextos acentuados. Como esta realização tem uma produtividade muito alta (cf. capítulo 4), se vamos investigar que tratamento fonológico se pode propor para uma possível regra de assimilação da vogal alta anterior pelas oclusivas alveolares, temos de levar em consideração as duas possibilidades de resultado de tal processo assimilatório: uma africada alveolar [ts, dz] ou uma africada palato-alveolar [tʃ] , [dʒ], além da possibilidade de aspiração da consoante. Esta tripla possibilidade de realização será crucial para a argumentação nas seções seguintes e, como teremos oportunidade de ver, tem sido negligenciada nos estudos sobre a assimilação de vogais anteriores, seja por consoantes coronais seja por consoantes velares.

3.3.2. Geometria de Traços

A fonologia gerativa pós Chomsky e Halle (1969) tem se desenvolvido não só no refinamento de como tratar os traços, como também na abrangência do que cai sob o escopo dos sistemas fonológicos. Assim, temos visto nos últimos anos o desenvolvimento da Fonologia Métrica, da Fonologia Lexical, da Fonologia Autossegmental e da Geometria de Traços. A Fonologia Métrica ampliou o campo de investigação, propondo o tratamento fonológico para fenômenos suprassegmentais, ao mesmo tempo em que se investiga a relação destes com processos segmentais. A Fonologia Lexical, como o próprio rótulo indica, procura investigar a íntima relação entre a estrutura morfológica das línguas e a estrutura fonológica. Ambas procuram dar conta, de maneira mais abrangente, de intuições presentes no *Sound Patterns of English*. Já a Fonologia Autossegmental (cf. Goldsmith, 1976) propôs uma alteração radical na forma de investigar a relação entre traços e segmentos, já que trouxe a possibilidade de tratar traços fonológicos e segmentos de

maneira independente. A partir das propostas desta última, a Geometria de Traços (Clements, 1976, 1989 e Clements e Hume, 1995) trouxe a hipótese de que os traços fonológicos que compõem um dado segmento estão estruturados em níveis hierarquizados, de tal maneira que os processos fonológicos se pautariam por tais níveis, que seriam parte da Gramática Universal.

A investigação que fazemos se coloca sob o escopo da Geometria de Traços, que vem experimentando nos últimos 20 anos um grande desenvolvimento, passando por inúmeras reanálises e refinamentos, no que respeita à forma como os traços são hierarquizados, bem como a que traços são pertinentes nessa estrutura. Especialmente nos processos assimilatórios, a Geometria de Traços tem grande poder explicativo, uma vez que se podem motivar e descrever tais processos não mais como uma mera transformação de um traço em outro, mas como uma assimilação de fato: de que maneira um dado segmento **assimila** um traço de outro segmento, alterando-se e como tais processos assimilatórios são previsíveis a partir de um sistema hierárquico universal.

Da Fonologia Autossegmental, o principal conceito de que se vale a Geometria de traços é o de *tier*. Esse conceito foi proposto por Goldsmith (1976, 1979) para dar conta do funcionamento do tom em línguas tonais. Um *tier* é uma espécie de canal, de faixa, em que um determinado tipo de traço realiza seus processos. Assim, um auto-segmento tem um funcionamento à parte do segmento propriamente, ligando-se a ele ou dele desligando-se, segundo as regras fonológicas das línguas. No caso das línguas tonais, é possível explicar, de maneira bastante simples, estruturas em que dois tons se sucedem em uma mesma vogal, ou outras, nas quais duas vogais diferentes são associadas a um mesmo tom.

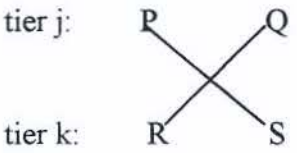
A relação entre o segmento propriamente e seus traços passa a ser a de um ponto na cadeia fonológica – esse próprio ponto como parte de um *tier* - ligado aos planos constituídos pelos *tiers* onde se localizam os traços. A metáfora de um livro aberto, em Goldsmith (1990) é a melhor imagem para esta relação: as páginas constituiriam cada plano dos *tiers* de cada traço, sendo que estariam todas unidas ao *tier* da raiz do segmento. Um dado segmento realiza um determinado traço se estiver ligado a ele por uma *linha de associação*. São essas mesmas linhas de associação que irão representar os processos de assimilação: novos traços são associados e os traços originais são desligados.

Esse tipo de abordagem gerou novos princípios postulados como universais em Fonologia. O mais importante talvez seja o princípio de não cruzamento das linhas de associação (Goldsmith, 1976). Em Clements e Hume (1995) tem a seguinte formulação:

> *No-Crossing Constraint (NCC)*
> *Association lines linking two elements on tier* **j** *to two elements on tier* **k** *may not cross.*
> (Clements e Hume, 1993, p. 19)

O princípio implica que estruturas como (1) abaixo seriam proibidas:

(1)



Na prática, significa que não se pode ter, por exemplo, uma assimilação vocálica sobre um segmento vocálico, ou uma assimilação consonantal sobre um segmento consonantal, por exemplo. Tal princípio indica que os processos de assimilação obedeceriam a uma rigorosa adjacência, nos níveis dos *tiers*.

Embora represente um grande avanço em relação à concepção original da relação entre os traços e os segmentos, essa concepção ainda abre mão de uma estrutura completamente autônoma para os traços. A ênfase na ligação ou desligamento de traços se dá quando se trata de explicar processos fonológicos como assimilação, dissimilação ou reduplicação de segmentos. Porém os traços devem sempre estar ligados a uma dada *posição esqueletal* (o *tier* das unidades segmentais), do contrário não têm existência fonológica no item lexical. Isso implica que ainda se continua operando com a idéia de que, no léxico, os segmentos das formas básicas estão associados aos traços por meio de linhas de associação. Uma hipótese de autossegmentação radical ainda não tentada seria aquela em que as linhas de associação só se instauram quando da implementação fonética, mas isto

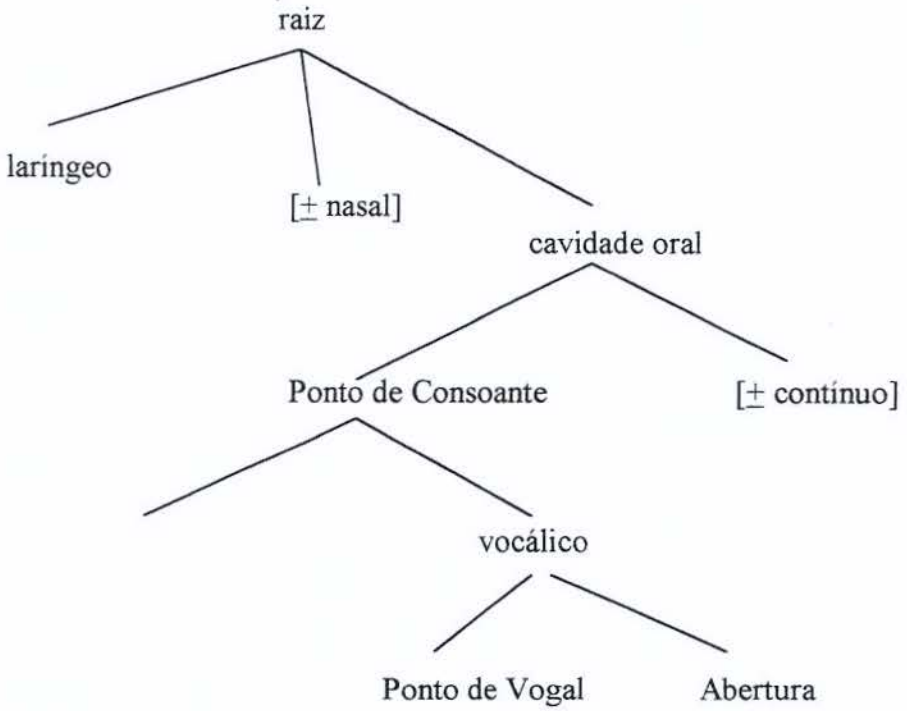
implicaria abandonar a idéia de uma forma base constituída de uma seqüência de "fonemas" ligados aos respectivos traços e, por conseguinte, repensar a própria fonologia lexical, o que não é o objetivo deste trabalho.

Clements (1985), partindo das hipóteses centrais da Fonologia Autossegmental, vai propor que os traços sejam hierarquizados em constituintes. É esse modelo que tem sido denominado de Geometria de Traços. Seu principal mérito é o de dar forma à intuição de que os processos fonológicos tanto podem afetar traços isolados como conjunto de traços. É a partir do estudo de como os processos afetam os traços isoladamente ou em conjunto, que se propõe uma estrutura hierarquizada na qual estão enfeixados. Assim, por exemplo, se um segmento pode assimilar somente o ponto de articulação, isto quer dizer que o ponto constitui um constituinte da estrutura. Se, porém, é possível assimilar ponto e modo, então esses dois tipos de traços devem estar dispostos na estrutura, ligados a um nódulo, de tal maneira que se possa ter o processo de assimilação sem recorrer a duas regras, mas apenas a uma delas.

Com base nessa hipótese central, uma grande quantidade de trabalhos se dedicou a investigar quais seriam os traços universais e a forma como estariam organizados na estrutura. Nesse sentido, o trabalho de Clements (1989) e Clements e Hume (1995) apresentou um avanço notável nesse sistema: a postulação de um mesmo conjunto de traços para representar vogais e consoantes. Essa proposta permitiu a descrição bastante econômica e sistemática de processos assimilatórios de vogais para consoantes, da mesma maneira que permitiu fornecer uma elegante descrição de segmentos com duas articulações, como é o caso de consoantes palatalizadas. Em Clements e Hume (1995) a estrutura básica de um segmento é se encontra em (2), adiante.

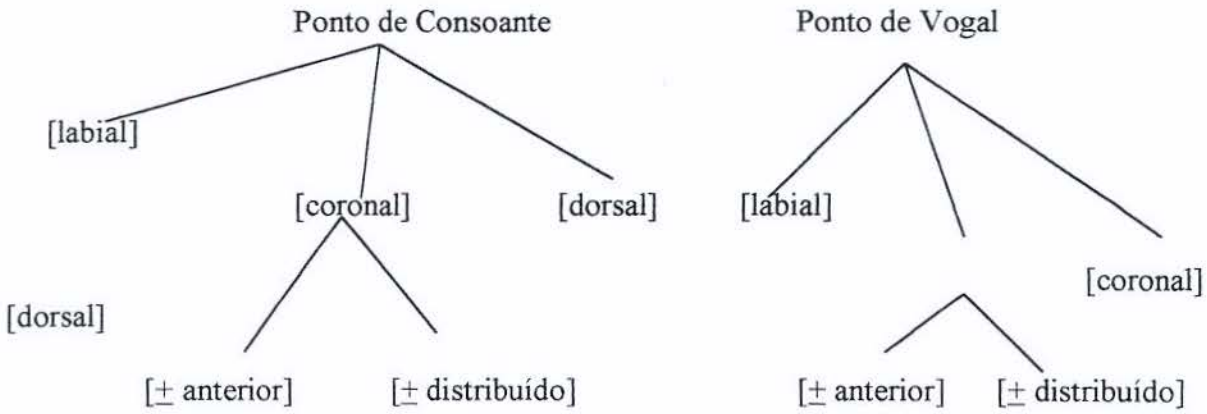
Tanto vogais quanto consoantes teriam a mesma estrutura. Na estrutura representada em (2), consoantes sem articulação secundária não teriam traços ligados ao nó vocálico; já vogais não teriam os traços de ponto de consoantes ligados, somente os traços sob o nó vocálico. O interessante é que, por meio dessa estrutura, podemos descrever segmentos com articulação secundária, como [k^y] ou [p^y]: teriam tanto os traços de Ponto de Consoante, quanto os traços do nó vocálico.

(2)



A identidade entre vogais e consoantes também se manifesta pelos traços de ponto de articulação, tanto vocálicos quanto consonantais, que seriam os mesmos. Assim, temos, como complementação da estrutura acima, os nódulos de Ponto de Consoante e Ponto de Vogal, com as suas ramificações:

(3)

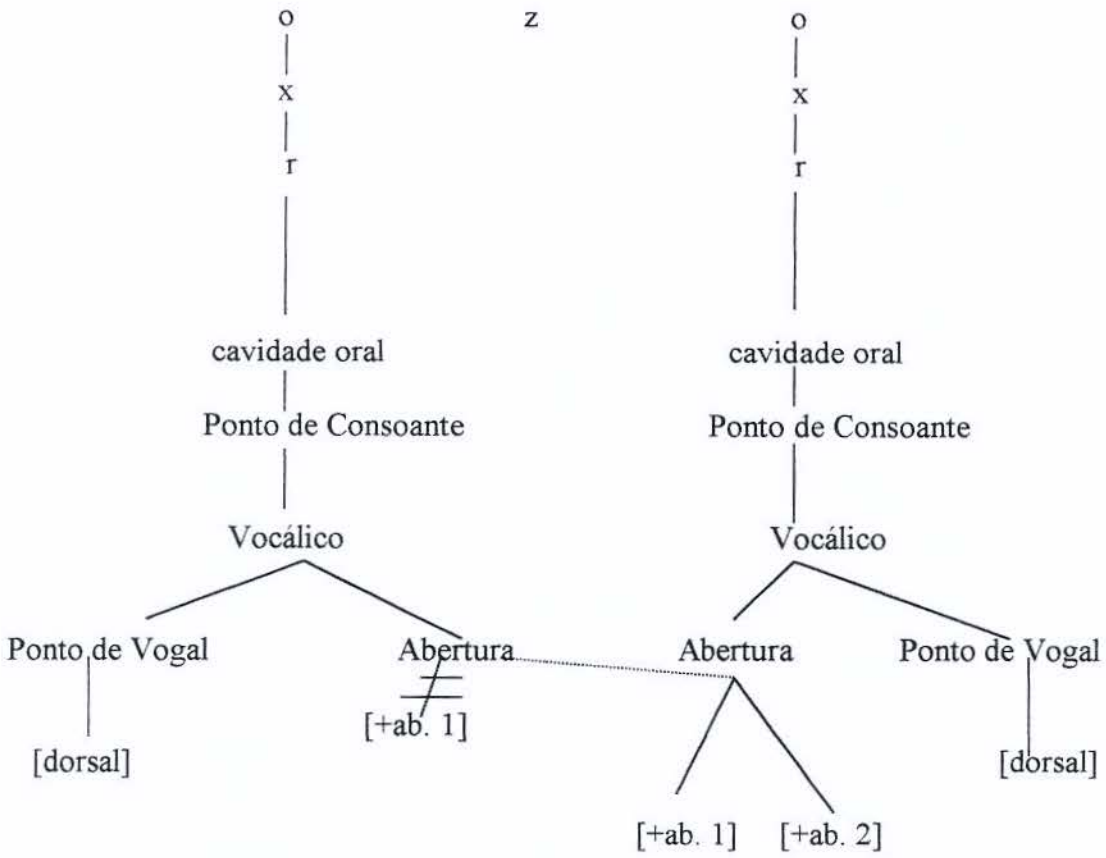


A motivação para a proposição de tal sistema de traços pode ser encontrada em Clements (1989) e Clements e Hume (1995). Pela proposta de traços unificados de consoantes e vogais podemos dar conta, de maneira mais convincente, de processos assimilatórios envolvendo vogais e consoantes, como já dissemos. No entanto, como já assinalaram Lahiri e Evers (1991), comentando Clements (1989), ainda há traços exclusivos de vogais, como é o caso do nó de abertura, que contaria com um sistema de marcação de abertura permitindo inúmeras combinações segundo o sistema de cada língua: [± aberto 1], [± aberto 2] [± aberto 3].

Ainda explicitando a estrutura básica mostrada acima, temos que o nó laríngeo domina os traços [spread] [constricted] [± voiced] e temos que os traços [sonorante] [aproximante] e [vocóide] estariam conectados diretamente à raiz. Em relação ao nó laríngeo, o traço [± voiced] dá conta de segmentos vozeados e não vozeados, o traço [spread] dá conta de consoantes laringais como [h] e de consoantes aspiradas [t^h, p^h], e o traço [constricted] dá conta da consoante glotal [ʔ], bem como de consoantes glotalizadas, como [$t^ʔ$]. Os termos em inglês *spread* e *constricted* referem-se à maneira como se apresenta a glote: "espalhada" ou "constrita". Bisol (1996) utiliza respectivamente os termos [glote não constrita] ou [aspirado] e [glote constrita] para os equivalentes em inglês.

Uma regra de assimilação, no modelo da Geometria de traços, é descrita por meio de associação e desligamento de traços nos segmentos envolvidos. Por exemplo, a harmonia vocálica que torna vogais abertas no dialeto de Vitória – ES quando há uma vogal seguinte aberta (**gostoso** X **gostosa** [gosˈtozʊ] X [gɔsˈtɔzɐ] seria descrita como em (4):

(4)



O espírito aqui é que se pode assimilar somente a abertura, sem necessariamente assimilar-se o ponto de articulação. Esse é exatamente o que ocorre quando se trata da regra de assimilação no dialeto citado, em que as vogais mudam o grau de abertura, sem, no entanto, alterarem o ponto de articulação. Ainda no mesmo dialeto, compare-se, por exemplo, **ecologia X ecológico**. A vogal anterior na primeira palavra é [e], que passa a [ɛ], em **ecológico**.

3.3.3. Quatro questões e um problema

Em Lahiri e Evers (1991) vamos encontrar um quadro resumido dos processos usualmente tratados pelo rótulo de palatalização, baseado no levantamento de Bhat (1978).

Segundo eles os processos de palatalização mais recorrentes poderiam ser assim arranjados:

> *a . The fronting of velars: Velar consonants are frequently fronted when followed by front vowels, especially [i] and [j]. The prototypical shift involves velar consonants becoming palato-alveolars, with a concomitant change of stops to africates. In Slavic, for instance, [k, g, x] becomes [tʃ, dʒ , ʃ] when followed by front vowels and [j]*
>
> *b. Change of place within the coronal consonants: Alveolar and dental consonants become palato-alveolar or prepalatal in the context of front vowels and [j]. Again, the stops usually becomes affricates, while the other consonants retain their manner of articulation. In Polish, for instance, the coronal consonants [t, d, s, z, r, n, l] become prepalatal consonants before front vowels and glides.*
>
> *c. Addition of secondary palatal articulation: Secondary palatal articulation can be added to any consonant. This process is seen to involve raising the central part of the tongue while keeping the main articulator intact (cf. Bhat, 1978:67). All places of articulation are thus subject to this alteration. This secondary articulation is reported to occur in the context of high front vowel [i[or [j] (Bhat, 1978:67), often with front glide off-glide articulation.*
>
> (Lahiri e Evers, 1991, pp. 80-81)

Veja que está excluída, no item **b**, a possibilidade de assimilação de consoantes coronais tendo como resultado africadas alveolares [ts] [dz], bem como, no item a, se exclui também a possibilidade de que o processo assimilatório sofrido por velares (item **a**) possa resultar, mais uma vez, em africadas alveolares. Tais possibilidades são atestadas por Bhat (1978), tendo sido examinadas por Calabrese (1996) (cf. Bhat, 1978, p.58 e Calabrese, 1996, p.66). O texto de Lahiri e Evers (1991) deixa entrever que africadas alveolares seriam um subproduto dos processos em **c**, mas obviamente, temos que considerar que não há alteração do ponto de articulação, o que coloca uma contradição entre este quadro sintético e o tratamento por eles proposto. Temos, então, que ter claro que os fenômenos normalmente descritos pelo rótulo de *palatalização* nem sempre correspondem a um deslocamento do articulador na direção do palato propriamente. Muitas vezes, como assinala o próprio Bhat (1978) temos apenas o efeito de espirantização, ou de africatização (cf. seção 3.3.5., adiante). Com relação à assimilação de ponto, tanto temos a anteriorização de consoantes velares, como a posteriorização de consoantes coronais (neste último caso, acompanhada, em geral, por uma elevação da língua).

Dadas as possibilidades acima, pode-se dizer que, nos trabalhos sobre palatalização nas últimas duas décadas no âmbito da Geometria de Traços, há quatro problemas com os quais os fonólogos deparam:

1) Como lidar da mesma maneira com a palatalização de consoantes velares e de consoantes coronais, especialmente as oclusivas. Nas primeiras, o gatilho do processo pode ser qualquer uma das vogais anteriores; nas segundas, o gatilho é a vogal alta [i] ou o glide [y]. Ou seja, enquanto que no primeiro caso a altura da vogal não é sempre relevante, no segundo caso, o é;

2) Como dar conta dos vários tipos de resultado do processo: uma consoante coronal, sem alteração do modo de articulação, uma consoante com articulação primária inalterada e uma articulação secundária coronal, uma consoante com modo alterado, em geral a passagem de oclusivas a africadas;

3) No caso das africadas como resultado do processo, como determinar a sua exata caracterização:

1. um subtipo das oclusivas;
2. um segmento complexo;
3. um segmento de contorno – e de que tipo

mas sobretudo, como dar conta de seu surgimento:

1. uma decorrência de valores fonológicos na região do palato;
2. uma decorrência de um processo de promoção, no qual uma articulação secundária passa a primária, associado a uma regra de fissão de segmento;
3. uma decorrência de um princípio de simplificação previsto na GU que geraria filtros previstos para cada língua ou conjunto de línguas.

4) Como explicar que, tendo o mesmo gatilho, o processo possa ter como resultado segmentos em pontos de articulação diferentes, como [ts] e [tʃ], como é o caso do dialeto de Florianópolis.

No mais das vezes, esses problemas estão relacionados uns aos outros, e a solução para um deles acaba estando imbricada na solução dos outros. Por exemplo, em Mester e Itô (1989) a palatalização de coronais é descrita como a simples associação do traço [-ant] ao segmento, que passa então a [CORONAL –ant]. Aplicado a oclusivas, tem como resultado necessariamente uma africada, já que obstruintes nessa região não há mais que uma em oposição à contínua / ʃ / (cf. Lahiri e Evers, 1991, p. 91). Assim, a africada, aqui, é uma decorrência fonológica da alteração de [+ant] para [-ant]. Para os mesmos autores, a palatalização das velares, que também tem em japonês uma africada coronal como resultado, implicaria a associação do traço coronal ao articulador primário da consoante. A emergência da africada palato-alveolar, por conseguinte, seguiria pela mesma razão acima: uma vez que coronal domina [-ant], teríamos como resultado da assimilação uma consoante [CORONAL – ant] que seria uma africada palato-alveolar. Porém, se aplicarmos uma tal análise a determinadas línguas neo-latinas com relação ao latim, não teremos como motivar o surgimento da africada alveolar [ts], a menos que façamos alguma estipulação *ad hoc* como fez Calabrese (1996) (cf. discussão mais adiante).

Do que nos interessa mais de perto, procuraremos discutir a palatalização em Florianópolis tentando separar o processo de africação do processo de assimilação do ponto de articulação, seguindo sugestão em Cagliari (1997) e Lahiri e Evers (1991). Como os dois *outputs* são possíveis, um "palatalizado" e outro não, não podemos fazer a opção de simplesmente gerar a africada a partir da alteração dos traços de ponto de articulação, como o fazem Mester e Itô (1989). Além de não dar conta do fenômeno em questão, tal análise perde uma correlação importante: a de saber por que as oclusivas, quando assimilam coronalidade, geram africadas. Ou, por outro lado, por que, em Florianópolis, a contigüidade de oclusivas dentais-alveolares e vogal alta gera uma africação, mesmo sem alterar a articulação primária da consoante, que se mantém [+ ant].

Mas não coloquemos a carroça adiante dos bois, nem os bois adiante do carreiro. Façamos um passeio pelas propostas para o tratamento da palatalização, no âmbito da Geometria de Traços, a fim de extrair delas as hipóteses mais coerentes e condizentes com os fatos que estamos tratando.

3.3.4. A proposta de Hora (1990)

Um tratamento interessante para o processo de palatalização no português do Brasil foi proposto por Hora (1990) e mais tarde expandido em Monaretto, Quednau e Hora (1996). Hora (1990) inspirando-se diretamente no trabalho de Mester e Itô (1989) propõe que a palatalização seria fruto do espraiamento do traço coronal da vogal [i] que, segundo ele, se aplicaria no vazio, uma vez que a consoante alveolar já vem marcada por tal traço, mas teria o efeito de converter o traço [+ ant] em [-ant], uma vez que todas as vogais seriam marcadas quanto a este último. O resultado seria um segmento [CORONAL –ant] (cf. Hora, 1990, pp.254-255). Em Monaretto, Quednau e Hora (1996), se acrescenta a essa proposta o processo de emergência de uma africada palato-alveolar, como um segmento de contorno, em decorrência da promoção da articulação secundária vocálica a primária.

A proposta apresenta problemas de formulação, já que não fica muito claro o estatuto da assimilação propriamente: se uma assimilação diretamente no *C-place* da consoante alterando a articulação primária (que parece ser o espírito da proposta de Hora, 1990), se a formação de uma articulação secundária no nódulo vocálico, que é então promovida a articulação primária do segmento de contorno a ser gerado (que parece ser o espírito em Monaretto, Quednau e Hora, 1996). Quer me parecer que, como a proposta de Hora (1990) está diretamente inspirada em Mester e Itô (1989), se trataria de uma alteração na articulação primária da consoante, que teria, segundo ele, o efeito de alterar o traço [+ant] para [-ant]. O próprio autor enfatiza este ponto:

> *Sob esta perspectiva, a palatalização das coronais é corretamente caracterizada como uma mudança na articulação primária, embora o contexto de aplicação exija referência à vogal (...) enquanto que a palatalização das não coronais é o acréscimo de uma articulação coronal secundária.*
>
> (Hora, 1990, p. 253)

Porém, como o trabalho seguinte se articula com Clements e Hume (1995), no qual a hipótese de segmento de contorno para as africadas é desenvolvida, se tratou de juntar as duas linhas de raciocínio.

Descartando-se esses problemas, a proposta, tal como está, não tem como explicar a africada alveolar, que é produzida no dialeto de Florianópolis e atestada também em muitas outras línguas. Qualquer proposta que se inspire no quadro de traços de Clements e Hume (1995), ou mesmo em Clements (1989), terá o mesmo tipo de problema. É que nesse quadro, as vogais são tratadas com os mesmos traços das consoantes, no que toca ao ponto de articulação. Quanto à altura, são tratadas em um nódulo específico, onde se combinam diversos graus de abertura. Nesse modelo, portanto, a assimilação que vogais como [i] operam sobre consoantes, sejam coronais sejam dorsais, terá que envolver o nódulo coronal e os traços colocados hierarquicamente sob ele, a saber: [anterior], [distribuído], já que o nó de abertura seria específico de vogais, não fazendo sentido, conceitualmente, uma assimilação de traços de abertura.

O traço [anterior] originalmente em Chomsky e Halle (1991) servia para distinguir a série de consoantes coronais. Assim, /s/ e / ʃ / podem ser distintos quanto a este traço, sendo a primeira consoante marcada como [+ant] e a segunda consoante, marcada como [-ant]. Fica relativamente fácil dar conta da palatalização das oclusivas alveolares, basta que estipulemos que as vogais são redundantemente marcadas como [-ant]. Foi o que propuseram Mester e Itô (1989). A questão é que se fica impossibilitado de dar conta da emergência de africadas alveolares, já que estas últimas teriam que ser marcadas como [+ant].

Calabrese (1996) lida exatamente com esse tipo de problema. O quadro por ele utilizado trata as vogais sob o nódulo dorsal. Assim, vogais anteriores são rotuladas de [DORSAL – back]. O processo de palatalização seria fruto da assimilação desses traços. Para dar conta da emergência de africadas coronais, é preciso estipular que:

[DORSAL – back] = [CORONAL + laminal- ant]
[CORONAL + laminal- ant] = [DORSAL – back]
(cf. Calabrese, 1996, p.69)

Essa estipulação já foi criticada por Clements e Hume (1995) como extremamente *ad hoc*, já que não há, no modelo, nenhuma previsão para a correlação entre um e outro conjunto de traços. Aliás, ela só é necessária porque Calabrese adota o sistema de traços de Sagey (1986), no qual as vogais são descritas no nódulo DORSAL, havendo a necessidade de um nódulo VELAR, para as consoante articuladas na mesma região da cavidade oral. Foi este tipo de problema que levou Clements a propor um sistema unificado de traços para vogais e consoantes. Mas o que nos interessa é o fato de que, tal como está, a estipulação prevê como saída uma africada palato-alveolar. O próprio Calabrese reconhece isto e para dar conta de mudanças como k > ts, se vê às voltas com outra estipulação:

> *Up until now, I have not accounted for the cases in which we obtain a dental or alveolar africate or fricative in the palatalization process. In order to solve this problem, I wil propose then in place of the equivalence in (10), another equivalence that in (28) may apply* ***under circumstances still to be studied****:*
>
> *(28) [DORSAL – back] = [CORONAL + laminal]/ [+consonantal, ___]*
> *[CORONAL + laminal]/ [+consonantal, _____] = [DORSAL – back]*
>
> (Calabrese, 1996, p. 77 – grifos nossos)

na qual, como se pode perceber, o traço [-ant] não consta, podendo-se, assim, dar conta do fato de que o *output* da regra seja uma africada (ou mesmo uma fricativa) alveolar e não palato-alveolar. Perde-se, porém, completamente o espírito da Geometria de Traços, já que se passa de uma a outra condição que envolve o ponto de articulação sem nenhuma motivação plausível. O próprio Calabrese reconhece isto, como se pode ver pelo trecho assinalado.

3.3.5. Africação, segmento de contorno e promoção de tier

Bhat (1978) distingue sob o rótulo de "palatalização" três processos distintos: elevação da língua, fronteamento e o que ele denominou de espirantização (ou seja, a africação ou fricatização do segmento envolvido no processo). O mais importante a destacar é o fato de que não vê este último como implicado nos demais, mas, ao contrário,

como um processo à parte que pode se combinar com os outros dois. Assim, temos uma série de possibilidades de resultados da "palatalização":

1) Espirantização ocorrendo sozinha - por exemplo o glide [y], em um ambiente palatal pode, em várias línguas, tornar-se uma fricativa ou uma consoante alveolar, tornar-se uma africada alveolar, como em Eslavo, Fante, Romeno (Bhat, 1978, pp. 57-58)

2) Espirantização ocorrendo juntamente com fronteamento e elevação - que são os casos mais retratados na literatura

3) Fronteamento e elevação ocorrendo **sem** espirantização - segundo Bhat (1978) essa possibilidade envolve normalmente consoantes nasais. Porém ele registra casos nos quais consoantes oclusivas são palatalizadas, sem a ocorrência de espirantização, como é o caso do Eslavo do Sul, da língua Acoma, do grego moderno. (cf. Bhat, 1978, p. 59-60)

Tanto Cagliari (1997) quanto Lahiri e Evers (1991) destacam, de um modo ou de outro, que a emergência de consoantes africadas como fruto do processo de palatalização precisa ser motivada teoricamente. A questão que se coloca é motivar o fato de que, enquanto que a palatalização de oclusivas resulta freqüentemente em africadas, a palatalização de outros tipos de consoantes não resulta, na grande maioria dos casos, em africação, conforme assinalam Bhat (1978, p. 59) , Calabrese (1996, p.67) e Lahiri e Evers (1991, p. 95) .

Em Clements (1989) e Clements e Hume (1995) o processo de palatalização de velares é descrito mediante a utilização do nódulo vocálico como articulação secundária. A assimilação do traço CORONAL da vogal anterior criaria essa articulação secundária, que se realizaria como um glide anterior, resultando segmentos como [k^y]. Para dar conta da passagem de [k^y] > [tʃ], Clements (1989) propõe a regra de *promoção de tier*. O traço secundário é elevado à categoria de traço primário, resultando assim o desligamento do traço DORSAL da consoante, que passa a ser ligado a [CORONAL]. Como CORONAL domina [-ant], que é atribuído redundantemente às vogais, temos a emergência de

consoantes africadas como [tʃ]. A operação que resultaria em uma africada não tem maiores motivações em Clements (1989) e Clements e Hume (1995) (cf. Clements e Hume, 1995, pp-44-45), como aliás assinala Cagliari (1997). Aparentemente, se trataria de uma decorrência dos próprios valores fonológicos na região do palato, que não dispõe, nas línguas, de uma grande variedade de oposições, como assinalam Lahiri e Evers (1991, p. 91). Como esse tipo de proposta deixa entrever que a passagem de [k] a [tʃ] implica sempre a existência de uma consoante com articulação secundária, Clements e Hume (1995) advogam a possibilidade de que a assimilação de coronal se dê diretamente na raiz, desligando-se de ponto de consoante de DORSAL, ligando-se em [CORONAL – ant], que é, aliás, a mesma proposta de Mester e Itô (1991). A emergência da africada seguiria o mesmo caminho.

Cagliari (1997) ataca o problema sob seus aspectos fonéticos: uma alteração de ponto, por si só, não motivaria a emergência de uma africada (cf. Cagliari, 1997, p. 55); Lahiri e Evers (1991) destacam que o processo de palatalização leva a uma alta concentração de energia na região anterior da cavidade bucal, especialmente se envolvem consoantes oclusivas alveolares; é esta alta concentração de energia que seria a responsável pela africação. Além disso, no caso da palatalização de velares, apontam para o fato de que a operação de promoção de *tier* não tem nenhuma motivação. A pergunta que fazem é: por que a operação de promoção se daria? A pergunta faz sentido. Ocorre que, enquanto a mudança no ponto de articulação é claramente uma regra de assimilação e, portanto, um processo com clara motivação, a operação de promoção de *tier* é proposta como que *a posteriori*: já que se forma uma africada palato-alveolar ou um segmento com articulação secundária, no qual a articulação primária passa a coronal, então deve ter havido uma promoção de articulação secundária a primária (cf. Lahiri e Evers, p. 85). Nada impediria, segundo eles, que se gerasse uma oclusiva palatal pela *promoção de tier*.

O estatuto das africadas, propriamente, vem sendo constantemente reelaborado. Desde Chosmky e Halle (1968), oscila-se de uma abordagem em que são tratadas como um tipo de oclusiva, distinta pelo traço [-realesead] (cf. Chomsky e Halle, 1991, p. 319) até a segmentos de contorno, tais como aqueles das línguas tonais, em que dois tons estão associados a uma única posição no esqueleto. Em alguns trabalhos, como já dissemos, não

se dá muita importância à africada, como em Mester e Itô, já que se trata de um *output* determinado pelas limitações fonológicas do japonês. No caso de serem consideradas segmentos de contorno, é preciso pressupor, como acentua Cagliari (1997, p. 57) uma regra de fissão que cinde o segmento em duas raízes.

A idéia de que as africadas sejam segmentos de contorno implica que, tais como os segmentos de contorno das línguas tonais, elas se submetam às condições de margem (*edge conditions*) (cf. Kenstowicz, 1994, p. 498-506 e Clements e Hume, 1995, p. 8-10, dentre outros). Isso significa que, sendo segmentos com duas raízes, em que a primeira é [-cont] e a segunda é [+cont], no caso de haver processos de assimilatórios em uma língua que lidem com tais traços, uma africada se comportaria como [-cont], para regras à esquerda e como [+cont] para regras à direita. Isto parece ser verdade para uma série de línguas, havendo, porém, algumas que parecem não respeitar tais efeitos de margem, como é o caso do basco e do turco (cf. Clements e Hume, 1995, p.9 e Kenstowicz, 1994, p.500).

Independentemente de considerar ou não as africadas um segmento de contorno, o que é irrelevante para a assimilação com que estamos lidando, resta a questão de como motivar a ocorrência de africadas no processo de palatalização. Lahiri e Evers (1991), Calabrese (1996) chamam a atenção para o fato de que, enquanto a palatalização de oclusivas resulta em africadas, a de outros tipos de consoantes, como nasais e líquidas freqüentemente não apresenta tal tipo de *output*. Para Lahiri e Evers (1991), a africação seria conseqüência da conformação articulatória de vogais e consoantes oclusivas coronais: tanto as consoantes como as vogais coronais, especialmente a vogal [i] e o glide [y] são produzidas com altas freqüências de F2. Segundo eles, a africação de dentais alveolares diante da vogal [i] ou do glide [y], e mesmo a africação coronal resultante da assimilação por consoantes velares, seria resultado dessa região de alta freqüência criada pela contigüidade com os vocóides altos coronais.

Em Cagliari (1997) vamos encontrar a mesma preocupação em motivar a emergência de africadas como resultado do processo de palatalização. Ele tenta dar motivação exatamente à regra de fissão que originaria segmentos de contorno africados. No caso deste autor, recorre-se à assimilação do traço [+distribuído], que seria redundantemente atribuído às vogais coronais, da mesma maneira que [-ant], e que, uma

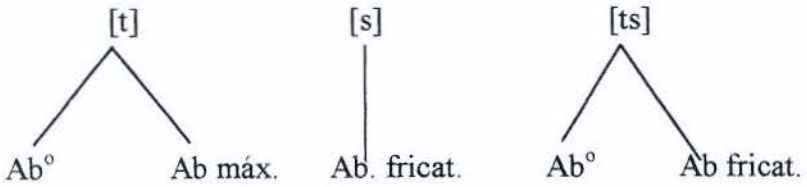
vez ligado à articulação secundária do segmento consonantal criada pela assimilação da coronalidade, motivaria a fissão e a criação da raiz [-cont] do segmento de contorno resultante. (cf. Cagliari, 1997, p. 65)

Seria possível buscar uma visão que integrasse ainda mais na descrição fonológica as intuições presentes em Lahiri e Evers (1991) e Cagliari (1997)? Penso que a abordagem de Steriade (1993) para as africadas seja uma resposta interessante.

Steriade (1993) propõe que as africadas e as oclusivas não africadas sejam consoantes do mesmo tipo. Com isso, passamos a ter uma motivação maior para o fato de que a palatalização de oclusivas resulte freqüentemente em africadas. A autora propõe que as consoantes possuam uma espécie de nó de "abertura", de tal forma que algumas consoantes tenham apenas um desses nós e outras tenham dois nós. A última possibilidade seria o caso de oclusivas e africadas. No sistema de Steriade (1993) teríamos os seguintes tipos de abertura:

Abertura °
Abertura máxima
Abertura fricativa

Assim, teríamos:
(5)



A intuição mais forte que sustenta a proposta é o fato de que tanto as plosivas quanto as africadas seriam segmentos que se ramificam. Dessa maneira, não temos mais que recorrer a uma regra de fissão para dar conta da transformação de oclusivas em africadas, ao mesmo tempo que captamos o fato de que são as consoantes deste tipo que sofrem o processo de africação. Restaria apenas a questão de se as africadas são

constituídas de duas raízes ou apenas uma única raiz, com uma dupla articulação, uma primária e uma secundária, lembrando que a mesma análise deveria ser estendida às oclusivas.

3.3.5.1. Fonética das oclusivas

É interessante observar que ao nó de abertura máxima das oclusivas corresponde, de um ponto de vista fonético, uma série de passos articulatórios e acústicos que vale a pena detalhar, especialmente considerando que estamos procurando entender a passagem de oclusiva a africada, no processo de assimilação com o qual lidamos. Em Fant (1973) uma oclusiva não vozeada é descrita como tendo cinco fases. A primeira delas corresponderia ao grau de abertura zero, proposto por Steriade (1993); as demais corresponderiam à abertura máxima. São as seguintes as etapas, segundo Fant (1993):

> 1. *Oclusion, voiced or silent.*
> 2. *Transient. This is the response of the vocal tract to the pressure release, exclusive of any turbulence effects. The duration of the transient phase is that of the time constants of vocal resonances. It is of the order of 2-30 ms and generally less than 10 ms. The formant structure of the transient phase is often obscured by righly time-varying effects and by the same zero function as fricative segments.*
> 3. *Fricative segment. This is characteristized by the noise produced at the consonantal constriction as in a homorganic fricative. Zeros interact so as to cancel "back cavity" formants, while "front cavity" formants prevail.*
> 4. *Aspiration segment. This is characterized by an "h-like" noise originating from a random source at the glottis or from a supraglottal source at a relatively wide constriction exciting all formants. The most typical constituints are F2, F3 e F4. The aspirative segment can in part cooccur with the fricative segment but takes over as the degree of articulatory opening proceeds.*
> 5. *The initial part of a following voiced sound to the extent that it is influenced by coarticulation with the stop.*
>
> (Fant, 1973, pp. 111-113)

Como o autor está estudando as consoantes em posição de *onset* em sílabas do tipo CV, essa descrição corresponderia, segundo ele, a uma consoante aspirada na posição inicial. Ele destaca que esse seria o caso de [t] e [k], porém já uma bilabial [p] não teria a fase fricativa porque os lábios não seriam articuladores propícios à fricção, dada a rápida

deslabialização. O termo clássico para descrever as fases 3,4,5, conjuntamente é "explosão", na terminologia de Haskins.

Interessa-nos destacar a fase de aspiração. Como já assinalamos anteriormente, as consoantes oclusivas alveolares, diante de [i] costumam ter, como realização, uma consoante aspirada, que às vezes se confunde com a própria africada alveolar. Nas consoantes estudadas por Fant (1973) esse efeito também é detectado muitas vezes, em especial diante da vogal [i].

Em Fant (1973) a aspiração é incluída numa classe que o autor chama de *vowellike* A consoante [h] é descrita articulatoriamente como tendo *"free passage for the air stream through the pharynx and the mouth cavities* (cf. Fant, 1973, p. 27). Do ponto de vista acústico, o autor assinala que

> *In the case of voiced or unvoiced vowellike sounds produced with a glotal source it is required that at least F1 and F2 detectable. F3 should also be seen providing F1 and F2 are not located at their extreme low frequency limits. A specific feature of sounds produced with a glottal source is that the relative formant levels are highly predictable from the particular F-pattern, i.e. from the formant frequency locations.*
> (Fant, 1973, pp.27-28)

Note que a descrição acima se aplica em especial à consoante glotal [h]. O autor coloca uma nota importante à descrição acima: ao utilizar os padrões de formantes para classificar tal som, temos que estar atentos para o fato de que alguns *vowellike* poderiam ser articulados somente com uma fonte supraglotal ou com uma fonte supraglotal em adição à fonte glotal. Esse seria o caso de sons [h] nos quais a língua está numa posição de vogal [i]. Em tais casos, teríamos que usar a classificação *vowellike* apenas para os sons com fonte glotal, mas o autor assinala que tal opção deveria ser determinada por experiências em laboratório (cf. Fant, 1973, p. 28). Ou seja, se formos fazer uma caracterização da aspiração em consoantes, decorrentes da contigüidade com a vogal alta anterior, é preciso ter em mente que a fonte de ruído tanto pode ser somente supraglótica, ou produzida mediante as duas fontes – a glótica e a supraglótica.

Quanto à caracterização acústica de sons [h], diz o autor que se pode perceber a ocorrência de F1, embora fraco. Esse seria o caso justamente dos sons [h] produzidos a

partir de uma fonte supra-glotal, que é o caso de tais sons na posição de vogais anteriores altas.

Outro ponto que o autor destaca é que:

> *The first part of a vowel following the burst generally assimilates the voicelessness of the preceeding sound. It is a matter of convention wheter this sound segment is to be assigned to the vowel, or to the preceeding "aspirated" consonant.*
> (Fant, 1973, p. 23).

Essa relação da aspiração com a sonoridade é acentuada por ele no seu estudo sobre as oclusivas no *onset* da sílaba (Fant, 1973, cap. 7). Ele detecta que as consoantes não vozeadas [p], [t], [k] têm uma duração bem maior da explosão, do que as consoantes vozeadas [b], [d], [g]. Essa característica seria a responsável pela maior incidência de aspiração nas consoantes não vozeadas em sueco (e em outras línguas como o inglês). Ao mesmo tempo, as vogais que seguem um ou outro tipo de consoante não têm sua duração substancialmente alterada, com exceção de [i] e [u].

De um ponto de vista articulatório, Fant (1973) chama a atenção para o fato de que a aspiração, em Chomsky e Halle (1991) , é tratada a partir de uma alta pressão subglotal mas que esse parece não ser o caso. Ao contrário, propõe ele a necessidade de um novo traço de "relaxamento glotal", que cobriria tanto a aspiração, quanto a classe dos "sons h" . A aspiração tanto pode ser produzida com ruído na glote, quanto na glote mais ruído na cavidade oral. É justamente a relação entre a pressão subglotal e a pressão supraglotal que o leva a postular que as aspiradas sejam produzidas com o relaxamento da glote e, por conseguinte, não se devem a um aumento na pressão subglotal. (cf. Fant, 1973, pp. 181-182).

Temos então que os sons aspirados, no que toca à fonte da glote, são produzidos mediante o maior afastamento das paredes da glote, ou um "espalhamento" [spread] das cordas vocais, segundo Kenstowicz (1994), baseado em Halle-Stevens, 1971. Um ponto importante a respeito da glote, que nos interessa, é que ela é responsável também pelo traço de vozeamento. A questão é que a visão tradicional da aspiração era a de que ela seria uma vogal, sem a vibração das cordas vocais. No entanto, no hindi, temos a possibilidade de

oclusivas sonoras aspiradas. Assim é que Halle e Stevens (1971) propõem que o vozeamento seja fruto de menor tensão nas cordas vocais, enquanto o desvozeamento seria fruto de maior tensão nas cordas vocais. Dessa maneira, pode-se garantir que [+spread glottis] não seja incompatível com [+vozeado]. Minha dúvida é se uma vogal poderia ser redundantemente marcada pelo traço [+spread glottis]. Como o traço só costuma ser utilizado para distinguir uma consoante da outra, não fica claro se poderiam ser tratados como uma característica presente nas vogais, porém inerte para os processos fonológicos.

Uma consoante aspirada se diferenciará de uma consoante africada pelo incremento de um ponto de articulação, ou seja, de um contato da língua com a cavidade bucal, que terá como conseqüência o aumento da zona de turbulência, implementando sons aperiódicos que caracterizam as fricativas. Esse contato articulatório impede a explosão, transformando a zona de transição entre a consoante a vogal que se lhe segue em uma fricativa.

3.3.6. Uma proposta de tratamento

3.3.6.1. Resumindo o problema

Até aqui, temos o seguinte quadro das questões:

1) Tratar o processo de assimilação que envolve as consoantes oclusivas alveolares em Florianópolis como simplesmente a assimilação do traço [-ant] da vogal não dá conta adequadamente dos dados, visto que uma africada alveolar pode ser o resultado do processo;

2) O estatuto que as africadas têm – se segmento de contorno, se consoante simples – parece ter ligação com a forma como explicamos o *output* africado, especialmente se consideramos a proposta de Steriade (1993).

Dois caminhos podem ser tentados para explicar os fatos em Florianópolis:

1) Podemos pressupor que o traço [-ant], redundante nas vogais está ou não "ativado". Assim, a assimilação que resulta em africadas avéolo-palatais [tʃ] [dʒ] contaria com o traço ativo e sendo assimilado; já a assimilação que resulta em [ts], [dz] não contaria com tal traço ativado, ou seja, a atribuição do traço [-ant] à vogal seria posterior à regra de assimilação, como sugere Kenstowicz (1994) (cf. Kenstowicz, 1994, p. 467) . Por essa hipótese, a africação resultante seria decorrente da assimilação de ponto, que criaria uma articulação secundária, promovida depois à articulação primária, preenchendo-se os traços restantes da consoante na raiz que se criaria para sustentar a porção fricativa do segmento de contorno;

2) Podemos tratar separadamente a assimilação que resulta em africação da assimilação de ponto de articulação. Dessa maneira, quando temos como resultado uma africada alvéolo-palatal [tʃ] ou [dʒ], temos dois espraiamentos: o de [-ant] e o de [+ distr.], como sugerere Cagliari (1997); quando temos como resultado [ts] ou [dz], teríamos o espraiamento somente de [+ distr.].

De certa maneira, ambas as propostas estão contidas no trabalho de Calabrese (1996). Este autor motiva a africação a partir de uma condição universal de simplificação de segmentos. Da mesma maneira que o Princípio do Contorno Obrigatório (cf. McCarthy, 1988, **apud** Clements, 1995, p. 15) estabelece que segmentos idênticos adjacentes tenderiam a ser rejeitados pelas línguas, este princípio de simplificação estabelece que segmentos complexos tendem a ser desfeitos. As africadas são identificadas, no sistema que adota, pelo traço [+ laminal], que, para ele, é equivalente a [+distribuído]. Assim, quando há espraiamento da vogal [i], cria-se um segmento [CORONAL + laminal], por meio da regra de conversão mencionada anteriormente (cf. seção 3.3.4.). Essa combinação criaria, segundo ele, um segmento complexo – prova disto é a baixa ocorrência deste tipo de segmento entre as línguas do mundo. Seria um caso, então, em que se aplicaria uma regra de fissão do segmento, a fim de desfazer tal complexidade. É por esta razão que se criaria a africada, na qual os dois gestos articulatórios estariam separados.

A questão é que o mesmo processo criaria consoantes africadas alveolares, as quais seriam então especificadas pelo traço [+ laminal] na sua porção fricativa. Se [+laminal] vale por [+distribuído] temos aqui um problema, uma vez que o traço [distribuído] é normalmente utilizado para distinguir alveolares/dentais de alvéolo-palatais e palatais. Não podemos, portanto, nos valer desse traço para dar conta dos dois *outputs* obtidos pela aplicação da regra de assimilação dos traços de [i].

Quanto ao primeiro ponto, em (1) acima, se levada a hipótese em consideração, ou seja, a presença ou não do traço [-ant] como um traço ativo (ou mesmo tendo a sua especificação ordenada em relação ao processo de assimilação, isto é, aplicando-se somente após a assimilação ter-se dado), nos parece meramente estipulativo. A única intuição que poderia residir em tal hipótese seria a possibilidade de que, no dialeto de Florianópolis, houvesse alguma mudança em andamento no que toca à realização das vogais. Não é descabido pensar que, se tal fosse o caso, uma vez que a vogal [i] se altera, se abre a possibilidade de incorporação da regra de africação. Foram realizadas algumas investigações nesse sentido, mas elas parecem não conduzir a nenhum resultado satisfatório, razão pela qual no âmbito desta tese, descartamos a hipótese.

Além de todas as questões acima, acresce o fato de que nenhuma das propostas incorpora a possibilidade de aspiração nas consoantes alveolares, em contexto de vogal anterior alta. Evidentemente, pode-se pensar a sua ocorrência como um mero detalhe na implementação articulatória. Porém, dada a gradação que parece haver entre uma abertura de qualidade "vocálica", a presença de aspiração e a realização de uma fricativa na fase de "explosão" das consoantes oclusivas alveolares, não é totalmente descabido pensar que haja uma relação entre africação e a aspiração, especialmente se levarmos em conta que o dialeto de Florianópolis não apresenta nenhuma regra categórica para a realização de tais consoantes. Ao contrário, o dialeto parece estar em processo recente de mudança, o que torna atraente considerar a hipótese mencionada. É o que tentaremos fazer na próxima seção.

3.3.6.2. Africação, aspiração e palatalização

Tendo em vista o que foi exposto nas seções anteriores, a solução que gostaria de propor tenta incorporar os seguintes pontos:

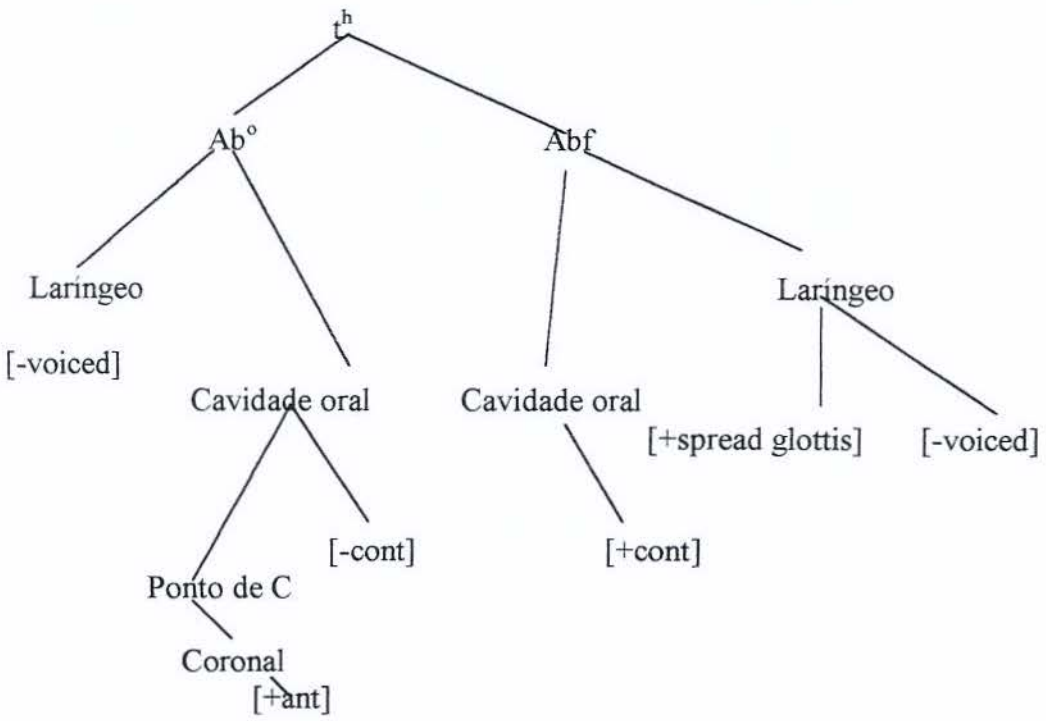
1) A africação e a aspiração das consoantes alveolares devem ser fenômenos relacionados, uma vez que ocorrem nos mesmos contextos;

2) A africação e a alteração de ponto de articulação deveriam ser processos separados, como aliás sugerem Calabrese (1996), Lahiri e Evers (1991), Cagliari (1997).

3) É preciso levar em consideração o fato de que as oclusivas são as consoantes que resultam em africadas no processo de assimilação, logo, essas duas classes de consoantes estão intimamente relacionadas, como sugere Steriade (1993).

A aspiração de consoantes é descrita em Clements e Hume (1995) pelo traço [±spread glottis], localizado no nódulo laríngeo, onde se encontram também situados [±constricted glottis] , responsável pela marcação de consoantes glotais e [± voiced]. No modelo proposto por Steriade (1993), localizaríamos a aspiração na segunda abertura da oclusiva, especificando-se nele o traço [+spread glottis] (ou [+aspirado], conforme versão de Bisol (1996), como sugere Kenstowicz (1993, pp.503-504). Considerada essa possibilidade, a estrutura de uma consoante aspirada seria como em (6), abaixo:

(6)

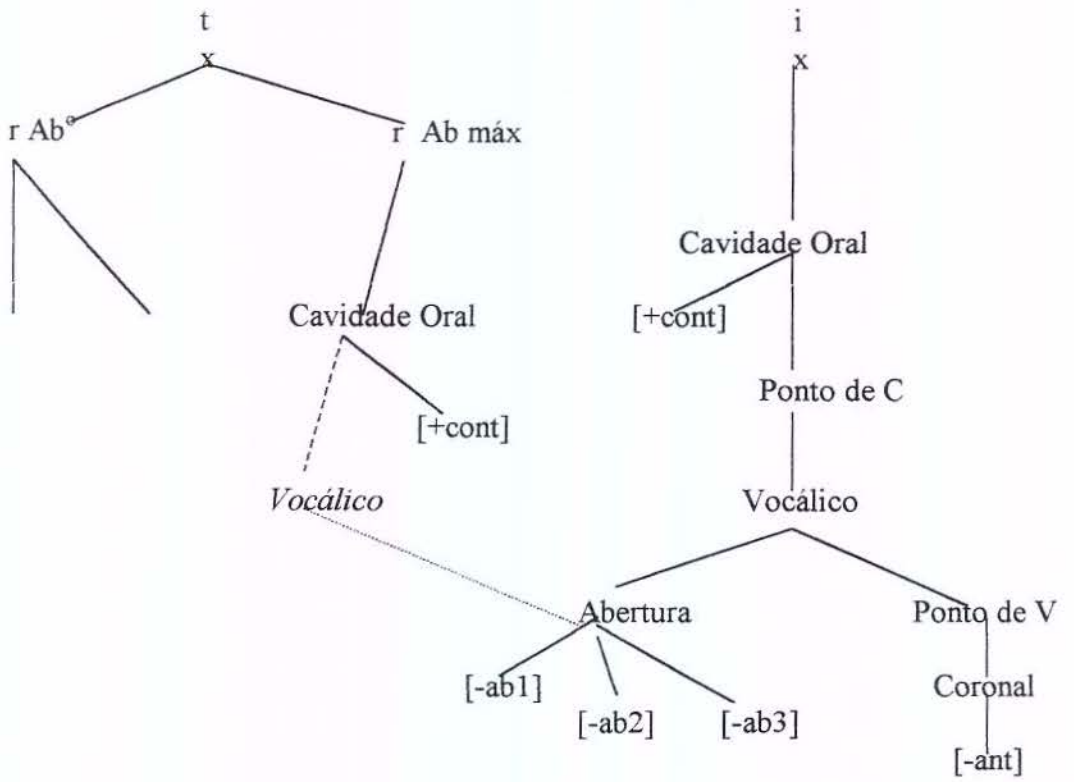


Na representação acima, a aspiração não dispõe do nódulo de ponto de consoante especificado, o que traduz a idéia de que o efeito acústico por ela provocado não tem uma fonte específica na cavidade oral. Nossa questão, nesse momento, seria motivar a ocorrência da aspiração da vogal [i]. Conforme Lahiri e Evers (1991) acentuam, as consoantes coronais e as vogais coronais são segmentos produzidos mediante alta freqüência de F2. A aspiração é, desta maneira, o resultado dessa região de alta turbulência. De um ponto de vista fonológico, com os traços de que dispomos no modelo, podemos motivá-la por meio dos traços de abertura.

A africação de oclusivas coronais é fruto, em Florianópolis e na maioria das línguas (cf. Bhat, 1978), de uma assimilação das vogais altas, em especial da vogal anterior alta (Bhat, 1978 registra casos de assimilação da alta posterior também, porém em menor número, cf. Bhat, 1978, pp.54-55). A relação que gostaria de propor estaria localizada entre o ramo de abertura da consoante oclusiva e o nódulo de abertura da vogal alta. No modelo de Steriade (1993) a segunda abertura das consoantes oclusivas é de tipo vocálico (isto é, abertura máxima). Na implementação fonética, isto significa uma região de transição que se

conforma à vogal que se lhe segue. O que estamos sugerindo é que, quando os traços de abertura da vogal se encontram assimilados pela consoante, isto tem o efeito de converter a abertura máxima em uma abertura marcada. No sistema de Steriade (1993), essa abertura marcada é a abertura fricativa (já que a abertura da vogal [i] não caracterizaria a abertura mínima Ab° que corresponde à oclusão total). O processo assimilatório seria configurado como em (7)[2]:

(7)



Observe-se que o traço [+cont] já está originalmente associado ao nódulo de Abertura máxima. A associação com a abertura da vogal criaria um segmento com uma articulação secundária não especificada quanto ao ponto, mas especificada quanto à abertura. A implementação fonética de um tal segmento necessariamente tem que ser uma

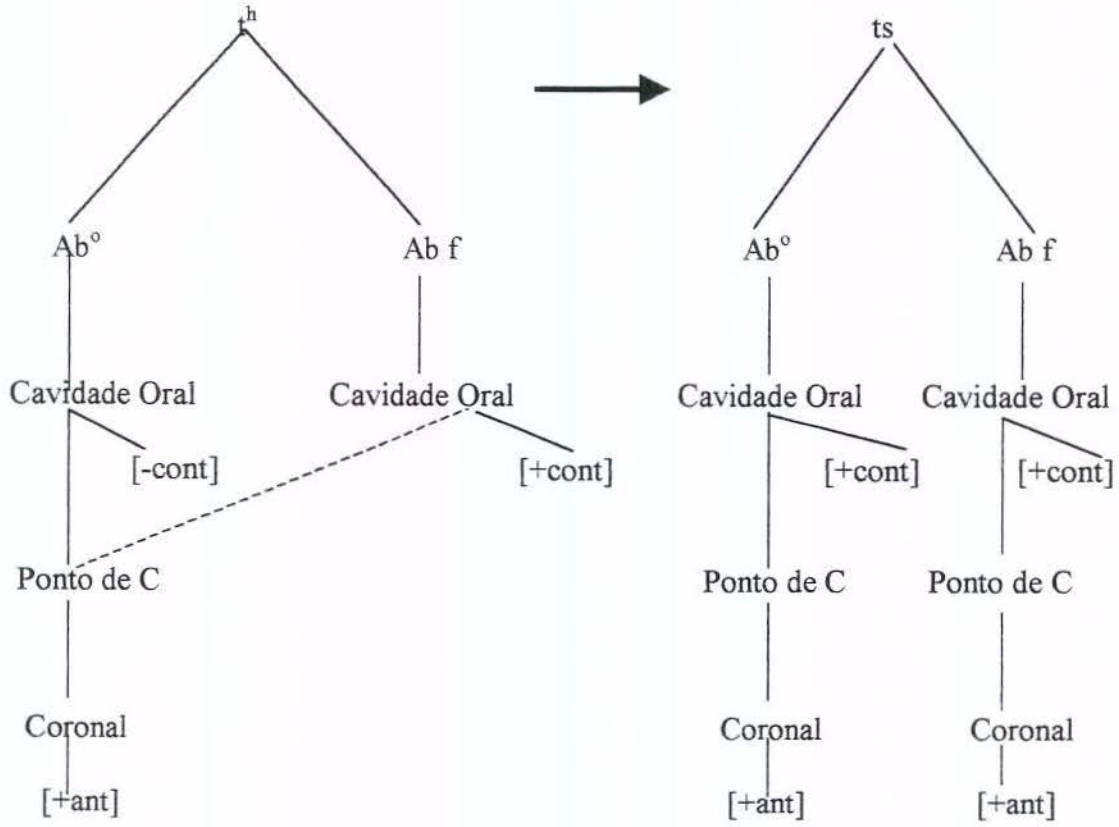
[2] Os traços da consoante em Ab° não estão especificados por economia de espaço, mas seriam aqueles que caracterizam a oclusiva alveolar, em especial [-cont], [CORONAL +ant]

aspirada, já que está associada a segmento especificado como [-vocóide], na raiz e, portanto, não tem como se realizar como uma articulação secundária de natureza vocálica. O efeito de uma associação com abertura máxima e o grau mais fechado de abertura da vogal [i] corresponderá a um segmento com abertura de fricativa. Não se pode pensar numa abertura de tipo vocálico, já que *Ab máxima* estaria reservado para articulações secundárias na forma de glides (como sugere Kenstowicz, 1994, p. 503).

A africada alveolar, que também pode resultar do processo de assimilação, seria decorrência desta associação inicial. A raiz em Abertura de fricativa receberia, por assimilação, os traços da consoante coronal em Ab°. Uma vez especificados os traços em ponto de consoante, teríamos a realização fricativa alveolar, já que a abertura de fricativa já está especificada pela assimilação e o traço [+cont] já marcava originalmente a consoante, no grau de abertura máximo. É interessante observar a esse propósito que temos em português e em espanhol a mesma relação entre a fricativa alveolar e a aspirada. A fricativa alveolar em posição de coda pode realizar-se como aspirada laringal [h], em palavras como **mesmo**, ou **mas**, do português, e **las casas**, por exemplo, em alguns dialetos do espanhol. Nesse caso, podemos dizer que a aspirada é fruto de uma operação de desligamento do nódulo **ponto de consoante**. Ficando não especificada quanto ao ponto, mas mantendo o traço [+cont] e [-vocóide], a consoante passa a se realizar como aspirada, ativando o traço [+spread glottis].

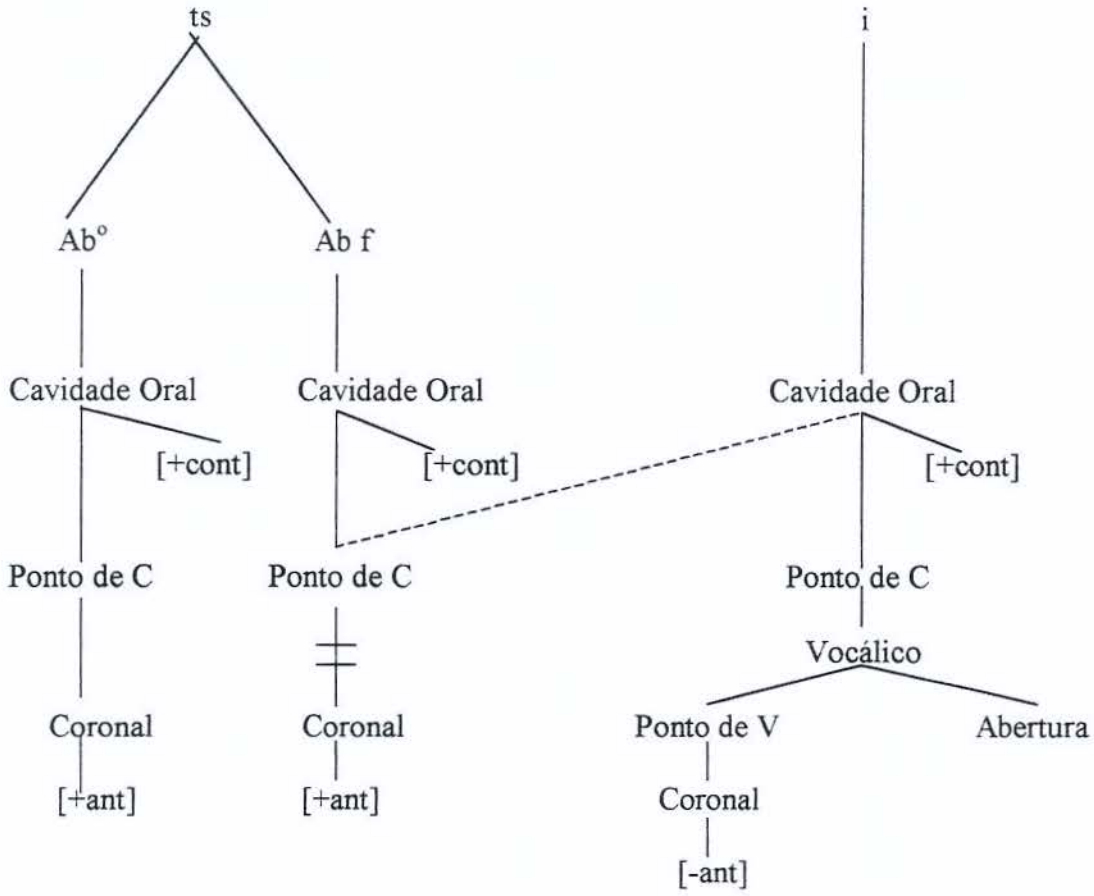
O processo que resultaria em uma africada alveolar teria a seguinte representação em (8), adiante:

(8)



Já a africada palato-alveolar, que implica alteração de ponto de articulação da consoante oclusiva, corresponderia a uma associação completa do nó vocálico com o nó abertura máxima. Pode-se pensar essa associação global como um processo em partes, ou seja, a aplicação das duas regras anteriores, mais a associação do ponto [CORONAL – ant], o que culmina na africada palatal (já que a africada teria sido criada anteriormente, ou seja, se trataria de uma assimilação da africada alveolar [ts] ao ponto da vogal), ou pode-se pensar numa única regra de assimilação, diretamente no nó vocálico. A primeira possibilidade está representada em (9):

(9)



Se considerarmos a segunda hipótese, tal associação criaria na consoante um segmento com articulação secundária que corresponderia a um glide [y] anterior, já que o ponto e a abertura estariam especificados. A africada, nesse caso, poderia ser gerada a partir do Princípio do Contorno Obrigatório: a seqüência $\mathbf{t^y}$ **i** é proibida, em função de o glide e a vogal compartilharem os mesmos traços. A transformação de Abertura máxima em Abertura de fricativa seria decorrência da aplicação desse princípio, gerando a africada.

Como o dialeto em questão ainda não fixou um parâmetro fonológico específico para a realização das consoantes oclusivas alveolares, a primeira hipótese acima, para dar conta das africadas palato-alveolares parece ser mais interessante. Ela capta uma certa

relação entre a aspiração das consoantes, a realização africada alveolar e a realização africada palato-alveolar. Isto não quer dizer que necessitemos de tal análise para os dialetos que categoricamente realizem a africada palato-alveolar. Para esses últimos, é possível pensar a assimilação mediante uma única regra, nos termos em que foi colocada acima.

3.3.6.3. Algumas conseqüências

Levando em consideração a proposta acima, bem como as considerações extraídas de Fant (1973) sobre o funcionamento das consoantes oclusivas, podemos explorar algumas conseqüências que seria interessante checar.

Em primeiro lugar, considerando que as consoantes não vozeadas são mais propícias à aspiração e que as africadas alveolares guardariam, pela proposta apresentada, íntima relação com a aspiração, esperaríamos encontrar maior grau de africação nas consoantes não vozeadas, do que nas consoantes vozeadas.

Outra conseqüência interessante da proposta adotada é que no modelo de Steriade (1993) os dois graus de abertura da consoantes oclusivas são propostos para dar conta dos efeitos de margem, ou melhor dizendo, do fato de que as africadas não têm uma obediência estrita a tais efeitos, não devendo ser, portanto, tratadas como segmentos de contorno, no sentido estrito. Se este for realmente o caso, esperaríamos que no dialeto de Florianópolis houvesse a interferência de segmentos à esquerda no processo de africação. Assim, em palavras como **vestido**, esperaríamos que a presença de uma fricativa alveolar antes da consoante alveolar favorecesse a africação - palatal ou não palatal. Ocorre que, no dialeto de Florianópolis, as consoantes fricativas em posição de coda silábica são majoritariamente realizadas como fricativas palatais - [vɪʃ'tidʊ]-, embora a realização não palatalizada seja freqüente. Neste caso - ou seja - no caso de uma realização palatalizada da consoante /s/, esperaríamos que favorecesse a realização da africada alveolar. Já a realização da africada palatal seria, aqui, fruto de uma assimilação de ponto de articulação e, por conseguinte, não incluída nos efeitos de margem.

De uma análise qualitativa, não é possível fazer qualquer julgamento. Às vezes, é forte a sensação de que, numa realização como [vɪʃ'tidʊ], na qual a consoante /s/ está

palatalizada, parece haver o bloqueio da africação da consoante oclusiva alveolar, porém não temos como fazer qualquer afirmação categórica. Com respeito à possibilidade de realização não palatalizada da consoante /s/ - [vɪsˈtidʊ] - menos ainda podemos afirmar com segurança qual seria o comportamento da consoante oclusiva /t/. Devemos, portanto, aguardar a análise quantitativa, no próximo capítulo.

Se recuperarmos a informação de Fant (1973), segundo a qual as vogais [i] e [u] são as únicas que tendem a ser mais curtas quando seguem consoantes oclusivas - e como estamos propondo uma íntima associação entre a abertura consonantal e a abertura vocálica - esperaríamos que houvesse alguma correlação entre a incidência de africação e a duração das vogais. Não realizamos nenhuma medida de natureza acústica das vogais, mas como o estudo quantitativo a seguir considerou fatores como as posições acentuada e não acentuada, bem como a posição da sílaba na palavra, talvez seja possível encontrar alguma correlação entre determinadas estruturas métricas e a incidência de africação. Por exemplo, se a consoante oclusiva diante de [i] está localizada no interior de dátilos, como em **médico**, este contexto já propicia um "encurtamento" da vogal. Como a africação "roubaria" espaço da vogal, é possível que predomine dada a seqüência consonantal do entorno e o contexto pós-tônico, realizando os traços fonológicos relevantes para a identificação da vogal.

Por fim, como estamos propondo uma assimilação que envolve os traços de altura da vogal, teremos que verificar até que pondo a ocorrência de vogais altas posteriores no ambiente em que a assimilação pode se dar terá alguma influência sobre a incidência de africação. Assim, esperaríamos que a presença de tais vogais, seja antes da consoante oclusiva alveolar, seja depois da vogal detonadora do processo, engatilharia um grau maior de africação. De um ponto de vista qualitativo, não é possível fazer nenhuma afirmação, já que há muita flutuação no dialeto, e somente um estudo quantitativo pode dar alguma indicação de tais possíveis correlações que estamos levantando a partir da hipótese adotada.

3.3.7. Conclusão

Neste capítulo, procuramos investigar o processo de variação que estamos examinando à luz da Geometria de Traços, recorrendo à Fonética para subsidiar a análise. No âmbito geral desta tese, tal análise visa a dar conta da porção lingüística do fenômeno que estamos estudando, o que não significa nem que explique na totalidade o funcionamento da variação das oclusivas alveolares, nem que atue "complementarmente" em relação `a abordagem discursiva que propomos, estamos, muito mais, em uma tensão com ela.

O ponto central da análise é o fato de que as abordagens do fenômeno de palatalização em geral desconsideram a possibilidade de um *output* não palatalizado, e a explicitação de uma motivação maior para a africação como resultado do processo de assimilação. Nesse sentido, é bem interessante a visão de Steriade (1993), que concilia, de certa maneira, a visão de Chomsky e Halle (1991) das africadas como um subtipo das plosivas, distinta dessas pelo traço [± relesead] com a abordagem da geometria de traços para as africadas.

Tentamos integrar a aspiração das consoantes oclusivas alveolares com a africação, palatalizada e não palatalizada, como partes de um mesmo processo de assimilação, que se vai completando até a assimilação completa do ponto de articulação da vogal. Nesse sentido, a proposta ora apresentada vai numa direção contrária às propostas de tratamento da palatalização que a literatura registra. Em primeiro lugar, tenta separar a africação da assimilação de ponto; em segundo lugar procede-se de "cima para baixo" na árvore dos traços para dar origem à aspiração e à africação. Ao mesmo tempo, recupera a intuição inicial do estudo da palatalização, que é a de uma relação íntima com a altura da vogal.

Obviamente, a assimilação de abertura de vogais, não usual na geometria de traços, ainda carece de maiores investigações a fim de checar a sua relevância no estudo dos processos fonológicos, bem como o seu enfeixamento teórico no quadro da Geometria de Traços. Como Clements e Hume (1995), embora avancem na direção de uma proposta unificada de traços para consoantes e vogais, ainda trabalham com traços exclusivos de

vogais e consoantes, a presente proposta representa uma especulação que pode vir a ser produtiva ou não, na direção de uma unificação maior nos traços destes segmentos.

No próximo capítulo, o leitor será levado ao universo do dialeto de Florianópolis. Tentaremos auscultar com o máximo de detalhe o funcionamento do processo de variação. Aqueles mais afeitos a discussões teóricas seguramente sentirão falta de um aprofundamento maior de certas questões. É que, para não tumultuar a descrição, procuraremos não fazer maiores correlações com os capítulos anteriores, inclusive este último; mas seguramente elas já se fazem presentes, como poderão ter percebido aqueles que tiveram a paciência de chegar até aqui. Será no capítulo 5 que tais correlações svão ser explicitadas e problematizadas. Até lá, fiquemos com a descrição quantitativa da realização das oclusivas alveolares em Florianópolis.

capítulo 4

Mergulhando na fala

Se queres queres, se não queres dizes.
(ditado manezinho)

4.1. Introdução

Entramos agora no estudo quantitativo da realização das consoantes oclusivas alveolares na cidade de Florianópolis, que se constrói segundo os moldes consagrados da Teoria da Variação e da Mudança. Até aqui o que fizemos foi uma discussão do modelo laboviano, propondo uma forma de tratar dos processos de variação que traga para o interior do sistema heterogêneo o nível simbólico de análise. Em seguida, empreendemos uma análise sobre os discursos de identidade em Florianópolis e, por fim, uma análise fonológica a respeito da palatalização.

No estudo quantitativo que segue, várias das hipóteses levantadas em capítulos anteriores poderão ser confrontadas, especialmente aquelas de natureza fonológica. As discussões de natureza epistemológica e as relações entre o funcionamento da variável do ponto de vista extra-lingüístico, deixaremos para fazer no último capítulo, quando então apresentaremos um balanço do trabalho.

4.1.1. Metodologia

4.1.1.1. Coleta de dados

Como fonte de dados foram utilizadas entrevistas do banco de dados do Projeto Varsul - Variação Lingüística da Região Sul - da cidade de Florianópolis. No total foram analisadas 63 entrevistas com sujeitos nascidos no município de Florianópolis e filhos de pais naturais também de Florianópolis. Como se poderá perceber na descrição dos grupos de fatores extra-lingüísticos, os sujeitos residem em três regiões do município: a região urbana central - que compreende o centro propriamente dito e bairros que se integram na malha urbana ao redor do centro; Freguesia do Ribeirão da Ilha e Sertão do Ribeirão. Estas duas últimas estão distantes aproximadamente 30 quilômetros do centro e estão muito próximas uma da outra. Trata-se de comunidades mais ligadas à pesca e à atividade rural, tendo atualmente o estatuto ambíguo, em função das transformações por que passou a cidade: mistos de bairros e vilas independentes. O Sertão do Ribeirão é uma pequena vila próxima

da Freguesia do Ribeirão, mas de difícil acesso. As entrevistas desta localidade compreendem apenas uma pequena amostra, que não completa todas as células sociais, em função da própria natureza da comunidade. As entrevistas da Freguesia do Ribeirão da Ilha e do Sertão do Ribeirão foram executadas pela pesquisadora Cláudia Brescancini, que as utilizou na sua dissertação de mestrado, já referida aqui, integrando atualmente o banco de dados do Projeto Varsul.

Em anexo, o leitor poderá ter uma visualização dos dados de identificação de cada sujeito analisado.

Para a coleta de dados em cada entrevista foi utilizada a seguinte metodologia:

1) A coleta propriamente dita se iniciava a partir dos dez primeiros minutos de gravação;

2) Coletavam-se todos os dados no espaço da entrevista necessário para atingir o total de 50 itens lexicais diferentes

2.1. por item lexical diferente se entendeu tanto palavras derivadas quanto os verbos flexionados em tempos e pessoas diferentes. Femininos e plurais não foram tomados como palavras diferentes;

2.2. as palavras gramaticais - pronomes pessoais, preposições e conjunções - não foram consideradas nessa contagem. Desta maneira, todas as preposições, pronomes pessoais e conjunções que ocorressem no espaço da entrevista recortado foram incluídos na amostra;

2.3. a forma **a gente**, como primeira pessoa do plural foi considerada como pronome pessoal e, portanto, não contou como item da lista de 50 itens lexicais diferentes;

2.4. os dados em cada ocorrência de uma mesma palavra foram computados foram todos coletados;

2.5. palavras truncadas foram desconsideradas. No caso de repetição de palavras clíticas, como a preposição **de**, somente a última ocorrência, na seqüência de repetição, foi considerada, desde que formasse sintagma com os itens seguintes.

O critério em (2) buscou evitar que se extraíssem exaustivamente todas as ocorrências da variável numa única entrevista, o que, além de sobrecarregar o trabalho de

computação, poderia implicar o desbalanceamento excessivo nos dados, uma vez que, em algumas entrevistas a variável era muito mais produtiva que em outras. Porém, ao extrair 50 itens lexicais diferentes de cada entrevista, garantiu-se uma relativa variabilidade na ocorrência dos diversos contextos lingüísticos que pudesse propiciar uma análise segura.

3) Cada dado foi transcrito foneticamente, codificado e armazenado em disquete para processamento posterior;

4) Utilizou-se o pacote estatístico Varbrul, na sua versão atualizada.

4.1.1.2. Grupos de fatores usados na codificação

A seguir se encontra a lista de todos os fatores tais como foram utilizados no processo de codificação dos dados. A fim de facilitar a exposição, tais grupos de fatores serão retomados na descrição dos resultados, quando então serão comentados e exemplificados individualmente.

GRUPOS DE FATORES

1. Realização da variável

t. [t] [d]
s. [ts] [dz]
x. [tʃ] [dʒ]

Como já apontamos na seção 3.3.1., há um espectro bastante variado de realizações das consoantes oclusivas alveolares em contexto seguinte de vogal [i]. Importa destacar aqui que os casos de aspiração por vezes se confundiam com os da variante africada alveolar. Quando se tratava de aspiração "leve", que auditivamente não se identificava como uma africada, a codificação foi **t**, ou seja, consoantes aspiradas foram consideradas simplesmente não africadas.

2. Variável quanto à sonoridade

t. variante surda /t/

d. variante sonora /d/

3. Contexto precedente

v. pausa

a. vogal central /a/

b. vogal central nasalisada /ã/

E. vogais anteriores não altas ([e], [ɛ])

c. vogal anterior não-alta nasalisada ([e]

p. vogais posteriores ([o], [ɔ] ,[u])

o. vogais posteriores nasalizadas ([õ], [u])

i. vogal anterior alta /i/

n. vogal anterior alta nasalizada [i]

y. ditongos com glide anterior

j. ditongos com glide anterior nasalizados

w. ditongos com glide posterior

u. ditongos com glide posterior nasalizados

s. /s/ → [s]

x. /s/ → [ʃ] ou /s/ → [ʒ]

r. /r/ →[x]

e. /e/ → [ɪ]

R. /r/ → [r]

4. Contexto seguinte

i. /i/

n. vogal anterior alta nasalizada [i]

y. /i/ -> [y] casos de ditongação (**de uma**)

e. /e/ → [e]

p. [ɪ] epentético ([adɪminiʃ'trax])

c. consoante em contexto de epêntese (administrar)

q. consoante com queda de vogal ([medsi'na]) - segue /s/ ou /z/

z. /i/,/e/ → 0 - queda da vogal - não segue /s/ ou /z/

g. crase do [i] = [i] + [i] (casa d**e in**vestidor) - não distingue nasalidade

w. ditongos com vogal posterior (**índio**, **útil**, **permitiu**)

5. Contexto seguinte à vogal [i]

t. /t/ ou /d/

j. [tʃ] ou [dʒ]

S. [ts] ou [ds]

x. /ʃ/ ou / ʒ / no *onset* da sílaba seguinte

c. /s/ → [ʃ] na coda da sílaba

s. /s/, /z/ - onset da sílaba seguinte

z. /s/ → [s] na coda da sílaba

f. /f/ ou /v/

h. /ɲ/

L. /ʎ/

n. /n/

p. /p/, /b/, /m/

g. /k/ , /g/

r. [ɾ] flape alveolar

R. /r/ → [x] velar

l. /l/

v. /a/, /e/, /ɛ/

V. /ã/ , /e/

o . /o/, /ɔ/ /u/

O . /õ/ /u/

i. [i]

I. [i]

k. variável diante de pausa

6. Posição da sílaba na palavra

a. X (monossílabo)

b. X _

c. _ _ X _

d. _ X _

e. _ X

f. _ _ X

g. _ _ _ X

h. X _ _ _ _

i. _ X _ _ _

j. X _ _

k. _ _ _ _ _ _ X

l. _ _ X _ _

m. _ _ _ X _

n. _ X _ _

o. X _ _ _

p. _ _ _ _ X

q. _ X _ _ _ _

r. _ X _ _ _ _ _

s. _ _ X _ _ _

t. _ _ _ _ _ X _

u. _ _ _ _ _ X

v. _ _ _ X _ _

w. _ X _ _ _ _ _

x. _ _ _ _ _ _ _ X

z . _ _ X _ _ _ _

y. _ _ _ _ X _ _

T. _ _ _ X _ _ _

H. X _ _ _ _ _

I. _ _ _ _ X _ _ _

7. Posição da sílaba com relação ao acento na palavra

0. variável na sílaba acentuada

1. x t

2. x _ t

3. x _ _ t

4. x _ _ _ t

5. x _ _ _ _ t

6. t x

8. x _ _ _ _ _ t

7. Acento de frase sobre a sílaba em que se encontra a variável

a. sílaba portadora do acento de frase

b. vogal acentuada sem acento de frase

/ . vogal não acentuada

9. Posição morfológica da variável

r. variável no interior da raiz

m. variável em juntura morfológica

s. variável em sufixo

p . variável em prefixo

j. variável em juntura de palavra (à direita)

10. Classe da palavra onde se encontra a variável

s. substantivo

a. adjetivo

v. verbo

c. advérbio

l. pronome clítico

t. pronome pessoal tônico

n. numeral

p. preposição

o outros

11. Sexo do informante

f. feminino

m. masculino

12. Faixa de idade do informante

n. de 25 a 50 anos

v. acima de 50 anos

a. 15 a 23 anos

13. Escolaridade do informante

1. primário

2. ginásio

3. colegial

4. superior (completo)

14. Região em Florianópolis

u. região urbana

r. Ribeirão da Ilha

s. Sertão do Ribeirão da Ilha

15. Informante

j. Jaqueline (Inf. 01)

p. Pedro Silvio (Inf. 02)

r. Rosângela (Inf. 03)

v. Vilson (04)

T. Ailton (Inf. 05)

. Moacir (Inf. 06)

I. Ida (Inf. 07)

n. Nicolina (Inf. 08)

f. Ailta (Inf. 09)

c. Carlos (Inf. 10)

u. Jurema (Inf. 11)

P . Paulo P. (Inf. 12)

i. Iran (Inf. 13)

J. Manoel João (Inf. 14)

l . Lezir (Inf. 15)

t. Terezinha (Inf.16)

d. Daura (Inf. 17)

e. Édio (Inf. 18)

F. Fernando (Inf. 19)

s. Selma (Inf. 20)

a. Alcino (Inf. 21)

A. Almira (Inf. 22)

M. Maurício (Inf. 23)

z. Zoemar (Inf. 24)

m. Maria do Carmo (substituiria a Inf. 22)

16. Segundo Grupo de Falantes

L . Lúcia Helena (Inf. 25 - minha numeração) - superior

R. Regina (inf. 26 - minha numeração) - superior

V. Vilmar (inf. 27 minha numeração) - superior

S. Marlise (inf. 28 minha numeração) - superior

h. Mario Machado (inf. 29 minha numeração) - 51 anos - superior

D. Leda - 21 anos - Colegial Feminino - Inf. 08

a. Adriano - 24 anos - masc. ginásio

z. Andreza - feminino, primário - Inf. 07

m. Marcos - Masc. Primário - 15-25

l. :Luciano - Masc. Colegial - 24 anos - Inf. 01

j. Jean - Masc. Colegial - 20 anos - Inf. 02

v. Valéria - Fem. Primário - 20 anos - Inf. 24 anos

d. Débora - Fem. Ginásio - 16 anos

J. Janaíne - Fem. Ginásio - 15 anos - Inf. 19

f. Felipe - 17 anos

M. Mauro - Masc. Primário

17. Terceiro Grupo de Falantes (Ribeirão da Ilha e Sertão)

n. Nilza - Ribeirão - Inf. 01 - 70 anos

s. Simone - Fem 21 anos - Ribeirão - Inf. 02

w. Wilson - Ribeirão - Inf. 03 (Escolaridade - dúvida)

g. Genice - Inf. 05

G. Geni - Inf. 06

N. Denise - Inf. 07

o . Osmarino - Inf. 10

c. Catarina - Inf. 09

l. Luiza - Inf. 08

L. Luis - Inf. 11 - Masc. Primário - 28 anos (não havia gravação)

r. Reginaldo - 15 anos Primário - Inf. 12 -

m. Maria Izabel - 59 anos Primário

C. Carlinhos - 27 anos Colegial - Inf. 14

j. Jorge - 36 anos, Ginásio

I. Maria - 58 anos, Iletrada - Inf. 16

M. Manoel - 25 anos , Primário

b. Maria do Bento - 31 anos, Ginásio - Inf. 19 (coleta não foi feita. gravação curta)

A. Lavina - 24 anos, Primário - Inf. 19

E. Roseli - 15 anos, Primário - Inf. 20

t. Tibó - 34 anos, Ginásio - Inf. 21

4.1.1.3. Do processamento computacional

Foram feitas incontáveis rodadas de percentuais e pesos relativos. Em várias delas, especialmente aquelas que lidavam com a totalidade dos grupos de fatores houve limitações impostas pelo programa Varb2000, que opera com um máximo de 60 fatores e 2000 células. A fim de tornar possível um trabalho estatístico seguro, para o cálculo de pesos relativos, inicialmente os fatores lingüísticos foram rodados reunindo-se as variantes [tʃ] e [t^{s}], para tornar possível a execução de todas as etapas computacionais. Mas não foi só por uma questão de tornar possível o trabalho computacional; opor a variante não africada [t, d] às outras significa considerar a africação, seja ela palatal ou não, a inovação no sistema, enquanto a forma não africada é considerada a forma conservadora.

Com essa formatação, as rodadas mais gerais foram feitas das seguintes maneiras:

1) Opondo-se todos os grupos de fatores lingüísticos;
2) Opondo-se todos os grupos de fatores extra-lingüísticos;

3) Opondo-se todos os grupos de fatores lingüísticos e cada grupo extra-lingüístico, um por vez;
4) Opondo-se todos os grupos extra-lingüísticos e cada grupo lingüístico.

Também se fizeram rodadas somente com as duas variantes africadas. Como ambas foram aqui consideradas variantes inovadoras no sistema, o objetivo de tais cálculos foi tentar determinar como se resolverá o processo de mudança: se em direção a uma delas; se em direção a um convívio entre as duas, no sistema. Com esta configuração, os cálculos foram realizados segundo os passos acima.

Além dos cálculos acima, outros se fizeram adotando-se novas configurações para os grupos de fatores, para responder a perguntas de naturezas diferentes. Tal como está organizada a codificação, foi possível, por exemplo, propor um novo grupo de fatores, que investigasse a hipótese de que a estrutura métrica no nível da palavra pudesse estar condicionando o sistema. Isto se fez combinando os grupos de fatores *Posição da variável na palavra* e *Posição da variável em relação ao acento*. Na apresentação dos resultados, esses novos grupos serão explicitados.

Por fim, houve uma série de cálculos buscando investigar detalhes na descrição, que não é necessário explicitar aqui, mas cujos resultados o leito poderá analisar no presente capítulo.

4.2. Resultados gerais

Foram codificados 8573 dados. Os resultados gerais estão na tabela 1, a seguir. Como se pode ver, Florianópolis é uma cidade que realiza, majoritariamente, a variante não africada da consoante oclusiva alveolar . Isto nos coloca diante de um processo de mudança ainda incipiente, considerando que esta realização é atestada como típica da cidade, conforme atestam Furlan (1989) e Vieira (1997). Mas estaria mudando em qual

Variantes	*Ocorrências*	*%*
não africada [t, d]	5263	**61**
africada não palatal [ts, dz]	1771	**21**
africada palatal [tʃ dʒ]	1539	**18**
Total	8573	

Tabela 1 - Resultados gerais da variável

direção? A tabela 1 nos mostra um certo equilíbrio entre as duas outras variantes inovadoras - a africada palatal e africada não palatal. É preciso lembrar, em relação a esta última, que tanto compreende realizações claramente alveolares [ts] e [dz] quanto realizações intermediárias entre essas e a africada palatal. Uma pergunta que se manterá durante toda a análise é justamente essa - a da direção da mudança: podemos interpretar a africada não palatal como um estágio intermediário entre a forma não africada [t, d] e a africada palatal [tʃ , dʒ], ou podemos interpretá-la como uma variante que ganha força no sistema da comunidade, assumindo um estatuto independente?

4.2.1. Os grupos de fatores lingüísticos

Podemos dizer que os dados foram examinados segundo três grandes tipos de fatores: prosódicos, articulatórios e lexicais. Os primeiros incluem os grupos:

. *Posição da variável na palavra;*

. *Posição da variável em relação ao acento da palavra;*

. *Variável portadora ou não do acento de frase.*

Os articulatórios incluem:

. *Variável quanto à sonoridade;*
. *Natureza do segmento antecedente;*
. *Natureza do [i] que segue a variável ;*
. *Contexto seguinte à vogal [i].*

Como lexicais, temos:

. *Nível morfológico em que se encontra a variável;*
. *Classe da palavra em que se encontra a variável.*

Com respeito a este último grupo de fatores, embora a literatura veja o processo de palatalização como pós-lexical - portanto não sensível à estrutura morfológica - (cf. Lee, 1995, pp. 136-137 e Bisol e Hora, 1993, pp. 39-40), acreditamos que alguma relação com o léxico pode ser estabelecida, uma vez que se trata de mudança em progresso, o que nos leva a pensar na hipótese de difusão lexical, que será discutida oportunamente.

A partir desta visão geral dos grupos de fatores, outros grupos foram construídos, para tentar dar conta de certas especificidades que se desejava observar mais de perto. Podemos citar:

. *estrutura métrica em que se encontra a variável,*
. *seqüência segmental em que se encontra a variável,*
. *variável e o afixo em que se encontra,*
. *variável X nasalidade.*

Estes serão oportunamente explicados e evidenciados, no correr da argumentação.

Na descrição dos resultados, a fim de tornar a análise mais econômica, apresentaremos os pesos relativos da variante não africada [t, d], obtidos na rodada com todos os fatores lingüísticos. Esses pesos relativos foram confirmados em rodadas posteriores, tanto quando se rodaram todos os fatores lingüísticos contra cada grupo extralingüístico, quanto quando se rodaram todos os grupos extralingüísticos contra cada grupo lingüístico separadamente. Quando houve alterações significativas dos grupos de fatores ou de algum fator individualmente, este fato será devidamente registrado na análise.

4.2.1.1. Sonoridade da variável

Como pudemos observar no capítulo 3 (cf. seções 3.3.4.1. e 3.3.6.3.) as consoantes não vozeadas apresentam uma maior tendência a sofrer aspiração. Por extensão, dada a hipótese que lá formulamos, podemos pensar que as mesmas consoantes venham a apresentar maior incidência de africação. É esta a hipótese que procuramos checar com este grupo de fatores: a de que a variável, quando não sonora, apresenta um grau de africação maior do que quando sonora. Assim, controlaram-se duas possibilidades:

1) variável sonora, como em **dia**
2) variável não sonora, como em **tia**

Hora, 1990, analisando a palatalização das oclusivas alveolares em Alagoinhas, BA, não destacou a sonoridade como relevante no processo de variação por ele estudado - a palatalização das oclusivas dentais. Já nos dados de Florianópolis este grupo de fatores mostrou-se relevante, sendo sempre selecionado pelo programa estatístico em todas as rodadas realizadas. É o que podemos ver na tabela 2, a seguir.

Antes de mais nada, é necessário esclarecer que em todas as tabelas, daqui para frente, se estarão usando as notações **[t], [ts] [tʃ]** , para cada uma das variantes: a não africada, representada por **[t]**; a africada não palatal, pelo **[ts]** e a africada palatal, pelo **[tʃ]**.

Porém, como se pode ver na tabela 2, tal notação sempre representará tanto as variantes surdas quanto as sonoras.

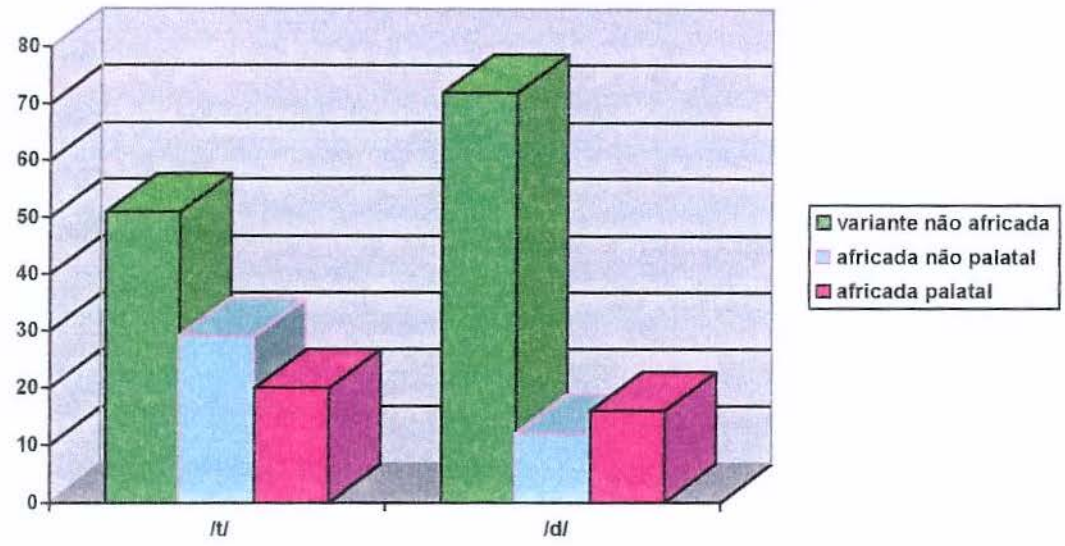
Variável quanto à sonoridade	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	N	%	p.r.	N	%	N	%	
/t/	2285	51	.40	1275	29	870	20	4430
/d/	2978	72	.61	496	12	669	16	4143
Total	5263	61		1771	21	1539	18	8573

Tabela 2 - Realização da variável quanto à sonoridade.

Podemos perceber alguns fatos interessantes para o funcionamento da variável. Em primeiro lugar, a variante não africada é mais freqüente quando o fonema é sonoro: 72% das ocorrências, contra 51% da variante surda; os pesos relativos confirmam esta tendência. Em segundo lugar, a diferença entre a variante africada não palatal em relação à variante palatalizada é bem maior, em favor da primeira, quando a variável não é sonora. A consoante /t/ sofreu africação não palatal em 29% das ocorrências, contra 20% de palatalização. Já a consoante /d/ teve apenas 12% de realização africada não palatal, apresentando, por outro lado 16% de palatalização. Este último resultado é, no mínimo estranho: a variante não sonora apresenta maior grau de africação, porém menor grau de palatalização. Se considerarmos que a africação palatalizada representa o grau extremo de africação, o esperado seria o contrário, e nós voltaremos a esta discussão no momento oportuno.

Tais resultados parecem confirmar a hipótese levantada no capítulo 3 e aludida no começo desta subseção: a consoante não sonora de fato sofreu um maior grau de africação, sendo que, como já observamos, neste caso a africação predominante foi a alveolar. O gráfico 1, a seguir, reapresenta os resultados de maneira que se tenha uma visualização melhor:

Gráfico 1- Variável quanto à sonoridade



Se tais resultados se deveriam ao fato de que as consoantes não vozeadas são mais propícias à aspiração, ou seja, se estamos pressupondo uma íntima relação entre a africação não palatalizada e a aspiração (e já afirmamos que, em vários momentos do trabalho de codificação, era difícil distinguir entre uma e outra), podemos também supor que os contextos átonos talvez fossem os mais propícios para sua ocorrência, dado que a vogal costuma passar por um processo de enfraquecimento e desvozeamento nessa posição, o que criaria um ambiente de ruído que contribuiria para a emergência da africada.

Podemos ver pela tabela 3, a seguir, que tal não é o caso:

Localização da variável	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	N	%	p.r.	N	%	N	%	
sílaba acentuada	680	**46**	**.39**	486	**33**	314	**21**	1480
sílaba pós-tônica	1324	**56**	**.40**	615	**26**	431	**18**	2370

Tabela 3 - Realização da variável [-voz] nos contextos acentuado e pós-tônico.

Como se pode constatar, a ocorrência da variante africada não palatal [ts] é proporcionalmente mais freqüente em contextos acentuados e os pesos relativos para os dois fatores, considerando-se a variante não africada, não indicam diferença significativa entre eles Sendo assim, embora em contextos pós-tônicos a africada alveolar [ts, dz] possa estar associada a um processo de enfraquecimento da vogal, sendo um subproduto da aspiração da vogal, sua ocorrência em contextos acentuados nos faz assegurar sua existência no sistema sociolingüístico da comunidade, não mais como um efeito flutuante secundário, mas como uma realização que se incorpora ao funcionamento sociolingüístico. Não estamos, com isso, descartando que haja uma relação entre o acento e a ocorrência do efeito mencionado. Teremos oportunidade de voltar, mas à frente, a esta questão (cf. seções 4.2.1.4.4. e 4.2.1.5.2).

Por ora, ficamos com a constatação de que as consoantes [-voz] privilegiam a entrada da africação, corroborando a hipótese levantada entre africação e aspiração. Ficamos ainda com os resultados da variável [+voz] que apontam para uma maior freqüência da variante africada palatal, se confrontada com a não palatal, o que, por enquanto, deixamos como um problema a ser resolvido quando explorarmos apenas as duas variantes africadas, uma contra a outra.

Os três grupos de fatores que seguem *contexto antecendente*, *natureza da vogal [i]* e *contexto seguinte à vogal [i]* operam, basicamente com o mesmo princípio: a possível interferência do gesto articulatório, nos segmentos que antecedetem e seguem a variável. Como a africação da consoante oclusiva alveolar é um processo assimilatório, é possível imaginar que o entorno lingüístico em que se encontra possa oferecer configurações articulatórias mais ou menos propícias para sua realização.

Comecemos com o contexto antecedente.

4.2.1.2. Contexto antecedente

Com este grupo de fatores o que estamos controlando é a possibilidade de assimilação regressiva: até que ponto a natureza do segmento que antecede a variável

influencia o processo de variação. Seus fatores discriminam tanto a diferença entre vogais e consoantes, como também entre as consoantes, bem como vogais nasais e não nasais. Abaixo está a lista dos fatores utilizados na codificação, com exemplos:

Contexto antecedente

1) **pausa**
2) vogal /a/ .Ex: atacadinha, cidade, batido.
3) vogal nasalisada /ã/. Ex: antes, bastante, grande.
4) vogais anteriores não altas ([e], [ɛ]) Ex: chacretes, objetivo, médico.
5) vogal anterior não-alta nasalisada ([e]) Ex: gente, defendia.
6) vogais posteriores ([o], [ɔ] ,[u]). Ex: chicote, pode, ultimo.
7) vogais posteriores nasalizadas ([õ], [u]) .Ex: continuo, onde.
8) vogal anterior alta **/i/.** Ex: escondidinhos.
9) vogal anterior alta nasalizada [i]. Ex: lindinha, vinte.
10) ditongos com glide anterior. Ex: noite, leite, cansei de pedir.
11) ditongos com glide anterior nasalizados Ex: bem divertido [beydʒivextʃidʊ].
12) ditongos com glide posterior. Ex: Valtinho [vaw'tʃiɲʊ], eu tinha [ewtʃiɲɐ].
13) ditongos com glide posterior nasalizados. Ex: então tinha [ɪtɐwtiɲɐ].
14) /s/ → [s]. Ex: existe [e'zistˢɪ], desde ['dezdɪ].
15) /s/ → [ʃ] ou /s/ → [ʒ]. Ex: castigo [caʃ'tʃigʊ], mais dificil [mayʒdʒi'fisiʊ].
16) /r/ →[x]. Ex: divertido, tarde.
17) /e/ → [ɪ]. Ex: metido [mɪ'tʃidʊ], pedia [pɪ'dʒiɐ].
17) /r/ → [r]. Ex: forte ['fɔrtɪ]

A maioria dos fatores descreve ambientes vocálicos, em função da restrição do português à classe de possíveis segmentos consonantais em coda de sílaba, no caso a sílaba

que antecederia a variável. De uma maneira geral, poderíamos dizer que esperamos os seguintes comportamentos:

1) No caso de antecederem segmentos vocálicos:

A hipótese que adotamos para a explicação da africação traz para o centro da análise a altura da vogal (cf. seção 3.3.6.2.). Na seção 3.3.6.3. aventamos a hipótese de que a altura de segmentos adjacentes à consoante oclusiva também pudesse ter influência no processo de variação. Se este for o caso, é possível que vogais como [i] e [u], no contexto antecedente ocasionem maior grau de africação, enquanto vogais como [a] tenderiam a inibi-la. Em Hora (1990) tais contextos vocálicos não se mostraram muito relevantes, tendendo a não interferir significativamente no grau de palatalização nos dados por ele descrito (cf. Hora, 1990, pp. 128-131). No caso das vogais, o único condicionamento relevante por ele anotado foi o da nasalidade, que tende a implementar a palatalização nas oclusivas alveolares.

2) No caso de antecederem segmentos consonantais:

Um aspecto importante a respeito do estatuto das africadas é, como vimos, a possibilidade de serem consideradas segmentos de contorno (cf. seção 3.3.5.). Assumir tal possibilidade implica que as africadas estariam sujeitas aos efeitos de margem, isto é, à esquerda não seriam afetadas por consoantes fricativas e à direita, por consoantes oclusivas, no que diz respeito especificamente a uma possível assimilação de modo de articulação. Os resultados de Hora (1990) são bem comportados em relação a um possível estatuto de segmento de contorno para as africadas: a presença da fricativa alveolar em contexto antecedente inibe a palatalização (cf. Hora, 1990, p. 130).

O dialeto de Florianópolis apresenta com bastante produtividade a palatalização da fricativa alveolar em coda da sílaba. Assim, se espera que, se houver condicionamento no contexto antecedente à oclusiva, ele atue em obediência ao ponto de articulação: a

realização alveolar da fricativa /s/ condicionaria a africada alveolar e a realização palatalizada condicionaria a africada palatal. Com isto estaríamos esperando uma assimilação de ponto de articulação e não de modo, o que indicaria que as africadas de fato são segmentos de contorno.

Vejamos os resultados com todos os fatores, para, a partir deles, empreendermos uma compreensão maior do que se passa. Ei-los, na tabela 4:

Contexto antecedente	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	N	%	p.r	N	%	N	%	
[r]	6	86	.82	1	14	-	-	7
[a]	1059	71	.62	247	17	181	12	1487
ditongos nasais com glide anterior	62	69	.55	17	19	11	12	90
[e, ɛ]	304	66	.58	92	19	68	15	464
[x]	263	66	.51	89	22	45	12	397
[o, u]	727	64	.48	224	20	191	16	1142
/e/ -> [ɪ]	371	63	.51	122	21	93	16	586
[ẽ]	910	62	.51	296	20	259	18	1465
ditongos com glide anterior	145	61	.50	66	27	29	12	240
ditongos com glide posteior	164	60	.50	67	24	44	16	275
/ã/	284	60	.48	113	24	76	16	473
pausa	207	59	.48	76	22	68	19	351
[ĩ]	132	57	.43	52	23	45	20	229
ditongos com glide posterior nasalizados	158	57	.53	80	29	41	14	279
[ũ, õ]	170	56	.39	86	28	50	16	306
/i/	104	53	.47	57	28	39	19	200
[s]	47	35	.25	47	35	39	30	133
[ʃ]	150	33	.27	39	9	260	58	449
Total	5263	61		1771	21	1539	18	8573

Tabela 4 - Resultados gerais das três variantes, em função do contexto antecedente

Algumas considerações interessantes podem ser feitas com relação à tabela 4, em questão. Destaquemos o efeito que provoca na realização da variável o fato de ela ser precedida da consoante fricativa palato-alveolar [ʃ]. Quando isto se dá o percentual de realização não africada cai para 33 % (o peso relativo foi de .27), enquanto o percentual de

africadas palatais vai a 58%. Este resultado é o oposto do obtido por Hora, 1990, para a cidade de Alagoinhas. Tendo controlado apenas a sibilante coronal, não distinguindo a realização palatal, o autor registra esse contexto como forte inibidor da aplicação da palatalização, como já assinalamos anteriormente. Já Albano (1997) e (1998) apontam o contexto de fricativa em contexto antecedente pode ocasionar a africação da oclusiva. Em Albano (1998) constata, por meio de medições acústicas refinadas, que falantes "não africadores" podem produzir africadas, em seqüências fônicas como **['asti]**, **['ɛsti]**, **['esti]** e **['isti]** nas quais:

> *...o espectro da explosão do /t/ se torna cada vez mais compacto, com a concentração de energia estendendo-se por uma faixa maior e iniciando-se em freqüências cada vez mais baixas, o que indica uma mudança gradual de uma articulação dental para uma articulação alveolopalatal.*
>
> (Albano, 1998, pp.9-10)

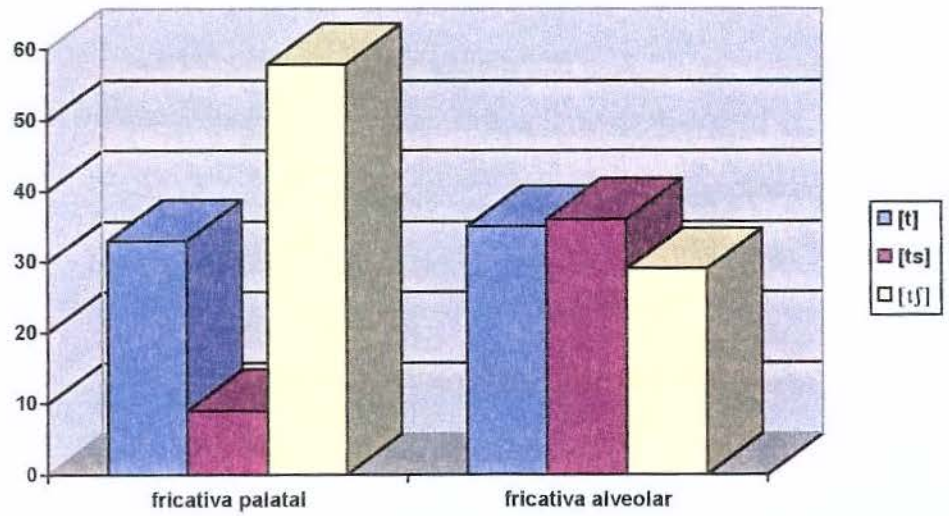
Acrescente-se a isso o fato de que é possível a palatalização de ambas as consoantes: tanto a fricativa [s] quanto a oclusiva que se lhe segue, como aponta Albano (1998).

A co-ocorrência da consoante alveolar africada e da fricativa palatal antecedente em coda poderia ser interpretada na direção oposta à que se pretende aqui: pode-se pensar que é sibilante coronal que assimila os traços da africada. Este tipo de interpretação pressupõe a não existência da palatalização da fricativa alveolar em posição de coda como um processo independente. É o que ocorre em dialetos como o de Vitória, no Espírito Santo. Se tomamos os itens lexicais **pasta** e **pastinha**, vamos ter duas realizações diferentes para a consoante /s/: ['pastɐ] e [paʃtʃiɲɐ], em razão da palatalização da consoante /t/ diante de da vogal /i/. Albano (1997) registra igual tendência no dialeto de Jundiaí, São Paulo, apontando, a partir do quadro que adota, para uma possível acomodação do gesto articulatório. No caso da cidade paulista, a fricativa usualmente não palataliza, enquanto a oclusiva sofre forte palatalização. Em alguns dados, a autora registrou a palatalização de /s/, o que, segundo ela, poderia ser o indício do começo de um processo de mudança.

No caso do dialeto de Florianópolis, Brescancini (1995) descreveu detalhadamente o funcionamento da palatalização da fricativa /s/, na posição de coda. O fenômeno é variável,

porém há uma forte tendência à palatalização, o que indicaria uma regra de motivação independente, já que tal consoante se palataliza nos mais diversos ambientes. Isto posto, os resultados da tabela 4 devem ser interpretados como um processo de assimilação regressiva, por parte da consoante oclusiva alveolar, e não o contrário. Interessante é perceber que, quando a fricativa que antecede a variável aqui estudada é alveolar, também se reduz fortemente a realização não africada da variável (35 % das ocorrências e peso relativo de .25). Porém, ao contrário do fator anterior, é a variante africada não palatal a privilegiada, com 35 % das ocorrências, embora a realização palatalizada não seja inibida, como no caso anterior: aqui, ela alcança 30 % das ocorrências. O gráfico 2, abaixo, destaca os dois fatores analisados, comparando-os com o percentual médio das três variantes.

Gráfico 2 - Percentual de ocorrênica das três variantes, em função de contexto antecedente

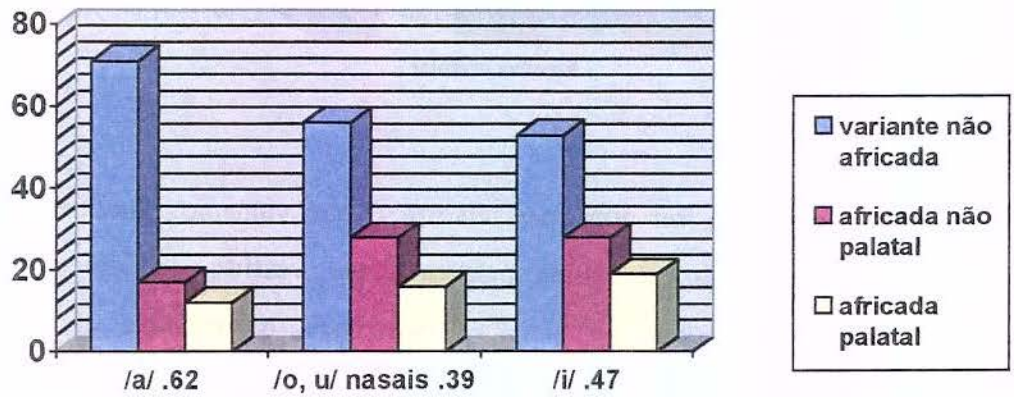


No gráfico 2, podemos ver com mais clareza o que vínhamos argumentando: a ocorrência da fricativa palatalizada, numa palavra como **vestido**, tenderá a levar à palatalização da oclusiva alveolar: [vɪʃ'tʃidʊ]; a ocorrência da fricativa alveolar não palatalizada [s], equipara as três variantes. Porém, é preciso notar que o percentual da variante africada não palatal [ts] sobe consideravelmente, em relação à média geral, que é de

21%. Estaríamos, portanto, diante de um processo de assimilação regressiva, que atua como condicionador do processo - numa única direção, no caso da consoante fricativa palatal [ʃ] e abrindo para as duas variantes inovadoras, no caso da consoante [s]. Quando expusermos os resultados que opõem as duas variantes africadas, teremos oportunidade de checar se há alguma diferença significativa entre as duas realizações africadas, segundo a sibilante que a antecede. O que podemos acrescentar em relação ao estatuto da africada é que, no que toca aos efeitos de margem, em parte a previsão se confirma: o condicionamento atua respeitando a alteração no ponto de articulação. Porém, é preciso reconhecer que a fricativa alveolar não impede o crescimento da africada palatalizada; ao contrário, esta apresenta um significativo crescimento em relação à média geral. Pode-se dizer, portanto, que a presença da fricativa alveolar antecedendo a variável faz crescer significativamente a africação em geral, o que confirma a hipótese levantada por Albano (1997) e (1998) e constituiria um sinal de desobediência aos efeitos de margens estipulados pela hipótese de segmento de contorno para as africadas.

Quanto aos demais fatores, temos duas extremidades nas quais se colocam, de um lado o fonema /a/ e na outra, [i] [õ] [u]. O gráfico três ilustra os resultados extraídos da tabela 4, acima, comparando-os com as médias gerais.

Gráfico 3 - Resultados dos contextos vocálicos mais relevantes.

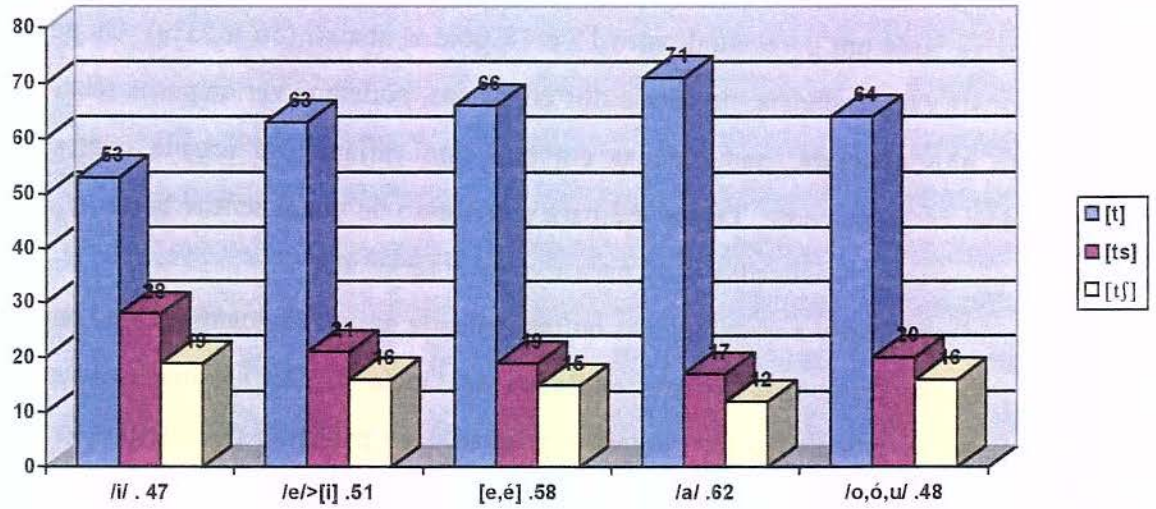


Podemos perceber a vogal /a/ inibindo o processo de africação, favorecendo a ocorrência da variante /t/, enquanto as vogais /i/ e as posteriores nasalisadas apresentam, para esta última variante um percentual entre 15 e 18 pontos abaixo (56 e 53%). Os pesos relativos confirmam esta tendência: no rótulo dos contextos, podemos ver os pesos relativos para a variante **não africada**, nas rodadas em que esta variante foi jogada contra as africadas, tomadas conjuntamente. Temos .62 para o contexto de vogal central baixa /a/, .39 para as vogais posteriores nasalizadas e .47 para a vogal anterior alta /i/.

Esta polarização entre a vogal /a/ e as outras indicaria um condicionamento de cunho articulatório? Se observarmos os outros resultados da tabela 4, não há uma ordenação quanto aos lugares de articulação das vogais nem quanto ao processo de nasalização. Se considerarmos a oposição entre /a/ e /i/, poderíamos pensar também em um condicionamento em função do lugar de articulação, o qual estaria intimamente relacionado ao processo de africação (uma vez que a vogal /i/ é apontada como a fonte dos traços que originam o processo de assimilação pela consoante oclusiva alveolar). A questão é que, se tal raciocínio é válido aqui, a partir dos resultados, então teríamos que afirmar que as vogais posteriores nasalizadas operariam do mesmo modo. O curioso é que as vogais posteriores não nasalizadas não apresentam resultados semelhantes (pela tabela 4, pode-se ver que quando a variável é precedida das vogais posteriores não nasalizadas, o percentual de ocorrência da variante não africada [t] sobe para 64% - ou seja - 9% a mais do que quando estão nasalizadas). Já no caso da vogal /i/, a nasalização não altera significativamente os resultados (temos 57% de consoantes não africadas). Nossa questão é: seria possível hierarquizar os contextos antecedentes com base no lugar de articulação das vogais? A nasalização exerceria um condicionamento globalmente, ou certas vogais nasalizadas adquiririam determinados lugares de articulação que propiciariam a ocorrência de certas variantes?

O gráfico 4 apresenta os resultados das vogais não nasalizadas, extraídos da tabela 4, sem incluir os ditongos, para que possamos visualizar melhor os tipos vocálicos no contexto que antecede a variável.

Gráfico 4 - Vogais não nasais no contexto antecedente



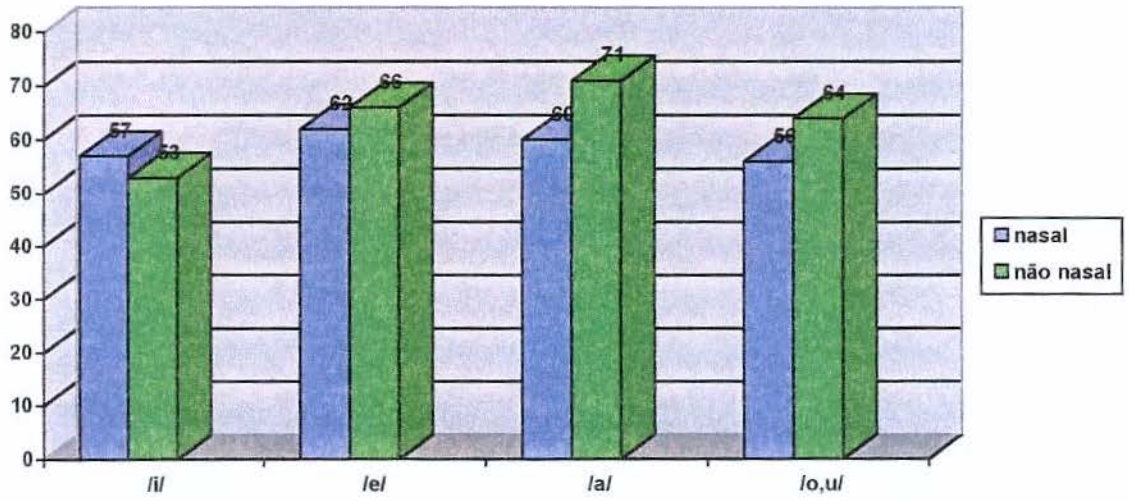
Observando-se somente a coluna da variante não africada [t] [d], pode-se observar que seus valores crescem na direção oposta à da altura da vogal (distinguindo-se a vogal [i] da vogal [ɪ] das posições átonas). O pesos relativos verificados para estes fatores confirmam a mesma tendência. As vogais posteriores (cuja altura não foi diferenciada na codificação dos dados) apresentam um resultado intermediário entre os extremos. As demais variantes parecem obedecer ao mesmo padrão, na direção oposta. Registre-se apenas que no caso de a variável ser antecedida pela vogal /i/ a variante africada não palatal **[ts]** é que cresceu, enquanto a variante africada palatalizada [tʃ] ficou praticamente no mesmo resultado da média geral (de 18%).

O que os gráficos parecem indicar é que pode haver um condicionamento - ainda que não muito acentuado - motivado pela altura da vogal que antecede a variável - o qual estaria no espírito do próprio processo de palatalização tal como é descrito pela literatura. Se observarmos os pesos relativos, vemos que, quando se trata das vogais, temos de um lado as vogais /a/ e /e ɛ/, e as demais, de outro. No caso das primeiras, têm peso relativo de .62 e .58, indicando serem contextos que favorecem a realização não africada; quanto às demais vogais, os pesos relativos estão todos próximos de .50, o que significa que cessa esse favorecimento da variante não africada. Tais resultados corroboram, ainda que

indiretamente, a hipótese levantada no capítyulo 3. O traço de altura, que é o gatilho da africação, atua não somente na assimilação da vogal [i], mas também no contexto antecedente.

Em Hora, 1990, é registrado apenas o condicionamento das vogais nasais no contexto antecedente, que tenderiam a favorecer, nos dados por ele analisados, a aplicação da palatalização. Vejamos, então, o efeito da nasalização sobre a mesma escala de altura analisada anteriormente. O gráfico 5, a seguir, apresenta somente os resultados relativos à ocorrência da variante não africada, comparando-se os resultados da vogal não nasal e da vogal nasalizada, no contexto antecedente.

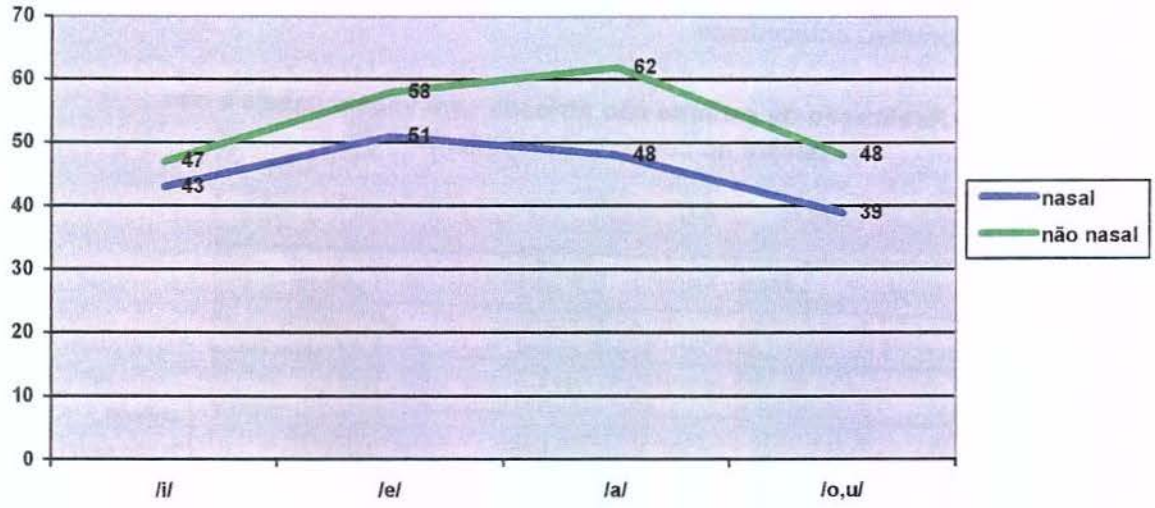
Gráfico 5- Realização da variante não africada com vogais nasais e não nasais no contexto antecedente



Podemos perceber pelo gráfico 5 que a nasalidade não intervém de maneira uniforme. Em especial, destaquemos o caso da vogal /a/: conforme já tínhamos apontado, quando antecede à variável a vogal /a/ não nasalizada, o percentual de ocorrência da variante não palatalizada é de 71%; já quando a vogal /a/ está nasalizada, este percentual cai para 60% (o que indica maior grau de africação). O mesmo tipo de interferência parece se registrar nas vogais posteriores: quando nasalizadas, tenderiam a diminuir a ocorrência da

variante não africada (o que implica maior ocorrência de variantes africadas). Porém, quando se trata da vogal /i/, a nasalização parece não intervir significativamente (a diferença entre a nasalizada e a não nasalizada é de apenas dois pontos percentuais). O gráfico 5.1., abaixo, apresenta os mesmos resultados, considerando os pesos relativos obtidos para a variante não africada [t,d]:

Gráfico 5.1. Pesos relativos das vogais antedecentes, segundo nasalidade, para a realização da variante não africada, [t,d]

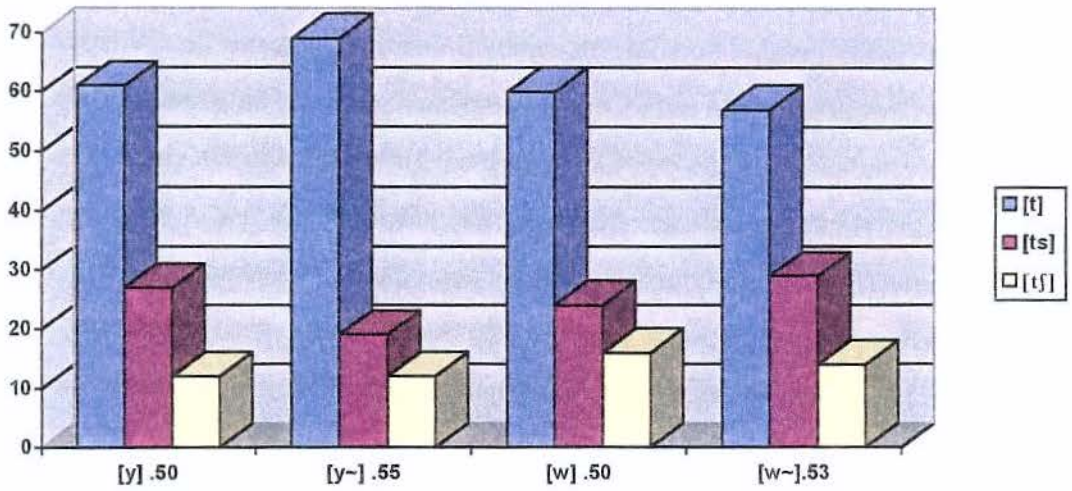


Com os pesos relativos, podemos ver que a variável parece não ser afetada pela nasalidade sobre a vogal /i/. Já quando se trata das outras vogais, a nasalidade faz com que o condicionamento se altere: no caso da vogal /a/, quando nasalizada, tem peso relativo de .48, o mesmo das vogais posteriores não nasalizadas; quando a vogal /a/ é não nasal, o peso relativo sobe para .62, o que implica que condiciona a não africação. No caso das vogais /e ɛ /, a mesma tendência se registra: quando nasal, a vogal /e/ tem peso relativo de .51, quando não nasal, sobe para .58, condicionando a não africação. O mesmo se dá com as vogais posteriores. Podemos ficar, então, com a hipótese provisória de que a nasalização altera a maneira como as vogais atuam no condicionamento, quando se encontram antecedendo a variável: a vogal alta /i/ comporta-se diferentemente das demais, em especial

as não anteriores /a, o, u/ . É como se, com estas últimas, houvesse uma alteração significativa do espaço de articulação, que terminaria por intervir no gesto articulatório que ocasiona a ocorrência do processo de africação - palatal ou não.

Por fim, um breve exame dos glides. Na codificação dos dados, controlamos apenas o glide que antecedia a variável (uma vez que controlar todos os diferentes ditongos sobrecarregaria o grupo de fatores - já sobrecarregado). O gráfico 6 apresenta os resultados de glides nasalizados e não nasalizados, anteriores e posteriores. Em princípio, esperaríamos que se comportassem como as vogais correspondentes. Vejamos se é o caso:

Gráfico 6- Resultados gerais em função dos glides no contexto antecedente



O que se pode perceber pelo gráfico, a julgar pelos pesos relativos obtidos para a variante não africada em cada um dos fatores, é que a nasalidade não diferencia de maneira significativa os glides. Todos estão muito próximos de .50. Apenas o glide anterior nasalizado obtém .55 para a variante não africada, o que não é muito significativo, considerando-se o quadro acima.

A fim de dirimir de vez uma possível interferência da nasalidade, fizemos uma rodada em que reunimos todas as vogais nasais, em um fator e todas as vogais não nasais em outro fator. Rodando-se juntamente com os fatores restantes no grupo contexto antecedente e contra todos os outros fatores lingüísticos, o resultado que obtivemos foi o seguinte:

Contexto antecedente	**Variante não africada [t,d]**		
	N	**%**	**p.r.**
Vogais e glides nasalizados	1716/4394	60	.50
Vogais e glides não nasalizados	2874/4394	65	.53

Tabela 4.1. Aplicação da variante não africada [t,d], contra as africadas, reunidas, segundo a nasalidade das vogais antecedentes.

A tabela 4.1. deixa bastante claro que não há interferência da nasalidade no contexto antecedente, no sentido de diferenciar a ocorrência de africação e não africação. Quando rodadas juntamente com todos os outros grupos lingüísticos, contra cada grupo de fatores extralingüísticos, os resultados dos dois fatores também ficaram em torno de .50 (oscilando de .48 a .52). Estes resultados não estão em consonância com os de Hora (1990), que encontrou um forte condicionamento exercido pelas vogais nasalidade da vogal - tomada globalmente - no contexto antecedente. No caso de Florianópolis, se a nasalidade do contexto antecedente exerce alguma influência nos dados analisados, isto se dá pontualmente: na vogal central /a/, em especial (em menor grau, nas posteriores e nas anteriores médias). No casos em que atua, em especial com a vogal /a/, a ausência de nasalidade parece favorecer a ocorrência da variante não africada. Parece ser o caso de a nasalização da vogal criar, em certas circunstâncias, determinados gestos articulatórios que propiciariam a ocorrência da africação.

Concluindo esta seção, poderíamos adiantar algumas hipóteses que auxiliariam a entender o processo de variação na realização da consoante oclusiva alveolar no dialeto de Florianópolis. Parece haver motivos para crer na intervenção da natureza do contexto que antecede a variável:

1) quando se trata de consoante fricativa, há uma inibição da realização não africada [t] , [d], havendo maior tendência para a realização africada: quando a fricativa é palatal, da

africada palatalizada; quando a fricativa é alveolar, da africada não palatalizada [ts] (embora a realização palatalizada não seja inibida, neste último caso);

2) quando a variável é antecedida por vogais, há um tênue condicionamento que obedece à altura da vogal e a região anterior/posterior: nos extremos: a vogal /i/ condiciona a ocorrência de africadas, a vogal /a/ condiciona a ocorrência de não africadas. As demais vogais ocasionariam valores intermediários para as variantes;

3) A nasalização no contexto antecedente não atua de maneira uniforme em todas as vogais. Em especial, destaca-se que: não altera o condicionamento da vogal /i/, porém altera significativamente o condicionamento exercido pela vogal /a/ e pelas vogais posteriores.

Os resultados corroboram a análise fonológica proposta, colocando um problema interessante para o tratamento das africadas como segmentos de contorno, de certa forma já colocado por Albano (1997): o fato de que a fricativa pode condicionar africação do segmento seguinte a ela, o que contraria os efeitos de margem de um segmento de contorno. Os resultados descritos nessa seção apontam, assim, para uma possível atuação sintagmática do processo articulatório. Como destaca Albano, (1998) é possível que o gesto articulatório que compreende o processo de africação (e o de não africação) seja facilitado pelos segmentos circunvizinhos. Até aqui, vimos a atuação do segmento atecedente. Como ainda há dois grupos de fatores que lidam com o contínuo segmental, teremos oportunidade de voltar a esta discussão mais detalhadamente, em especial se os próximos grupos de fatores se mostrarem significativos.

4.2.1.3. Natureza da vogal que segue a variável

Conforme já apontamos, o processo de africação, palatalizada ou não, é explicado como uma assimilação de traços da vogal /i/, que o segue. Ocorre que a vogal que detona a aplicação da regra pode ser fruto de mais de um processo fonológico diferente, bem como

pode ser elidida, pela intervenção de outras regras fonológicas. A fim de captar tais diferenças, este grupo de fatores foi assim organizado:

i. /i/ - Ex: **t**ipo ['tipʊ], dia

n. /i/ nasalizado[i] - Ex: **t**inha ['tiɲɐ]

y. /i/ -> [y] casos de ditongação Ex: **d**e uma vez [dʒ**yu**mɐ]

e. /e/ → [ɪ] . Ex: **d**ente ['detɪ]; gra**d**e ['gradʒɪ]

p. [ɪ] epentético Ex: **ad**ministrar [adɪminiʃ'trax]

c. consoante em contexto de epêntese Ex: **ad**ministrar [adminiʃ'trax]

q. consoante com queda de vogal Ex: me**d**icina [me'dsina] - segue /s/ ou /z/

z. /i/,/e/ → 0 - queda da vogal - não segue /s/ ou /z/ . Ex: **d**iferente [dferetɪ]

g. crase do [i] = [i] + [i] Ex: a noit*e i*nteira [anoytiterɐ] (não distingue nasalidade)

x. ditongos com vogal posterior Ex: ín**d**io ['idʒyʊ] , pe**d**iu [pɪ'diw]

Com este grupo de fatores, estamos investigando três fatos distintos, embora relacionados:

1) se haveria alguma relação entre o processo de variação da consoante oclusiva em função do tipo de realização da vogal [i]. A regra de africação é descrita como um processo de assimilação dos traços da vogal anterior alta [i]. Sabemos, porém, que esta vogal pode emergir na fala a partir de diferentes processos e formas. Assim, uma parte dos fatores busca investigar se haveria diferença na realização da variável em função do fato de:

a) estar diante de vogal fonológica /i/, não nasalizada como em **partido (fator sob o código *i*)**;

b) estar diante de vogal alta anterior nasalizada [i], com em **tinha** ['tiɲɐ] (**fator sob o código *n***);

c) estar diante da vogal [ɪ] , usualmente apontada como a realização de /e/, em contextos átonos, como em **leite** ['leytʃɪ], **gente** ['ʒetʃɪ] (**fator sob o código *e***);

d) estar diante de uma vogal epentética, como em **advogado** [adɪvo'gadʊ], (**fator sob o código *p***). Controlaram-se também os casos em que a epêntese seria possível, mas não foi realizada, como em advogado [advo'gadʊ], (**fator sob o código *c***) ;

e) ou ainda de um glide, formado pela ressilabificação, em contato com vogal seguinte, como em **a gente é bonito** [aʒetʃyɛbʊ'nitʊ] (**fator sob o código *y***);

f) encontrar-se diante de ditongos, no interior da própria palavra, como em **partiu** [pax'tʃiω] , **gentil** [ʒe'tʃiω] ou **prédio** [prɛdyω] (**fator sob o código *w***). Este último fator poderia ser descrito com a combinação de outros fatores. Preferimos distingui-lo do glide obtido por ressilabificação para que este fator descrevesse apenas os ditongos com segmentos anteriores e posteriores [iw] ou [yu], no interior do item lexical, quando esta realização é a usual no dialeto. Assim, distingüimos os casos em que a vogal /i/ está seguida de segmento posterior, como em **golpe de urso** [dɪ'uxsʊ], dos casos em que o ditongo é a única realização possível no interior da palavra, como em **partiu.**

2) a possível interferência de uma regra de apagamento da vogal, em função de lhe seguir uma consoante fricativa, alveolar ou palatal, como em **medicina** [me'dsinɐ] (**fator sob o código q**);

3) a relação entre a variação na oclusiva alveolar em função do apagamento da vogal, em outros contextos. Se pensarmos, por exemplo, que em final de sílaba, é possível ocorrer a palatalização com um concomitante enfraquecimento da vogal, como em **leite**

[leytʃ], é possível perguntar o quanto a ocorrência de africação estaria relacionada a esta queda, postulando a atuação de um efeito compensatório de preservação de traços. Acrescente-se o fato de que o dialeto registra queda da vogal sem a ocorrência de africação, p. ex.: [leyt] (**fator sob o código z**)

O grupo de fatores foi sempre selecionado nas muitas rodadas realizadas. Os resultados gerais estão na tabela 5, a seguir:

Natureza da vogal [i]	[t]			[ts]		[tʃ]		*Total*
	N	%	p.r	N	%	N	%	
epêntese não realizada	10	**100**	-	-	-	-	-	10
queda de vogal diante de[ʃ, ʒ, s, z]	521	**98**	**.93**	1	**0.1**	12	**1.9**	534
/e/ → [ɪ]	2327	**65**	**.54**	643	**18**	603	**17**	3573
crase da vogal [i + i]	99	**62**	**.45**	30	**19**	31	**19**	160
[ɪ] epentético como em *advogado*	18	**60**	**.48**	7	**23**	5	**17**	30
[i] → [y]	280	**60**	**.44**	85	**18**	100	**22**	465
/i/	1351	**58**	**.41**	493	**21**	499	**21**	2343
[ĩ]	516	**49**	**.34**	348	**34**	182	**17**	1046
ditongos	45	**41**	**.23**	41	**38**	23	**21**	109
queda de vogal em outros contextos	96	**32**	**.27**	123	**40**	84	**28**	303
Total	5263	**61**		1771	**21**	1539	**18**	8573
input - .66								

Tabela 5 - Resultados gerais em função do contexto imediatamente seguinte à variável

Seguindo a metodologia de apresentação que adotamos, os pesos relativos registrados para a variante não africada [t, d] foram levantados em rodada com todos os fatores lingüísticos, na qual essa variante foi jogada como aplicação da regra, contra a africação (ou seja, contra as duas outras variantes, tomadas conjuntamente). Nas demais rodadas gerais, em que os grupos lingüísticos foram rodados contra cada grupo extra-

lingüístico, os valores mantiveram-se praticamente os mesmos daqueles registrados acima (o que indica que nenhum fator extra-lingüístico altera signficativamente a gradação acima).

A tabela não pode ser lida como um grupo de fatores no sentido tradicional, porque, como já dissemos, há mais de uma regra envolvida aqui. Assim, discutiremos separadamente os resultados da tabela 5.

4.2.3.1. Vogal não realizada

O primeiro fator - *epêntese não realizada* - procurou controlar uma característica do dialeto local que é a de realizar certos *clusters* consonantais que são normalmente desfeitos por uma vogal epentética, no português do Brasil. Foram somente 10 ocorrências e, obviamente, sem nenhuma realização africada. O fator *vogal [ɪ] epentética* registrou no total 30 ocorrências. Portanto, tivemos 40 ocorrências do contexto propício à epêntese. Em 10 desses, a epêntese não se realizou, ficando, assim, interditada a possibilidade de aplicação da regra de variação. Poderíamos ter desprezado esses dados, mas como veremos a seguir, parece interessante constatar que, em determinados contextos, o dialeto de Florianópolis opera diferentemente do resto do Brasil. Tal é o caso dos contextos de epêntese. Aparentemente, é possível realizar o *cluster* consonantal, ainda que esse tipo de ocorrência não tenha sido maioria.

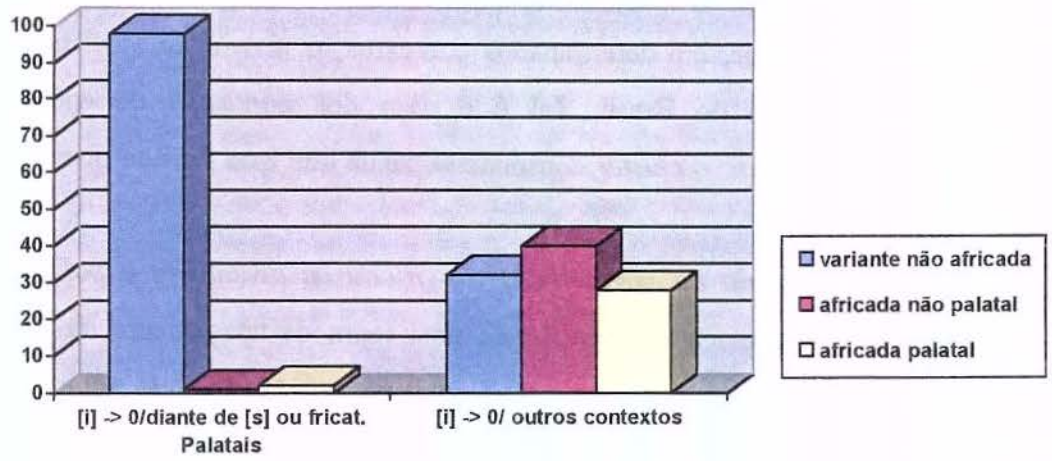
O segundo fator - *queda da vogal diante de fricativas alveolares e palatais* - conforme já adiantamos, controla a intervenção de uma regra de apagamento da vogal, proposta em Bisol, (1986). No caso da tabela 5, o fator em questão registra somente os casos em que auditivamente foi constatada a queda da vogal, quando se segue a ela uma consoante fricativa - tanto alveolar [s], [z] quanto palatal, [ʃ] [ʒ]. Nesses casos, a realização não africada é quase categórica, contando-se pouquíssimos casos das outras variantes (é questionável, inclusive, se podemos falar em queda da vogal, uma vez que o controle é auditivo e pode-se estar, perfeitamente, diante de um problema de escuta. Albano *et alii* (1998) demonstraram que a queda de vogal átona final em contextos de juntura é questão de

gradiência. Mesmo falantes treinados podem não percebê-la auditivamente, mas as análises acústicas detectam traços de sua presença).

O que a tabela 5 não distingue é qual a consoante fricativa que ocorre após a vogal, se alveolar, como em **antes** ['ɐts]; se palatal, como em **antes** ['ɐtʃ] .Como esta possibilidade foi controlada no próximo grupo de fatores a ser analisado, faremos suspense da questão: haveria diferença na inibição do processo de africação em função do tipo de consoante fricativa seguinte à vogal que está apagada ? É de ver na próxima seção.

Mas já que estamos de falando de queda da vogal, é interessante notar que, quando a vogal não foi auditivamente registrada em *outros contextos*, os resultados indicam um alto grau de africação. Os resultados estão repetidos no gráfico 7, abaixo:

Gráfico 7 - Realização da variável em contextos de queda da vogal [i].



Observe-se que, quando a queda da vogal se dá em *outros contextos*, que não diante da fricativa alveolar ou palatal, os valores para as variantes são bastante diferentes do que diante do fonema /s/ (realizado como alveolar ou palatalizado). Neste último caso a variante não africada [t, d] é praticamente categórica – os casos de africação somam 13 ocorrências, num total de 534 dados. Já quando a queda de vogal se dá em *outros contextos*

o percentual da mesma variante cai para 32%, havendo um certo equilíbrio entre as três variantes .A que se deveria tal resultado? Em primeiro lugar, é importante dizer que, se não se registra a vogal, nos casos em que as variantes africadas se realizam, temos que pressupor uma ordenação de regras: primeiramente ocorreria a assimilação e em seguida a queda da vogal. Por esta visão, as ocorrências da variante não africada [t,d], em *outros contextos*, não seriam devidas à ausência de vogal que possibilitasse assimilação de traços, mas simplesmente à não aplicação do processo de assimilação .

Já nos casos em que à vogal [i] segue uma fricativa alveolar ou palatal, a situação seria inversa: a queda da vogal antecede a aplicação da regra de assimilação, o que seria responsável pelo alto percentual da variante não africada.

Operando-se desta maneira, poderíamos, então formular a hipótese de que, no primeiro caso - *outros contextos* - a queda da vogal seria fonologicamente motivada pela própria ocorrência da africação. Tendo a consoante oclusiva assimilado os traços da vogal [i], a redundância de traços abriria caminho para a queda, preservando-se os traços da vogal na realização africada. Ocorre que, nestes contextos, há 32 % de realização não africada, ou seja, em 96 casos de um total de 303, ocorreu a queda da vogal sem a africação. Tais dados mostram que no dialeto de Florianópolis, a queda da vogal sem a ocorrência de africação não é um fenômeno que se restringe ao contexto de fricativa alveolar, mas uma regra de aplicação mais geral, que é incentivada pela ocorrência de africação. Lembremos que dos 40 casos de contextos propícios à epêntese, em 10 a vogal não foi registrada, o que reforça a idéia de estamos diante de um dialeto em que é possível operar com uma estrutura silábica que permite, em coda, consoantes oclusivas como /t/ e /d/. Esse raciocínio nos leva a operar com os dados de uma maneira diferente da exposta acima.

À semelhança do português europeu, o dialeto de Florianópolis apresenta uma tendência à queda da vogal, aqui detectada no contexto de oclusivas alveolares. Essa tendência é turbinada quando à oclusiva segue uma fricativa alveolar ou palatal, impedindo a aplicação, ainda que variável, da regra de africação. Porém, a tendência ao apagamento da vogal concorre com a sua presença, obviamente. Quando a vogal está presente, a preservação da realização oclusiva alveolar é, na média, de 61% dos casos de ocorrência da

variável. No entanto, após ter ocorrido a africação, também é possível que a vogal caia. Assim, nestes contextos, a africação funciona como um acionador da queda da vogal, uma vez que é possível preservar os traços fonológicos relevantes da vogal na realização africada da consoante.

Na próxima seção, estaremos lidando com o contexto que segue a vogal. Ali poderemos retomar esta discussão, tentando descrever a sintaxe envolvida na aplicação do processo de africação.

4.2.1.3.2. Vogal realizada

Voltemos agora para os contextos em que a vogal se realizou foneticamente. Os gráficos 8 e 9 , a seguir, apresentam os resultados da variante não africada [t, d], para que possamos ver com mais clareza se há algum tipo de condicionamento.

Gráfico 8 - Percentual de ocorrência da variante não africada, em função do tipo de vogal realizada

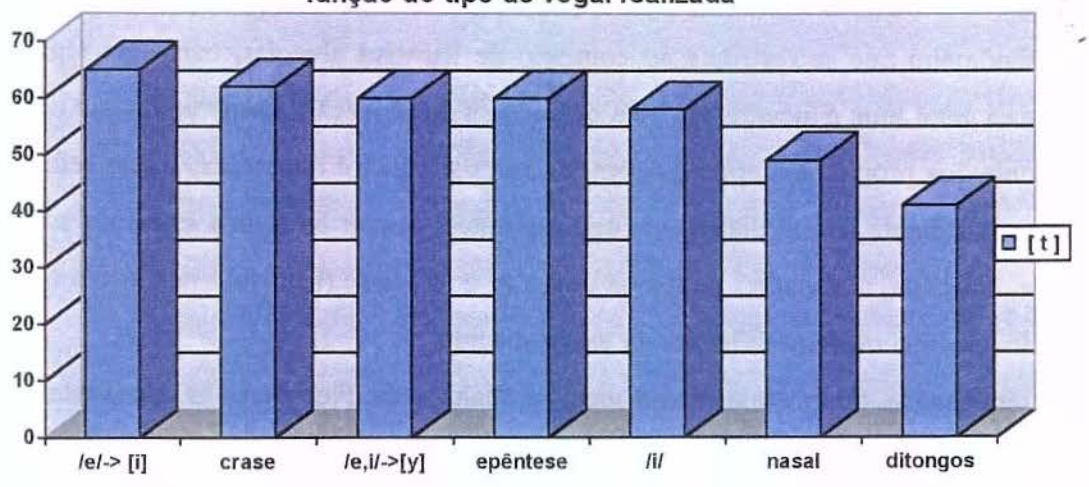
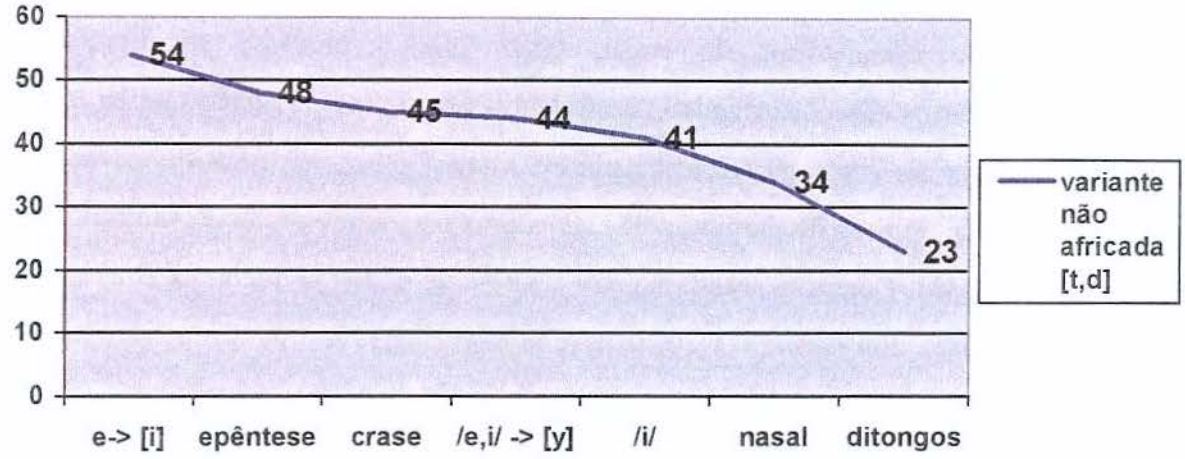


Gráfico 9. Pesos relativos dos tipos de vogal realizada, para a ocorrência da variante não africada.



O gráfico onde estão reproduzidos os pesos relativos demonstra que há condicionamento segundo o "tipo de [i]" que seria o gatilho da regra de africação. Se a natureza dessa vogal não fosse importante, esperaríamos, no gráfico 9, uma linha reta, na altura de .50, que indicaria que todos os fatores não condicionam nem uma nem as outras variantes. Mas o que se vê é que, nos contextos de **/i/**, **[i] nasalizado** e **ditongos**, a tendência é ocorrer cada vez menos a variante não africada e, por conseguinte, as variantes africadas.

A diferença entre o /i/ fonológico e aquele fruto do processo de elevação (/e/ → [ɪ]) é de sete pontos percentuais (respectivamente, 58% de realização não africada, nos casos de /i/ e 65% nos casos de elevação da vogal), e os pesos relativos anotam tal diferença como significativa: **/e/ → [ɪ] . 54** e **vogal fonológica /i/ .41**. Chama a atenção o fato de que os resultados para a *vogal epentética* estão mais próximos dos casos em que a vogal é oriunda do processo de elevação . Podemos fazer a suposição de que, num dialeto como o de Florianópolis, no qual o processo de palatalização é incipiente, faça alguma diferença para o processo de assimilação o fato de a vogal ter os traços fonológicos da coronoal mais alta /i/ ou ser o efeito fonético de uma regra de elevação. Dito de outra maneira, haveria

uma diferença articulatória entre os dois [i] que faria com que o processo de assimilação se desse de maneira mais forte em um deles do que em outro. É como se, neste estágio em que se encontra a variável no interior do sistema sociolingüístico da comunidade, a regra "lesse" determinados traços articulatórios da vogal, sendo que o processo se espraiaria primeiramente por certos espaços articulatórios e depois por outros. É sabido que há uma diferença articulatória entre a vogal /i/ acentuada e a vogal [ɪ] átona, fruto de elevação. Talvez essa diferença, no caso de Florianópolis, tenha uma magnitude capaz de interferir no processo de assimilação. Quanto à realização sob a forma de glide [y] que a vogal adquire por força de processos de ressilabificação, o peso relativo registrado para a aplicação da variante não africada [t, d] foi de .44, mais próximo, portanto, do /i/, que do e→ [ɪ].

Uma última especulação que se poderia fazer diz respeito aos resultados em que o que segue a vogal é um ditongo do tipo [iw] ou do tipo [yu], no interior da própria palavra. A segunda opção, busca dar conta tanto de palavras como **sentiu**, **gentil**, quanto de palavras como **suicidio**, **rádio**, em que os ditongos finais, se consideramos a existência de uma única sílaba após o acento, não têm um estatuto muito preciso (trata-se de [yu] ou de [iw]? Cf. Mattoso Câmara, 1970, p. 56). Daí terem sido codificados conjuntamente.

No caso de tais ditongos, percebe-se pelos gráficos 8 e 9, acima, a menor ocorrência da variante não africada [t,d] . Hora (1990) encontrou resultados semelhantes, para o mesmo tipo de ambiente fonético; no caso dele, tratava-se da contigüidade com vogais altas (/i/ ou /u/). A especulação que ele faz é que a vogal alta, contígua ao /i/ ocasiona a transformação desta vogal em glide. Seguindo Foley(1977), ele trabalha com a idéia de que o glide," *por ser mais fraco que as outras vogais, favorece a ocorrência do processo assimilatório*" (cf. Hora, 1990, p.150). Ocorre que, nos nossos dados, o processo de africação da oclusiva dental é mais freqüente quando o ditongo que segue tem uma vogal , aqui, no interior do item lexical. Na tabela 5 e no gráfico 8 e 8.1., podemos ver que, quando o glide é fruto de ressilabificação em juntura de palavra, o percentual de variantes não africadas sobe (e o peso relativo vai para **.48**). Assim, temos a seguinte questão: é o glide que favorece o processo de africação ou são os ditongos com os segmentos vocálicos anterior e posterior? Para responder a esta pergunta, é necessário, em primeiro lugar,

distinguir, no fator que rotulamos por *ditongos*, os casos em que temos vogal /i/ + glide [w], dos casos em que temos glide [y] + vogal. É possível checar esta informação se cruzamos este fator com a posição em relação ao acento lexical: se a variável estiver em contexto de acento primário, ou às vezes em posição pré-tônica, como em **gentilmente**, teremos o ditongo [iw]; se estiver em posição pós-tônica, teremos o ditongo [yu], : **remédio, prédio**, etc. A tabela 5.1. mostra os resultados:

Posição do ditongo em relação à tonica	**[t]**		**[ts]**		**[tʃ]**		***Total***
	N	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	
Posição pré-tônica – *gentilmente*	-	-	2	**100**	-	-	2
Posição tônica - *sentiu, infantil*	22	**46**	19	**40**	5	**15**	48
Posição pós-tônica - *rádio, remédio*	23	**39**	20	**34**	16	**27**	59
Total	45	**41**	41	**38**	23	**21**	109

Tabela 5.1. Realização da variável em contexto de ditongo, segundo sua posição em relação ao acento primário.

Observando a coluna da variante não africada [t,d], percebemos haver uma pequena diferença entre a posição acentuada e a posição pós-tônica. Mas em ambos os casos, o percentual de africação é maior que 50%, o que demonstra que, independentemente de ser a vogal /i/ um glide ou não, o que conta é o fato de que se trata de uma seqüência de segmentos vocálicos anterior - posterior, seja [iw] ou [yu]. Se observarmos agora a coluna referente à variante africada palatal [tʃ , dʒ], vemos que ela é mais freqüente quando o ditongo se encontra em posição pós-tônica, contexto propício para o surgimento do glide [y]. Isto demonstraria, não fosse o número relativamente pequeno de dados, que, quando segue a vogal um ditongo com segmentos anterior e posterior, se ele é crescente, iniciando pelo glide, temos um contexto mais propício para a palatalização propriamente dita.

Uma forma de checarmos a hipótese acima é confrontar os dados relativos ao contexto de /i/ → [y], por ressilabificação, com o contexto seguinte à vogal. Embora não

tenhamos examinado este grupo de fatores ainda, o que faremos na próxima seção, não custa dar uma olhada para ver o que acontece. Baseados nos resultados acima, a nossa hipótese é que haveria uma diferença entre o contexto de vogal posterior e o de vogal não posterior, quando seguinte a um glide. Por exemplo:

realmenTe o palacio [xeaw'metyupa'lasyu]

a gente era fogo [a'ʒetʃyɛrɐ]

Vejamos, então como se distribuem os 465 dados da variável, quando se encontra diante de glide.

Contexto seguinte ao glide [y]	*[t]*		*[ts]*		*[tʃ]*		*Total*
	N	%	N	%	N	%	
Vogais não posteriores [a, e ɛ]	241	**68**	45	**12**	71	**20**	375
Vogais posteriores não nasalizadas [ɔ, o u]	26	**47**	17	**31**	12	**22**	55
Vogais não posteriores nasalizadas [ã, ẽ]	5	**36**	4	**29**	5	**36**	14
Vogais posteriores nasalizadas [õ, ũ]	8	**21**	19	**49**	12	**31**	39
Total	280	**60**	85	**18**	100	**22**	465

Tabela 5.2. Realização da variável em contexto de glide, segundo a vogal que o segue.

A tabela 5.2. antecipa a influência da nasalidade do contexto seguinte à vogal [i], que discutiremos na próxima seção: tende a crescer a africação em contextos nasalizados. O que nos interessa aqui é observar que, quando o glide [y] forma ditongos com vogais não posteriores, o percentual de não africação fica em 68%; quando se trata de vogais posteriores, este percentual cai para 47%. Quando as posteriores estão nasalizadas, o percentual da variante não africada [t, d] cai para 21% (ou seja, combina os dois condicionadores, a nasalização e o lugar de articulação).

Das tabelas 5.1. e 5.2. podemos concluir que ditongos formados por vocóides anterior-posterior tendem a implementar a africação, independentemente de se encontrarem no interior da palavra ou em juntura de palavra. Já os ditongos formados por glide anterior

[y] e vogais não posteriores tenderiam a não implementar a africação. Isto demonstra que o glide, *per si*, não é o responsável pelo condicionamento, mas a configuração de ditongo com vogal ou glide posterior. Uma maneira de confirmar esta hipótese, seria checar os contextos seguintes acima analisados, quando se encontram após vogais plenas, sem o processo de ressilabificação: **a gente era** [a'ʒetʃɪɛrɐ] . Se nos contextos de vogal posterior o mesmo condicionamento da tabela 5.2. se mantiver, isto será um indício de que a realização como glide definitivamente não conta, o que conta é a seqüência [i] + vogal posterior. Em caso contrário, o processo de ressilabificação e a realização da vogal como glide exerceriam influência sobre o processo de variação. Embora estejamos antecipando resultados, acho melhor matar a charada logo de uma vez. A tabela 5.3. apresenta apenas os resultados para a realização /e/ → [ɪ], quando seguido de outra vogal (a escolha desta realização se deve ao fato de que ela é a mais propícia a ter ressilabificação):

Contexto seguinte à vogal /e/→ [ɪ]	[t]		[ts]		[tʃ]		**Total**
	N	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	
Vogais não posteriores [a, e ɛ]	132	**75**	24	**14**	20	**11**	176
Vogais posteriores não nasalizadas [ɔ, o u]	50	**67**	18	**24**	7	**9**	75
Vogais não posteriores nasalizadas [ɐ̃ , ẽ]	26	**86**	2	**7**	2	**7**	30
Vogais posteriores nasalizadas [õ, ũ]	11	**38**	9	**31**	9	**31**	29
Total	219	**71**	53	**17**	38	**12**	310

Tabela 5.3. Realização da variável em contexto de /e/ → [ɪ] , segundo a vogal que o segue.

Embora com resultados um pouco desbalanceados em termos quantitativos, o que a tabela 5.3 parece demonstrar, se comparada à tabela 5.2., é que o contexto posterior, sozinho, não é o responsável pelo condicionamento. Veja, por exemplo, que, quando seguido de vogal posterior não nasalizada, ou vogal não posterior nasalizada, o contexto /e/→ [ɪ] registra 67% e 86% para a variante não africada [t, d]. Quando a realização da

vogal era um glide, tais percentuais foram de 47% e 21% respectivamente. Tais resultados demonstram que a ocorrência de glide é necessária para que o condicionamento do contexto seguinte se dê.

2.1.3.3. Natureza da vogal [i] - pequeno resumo

Basicamente, são estas as conclusões a que pudemos chegar, nesta seção:

1) Os contextos de ditongos com segmentos vocálicos anterior-posterior são os mais propícios à africação; com os glides em outros contextos vocálicos, há uma tendência maior à não africação;
2) Há uma diferença significativa entre a vogal [ɪ] fruto do processo de elevação e a vogal /i/ fonológica. Embora não polarize os resultados, com a primeira há uma tendência maior à não africação e com a segunda, uma tendência maior à africação. Isto indicaria que o processo de espraiamento que ocasiona a africação é dependente do tipo de realização da vogal [i]. Quando nasalizado, a tendência à africação cresce ainda mais.
3) Há um processo de queda da vogal /i/ no dialeto de Florianópolis que se acentua nos contextos em que é seguido da fricativa alveolar ou palatal. Nesses últimos contextos, quando se dá a queda da vogal, a não africação é praticamente categórica;
4) Em outros contextos, a queda de vogal corresponde a um aumento na freqüência da africação, o que poderia ser explicado pelo Princípio do Contorno Obrigatório: a queda seria facilitada porque os traços necessários à identificação da vogal já teriam sido assimilados pela consoante oclusiva. Ocorre porém que a queda da vogal também se dá sem que a africação ocorra, o que reforça a idéia de que o dialeto opera com uma outra regra, de aplicação mais marginal, em termos de freqüência, de apagamento da vogal, formando estruturas silábicas menos comuns em outros dialetos do português do Brasil (mas comum em dialetos de Portugal).

4.2.1.4. Contexto seguinte à vogal

Este grupo de fatores procurou verificar se a natureza do contexto que segue a vogal poderia exercer alguma interferência no processo de variação. Em Hora (1990) este contexto é selecionado como o mais significativo entre os grupos de fatores. Nos seus dados, ele encontrou que os contextos de vogal alta e de consoante palatal, sibilante coronal e silêncio são os que mais fortemente condicionam o processo de variação em Alagoinhas, BA: o primeiro favorece o processo de palatalização e os demais o inibem. Já nos resultados da seção anterior, ficou claro que segmentos que seguem a vogal podem interferir no processo de variação. Na análise deste grupo de fatores poderemos elucidar uma série de questões já levantadas e postular algumas hipóteses a serem investigadas posteriormente.

O grupo de fatores procurou distinguir com bastante detalhe os segmentos. As vogais é que se encontram mais reunidas do que no terceiro grupo de fatores (*contexto antecedente*) , como se perceberá. Abaixo seguem a classificação originalmente utilizada, com exemplos:

Contexto seguinte à vogal [i]

t. /t/ ou /d/. Ex: ba**t**ida, di**t**ado.

j. [tʃ] ou [dʒ]. Ex: onde **t**ivesse [odʒɪtʃi'vɛsɪ], vou **t**e dizer [vot^{s}ɪdʒi'ze].

S. [ts] ou [dz]. Ex: a ge**nt**e tinha [aʒetɪ't^{s}iɲɐ], co**t**idiano [kot^{s}id^{z}i'ɐnʊ].

x. /ʃ/ ou /ʒ / - onset da sílaba seguinte. Ex: **t**ijolos [ti'ʒɔlʊʃ].

c. /s/ -> [ʃ], [ʒ] na coda da sílaba. Ex: romantismo [xomɐ'tiʒmʊ], disputa [diʃ'putɐ].

s. /s/, /z/ - no *onset* da sílaba seguinte. Ex: **d**isse, traumatizado.

z. /s/ - > [s] na coda da sílaba. Ex: antes, carentes.

f. /f/ ou /v/. Ex: **d**ificil, **d**ivertido.

h. /ɲ/. Ex: **t**inha, **d**inheiro.

L. /ʎ/. Ex: compar**t**ilha.

n. /n/. Ex: can**t**ina.

p. /p/, /b/, /m/. Ex: **t**ipo, ves**t**ibular, **t**ime, **d**ebaixo.

g. /k/ , /g/. Ex: an**t**igo, mé**d**ico, ginás**t**ica.

r. [ɾ] tepe alveolar. Ex: **d**ireito, **t**irar.

R. /r/ -> [x] velar. Ex: par**t**ir, enxova **d**e rede.

l. /l/ . Ex: pra**t**eleira, mania **d**e limpeza.

v. /a/, /e/, /ɛ/. Ex: **d**ia, on**d**e eu, a gen**t**e era.

V. /ã/ , /e/. Ex: **d**iante.

o . /o/, / ɔ / /u/. Ex: estu**d**iosos, ques**t**ionar, bal**d**io.

O . /õ/ /u/. Ex: acor**d**eon, ques**t**iona, **d**e um lado.

i. [i]. Ex: po**d**e ir, a gen**t**e ia.

I. [i]. Ex: medo **d**e engordar.

k. variável diante de pausa. Ex: eu queria ser toda doente.

Em todas as rodadas de pesos relativos realizadas, este grupo de fatores sempre foi selecionado pelo programa Varbrul. Por ora, vejamos os resultados gerais, que serão descritos em detalhe, com a utilização de gráficos:

Contexto seguinte à vogal [i]	[t]			[ts]		[tʃ]		*Total*
	N	%	p.r.	N	%	N	%	
/ ʎ /	1	100		-	-	-	-	1
fricativa palatal em coda [ʃ , ʒ]	236	94	.82	1	-	16	6	253
/s/ no onset da sílaba seguinte	700	86	.58	6	1	107	13	813
[s] na coda da sílaba	54	76	.47	2	3	15	21	71
[ĩ]	7	78	.78	1	11	1	11	9
/l/ no onset seguinte	90	70	.59	18	14	20	16	128
/a, e, ɛ /	763	68	.56	160	15	191	17	1114
/t, d /	448	68	.56	115	17	96	15	659
/ ʃ ʒ / - no onset da sílaba seguinte	56	64	.53	5	6	27	30	88
[x]	36	67	.52	5	9	13	24	54
/ n /	251	61	.50	104	26	55	13	410
/ o, ɔ, u /	95	59	.42	42	26	25	15	162
[ã, ẽ]	50	59	.41	16	19	19	22	85
/p, b, m /	570	58	.46	229	23	185	19	984
/k, g/	483	55	.48	178	20	215	25	876
/f, v/	412	50	.40	191	24	209	26	812
pausa	394	53	.39	264	35	91	12	749
[ɾ]	97	50	.43	63	33	33	17	193
[i]	21	50	.32	7	17	14	33	42
[ɲ]	457	48	.53	316	34	167	18	940
[tʃ , dʒ]	8	35	.36	4	17	11	48	23
[ts, ds]	6	32	.25	12	63	1	5	19
[õ, ũ]	28	32	.20	32	36	28	32	88
Total input .66	5263	61		1771	21	1539	18	8573

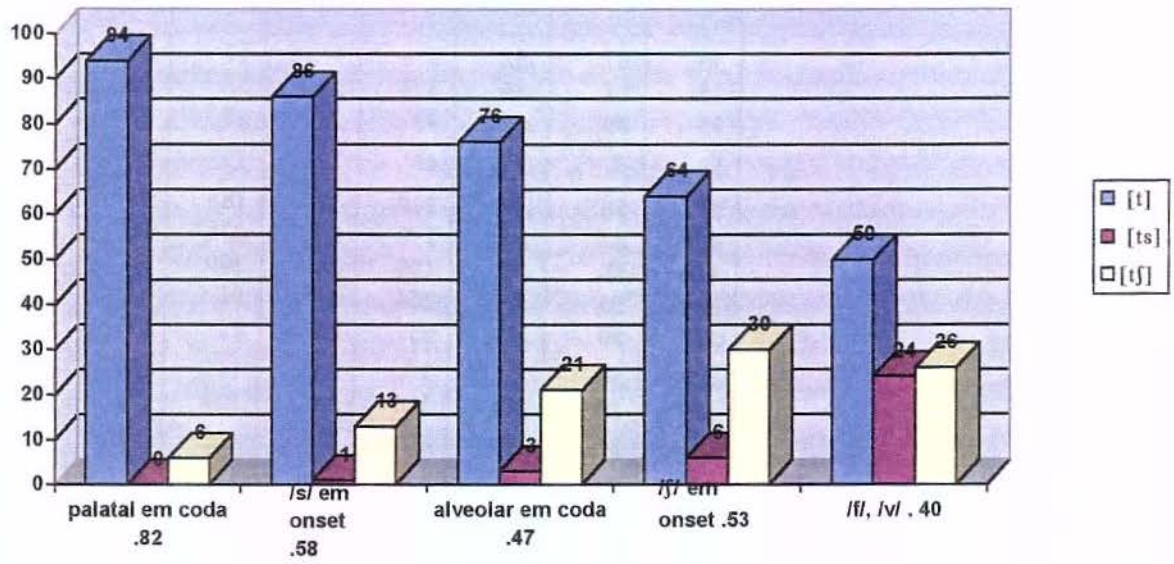
Tabela 6 - Resultados gerais da variável em função do contexto após a vogal [i]

Alguns fatores tiveram uma freqüência muito baixa da variável e não vale a pena investir muito neles. Tomando os fatores com número de dados mais robusto, podemos marcar dois extremos: de um lado, a consoante fricativa palatal em coda [ʃ], contexto no qual a variante não africada [t, d] teve uma freqüência de 94% e peso relativo de .82 , e a vogais posteriores nasalizadas, contexto no qual a mesma variante teve 32% de freqüência e peso relativo de .20. Esses resultados mostram que a natureza do contexto que segue a vogal [i] é relevante para o desempenho da variável. Para facilitar a leitura, separemos a análise inspirada pela tabela 6, analisando, primeiramente o comportamento da variável quando seguem a vogal [i] consoantes fricativas.

4.2.1.4.1. Fricativas em contexto seguinte à vogal [i]

A fim de termos uma visualização mais clara do grupo de fatores, examinemos primeiramente o contexto de fricativas, cujos resultados aparecem no gráfico 10, a seguir:

Gráfico 10 - Realização da variável em função da fricativa em contexto seguinte à vogal [i]



O gráfico mostra um comportamento bastante idiossincrático da variável, quando o contexto após a vogal [i] é constituído por consoantes do tipo fricativo. Em primeiro lugar, há uma diferença significativa entre a posição ocupada pelas palatais e alveolares. Quando em posição de coda da sílaba onde se encontra a variável, a possibilidade de africação se acha bastante inibida: se a fricativa é palatal em coda, 94% das realizações são da variável não africada (e o peso relativo é de **.82**); se a fricativa é alveolar [s] ou [z], este percentual cai para 76% (e o peso relativo, para **.47**). Quando em posição de *onset* da sílaba seguinte, a ocorrência da variante não africada [t. d] cai para 64%, no caso de ser uma fricativa palatal /ʃ / ou / ʒ / que a ocupe; no caso das fricativas alveolares nesta posição, a inibição à

africação é maior: em 86% dos casos, a variante que ocorreu foi a não africada [t] [d]. Observe-se também que há uma clara discrepância entre os pesos relativos registrados para as alveolares e a escala de percentuais, especialmente quando a fricativa alveolar está em coda: o percentual de variantes não africadas registrados foi de 76%, mas o peso relativo ficou próximo de .50, foi de **.47**. Essa discrepância será explicada quando examinarmos os resultados da tabela 7, mais à frente.

Já o contexto de fricativa labial parece favorecer um pouco mais o processo de africação: o percentual da variante não africada cai para 50% (com peso relativo de **.40**), enquanto a africada não palatal vai a 22% e a africada palatal a 25%.

Quando examinamos as realizações da vogal, exploramos a possibilidade de apagamento da vogal. No caso dos resultados do gráfico 10, deve-se contar com a possibilidade de interferência dessa regra de apagamento, bem problematizada por Bisol (1986). A tabela 7, abaixo, apresenta o cruzamento dos grupos de fatores 4 e 5, no que toca à interseção entre a possibilidade de apagamento da vogal e a consoante fricativa que segue.

Consoante seguinte à vogal	*Vogal realizada*		*Vogal não realizada*	
	Oc. [t,d]	**%**	**Oc. [t,d]**	**%**
Labiodentais	384/739	**52**	28/73	**38**
Alveolares em coda	25/41	**61**	29/30	**97**
Alveolares em onset	291/393	**74**	409/420	**97**
Palatais em coda	155/172	**90**	81/81	**100**
Palatais em onset	53/83	**64**	3/5	**60**

Tabela 7 - Realização da variante **não africada** [t,d] em contextos de fricativa seguinte à vogal, realizada ou não.

A tabela 7 pode ser lida de diversas maneiras, uma vez que revela aspectos diferentes da regra de apagamento da vogal, bem como do processo de assimilação de traços da consoante que segue a vogal /i/. Em primeiro lugar, como já tínhamos anotado, há a interferência das fricativas labiodentais. Seja quando a vogal foi notada, seja quando foi

tomada como ausente, o percentual de africação cresce. No caso das vogais apagadas, o percentual de não africação cai para 38%. Trata-se, seguramente, de um efeito acústico provocado pela transição entre a oclusiva alveolar e a fricativa que segue.

Já nas demais fricativas, o efeito é o oposto, ou seja, quando segue uma fricativa alveolar [s, z] ou palatal [ʃ, ʒ] a tendência geral é pela manutenção da variante não africada [t]. Ocorre que, nesses contextos, o apagamento da vogal leva fortemente a essa manutenção, apontando para a interferência da regra de apagamento sobre o processo de africação. Aqui fica explicado por que houve discrepância entre os pesos relativos e os percentuais. Observe-se que quando a fricativa alveolar está em coda da sílaba, há uma grande diferença entre os percentuais da variante /t/, quando a vogal foi registrada presente e quando se registrou apagada: 61% para 97%. No caso das alveolares em *onset* da sílaba seguinte, a diferença também é grande, bem maior do que quando está envolvida a consoante fricativa palatal. Apenas para checar este resultado, foi feita uma rodada, retirando-se o grupo de fatores *natureza da vogal [i]* (onde se anotou a possibilidade da vogal apagada) e sonoridade (uma vez que a sonoridade é bastante significativa). Como era esperado, o peso relativo de [s] em coda da sílaba e /s/ em *onset* da sílaba seguinte aumentaram. Foram registrados os seguintes pesos relativos para a aplicação da não africação:

. fricativa alveolar em onset: . 77
. fricativa alveolar em coda: .64

mais altos, portanto, que os .58 e .47 registrados quando todos os grupos foram rodados conjuntamente. Tais resultados demonstram que, nos dados de Florianópolis, quando segue à vogal [i] uma consoante alveolar, esta é determinante para a regra de apagamento da vogal, levando à manutenção da variante não africada [t, d]. No entando, quando a vogal se realiza, o condicionamento exercido por este contexto é mais fraco. O mesmo não se pode dizer quando é o caso de seguir à variável uma consoante fricativa palatal. Nesses casos, há uma clara diferença no condicionamento segundo a posição estrutural ocupada pela

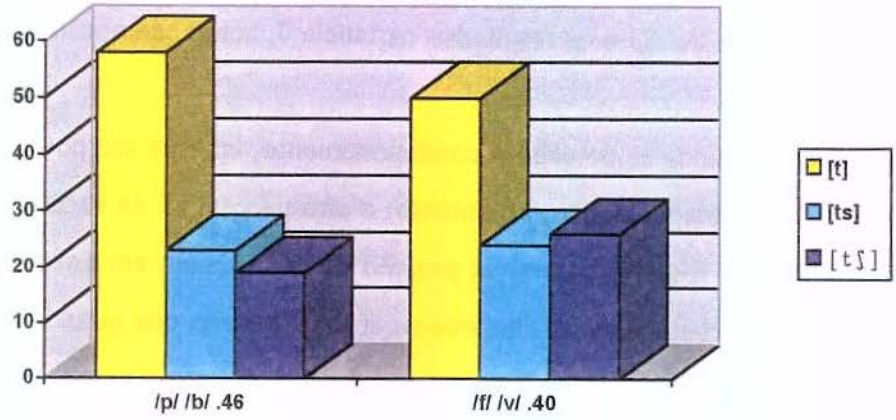
consoante: se em coda da sílaba, se em *onset*. Quando em coda, a africação é inibida, esteja a vogal realizada ou não. Quando em *onset* da sílaba seguinte, a fricativa palatal parece não interferir no processo: o peso relativo de .53 e os resultados na tabela 7, acima, demonstram isso.

Quando a vogal é realizada, ainda se percebe o condicionamento, embora um pouco mais fraco de quando se realiza. Chama a atenção, no entanto, o alto percentual da variante não africada quando segue a vogal a fricativa palatal na posição de coda, como em **antes** [ɐtiʃ]: mesmo com a vogal realizada, chega a 90%. Observe-se, a este respeito que quando a consoante fricativa palatal está em posição de *onset* da sílaba seguinte, esse percentual baixa para 64%, ficando próximo da média geral, que é de 61%, em seqüências como **lagartixa**, ou **casa de chá** [kazadiʃa]. Resumindo: em coda, quando a regra de apagamento se dá, é indiferente se a realização da consoante /s/ é alveolar ou palatal - em ambos os casos há uma quase categórica inibição à realização africada, prevalecendo a realização oclusiva alveolar. Quando em *onset* da sílaba seguinte, a consoante /s/ tende a inibir mais a africação do que a consoante / ʃ /. Por fim, as consoantes fricativas labiodentais, quando seguem a vogal /i/ tendem a criar um efeito de aspiração, que favorece a africação da variável.

4.2.1.4.2. Ponto de Articulação no contexto seguinte à vogal [i]

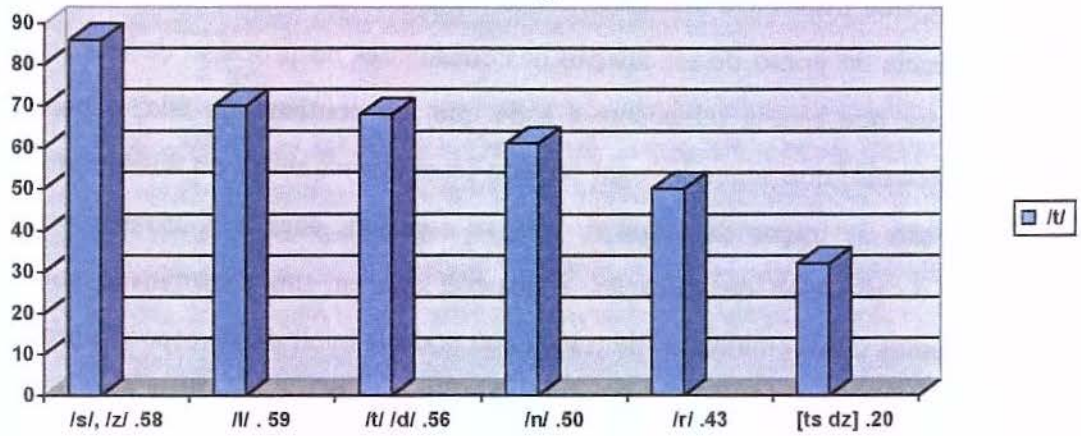
A tabela 6, que inspirou a discussão acima, se presta ainda a outras leituras. Uma delas é a interferência do ponto de articulação das consoantes no processo de africação da variável. A hipótese que estaria subjacente é a de que, no contínuo da fala, o ponto de articulação da consoante que segue a vogal poderia interferir na altura ou anterioridade da vogal /i/. Como são os traços da vogal /i/ que se espraiam para a consoante oclusiva alveolar, quando do processo de africação, é possível que em um determinado contexto articulatório, teríamos uma combinação de traços que poderia inibir ou favorecer o processo de africação. Comecemos pelas labiais. O gráfico 11 compara os percentuais de cada uma das variantes.

Gráfico 11 - Percentual das variantes diante de consoantes labiais



Como se pode ver pelo gráfico 11, há uma diferença de 8 pontos percentuais entre os contextos de bilabiais e labiodentais, no que diz respeito à realização da variante /t/ (acompanhado por uma diferença nos pesos relativos: **.46** para as bilabiais e **.40** para as fricativas bilabiais). Porém, não podemos esquecer que, como as labiodentais são fricativas, não temos como atribuir claramente o condicionamento (de resto, não muito proeminente) muito mais ao modo fricativo das labiodentais do que propriamente ao ponto. Vejamos como se comporta a variável, quando se lhe seguem consoantes dentais-alveolares:

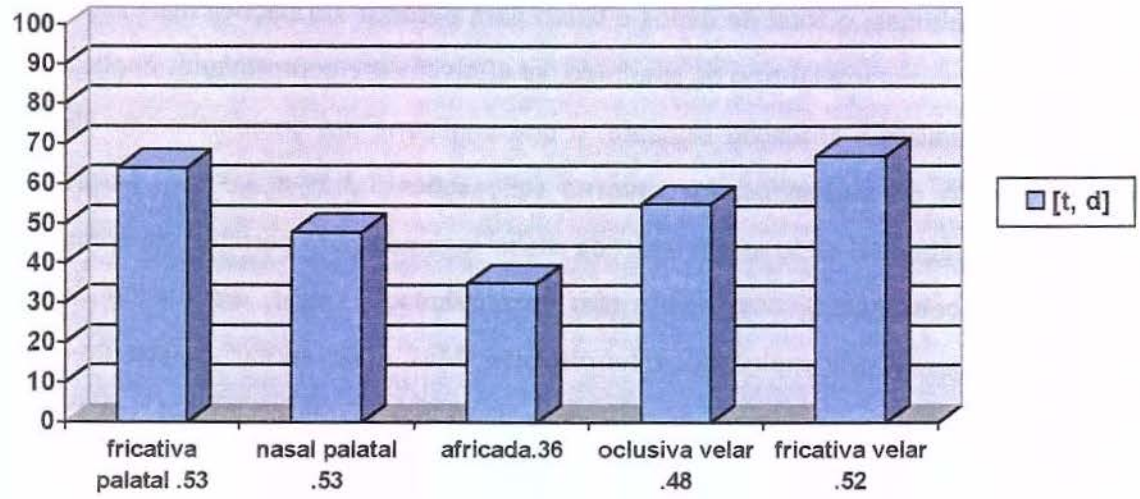
Gráfico12 - Realizaçao da variante [t] em funçao da consoante alveolar seguinte



As consoantes após a vogal [i] que desfavorecem a realização da variante não africada /t,d/ são o flape alveolar (no gráfico, representado por /r/) a as africadas alveolares. No caso destas últimas, o total de dados é baixo para permitir afirmações mais seguras (19 dados no total), porém um tal tipo de resultado, se efetivamente comprovado, implicaria que as africadas assimilam a africação seguinte, o que implicaria um comportamento diferente daquele esperado de segmentos de contorno (cf. seções 3.3.5. e 3.3.6.1. As fricativas alveolares (no gráfico só estão as em *onset* da sílaba seguinte, para permitir um comparação com as outras consoantes), obviamente têm uma influência maior, em função do traço fricativo, fato que já foi explorado anteriormente. Mas é de anotar o fato de que as consoantes /l/ e /t,d/ exercerem praticamente o mesmo condicionamento em favor da realização não africada da variável, distanciando-se, no entanto, da consoante nasal /n/, que teve peso relativo .50. Assim, se as alveolares, em conjunto, talvez exercessem algum condicionamento no sentido de implementar a variante não africada, esse condicionamento não seria muito acentuado (nenhum dos contextos tem peso relativo acima de .60) e nem uniforme (já que há uma distância considerável entre o contexto de flape alveolar e a fricativa alveolar). De uma comparação com os outros pontos é que poderemos tirar a prova dos noves. Vejamos como se comporta a variável quando seguem a vogal /i/ consoantes palatais e velares. É o que veremos no gráfico 13, a seguir.

Da mesma maneira que no gráfico anterior, só estão registradas as fricativas palatais no *onset* da sílaba seguinte. Os números junto dos rótulos nas colunas indicam o peso relativo. Há uma clara discrepância entre os pesos relativos e os percentuais, no que diz respeito à consoante nasal: apesar do baixo percentual da variante não africada, o peso relativo registrado foi o mesmo que da fricativa palatal. Atribuímos essa discrepância ao fato de coincidir este fator com o da vogal /i/ nasalizada, uma vez que a consoante nasal palatal sempre condiciona a nasalidade da vogal anterior, como em **tinha** ['tiɲɐ]. Vimos na seção 4.2.1.3. que a nasalização da vogal [i] seguinte à variável leva a um grau maior de africação. O mais provável que esteja acontecendo é o programa ter analisado a nasalidade da vogal como tendo maior peso do que a ocorrência da consoante nasal palatal.

Gráfico 13 - Realização da variante não africada em contexto seguinte de consoantes palatais e velares



Rodando-se os dados, retirando-se o grupo de fatores 4 - a *natureza da vogal [i]*, e o grupo 2 - **sonoridade da variável** - de fato, o peso relativo registrado para a consoante nasal baixa para **.40**, ou seja, foi registrado como inibindo o processo de africação.

À exceção do contexto *africadas palatais*, que claramente inibe a variante não africada [t, d] mas que apresentou um volume de dados relativamente pequeno para assertivas mais taxativas (23 dados), não é possível falar em um condicionamento significativo, quando comparamos as consoantes palatais e velares. Mais uma vez, porém, ronda a suspeita de que seria possível haver assimilação da africação, o que, como já afirmamos, é importante para determinarmos o estatuto de segmento de contorno para as realizações africadas da consoantes oclusivas alveolares.

O que se percebe pelos resultados acima é que parece que as consoantes individualmente configuram determinados espaços articulatórios que podem condicionar o processo de variação, mas isto não se daria de maneira uniforme, quando consideramos o ponto de articulação. A fim de verificar se o ponto de articulação, globalmente, poderia exercer algum condicionamento, foi feita uma rodada em que as consoantes estão reunidas segundo o ponto de articulação. Os pesos relativos estão na tabela 7.1., a seguir:

Contexto seguinte quanto ao ponto de articulação	[t, d]	%	p.r.
alveolares	1646/2293	**72**	**.52**
palatais	758/1305	**58**	**.65**
bilabiais	570/984	**58**	**.45**
velares	519/930	**56**	**.47**
labiodentais	412/812	**51**	**.39**
Total	3905/6324	**61**	

Tabela 7.1. Aplicação da variante não africada [t,d] segundo o ponto de articulação no contexto seguinte à vogal [i].

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que, no caso de fricativas, estão reunidas tanto as fricativas em coda como em *onset* da sílaba seguinte, ao contrário do que se registrou nos gráficos 12 e 13. As bilabiais e labiodentais repetem os mesmos valores constantes na tabela 6, com peso relativo variando apenas 0.01; as velares, reunindo oclusivas e a fricativa velar também não "destoam" dos resultados já exibidos. Porém, no caso das alveolares e palatais, há uma forte discrepância entre pesos relativos e percentuais. A razão para isto, já foi exposta anteriormente: tanto alveolares quanto palatais têm a interveniência da regra de apagamento da vogal, que altera substancialmente os resultados. Como a classificação acima envolve consoantes dos diversos modos, os resultados não podem ser conclusivos.

Uma maneira de checar isto é rodar os dados excluindo todos aqueles em que a vogal não se realizou. Vejamos como ficou, observando os resultados expostos na tabela 7.2, adiante.

O que se pode ver pela tabela 7.2. é que persistem as discrepâncias já encontradas na tabela 7.1., apesar de estarem excluídos os dados em que a vogal [i] estava apagada. Um exame nos pesos relativos dos diversos níveis analisados pelo programa mostrou que os pesos relativos de alveolares e palatais assumem tais valores quando este grupo de fatores é rodado contra o grupo *natureza da vogal [i]*.

Contexto seguinte quanto ao ponto de articulação	Variante não africada [t, d]		
	N	%	p.r.
alveolares	1177/1772	66	.52
palatais	666/1193	56	.66
bilabiais	554/940	59	.46
velares	505/848	60	.48
labiodentais	383/738	52	.39

Tabela 7.2. Aplicação da variante não africada [t,d] segundo o ponto de articulação no contexto seguinte à vogal [i], sem os dados de queda da vogal.

Isto quer dizer que o peso atribuído aos fatores alveolares e palatais é redimensionado quando medido diante dos fatores que descrevem a natureza do [i]. A única explicação plausível estaria relacionada à interveniência da nasalidade. Já havíamos observado isso quando abordamos o possível condicionamento da consoante nasal palatal. Sob o rótulo *palatais*, acima, se encontram consoantes nasais e consoantes fricativas (as africadas foram deixadas de lado, pelo seu estatuto ambíguo) e apenas um dado de consoante lateral. Cruzando-se os grupos *contexto seguinte ao [i]* com *natureza do [i]*, observou-se que as consoantes palatais mantêm o condicionamento no sentido da não africação de maneira mais consistente e mais forte que as consoantes alveolares. Estas se submetem mais ao condicionamento do grupo de fatores *natureza do [i]*. O percentual encontrado para as consoantes palatais - mais baixo - se deve ao fato de que dos 1193 dados para este fator 937 são de consoantes nasais, que condicionam a nasalidade da vogal [i], o que, por sua vez, acarreta diminuição na freqüência da variante não africada.

A fim de esclarecer de uma vez a questão, na tabela 7.3. abaixo, se encontram os resultados do cruzamento dos grupos *natureza da vogal [i]* e *contexto seguinte à vogal [i]*, apenas quando envolvem palatais e alveolares:

Natureza da vogal [i]	Alveolares			Palatais		
	N	%	p.r.	N	%	p.r.
[i] nasalizado	19/46	**41**	**.23**	458/937	**49**	**.39**
/i/	432/696	**62**	**.47**	68/78	**87**	**.76**
/e/ -› [i]	685/949	**72**	**.61**	112/145	**77**	**.65**
ditongos	2/19	**11**	**.06**	3/6	**50**	**.26**
crase [i] + [i]	39/62	**63**	**.54**	25/27	**93**	**.88**

Tabela 7.3. Resultados da variante não africada [t, d] no cruzamento entre natureza da vogal e contexto seguinte à vogal, sem os dados de queda de vogal.

Esta rodada operou apenas com o universo de 2965 dados que os contextos de alveolares e palatais reúnem com a vogal realizada. Observe-se que os percentuais e pesos relativos da variante não africada são sempre maiores quando o contexto é palatal do que quando é alveolar. Isto demonstra que, apesar dos resultados percentuais gerais apontados na tabela 7.2. serem inferiores aos do contexto alveolar, o contexto palatal condiciona mais fortemente a ocorrência da variante não africada, do que o contexto alveolar. Apesar desta tendência, quando a vogal está nasalizada, a africação predomina, em ambos os contextos, mas em especial reverte da tendência à não africação em contextos palatais (o peso relativo para a variante não africada nesse contexto foi de .39). Por fim, perceba-se que o contexto das alveolares se submete de maneira mais contundente ao condicionamento exercido pela natureza da vogal [i], o que demonstra uma atuação mais fraca como contexto condicionador.

Resumindo todas as considerações feitas nesta subseção, podemos concluir com segurança que:

a) É na combinação de traços que vai residir o condicionamento do contexto seguinte à vogal /i/. Tomando-se globalmente o contexto consonantal seguinte segundo o ponto de articulação ou o modo de articulação não é possível falar em condicionamento.

b) No caso do modo de articulação,

. destaca-se o modo fricativo, combinado com o ponto de articulação e o lugar na estrutura silábica em que se encontra a variável. Assim, as consoantes fricativas palatais em posição de coda condicionam a ocorrência da variante não africada [t, d], de maneira mais forte do que as fricativas alveolares. No caso destas últimas, fica clara a interveniência da regra de apagamento da vogal: quando está apagada, a variante não africada é quase categórica. Quando está presente, no caso das fricativas alveolares, o condicionamento exercido por este contexto não é decisivo. Assim, podemos dizer que, se as fricativas alveolares condicionam o fenômeno, é por uma via indireta, ou seja, é porque condicionam o apagamento da vogal, bloqueando a aplicação da regra.

. as fricativas labiais /f, v/ exercem o condicionamento na direção oposta ao das palatais e alveolares: são contextos mais favoráveis à aplicação das variantes africadas, o que, provavelmente, se deve ao efeito acústico da aspiração provocado pelo passagem da oclusiva /t, d/ para as fricativas labiais /f, v/.

. as africadas, quando seguem a vogal [i] parecem levar à africação da variável. Porém o número de dados não é robusto o suficiente para afirmarmos com certeza o condicionamento.

c) Quanto ao ponto de articulação, sua atuação também não é decisiva e depende da combinação de outras condições estruturais:

. No caso das consoantes palatais, lidamos com a nasal / ɲ / e as fricativas / ʃ, ʒ /. As últimas têm clara interferência do modo, como já apontamos; quanto às primeiras, condicionam sempre a ocorrência da nasalidade da vogal que as antecede. Em função disso, tenderiam mais a condicionar a africação. Como a nasalidade da vogal é responsável por esta tendência em outros contextos, ficamos com a interpretação de que o contexto palatal, no caso da consoante nasal palatal, não é o responsável pelo condicionamento, mas o efeito de nasalidade que empresta à vogal.

. No caso das alveolares, além das considerações sobre as fricativas feitas acima, embora não tenhamos um condicionamento forte das outras consoantes alveolares, pode-se dizer que a lateral /l/ e o flape /ɾ/ exercem algum condicionamento: a primeira no sentido de implementar a variante não africada [t,d]; o segundo, na direção oposta.

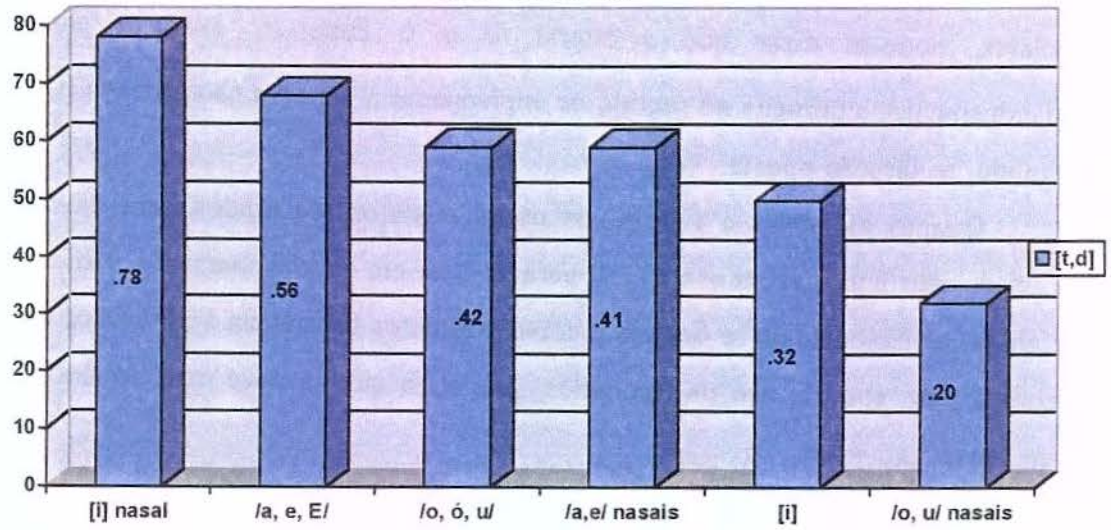
. Quanto às labiais e velares, os pesos relativos registrados para os dois contextos estão muito próximos de .50 para se falar em condicionamento. No caso das labiais, as labiodentais se destacam como contextos favoráveis à africação, mas da comparação com os demais resultados, fica claro que se deve mais ao fato de serem fricativas.

4. 2.1.4.3. Vogais no contexto seguinte à vogal [i]

Com as vogais, os resultados não são também conclusivos, no que diz respeito ao lugar de articulação. O gráfico 14, a seguir, compara os resultados da variante não africada em função da vogal que segue a vogal [i] no contínuo da fala. Vejamos os resultados.

Em primeiro lugar, ressalte-se que os dados com o contexto de vogal [i] nasalizada não são muito numerosos. Assim, o alto percentual da variante não africada, para este contexto, deve ser lido com reservas. O que chama realmente a atenção no gráfico 14 é uma certa polarização que as vogais [i] e [õ e u] impõem aos resultados, em especial as vogais posteriores nasalizadas. Aqui, a exemplo do que aconteceu com o contexto precedente à variável, parece haver uma interferência da nasalidade. À exceção da vogal anterior alta [i], em cujos resultados não podemos nos fiar em função do baixo número de ocorrências (9 no total), as demais vogais nasalizadas [ã, e] e [õ u] apresentam freqüências inferiores à média geral para a variante não africada (61%), com os pesos relativos apontando na direção deste condicionamento: **.41** e **.20**, respectivamente. Assim, se as vogais posteriores

Gráfico 14 - Freqüência da variante não africada em função da vogal que segue o [i]



exercem algum condicionamento, quando nasalizadas, este se acentua. Da mesma forma, as vogais não posteriores [a e ɛ], quando não nasalizadas aparecem como mais propícias à não africação; a nasalização de /a/ e /e/ faz com que passe a haver uma tendência à africação.

4.2.1.4.4. O contexto de pausa

Nos resultados de Hora, 1990, o contexto de pausa, ou silêncio, aparece condicionando a manutenção da variante não palatalizada. Esse resultado o surpreende, mas acaba não merecendo maiores comentários. Nos nossos resultados, o contexto de pausa apareceu como favorecendo a africação. Só para relembrar a tabela 6, abaixo transcrevemos novamente os resultados da variável para o contexto seguinte à vogal [i] de pausa. Vemos que o percentual de variante não africada cai para 53%, enquanto o da variante africada não palatal sobe para 35%, diminuindo o percentual da variante africada palatal, se consideramos os resultados percentuais gerais para a variável. O peso relativo registrado para o fator, considerando a aplicação da variante não africada, parece confirmar a tendência à africação diante de pausa.

Contexto seguinte à vogal [i]	[t]			[ts]		[tʃ]		*Total*
	N	%	p.r	N	%	N	%	
pausa	394	**53**	**.39**	264	**35**	91	**12**	749

Tabela 6.1. Resultados da variável em contexto de pausa seguinte à vogal [i].

Esses resultados nos são interessantes em razão de uma hipótese que vimos perseguindo há algum tempo: a de que a variante africada não palatal seja o produto de um efeito de aspiração, provocado eventualmente pelo desvozeamento da vogal. Quando apresentamos os resultados quanto à sonoridade da variável, já tocamos nesta questão. Lá, constatamos que o percentual da variante africada não palatal crescia em contextos acentuados, o que nos levou a constatar que o condicionamento por sonoridade não se deveria a um desvozeamento da vogal. Com os resultados acima, podemos verificar, em primeiro lugar, quantas dessas realizações diante de pausa estão em contextos acentuados e quantas não. Vejamos:

Sílaba em que se encontra a variável	[t]			[ts]		[tʃ]		*Total*
	N	%	p.r	N	%	N	%	
Acentuada	44	**61**	**.51**	20	**28**	8	**11**	72
Pós-tônica	350	**52**	**.36**	244	**36**	83	**12**	677

Tabela 6.2. Variável diante de pausa, em contextos acentuados e pós-tônicos.

Os pesos relativos registrados acima foram obtidos rodando-se, como de outras vezes, a variante não africada contra as duas outras, com todos os grupos de fatores lingüísticos, apenas desdobramos o contexto de pausa em dois fatores, acresentando-os aos demais, no grupo **contexto seguinte à vogal.**

Os resultados percentuais indicam uma diferença na ocorrência da variante não africada diante de pausa, quando o contexto em que a variável se encontra recebe o acento primário e quando está na posição pós-tônica. A africação foi maior quando a sílaba era pós-

tônica. Os pesos relativos registrados para os dois fatores parecem confirmar esta tendência: em contextos pós-tônicos haveria inibição da variante não africada. O interessante é constatar que, em ambos os contextos, o percentual da variante africada não palatal supera largamente o percentual da variante africada palatal. Embora o número de dados no contexto acentuado seja muito inferior ao outro, este último resultado confirma a tendência deste contexto para a ocorrência da africação não palatal, o que, de certa maneira, nos remete à hipótese de uma relação entre a africação não palatal e desvozeamento da vogal. Apenas por curiosidade, vejamos o que se registrou quando, em contexto de pausa, a vogal foi anotada como apagada: seriam todos casos de africação? A tabela 6.3 traz os números.

Podemos ver que a africação é mais freqüente, quando a vogal foi tomada como apagada, em contexto de pausa. O que é interessante é que a maioria dos casos de africação foi de africação não palatal, o que nos remete mais uma vez à hipótese de uma

Contexto seguinte à vogal [i]	*[t]*		*[ts]*		*[tʃ]*		*Total*
	N	%	N	%	N	%	
pausa	21	**40**	30	**57**	2	**3**	53

Tabela 6.3. Variável em contexto de pausa, com apagamento da vogal [i]

relação entre africação não palatal de desvozeamento da vogal. Porém, houve 21 casos registrados de apagamento da vogal e manutenção da variante não africada. São casos como [prezi'det], que confirmam os resultados já comentados na seção 4.2.1.3.1. Lá, constatamos que há 96 casos de ocorrência da variante não africada em contextos de queda de vogal que não diante de fricativas alveolares e palatais e 10 casos de epêntese não realizada. Podemos agora perceber que, desses 96 casos, 21 se dão diante de pausa. Obviamente, tais números são insignificantes do ponto de vista estatístico, mas revelam uma propriedade - talvez em vias de desaparecimento - do dialeto local que não costuma ser registrada no português do Brasil. Mais ainda, como o fenômeno que estamos tratando lida com o espraiamento de traços da vogal anterior para a consoante oclusiva alveolar, é possível que, dada a

característica acima mencionada, as vogais, no dialeto de Florianópolis, tenham um comportamento um pouco diferente de outros dialetos do Brasil.

4.2.1.4.5. Pequeno resumo da atuação do contexto seguinte à vogal

Empreendemos um passeio um tanto longo por este grupo de fatores, em função da própria complexidade com que ele se revelou. A análise dos resultados sobretudo nos mostrou que talvez seja no contínuo de segmentos que se encontrem os condicionamentos mais significativos, e não somente na atuação isolada dos grupos de fatores. Isto ficou bem claro quando se tratou das consoantes. Não é possível falar em um condicionamento linear por ponto de articulação ou por modo. As consoantes parecem criar determinados espaços articulatórios que, combinados à própria natureza da vogal (se glide, se fruto de elevação), ou às posições estruturais da sílaba, vão formar condições mais ou menos propícias à aplicação da africação. Não repetiremos aqui os pequenos resumos já realizados. Destacamos apenas que há uma diferença significativa entre consoantes fricativas palatais e alveolares, que interagem diferentemente em relação ao apagamento da vogal e à posição estrutural na sílaba. As consoantes fricativas labiais parecem condicionar a ocorrência da africação, da mesma maneira que os flapes alveolares.

No caso das vogais, a nasalidade parece interferir na realização da variável, com exceção da vogal [i]. As nasais posteriores foram as que mais condicionaram a ocorrência das variantes africadas - e os pesos relativos parecem confirmar que esta seja mesmo a tendência.

Por fim, o contexto de pausa se mostra propício para a ocorrência da variante africada não palatal [ts, dz], especialmente quando a variável se encontra em sílaba pós-tônica. Este comportamento da variável nos remete à hipótese da relação entre a variante africada não palatal e o desvozeamento da vogal, que seria mais propício de acontecer em quando à vogal [i] se segue pausa. Assim, se levantamos no capítulo 3 a hipótese de que haveria uma íntima relação entre a aspiração da consoante e a africação, podemos encontrar aqui uma evidência indireta para ela, supondo que em contextos pós-tônicos a produtividade

da aspiração seria maior. Uma vez que africada alveolar se encontra relativamente implementada no sistema sociolingüístico - e os resultados em contextos acentuados confirmam isso - o que podemos inferir dos resultados em contextos átonos é que o processo de entrada de tal variante talvez se por esse contexto inicialmente, a partir da aspiração da consoante. Até que ponto tal variante subsistirá no sistema é questão que não se pode decidir ainda. Outros grupos de fatores nos trarão mais subsídios para entender o processo de variação da oclusiva alveolar em Florianópolis. Com a análise do contextos seguinte à vogal [i], terminamos a exploração dos grupos de fatores de natureza articulatória. Agora vamos passar para fatores de natureza estrutural (ainda que já tenhamos lidado, aqui e ali, com elementos estruturais, nos grupos de fatores já analisados), que envolvem a posição da sílaba na palavra e a posição da sílaba em relação ao acento, tanto primário, quanto frasal.

À estrutura rítmica, pois.

2.1.5. Posição da sílaba em que se encontra a variável

Em Hora (1990), a posição da variável na palavra foi um fator relevante. Naquele trabalho, o autor utilizou como fatores as posições inicial, medial e final. No presente trabalho, optamos por uma descrição detalhada tanto da posição da variável na palavra, como da sua posição com relação ao acento primário. Temos assim dois grupos de fatores, descrevendo a posição da variável na palavra. Embora tenha dado um pouco mais de trabalho na codificação e haja a impossibilidade operacional de rodar pesos relativos de todos os fatores elencados, tal codificação nos permite uma série de observações do fenômeno, especialmente no que diz respeito a pés métricos no interior da palavra. Como teremos oportunidade de ver mais adiante, é possível recombinar tais fatores controlando a estrutura métrica no interior da palavra.

Abaixo estão os dois grupos de fatores tais como utilizados na codificação:

Posição da sílaba na palavra

a. X (monossílabo). Ex: **d**iz, **t**e, **t**i, **d**e.

b. X _ Ex: **t**inha, **t**irar, **d**ia, **d**emais.

c. _ _ X _ Ex: diver**t**ido, ginás**t**ica.

d. _ X _ Ex: cas**t**igo, gor**d**inha, ó**t**ima, mé**d**ico.

e. _ X Ex: gen**t**e, po**d**e, jar**d**im, pe**d**i.

f. _ _ X Ex: cida**d**e, deci**d**i, diver**t**ir.

g. _ _ _ X Ex: ajudan**t**e, mocida**d**e.

h. X _ _ _ _ Ex: **d**iretamente.

i. _ X _ _ _ Ex: con**t**inuava, e**d**ificações.

j. X _ _ Ex: **d**isputa, **t**iraram.

k. _ _ _ _ _ X Ex: responsabilida**d**e, imediatamen**t**e.

l. _ _ X _ _ Ex: enten**d**imento, cien**t**ífico.

m. _ _ _ X _ Ex: ataca**d**inha, decora**t**iva.

n. _ X _ _ Ex: de**d**icação, sen**t**imento.

o. X _ _ _ Ex: **d**isputando, **d**iferença.

p. _ _ _ _ X Ex: completamen**t**e, facilida**d**e.

q. _ X _ _ _ _ Ex: par**t**icipávamos, a**d**ministração.

r. _ X _ _ _ _ _ Ex: par**t**icularidade, ri**d**icularizada.

s. _ _ X _ _ _ Ex: nega**t**ivamente, liqüi**d**ificador.

t. _ _ _ _ _ X _ Ex: estereó**t**ipo, aposenta**d**inho, comemora**t**ivas.

u. _ _ _ _ _ X Ex: efetivamen**t**e, universida**d**e.

v. _ _ _ X _ _ Ex: eviden**t**emente.

w. _ X _ _ _ _ _ _ Ex: in**d**ividualizada.

x. _ _ _ _ _ _ _ X Ex: representativida**d**e.

z. _ _ X _ _ _ _ Ex: ime**d**iatamente.

y. _ _ _ _ X _ _ Ex: interessan**t**íssimo.

T. _ _ _ X _ _ _ Ex: perio**d**icamente.

H. X _ _ _ _ _ Ex: **d**esenvolvimento.

Posição da sílaba com relação ao acento na palavra

0. variável na sílaba acentuada

1. **x t** Ex: **d**izia, **t**irar, in**d**icada, parti**c**ipo.

2. **x _ t** Ex: parti**c**ipo, **d**ivertido.

3. **x _ _ t** Ex: **d**esamparado, ar**t**ificial.

4. **x _ _ _ t** Ex: **d**esapareceu.

5. **x _ _ _ _ t** Ex: in**d**ividualizada.

6. **t x** Ex: mé**d**ico, infelizmen**t**e, po**d**e, ó**t**imo.

8. **x_ _ _ _ _ t** Ex: **d**e responsabilidade.

Comecemos com a posição da variável na palavra

2.1.5.1. Posição da variável na palavra

A fim de facilitar a leitura, apresentaremos os resultados deste grupo de fatores rearranjados em:

. variável na sílaba inicial

. variável entre a primeira e a última sílaba

. variável em sílaba final

. variável em monossílabo

Nas diversas rodadas realizadas, este grupo de fatores às vezes foi selecionado - sempre como um dos últimos - às vezes não foi selecionado pelo programa estatístico. De fato, as diferenças percentuais não são muito grandes. Os pesos relativos também estão muito próximos, o que revela que os fatores não se diferenciam muito. A propósito, há uma

clara discrepância entre o percentual para a variante não africada em contextos de monossílabos e o peso relativo do mesmo fator.

Posição da variável na palavra	*[t]*			*[ts]*		*[t ʃ]*		*Total*
	Oc.	%	p.r	Oc.	%	Oc.	%	
Sílaba inicial	1371	**60**	**.43**	506	**22**	396	**18**	2273
Sílaba medial	785	**54**	**.44**	363	**25**	309	**21**	1457
Sílaba final	2074	**63**	**.61**	691	**21**	514	**16**	3279
Monossílabos	1033	**66**	**.41**	211	**13**	320	**20**	1564
Total input .66	5263	**61**		1771	**21**	1539	**18**	8573

Tabela 8 - Resultados gerais da variável em função da posição na palavra

Examinando-se os cálculos efetuados pelo programa computacional, percebe-se uma nítida interferência do grupo de fatores *sonoridade da variável*, levando o peso relativo a abaixo de .50. De fato há uma grande massa de dados com a variante sonora /d/ : dos 1564 dados de monossílabos, 1456 são ocorrências da variável [+voz] /d/ e apenas 108 da variante [-voz] /t/. É esta grande quantidade da variável [+voz] que faz o percentual da variante não africada ser elevado.

Observando os pesos relativos, vemos que o contexto de sílaba final se diferencia dos demais, os quais, por sua vez, não se diferenciam entre si. Uma análise dos cálculos mostrou que o fator *sílaba final* se fortalece como condicionador da variante não africada, especialmente quando confrontado com o grupo de fatores *posição da variável em relação à sílaba acentuada*, o último fator selecionado.

Levantemos já a hipótese de que se há alguma interferência da posição da variável na palavra, provavelmente isto estaria relacionado com a estrutura métrica na qual a variável se encontra. Isto nos permitiria correlacionar a posição da variável na palavra com a sua posição em relação ao acento primário, correlação que está insinuada na leitura que o

programa computacional fez do embate entre posição da variável na palavra e a posição com relação ao acento primário.

Façamos então o seguinte: vejamos os resultados gerais para a posição da variável com relação ao acento e em seguida investiguemos uma possível correlação com a estrutura métrica.

4.2.1.5.2. Posição da variável com relação ao acento de palavra

Este grupo de fatores controlou a posição da sílaba em que a variável se encontra e o acento de palavra. A hipótese inicial é que poderia haver uma diferença entre o desempenho da variável em contextos acentuados e não acentuados, uma vez que há diferença na realização das vogais quando em sílabas acentuadas e não acentuadas. Acresce a hipótese auxiliar de que pode haver uma relação entre a realização de africação e o processo de lenição da vogal, que se dá em posições átonas, hipótese que já foi superficialmente discutida anteriormente.

Para o processo de codificação, os monossílabos, quando átonos, foram considerados em relação à sílaba acentuada mais próxima à direita, já que tais monossílabos, como clíticos fonológicos, vão formar com o item lexical à direita aquilo que Câmara, 1970, chamou de palavra fonológica e que Bisol (1996), seguindo Nespor e Vogel (1986), chamou de *grupo clítico* (cf. Bisol, 1996, p.252). Quando o monossílabo não acentuado se encontrava diante de hesitações ou interrupções, não foi considerada a sua ocorrência. No caso de repetições, foi considerado o último monossílabo de uma série repetida, desde que formasse sintagma e palavra fonológica com o item lexical seguinte. Vamos aos números, na tabela 9, a seguir.

A simbologia utilizada para representar a posição da variável em relação ao acento primário deve ser assim entendida: **x** indica a sílaba em que se encontra a variável e **t** indica a incidência do acento primário. Os traços indicam quantas sílabas existem entre a sílaba em que se encontra a variável e a sílaba sobre a qual incide o acento primário. Assim

Posição da variável em	[t]	[ts]	[tʃ]	Total

relação ao acento								
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
Sílaba acentuada	1321	*57*	*.60*	584	*25*	425	*18*	2330
x t **tirar**	1100	*66*	*.57*	268	*16*	308	*18*	1676
x _ t **in*di*ferente**	614	*63*	*.51*	150	*16*	203	*21*	967
x _ _ t ***di*versidade**	155	*67*	*.51*	32	*14*	43	*19*	230
x _ _ _ t ***di*versificar**	56	*72*	*.58*	5	*6*	17	*22*	78
x _ _ _ _ t ***di*versificação**	4	*67*	*.63*	2	*33*	-	-	6
x _ _ _ _ _ t **de responsabilidade**	1	*100*		-	-	-	-	1
t x (pós-tônica) **vin*te*, m*é*dico**	2012	*61*	*.39*	730	*22*	543	*17*	3285
Total **input .66**	5263	*61*		1771	*21*	1539	*18*	8573

Tabela 9 - Resultados gerais da variável em função da posição em relação ao acento de palavra.

numa palavra como **diversificação**, a sílaba ***-di-*** é a quinta sílaba à esquerda da sílaba onde incide o acento primário, por isso é represensentada por **x _ _ _ _ t**.

Há grandes discrepâncias entre os percentuais e os pesos relativos registrados para os fatores, em relação ao desempenho da variante não africada. Em especial, destaquem-se os fatores **variável na sílaba acentuada** e **variável em sílaba pós-tônica - t x** . Nos dois casos, a freqüência registrada está bem próxima da média geral. No entanto, o primeiro aparece como condicionando a variante não africada e o segundo, como inibindo tal variante. Tais discrepâncias se devem em especial à interveniência do grupo de fatores posição da variável na palavra. É do confronto desses dois grupos de fatores que saíram esses pesos relativos finais, nos últimos níveis de análise. No caso das pós-tônicas, o que ocorre é que estão reunidas neste fator tanto palavras como **vinte**, quanto palavras como **médico**. O comportamento da variável nos dois casos é muito diferente, como teremos oportunidade de ver mais à frente. Porém, como a maior parte dos dados é de palavras como **vinte**, o percentual acaba mais elevado, não retratando o que vai subjacente ao fator,

que o peso relativo capturou. No caso da variável em sílaba acentuada, reúne tanto sílabas iniciais, mediais, como sílabas finais, o que acarreta diferenças.

Assim, baseando-nos nos pesos relativos registrados para os fatores quando da aplicação da variante não africada, temos duas posições pré-tônicas com pesos relativos em .51: **x_ t - indiferente** - e **x_ _ t - diversidade**; e três posições pré-tônicas exercendo algum condicionamento: **x t -tirar-** .57, **x _ _ _ t - diversificar** - . 58 e **x _ _ _ _ t - diversificação** - . 63 (esta última com muito poucos dados para permitir afirmações seguras. Temos também a posição acentuada condicionando a variante não africada, ainda que não de maneira decisiva. A única posição que condicionaria a africação seria a posição pós-tônica.

Uma outra forma de olhar os grupo de fatores foi reunir todas as sílabas prétônicas, rodando-as contra as sílabas acentuadas e as pós-tônicas. Com essa configuração, o grupo de fatores também foi selecionado em todas as rodadas. Os resultados estão na tabela 9.1. abaixo:

Posição da variável em relação ao acento	*[t]*			*[ts]*		*[tʃ]*		*Total*
	Oc.	**%**	**p.r.**	**Oc.**	**%**	**Oc.**	**%**	
Sílaba acentuada	1321	**57**	**. 59**	584	**25**	425	**18**	2330
Sílaba pré-tônica	1930	**65**	**. 55**	457	**15**	571	**19**	2958
Sílaba pós-tônica	2012	**61**	**. 39**	730	**22**	543	**17**	3285
Total	5263	**61**		1771	**21**	1539	**18**	8573

Tabela 9.1 - Resultados gerais da variável em função da posição em relação ao acento de palavra.

Na tabela 9.1. permanece a discrepância, já explicada acima, entre os pesos relativos e percentuais nos fatores *sílaba acentuada* e *sílaba pós-tônica*. Porém podemos ter um desenho um pouco mais claro do funcionamento da variável quanto à posição com relação ao acento: a única posição que condicionaria a africação seria a pós-tônica, e as sílabas acentuadas tenderiam a propiciar mais a ocorrência da variante não africada do que as africadas. Porém, nada de maneira contundente.

4.2.1.5.3. Estrutura métrica lexical

Como já apontamos em diversos momentos, o programa estatístico capturou uma certa relação entre a posição em relação ao acento e a posição na palavra. Uma forma de ler os dois grupos de fatores é considerar a variável conforme a sua posição na estrutura métrica da palavra. Albano (1997) menciona o fato de que a africação após uma fricativa cresce em palavras como **lingüística**, **fantástico**, em dialetos que não a produzem normalmente o que indica que a estrutura métrica em que se encontra a variável pode ter algum papel a desempenhar (cf. Albano, 1997, pp. 8-9).

Em primeiro lugar, é preciso dizer que não estaremos lidando aqui com uma análise métrica de natureza fonética, ou seja, não foi codificada a estrutura rítmica das palavras ou grupos fonológicos a partir de transcrições fonéticas ou análises acústicas. O que se tentará é utilizar as hipóteses oriundas da Fonologia Métrica e fazer uma aproximação com a estrutura métrica em que a variável se encontraria, do ponto de vista prosódico.

O que fizemos foi combinar os dois grupos de fatores analisados acima, buscando especificar padrões o mais claramente identificáveis possível. Esse rearranjo acabou funcionamento como um outro grupo de fatores, que retrataram as seguintes possibilidades:

a) Variável na sílaba forte de troqueu formado no acento da palavra
Ex: ***ti*me, con*ti*do, acre*di*to**

b) Variável na sílaba fraca de troqueu formado no acento de palavra
Ex: **vin*te*, explo*de*, dependen*te***

c) Variável na sílaba forte de troqueu sem acento primário
Ex: ***di*versão, a*ti*vidade.**

d) Variável na sílaba fraca de troqueu sem acento primário

Ex: **re*ti*rar, an*ti*gü*i*dade**

e) Variável em sílabas finais acentuadas

Ex: **par*tir*, divi*di***

f) Variável em sílabas pré-tônicas no começo de palavra

Ex: ***ti*rar, *ti*rano.**

g) Variável na sílaba forte de dátilos com acento primário

Ex: ***tí*mido, an*tí*tese.**

h) Variável na sílaba intermediária de dátilos com acento primário

Ex: **mé*di*co, ortopé*di*co.**

Os monossílabos átonos foram incluídos nos diversos padrões, analisados como sílaba integrante da estrutura métrica. A tabela 10, na próxima página, apresenta os resultados.

Este grupo de fatores foi selecionado em todas as rodadas de que participou, em substituição ao grupo *posição variável em relação à sílaba acentuada* . Inicialmente, podemos dizer que, quando a variável se encontra em posição pré-tônica, a estrutura métrica não altera seu desempenho. Nesse caso, a posição da variável no troqueu - se na sílaba forte ou na fraca - não interfere significativamente nos resultados:

. variável na sílaba forte em troqueu sem acento primário, como em **diversão, atividade - p.r. .47**;

. variável em sílaba fraca em troqueu sem acento primário, como em **retirar, ativar - p.r. .48**;

. sílaba pré-tônica em início de palavra, como em **tirar, tirano - p.r. .53**

Posição da variável na estrutura métrica lexical	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
Sílaba acentuada em troqueu (time, acredito)	1112	**56**	**.52**	513	26	366	**18**	1991
Sílaba fraca em troqueu acentuado (vinte, explode)	1943	**63**	**.48**	647	21	477	**16**	3067
Sílaba forte em troqueu sem acento primário (diversão, atividade)	670	**64**	**.47**	155	15	220	**21**	1045
Sílaba fraca em troqueu sem acento primário (retirar, ativar)	357	**64**	**.48**	98	18	102	**18**	557
Sílaba final acentuada (partir, dividi)	192	**63**	**.68**	62	20	49	**16**	303
Sílaba pré-tônica em início de palavra (tirar, tirano)	903	**67**	**.53**	204	15	249	**18**	1356
Sílaba forte de dátilos com acento primário (tímido, antítese)	17	**47**	**.46**	9	25	10	**28**	36
Sílaba fraca de dátilos com acento primário (médico, ortopédico)	69	**32**	**.30**	83	38	66	**30**	218
Total input .66	5263	**61**		1771	21	1539	**18**	8573

Tabela 10 - Resultados gerais em função da posição da variável na grade métrica da palavra

Da mesma maneira, quando o troqueu tem sílaba com acento primário, é indiferente se a variável está na primeira ou na segunda sílaba:

. estruturas como **time, acredito** : **p.r. .52**

. estruturas como **vinte, explode**: **p.r. .48**

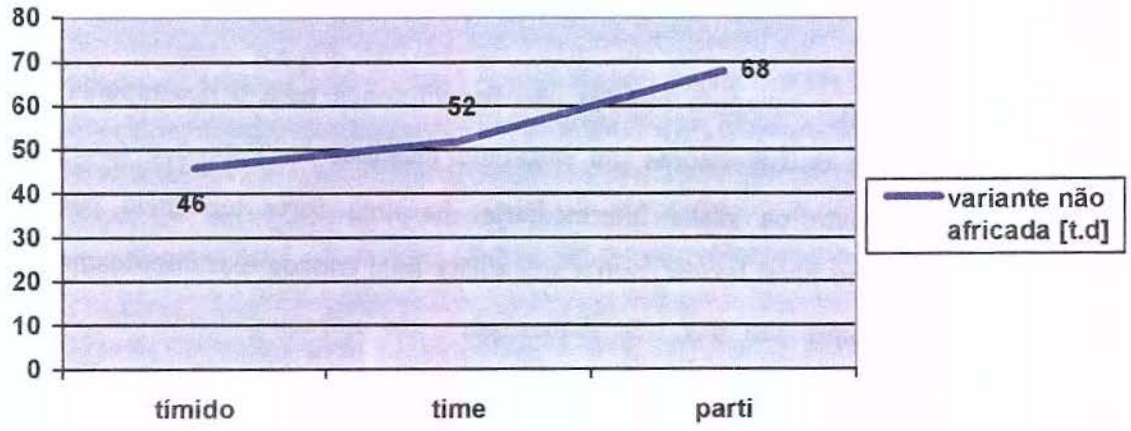
Se nos casos acima a estrutura métrica não fez diferença para o desempenho da variável, é possível ler em outros fatores um resultado interessante. Este é o caso dos dátilos. Neles, especialmente na sílaba intermediária, há uma forte tendência para a africação. Como esse pé, no nível lexical, tem a sua sílaba final tratada extrametricamente, pode-se supor que a compressão das três sílabas gere um enfraquecimento da vogal, ocasionando uma aspiração maior, que provocaria o efeito acústico de africação. De um ponto de vista fonológico, se poderia pensar que a africação decorre de um processo de

compensação: para tonar visíveis os traços da vogal, numa estrutura em que o tempo é diminuído, a sua realização junto à consoante seria a saída possível.

O mesmo se poderia dizer dos casos em que a variável está na sílaba forte do dátilo. Mas observe-se que, aí, o condicionamento é menor. Isto poderia ser atribuído, no caso, ao próprio acento, prolongando necessariamente a vogal, o que já é suficiente para a sustentação de seus traços fonológicos no contínuo fonético.

A tabela 10 nos permite ainda outra leitura, se consideramos a incidência do acento primário. A sílaba portadora de acento primário pode estar na cabeça de um dátilo, como em **tímido**, ou na cabeça de um troqueu, como em **contido**, ou ainda no final da palavra, como em **pedi**. O menor percentual da variante não africada, como já vimos, se dá quando a variável está na cabeça de um dátilo. Já o maior percentual desta variante se dá quando a variável se encontra em sílaba acentuada em final de palavra. Os pesos relativos confirmam esta leitura. Aqui podemos ver a idiossincrasia registrada nas tabelas anteriores, em relação ao fator *sílaba acentuada*. A variável em sílaba acentuada assume diferentes papéis, conforme a estrutura métrica na qual esteja engendrada, destacando-se as estruturas em que é a sílaba final de palavra, como se pode ver no gráfico 15, a seguir, em que estão representados os pesos relativos de cada uma das estruturas envolvendo a variável em posição acentuada:

Gráfico 15 - Pesos relativos para aplicação da variante não africada em posição acentuada, segundo estrutura métrica



4.2.1.6. Variável portadora ou não de acento de frase

Complementando a descrição do comportamento da variável em relação ao acento, este grupo de fatores visou a checar uma possível correlação entre as realizações da variável e a incidência do acento de frase. O grupo de fatores foi assim organizado:

a. Variável em sílaba portadora do acento de frase

Ex: *...e a gente se vestia.*, em que **ti** é a sílaba mais proeminente da frase.

b. Variável em sílaba com acento primário não portadora do acento de frase

Ex: *...tinham muito medo do pai...* , aqui o acento de frase recai sobre **pai**.

/ .Variável em sílaba átona não portadora do acento de frase

Nas rodadas com pesos relativos, sempre este grupo de fatores foi selecionado, ainda que, como poderemos ver, seus resultados não sejam muito veementes. Vejamos a tabela 11, a seguir:

Variável e acento de frase	[t]			[ts]		[t ʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
Sílaba portadora de acento de frase	576	64	.58	194	21	136	15	906
Sílaba não portadora de acento de frase	745	52	.45	390	27	289	20	1424
Total input .66	1321	57		584	25	425	18	2330

Tabela 11 - Resultados gerais da variável em relação ao acento de frase.

A tabela 11 reúne apenas os dados em que variável se encontra em sílaba que recebe o acento primário da palavra, que são as candidatas naturais para serem portadoras do acento de frase. Os casos de sílabas não acentuadas na palavra foram aqui considerados

nulos pelo programa. Embora seja possível que sílabas átonas no nível lexical sejam portadoras de acento de frase, não ocorreu, nos dados analisados, nenhum caso deste tipo, o que motivou a configuração acima para o tratamento dos dados.

Ainda que não haja uma polarização absoluta dos dois fatores, há um claro condicionamento: as sílabas portadoras do acento de frase tendem a promover a variante não africada [t, d] e as sílabas não portadoras do acento de frase tendem a promover as variantes africadas. Esta tendência está na mesma direção que aquela apontada pelas tabelas 9, 9.1 e 10, em que se viu como as sílabas portadoras do acento primário tendem a condicionar a variante não africada. Em especial, vimos na tabela 10 que esta tendência se acentua quando as sílabas com acento primário estão no final da palavra e, portanto, numa estrutura métrica muito específica.

O que tais resultados poderiam querer dizer? Hora (1990), encontrou resultados semelhantes no que diz respeito ao acento primário: tenderiam a inibir a africação - fato que ele considerou não esperado, formulando a hipótese de uma possível relação com saliência fônica, a partir de Guy (1986), segundo a qual os contextos mais salientes seriam mais propícios à difusão da mudança. Como em Hora (1990) a forma não africada é a inovadora, isto explicaria seus resultados no contexto de acento primário. No nosso caso, trata-se da forma conservadora, o que colocaria a hipótese na direção contrária. Na seção 4.4.9 voltaremos a discutir a atuação no acento de frase, mas a partir de sua relação com a identidade dos falantes. Porém, cumpre lembrar que, por outro lado, pode-se aventar a hipótese de que os resultados descritos aqui estejam apontando para uma relação de natureza fonética - as sílabas acentuadas tendendo a ter a vogal mais alongada não deixariam espaço para a africação na cadeia de tempo.

Mas é possível aventar também para uma hipótese de natureza externa: sendo a sílaba mais proeminente da frase, não haveria uma relação entre os resultados da variável neste posição e seu significado social? Mais não podemos dizer por enquanto. Porém, é irresistível ver como ficam, atuando conjuntamente, o grupo de fatores *estrutura métrica* e *variável em relação ao acento de frase*. O que fizemos foi ampliar o grupo de estrutura

métrica, desdobrando os três fatores que contêm sílaba com acento primário: com acento de frase, sem acento de frase.

Sílaba acentuada em troqueu
time, acredito *COM acento*

Sílaba acentuada em troqueu
time, acredito *SEM acento de frase*

Sílaba final acentuada
(partir, dividi) *COM acento de frase*

Sílaba final acentuada
(partir, dividi) *SEM acento de frase*

Sílaba forte de dátilos com acento primário
(tímido, antítese) *COM acento de frase*

Sílaba forte de dátilos com acento primário
(tímido, antítese) *SEM acento de frase*

Os resultados estão na tabela 11.1 a seguirr, onde podemos ver os dois condicionamentos atuando. A incidência do acento de frase sobre a sílaba em que se encontra a variável aumenta, em todas as estruturas consideradas, a freqüência da variante não africada - os pesos relativos para cada combinação de fatores confirmam tal tendência. Porém, vê-se também claramente como a estrutura métrica em que se encontra a variável gradua a freqüência da variante não africada, mesmo nos casos em que a sílaba recebe acento de frase. No quadro acima, o contexto mais propício à ocorrência da variante não africada seria o de sílaba final acentuada, sob a incidência do acento de frase (peso relativo de .78).

Sílaba em que se encontra a variável	Variante não africada [t, d]					
	SEM acento de frase			COM acento de frase		
	N.	%	p.r	N	%	p.r
Sílaba forte de dátilos com acento primário (tímido, antítese)	5/14	36	.43	12/22	55	.53
Sílaba acentuada em troqueu (time, acredito)	641/1244	52	.48	471/747	63	.60
Sílaba final acentuada (partir, dividi)	99/166	60	.59	93/137	68	.78
Total	745/1424	52		576/906	64	

Tabela 11.1. Variante não africada [t, d] em estruturas métricas com acento primário, segundo a incidência do acento de frase.

Já o contexto menos propício à ocorrência da variante não africada seria o de cabeça de dátilo, sem acento de frase (peso relativo de .43).

Se lembrarmos os resultados da tabela 10, a fim de completar o nosso retrato, vamos encontrar que, de todos os contextos sem acento primário, o único que apresenta condicionamento significativo é o de sílabas intermediárias em dátilos, como em **médico** e **ortopédico**, que condiciona a ocorrência das variantes africadas, o que corrobora a análise de Albano (1997), ainda que, no caso dele, a africação se registrasse em tais estruturas métricas, quando a oclusiva é antecedida de fricativa; nos dados acima, não há a exclusividade desse tipo de ambiente fonético (cf. Albano, 1997, pp. 8-9). Assim, nos contextos sem acento primário, a estrutura métrica em que se encontra a variável parece não ser relevante (os pesos relativos para cada estrutura, como se vê na tabela 10, variam de .47 a .53 e quando rodados com a configuração da tabela 11.1. não se alteram, variando de .47 a .52). Já nos contextos com acento primário, como vimos acima, a estrutura métrica é relevante, da mesma maneira que a incidência do acento de frase.

Todos esses resultados revelam um funcionamento bastante complexo da variável, no que diz respeito ao acento. A atuação do conjunto de fatores aqui envolvidos ficará mais interessante quando operarmos com os fatores extra-lingüísticos. Ocorre que contextos

como acento primário e acento de frase são contextos de proeminência no contínuo da fala. É inevitável perguntar como o sistema sociolingüístico opera com o contexto de acento de frase condicionando a variante não africada, se as variantes aqui tratadas são, como veremos, portadoras de significados sociais tão fortes e complexos. Será que tal condicionamento atua de maneira linear para todos os falantes entrevistados (o que revelaria a natureza eminentemente lingüística deste condicionamento), ou haveria diferenças entre os grupos de falantes ou mesmo falantes individualmente (o que revelaria a face social do funcionamento do acento de frase)?

Façamos mistério, por força da ordem da leitura.

4.2.1.7. Níveis morfológicos e classes de palavras

Os dois grupos de fatores restantes buscam investigar alguma correlação possível entre o fenômeno analisado e o léxico. Já assinalamos na seção 4.2.1. que, embora a regra de palatalização das oclusivas dentais seja normalmente descrita como pós-lexical (cf. Bisol e Hora,1993, pp. 39-40 e Lee,1995, pp. 136-137), decidimos fazer um controle de natureza lexical por acreditar que, nos dialetos em que a regra de palatalização se aplica como regra categórica, o processo seja realmente pós-lexical, sendo invisível, portanto, a categorizações de natureza lexical; porém, em casos como de Florianópolis, em que tal processo está se iniciando, o léxico pode ser um dos caminhos pelos quais as variantes inovadoras - as africadas - penetram no sistema.

São dois os grupos de fatores que operam com o léxico:

Posição morfológica da variável

r. variável no interior da raiz. Ex: **tia**

m. variável em juntura morfológica. Ex: **coitaDinha**

s. variável em sufixo Ex: **infeliz<u>mente</u>**

p . variável em prefixo. Ex: **<u>des</u>fazer**

j. variável em juntura de palavra (à direita). Ex: **cen<u>to e</u> dez** ['setɪ'dɛʃ]

Classe da palavra onde se encontra a variável

s. substantivo Ex: **t**ia, **d**inheiro.

a. adjetivo Ex: an**t**igo, ataca**d**inha.

v. verbo Ex: **t**irar, **d**izer

c. advérbio Ex: felizmen**t**e, **d**emais.

l. pronome clítico Ex: **t**e

t. pronome pessoal tônico Ex: **t**i, con**t**igo, a gen**t**e.

n. numeral. Ex: se**t**e

p. preposição Ex: **d**e, duran**t**e.

o outros Ex: **d**isso, to**d**inha, on**d**e, **d**iversas, es**t**e.

4.2.1.7.1. Posição morfológica da variável

Inicialmente, o que faremos nesta seção é apenas trabalhar com os resultados gerais da variável. Posteriormente, teremos oportunidade de voltar ao aspecto lexical, rearranjando os grupos de fatores de maneira a poder testar algumas hipóteses de difusão lexical. Talvez fosse interessante esclarecer os casos de juntura de palavra. Só foram rotulados com esse fator os casos em que há uma juntura da palavra em que se encontra a variável com a palavra seguinte, iniciada pela vogal /i/, havendo queda da vogal final da palavra onde se encontra a variável. Um exemplo ajuda:

canto e danço [ˈkɐtɪˈdɐsʊ]

Quando porém se trata de fusão da vogal [ɪ] com a mesma vogal na sílaba seguinte, não se considerou que a variável se encontrava em juntura de palavra (há um código especial no grupo 4 para este caso):

vinte e quatro [ˈv itɪˈkɷatɾʊ]

Do mesmo modo, não se consideraram como casos de juntura morfológica aqueles em que a variável se encontrava na margem esquerda da palavra, uma vez o contexto à esquerda não detona o processo de africação (embora possa condicioná-lo, como já vimos).

Vamos então aos resultados gerais, expressos na tabela 12, a seguir:

Localização morfológica da variável	[t]			[ts]		[tʃ]		**Total**
	Oc.	**%**	**p.r.**	**Oc.**	**%**	**Oc.**	**%**	
Juntura de palavra	39	**87**	**.83**	6	**13**	-	-	45
Prefixo	119	**86**	**.48**	8	**6**	12	**9**	139
Sufixo	461	**64**	**.50**	170	**23**	93	**13**	724
Raiz	3378	**61**	**.50**	1116	**20**	1089	**20**	5583
Juntura morfológica	1266	**61**	**.50**	471	**23**	345	**17**	2082
Total input .66	5263	**61**		1771	**21**	1539	**18**	8573

Tabela 12 - Resultados gerais da variável em função da localização morfológica.

Este grupo de fatores, nas rodadas de pesos relativos, sempre foi selecionado, embora os pesos relativos não revelem normalmente uma diferença tão flagrante como a que transparece nos percentuais. Poderíamos dizer que os resultados estão polarizados em dois grupos de fatores: de um lado, *juntura de palavra* e *prefixo*; e de outro, *sufixo*, *raiz*, *juntura morfológica*. Neste último grupo, os fatores parecem não interferir no desempenho da variável, o que confirma a ausência de controle de natureza lexical, como a literatura em fonologia tem apontado. Em especial, destaque-se que não há nenhuma diferença entre os fatores *raiz* e *juntura morfológica*, se olhamos para a não africação.

Dos fatores, o único que parece condicionar decisivamente o desempenho da variável é o fator *juntura de palavra*. Observe-se que no caso dos prefixos, há um alto percentual da variante não africada, embora o peso relativo obtido pelo fator tenha sido .48. Esta discrepância se deve à grande produtividade do prefixo **des** - que traz as condições estruturais que mais condicionam a variante não africada: o fonema sonoro /d/ e o fonema

/s/ na posição de coda (com realização palatal predominante) ou no *onset* da sílaba seguinte, em casos de ressilabificação. Esses são contextos fonéticos de manutenção da variante não africada, como vimos nas secão 4.2.1.2.5, e fizeram com que o percentual desta variante fosse alto. O programa computacional capturou essa coincidência, razão pela qual o fator acaba se revelando como não condicionador.

A restrição da juntura de palavra à aplicação de uma regra de assimilação é reconhecida em muitos fenômenos. Abaurre & Pagotto (1996), p. ex., encontraram a mesma motivação para a aplicação da assimilação de nasalidade pela vogal, no português do Brasil. Naquele caso, a regra também era sensível a certas junturas morfológicas, como aquelas envolvendo o sufixo **-mente.** Nos nossos dados, temos que admitir que também se trata de uma restrição imposta, de alguma maneira, pelo limite lexical. Bisol e Hora (1993) lidam com o mesmo problema. Eles, como já assinalamos, tratam a palatalização das oclusivas alveolares como pós-lexical. No entanto, admitem que a assimilação que ocasiona a palatalização das oclusivas alveolares é *rara (...) entre palavras, embora um teste de aceitabilidade lhe tenha dado crédito também nesse contexto* (cf. Bisol e Hora, 1993, p. 39). Para manter a regra como pós-lexical, tomam a aceitabilidade como critério, atribuindo a raridade de sua aplicação entre palavras às restrições da aplicação da regra de apagamento da vogal final. Se esta hipótese é correta, o limite de palavra não seria o responsável direto pela restrição, mas o fato de que a queda da vogal final, em tais contextos, é que se apresenta como uma restrição. Nos dialetos em que a regra ainda está se implementando, tais restrições seriam mais visíveis, ou podemos até pensar que a queda da vogal não seria completa, embora auditivamente percebida como tal.

4.2.1.7.2. Classes de palavras

4.2.1.7.2.1. Uma visão geral das classes

A inclusão deste grupo de fatores visa a, como já dissemos, checar a possibilidade de um controle de natureza lexical. Permite também que se identifiquem, por meio da combinação com outros fatores, itens lexicais específicos.

Inicialmente, o que faremos é apenas uma apresentação geral dos resultados, que estão na tabela 13, a seguir:

Classe da palavra onde se encontra a variável	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
Outras	96	**70**	**.49**	14	**10**	28	**20**	138
Numeral	137	**68**	**.57**	43	**21**	20	**10**	200
Preposição	971	**67**	**.44**	177	**12**	305	**21**	1453
Advérbio	380	**63**	**.50**	140	**23**	83	**14**	603
Pronome pessoal tônico	499	**63**	**. 51**	114	**15**	173	**22**	786
Substantivo	1407	**60**	**.50**	557	**24**	389	**17**	2353
Verbo	1295	**60**	**.49**	481	**22**	377	**18**	2153
Adjetivo	454	**55**	**.49**	223	**27**	148	**18**	825
Clítico pronominal	24	**39**	**. 31**	22	**35**	16	**26**	62
Total input .66	5631	**61**		1771	**21**	1539	**18**	8573

Tabela 13 - Resultados gerais da variável em função da classe da palavra.

A tabela revela, como seria de esperar, algumas discrepâncias entre pesos relativos e percentuais da variante não africada, o que nos leva a lê-la com o máximo de reservas, uma vez que seria inesperado um condicionamento de natureza lexical para o processo de variação de que tratamos. A exemplo do que ocorreu com o prefixo (e com outros fatores lingüísticos) determinados itens lexicais ou mesmo determinadas classes de palavra conteriam certos contextos favoráveis ou desfavoráveis à aplicação da africação. O programa de cálculo de pesos relativos reconheceria estas sobreposições, recolocando a atuação dos fatores nos seus devidos lugares. Considerando-se os pesos relativos de cada fator quando da aplicação da variante não africada em oposição às variantes africadas, teríamos os *numerais*, as *preposições* e o *clítico pronominal* como classes de palavra que condicionariam o desempenho da variável. Desses, o clítico **te** representaria o

condicionamento mais forte, com peso relativo de **.39**. Os numerais, com peso relativo de **.57**, representariam um tendência oposta, ou seja, pela manutenção da não africação.

Quanto à oposição entre as duas africadas, há uma certa diferença percentual entre a ocorrência de uma e outra em diversas classes, que não examinaremos agora para facilitar a exposição. Tais resultados serão retomados na seção 4.3.3.4., quando, então, poderemos checar até que ponto tais diferenças são significativas.

4. 2.1.7.2.2. Uma olhada nos numerais

No caso dos numerais, estamos diante de 10 itens lexicais diferentes:

sete - 57 ocorrências

vinte - 77 ocorrências

dezesseis, dezessete, dezoito, dezenove - 54 ocorrências reunindo os 4 numerais

cento (na juntura **cento e um**, por exempo ['setɪ'u]) - 9 ocorrências

sétima - 2 ocorrências

setecentos - 1 ocorrência

O que estamos procurando é se haveria alguma idiossincrasia no uso destes numerais que revelasse um vôo próprio, independentemente dos fatores lingüísticos. Por exemplo, no caso do numeral **cento,** a ocorrência da variável sempre se dá em juntura de palavra, que, como vimos, é um forte inibidor da africação. Das 9 ocorrências da palavra, em 6 a realização da variável foi [t] e em 3 foi [ts]. Logo, este numeral apenas mantém a tendência do condicionamento lingüístico.

Nos casos que envolvem os numerais **dezesseis, dezessete, dezoito** e **dezenove**, a consoante /d/ se encontra em contexto da sibilante coronal /s/, que é propício à queda da vogal e tende a inibir a africação. De fato, das 42 ocorrências da variável na posição inicial desses numerais, 38 foram da variante não africada [d], apenas 4 da variante africada palatal, o que confirma o condicionamento do contexto lingüístico, em detrimento do conidicionamento lexical propriamente dito.

Os casos de **vinte** e **sete** já são mais interessantes, porque não há condicionamento lingüístico forte (no caso de **sete**, a vogal [ɛ] condiciona a variante não africada, mas não de maneira absoluta). Vejamos como se comportaram os dois numerais, analisando a tabela 13.1., a seguir:

Item lexical	[t]		[ts]		[tʃ]		*Total*
	N	%	N	%	N	%	
vinte	43	**56**	19	**25**	15	**19**	77
sete (ou dezessete)	49	**69**	21	**30**	1	**1**	71

Tabela 13.1. Variável segundo os itens lexicais **vinte**, **sete** (e **dezessete**).

No caso do numeral **vinte**, não há nada de excepcional nos seus resultados. Considerando-se que a variável se apresenta na sua versão não sonora /t/, os resultados estão bem próximos da média geral. No caso do numeral **sete** (aqui reunido com **dezessete**) os resultados indicam uma tendência completamente diferente de **vinte**. Veja-se, a propósito, que apenas uma ocorrência da variante africada palatal [tʃ] foi registrada.

A pergunta é: o numeral **sete** seria o responsável pelo condicionamento ou ele é de natureza lingüística (ou extra-lingüística)?

Aqui é preciso lembrar que o contexto antecedente [ɛ] teve peso relativo de .58 para a ocorrência da variante não africada (cf. tabela 4, seção 4.2.1.2.) e pode ser o responsável pelo desempenho do numeral **sete**. Quanto a outros contextos lingüísticos, nenhum condicionador da variante não africada [t, d] interfere no desempenho do numeral. Ao contrário, chama a atenção seu desempenho quando diante das vogais /a/ /e/ nasalizadas. Esse contexto foi tomado como inibidor da variante não africada (teve peso relativo de .41, cf. tabela 6, seção 4.2.1.4.). Quanto ao numeral **sete**, nesse contexto o percentual da variante não africada foi de 92% (11 ocorrências num total de 12), o que não seria esperado, dados os resultados gerais para os contextos nasais. Esse tipo de resultado levaria a pensar em um condicionamento de natureza lexical, mas como se trata de números baixos, do

ponto de vista estatístico, não é possível ser categórico quanto a este provável condicionamento lexical.

Dadas as dúvidas expostas acima, é melhor ficarmos com a hipótese de que o numeral **sete** não exerce controle de natureza lexical no processo de variação.

4. 2.1.7.2.3. O clítico *te*

No caso do clítico pronominal **te**, se for mesmo um condicionamento de natureza lexical, espera-se que mantenha a mesma tendência em todos os contextos lingüísticos e extra-lingüísticos. Porém, é preciso lembrar que em Hora (1990) os clíticos (**de** e **te**) tomados como uma categoria à parte em relação ao acento primário, atuam como fortes condicionadores da palatalização. Na tabela 13, por coincidência, os clíticos pronominais e as preposições têm pesos relativos que revelariam uma tendência a inibir a variante não africada (e portanto, favorecer a africação). Fizemos uma rodada incluindo os clíticos no grupo de fatores *posição em relação ao acento primário*, operando com pré-tônicas, tônicas, pós-tônicas e clíticos (preposição e pronome), ou seja, separando elementos clíticos de sílabas pré-tônicas. Os pesos relativos obtidos para os outros fatores não foram muito diferentes daqueles já analisados na tabela 9.1. Quanto aos clíticos (preposições e pronomes reunidos), tiveram 66% da variante não africada [t, d] e peso relativo de .48; ou seja, não se revelaram condicionadores do processo de variação. Isto faz com que descartemos a explicação meramente fonológica para o resultado do clítico pronominal, na tabela 13.

Resta-nos a hipótese de um possível condicionamento lexical exercido pelo clítico pronominal **te**. Um exame dos contextos lingüísticos de sua ocorrência revelou dois comportamentos discrepantes da sua tendência geral pela africação: no contexto antecedente de vogais posteriores e o contexto seguinte de consoantes oclusiva alveolar /t/ /d/. Os dois contextos apresentavam uma maior concentração de clíticos pronominais e resultados percentuais que contrariam a tendência:

Contexto lingüístico	[t]	[ts]	[tʃ]	*Total*

	N	%	N	%	N	%	
Vogais posteriores em contexto antecedente	11	**61**	6	**33**	1	**6**	18
Consoantes oclusivas em contexto seguinte ao /i/	11	**73**	2	**13**	2	**13**	15

Tabela 13.2. Resultados do clítico segundo dois contextos lingüísticos.

As vogais posteriores em contexto antecedente não são, no geral, condicionadores fortes do processo. Na tabela 4, pudemos ver que o peso relativo para o fator é de .48. Não haveria por que considerar que, no caso acima, estivessem condicionando o processo. Já o contexto de oclusiva alveolar seguinte ao /i/ revelou, no geral, uma certa tendência pela manutenção da variante não africada (cf. tabela 6). É possível que esteja, no caso do clítico pronominal, condicionando a variante não africada. Se isto é verdade, deveríamos descartar o condicionamento de natureza lexical que, por princípio, se fosse verdadeiro, deveria manter a tendência manifesta na média para o item lexical, em todos os contextos.

Mais uma vez, como não temos absoluta certeza de controle lexical, preferimos ficar com a hipótese de que os clíticos não sejam, por si, condicionadores do processo, ainda que, ao menos no momento, não possamos explicar a razão de seus resultados. Mesmo um exame nos fatores extra-lingüísticos não se revelou producente para explicá-los. Não há nenhum grupo especial que seja portador dos clíticos pronominais, que pudesse ser responsabilizado pelos seus resultados. Como mais tarde faremos um exame individual, teremos oportunidade de ver se, eventualmente, os clíticos não se concentram em falantes que tendem à africação, o que explicaria seus resultados.

4.2.1.7.3. Outros controles lexicais

Durante o processo de codificação dos dados, chamou a atenção a possibilidade de haver, ainda, outro tipo de condicionamento lexical, por certos sufixos muito produtivos. Assim, mesmo tendo em mente que o processo não deva ter condicionamento de natureza

lexical, resolvemos investigar se a desconfiança em relação aos itens lexicais se revelava verdadeira.

4.2.1.7.3.1. Alguns sufixos

Quando da análise da posição morfológica da variável, o único fator realmente relevante foi o de juntura de palavra. Os sufixos não se apresentaram como um contexto que pudesse influir no processo de variação. Mas será que determinados sufixos não seriam portadores de determinadas variantes? A fim de investigar tal possibilidade, reestruturamos o grupo de fatores **Posição morfológica da variável** e, utilizando-nos de diversos fatores, pudemos demarcar os sufixos que gostaríamos de destacar. São eles:

- **(i)dade** - em palavras como **contabilidade**, **mocidade**.
- **nte** - em palavras como **dançante**, **seguinte**, **pendente**.
- **mente** - em palavras como **realmente**, **infelizmente**

O primeiro deles só foi considerado sufixo quando se podia recuperar, no sistema sincrônico, o processo de derivação, não sendo classificados como sufixos quando o processo tinha raízes históricas não transparentes ao sistema hoje: é o caso de **cidade** (do latim *civitatis*). No caso do segundo, enfrentou-se dificuldade semelhante. Ao lado de sufixos claramente identificáveis, como em **dançante**, há casos como o de **inteligente**, ou **doente**. Assim, foram considerados sufixos, quando claramente havia uma relação com um tema verbal, como em **presidente**, **dependente**; não foram considerados sufixos casos como o de **doente**, **excelente**, **carente**, **ambiente**, **decente**, etc.

O grupo de fatores 9 foi reescrito de duas formas diferentes. A primeira versão é a seguinte:

1) sufixo **-nte**, precedido das vogais nasais /ã/ / e/ / i /, como em **dançante**, **dependente** e **seguinte**;

2) seqüência fônica de **vogal nasal + [ti]** em contextos pós-tônicos - sem constituir sufixo, segundo os critérios adotados, como em **diante, invente** e **vinte**;

3) sufixo **-mente**;

4) sufixo -(i)dade, como em **contabilidade, bondade**

5) seqüência fônica /ade/ (/e/ -> [ɪ], em contextos pós-tônicos, não constituindo sufixo, como em **cidade, idade**)

6) variável em juntura de palavra , como em **cento e dez** [setɪdɛʃ]

7) variável nos demais contextos de raiz, juntura morfológica, prefixo ou sufixo.

O objetivo dos fatores em **2** e **5** foi ter uma medida de comparação, uma vez que o elemento condicionador talvez pudesse ser a seqüência fônica, e não um controle lexical propriamente dito. Assim, se os sufixos condicionam efetivamente o processo, espera-se que os resultados das seqüências fônicas correspondentes sejam diferentes dos sufixos propriamente ditos. Vejamos os resultados da aplicação da variante não africada na tabela 13.3.

O grupo de fatores, tal como está, foi selecionado como relevante pelo programa computacional em todas as rodadas, sempre como o último. Nas rodadas com fatores extra-lingüísticos, os pesos relativos permaneceram praticamente os mesmos, com pequenas variações. A juntura de palavra continua sendo o fator que fortemente condiciona a aplicação da variante não africada. Quanto aos novos contextos introduzidos, os que chamam a atenção são aqueles envolvendo a seqüência /ade/, em especial quando se trata do sufixo **-(i)dade**. Neste caso, o peso relativo registrado foi de .64, o que indicaria que é um fator que condiciona a não africação. Quanto a ser um condicionador lexical genuíno, não é possível, a meu ver, fazer afirmações categóricas: a seqüência fônica /ade/, com a variável em posição pós-tônica (portanto, as mesmas condições estruturais do sufixo) apresentou peso relativo de .56. Em todas as rodadas, tal diferença se manteve, variando no máximo em 0.02, na direção de aumentar a diferença. Seguramente não é uma diferença significativa. O que talvez pudéssemos dizer, fazendo todas as ressalvas necessárias, é que a combinação dos fatores - vogal baixa, antecedente + variável sonora em sílaba pós-tônica - condiciona a

variável na direção da variante não africada e, se tal seqüência integra o sufixo **-(i)dade**, este condicionamento tenderia a aumentar.

Contexto morfológico/fonológico	**Variante não africada [t,d]**		
	N	**%**	**p.r.**
juntura de palavra	39/45	**87**	**.84**
sufixo -(i)dade	156/183	**85**	**.64**
seqüência fônica -ade (cidade)	131/161	**81**	**.56**
sufixo –mente	158/248	**64**	**.54**
seqüência fônica -ãte, ẽte, ĩte	713/1157	**62**	**.49**
raiz e demais contextos morfológicos	3941/6533	**60**	**.49**
sufixo –nte	125/246	**51**	**.45**
Total **input .66**	5263/8573	**61**	

Tabela 13.3. Resultados da variante não africada segundo sufixos e contextos fonológicos específicos.

Quanto aos demais fatores, não é possível afirmar condicionamento lexical: afora o fato de que os sufixos **-mente** e **-nte** se encontrariam em direções opostas no que diz respeito à realização africada, os resultados estão muito próximos de .50, que é, para o programa estatístico utilizado, o ponto neutro de condicionamento. Como ambos ainda estão muito próximos deste ponto (e como o fator *seqüência fônica ãte, ete , ite* ficou entre os dois, com .49), podemos descartar a hipótese de condicionamento lexical (ou mesmo fonológico), neste caso.

Como tanto o fator *seqüência fônica ãte, ete, ite* quanto o que controlou o sufixo não distinguiram as vogais nasais antecedentes umas das outras, outras rodadas foram feitas rearranjando o mesmo grupo de fatores, a fim de dar conta desta distinção. A hipótese que motivou essa investida é a de que tanto as seqüências fônicas poderiam se comportar

diferentemente, quanto o sufixo **-nte** poderia fazer transparecer seu condicionamento mais abertamente em certos contextos que em outros. O grupo de fatores foi assim montado:

1) sufixo **-nte**, precedido da vogal nasalizada /ã/, como em **dançante, amante**;

2) seqüência fônica de vogal nasalizada /ã/ + [tɪ] em contextos pós-tônicos - sem constituir sufixo, segundo os critérios adotados, como em **diante, antes**.

3) sufixo **-nte**, precedido das vogais nasais / e/, como em , **dependente, divergente**;

4) seqüência fônica de vogal nasalizada /e/+ [tɪ] em contextos pós-tônicos - sem constituir sufixo, segundo os critérios adotados, como em **invente, carente**;

5) sufixo **-nte**, precedido da vogal nasalizada / i/, como em **seguinte**;

6) seqüência fônica de vogal nasal / i /+ [tɪ] em contextos pós-tônicos - sem constituir sufixo, segundo os critérios adotados, como em **vinte**;

7) sufixo **-mente**;

8) sufixo **-(i)dade**, como em **contabilidade, bondade**;

9) seqüência fônica /ade/ (/e/ -> [ɪ]), em contextos pós-tônicos, não constituindo sufixo, como em **cidade, idade**;

10) variável em juntura de palavra , como em **cento e dez** ['setɪ'dɛʃ]

11) variável nos demais contextos de raiz, juntura morfológica, prefixo ou sufixo.

E os resultados foram os seguintes:

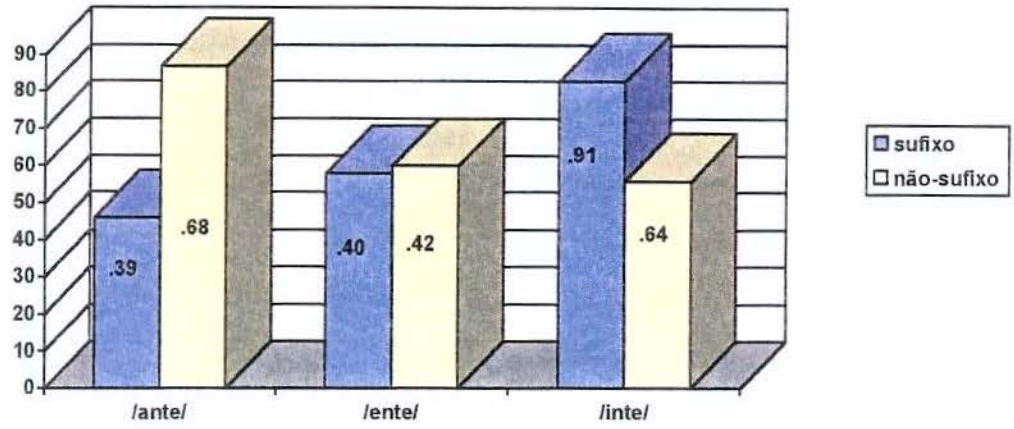
Contexto morfológico/fonológico	Variante não africada [t,d]		
	N	%	p.r.
juntura de palavra	39/45	**87**	**.84**
seqüência fônica /ãte/ - variável pós-tônica (diante)	61/69	**87**	**.68**
sufixo -(i)dade	156/183	**85**	**.65**
sufixo -nte precedido de vogal nasal /ĩ / (seguinte)	20/24	**83**	**.91**
seqüência fônica /-ade/ variável pós-tônica (cidade)	131/161	**81**	**.57**
sufixo –mente	158/248	**64**	**.48**
seqüência fônica /ẽte/ em posição pós-tônica (invente)	609/1010	**60**	**.42**
sufixo -nte precedido de vogal nasal /ẽ / (dependente)	19/34	**58**	**.40**
seqüência fônica /ĩte/ - variável pós-tônica (vinte)	43/77	**56**	**.64**
sufixo -nte precedido de vogal nasal /ã/ (dançante)	87/190	**46**	**.39**
raiz e demais contextos morfológicos	3940/6533	**60**	**.50**
Total input .66	5263/8573	**61**	

Tabela 13.4 - Aplicação da variante não-africada [t, d] segundo sufixos em contextos fonológicos específicos.

A tabela 13.4 tanto pode ser lida comparando cada contexto fonológico específico, em relação ao fato de ser sufixo ou não, como pode ser lida comparando os contextos fonológicos uns com os outros. Com relação à seqüência fônica /ade/ e à possibilidade de ser portadora de sufixo **-(i)dade,** os resultados são os mesmos que na tabela anterior, razão pela qual não os comentaremos aqui. O que de fato nos interessa é o desempenho de seqüências fônicas com vogal nasalizada + variável [-son]+ vogal pós-tônica, como em **estudante**, **vinte**, etc. segundo a possibilidade ser ou não sufixo.

No gráfico 16, a seguir, estão apresentados os resultados dos três contextos fonológicos, segundo a vogal nasal que os antecede, comparando sufixos e não-sufixos. Vejamos:

Gráfico 16 - Freqüência da variante não africada segundo sufixo - nte em contextos nasais específicos, com respectivos pesos relativos



Os números registrados nas colunas são os pesos relativos obtidos por cada um dos fatores. Com exceção do sufixo na seqüência /inte/, um pouco extremado em relação ao percentual obtido, os pesos relativos corroboram os resultados percentuais. Observe-se que, somente na seqüência /ente/, como em **dente** e **dependente** o contexto fonológico atua de maneira decisiva, não diferenciando sufixos e seqüências não morfológivas (como em **dente**). A propósito, o resultado obtido pelo sufixo **-mente**, não incluído no gráfico, está muito próximo daqueles registrados acima: (64% de freqüência, com peso relativo de .48). Nos outros dois contextos, não é possível falar em condicionamento lexical: veja que no contexto de vogal nasalizada /ã/ antecedente (como em **dançante**, **diante**), os sufixos tenderiam a inibir a não africação; porém o mesmo não se registra no caso da vogal nasalizada / i /, (**vinte, seguinte**), em que o resultado é o oposto: os sufixos seriam contextos favoráveis à variante não africada [t, d]. Se o condicionamento fosse lexical, esperar-se-ia que atuasse na mesma direção em todos os contextos fonológicos e não em direções opostas. O mesmo, porém, deveria ser verdade para os contextos fonológicos específicos. Aqui vemos que o fato de estar diante de um sufixo ou não, não deveria interferir significativamente no condicionamento. Assim, pode-se concluir que haja algo que

interfira nos contextos fonológicos acima; embora não positivamente relacionado aos sufixos, pode ser de natureza lexical, ou mesmo extralingüística.

Quais são os itens lexicais nos contextos /ante/ e /inte/? No caso de /inte/, temos apenas dois itens lexicais: **seguinte** e **vinte**. Assim, os resultados tanto do gráfico 16 quanto da tabela 13.4, quanto a este contexto poderiam ser lidos assim: **seguinte** tende menos à africação do que **vinte**. Porém, como os casos de **seguinte** são apenas 24 no total, não é possível afirmar categoricamente que o item controla o processo, a menos que surjam evidências de natureza extralingüística (por exemplo, tais dados estarem, em sua maioria, nos inquéritos de falantes que têm alto grau de africação).

No caso de **-ante**, o que explica a diferença entre sufixos e não sufixos é a ocorrência do item **antes**. Das 69 ocorrências da variável no contexto fonológico /ante/, quando não sufixo, 53 foram deste item lexical; os 16 restantes se distribuem em itens como **diante, instante, gigante, cartomante**, etc. Como se sabe, o contexto de /s/ em coda é propício à variante não africada. De fato, no caso de **antes**, dos 53 dados, em 50 a variante não africada ocorreu (94%), sendo que em 32 deles, a vogal havia sofrido queda.

Quando tomamos os 190 dados de sufixo **-nte**, precedido de vogal nasalizada /ã/, percebemos que 93 casos são do advérbio **bastante**, analisados aqui como contendo sufixo por contraste com o verbo **bastar.** Os demais casos se distribuem numa variedade de itens lexicais como **ajudante, refrigerante, flutuante, estudante, viajante**, etc. Os resultados de **bastante** e dos demais itens são muito consistentes entre si, não revelando qualquer controle lexical por parte do item **bastante**, como se pode ver na tabela 13.5, a seguir:

Item lexical	[t]		[ts]		[tʃ]		*Total*
	N	%	N	%	N	%	
bastante	39	**42**	29	**31**	25	**27**	93
demais itens lexicais com sufixo em /ãnte/	48	**49**	32	**33**	17	**18**	97

Tabela 13.5. Variável segundo os itens lexicais com sufixo **-nte** precedido de vogal nasal /ã/.

Como se pode ver, especialmente se tomamos a variante não africada [t, d], não se pode falar em uma diferença significativa entre os resultados do item **bastante** em relação aos demais itens lexicais.

Resumindo as nossas investigações sobre os sufixos, tendo perseguido exaustivamente um possível condicionamento de natureza lexical, não podemos afirmá-lo de maneira taxativa. O único que chama a atenção pela consistência é o **-(i)dade**. Mesmo assim, não apresentou uma diferença muito grande em relação à seqüência fônica propriamente dita. Fica a possibilidade para futuros trabalhos.

4.1.2.8. Fatores Lingüísticos - Sumário

Como dissemos, praticamente todos os grupos de fatores lingüísticos sempre foram selecionados ao longo de todas as rodadas de pesos relativos. Do exame que fizemos destes grupos, nem sempre os fatores atuam totalmente na direção de um certo condicionamento. Determinados fatores, dentro de cada grupo, costumaram polarizar os resultados, ficando os restantes sem atuação definida. Podemos então resumir a atuação dos fatores lingüísticos da seguinte maneira:

1) A sonoridade da variável é relevante: consoantes surdas tendem a sofrer maior africação que consoantes sonoras;
2) O contexto que antecede a variável pode interferir na sua realização, destacando-se os contextos:
    a) consoante fricativa palatal - leva a um grau maior de africação
    b) vogais posteriores nasalizadas - levam a um grau maior de africação

3) A natureza do segmento vocálico que segue a variável interfere na sua realização:

    a) Quando se trata de um ditongo, o grau de africação tende a ser maior;
    b) Quando se trata de vogais nasalizadas, o grau de africação tende a ser maior;

c) A vogal [i] pode estar apagada. Neste caso, duas situações são possíveis:

- ou se trata da regra de apagamento descrita por Bisol (1986), quando segue uma consoante fricativa alveolar (ou palatal, como no nosso caso) - há uma forte tendência à manutenção da variante não africada;

- ou se trata de apagamento não motivado pelo contexto anterior. Aqui, à vogal apagada correspondeu um grau de africação maior. Porém, trata-se da atuação de duas outras regras: ou a vogal cai por uma regra de apagamento relativamente forte no dialeto local, e a africação é impossível; ou ocorre o processo assimilatório e a vogal é apagada.

4) Contexto seguinte à vogal [i] também pode interferir na realização da variável, não de maneira uniforme, mas pontual:

a) Quando seguem à vogal [i] a consoante fricativa alveolar /s/ em coda da sílaba, seja na sua realização fonética alveolar ou palatal (mas em especial neste última) há uma forte tendência à manutenção da variante não africada [t, d]. Nesses casos, quando a vogal antecedente é elidida - regra mencionada acima - a manutenção da variante não africada é quase categórica;

b) Quando as consoantes fricativas se encontram em posição de *onset* da sílaba seguinte, diferenciam-se as alveolares das palatais: as alveolares tendem a inibir mais fortemente a ocorrência de africação, do que as palatais. As vogais caem mais com as alveolares;

c) As fricativas labiodentais parecem implementar o processo de africação;

d) As vogais posteriores nasalizadas também atuam na mesma direção

e) Não é possível falar em uma atuação uniforme do ponto de articulação. O que parece ocorrer é que determinadas consoantes e vogais teriam uma certa configuração articulatória que contribuiria para a ocorrência de africação. Esta configuração não decorreria somente do ponto de articulação da consoante, mas do modo e da presença de nasalidade.

5) A posição da variável na palavra não atua significativamente sobre a variável. Apenas destaca-se a posição final em relação às outras;
6) A posição da variável em relação ao acento, sem considerar sua posição na palavra, parece não ter atuação decisiva. Em especial, parecem não se distingüir sílabas acentuadas de não acentuadas;
7) A posição da variável em determinadas estruturas métricas interfere na realização das variantes. Em especial, quando ocupa a sílaba intermediária de um dátilo. Nesses contextos a africação tende a ser maior que a não africação;
8) As sílabas tônicas não portadoras de acento de frase tendem a ter um maior grau de africação, ao contrário das sílabas portadoras do acento de frase, que mantêm a tendência geral de não africação;
9) Embora o processo de palatalização seja descrito como pós-lexical, parece haver uma certa influência que o contexto de juntura de palavra exerce sobre o fenômeno. Nesses contextos, a africação é bloqueada. Quanto a um possível condicionamento de natureza lexical exercido pelos sufixos **-(i)dade**, **-nte** e **-mente**, apenas em relação ao primeiro foi notado um aumento na manutenção da variante não-africada. Como não se trata de um condicionamento muito forte, é preferível, no momento, não arriscar nenhuma afirmação conclusiva, ficando o tema aberto para futuras pesquisas.

4.2.2. FATORES EXTRALINGÜÍSTICOS

17 o 92%	15 a 88%	17 c 87%	17 C 86%	15 r 85%	17 t 85%	17 G 83%	17 A 81%	17 M 82%	17 g 82	15 J 81%	17 w 81%	17 I 80%	16 H 80%

16 m 79%	17 j 78%	15 u 77%	15 I 76%	15 c 76%	15 f 73%	15 n 72%	17 m 71%	15 s 70%

15 l 69%	15 z 69%	15 m 68%	15 F 68%	15 t 64%	16 p 63%	15 T 63%	15 o 63%	17 n 62%	17 l 62%	17 E 62%	15 p 61%

15 i 59%	16 v 58%	17 s 58%	16 a 57%	15 P 56%	15 M 56%	16 f 56%	15 d 55%	15 v 54%	16 V 52%	16 M 52%	16 z 51%

16 A 48%	16 Z 48%	16 j 45%	16 l 43%

16 R 39%	15 j 36%	17 N 36%	15 e 35%	16 S 34%	16 L 31%	16 h 31%

17 r 21%	16 D 20%

16 J 11%	16 d 10%

A página anterior apresenta os falantes individualmente. Em cada quadrinho, a linha superior traz o código utilizado para identificar cada um deles; a linha inferior traz o percentual da variante não africada [t, d] encontrado na sua entrevista. Apenas para efeito de disposição, eles estão organizados em casas decimais.

O falante ***17 o*** apresentou 92% de variantes não africadas (obviamente, isto implica que ele teve somente 8% de variantes com africação). O falante ***16 d*** apresentou apenas 10% desta variante. Ambos nasceram e moram na mesma cidade, mas é possível dizer que não compartilham o mesmo traço lingüístico, quanto à realização da consoante oclusiva dental. O que os distancia? Terão eles idades diferentes? Serão moradores do centro urbano ou no Ribeirão da Ilha? Terão a mesma escolaridade? Serão do mesmo sexo? Compartilham as mesmas ambições, os mesmos programas de TV, têm a mesma profissão, ou estão em mundos distintos, apenas circulando por algumas ruas, paisagens, jornais eventualmente em comum?

Mas não são de todo distantes os habitantes gravados. Veja o leitor que há treze falantes com percentuais entre 80% e 92% de variantes não africadas. Se podemos, de um lado, supor que os dois falantes anteriores não compartilham o mesmo universo cultural - hipótese central da sociolingüística - podemos igualmente supor que esses últimos treze devem ter pelo menos um traço forte que os una, do contrário estaríamos perdidos no meio do caos. É o que pretendemos nesta seção - escapar do caos, tentando desvendar a teia social que organizaria estes falantes.

Mas uma coisa é certa: esta é uma cidade multifacetada.

4.2.2.1. Introdução

Em crise de identidade. Entre o passado e o futuro, entre o moderno e o tradicional, entre o rural e o urbano, entre o nativo e o de fora, nos dois lados da moeda *manezinho*. Nossa primeira tentativa de apreender essa crise de identidade se dará com grupos de fatores usualmente utilizados na pesquisa sociolingüística. Em parte, o uso dos grupos de fatores a serem trabalhados se deu em função da própria organização do banco de dados que esta pesquisa utilizou: o do Projeto Varsul. Assim, estaremos observando: sexo, idade,

escolaridade e a localidade de onde provêm os informantes: região urbana central, Ribeirão da Ilha e uma pequena amostra do Sertão do Ribeirão da Ilha.

Em todas as rodadas realizadas, todos esses grupos de fatores foram selecionados, à exceção de sexo, que às vezes era selecionado e às vezes não. Teremos oportunidade de ver que de fato sexo não é um fator relevante, se considerado globalmente, mas que passa a ter um papel interessante se o pensamos juntamente com os outros fatores extra-lingüísticos.

Antecipando um dos movimentos que pretendemos fazer, é preciso dizer que os falantes, individualmente, nem sempre têm um comportamento que segue as tendências gerais ou as de seu grupo. Há falantes com altíssimos graus de africação palatal e há aqueles em cuja fala praticamente quase não ocorreu africação, como vimos anteriormente. Antes de ser um problema, este fato constitui um dos pontos importantes para a discussão teórica que vínhamos fazendo sobre o próprio modelo da sociolingüística.

Foram realizadas diversas rodadas no programa Varb 2000 com os fatores extra-lingüísticos. Dadas as limitações computacionais do programa, não foi possível obter pesos relativos com todos os fatores lingüísticos e os extra-lingüísticos ao mesmo tempo. A fim de contornar tal limitação, procedeu-se da seguinte maneira: inicialmente, rodadas de pesos relativos com somente os grupos de fatores extra-lingüísticos; depois, rodadas com todos os fatores extralingüísticos contra cada grupo de fatores lingüísticos, separadamente; e, finalmente, fizeram-se rodadas com todos os fatores lingüísticos contra cada grupo de fatores extra-lingüístico separadamente. Houve uma consistência muito grande nos resultados dos grupos extra-lingüísticos, em todas as rodadas, ocorrendo pequenas variações, que não excederam .002 para mais ou menos, razão pela qual julgamos confiáveis as análises que seguem.

Para facilitar a descrição dos resultados, serão apresentados os pesos relativos registrados para os fatores extra-lingüísticos, na aplicação da variante não africada [t, d], contra as duas variantes africadas (como já fizemos no caso dos grupos de fatores lingüísticos). Os números registrados para os pesos relativos são referentes às rodadas opondo cada grupo de fatores extra-lingüísticos a todos os fatores lingüísticos. Desta maneira, já testamos a possível interferência do condicionamento lingüístico sobre o condicionamento social (e mais uma vez frisamos, tais resultados não foram

significativamente diferentes de quando se opunham todos os fatores extra-lingüísticos entre si e contra cada grupos de fatores lingüísticos individualmente).

4.2.2. Localidade dos falantes

Como já dissemos antes, foram controladas três localidades distintas: a região urbana, Ribeirão da Ilha e Sertão do Ribeirão. Na fala dos informantes do Ribeirão da Ilha, distante cerca de 30 km do centro de Florianópolis, é comum referir-se ao centro da cidade como "Florianópolis", ou seja, o sentimento de identidade local, construindo o próprio lugar como algo à parte, ainda é muito forte, especialmente na fala dos mais idosos. No entanto, como já argumentamos na introdução deste trabalho, são muitas as teias que amarram todas essas vilas que hoje se comportam como bairros de uma mesma cidade. O que foi rotulado como região urbana compreende o próprio centro da cidade e uma série de bairros a ele ligados por uma continuidade urbana, incluindo algumas faixas do continente, integradas formalmente ao município de Florianópolis. O Sertão do Ribeirão é uma pequena vila, próxima do núcleo do Ribeirão da Ilha, mas com acesso difícil. Reúne algumas poucas casas, com moradores voltados para a agricultura de subsistência e empregos diversos em Ribeirão da Ilha ou no centro urbano de Florianópolis.

Vejamos os resultados gerais na tabela 14, a seguir.

Localidade dos falantes	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
Região urbana	3288	**56**	**.44**	1326	**23**	1223	**21**	5837
Ribeirão da Ilha	1428	**70**	**.59**	329	**16**	282	**14**	2039
Sertão do Ribeirão	547	**78**	**.72**	116	**17**	34	**5**	697
Total input .66	5263	**61**		1771	**21**	1539	**18**	8573

Tabela 14 - Resultados gerais da variável em função da localidade onde moram os falantes.

Em primeiro lugar, chamamos a atenção para os poucos dados da comunidade do Sertão do Ribeirão - não foi possível preencher todas as células sociais, em função do

próprio tamanho da comunidade. Os dados estão na pesquisa pelo fato de a comunidade ser bastante isolada e podermos, com eles, checar o caráter conservador da variante não africada. E isto se destaca imediatamente: a comunidade do Sertão do Ribeirão apresenta os mais altos índices da variante não africada - 78% das ocorrências da variável, com peso relativo de **.72**. Ao mesmo tempo, apresenta percentuais muito baixos da variante africada palatal: 5%. A localidade é acompanhada de perto pelo Ribeirão da Ilha que se distancia bastante da região urbana no que diz respeito aos percentuais da variante não africada: 70% contra 56% na região urbana. Os pesos relativos confirmam este distanciamento: **.44** para a região urbana e **.59** para a Freguesia do Ribeirão da Ilha.

Ao mesmo tempo, é interessante notar que a variante africada não palatal [ts,dz] tem o mesmo desempenho tanto no Ribeirão da Ilha quanto no Sertão do Ribeirão, não muito distante da média geral da região urbana.

Tais resultados apontam para a entrada da variante africada palatal [tʃ, dʒ] pela região urbana, espraiando-se até as vilas mais afastadas. Confirmam, por outro lado, o caráter conservador da variante não africada. Mais ainda: quanto à variante africada não palatal [ts, dz], os resultados do Sertão do Ribeirão podem ser interpretados como um sinal de que tal variante já se acharia presente no sistema sociolingüístico da ilha, ainda que marginalmente, não sendo, portanto, uma inovação oriunda da região urbana. Uma outra interpretação é a de que tal variante seria uma inovação oriunda da região urbana mais facilmente assimilável pelo dialeto local. Impossível decidir por uma dessas interpretações, por enquanto. Deixemos no ar a pergunta. Mais à frente, teremos oportunidade de discutir em profundidade o estatuto de tais formas variantes e voltaremos à interpretação mais cabível à variante alveolar não palatalizada.

Como os dados do Sertão do Ribeirão e da Freguesia do Ribeirão seguem as mesmas tendências, nos cruzamentos que faremos nas próximas seções, trabalharemos com esses dados conjuntamente, rotulando-os de *zona rural*. Sempre que se fizer necessário eles serão separados.

4.2.2.3. Idade

Este grupo de fatores controlou três faixas de idade, seguindo a distribuição do banco de dados do Varsul:

1ª. faixa etária - 15 a 23 anos
2ª. faixa etária - 25 a 50 anos
3ª. faixa etária - acima de cinqüenta anos

Embora a segunda faixa etária seja muito larga, pode-se dizer que a maioria dos falantes se encontra entre os 30 e 40 anos, o que minora os eventuais enviesamentos que a categorização utilizada porventura pudesse causar. Quanto à primeira faixa etária, em sua maioria os falantes têm entre 15 e 20. Portanto, trata-se de pessoas bem jovens. Em todas as rodadas de peso relativo, este grupo de fatores foi selecionado. Já os resultados percentuais mostram por que isto se deu:

Faixa etária dos falantes	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
15 a 23 anos	807	**42**	**.27**	551	**29**	569	**30**	1927
entre 25 e 50 anos	2457	**66**	**.55**	654	**18**	624	**17**	3735
acima de 50 anos	1999	**69**	**.60**	566	**19**	346	**12**	2911
Total	5623	**61**		1771	**21**	1539	**18**	8573

Tabela 15 - Resultados gerais da variável segundo a faixa etária dos falantes.

Se observarmos somente a coluna com os resultados da variante não africada [t, d] vemos que, à medida que a faixa de idade sobe, cresce também o percentual desta variante. As duas últimas faixas etárias não se diferenciam muito por esta variante, se consideramos aqui os percentuais. Mas se observamos agora a coluna da variante africada palatal [tʃ ,dʒ], veremos que o percentual desta variante é proporcionalmente menor na faixa etária mais alta, o que reforçaria a idéia de que esta é a forma mais recente no sistema. Dentre os cálculos realizados, um que empreendemos foi justamente opor somente as variantes

africadas, uma contra a outra. Nos resultados obtidos, tivemos oportunidade de constatar que a diferença acima registrada foi tomada como estatisticamente relevante, ou seja, a faixa etária mais alta foi tomada como inibindo a palatalização, o que confirma o que se disse mais acima, neste parágrafo. Tais resultados serão exibidos em uma seção específica (cf. seções 4.3.2.2 e 4.3.2.4).

A tabela 15 nos permite, também, avançar mais um pouco na discussão sobre o estatuto da variante africada não palatal [ts, dz]. Note-se que na faixa etária mais jovem, em que se registra mais de 50% de africação (palatal ou não), o crescimento da variante não palatal se dá na mesma proporção que o da variante palatal (29% e 30% respectivamente); o mesmo ocorre na faixa etária intermediária (18% e 17%). Tais resultados nos permitiriam dizer que a variante africada não palatal goza de algum estatuto sociolingüístico na cidade, uma vez que sua freqüência não diminui, cedendo lugar à palatalização.

Resultado semelhante pudemos observar na tabela 14, referente à região geográfica: na região urbana central e na Freguesia do Ribeirão da Ilha, as duas variantes africadas disputam em condições de igualdade o espaço na fala dos informantes. Quando a tendência à africação diminui (o que é o caso da faixa etária de + de 50 anos e do Sertão do Ribeirão), a variante africada palatal se torna menos freqüente que a não palatal. Esse resultado nos permite pensar que esta última variante ou tem a sua entrada facilitada no sistema, por alguma razão, ou já se encontrava ocorrendo antes do processo de contato dialetal com a africada palatalizada.

Podemos também traduzir a questão em torno da variante africada não palatal por meio de seguinte pergunta: é ela apenas uma forma de transição em direção à palatalização propriamente dita ou se trata de uma forma com estatuto sociolingüístico na comunidade de fala de Florianópolis?

4.2.2.4. Níveis de escolaridade

A escolaridade em Florianópolis é, como em, outras partes do país, um forte divisor social. Como a cidade sofreu um amplo processo de re-urbanização nos últimos vinte anos, grandes contingentes de analfabetos oriundos das antigas colônias de pesca e agricultura

têm que conviver com universitários, compartilhando espaços e camarões. Assim, como a cidade não tem atividade industrial - a não ser o turismo, que se implantou recentemente - as faixas de renda nem sempre são significativas para retratar o espaço social. A escolaridade pode ser, desta forma, um indicador interessante da circulação social das pessoas por contextos sociais diferenciados.

Foram utilizadas quatro níveis de escolaridade, seguindo a categorização utilizada pelo projeto Varsul:

a) **1ª. a 4ª. séries do ensino fundamental**
b) **5ª. a 8ª. séries do ensino fundamental**
c) **1ª. a 3ª. séries do ensino médio**
d) **curso universitário**

Para ser enquadrado em uma das três últimas categorias, era necessário que o sujeito tivesse concluído até a última série de cada faixa. Em caso contrário, era enquadrado na categoria imediatamente inferior. A esse respeito, deve-se dizer que, entre os rotulados da categoria c) **ensino médio**, não há nenhum que tenha, até a data da entrevista, sido matriculado em curso universitário. Vejamos os resultados gerais na tabela 16, a seguir:

Escolaridade dos falantes	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
1ª. a 4ª. série	2154	**67**	**.56**	647	**20**	433	**13**	3234
8ª. série	1277	**58**	**.50**	444	**20**	469	**21**	2190
3ª. série - E. Médio	1359	**63**	**.51**	433	**20**	380	**17**	2172
Universitária	473	**48**	**.31**	247	**25**	257	**26**	977
Total input .66	5263	**61**		1771	**21**	1538	**18**	8573

Tabela 16 - Resultados gerais da variável, segundo a escolaridade dos falantes.

A tabela 16 nos permite perceber uma relação entre a realização da variável e o grau de escolaridade. Observando-se apenas a coluna referente à variante não africada [t,d] vê-se

que os falantes universitários tendem a inibir a realização desta variante, promovendo as variantes africadas. Os demais níveis de escolaridade não se diferenciam de maneira significativa entre si: podemos apontar apenas os falantes com 1ª. a 4ª. série promovendo a variante não africada, embora o peso relativo registrado, de **.56**, ainda esteja muito próximo dos demais níveis.

Quando observamos as colunas referentes às variantes africadas, o mesmo padrão registrado anteriormente emerge: o grupo dos menos escolarizados - que tende menos à africação - registra uma proporção menor de africadas palatais (13%), enquanto nos demais grupos, mesmo entre os universitários, as duas variantes africadas têm freqüências muito próximas uma da outra. Mais uma vez isto aponta para um crescimento conjunto das duas variantes na comunidade, o que confirmaria a sobrevida da variante africada não palatal [ts, dz] no interior do sistema sociolingüístico, concorrendo com a variante palatalizada (cf. seção 4.3.2.3).

Tais resultados ligando o desempenho das variantes à escolaridade não significam que ela seja a forma difundida pela escola. Não temos pesquisa a respeito, mas não acreditamos que a escolaridade - *per si* - seja a responsável pela difusão e valorização da variante africada palatal ou pela desvalorização da variante não africada. O que tais resultados demonstram é a valorização social da variante africada palatal no âmbito da comunidade. Se lembrarmos os resultados por idade, vamos encontrar que a variante não africada é a forma conservadora da comunidade. No entanto, não é ela a forma valorizada por aqueles que alcançam o topo da escolaridade. Se esse fosse o caso, a tabela com os resultados da escolaridade repetiria a escala da tabela 14, onde estão os resultados por faixas etárias. Entretanto, não é isso que se verifica, pelo contrário, é o oposto: a forma mais usada pelos mais velhos é a menos usada pelos mais escolarizados.

É necessário porém destacar que à gradação da escolaridade não corresponde um aumento gradual do desempenho das variantes. Os próprios pesos relativos demonstram isso. Poderíamos simplesmente considerar que os falantes de ensino fundamental e médio não se diferenciam, mas a distância entre os dois grupos, no que concerne à variante africada palatal [tʃ , dʒ] pode ser significativa (13% contra 21%) e pode ser o indício de outro fenômeno. Os caminhos pelos quais uma variante entra na comunidade nem sempre

refletem categorizações sociais mais ou menos estabelecidas ou mesmo a rede de contatos que os falantes têm entre si. A maneira como os falantes reagem à entrada de formas novas às vezes pode seguir caminhos misteriosos para o pesquisador, especialmente em um caso como o de Florianópolis, em que o próprio estatuto social de tais formas não está muito claro.

4.2.2.4.1. Faixas etárias e escolaridade

A fim de desvelar tais caminhos, vejamos inicialmente como se comporta a variável, ao cruzarmos os grupos de fatores *faixa etária* e *escolaridade*. A fim de tornar os resultados mais transparentes, vamos analisar somente os resultados da aplicação da variante não africada [t,d]. É o que podemos ver na tabela 17:

Escolaridade	15-23 anos			25-50 anos			+ 50 anos			Total	
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	p.r.	Oc.	%
1ª. a 4ª.	448/802	56	.43	806/1194	68	.54	900/1238	73	.61	2154/3234	67
5ª. a 8ª. série	190/648	29	.21	739/1024	72	.62	348/518	67	.60	1277/2190	58
3ª. série - ens. médio	169/477	35	.28	702/1019	69	.53	488/676	72	.63	1359/2172	63
universitária	- - -	- -		210/498	42	.34	263/479	55	.46	473/977	48
Total	807/1927	42		2457/3735	66		1999/2911	69		5263/8573	61

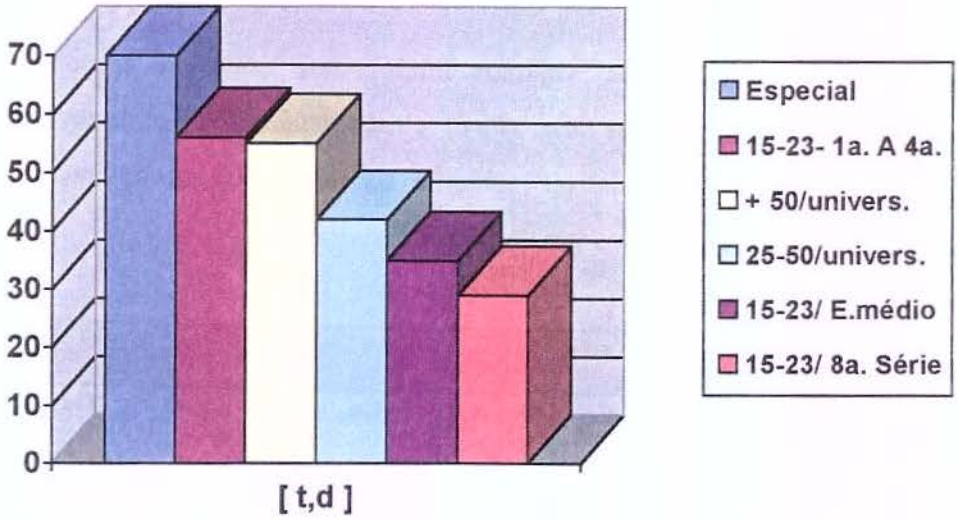
Tabela 17 - Resultados da variante não africada [t, d] em função de faixa etária e escolaridade.

Aparentemente os falantes a partir de 25 anos só se diferenciam quanto à escolaridade se considerarmos de um lado os universitários e de outro os demais níveis de escolaridade. Já os falantes com até 23 anos são mais sensíveis à escolaridade: há uma significativa diferença entre aqueles que têm até a quarta série primária e os demais. Chama a atenção o fato de que os falantes com mais de 50 anos e escolaridade superior apresentam uma freqüência de variantes não africadas abaixo da média geral, que é de 61%. Entre os falantes com até 23 anos, destaca-se o fato de que os falantes com ensino médio apresentam

menor freqüência da variante não africada que os falantes com escolaridade até a oitava série do ensino fundamental. Ou seja, estes últimos estariam mais próximos dos universitários que os falantes com ensino médio.

Postas estas conclusões em gráfico, seria mais ou menos esta a configuração que a sociedade local toma, segundo a idade e a escolaridade:

Gráfico 17 - Freqüência da variante [t,d], em função de escolaridade e idade



Em primeiro lugar, o rótulo *Especial* envolve todos os falantes com mais de 25 anos (ou seja, das duas faixas etárias 25 a 50 e + de 50), com escolaridade até o ensino médio (1ª. a 8ª. série do ensino fundamental e 3ª. série do ensino médio). No gráfico, fica mais clara a sensibilidade dos falantes mais jovens (15-23 anos) à escolaridade: veja que os falantes com escolaridade até a 4ª. série do ensino fundamental são os que têm, nessa faixa de idade, o percentual mais alto da variante não africada [t, d]. Na intersecção dos fatores *+ de 50* e *curso universitário* podemos perceber a força da escolaridade: o percentual da variante não africada cai, nesses casos, para 55%, apesar de se tratar da faixa etária mais alta.

Já o comportamento da faixa etária 25-50 com curso superior se diferencia tanto dos mais jovens quanto dos mais velhos: a freqüência da variante não africada é de 42%: mais alta que os falantes mais escolarizados da faixa mais jovem, porém inferior ao percentual dos falantes menos escolarizados da faixa mais jovem.

O gráfico mostra uma sociedade complexa: a idade dos falantes tem um peso significativo e isto demonstra a entrada de formas novas no sistema; porém, as diferentes idades não reagem do mesmo modo. Quem está tocando a mudança são os falantes da faixa etária de 25-50 com curso superior. São eles que promovem a mudança, dando sustentação sociolingüística à entrada de novas formas, arrastando atrás de si os falantes mais jovens. Ainda há um grande contingente de falantes que não foram afetados fortemente pelo processo de mudança: têm eles mais que 25 anos sem a escolaridade universitária. O embate que as variantes travarão no futuro depende dos jovens até 25 que sobem na escolaridade para além da 4ª. série primária, visto que estes últimos ainda se mostram indecisos quanto à assimilação das formas inovadoras. Esses falantes mais jovens com mais escolaridade têm dois modelos a escolher: ou ficam com a maioria - representada pelos falantes da classe rotulada no gráfico como *especial*, que forma o grosso da população economicamente ativa, no mercado de trabalho, ou optam com a minoria universitária, que adotou as formas inovadoras.

4.2.2.4.2 Escolaridade e faixas etárias nas diferentes localidades

4.2.2.4.2.1. Faixas etárias

Na tabela 18, a seguir, podemos ver os resultados de faixa etária com dados somente da região urbana.

Faixa etária dos falantes	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
15 a 23 anos	640	**43**	**.33**	448	**30**	414	**28**	1502
entre 25 e 50 anos	1240	**57**	**.51**	437	**20**	514	**23**	2191
acima de 50 anos	1408	**66**	**.62**	441	**21**	295	**14**	2144
Total input . 55	3288	**56**		1326	**23**	1223	**21**	5873

Tabela 18- Resultados da variável nos dados de **região urbana**, segundo faixa etária.

Em relação à tabela 15, que apresentou as médias gerais por idade, a principal diferença diz respeito à faixa etária intermediária: enquanto nos resultados gerais não vimos diferença significativa entre esta faixa e a com acima de 50 anos, nos dados da região urbana, tal diferença transparece mais significativamente: para a variante não africada [t, d] pula para 8 pontos percentuais (57% para a faixa entre 25 e 50 e 66% para a faixa acima de 50 anos); os pesos relativos registrados para cada uma das faixas confirmam essa diferença. Na mesma faixa etária, o percentual de ocorrência da variante africada palatal aumenta 6 pontos percentuais em relação à média geral: na tabela 18 vamos encontrá-la em 23%, na tabela 15 estava em 17%.

Tudo isso nos mostra a região urbana obedecendo mais claramente a um condicionamento por idade, em função, talvez, do fato de as teias sociais se apresentarem mais complexas e ao mesmo tempo, mais claramente delineadas para os falantes. Mas se há essa diferença nos dados da região urbana, em relação à faixa etária dos falantes, numa comparação com os resultados gerais, isso implica que nas outras duas localidades tal diferença não se dá. Vejamos se é isto mesmo.

Faixa etária dos falantes	[t]			[ts]		[tʃ]		**Total**
	Oc.	**%**	**p.r.**	**Oc.**	**%**	**Oc.**	**%**	
15 a 23 anos	167	**39**	**.17**	103	**24**	155	**37**	425
entre 25 e 50 anos	1217	79	**.59**	217	**14**	110	7	1544
acima de 50 anos	591	77	**.56**	125	**16**	51	7	767
Total input .72	1975	**72**		445	**16**	316	**12**	2736

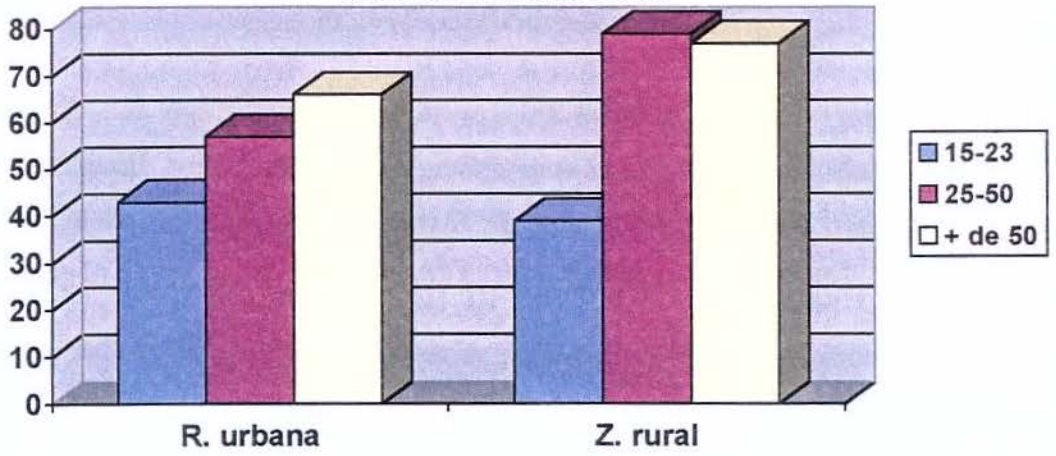
Tabela 19 - Resultados da variável nos dados da **Zona Rural** (Ribeirão da Ilha e Sertão do Ribeirão), segundo faixa etária.

Comparando os resultados da Zona Rural para o grupo de fatores *faixa etária* com os resultados gerais para o mesmo grupo de fatores na tabela 15, a surpresa fica pelas freqüências da faixa etária mais baixa - de 15 a 23 anos. O percentual da variante não africada é mais baixo que a média geral e que aqueles da região urbana; ao mesmo tempo o percentual da variante africada palatal é mais alto, para a mesma faixa etária. O total de

dados nessa faixa etária é mais baixo que os das demais, como se pode ver na tabela; isto é um reflexo de um número menor de informantes utilizados. Sendo assim, os resultados para essa faixa etária não podem ser tomados como refletindo fielmente a comunidade como um todo. De qualquer maneira, temos lá dois ou três falantes que têm um comportamento muito diferente das faixas etárias restantes: observe-se, a este propósito o baixo percentual da variante africada palatal tanto na faixa etária entre 25 e 50 anos, quanto na faixa etária acima de 50 anos. Essas duas faixas etárias estão muito próximas uma da outra nos dados da Zona Rural, praticamente não se diferenciam. Os pesos relativos registrados confirmam esta tendência: **.59** e **.56**.

Tais resultados da Zona Rural nos permitem ver uma clara diferença em relação à região urbana central, analisada anteriormente. Para facilitar a comparação, reproduziremos, no gráfico 18 abaixo, os percentuais da variante não africada [t, d] nas duas localidades, segundo as faixas etárias.

Gráfico 18 - Variante não africada segundo idade, na região urbana e na zona rural.



No gráfico 18 podemos visualizar claramente como as faixas etárias das duas regiões respondem diferentemente ao processo de variação. Na região rural as duas faixas etárias mais altas, como dissemos, se igualam nas freqüências da variante conservadora não africada. Já na região urbana, elas se diferenciam, havendo uma gradação entre as três

faixas etárias. Seria de esperar que a faixa etária mais jovem, na Zona Rural, se mostrasse mais próxima das outras duas, em função da marca local ser bastante preponderante. No entanto, isso não acontece. Quanto aos mais jovens, a região urbana e a região rural estão bem próximos, com os falantes desta última apresentando, inclusive, um percentual de variante não africada ligeiramente inferior.

Vejamos agora o comportamento das diversas faixas etárias somente no Sertão do Ribeirão. É de esperar, pelas suas características mais conservadoras, que se distanciem ainda mais do centro urbano. Vejamos.

Faixa etária dos falantes	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
15 a 23 anos	83	**62**	**.31**	39	**29**	11	**8**	133
entre 25 e 50 anos	339	**83**	**.55**	56	**14**	13	**3**	408
acima de 50 anos	125	**80**	**.52**	21	**13**	10	**6**	156
Total input .80	547	**78**		116	17	34	**5**	697

Tabela 20 - Resultados da variável nos dados do **Sertão do Ribeirão da Ilha**, segundo faixa etária.

Novamente aqui temos a faixa etária mais jovem com um percentual da variante não africada [t, d] abaixo das duas outras faixas etárias, que, por sua vez, não se diferenciam. Só chamo a atenção para o fato de que o falante do Sertão da faixa etária mais jovem tem proporcionalmente muito mais africação não palatal [ts, dz] do que palatal [tʃ , dʒ], o que constitui um comportamento diferente da mesma faixa etária do Ribeirão da Ilha, como se pode conferir na tabela 19 mais acima. Lá, tal faixa etária apresentou mais africação palatal. Pode-se concluir que nesta pequena localidade, o falante mais jovem está sujeito ao processo de mudança desencadeado pela região urbana, optando, porém pela forma não africada. Seria ela mais afeita a entrar no sistema da comunidade como um todo? Esta pergunta só poderá ser encaminhada quando fizermos uma comparação entre as duas variantes inovadoras, como formas concorrentes entre si, o que faremos brevemente.

4.2.2.4.2.2. Escolaridade

Como não dispomos de dados de falantes universitários da região rural, a comparação com a região urbana central se fará com os outros três graus de escolaridade. Inicialmente, vejamos os resultados da região urbana central.

Na discussão que fizemos sobre escolaridade, chamou a atenção o fato de que, na totalidade dos dados, os falantes com 8ª. série do ensino fundamental, apresentavam-se mais próximos dos falantes com curso universitário, do que aqueles com ensino médio, como seria de esperar. A tabela 21 nos mostra os falantes da região urbana mais "bem comportados ":

Escolaridade dos falantes	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
1ª. a 4ª. série	1098	**63**	**.58**	377	**22**	270	**15**	1745
8ª. série	961	**57**	**.52**	374	**22**	364	**21**	1699
3ª. série - E. Médio	756	**53**	**.49**	328	**23**	332	**24**	1416
Universitária	473	**48**	**.35**	247	**25**	257	**26**	977
Total input .55	3288	**56**		1326	**23**	1223	**21**	5873

Tabela 21- Resultados da variável, segundo a escolaridade dos falantes na **região urbana** central

Se observarmos a coluna com os resultados da variante não africada [t, d] veremos que, embora com percentuais próximos, à medida que a escolaridade sobe, a freqüência desta variante decresce. Obviamente, dados os pesos relativos registrados para cada fator, podemos agrupar os falantes com até 8ª. série juntamente com aqueles que concluíram o Ensino Médio, constituindo um grupo à parte dos outros dois níveis de escolaridade. Assim, da mesma maneira que com a idade, a região urbana central se confirma, aqui, como a geradora das inovações e dos valores sociais a ela associados. A malha social, entrevista nos resultados de escolaridade, nos permitem ver os falantes se aproximando da inovação palatal, valorizada socialmente, à medida que aumenta a escolaridade. Já em relação à variante africada não palatal [ts, dz], não vamos encontrar diferenças significativas entre as

quatro faixas de escolaridade tomadas. Poderia ser este um indício de que tal forma venha a vingar no sistema sociolingüístico da comunidade, tornando-se estável?

Vejamos o comportamento dos diversos graus de escolaridade na região rural. Como não houve gravações com falantes de curso universitário, apresentaremos somente os outros três níveis de escolaridade.

Escolaridade dos falantes	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
1ª. a 4ª. série	1056	**71**	**.52**	270	**18**	163	**11**	1489
8ª. série	316	**64**	**.39**	70	**14**	105	**21**	491
3ª. série - E. Médio	603	**80**	**.51**	105	**14**	48	**6**	756
Total input .72	1975	**72**		445	**16**	316	**12**	2736

Tabela 22 - Resultados da variável, segundo a escolaridade dos falantes da **região rural** (Ribeirão da Ilha e Sertão do Ribeirão).

O comportamento da variável em relação à escolaridade na região rural é completamente diverso da região urbana. Não podemos falar aqui em condicionamento de tal grupo de fatores. Veja-se, por exemplo, que os falantes com maior grau de escolaridade - 3ª série do ensino médio - apresentam os mais altos percentuais da variante não africada , [t, d], estando mais próximos dos falantes com escolaridade até a 4ª. série. Podemos dizer, então, que a escolaridade não é um elemento organizador na comunidade rural de Ribeirão da Ilha e Sertão do Ribeirão. Assim, se os falantes adquirem as formas inovadoras, a escolaridade não é o índice para capturar a organização social por meio da qual elas penetram.

4.2.2.4.2.3. Escolaridade e faixas etárias na região urbana

Como a subseção anterior mostrou um comportamento diferenciado da escolaridade nas duas regiões estudadas, é necessário dar uma checada novamente nos resultados da interação entre faixa etária e escolaridade, estudada na seção 4.2.2.4.1., com base na tabela

17 e gráfico 17, a fim de verificar se os resultados se mantêm. Em especial, nos interessam os dados da região urbana, já que na região rural escolaridade não se mostrou relevante. Façamos, então, o cruzamento dos grupos faixa etária e escolaridade, inicialmente na região urbana central.

Escolaridade	**15-23 anos**			**25-50 anos**			**+ 50 anos**			**Total**	
	Oc.	**%**	**p.r**	**Oc.**	**%**	**p.r**	**Oc.**	**%**	**p.r.**	**Oc.**	**%**
1ª. a 4ª.	312/522	**60**	**.53**	362/610	**60**	**.53**	424/613	**69**	**.64**	1098/1745	63
5ª. a 8ª. série	159/503	**32**	**.26**	454/678	**67**	**.61**	348/518	**67**	**.61**	961/1699	57
3ª. série - ens. médio	169/477	**35**	**.30**	214/405	**53**	**.45**	373/534	**70**	**.64**	756/1416	53
universitária	- - -	- -		210/498	**42**	**.36**	263/479	**55**	**.48**	473/977	48
Total input .57	640/1502	**43**		1240/2191	**57**		1408/2144	**66**		3288/5837	56

Tabela 23 - Resultados da variante **não africada** [t, d] em função de faixa etária e escolaridade, na **região urbana central** .

A principal diferença que vamos encontrar entre os resultados da tabela 23 e aqueles da tabela 17 (em que os falantes não eram diferenciados segundo a região) é o fato de que os falantes de 25 a 50 anos na região urbana central são sensíveis também à escolaridade, especialmente aqueles da 3ª. série do Ensino médio, que apresentam 53% da variante não africada. O peso relativo, de **.45** está bem próximo dos falantes com escolaridade universitária e idade acima de 50 anos, de **.48**. Na tabela 17 esse percentual era de 69%. Os falantes com 8ª. série do ensino fundamental continuam se mostrando anômalos, especialmente na faixa etária entre 25 e 50 anos. São eles que têm o percentual mais alto da variante não africada, nesta faixa de idade (67%). Entre os falantes de 15 a 23 anos também há a interferência da escolaridade: os falantes de 1ª. a 4ª. série se diferenciam dos outros dois níveis de escolaridade. Estes últimos apresentam uma tendência a inibir a variante não africada, o que não se verifica com os falantes de 1ª. a 4ª. série. Já entre os falantes mais velhos, a escolaridade só interfere a partir do curso universitário.

Creio que é possível manter as conclusões a que se chegou na seção 4.2.2.4.1, fazendo a seguinte ressalva: o comportamento anômalo de determinadas células deve-se à

interferência de outros fatores. Como se verá mais adiante, determinados falantes têm um comportamento bastante anômalo, ou implementando ou reprimindo as variantes inovadoras. Assim, se temos clara a relação com a escolaridade, afetando mais fortemente os falantes mais jovens, e com a idade, ela não é absoluta. Na região urbana central, os falantes seriam um pouco mais sensíveis a este funcionamento. Já na região rural, esta sensibilidade é menor. Tomando a ilha como um todo como uma única comunidade lingüística, a idade e a escolaridade afetarão diferentemente os falantes destas duas regiões consideradas.

4.2.2.5. Sexo dos falantes

Deixei propositadamente o sexo por fim. É que na maioria das rodadas com pesos relativos realizadas, este grupo de fatores não foi selecionado. De fato, se observarmos os resultados gerais na tabela 24 abaixo, veremos que não há diferença significativa entre os dois fatores:

Sexo do falantes	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
Feminino	2895	**60**	**.48**	1037	**22**	875	**18**	4807
Masculino	2368	**63**	**.53**	734	**19**	664	**18**	3766
Total	5263	**61**		1771	**21**	1539	**18**	8537

Tabela 24 - Resultados gerais segundo o sexo dos falantes.

Embora estejamos utilizando a designação tradicionalmente empregada, em função do sexo biológico, estamos falando muito mais de gêneros. A discussão sobre feminino e masculino tem se aprofundado muito nas últimas décadas, especialmente no ramo dos estudos culturais. Na sociolingüística quantitativa, recentemente tem recebido novas interpretações, numa direção que promete para um futuro próximo.

Como se pode ver pela tabela, não há diferença significativa segundo o sexo dos falantes em relação a nenhuma das três variantes. No entanto, como bem apontou

recentemente Haeri (1996), muitas vezes é preciso interpretar essa categoria à luz das demais categorias sociais. O gênero feminino e o gênero masculino são antes de tudo papéis sociais. Como tal, se entrelaçam com os outros papéis sociais. É preciso checar se homens e mulheres reagem do mesmo modo nos grupos sociais até aqui considerados: localidade, idade, escolaridade. Os resultados gerais são tão próximos quanto ao sexo, que é difícil imaginar encontrar alguma diferença significativa internamente nesses grupos. Mas os números às vezes costumam enganar.

Vejamos por exemplo a tabela 25, que apresenta os resultados segundo idade e sexo dos falantes.

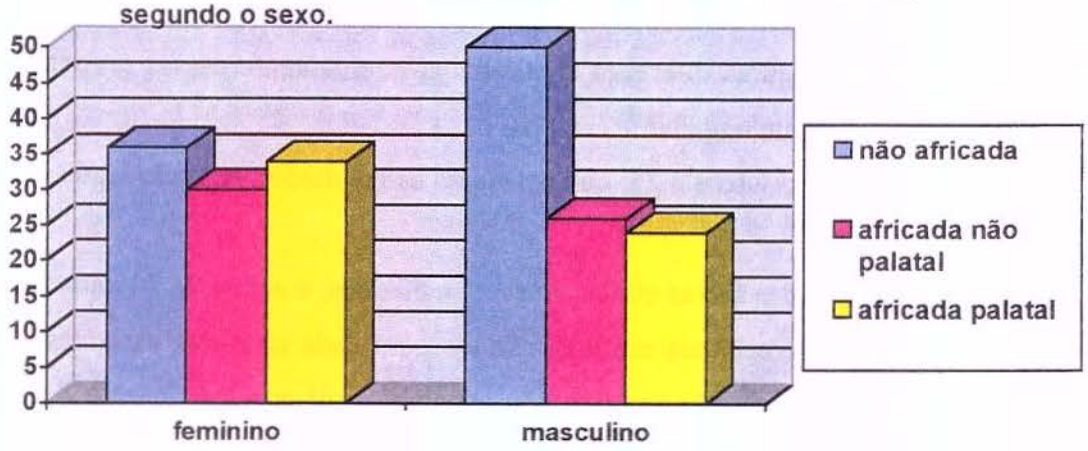
Homens e mulheres das faixas etárias entre 25 e 50 anos, e acima de 50 anos não se diferenciam. Ambos têm percentuais muito próximos para cada uma das variantes, e os pesos relativos, para a aplicação da variante não africada [t, d] confirmam este fato. No entanto, na faixa etária mais jovem, há uma nítida diferença entre homens e mulheres. Ambos têm, proporcionalmente, percentuais menores da variante não africada [t,d], do que as outras faixas, porém nas mulheres predominam as variantes africadas, enquanto nos homens a variante não africada tem 50% de freqüência. Os pesos relativos para esta variante confirmam esta tendência: **.23** para as mulheres e **.39** para os homens.

Idade	***Feminino***			***Masculino***		
	[t]	**[ts]**	**[tʃ]**	**[t]**	**[ts]**	**[tʃ]**
15-23 anos	**36%** (385/1080)	**30%** (329/1080)	**34%** (366/1080)	**50%** (422/847)	**26%** (222/847)	**24%** (203/847)
	p.r. .23			**p.r. .39**		
25-50 anos	**66%** (1371/2066)	**18%** (377/2066)	**15%** (318/2066)	**65%** (1086/1669)	**17%** (277/1669)	**18%** (306/1669)
	p.r. 55			**p.r. .53**		
acima de 50 anos	**69%** (1139/1661)	**20%** (331/1661)	**11%** (191/1661)	**69%** (860/1250)	**19%** (235/1250)	**12%** (155/1250)
	p.r. .58			**p.r. .58**		
Total	**60%** (2895/4807)	**22%** (1037/4807)	**18%** (875/4807)	**63%** (2368/3766)	**19%** (734/3766)	**18%** (664/3766)
input .63						

Tabela 25 - Variável segundo sexo e faixa etária.

No gráfico 19, a seguir, podemos ver representados os resultados percentuais da faixa etária mais jovem, extraídos da tabela acima:

Gráfico 19 - Resultados da variável na faixa etária 15-23 anos, segundo o sexo.



É possível visualizar uma clara diferença de comportamento, especialmente no que diz respeito à variante não africada [t,d] (e ressalte-se que os pesos relativos confirmam tal diferença). Pode-se dizer que as mulheres da faixa etária mais jovem estão mais sensíveis à mudança, já tendo implementado a africação das consoantes oclusivas dentais no seu sistema; já os homens da mesma faixa etária, ainda que seguindo a tendência deste grupo, fazem-no de maneira menos radical. A propósito, é entre as mulheres dessa faixa etária que a variante africada palatal supera a variante africada não palatal, ainda que não seja uma diferença muito grande.

Resta saber o que leva o sexo feminino a reagir tão favoravelmente ao processo de inovação, na faixa etária de 15 a 23 anos. Se não responder, uma comparação com os trabalhos de Haeri (1996) e Ecker (1996) pode auxiliar a entender melhor a questão. Ambas as autoras discutem a interação de sexo com outros fatores sociais e constatam que nos diferentes grupos dentro de uma mesma sociedade, as mulheres podem reagir diferentemente, de um grupo para outro. No caso dos dados acima, podemos aventar a hipótese de que as mulheres mais jovens são mais sensíveis às formas inovadoras, valorizadas socialmente como a nova cara de Florianópolis, enquanto os homens ainda se

prenderiam um pouco mais aos valores tradicionais. Examinemos agora como sexo e escolaridade interagem nos dados:

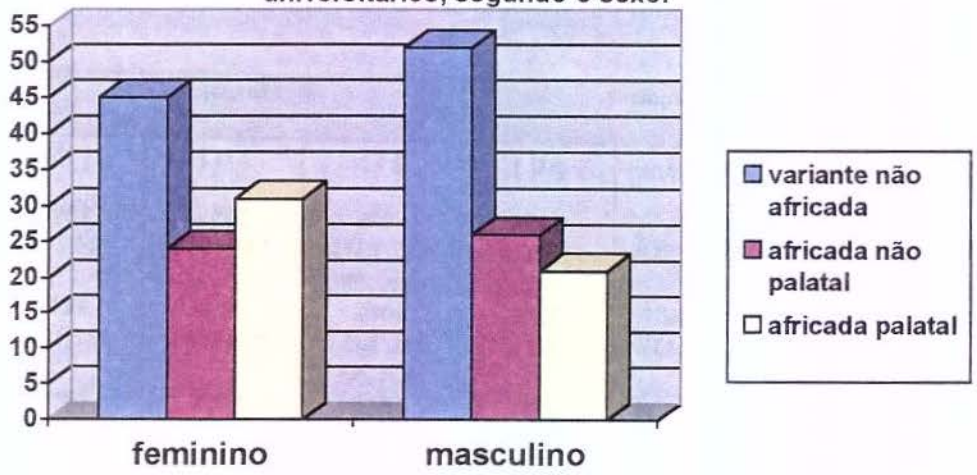
Escolaridade	*Feminino*			*Masculino*		
	[t]	[ts]	[tʃ]	[t]	[ts]	[tʃ]
1ª. a 4ª.	**66%** 1467/2221 **p.r. 55**	**20%** 444/2221	**14%** 310/2221	**68%** 687/1013 **p.r. .58**	**20%** 203/1013	**12%** 123/1013
5ª. a 8ª. série	**57%** 646/1137 **p.r . 48**	**21%** 243/1137	**22%** 248/1137	**60%** 631/1053 **p.r. .53**	**19%** 201/1053	**21%** 221/1053
3ª. série - ens. médio	**59%** 556/945 **p.r. 49**	**24%** 228/945	**17%** 161/945	**65%** 803/1227 **p.r. .52**	**17%** 205/1227	**18%** 219/1227
universitária	**45%** 226/504 **p.r. .31**	**24%** 122/504	**31%** 156/504	**52%** 247/473 **p.r. .37**	**26%** 125/473	**21%** 101/473
Total	**60%** (2895/4807)	**22%** (1037/4807)	**18%** (875/4807)	**63%** (2368/3766)	**19%** (734/3766)	**18%** (664/3766)
input .63						

Tabela 26 - Variável segundo sexo e escolaridade.

Se observarmos inicialmente as colunas referentes à variante não africada, vemos que, a partir da 3ª. série do ensino médio, a diferença entre homens e mulheres se alarga. Neste grau de escolaridade, as mulheres têm 59% de freqüência para a variante não africada, enquanto os homens, 65%. Já no caso da escolaridade universitária, a diferença se amplia: as mulheres têm 45% contra 52% dos homens, para a variável não africada. Se tomamos a variante africada palatal [tʃ, dʒ], a diferença entre homens e mulheres universitárias é maior: 31% para as mulheres e 21% para os homens. O gráfico 20 reproduz os resultados dos falantes universitários, a fim de que se possa fazer uma vizualização melhor.

Observe-se que temos um desenho semelhante àquele encontrado para os falantes mais jovens, embora as diferenças não sejam tão grandes. Os universitários, de maneira geral, tendem à africação, inibindo a variante não africada: entre as mulheres, estas tendências se acentuam, avançando em relação aos homens na adoção da africada palatalizada, inibindo um pouco mais a variante não africada.

Gráfico 20 - Resultados da variável entre os falantes universitários, segundo o sexo.



Supondo que homens e mulheres compartilhem, em cada uma das faixas de escolaridade, um mesmo universo cultural e social, pode-se concluir que nos graus mais altos de escolaridade as mulheres estão mais sensíveis à inovação lingüística. Se a variante africada palatal é, de alguma maneira, uma marca de distinção social, dentre os que ocupam as posições mais altas na sociedade, as mulheres abraçam com mais empenho, a nova marca de distinção social.

Resta, por fim, comparar homens e mulheres segundo a região. Da tendência que temos notado, temos percebido que os fatores extralingüísticos agem de maneira mais uniforme - embora não absoluta - na região urbana. Vejamos se essa tendência se mantém quanto ao sexo. A tabela 27 apresenta os resultados quanto ao sexo na região urbana:

Sexo do falantes	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
Feminino	1706	**55**	**.48**	724	**23**	686	**22**	3116
Masculino	1582	**58**	**.52**	602	**22**	537	**20**	2721
Total input .55	3288	**56**		1326	**23**	1223	**21**	5837

Tabela 27 - Resultados da variável quanto ao sexo dos falantes da **região urbana central**.

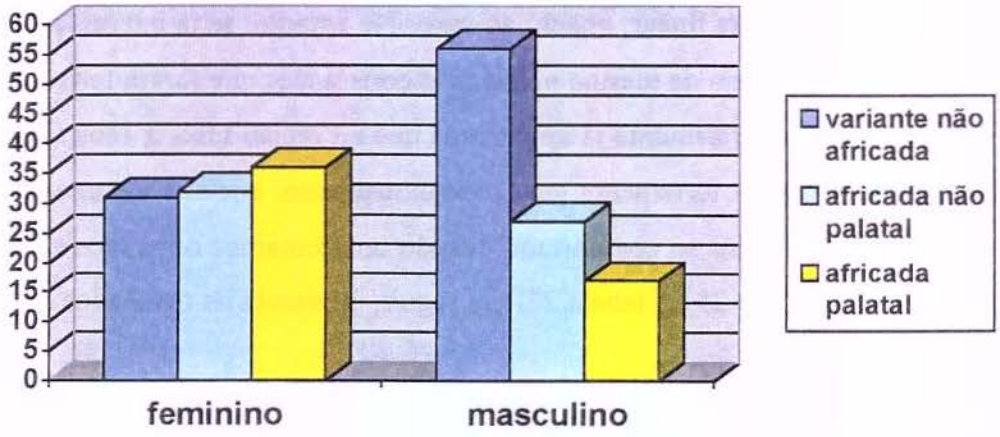
Como se pode ver pela tabela 27, os percentuais de cada uma das variantes são muito próximos em homens e mulheres para podermos postular qualquer condicionamento no centro urbano de maneira linear, quanto ao sexo. No entanto, seria interessante verificar se as duas regiões respondem da mesma maneira às correlações que foram feitas entre sexo, idade e escolaridade. Anteriormente já apontamos que na região urbana central os falantes tenderiam a reagir mais fortemente ao condicionamento social. Vejamos como os informantes da região urbana se comportam, quando confrontamos os grupos sexo e idade, tal como fizemos na tabela 25. A tabela 27.1, a seguir, apresenta os resultados da interação destes grupos de fatores:

Idade	***Feminino***			***Masculino***		
	[t]	[ts]	[tʃ]	[t]	[ts]	[tʃ]
15-23 anos	**31%** (249/800) **p.r. .24**	**32%** (259/800)	**36%** (292/800)	**56%** (391/702) **p.r. .47**	**27%** (189/702)	**17%** (122/702)
25-50 anos	**58%** (660/1134) **p.r. 53**	**20%** (228/1134)	**22%** (246/1134)	**55%** (578/1054) **p.r. .49**	**20%** (200/1054)	**25%** (267/1054)
acima de 50 anos	**67%** (797/1182) **p.r. .62**	**20%** (237/1182)	**13%** (148/1182)	**64%** (613/965) **p.r. .59**	**21%** (204/965)	**15%** (148/965)
Total	**55%** (1706/3116)	**23%** (724/3116	**22%** (686/3116)	**58%** (1582/2721)	**22%** (602/2721)	**20%** (537/2721)
input .57						

Tabela 27.1 - Variável segundo sexo e faixa etária na **região urbana central**.

A tendência detectada na tabela 25, quando se analisou a totalidade dos dados, aqui se reforça: é entre os falantes mais jovens (15 a 23 anos) que se observa claramente a diferença entre os sexos: as mulheres tendem a não manifestar a variante não africada [t,d] e a implementar a variante africada palatal; já os homens da mesma faixa etária, se não tendem a implementar a variante não africada [t,d], têm, por outro lado, um grau de africação muito menor, especialmente a africação palatalizada. Observe-se que os pesos relativos registrados para a variante não africada marcam um diferença maior que aquela registrada na tabela 25: aqui temos **.24** para as mulheres e **.47** para os homens. Vale a pena ver em gráfico a diferença:

Gráfico 21 - Resultados da variável na faixa etária de 15 a 23 anos, segundo sexo, na região urbana central



Uma olhada no gráfico 19, que apresenta os resultados gerais, mostrará como se acentua a diferença entre homens e mulheres na região urbana central. Ou seja, entre homens e mulheres na faixa etária mais jovem é detectada uma diferença de comportamento, que se acentua na região urbana central, como mostra o gráfico 21, acima.

A tabela 27.1 tanto reforça as conclusões a respeito da variável sexo, quanto aquelas referentes à região urbana central, que se apresenta como uma malha mais complexa, no que diz respeito ao funcionamento social das variantes em questão. Contrapondo este funcionamento ao funcionamento da região rural, seria de esperar, nesta última, uma sensibilidade menor aos valores sociais e uma obediência maior ao padrão da comunidade.

Vejamos se na região rural alguma diferença pode ser detectada, no que respeita ao funcionamento de sexo e idade. Inicialmente os resultados gerais, segundo sexo:

Sexo do falantes	[t]			[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	p.r.	Oc.	%	Oc.	%	
Feminino	1189	**70**	**.47**	313	**19**	189	**11**	1691
Masculino	786	**75**	**.55**	132	**13**	127	**12**	1045
Total input .72	1975	**72**		445	**16**	316	**12**	2736

Tabela 28 - Resultados da variável quanto ao sexo dos falantes da **região rural**.

Nos dados da região rural, a diferença entre homens e mulheres sobe para 5% quando da realização da variante não africada. Em termos de africação, esta diferença se manifesta na variante africada não palatal [ts dz]: é de 6%. Haveria alguma diferença significativa entre homens e mulheres na região rural? Teriam eles comportamentos diferentes, se considerarmos a idade e a escolaridade aí? Vejamos. A tabela 29 apresenta os resultados do cruzamento entre os grupos *sexo do falante* e *faixa etária*, na região rural:

Idade	***Feminino***			***Masculino***		
	[t]	[ts]	[tʃ]	[t]	[ts]	[tʃ]
15-23 anos	**49%**	**25%**	**26%**	**21%**	**23%**	**56%**
	136/280	70/280	74/280	31/145	33/145	81/145
	p.r. 25			**p.r. 08**		
25-50 anos	**76%**	**16%**	**8%**	**83%**	**11%**	**6%**
	711/932	149/932	72/932	506/612	68/612	38/612
	p.r. .54			**p.r. .63**		
acima de 50 anos	**71%**	**20%**	**9%**	**86%**	**11%**	**3%**
	342/479	94/479	43/479	249/288	31/288	8/288
	p.r. .47			**p.r. .71**		
Total	**70%**	**19%**	**11%**	**75%**	**13%**	**12%**
	1189/1691	313/1691	189/1691	786/1045	132/1045	127/1045

Tabela 29 - Variável segundo sexo e faixa etária na **região rural**.

Da tabela 29, chamam imediatamente a atenção os resultados da faixa etária mais jovem, dos falantes entre 15-23 anos. O informante masculino tem um percentual muito mais alto da variante africada que as informantes do sexo feminino, o que contraria completamente a tendência geral da comunidade. É o "mais urbano" dos falantes desta comunidade. Mais uma vez, os resultados apontam para a necessidade de uma investigação individual. Nas duas outras faixas etárias, o interessante é observar que as mulheres têm, proporcionalmente, um percentual de africação maior que o dos homens. Tal tendência só não é geral em função do informante a que aludimos acima. Assim, embora as mulheres desta faixa etária mantenham a forte tendência da comunidade que se marca pela não africação, os homens é que carregam mais fortemente esta marca. Acrescente-se o fato de que a variante africada não palatal é que mais fortemente vai diferenciar homens de

mulheres, registrando-se, entre elas, um percentual relativamente baixo da variante africada palatal - 8 e 9%, mais alto que o dos homens, diga-se de passagem.

4.2.2.6. Fatores sociais - resumo da ópera

Da análise que fizemos até aqui, podemos alinhavar algumas conclusões:

1) Há uma clara diferença entre os falantes da região urbana central e os falantes do Ribeirão da Ilha (Freguesia e Sertão do Ribeirão). Estes últimos são muito menos atingidos pela variante africada palatal e têm uma freqüência da variante não africada maior que os habitantes da região urbana central. Já a freqüência da variante africada não palatal não se distancia muito da região urbana central.

2) Os resultados aludidos no item anterior permitem confirmar, de um lado, a entrada da variante africada palatal como uma inovação que nasce na região urbana central. Já quanto à variante africada não palatal, é possível aventar sua existência anterior à variante palatal, embora como não sistemática, um traço flutuante no sistema sociolingüístico da comunidade, sem estatuto social definido.

3) O alto percentual das variantes africadas entre os falantes com curso universitário independe da idade, o que nos permite afirmar que o processo de mudança se dá "de cima para baixo". Tomando a escolaridade como um divisor social, esta inovação teria começado pela classe média. Como a variante africada palatal é claramente uma forma exógena ao sistema local, com a qual os habitantes têm entrado em contato nos últimos anos, não podemos descartar a hipótese de que, ao menos no que diz respeito a esta variante, o contato com falantes "de fora" da comunidade, em geral de classe média, tenha ocasionado o processo de mudança. No caso da variante africada não palatal, podemos dizer

que concorre com a variante palatal no processo de mudança. Aparentemente, ela parece ter ganhado estatuto sociolingüístico na fala da capital, uma vez que é fortemente implementada, juntamente com a variante africada palatal, na fala dos mais escolarizados e mais jovens.

4) As faixas etárias têm comportamento diferenciado em relação às formas em variação, o que é mais um indício de um processo de mudança em curso. A faixa etária mais jovem - de 15 a 23 anos - distingue-se das demais, tanto na região urbana quanto na região rural. Nesta última, parece não haver distinção clara entre os falantes da segunda faixa etária - 25-50 anos - e os falantes da terceira faixa etária - + de 50 anos; já na fala urbana, esta distinção transparece claramente.

5) A intersecção entre escolaridade e idade revela, de um lado, um grupo de falantes que representa a tendência majoritária na cidade - pela manutenção da variante não africada - e outro, que implementa as variantes novas. O primeiro grupo é formado por falantes acima de 25 anos com escolaridade até o ensino médio. O segundo grupo é formado por falantes com escolaridade universitária e por falantes jovens. No caso destes últimos, a escolaridade revela-se significativa, separando os falantes com escolaridade até a quarta série dos demais.

6) O sexo não divide os falantes em grupos nítidos. No entanto, quando observamos a escolaridade atuando juntamente com os demais fatores sociais, vamos encontrar as mulheres, nos grupos que implementam as variantes novas, com freqüências maiores destas variantes. Nos grupos que não implementam as variantes novas, homens e mulheres, em geral, não se distinguem. Na interação com idade na região rural, as mulheres a partir de 25 apresentam percentual menor da variante não africada, se comparadas com os homens. A forma

implementada fortemente, no caso, é a variante africada não palatal, o que pode ser um indício da sua flutuação anterior no sistema.

7) Há vários indícios apontando para uma variação anômala, no nível individual. Por ora, entendemos *anômala* como fugindo das categorizações propostas para a amostra. Assim, se de um lado fica clara a forma como as variantes inovadoras entram na comunidade e o estatuto que acabam ganhando, por outro, isto não implica que os falantes todos se comportem como prevêem os rótulos a eles assinalados. Uma investigação no nível individual se faz necessária.

4.3. Africadas em oposição

4.3.1. Introdução

Nesta seção pretendemos observar o comportamento dos dados supondo que as duas formas variantes africadas concorrem entre si. Estaremos trabalhando com os 3.310 dados de ocorrência das variantes africadas. Como o leitor poderá ver, trata-se dos mesmos resultados já observados anteriormente, só que aqui poderemos dar maior relevo às variantes africadas, procurando responder a pergunta que já nos andou rondando nas seções anteriores: é possível afirmar que alguma das duas variantes prevalecerá no futuro?

Metodologicamente, foram realizadas inúmeras rodadas, repetindo os mesmos passos das rodadas anteriores: todos os fatores lingüísticos entre si, todos os fatores extralingüísticos entre si e fatores lingüísticos relevantes contra os fatores sociais.

Opondo-se somente as variantes africadas, temos os seguintes resultados gerais, em percentagem:

	Ocorrências	%
Africada não palatal [ts,dz]	1771/3310	54
Africada palatalizada [tʃ dʒ]	1539/3310	46

Tabela 30 - Resultados gerais das duas variantes africadas, tomadas como formas concorrentes.

Os resultados da tabela 30 põem em relevo uma ligeira dianteira que a variante não palatalizada teria sobre a variante palatalizada. Nas próximas seções subseções, estaremos tentando esclarecer até que ponto esta dianteira se mantém no funcionamento sociolingüístico da comunidade, podendo-se examinar de perto alguns resultados já destacados em seções anteriores.

4.3.2. Africadas em oposição – fatores sociais

Da rodada envolvendo somente os fatores lingüísticos o programa computacional selecionou os seguintes grupos de fatores:

sonoridade
contexto antecedente
contexto seguinte à vogal [i]
classe de palavra

nesta ordem, sendo os demais fatores descartados. Quando rodamos somente os grupos extra-ligüísticos, os grupos de fatores selecionados foram:
idade
escolaridade
região
tendo sido o *sexo* descartado.

Em seguida fizemos várias rodadas opondo os fatores lingüísticos selecionados aos fatores extra-lingüísticos (incluindo sexo). Destas rodadas, todos os grupos acima - lingüísticos e extra-lingüísticos, continuaram sendo selecionados, à exceção do *sexo do informante*, que foi seguidamente descartado. A fim de facilitar a exposição, trabalharemos com somente os grupos de fatores lingüísticos selecionados, recorrendo aos demais grupos de fatores apenas para responder alguma pergunta específica das seções anteriores, que porventura tenha ficado pendente.

Vamos aos números.

4.3.2.1. Região

Nas seções 4.2.2.2. e 4.2.2.4.2. examinamos o papel da localidade dos falantes no processo de variação e constatamos uma forte correlação entre a ocorrência da variante conservadora não africada e a localidade dos falantes. Quanto às realizações africadas, percebemos que a localidade do Sertão do Ribeirão apresentou uma freqüência muito baixa da realização palatalizada. A tabela 40, a seguir, retoma os resultados das variantes africadas, opondo uma contra a outra:

Localidade dos falantes	Variante Palatalizada [tʃ dʒ]		
	N	%	p.r.
Região urbana	1223/2549	**48**	**.52**
Ribeirão da Ilha	282/611	**46**	**.49**
Sertão do Ribeirão	34//150	**23**	**.25**
Total	1539/3310	**46**	

Tabela 31 - Realização da variante africada palatal, em oposição à africada não palatal, segundo a localidade dos falantes.

Estaremos apresentando todos os resultados colocando a variante palatalizada [tʃ, dʒ] como aplicação da regra em toda esta seção. Assim, deve-se ter sempre em mente que os casos de não aplicação são ocorrências da outra variante africada, isto é [ts, dz]. Os pesos relativos registrados nesta e nas demais tabelas são aqueles obtidos rodando-se os grupos de fatores extra-lingüísticos contra os grupos de fatores lingüísticos selecionados como relevantes. Pode-se perceber que a região urbana e a localidade do Ribeirão da Ilha não se diferenciam significativamente no que diz respeito à variante africada palatal; a localidade do Sertão do Ribeirão é que se diferenciaria destas duas. Tais resultados poderiam nos levar à conclusão de que o processo de inovação palatalizado já se teria implementado no Sertão do Ribeirão. Porém, já tomando os resultados da seção 4.2.2.4.2., em que os dados de idade e escolaridade são cruzados com a região geográfica, podemos encontrar perfis bastante diferentes no funcionamento das comunidades, no que respeita à entrada da variante africada palatal.

Vejamos então como reagem os falantes à idade e escolaridade em cada uma das regiões.

4.3.2.2.Idade

Já apontamos que a idade é fator relevante para o processo de variação. Quanto às variantes africadas, registramos a sensação de que ambas cresciam na mesma proporção, quanto menor a faixa etária dos falantes. Vejamos os resultados da região urbana:

Faixa etária	Variante africada palatal [tʃ dʒ]		
	N	%	p.r.
15 a 23 anos	414/862	**48**	**.52**
25-50 anos	513/950	**54**	**.58**
+ de 50 anos	296/737	**40**	**.43**
Total	1223/2549	**48**	

Tabela 32 - Realização da variante **africada palatal**, contra a africada não palatal, em função da faixa etária, na **região urbana central**.

Podemos perceber, pela tabela 32, que a idade separa a faixa etária mais alta (+ de 50) das faixas etárias mais novas, no que diz respeito à realização da variante africada palatalizada, na região urbana central. Podemos assinalar, porém, que não se trata de uma polarização muito forte, variando de 40 a 54% das ocorrências da variável. Podemos ver também que a faixa etária de 25-50 se apresenta na dianteira do processo de inovação palatalizada, colocando-se à frente da faixa etária mais jovem.

Já na Freguesia do Ribeirão da Ilha, o quadro é bem diferente: a faixa etária mais jovem se diferencia das demais, no que diz respeito à realização da variante africada palatalizada, como se pode ver na tabela 33, a seguir:

Faixa etária	Variante africada palatal [tʃ dʒ]		
	N	%	p.r.
15 a 23 anos	144/208	**69**	**.76**
25-50 anos	97/258	**38**	**.35**
+ de 50 anos	41/145	**28**	**.34**
Total	282/611	**46**	

Tabela 33 - Realização da variante africada palatal, contra a africada não palatal, em função da faixa etária, na Freguesia do **Ribeirão da Ilha**.

Na localidade de Ribeirão da Ilha, as faixas etárias de 25-50 e + de 50 estão muito mais próximas uma da outra, distanciando-se da faixa etária mais jovem. Esta, por sua vez, apresenta um grau de palatalização muito mais acentuado do que a mesma faixa etária na região urbana central. Tais resultados demonstram que a aparente semelhança entre a região urbana central e a Freguesia do Ribeirão da Ilha se deve ao fato de que a faixa etária mais jovem "compensa", no Ribeirão da Ilha, a baixa freqüência da palatalização entre as outras faixas etárias. O que estou argumentando é que a variante africada palatalizada se distribui de maneira mais uniforme na região urbana central, onde, de fato, empreende uma competição com a variante africada não palatalizada, enquanto que, na Freguesia do Ribeirão da Ilha, é fenômeno marcante na faixa etária mais jovem.

No Sertão do Ribeirão da Ilha, como já pudemos ver anteriormente, a freqüência da variante africada palatalizada é muito menor. Vejamos como se distribui por idade:

Faixa etária	**Variante africada palatal [tʃ dʒ]**		
	N	**%**	**p.r.**
15 a 23 anos	11/50	**22**	**. 27**
25-50 anos	13/69	**19**	**. 25**
+ de 50 anos	10/31	**32**	**. 40**
Total	34/150	**23**	

Tabela 34 - Realização da variante africada palatal, contra a africada não palatal, em função da faixa etária, no **Sertão do Ribeirão**.

O Sertão do Ribeirão apresenta, como já vimos, poucas ocorrências da africação, caracterizando-se como a comunidade mais conservadora, em relação às inovações africadas. Podemos ver na tabela 34 que não há o mesmo condicionamento por idade apresentado nas outras regiões; ao contrário, foi a faixa etária mais alta que apresentou, proporcionalmente, maior incidência da variante africada palatal. Como na comunidade foram analisados poucos informantes, ficamos por conta de idiosincrasias individuais, que não nos permitem um retrato mais seguro da comunidade.

4.3.2.3.Escolaridade

A escolaridade foi um fator relevante até aqui, especialmente na região urbana central, em que os falantes com escolaridade universitária apresentam as mais baixas freqüências da variante conservadora [t,d]. Esta constatação levou-nos à conclusão de que a entrada da africação está associada ao prestígio social na comunidade, uma vez que, mesmo entre os falantes da maior faixa etária, é alto o percentual de africação entre os mais escolarizados. No entanto, como se pôde ver na seção 4.2.2.4.2.2., a escolaridade não parecia diferenciar significativamente o desempenho da variante africada palatal e o da africada não palatal.

Podemos agora observar mais claramente se a escolaridade diferencia uma variante africada da outra. Comecemos pelos falantes da região urbana central. Aqui, apenas se diferencia a primeira faixa de escolaridade das demais, uma vez que ela apresenta uma incidência da palatalização ligeiramente menor que as outras faixas de escolaridade.

Escolaridade dos falantes	**Variante africada palatal [tʃ dʒ]**		
	N	**%**	**p.r.**
1ª. a 4ª. série	270/647	**42**	**.44**
até 8ª. série	363/737	**49**	**.54**
3ª. série Ensino Médio	333/661	**50**	**.55**
Universitária	257/504	**51**	**.54**
Total	1223/2549	**48**	

Tabela 35 - Realização da variante africada palatal, contra a africada não palatal, em função da escolaridade, na **região urbana central**.

Assim, se de um lado os universitários lideram o processo de rejeição à variante conservadora [t,d], por outro lado, as duas variantes inovadoras parecem se equilibrar, não havendo diferença significativa entre eles e graus de escolaridade inferiores, à exceção da escolaridade primária.

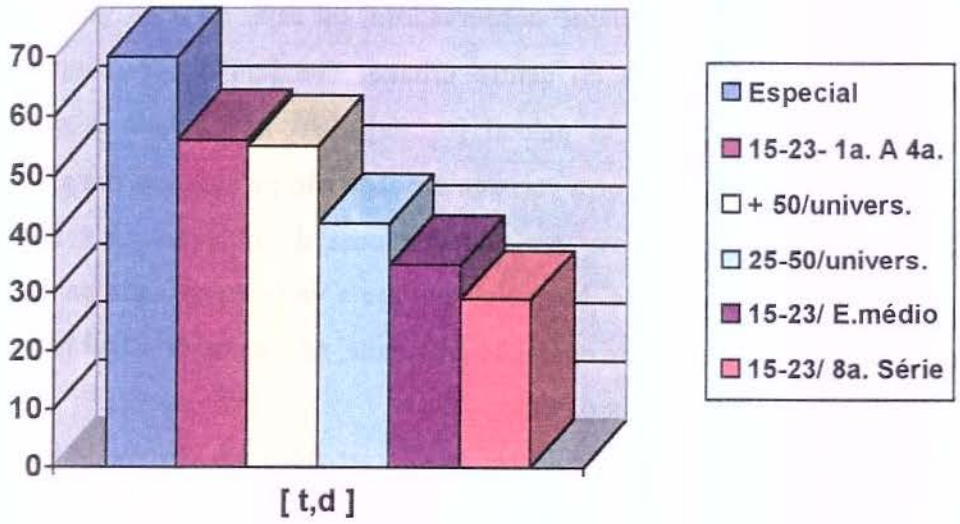
Estes resultados e os anteriores parecem querer dizer que as duas variantes africadas cresceriam na mesma proporção entre os falantes que as implementam; ao mesmo tempo, aqueles falantes que mais realizam a variante conservadora, ou seja, os mais velhos, os menos escolarizados e o mais afastados do centro urbano, tendem a apresentar uma proporção maior da variante africada não palatal [ts, dz]. Isto nos levaria a pensar, conforme já dissemos em outras seções, que a variante africada não palatal tem sua entrada facilitada no sistema da comunidade, uma vez que tem uma distribuição mais ampla, abarcando todos os espectros da sociedade. Naqueles em que a variante africada palatal já penetrou, a outra variante africada concorre em pé de igualdade, não sendo possível ter uma clareza a respeito de qual das duas venceria o duelo.

Porém, como já pudemos ver anteriormente, da intersecção entre grupos de fatores extra-lingüísticos emerge um quadro um pouco mais transparente – e mais complexo – do funcionamento social das variantes. Constatamos que quando observamos a faixa etária, juntamente com a escolaridade, parecem definir-se mais claramente os grupos que seriam responsáveis pela implementação da mudança e aqueles mais conservadores em relação a ela. Vejamos, como as duas variantes africadas se comportam, em face do cruzamento entre idade e escolaridade.

4.3.2.4.Escolaridade e Idade

Quando examinamos o desempenho da variante **não africada** [t,d] em oposição às variantes africadas, na interseção entre escolaridade e idade, chegamos à conclusão de que, tomando-se a totalidade dos dados, era possível separar os falantes em seis grupos, apresentados no gráfico 17, que reproduzimos aqui, para facilitar a leitura:

Gráfico 17 - Freqüência da variante [t,d], em função de escolaridade e idade



Como se pode perceber, há um grande grupo de falantes, rotulados de *Especial* responsável pela manutenção da variante conservadora. Este grupo é constituído pelos falantes acima de 25 anos com escolaridade não universitária. No extremo oposto, estariam os falantes de 15-23 com escolaridade até a 8ª série.

Fazendo-se o mesmo exame nos dados da região urbana central, constatamos quase a mesma distribuição. Notamos, no entanto, que, nesta região, os falantes de 25-50 seriam mais sensíveis à escolaridade, como se pode ver na tabela 23, reproduzida abaixo:

Escolaridade	15-23 anos			25-50 anos			+ 50 anos			Total	
	Oc.	%	p.r	Oc.	%	p.r	Oc.	%	p.r.	Oc.	%
1ª. a 4ª.	312/522	60	.53	362/610	60	.53	424/613	69	.64	1098/1745	63
5ª. a 8ª. série	159/503	32	.26	454/678	67	.61	348/518	67	.61	961/1699	57
3ª. série – ens. Médio	169/477	35	.30	214/405	53	.45	373/534	70	.64	756/1416	53
Universitária	- - -	- -		210/498	42	.36	263/479	55	.48	473/977	48
Total input .57	640/1502	43		1240/2191	57		1408/2144	66		3288/5837	56

Tabela 23 - Resultados da variante **não africada** [t, d] em função de faixa etária e escolaridade, na **região urbana central** .

Em relação ao gráfico 17, pode-se diferenciar o comportamento dos falantes com 25-50 e escolaridade da 3ª série do ensino médio, com resultados bem próximos dos falantes com escolaridade universitária e mais de 50 anos (no caso do gráfico 17, eles estariam dentro do grupo *Especial*).

A nossa questão agora é: os grupos que se posicionam abandonando a variante conservadora seriam os mesmos que implementam a africação palatalizada em detrimento da africação alveolar? Na tabela 36, podemos ver os resultados da interseção entre escolaridade e idade, na região urbana central, considerando a variante africada palatal, em oposição à variante africada não palatal:

Escolaridade	**15-23 anos**			**25-50 anos**			**+ 50 anos**			**Total**	
	Oc.	**%**	**p.r**	**Oc.**	**%**	**p.r**	**Oc.**	**%**	**p.r.**	**Oc.**	**%**
1ª. a 4ª.	61/210	**29**	**.26**	153/247	**62**	**.65**	56/190	**29**	**.29**	270/647	**41**
5ª. a 8ª. série	200/344	**58**	**.63**	93/224	**42**	**.41**	70/169	**41**	**.46**	353737	**49**
3ª. série – ens. Médio	153/308	**50**	**.53**	123/191	**64**	**.68**	57/162	**35**	**.39**	333/661	**50**
Universitária				144/288	**50**	**.54**	113/216	**52**	**.50**	257/504	**51**
Total input . 50	414/862	**48**		513/950	**54**		296/737	**40**		1223/2549	**48**

Tabela 36 - Resultados da variante **africada palatal**, em oposição à africada não palatal, em função de faixa etária e escolaridade, na **região urbana central** .

Observando a coluna dos totais para a escolaridade, podemos perceber que apenas os falantes com escolaridade de 1ª a 4ª série têm um comportamento diferenciado dos demais, os quais permanecem com freqüência de africação em torno de 50%. No cruzamento com a idade, no entanto, podemos perceber que a escolaridade assume alguma relevância na constituição de vários grupos que apresentam comportamentos diferenciados quanto à aplicação da palatalização.

Os diversos grupos de falantes, formados a partir do cruzamento entre idade e escolaridade na região urbana central podem ser rearrajandos em três conjuntos: os que inibem a variante africada palatal (por conseguinte favorecem a africada não palatal), os

que favorecem a variante africada palatal (por conseguinte, inibem a africada não palatal) e aqueles que não se mostram favorecendo nenhuma das variantes. Assim, temos:

1° Grupo - Inibem a variante africada palatal:

15-23 –1ª a 4ª série
+ 50 anos – 1ª a 4ª série
25-50 anos – 8ª série
+ 50 anos – 8ª série
+ 50 anos – E. médio

2° Grupo - Favorecem a variante africada palatal :

15- 23 – 8ª série
25-50 anos – 1ª a 4ª série
25-50 – Ensino médio

3° Grupo - Não favorecem nem inibem a africada palatal:

15-23 – E. Médio
25-50 – Universitários
+ 50 - Universitários

Apenas para ilustrar melhor a leitura, reunimos os falantes nesses três grandes grupos e rodamos nas mesmas configurações anteriores; na tabela 37, a seguir, podemos ver os resultados. Tomando por princípio que a variante palatalizada é a grande inovação na comunidade e, mais ainda, que tal inovação é valorizada socialmente, não surpreende a constituição do primeiro grupo: não há falantes universitários (por natureza os prováveis portadores das formas mais valorizadas socialmente) e somente um segmento dos falantes mais jovens (justamente os que têm menor grau de escolaridade).

Grupos de falantes segundo escolaridade X idade	Africada Palatal		
	N	%	p.r.
1° Grupo	337/955	35	.36
2° Grupo	476/782	61	.65
3° Grupo	410/812	50	.53
Total input .50	1223/2549	48	

Tabela 37 – Realização da africada palatal segundo três grandes grupos envolvendo idade e escolaridade na **região urbana central**.

No terceiro grupo, por outro lado, não há nenhum falante com perfil "conservador" – temos universitários e falantes mais jovens com ensino médio. No entanto, não é este o grupo que estaria liderando a palatalização. O 2° grupo, o que mais avança na palatalização tem um subgrupo com os mais jovens (o que se justifica em função da inovação recente) e falantes entre 25-50 anos sem escolaridade universitária. De uma perspectiva idealizada, estaríamos esperando que o 2° grupo fosse constituído dos falantes mais jovens e com escolaridade universitária, o que não aconteceu. Podemos especular que esses falantes na faixa etária entra 25-50 anos sem escolaridade universitária estariam atuando como numa espécie de hipercorreção: como constituem o grupo intermediário numa escala socio-econômica do mercado de trabalho, estariam mais atentos às variantes valorizadas socialmente, implementando-as em proporções maiores que as dos falantes universitários, que ocupam posições de maior status no mercado de trabalho.

Há ainda uma outra leitura que pode ser feita dos resultados anteriores e que diz respeito a uma possível relação entre a perda da variante conservadora não africada /t,d/ e a entrada da palatalização. Numa visão simplista, seria esperado que os falantes que menos apresentam a variante conservadora, apresentariam maiores freqüências da variante africada palatal. Vejamos se isto se dá.

O terceiro grupo é constituído exclusivamente de falantes que foram apontados como inovadores na comunidade, uma vez que, como se pode ver no gráfico 17 reproduzido nesta seção, estão entre aqueles que registram baixos índices da variante

conservadora não africada. Isto quereria dizer que a perda da variante conservadora não implica favorecimento de uma ou outra variante inovadora para a totalidade dos grupos inovadores, havendo um crescimento proporcional de ambas, como aliás já havíamos apontado anteriormente.

O segundo grupo, dos que implementam a variante africada palatal, um subgrupo que não foi apontando como abandonando a variante conservadora: os falantes de 25-50 com escolaridade primária. Podemos ver na tabela 23, reproduzida nesta seção, que o peso relativo para a variante não africada é de .53. Dos outros dois grupos, pode-se dizer que tendem a inibir a variante conservadora, especialmente os de 15-23 anos, com 8ª série. Temos aqui, então, que a implementação da variante africada palatal, em detrimento da variante não palatal, não decorre diretamente de um abandono da variante conservadora – [t,d] não africada, como é o caso dos falantes com 25-50 anos e escolaridade primária.

Já o primeiro grupo apresenta praticamente todos os subgrupos como mantenedores da variante conservadora [t.d] , como se pode conferir na tabela 23, reproduzida aqui. Tal resultado apontaria para o fato de que a variante africada não palatal tenderia a ser majoritária somente entre os falantes que ainda fazem a manutenção da variante conservadora, não africada.

Podemos sumarizar a discussão acima da seguinte maneira:

1) Parece haver uma certa dependência entre os resultados da variante não africada, em oposição à africada e a predominância de uma ou outra variante africada, quando consideradas concorrentes entre si.

2) A relação aludida acima é que nos falantes que fazem a manutenção da variante conservadora não africada, a variante africada não palatal é majoritária com relação à palatalizada.

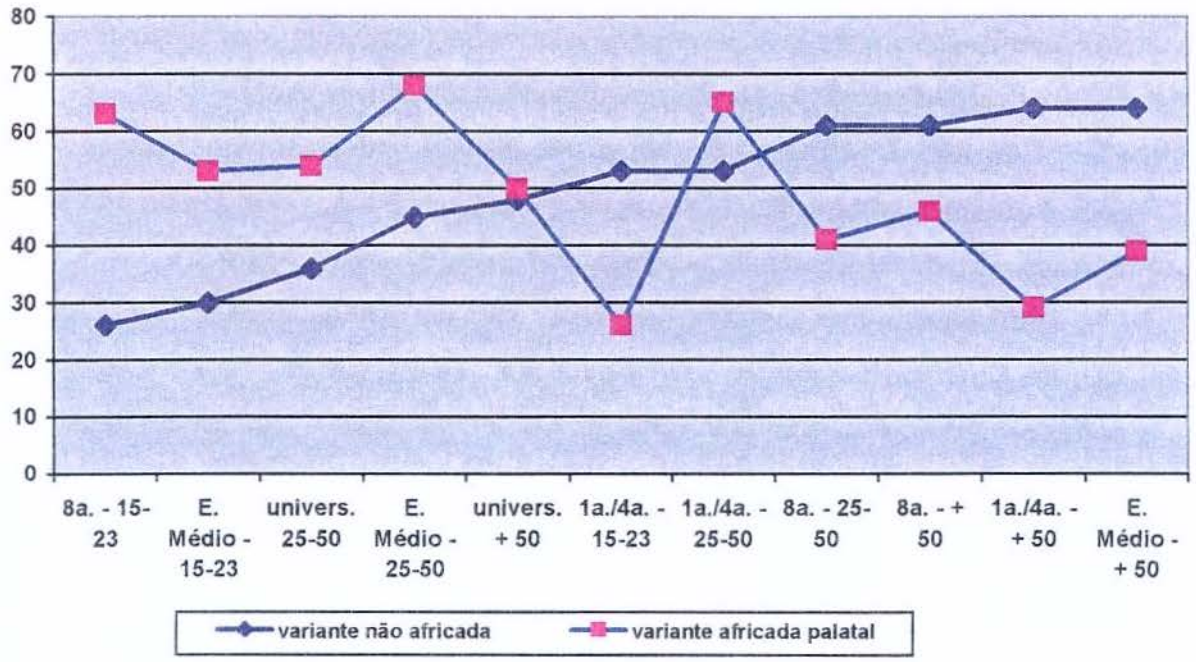
3) A implicação colocada acima não tem, necessariamente, uma recíproca verdadeira: nem sempre os grupos que implementam a variante africada palatal são aqueles que já abandonaram a variante conservadora não africada. Este é o caso dos falantes entre 25 e 50 anos e escolaridade primária: eles apresentam-se como implementando a africação palatalizada, sem, no entanto, terem abandonado a variante conservadora.

4) Há grupos em que o crescimento das duas variantes inovadoras é proporcional. São falantes que já abandonaram a variante conservadora, mas privilegiam o crescimento proporcional das duas variantes inovadoras.

5) A relação estabelecida em 2) nos permitiria apontar a forma africada não palatal [ts, dz] como variante de transição, em direção à palatalização. Porém, grupos de falantes como os mencionados em 3) e 4) nos mostram que entre os inovadores a palatalização às vezes cresce proporcionalmente ao crescimento da africação não palatal, ou às vezes não depende do abandono da variante conservadora, isto é, fazem a africação palatal sem implementar a africação não palatal. Isto implica que a variante africada não palatal [ts, dz] pode ter um estatuto à parte na comunidade, concorrendo às vezes com a palatalização como uma variante independente e não como uma forma de transição.

O gráfico a seguir representa esta comparação entre o desempenho da variante conservadora , quando oposta à africação, e o da variante palatalizada, quando oposta à variante não palatal. Ou seja, traduz os resultados das tabelas 36 e 23.

Gráfico 22- Comparação entre os pesos relativos da variante não africada e da variante africada palatal, segundo escolaridade e idade.



No gráfico, os grupos estão ordenados segundo os valores dos pesos relativos para a variante não africada [t,d]. Veja-se que, até atingir **.50** – caso dos falantes universitários com idade acima de 50 anos, há dois grupos favorecendo a variante africada palatal – *8ª série de 15-23 anos* e *E. Médio – entre 25-50 anos*. Os outros dois grupos, apresentam peso relativo bem próximo a .50: *E. Médio – 15-23 anos* e *universitários, 25-50 anos*

É possível visualizar também o comportamento discrepante dos três grupos com pesos relativos em torno de .50, para a variante não africada: universitários com + *de 50*, *1ª a 4ª - 15-23* e *1ª a 4ª 25 a 50 anos*. O primeiro também tem peso relativo de .50 para a variante africada palatal; o segundo claramente opta pela outra variante africada, uma vez que apresenta peso relativo de .26 para a palatal. Já o terceiro, mesmo sem ter abandonado a variante conservadora não africada, implementa a variante palatalizada, tendo alcançado o sendo maior peso relativo para esta variante: .65.

Os três picos da variante africada palatal apresentam, como vimos, pelo menos dois grupos de falantes "não inovadores": os falantes com entre 25-50 anos sem escolaridade universitária. Embora eles não sejam tenham altos índices da variante não africada conservadora /t, d/, movem-se diretamente para a palatalização. Como já assinalamos, isto pode ser fruto da circulação de falantes com tal perfil no mercado social, indo diretamente ao encontro da variante inovadora mais valorizada socialmente, sem passar fortemente por um possível "estágio de transição" nas africadas não palatais [ts,dz].

Por fim, os últimos quatro grupos de falantes obtiveram pesos relativos mais altos para a variante não africada. Tais grupos apresentam-se todos como inibidores da variante africada palatalizada (portanto, favorecedores da outra variante africada).

Encerrando esta subseção, uma nota sobre as localidades da Freguesia do Ribeirão da Ilha e Sertão do Ribeirão. Como pudemos ver em seções anteriores, apenas a idade polariza os resultados significativamente. Os demais falantes têm um desempenho que os distancia do centro urbano central, razão pela qual não vemos necessidade em cansar o leitor apresentando os resultados do cruzamento de idade e escolaridade para estas localidades.

Passemos agora, sem mais delongas, à investigação do grupo de fatores relativo ao sexo dos informantes.

4.3.2.5.Sexo

Na discussão sobre o desempenho da variante não africada, observamos que o sexo dos informantes não atuava de maneira significativa, como um único grupo de fatores. Porém, notamos que há algumas diferenças significativas em como o sexo atua conjuntamente com outros grupos de fatores, especialmente aqueles que implementam a africação: os falantes mais jovens e aqueles com escolaridade universitária.

Nas rodadas efetuadas com os dados das duas variantes africadas, em que uma foi colocada como concorrente da outra, o sexo não foi um fator selecionado. A fim de checar se os cruzamentos de sexo com os outros fatores sociais produziam algum efeito, procedemos a rodadas com as mesmas condições que as realizadas para medir o desempenho da variante africada e constatamos alguma relevância no cruzamento de sexo com os demais fatores sociais.

Inicialmente, vejamos os resultados gerais do grupo de fatores que controlou sexo, na tabela a seguir:

Sexo dos informantes	*Variante africada palatalizada*		
	N	%	p.r.
Feminino	875/1912	**46**	**.49**
Masculino	664/1398	**47**	**.52**
Total	1539/3310	**46**	

Tabela 38 - Realização da **variante africada palatal**, em oposição à africada não palatal, segundo o sexo dos informantes, na totalidade dos dados.

A tabela dispensa maiores comentários. O desempenho das duas variantes africadas, quando opostas uma a outra, parece não ser afetado pelo sexo dos informantes. A uma conclusão semelhante tínhamos chegado, quando analisamos o desempenho da variante não africada, em oposição à africação.

Mas seria interessante verificar se o sexo, interagindo com outros fatores sociais, não poderia produzir efeitos sobre a freqüência das variantes africadas, do mesmo modo

que se notou para o desempenho da variante não africada. Iniciemos pelos dados da região urbana central, tomando o cruzamento entre idade e idade.

Quando da análise da variante não africada, vimos que, nos grupos que implementam a africação, detectou-se que os informantes do sexo feminino, na faixa etária mais jovem, tendiam a implementar mais fortemente a africação, do que os falantes do sexo masculino. Haveria alguma interferência significativa sobre uma das duas variantes africadas? Na tabela 39, a seguir, estão os resultados da aplicação da variante africada palatal, segundo o sexo e a idade dos informantes:

Faixa etária	**Feminino**			**Masculino**			*Total*
	N	**%**	**p.r.**	**N**	**%**	**p.r.**	
15-23	292/551	**53**	**.54**	122/311	**39**	**.43**	414/862
25-50	246/474	**52**	**.54**	267/476	**56**	**.58**	513/950
+50	148/385	**38**	**.37**	148/352	**42**	**.46**	296/737
Total input . 50	686/1410	**46**		537/1139	**47**		1223/2549

Tabela 39 – Aplicação da variante africada palatal, em oposição à africada não palatal, segundo sexo e idade, na **região urbana central**.

A tabela nos mostra que o desempenho do grupo de fatores sexo, na região urbana central, não é uniforme ao longo das faixas etárias. Haveria alguma lógica no seu funcionamento? A primeira leitura que se pode fazer é horizontal: na faixa etária mais jovem, as mulheres apresentam maior grau de africação palatalizada que os homens, que são tomados como leves inibidores do processo. Na faixa etária mais alta, a situação é inversa: as mulheres se apresentam como mais inibidoras de tal variante que os homens. Já na faixa intermediária, também os homens se apresentam à frente das mulheres, embora a diferença entre eles não seja muito grande.

Haveria alguma razão para tal comportamento? Quando analisamos o comportamento da variante conservadora, em oposição à africação, tínhamos constatado que nos segmentos sociais que implementam a mudança na direção da africação, as mulheres assumiam a dianteira. Aparentemente, o mesmo quadro volta a se repetir aqui: na

faixa etária mais jovem, as mulheres levariam uma pequena dianteira em relação aos homens, apresentando um grau maior de palatalização. Nos segmentos mais conservadores – no caso da tabela acima, a faixa etária mais alta – as mulheres se mostrariam mais conservadoras que os homens. Porém, como a interseção com escolaridade mostrou um comportamento mais complexo da palatalização (cf. seção 4.3.2.4, acima), é preciso checar a correlação do sexo dos informantes com a escolaridade, a fim de que possamos chegar a um quadro mais claro.

Na tabela 40, a seguir, podemos ver a interseção entre o sexo e a escolaridade dos falantes, na região urbana central. Segundo seus números, só vamos encontrar diferença significativa entre homens e mulheres nos falantes de Ensino Médio e com escolaridade universitária. Mas observe-se que a polarização é oposta, nestes dois níveis de escolaridade: entre os falantes de ensino médio, a palatalização é maior entre os homens, já entre os falantes de curso universitário, a palatalização é maior entre as mulheres.

Faixa etária	*Feminino*			*Masculino*			*Total*
	N	%	p.r.	N	%	p.r.	
1ª a 4ª	153/349	44	.44	117/298	39	.40	270/647
8ª série	241/470	51	.53	122/267	46	.51	363/737
Ensino Médio	136/313	43	.45	197/348	57	.61	333/661
Universitária	156/278	56	.57	101/226	45	.47	257/504
Total input . 50	686/1410	46		537/1139	47		1223/2549

Tabela 40 – Aplicação da variante africada palatal, em oposição à africada não palatal, segundo sexo e escolaridade, na **região urbana central**.

Como o funcionamento da africação palatalizada em relação à africação não palatal se mostrou cheio de nuances, no que diz respeito a idade e escolaridade, vejamos se há alguma diferença motivada pelo sexo, nos três grupos em que separamos anteriormente os falantes, segundo a idade e escolaridade. Comecemos por relembrar os componentes destes três grupos:

1° Grupo - Inibem a variante africada palatal:

15-23 –1ª a 4ª série

+ 50 anos – 1ª a 4ª série

25-50 anos – 8ª série

+ 50 anos – 8ª série

+ 50 anos – E. médio

2° Grupo - Favorecem a variante africada palatal :

15- 23 – 8ª série

25-50 anos – 1ª a 4ª série

25-50 – Ensino médio

3° Grupo - Não favorecem nem inibem a africada palatal:

15-23 – E. Médio

25-50 – Universitários

+ 50 – Universitários

Na tabela seguinte, temos o cruzamento destes três grupos de falantes com o sexo dos informantes:

Grupos de falantes segundo escolaridade X idade	**Feminino**			**Masculino**			*Total*
	N	**%**	**p.r.**	**N**	**%**	**p.r.**	
1° Grupo	159/544	**29**	**.28**	178/411	**43**	**.46**	337/955
2° Grupo	284/406	**70**	**.74**	192/376	**51**	**.54**	476/782
3° Grupo	243/460	**53**	**.55**	167/352	**47**	**.50**	410/812
Total input .50	686/1410	**46**		537/1139	**47**		1223/2549

Tabela 41 – Aplicação da variante africada palatal em oposição à africada não palatal, segundo o sexo, idade e e escolaridade dos falantes, na **região urbana central**.

Sabemos que o primeiro grupo é constituído por falantes que tendem a inibir a variante palatal; que o segundo grupo é constituído por falantes que tendem a implementar a variante africada palatal e que o terceito grupo tem falantes "neutros" em relação à africação escolhida. O padrão que emerge na tabela 41 é bastante curioso: entre os falantes que tendem a implementar a variante africada palatal (2° grupo) as mulheres se colocam na dianteira da inovação (apresentam peso relativo de .74, para a palatalização). Já entre os falantes que tendem a inibir o processo de palatalização, as mulheres se apresentam como mais inibidoras que os homens (.28 de peso relativo para elas, contra .46, para eles). Por fim, no grupo de falantes que não optou por nenhuma das duas variantes africadas, homens e mulheres ficam relativamente próximos no seu desempenho, com ligeira vantagem para elas.

Como o segundo grupo apresenta uma composição social que, de imediato, não corresponde completamente ao perfil inovador (estou me referindo aos falantes entre 25-50 anos sem curso universitário), poderíamos hipotetizar que as mulheres, com este perfil tenderiam a ser mais sensíveis às formas valorizadas socialmente do que os homens. Uma vez que se trata de pessoas com perfil social que os coloca em posições intermediária na escala social, é como se as mulheres estivessem mais "antenadas" no mercado social de formas.

Já o primeiro grupo – o que inibe a variante palatal – é como se as mulheres estivessem mais alheias que os homens ao funcionamento social das formas, mais distantes do jogo social que se desenrola na cidade, reforçando o perfil conservador do grupo.

Obviamente, trata-se apenas de especulação, mas é sintomático que tenhamos constatado resultado semelhante àqueles registrados para a variante conservadora não africada: como vimos anteriormente, nos grupos responsáveis pelo abandono da variante não africada, em direção à africação, as mulheres tendiam a tomar a dianteira no processo. Aqui, vimos repetir-se o mesmo padrão: no grupo de falantes que apresenta a africação palatalizada mais à frente da não palatalizada, as mulheres também se colocam na dianteira dos homens. Esses dois resultados corroborariam a especulação que vínhamos fazendo: conforme o perfil social da mulher, ela tende a ser mais ou menos sensível à inovação que os homens.

4.3.2.6.Fatores sociais nas africadas em oposição – pequeno resumo

A análise da concorrência entre as duas variantes africadas se mostrou, antes de mais nada, muito menos transparente ao funcionamento social, do que a entrada da africação, em oposição à não africação. Pudemos ver o quanto o estatuto social das duas variantes inovadoras é escorregadio, não se revelando abertamente. Algumas conclusões parecem bem interessantes:

1) É possível separar os falantes em três grupos, com relação à implementação da africação palatalizada, em oposição à africação não palatalizada. Nesses três grupos, o perfil dos falantes nem sempre corresponde ao estatuto social que definiu inovadores e conservadores em relação às africadas palatais.

2) O grupo considerado "inibidor" da africada palatal é o mais consistente, pois contém falantes que se mostraram no geral conservadores, ou seja, preserva a africada não palatal. O grupo considerado "neutro", ou seja, não faz opção entre uma e outra variante africada tem um perfil não conservador em relação à preservação da variante não africada. Já o grupo considerado favorecedor da africada palatal tem dois subgrupos, definidos por idade, escolaridade e localidade, que não têm um perfil inovador quanto à conservação da variante não africada. Esses últimos são os falantes com idade entre 25-50 anos com escolaridade não universitária. Tais resultados demonstram que a palatalização avança lentamente, mas não é um processo irreversível. Mostram ainda que os falantes "escapam" a uma categorização absoluta, fugindo a um perfil prévio, o que faz com a inovação palatalizada às vezes caminhe por trilhas misteriosas.

3) A região rural, compreendida pelas localidades de Ribeirão da Ilha e Sertão do Ribeirão são bem distintas da zona urbana central. No caso do Ribeirão, apenas os falantes mais jovens se aproximam da zona urbana central, o que demonstra a irradiação da palatalização a partir do centro urbano. São falantes conservadores em relação à variante não africada [t, d] e em relação à palatalização. A africação – quando ocorre – entre tais falantes é predominantemente não palatal.

4) Pode-se especular sobre uma possível diferença de comportamento entre falantes do sexo feminino e falantes do sexo masculino. Tal diferença não se daria em termos

globais, mas em termos localizados, da mesma maneira que se observou para a conservação da variante não africada. No caso da oposição entre a disputa de uma variante inovadora contra a outra, foi apontada a seguinte correlação: nos grupos que favorecem a palatalização, as mulheres tenderiam a fazê-lo mais que os homens; nos grupos que inibem a palatalização, as mulheres, ao contrário, tenderiam a inibi-la mais que os homens; e não haveria diferença entre homens e mulheres nos grupos considerados "neutros".

4.3.3. Africadas palatais e não palatais – funcionamento lingüístico

Nesta seção, pretendemos amarrar algumas pontas que ficaram soltas quando da descrição geral dos resultados, investigando que tipo de controle de natureza lingüística poderia estar atuando, quando tomamos as duas variantes africadas na sua competição pela inovação no sistema.

Em todas as rodadas probabilísticas realizadas, foram selecionados os seguintes grupos de fatores condicionadores lingüísticos:

sonoridade
contexto antecedente
contexto seguinte à vogal [i]
classe de palavra

Comecemos pela sonoridade da variável.

4.3.3.1. Sonoridade

Na seção 4.2.1.1., já havíamos levantado uma estranheza no comportamento da sonoridade: enquanto a variável não sonora /t/ é mais suscetível ao processo de **africação**, a variável sonora /d/ seria mais suscetível à **palatalização**. Como dissemos acima, em todas

as rodadas, a sonoridade se manteve como um grupo de fatores relevante, mesmo quando confrontada com grupos de fatores extra-lingüísticos. Retomemos os resultados gerais:

Sonoridade da variável	*Variante palatalizada*		
	N	%	p.r.
/t/	870/2145	41	.45
/d/	669/1165	57	.60
Total	1539/3310	46	

Tabela 42 - Realização da **variante africada palatal**, em oposição à africada não palatal, segundo a sonoridade da consoante.

Os pesos relativos registrados referem-se à rodada envolvendo todos os fatores lingüísticos (da mesma maneira que nas seções anteriores). Quando rodados contra os fatores lingüísticos, os pesos não diferiram significativamente - apenas o fator variável sonora /d/ registrou .59.

A variável, quando não sonora, parece privilegiar a realização africada não palatal; quando é sonora, implementa a variante africada palatal. Já em seções anteriores anotamos a estranheza destes resultados, uma vez que a consoante alveolar surda /t/ é o contexto mais propício para a africação. Assim, se a inovação começa por ela, por ela deveria continuar, mas não é o que parece acontecer. Como a coleta de dados foi feita de maneira a permitir uma variabilidade grande nos itens lexicais, é pouco provável que tais resultados se devam à concentração de dados em um ou outro fator extra-lingüístico, ou mesmo em alguns informantes especificamente (ou seja, como há informantes que fazem uma clara opção pela palatalização, os resultados acima poderiam ser devidos a um certo enviesamento na amostra). De fato, se cruzamos os resultados por sonoridade com os três grupos de falantes (inibidores, neutros e favorecedores da palatalização), perceberemos que o mesmo padrão se mantém nos três grupos de informantes. Como anteriormente se tratava somente de falantes da região urbana central, para operar com a totalidade dos dados, ampliamos os grupos da seguinte maneira: o grupo dos ***implementadores*** da palatalização foi ampliado

incluindo-se nele os falantes com idade entre ***15-25 anos do Ribeirão da Ilha*** (o grupo de fatores teve pesso relativo de .76 para a palatalização). Os demais falantes do **Ribeirão da Ilha e do Sertão** foram incluídos no grupo dos que **inibem** a palatalização (uma vez que apresentam, no máximo, .40 para a palatalização). O grupo "neutro" continuou com a mesma configuração.

Grupos de Informantes	**Variante não sonora /t/**		*Variante sonora /d/*		*Total*	
	N	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Favoráveis à palatal	333/588	**57**	287/402	**71**	620/990	**63**
Inibidores da palatal	305/1043	**29**	204/465	**44**	509/1508	**34**
"Neutros"	232/514	**45**	178/298	**60**	410/812	**50**
Total	870/2145	**41**	669/1165	**57**	1539/3310	**46**

Tabela 43 – Realização da variante africada palatal em função dos três grupos de informantes e sonoridade.

Observe-se que ambos os condicionamentos se mantêm – tanto as opções de cada grupo como a sonoridade. Nesse sentido, a variável, quando sonora tem sempre um percentual de palatalização superior àquele da variável não sonora. Destaque-se que, no grupo de falantes *inibidores da palatalização* o percentual da variante africada palatal é de 44%, superior à média de palatalizações deste grupo, que é de 34%. Assim, temos a certeza de que os resultados quanto à sonoridade não se devem à atuação de fatores extra-lingüísticos enviesando os dados.

As correlações já levantadas anteriormente se confirmam mais uma vez: a variante africada não palatal, pela sua relação com o processo de aspiração da consoante oclusiva alveolar, seria mais freqüente no segmento não sonoro /t/, do que no sonoro /d/, em função dos processos acústico-articulatórios envolvidos na fase de explosão da consoante (cf. seções 3.3.4.1. e 3.3.6.3). Não temos, porém, como explicar o fato de que a consoante sonora /d/ tende a passar mais diretamente para a palatalização.

Uma outra correlação pode ser estabelecida com as análises do capítulo 3. Na seção 3.3.6.2. aventamos a possibilidade de que houvesse duas regras de assimilação distintas:

uma que daria conta da africada alveolar e outra que abarcaria a africada palatal. Os resultados da consoante sonora /d/ parecem indicar a possibilidade de que palatalização se dê independentemente do estágio de africação. Do mesmo modo, o comportamento de certos grupos, que assumem mais fortemente a palatalização sem desenvolver muita africação alveolar (cf. seção 4.3.2.4), parece apontar para a mesma direção. No entanto, não podemos abandonar a idéia de que a africação palatalizada implica o estágio de africação alveolar, já que este parece ser o comportamento da maioria dos falantes.

Passemos agora ao condicionamento do contexto antecedente.

4.3.3.2. Contexto antecedente

Quando estudamos o processo de variação na sua totalidade, este grupo de fatores foi relevante para determinar a entrada da africação. A conclusão a que chegamos foi a de que a combinação de determinados traços articulatórios no contexto antecedente tendia a inibir ou favorecer a entrada da africação. Em especial, destacaram-se no contexto antecedente:

como condicionantes da africação:

- as consoantes fricativas, em especial as palatais;
- as vogais posteriores nasais

como condicionantes da não africação:

- a vogal central /a/
- a vogal anterior aberta /ɛ/

Na concorrência entre as duas variantes africadas pela supremacia no sistema de Florianópolis, foram os seguintes os resultados do contexto antecedente:

Contexto antecedente	Variante palatalizada [tʃ dʒ]		
	N	%	p.r.
[ʃ]	260/299	87	.91
pausa	68/144	47	.48
[ẽ]	259/555	47	.47
[ĩ]	45/97	46	.58
[o, u]	191/415	46	.44
[s]	39/86	45	.46
/e/ -> [ɪ]	93/215	43	.43
[e, ɛ]	68/160	42	.45
/a/	181/428	42	.39
/i/	39/96	41	.45
/ã/	76/189	40	.52
ditongos com glide posterior [w]	44/111	40	.45
ditongos com glide anterior nasalizados	11/28	39	.39
[ũ, õ]	50/136	37	.44
[x] – fricativa velar	45/134	34	.40
ditongos com glide posterior nasalizados	41/121	34	.39
ditongos com glide anterior [y]	29/95	31	.38
[r]	0/1		
Total	1539/3310	46	
input .48			

Tabela 44– Realização da variante africada palatal em função do contexto antecedente.

Da tabela 44, o que podemos extrair com maior segurança é o claro condicionamento que a presença da fricativa palatal [ʃ] no contexto antecedente exerce sobre a ocorrência da africada palatal. Já tivemos oportunidade de discutir tal condicionamento, apontando para o fato de que a ocorrência da fricativa palatal em coda da sílaba é processo independente e, portanto, nos casos acima não se trata de um condicionamento exercido pela africada palatal, mas o oposto. Se compararmos com a ocorrência da fricativa alveolar [s] no contexto antecedente, vamos encontrar um peso relativo de .46. Isto reforça ainda mais a hipótese de assimilação do contexto antecedente: quando se opõem as duas variantes africadas – palatal e não palatal – percebemos que interfere na sua escolha o tipo de realização do fonema /s/ no contexto imediatamente antecedente: se a realização é palatalizada, a escolha recai pela realização palatal da africada; se a realização é não palatalizada, temos a mesma probalidade de ocorrer uma ou outra variante africada.

Quanto aos demais fatores, encontram-se, em sua maioria, com pesos relativos que variam entre .40 e .50, o que demonstra que a entrada de uma ou outra africada não obedece a nenhum outro condicionamento no contexto antecedente, que o da fricativa palatal [ʃ]. A exceção que se pode fazer é a presença da vogal nasalizada [ĩ] no contexto antecedente. O peso relativo para ela registrado foi de .58, distanciando-se dos demais fatores.

Vejamos agora o contexto seguinte à vogal [i], outro grupo de fatores igualmente selecionado.

4.3.3.3. Contexto seguinte à vogal [i]

Quando da análise do processo global de variação, este grupo de fatores foi bastante relevante, especialmente porque retrata a interveniência da regra de apagamento da vogal, quando à variável se segue uma consoante fricativa – alveolar ou palatal. A tabela 45, mais abaixo, apresenta a aplicação da africada palatal em oposição à africada não palatal, em função do contexto seguinte à vogal [i].

Diferentemente do contexto antecedente, no caso do contexto seguinte ao [i] podemos observar a atuação de vários fatores condicionadores. Em especial, destaque-se a presença de fricativas alveolares ou palatais, seja na posição de coda, seja na posição de *onset* da sílaba seguinte. Todos esses contextos propiciam a escolha pela variante africada palatal, se confrontada com a africada não palatal. Aparentemente esse condicionamento está ligado à conformação do gesto articulatório.

No caso das fricativas palatais, como em **antes** ['ẽtʃɪʃ] ou **tijolos** [ti'ʒoluʃ] pode-se pensar em um efeito assimilatório, que bloquearia a entrada da africada não palatal. No caso das fricativas alveolares, como em **distante** [dʒis'tẽtʃɪ] e **medicina** [medʒi'sĩnɐ], o efeito seria dissimilatório, ou seja, haveria uma certa incompatibilidade entre a realização africada não palatal [ts,dz] e a fricativa alveolar seguinte, como se fosse necessário palatalizar a consoante oclusiva para tornar possível a seqüência. Note-se, porém, que todos esses contextos são bastante propícios à queda da vogal [i] e a conseqüente realização não africada da consoante. O que a tabela 45 está nos mostrando é que nos contextos em que a

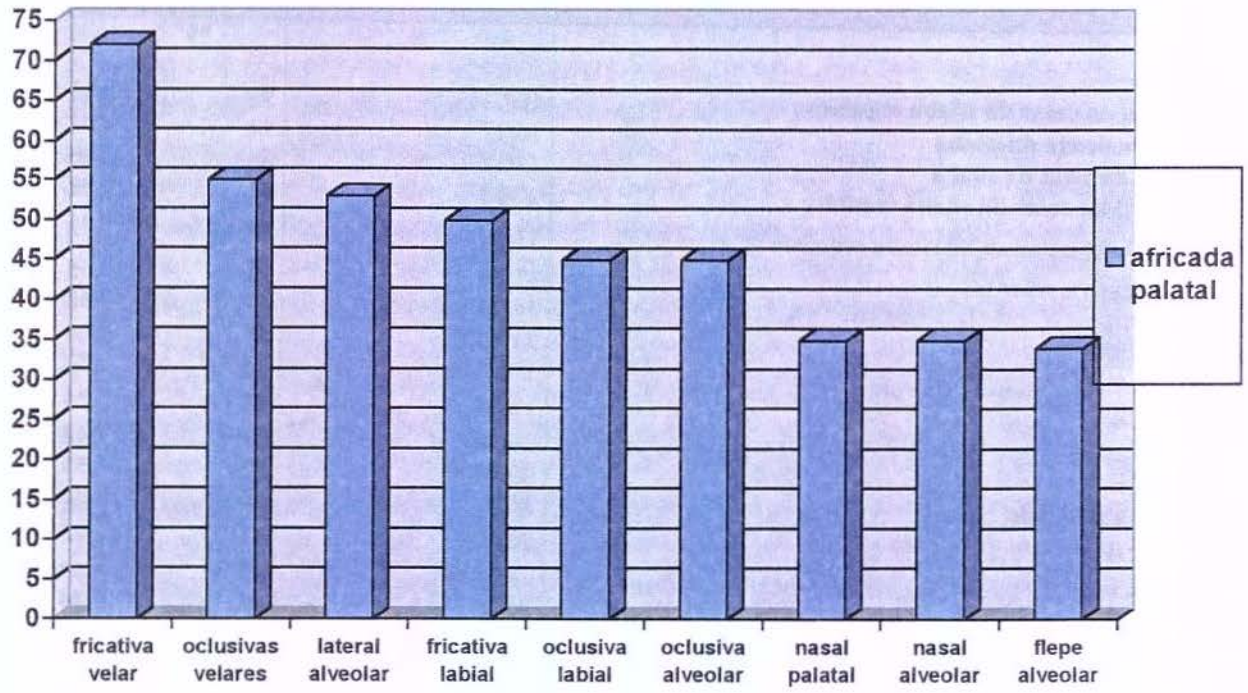
africação sofre um certo bloqueio pelo apagamento da vogal, quando ela se implementa, tende a ser palatal.

Contexto seguinte à vogal [i]	Variante palatalizada [tʃ dʒ]		
	N	%	p.r.
/s,z/ no onset da sílaba seguinte	107/113	95	.95
[ʃ] na coda da sílaba	16/17	94	.96
[s] na coda da sílaba	15/17	88	.88
[ʃ ʒ] no onset da sílaba seguinte	27/32	84	.82
[tʃ, dʒ] no onset da sílaba seguinte	11/15	73	.72
fricativa velar [x]	13/18	72	.65
/i/	14/21	67	.60
/g, k/	215/393	55	.56
/a, e , ɛ/	191/351	54	.52
/ã, ẽ/	19/35	54	.54
/l/	20/38	53	.49
/f, v/	209/400	52	.55
/i/ nasalizado	1/2	50	.50
/õ, ũ/	28/60	47	.43
/p, b/	185/414	45	.44
/t, d/	96/211	45	.46
/u o ɔ/	25/67	37	.38
/ ɲ/	167/483	35	.46
/n/	55/159	35	.39
/ ɾ/	33/96	34	.38
pausa	91/355	26	.31
[ts,dz]	1/13	92	.08
Total input	1539/3310	46	

Tabela 45 – Realização da variante africada palatal em função do contexto seguinte à vogal [i].

Se pensarmos agora na possibilidade de um processo de assimilação, considerando o ponto de articulação das consoantes que seguem a vogal [i], esperaríamos que consoantes palatais e velares ocasionassem maior ocorrência de africadas palatais e que consoantes alveolares e labiais inibissem a sua ocorrência. Na tabela 45, isto não se verifica de maneira absoluta, embora possamos perceber algum condicionamento nesta direção. O gráfico seguinte compara o desempenho da variável em função das consoantes seguintes à vogal [i], que não aquelas examinadas no parágrafo anterior.

Gráfico 23- Realização da africada palatal em função de consoantes no contexto seguinte ao [i].



O gráfico acima reproduz os valores dos contextos consoantes (à exceção de fricativas alveolares e palatais). Podemos observar que não há uma distribuição uniforme da variante africada palatal segundo o ponto de articulação das consoantes, embora possamos ver alguns padrões. À esquerda, com os valores percentuais mais altos de africadas palatais, encontramos a fricativa velar e as oclusivas velares (há uma significativa diferença entre elas, o que indica que o modo fricativo imprime a sua marca). No extremo direito, temos a nasal alveolar e o flepe alveolar, com os menores valores percentuais da africada palatal.

Se consideramos as outras consoantes alveolares, poderemos ver que elas se distanciam do comportamento das consoantes nasal alveolar e flepe alveolar, que parecem inibir a africada palatal, quando no contexo seguinte à vogal [i]. No contexto da consoante lateral /l/ ocorreram 53% de africadas palatais e no das consoantes oclusivas alveolares

/t, d/, 45%. Ou seja, estamos vendo que o fato de ser alveolar não inibe, por si, o processo de africação – algumas alveolares inibirão mais que outras.

Temos ainda o caso da consoante nasal palatal / ɲ/. No gráfico, ela aparece com um grau de africação idêntico ao da nasal alveolar – 35%. No entanto, podemos ver na tabela 45 que, enquanto a nasal alveolar teve peso relativo de .39, a nasal palatal teve peso de .46. Mesmo considerando esta última medida, ainda assim temos a nasal palatal distante das consoantes velares, no sentido de condicionarem a ocorrência de africação palatalizada.

Todos esses números podem, então, ser resumidos da seguinte maneira: no contexto seguinte à vogal [i] consoantes velares tendem a favorecer a palatalização quando se trata da concorrência entre as duas variantes africadas. As consoantes alveolares ou inibem a ocorrência da africação palatalizada, privilegiando, por conseguinte, a ocorrência da africada não palatal (o que é o caso das consoantes /n/ e / ɾ /) , ou apresentam-se neutras em relação à escolha de uma das variantes africadas (o que é o caso de /l/ , /t,d/). Neste último caso, são acompanhadas pelas consoantes labiais /p,b,m, f, v/ e pela nasal palatal /ɲ/, que também parecem não interferir significativamente na escolha de uma das variantes africadas. Tudo isso nos levaria a pensar que a opção entre uma ou outra variante africada recebe uma interferência moderada do ponto de articulação das consoantes que seguem a vogal [i].

Ainda sobre a tabela 45, quando o contexto seguinte à vogal [i] é uma vogal, parece não haver maiores alterações no desempenho da variante africada palatal. Merece destaque é a atuação do contexto de **pausa**, um dos mais forte inibidores das palatalização. Veja que dos 355 casos de africação diante de pausa, apenas 91 (26%) foram da variante palatalizada. Tal resultado nos remete à nossa discussão sobre o estatuto de ambas as formas. Revela-se aqui uma íntima relação entre a pausa, o silêncio e a ocorrência da africada não palatal. Tais contextos são propícios à lenição e desvozeamento da vogal, o que acarretaria o efeito de "aspiração" da consoante oclusiva diante dela, provocando a sensação acústica de africação não palatalizada. Assim, mais uma vez podemos perceber que, embora as africadas não palatais não possam ser debitadas exlusivamente a um efeito

de "aspiração" ou desvozeamento da vogal [i], no dialeto de Florianópolis, esta relação parece estar presente em várias das ocorrências.

4.3.3.4. Classes de palavras

Ao explorarmos o funcionamento da variável nos seus aspectos mais abrangentes, observando a entrada da africação, nos debatemos com o condicionamento por classes de palavras em que se encontra a variável. Uma vez que o processo de palatalização é usualmente descrito como pós-lexical, ou seja, imune a um controle de natureza lexical, esmiuçamos praticamente todas as possibilidades de condicionamento lexical, chegando a uma conclusão meio ambígua a seu respeito, evitando arriscar postular uma atuação lexical decisiva, uma vez que tal atuação não se mostrou claramente quando se tratou de investigar a conservação da variante não africada [t,d] em oposição à possibilidade de africação. Já naquela ocasião (cf. seção 4.2.1.7.2.1.), apontamos brevemente determinadas diferenças relativamente grandes entre os percentuais das variantes africadas em determinadas classes gramaticais. Podemos agora verificar se tais diferenças constituiriam de fato algum condicionamento de natureza lexical.

Ao rodarmos somente as variantes africadas uma contra a outra, novamente o condicionamento lexical foi apontado como estatisticamente relevante, pela seleção do grupo de fatores *classe da palavra em que se encontra a variável*. Vejamos o comportamento de tal grupo de fatores, na tabela 46, a seguir.

Pode-se perceber pela tabela 46 que as classes que mostram algum comportamento idiossincrático na opção ou rejeição da variante africada palatal em detrimento da outra africada não incluem substantivos, adjetivos, verbos ou advérbios. Ou seja, trata-se de palavras que pertencem ao léxico gramatical e fazem parte de um inventário mais restrito. Note-se que há uma certa discrepância entre a ordenação por percentuais e por pesos relativos nestas classes "problemáticas", o que nos leva a encarar tais resultados com alguma desconfiança.

Classe de palavra	Variante africada palatal [tʃ, dʒ]		
	N	%	p.r.
outras	28/42	**67**	**.53**
preposição	305/481	**63**	**.57**
pronome pessoal tônico	173/286	**60**	**.69**
verbo	377/859	**44**	**.47**
clítico pronominal	16/38	**42**	**.49**
substantivo	390/947	**41**	**.46**
adjetivo	148/371	**40**	**.45**
advérbio	82/223	**37**	**.48**
numeral	20/63	**32**	**.36**
Total **input .48**	1539/3310	**46**	

Tabela 46 – Realização da variante africada palatal, segundo a classe de palavras em que se encontra a variável.

Gostaria de destacar preposições e os pronomes pessoais tônicos, de um lado, e os numerais, de outro. Os primeiros tenderiam a apresentar mais palatalização; os últimos tenderiam optar pela variante não palatalizada [ts,dz].

Uma boa maneira de checar se se trata realmente de condicionamento lexical é repetir a operação que fizemos com a sonoridade: cruzar este grupo de fatores com os três grupos nos quais os falantes foram organizados (***inibidores***, ***neutros*** e ***favorecedores*** da palatalização), como na seção 4.3.3.1, o que renderá resultados como os expostos na tabela 43. A hipótese que está por trás é obviamente a de que, se há algum controle de natureza lexical, este deveria se sobrepor ao controle exercido pelos grupos de falantes.

A tabela 47, apresentada mais abaixo, traz os resultados do cruzamento proposto acima e, embora a tabela esteja meio poluída pelo excesso de dados, nos permite que vejamos a atuação de todos os fatores, para que possamos fazer comparações. Uma primeira observação diz respeito ao isolamento dos dois pronomes **ti** e **a gente**, que, na tabela anterior estavam reunidos em um único fator – *pronome pessoal tônico*.

Classe de palavra	Variante africada palatal [tʃ, dʒ]					
	Falantes favorecedores da palatalização		Falantes inibidores da palatalização		Falantes "neutros" em relação à palatalização	
	N	%	N	%	N	%
outras	15/17	**88**	6/16	**38**	7/9	**78**
preposição	122/163	**75**	108/198	**55**	75/120	**63**
Pronome pessoal A gente	71/97	**73**	73/132	**55**	24/41	**59**
pronome pessoal ti	3/5	**60**	2/10	**20**	0/1	**0**
verbo	151/242	**62**	129/442	**29**	97/175	**55**
clítico pronominal	1/6	**17**	10/24	**42**	5/8	**63**
substantivo	163/291	**56**	116/407	**29**	111/249	**45**
adjetivo	50/81	**62**	40/161	**25**	58/129	**45**
advérbio	36/75	**48**	17/75	**23**	29/73	**40**
numeral	8/13	**62**	8/43	**19**	4/7	**57**
Total	620/990	**63**	509/1508	**34**	410/812	**50**

Tabela 47 – Realização da variante africada palatal, segundo a classe de palavras em que se encontra a variável X grupos de falantes.

Observe-se que o pronome **ti** não exerce condicionamento lexical, submetendo-se à "vontade" dos informantes. O mesmo acontece com a classe rotulada de *"outras"*, que não tem um comportamento uniforme segundo os grupos de falantes: nos falantes favoráveis à palatalização, o resultado é maioria de palatalizações, nesta classe; nos falantes inibidores da palatalização, a classe apresenta baixa freqüência de palatalização. Este comportamento denota que as palavras desta classe não exerceriam, de fato, controle lexical.

Observe-se, também, que as classes "lexicais" – verbos , substantivos, adjetivos e advérbios – se submetem à "vontade dos falantes", alterando radicalmente seu comportamento em função da opção mais geral de cada grupo. Isto demonstra, mais uma vez, que estas classes não exercem nenhum condicionamento.

O caso de preposições, do pronome tônico *A gente* e dos numerais, porém, revela um comportamento diferente. Na tabela 46 os dois primeiros foram retratados como

favorecedores da palatalização. Veja que essa tendência se mantém em todos os três grupos, como se pode ver no destaque da tabela 47 que reproduzimos abaixo :

Classe de palavra	**Variante africada palatal [tʃ, dʒ]**					
	Falantes favorecedores da palatalização		**Falantes inibidores da palatalização**		**Falantes "neutros" em relação à palatalização**	
	N	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
preposição	122/163	**75**	108/198	**55**	75/120	**63**
Pronome pessoal *A gente*	71/97	**73**	73/132	**55**	24/41	**59**
numeral	8/13	**62**	8/43	**19**	4/7	**57**

O caso do numeral fica elucidado no destaque acima. Na tabela 46 ele foi tomado como inbidor da palatalização. Porém, no destaque da tabela 47 podemos perceber que a maioria dos dados de numerais se encontra justamente entre os falantes que foram considerados inibidores da palatalização (43 dados, num total de 63). Aqui, podemos abandonar com tranqüilidade a hipótese de condicionamento lexical.

Quanto às preposições e o pronome pessoal *a gente*, observe-se que, na fala de sujeitos inibidores da palatalização, a preposição e o pronome pessoal – *a gente* – alcançam 55% de palatalização, quando a média deste grupo de falantes é de 34%. Veja que entre os falantes que favorecem a palatalização, ambos alcancançam percentuais mais altos que a média deste grupo, que é de 63 %. O mesmo se dá entre os falantes que foram tomados como "neutros" em relação à palatalização. Este tipo de comportamento poderia estar indicando – efetivamente – algum tipo de controle lexical.

No caso da preposição, pode-se argumentar que tal resultado se deva à intervenção do segmento sonoro, que, como vimos, condiciona a palatalização. Creio que é possível demonstrar que a preposição, de alguma maneira, atua como um condicionador, ampliando o condicionamento exercido pela sonoridade. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que, do total de preposições de que trata a tabela acima – 481 – 463 são casos da preposição **de**. Das 18 restantes, 9 são ocorrências da preposição **durante** e 9, da preposição **desde**. Portanto, está-se diante da possibilidade de condicionamento lexical da preposição **de**, que

inclui o segmento sonoro que motivou nossa última discussão. Uma boa forma de verificar tal condicionamento é compará-lo com o desempenho da sonoridade, quando confrontada com o mesmo grupo de fatores extra-lingüísticos acima utilizado. A tabela 43, na qual se fez a discussão sobre a sonoridade da variável, é retomada a seguir, a fim de que possamos comparar os resultados com os da preposição:

Grupos de Informantes	**Variante não sonora /t/**		*Variante sonora /d/*		*Total*	
	N	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Favoráveis à palatal	333/588	**57**	287/402	**71**	620/990	**63**
Inibidores da palatal	305/1043	**29**	204/465	**44**	509/1508	**34**
"Neutros"	232/514	**45**	178/298	**60**	410/812	**50**
Total	870/2145	**41**	669/1165	**57**	1539/3310	**46**

Tabela 43 – Realização da variante africada palatal em função dos três grupos de informantes e sonoridade.

Comparando inicialmente os resultados das preposições com os da variável sonora /d/ (na totalidade dos dados), vemos que a principal diferença se dá entre os falantes **inibidores**: na tabela 43 o percentual de africação foi de 43%; já entre as preposições – que são majoritariamente sonoras- o percentual de africadas palatais entre os **inibidores** vai para 55%, como se pode ver no destaque da tabela 47 acima. Este desempenho demonstraria que o condicionamento não está somente na sonoridade, mas, de alguma maneira, a preposição **de** empurra um pouco mais à frente à palatalização. Só não é possível ser enfático a este respeito porque, entre os falantes **favoráveis** ou **neutros**, deveríamos esperar para as preposições um crescimento maior do percentual de palatalizações, o que não se verifica.

O mesmo raciocínio pode ser empregado para o que ocorre com a forma *a gente*. Se tomamos a tabela 43, podemos perceber que, quando a variável é não sonora, o melhor desempenho da palatalização, entre os falantes que são **favoráveis**, é de 57 %. Entre os **inibidores**, tal desempenho cai para 29%. Se observarmos o destaque da tabela 47 acima, vamos perceber um crescimento da palatalização em todos os três grupos, quando se trata

da forma **a gente**, chegando a 73% entre os falantes que favorecem à palatalização. Tal resultado demonstraria que estamos diante de um tipo de controle lexical.

Se retirarmos dos dados acima aqueles em que a preposição **de** e a forma pronominal **a gente** ocorrem, teremos uma base de comparação mais clara. Na tabela 48 esses dados são apresentados:

Grupos de Informantes	**Variante não sonora /t/**		*Variante sonora /d/*		*Total*	
	N	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
Favoráveis à palatal	262/491	**53**	165/239	**69**	427/730	**58**
Inibidores da palatal	232/911	**25**	101/276	**37**	333/1187	**28**
"Neutros"	204/473	**44**	103/178	**58**	307/651	**47**
Total	702/1875	**37**	369/693	**53**	1071/2568	**41**

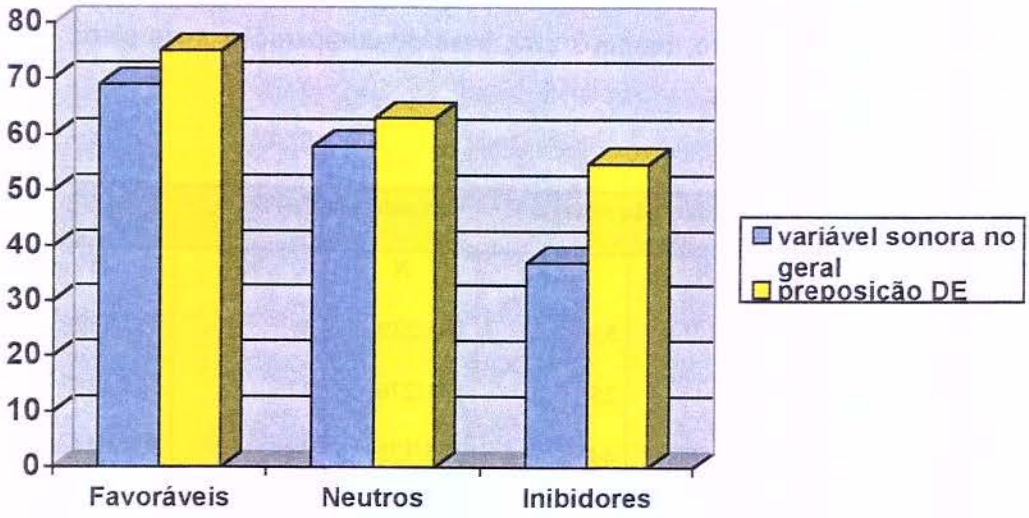
Tabela 48– Realização da variante africada palatal em função dos três grupos de informantes e sonoridade, sem os dados de preposição **de** e pronome **a gente**.

Pode-se ver que a diferença entre o desempenho da palatalização na totalidade dos dados e nos dois itens lexicais tratados (compare-se com a tabela 47) se amplia mais, quando retiramos dos dados totais esses dois itens.

Os dois gráficos a seguir ilustram as comparações que fizemos, retomando dados das tabela 47 e 48.

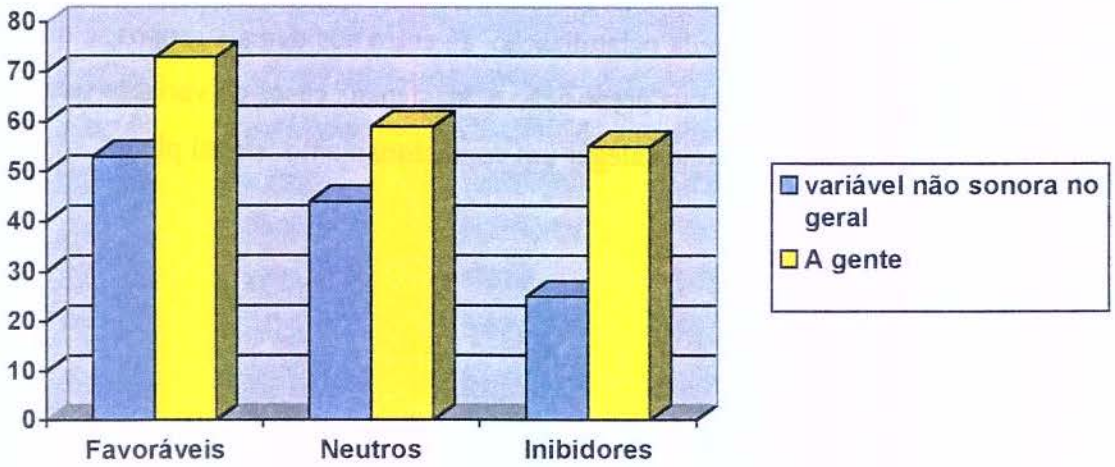
Como se pode ver no gráfico 24, a preposição **de** exerce um condicionamento mais visível entre os falantes inbidores da palatalização. Já entre nos demais grupos, a diferença entre o percentual de palatalização da preposição e dos demais casos da variante sonora não chega a ser grande para que possamos alegar um condicionamento lexical pleno.

Gráfico 24 - Comparação entre os percentuais de palatalização na preposição DE e nos demais itens com a variável sonora /d/.



Quanto à forma **a gente**, é possível alegar em favor de um condicionamento de natureza lexical, como se pode ver no gráfico a seguir, que também retoma os resultados das tabelas 48 e 47.

Gráfico 25 - Comparação da palatalização quando a variável é não sonora e quando se trata da forma A GENTE.



A variável não sonora, quando na forma **a gente**, tem um desempenho sempre superior ao dos outros itens lexicais reunidos. Em especial, destaque-se o grupo daqueles tomados como "inibidores" da variante palatal, em oposição à africada não palatal: a forma *a gente*, neste caso, tem a palatalização acima de 50%, sendo superior à africada não palatal, o que demonstra a força do condicionamento lexical.

Resumindo os resultados desta subseção, podemos dizer que a preposição **de** parece ter algum condicionamento, porém ele não é tão acentuado quanto a forma pronominal *a gente*. Quanto a esta última, ao que tudo indica, tem a força para inclusive reverter a tendência inibidora do grupo que não palataliza. É interessante notar que, quando estudamos a não africação, em oposição à africação, esta forma não se mostrou condicionadora (aos pronomes tônicos foi registrado peso relativo de .51, cf. seção 4.2.1.7.2.; uma rodada com a forma **a gente** separada mostrou peso relativo de .53 para este pronome). Já quando se trata da opção pela palatalização, parece que ela é capaz de implementá-la. No caso dos numerais, o que parecia uma tendência à inibição à palatalização pode ser descartado: a maioria dos dados foi extraída de informantes que tendem a não palatalizar o que explicaria seu desempenho geral.

Apostar em um controle de natureza lexical vai contra a idéia geral de que a regra de palatalização é de natureza pós-lexical, aplicando-se na "saída" para o contínuo da fala. Vimos, no entanto, que a própria africação sofre a restrição da juntura de palavra, ao menos no estágio de mudança em que se encontra o dialeto de Florianópolis. No caso da forma *a gente*, é de destacar uma possível relação entre a realização da variável e o processo de identidade: **a gente** é o lugar do sujeito plural, o lugar da subjetividade coletiva. O que se poderia aventar como hipótese, neste caso, é que a forma **a gente**, quando expressa o abandono da variante não africada, isto é, quando sinaliza africação que é manifestação da inovação, o faz por meio da palatalização. Em outras palavras, quando se trata de expressar o engajamento na inovação - quando a subjetividade se quer no domínio da inovação - a africada palatal é a forma preferida, e isto estaria impresso no pronome plural **a gente**. No capítulo 5, em que fazemos um balanço entre o funcionamento sociolingüístico aqui descrito e o funcionamento discursivo, trabalhado no capítulo 2, teremos oportunidade de voltar a esta interpretação.

4.3.4. Africadas em oposição - conclusão

Tomando as duas africadas em oposição, procuramos investigar nesta seção se seria possível ter alguma idéia de qual das duas formas permanecerá no sistema, no caso de a comunidade de Florianópolis abandonar definitivamente a variante não africada em benefício da africação. Embutida nessa pergunta, está a discussão sobre o próprio estatuto da variante africada não palatal: seria ela apenas uma forma de transição na direção da palatalização, ou, ao contrário, uma variante com estatuto sociolingüístico próprio, podendo, inclusive se manter no dialeto perenemente?

Quanto ao funcionamento social das duas variantes africadas, pudemos ver que a palatalização não é a forma escolhida pela totalidade dos que abandonam a variante não africada. Os falantes que mais palatalizam têm entre 25 e 50 anos e escolaridade não universitária, residindo no centro urbano. Entre os falantes universitários e aqueles com idade entre 15-25 anos há um certo equilíbrio entre as duas variantes, embora alguns falantes com idade entre 15 e 23 anos tenham apresentado a variante palatal como mais freqüente.

Quanto ao funcionamento lingüístico, há algumas pistas que indicam certos contextos nos quais uma ou outra variante africada tem se saído vitoriosa. Em especial, destacam, como favorecedores da africação palatal, em detrimento da africação não palatal:

. a sonoridade da variável;

. a ocorrência da fricativa palatal no contexto antecedente;

. a ocorrência de fricativa alveolar ou palatal no contexto seguinte à vogal [i];

. dois itens lexicais específicos: a preposição **de** (em menor intensidade) e a forma pronominal **a gente** (em maior intensidade).

4.4. Uma investigação individual

4.4.1. Introdução

Na introdução da descrição dos resultados sociais, tivemos oportunidade de ver um quadro em que cada falante é disposto individualmente, com o percentual da variante não africada registrado em sua entrevista. Reproduzimos o quadro:

17 o 92%	15 a 88%	17 c 87%	17 C 86%	15 r 85%	17 t 85%	17 G 83%	17 A 81%	17 M 82%	17 g 82	15 J 81%	17 w 81%	17 I 80%	16 H 80%

16 m 79%	17 j 78%	15 u 77%	15 I 76%	15 c 76%	15 f 73%	15 n 72%	17 m 71%	15 s 70%

15 l 69%	15 z 69%	15 m 68%	15 F 68%	15 t 64%	16 p 63%	15 T 63%	15 o 63%	17 n 62%	17 l 62%	17 E 62%	15 p 61%

15 i 59%	16 v 58%	17 s 58%	16 a 57%	15 P 56%	15 M 56%	16 f 56%	15 d 55%	15 v 54%	16 V 52%	16 M 52%	16 z 51%

16 A 48%	16 Z 48%	16 j 45%	16 l 43%

16 R 39%	15 j 36%	17 N 36%	15 e 35%	16 S 34%	16 L 31%	16 h 31%

17 r 21%	16 D 20%

16 J 11%	16 d 10%

No trabalho com os grupos de fatores extra-lingüísticos, foi possível traçar, ainda que superficialmente, um retrato do funcionamento social da variável. Vimos que falantes

da região rural tendem à africação em proporção menor que os do centro urbano e que falantes de escolaridade universitária tendem a um grau de africação maior que aqueles dos outros níveis de escolaridade, assim como há um condicionamento por idade, especialmente entre os falantes dos centros urbanos: quanto menor a faixa etária, maior a proporção de variantes africadas encontradas. Tudo isso indica que o espectro de variação que apresentamos na página anterior - de 92% a 10% de ocorrência para a variante não africada [t,d] não é completamente aleatório. As categorias sociais irão agrupar os falantes e seus resultados.

Ao mesmo tempo, chamamos a atenção, aqui e ali, para o fato de que determinadas células subvertiam o padrão esperado, indicando idossincrasias não controladas, isto é, falantes cujo comportamento lingüístico se desgarram das categorias sociais a que foram vinculados. Vejamos por exemplo o caso dos falantes ***16 H, 15 r. 16 h***, cujas freqüências reproduzimos abaixo:

Informantes	**[t]**		**[ts]**		**[tʃ]**		**Total**
	Oc.	**%**	**Oc.**	**%**	**Oc.**	**%**	
16 H	94	**80**	19	**16**	5	**4**	118
15 r	144	**85**	25	**15**	1	-	170
16 h	42	**31**	47	**35**	46	**34**	135

Tabela 49 - Resultados dos informantes ***16 H, 15 r*** e ***16 h***.

Uma comparação entre tais resultados nos levaria a colocar ***16 H*** e ***15 r*** num mesmo grupo e ***16 h*** em outro grupo. No entanto, uma olhada na ficha de identificação de tais informantes nos mostra a seguinte descrição de cada um deles:

16 H - sexo: masculino
faixa etária: acima de 50 anos
escolaridade: universitária
região: urbana central.

15 r - sexo: feminino

faixa etária: entre 25 e 50 anos

escolaridade: 4ª. série do ensino fundamental

região: urbana central

16 h - sexo: masculino

faixa etária: acima de 50 anos

escolaridade: universitária

região: urbana central

Vejamos então: ***16 H*** e ***16 h*** têm a mesma escolaridade, a mesma faixa de idade, são do mesmo sexo e ambos moram na região urbana central. No entanto têm perfis lingüísticos completamente distintos. Já ***15 r*** e ***16 H*** têm perfis sociais completamente distintos, no entanto apresentam perfis lingüísticos muito semelhantes. Dos três falantes, é ***16 H*** quem mais diverge dos grupos a que está rotulado: ***15 r*** tem escolaridade até a quarta série está na faixa etária dos 25 a 50 anos, perfil social que, como vimos, atua no sentido da manutenção da variante não africada; ***16 h*** tem curso universitário, fator que anula a própria atuação da faixa etária, estando intimamente relacionado à implementação das variantes africadas; já ***16 H*** não segue o perfil do grupo universitário.

Ao longo da amostra, há inúmeros casos como o de ***16 H***, embora, como pudemos ver nas seções anteriores, haja um considerável grupo de falantes que impulsione as tendências das diversas categorias sociais. Comportamentos como esses nos levam a formular mais de duas perguntas:

1) Até que ponto as médias encontradas para os grupos e subgrupos sociais analisados nas seções anteriores seriam apenas ficções numéricas? Ou seja: em que medida os falantes revelam as opções lingüísticas manifestadas pelos grupos sociais a que foram rotulados?

2) Que razões poderiam explicar o comportamento "idiossincrático" de determinados falantes?

Tentemos localizar esses falantes mal comportados. Para tanto, estaremos agrupando-os segundo os fatores sociais mais relevantes. Assim, temos como detectá-los e maneira mais transparente.

4.4.2. Falantes individualmente na faixa etária mais jovem

A faixa etária mais jovem, com idade entre 15 e 23 anos, foi apontada como conidicionando o processo de variação, no sentido de implementar variantes africadas, atuando na direção de inovação lingüística. Quanto às variantes africadas, este grupo de falantes revelou, na média, um certo equilíbrio entre a variante africada não palatal [ts, dz] e a variante africada palatal [tʃ , dʒ], o que nos levou a pensar que a primeira seria forte candidata a permanecer na comunidade, com estatuto sociolingüístico definido.

Vejamos se os resultados dos informantes individualmente confirmam tais tendências, analisando a tabela 50 na página seguinte.

Como se pode ver, entre os falantes mais jovens, o percentual de variante não africada varia de 10% a 79% das ocorrências. Se considerarmos as africadas palatais [tʃ, dʒ] a variação vai de 6% a 50% das ocorrências. No caso das africadas não palatais [ts dz] há uma variação que vai de 9% a 42%. No entanto, nesse último caso, apenas dois falantes têm resultados abaixo de 20% (**16 J** e **16 m**), nos demais, a faixa de variação vai de 21% a 42%. Isto indica que a variante africada não palatal tem uma presença mais consistente no sistema do que a africada palatal, e, se lembrarmos que entre os falantes com menor grau de africação (os mais velhos da região rural) é ela que aparece como fonte de variação, poderemos supor que sua presença é mais consistente em função de ser uma variante inovadora no âmbito da própria comunidade, e não uma forma exógena, como a africada palatal.

Informantes	[t]		[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	
16 d	16	**10**	66	**40**	84	**50**	166
16 J	12	**11**	9	**9**	84	**80**	105
16 D	23	**20**	37	**32**	54	**47**	114
17 r	31	**21**	33	**23**	81	**56**	145
16 S	47	**34**	58	**42**	33	**24**	138
17 N	53	**36**	31	**21**	63	**43**	147
16 l	52	**43**	26	**22**	42	**35**	120
16 j	47	**45**	34	**32**	24	**23**	105
16 z	73	**51**	55	**38**	15	**10**	143
16 M	62	**52**	40	**34**	17	**14**	119
16 f	55	**56**	32	**32**	12	**12**	99
16 a	76	**57**	37	**28**	20	**15**	133
16 v	78	**58**	34	**25**	22	**16**	134
17 E	83	**62**	39	**29**	11	**8**	133
16 m	99	**79**	20	**16**	7	**6**	126
Total	807	**42**	551	**29**	569	**30**	1927

Tabela 50 - Resultados da variável na faixa etária 15-23 anos, por informante individualmente.

Mas o que torna a situação ainda mais interessante é que o fato de ser mais consistente no sistema sociolingüístico não faz com que tal variante se torne majoritária entre os falantes mais jovens - os que têm, na média, os menores percentuais da variante conservadora [t d], como se poderia supor. Veja-se que a tabela 50 apresenta uma distribuição complementar muito interessante:

1) falantes com menos de 50% de ocorrências para a variante africada não palatal [t,d] têm a variante africada palatal com percentual superior ao da africada não palatal (as exceções são os falantes **16 S** e **16 j**), que apresentamos na tabela 50.1, a seguir.

Informantes	[t]		[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	
16 d	16	**10**	66	**40**	84	**50**	166
16 J	12	**11**	9	**9**	84	**80**	105
16 D	23	**20**	37	**32**	54	**47**	114
17 r	31	**21**	33	**23**	81	**56**	145
16 S	*47*	***34***	*58*	***42***	*33*	***24***	*138*
17 N	53	**36**	31	**21**	63	**43**	147
16 l	52	**43**	26	**22**	42	**35**	120
16 j	*47*	***45***	*34*	***32***	*24*	***23***	*105*

Tabela 50.1- Resultados dos informantes da faixa etária 15-23 com alto grau de africação.

Nas seções anteriores, vínhamos apontando para o fato de que, ao crescimento da africação entre os grupos sociais considerados, correspondia também o crescimento de ambas as variantes africadas. Esta constatação nos levou a formular a hipótese de que a variante africada não palatal [ts, dz] poderia estar-se firmando no sistema sociolingüístico da cidade. Desta maneira, ela não seria apenas uma etapa de transição entre a variável não palatalizada e a palatalização completa da variável, mas se trataria de uma variante com existência e luz própria no sistema sociolingüístico da comunidade. Já os resultados acima nos levam a pensar que a variante africada não palatal não terá sobrevida no sistema, uma vez que, quanto mais os falantes abandonam a variante não africada [t,d] maior é a ocorrência da variante palatalizada [tʃ ,dʒ].

2) falantes com mais de 50% da variante não africada [t, d] apresentam os percentuais da variante africada não palatal [ts, dz] superiores aos da variante africada palatal, como se pode ver na tabela 50.2, a seguir.

Informantes	[t]		[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	
16 z	73	**51**	55	**38**	15	**10**	143
16 M	62	**52**	40	**34**	17	**14**	119
16 f	55	**56**	32	**32**	12	**12**	99
16 a	76	**57**	37	**28**	20	**15**	133
16 v	78	**58**	34	**25**	22	**16**	134
17 E	83	**62**	39	**29**	11	**8**	133
16 m	99	**79**	20	**16**	7	**6**	126

Tabela 50.2 - Resultados dos informantes da faixa etária 15-23 anos com baixo grau de africação.

Não só a variante africada não palatal tem um percentual superior em todos os falantes, como também a diferença entre ela e a outra variante africada está perto do dobro ou além dele, ou seja, é uma diferença grande. Assim, mantida a hipótese formulada em (1), poderíamos concluir que a variante africada não palatal [ts, dz] é um estágio intermediário na direção da palatalização. Porém, se há um desejo de mudança entre os mais jovens (que em sua maioria rejeitam a variante não africada [t,d]), por que os falantes acima não assumiram de uma vez a palatalização? Aqui, ou postulamos que há alguma restrição de natureza lingüística, não capturada pelos grupos de fatores com os quais descrevemos o processo, ou temos de admitir que a variante africada não palatal goza de algum estatuto sociolingüístico na comunidade, ao qual o grupo de falantes acima estaria se vinculando ao abandonar a variante não africada [t,d].

De qualquer maneira, o equilíbrio entre as duas variantes africadas registrado na tabela 15 revela-se, de certa maneira, uma ficção: ele não se mantém na fala de todos os informantes da faixa etária mais jovem.

Estamos jogando com os resultados dos falantes da faixa etária de 15 a 23, organizados segundo o percentual de ocorrência da variante não africada. Mas será que os comportamentos apontados acima não correspondem aos demais fatores sociais já descritos? Será que os dois tipos de comportamentos acima expostos não têm ligação com algum desses fatores? Vejamos o quadro 1, mais abaixo.

Dos falantes com maior grau de africação entre os mais jovens, a maioria é do sexo feminino, com escolaridade até ou acima da 8ª. série, moradora do centro urbano. Há dois falantes que "destoam" neste grupo: **17 N** e **17 r**, para quem já havíamos chamado a atenção quando analisamos os resultados segundo os fatores sociais. Em primeiro lugar são falantes da região rural, dos quais se esperaria menor grau de africação (ainda que de faixa etária mais jovem); em segundo lugar, **17 r** é do sexo masculino e **17 N** tem escolaridade até a 4ª. série. Observe-se que o sexo masculino, nesta faixa de idade, só entra nesse grupo a partir dos 43% de variantes não africadas. No caso da informante **17 N**, trata-se do único caso, neste grupo, com escolaridade até a 4ª. série primária.

Informantes	[t]		Região	Sexo	Escolaridade
	Oc.	%			
16 d	16	**10**	central urbana	feminino	8ª. série
16 J	12	**11**	central urbana	feminino	8ª. série
16 D	23	**20**	central urbana	feminino	E. Médio
17 r	31	**21**	rural	masculino	8ª. série
16 S	47	**34**	central urbana	feminino	E. Médio
17 N	53	**36**	rural	feminino	1ª. a 4ª. série
16 l	52	**43**	central urbana	masculino	E. Médio
16 j	47	**45**	central urbana	masculino	E. Médio

Quadro 1 - Identificação dos informantes da faixa etária de 15-23 anos com alto grau de africação.

Assim, se de um lado pelo quadro acima podemos confirmar os resultados já obtidos anteriormente, podemos também destacar determinados comportamentos não esperados. Mais à frente tentaremos uma análise para tais falantes. Vejamos agora o grupo dos acima de 50% de variantes não africadas. Quem são eles?

Informantes	[t]		Região	Sexo	Escolaridade
	Oc.	%			
16 z	73	**51**	central urbana	feminino	1ª. a 4ª. série
16 M	62	**52**	central urbana	masculino	1ª. a 4ª. série
16 f	55	**56**	central urbana	masculino	8ª. série
16 a	76	**57**	central urbana	masculino	8ª. série
16 v	78	**58**	central urbana	feminino	1ª. a 4ª. série
17 E	83	**62**	rural	feminino	1ª. a 4ª. série
16 m	99	**79**	central urbana	masculino	1ª. a 4ª. série

Quadro 2 - Identificação dos informantes da faxia etária de 15-23 anos com baixo grau de africação.

Neste quadro, temos os falantes todos mais ou menos bem comportados, a maioria é de 1ª. a 4ª. série do sexo masculino, que é o perfil do falante mais extremado na conservação da variante africada não palatal, **16 m**, que tem 79% de ocorrência para esta variante, percentual que o aproxima dos resultados de faixa etária mais idosa. Assim, se de um lado ele tem o perfil do grupo acima, por outro lado foge da média geral para este grupo. Merece ser investigado. O que se poderia dizer de antemão é que foge ao padrão da sua faixa etária, identificando-se com falantes mais velhos.

4.4.3. Falantes individualmente com escolaridade universitária

Outro fator que se mostrou relevante, quando da análise global dos resultados, foi a escolaridade universitária. Os falantes pertencentes a esta escolaridade tendem a um grau de africação maior que o de outros graus de escolaridade; esta tendência afeta mesmo os falantes da faixa etária mais alta, que se caracterizam, no geral, por um baixo grau de africação. Já tivemos oportunidade de apontar, a título de exemplo, na introdução dessa

seção, um falante com comportamento idiossincrático. Vejamos o quadro geral dos informantes universitários:

Informantes	[t]		[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	
16 L	37	**31**	27	**23**	55	**46**	119
16 h	42	**31**	47	**35**	46	**34**	135
16 R	62	**39**	58	**36**	39	**25**	159
16 Z	47	**48**	25	**26**	26	**27**	98
16 A	48	**48**	20	**20**	32	**32**	100
16 V	63	**52**	39	**33**	18	**15**	120
16 p	80	**63**	12	**9**	26	**28**	128
16 H	94	**80**	19	**16**	5	**4**	118
Total	473	**48**	247	**25**	257	**26**	977

Tabela 51 - Resultados da variável para o grau de escolaridade universitário, por informante identificado individualmente.

Podemos ver que, entre os universitários, o percentual da variante não africada varia de 31% até 80%. Diferentemente do grupo dos mais jovens, no entanto, não se podem reunir os falantes em grupos separados, destacando-se apenas os falantes **16 p** e **16 H**, este último completamente fora do padrão do grupo.

Também diferentemente dos mais jovens, o percentual da variante africada palatal não supera de maneira sistemática o da variante africada não palatal, naqueles que tendem à africação. Dos cinco falantes que tendem à africação, em apenas dois isto se deu. Já no caso da faixa etária mais jovem, esse padrão era quase absoluto. Entre os falantes que não tendem à africação, veja que a forma africada não palatal não supera, de maneira sistemática a variante palatal, como acontecia com os mais jovens: a informante **16 p** tem maior freqüência da variante não africada [t, d] e, no entanto, produz com mais freqüência a africada palatal, em relacão à não palatal [ts, dz].

Estas considerações nos obrigam novamente a colocar a variante africada [ts,dz] na berlinda: é ou não é uma forma fadada ao desaparecimento?

Vejamos se a identificação dos informantes nos traz alguma pista para o funcionamento deste grupo. No quadro 3 a seguir, fica claro que a distribuição dos

diversos graus de africação não segue nenhum outro padrão relacionado às categorias sociais utilizadas na pesquisa. Apenas se pode destacar o fato de que os dois falantes que extremam a realização não africada (**16 p** e **16 H**) estão ambos na faixa etária mais alta, que tem, em termos gerais, um baixo percentual de africação.

Informantes	[t]		Região	Sexo	Faixa etária
	Oc.	%			
16 h	42	**31**	central urbana	masculino	+ de 50
16 L	37	**31**	central urbana	feminino	25 - 50 anos
16 R	62	**39**	central urbana	feminino	25 - 50 anos
16 Z	47	**48**	central urbana	feminino	+ de 50 anos
16 A	48	**48**	central urbana	masculino	25 - 50 anos
16 V	63	**52**	central urbana	masculino	25 - 50 anos
16 p	80	**63**	central urbana	feminino	+ de 50 anos
16 H	94	**80**	central urbana	masculino	+ de 50 anos

Quadro 3 - Identificação dos informantes com escolaridade universitária.

Porém a idade não age absoluta. Observe-se que os falantes nos dois extremos da tabela (**16 h** e **16 H**) têm as mesmas características controladas e que as informantes **16 Z** e **16 p**, apesar de terem as mesmas características, estão distantes 15 pontos percentuais um do outro, se consideramos a freqüência da variante não africada.

O quadro acima parece mostrar que os falantes universitários estão menos sujeitos ao funcionamento dos grupos sociais adotados aqui para fazerem a sua escolha na direção de abraçar as formas inovadoras. Será interessante investigar o que poderia motivar os falantes **16 p** e, em especial, o **16 H**, a manterem a forma conservadora, não africada. Do ponto de vista lingüístico, **16 H** não se distingue de **16 m**, o desgarrado da faixa etária mais jovem, embora só compartilhem traço social - sexo - dos utilizados nesta pesquisa: **16m** tem entre 15 e 23 anos e escolaridade até a quarta série do ensino fundamental. Tão distantes na escala social e tão próximos na fala, aparentemente alheios às significações que

permeiam as variantes e que fazem os falantes convergirem em grupos, numa determinada direção.

4.4.4.Falantes da região urbana central de faixa etária 25-50 e escolaridade até o ensino médio

Esses falantes, juntamente com os da faixa etária mais alta e nível de escolaridade não universitário formam um grande grupo de perfil conservador dentro da comunidade, especialmente se considerarmos somente a região urbana central. Vejamos se o comportamento dos falantes, individualmente, reflete totalmente as tendências desse grupo, observando a tabela 52, que se encontra adiante.

Informantes	[t]		[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	
15 e	66	**35**	39	**21**	85	**45**	180
15 j	57	**36**	11	**7**	92	**57**	160
15 v	74	**54**	32	**23**	32	**23**	138
15 d	78	**55**	49	**34**	16	**11**	143
15 P	81	**56**	24	**17**	39	**27**	144
15 p	85	**61**	26	**19**	28	**20**	139
15 F	69	**68**	18	**18**	15	**15**	102
15 s	79	**70**	11	**10**	23	**20**	113
15 f	102	**73**	22	**16**	15	**11**	139
15 c	92	**76**	11	**9**	18	**15**	121
15 u	101	**77**	25	**19**	5	**4**	131
15 r	144	**85**	25	**15**	1	-	170
Total	1028	**61**	293	**17**	370	**22**	1693

Tabela 52 - Resultados da variável na faixa etária 25-50 anos, da região urbana central, por informante individualmente.

Os falantes com idade entre 25 e 50 anos da região **urbana central** têm freqüências entre 35% e 85% para a variante não africada [t, d], como se pode ver na tabela 51. Nos extremos, vamos encontrar falantes que claramente fogem ao padrão do grupo, mas há uma nítida separação em subgrupos, que usaremos para expor as características dos falantes.

Quanto às variantes africadas, o mesmo padrão verificado entre os falantes entre 15 e 23 anos se repete: os falantes para os quais a africação é majoritária (**15 j** e **15 e**) a africação palatal é superior à africação não palatal.

Para os falantes em que a africação não é majoritária (o restante dos falantes), a africação não palatal é quase sempre superior à africação palatal (as únicas exceções significativas são os falantes **15 s** e **15 c**). Estes dois últimos contradizem todas as predições anteriores: têm alta freqüência da variante não africada (70% e 76%) e no entanto também apresentam alta freqüência da variante palatalizada. Por mais que aprisionemos os falantes em cápsulas sociais, alguns sempre resistem e buscam caminhos próprios na teia da comunidade.

Vejamos quem são esses falantes, separando-os em três grupos, segundo os resultados encontrados. O primeiro, se encontra no quadro 4, abaixo:

Informantes	[t]		Região	Sexo	Escolaridade
	Oc.	%			
15 e	66	**35**	central urbana	masculino	E. médio
15 j	57	**36**	central urbana	feminino	1ª. a 4ª. série

Quadro 4 - Identificação de informantes da região urbana central da faixa etária 25-50 anos - alta africação.

Como se pode ver, os informantes **15 e** e **15 j** têm perfis muito diferentes, no entanto, estão juntos, quanto à realização das consoantes oclusivas alveolares. O seu desempenho lingüístico poderia incluí-los entre os falantes da faixa etária de 15-23 ou entre os falantes universitários. Vejamos o segundo grupo, observando o quadro 5, a seguir.

Pelo quadro 5, não dá para ser conclusivo, a menos que consideremos as duas primeiras faixas de escolaridade indistintas para os falantes desta faixa etária, mas é preciso olhar os outros informantes, a fim de chegar a algo mais definitivo.

Informantes	[t]		Região	Sexo	Escolaridade
	Oc.	%			
15 v	74	**54**	central urbana	masculino	1ª. a 4ª.
15 d	78	**55**	central urbana	feminino	8ª. série
15 P	81	**56**	central urbana	masculino	8ª. série
15 p	85	**61**	central urbana	masculino	1ª. a 4ª.

Quadro 5 - Identificação de informantes da faixa etária 25-50, da região urbana central - **15 v, 15d, 15 P, 15 p**.

O terceiro grupo, o mais numeroso e que apresenta os mais altos percentuais da variante não africada, está identificado no quadro 6:

Informantes	[t]		Região	Sexo	Escolaridade
	Oc.	%			
15 F	69	**68**	central urbana	masculino	E. médio
15 s	79	**70**	central urbana	feminino	E. médio
15 f	102	**73**	central urbana	feminino	8ª. série
15 c	92	**76**	central urbana	masculino	8ª. série
15 u	101	**77**	central urbana	feminino	8ª. série
15 r	144	**85**	central urbana	feminino	1ª. a 4ª. série

Quadro 6 - Identificação de informantes da faixa etária 25-50 anos, da região urbana central, com baixo grau de africação.

Novamente, não podemos ser conclusivos. A única afirmação que poderíamos fazer é que os percentuais mais altos são encontrados na fala dos informantes com escolaridade até a 8ª. série do ensino fundamental. No entanto, o quadro 5 nos mostrou dois informantes

(**15 d** e **15 P**) com a mesma escolaridade, apresentando um percentual de variante não africada bem mais baixo que os do quadro 6.

Quanto à informante **15 r**, já mencionada no exemplo da introdução desta seção (cf. 4.4.1), tem as mesmas características que a informante **15 j** (ao menos no que diz respeito às categorias aqui adotadas) e, no entanto, elas não poderiam ser mais diferentes quanto à ocorrência de africação das oclusivas palatais.

Destaque-se ainda que os informantes **15 s** e **15 c** (os que, apesar de alta freqüência da variante não africada, apresentam também alta freqüência da variante palatal) têm características sociais distintas, ao menos as que foram utilizadas nesta pesquisa.

Todos esses resultados nos apresentam o grupo de informantes da faixa etária de 25 a 50 anos com alto grau de variação interna na manifestação da variável, sem que possamos atribuir tais resultados a nenhuma das categorias sociais com a qual foram rotulados. Há um grupo francamente conservador, há outro grupo francamente inovador (com apenas dois informantes) e há outro grupo oscilante, variando de 54 a 61% de realizações não africadas.

4.4.5. Falantes na faixa etária acima de 50 anos da região urbana central

O grupo de falantes acima de 50 anos que estaremos analisando aqui é constituído de pessoas que não têm escolaridade superior (visto que este nível de escolaridade foi analisado à parte). Faz parte daquele grande grupo que rotulamos de *especial*, que se mostrou conservador em relação à inovação. Nossa intenção é, novamente, detectar possíveis padrões internos ao grupo não percebidos na análise global anterior ou mesmo informantes que desviem radicalmente da tendência geral do grupo. Vejamos na tabela 53, a seguir, os resultados.

Dos grupos de informantes analisados até agora, este é o de comportamento mais homogêneo, ou seja, aquele em que mais falantes estão próximos da média geral registrada para este subgrupo de fatores. Observe-se também que nenhum falante teve grau de africação inferior à 50%, não havendo nenhuma exceção na direção oposta à manifestada pelo grupo.

Informantes	[t]		[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	
15 M	67	**56**	22	**18**	30	**25**	119
15 i	81	**59**	34	**25**	23	**17**	138
15 o	87	**63**	30	**22**	22	**15**	139
15 T	74	**63**	33	**28**	11	**9**	118
15 t	84	**64**	28	**22**	18	**14**	130
15 m	104	**68**	38	**25**	11	**7**	153
15 l	110	**69**	30	**19**	19	**12**	159
15 z	107	**69**	33	**21**	15	**10**	155
15 n	146	**72**	50	**25**	7	**3**	203
15 I	119	**76**	21	**13**	16	**10**	156
15 J	73	**81**	7	**8**	10	**11**	90
15 a	95	**88**	12	**11**	1	**1**	108
Total	1147	**69**	338	**20**	183	**11**	1668

Tabela 53 - Resultados da variável na faixa etária acima de 50 anos, da região urbana central, por informante individualmente.

No entanto, os falantes nos extremos da tabela têm um distância considerável entre si, se consideramos o percentual da variante não africada: **15 M** - 56% e **15 a** - 88%. Será interessante ver se os dois têm perfis diferentes ou não.

Outra observação interessante a fazer é que todos os falantes têm a realização africada não palatal com percentuais superiores aos da africada palatal, ou iguais, sem diferença significativa, à exceção do falante **15 M**, justamente o que tem o maior grau de africação. Neste grupo se manifesta de maneira bastante sistemática a tendência que observamos em todos os grupos, à exceção dos universitários: quando o falante demonstra maior tendência à variante conservadora, o percentual de africação palatal não seria superior ao da africação não palatal. Na situação oposta, ou seja, quando a variante conservadora é inferior a 50%, a variante africada palatal tende a ser superior à africada não palatal. Como aqui estamos lidando com os falantes com mais de 50 anos, tal constatação se torna relevante para definir o estatuto da variante africada não palatal.

O grupo acima é conservador, ou seja, se manifesta pela manutenção da variante não africada de maneira consistente. A entrada da africação se dá pela africada não-palatal e não pela africada palatal. Se tal tendência se manifestar de maneira consistente no outro

grupo conservador, que é o da zona rural, poderemos fortalecer a hipótese de que realmente a africada não palatal [ts, dz] antecede a africada palatal [tʃ , dʒ]. Isto não quer dizer que a primeira esteja necessariamente fadada a desaparecer, porque, como vimos, há vários falantes que mantêm as duas formas bastante produtivas.

Vejamos se os outros fatores lingüísticos reagrupam os falantes segundo alguma lógica interna:

Informantes	[t]		Região	Sexo	Escolaridade
	Oc.	%			
15 M	67	**56**	urbana central	masculino	E. médio
15 i	81	**59**	urbana central	masculino	8ª. série
15 o	87	**63**	urbana central	masculino	1ª. a 4ª. série
15 T	74	**63**	urbana central	masculino	1ª. a 4ª. série
15 t	84	**65**	urbana central	feminino	8ª. série
15 m	104	**68**	urbana central	feminino	E. médio
15 l	110	**69**	urbana central	feminino	8ª. série
15 z	107	**69**	urbana central	feminino	E. médio
15 n	146	**72**	urbana central	feminino	1ª. a 4ª.
15 I	119	**76**	urbana central	feminino	1ª. a 4ª.
15 J	73	**81**	urbana central	masculino	8ª. série
15 a	95	**88**	urbana central	masculino	E. médio

Quadro 7- Identificação dos informantes da região urbana central, da faixa etária acima de 50 anos.

A única coincidência que surge do quadro é o fato de que as mulheres constituem o grupo que apresenta percentuais da variante não africada em torno da média desta faixa etária, formando assim um bloco mais coeso. Já os homens, nesta faixa etária, não se mostram tão coesos, distribuindo-se nos dois extremos do grupo. Nesse sentido, é interessante observar que os dois informantes nos extremos da tabela - **15 M** e **15 a** - têm as

mesmas características quanto ao sexo e a escolaridade, o que demonstra, mais uma vez, que o processo de variação segue caminhos misteriosos. Por que não estão mais próximos esses dois falantes?

4.4.6. Falantes da região rural, a partir de 25 anos.

Um outro fator que mostrou condicionamento relevante foi o da região rural. Nele, apenas os falantes mais jovens apresentavam comportamento diferenciado e, por esta razão, nesta seção que trata dos falantes individualmente, foram retratados juntamente com os falantes da região urbana central, da mesma faixa etária. Aqui, nesta subseção, daremos uma pequena olhada no grupo formado pelos falantes com mais de 25 anos, da região rural (Ribeirão da Ilha e Sertão do Ribeirão), a fim de verificar se os falantes todos seguem a mesma tendência do grupo ou se há algum discrepante.

Informantes	[t]		[ts]		[tʃ]		Total
	Oc.	%	Oc.	%	Oc.	%	
17 s	65	**58**	30	**27**	18	**16**	113
17 l	111	**62**	26	**20**	33	**18**	180
17 n	95	**63**	39	**26**	18	**12**	152
17 m	122	**71**	34	**20**	15	**9**	171
17 j	142	**78**	23	**13**	17	**9**	182
17 I	125	**80**	21	**13**	10	**6**	156
17 w	115	**81**	21	**15**	6	**4**	142
17 g	131	**82**	21	**13**	7	**4**	159
17 M	72	**82**	12	**14**	4	**5**	88
17 A	119	**82**	25	**17**	1	**1**	145
17 G	142	**83**	23	**13**	6	**4**	171
17 t	148	**85**	19	**11**	8	**5**	175
17 C	144	**86**	14	**8**	9	**5**	167
17 c	143	**87**	14	**9**	7	**4**	164
17 o	134	**92**	10	**7**	2	**1**	146
Total	1808	**78**	342	**15**	161	**7**	2311

Tabela 54- Resultados da variável entre os falantes acima de 25 anos, da região rural , por informante individualmente.

Mais uma vez, estamos diante de um grupo bastante coeso, com a maioria dos falantes exibindo percentuais da variante não africada próximos da média geral; além disso, nenhum falante tem percentuais inferiores a 50% para esta variante, seguindo a tendência da localidade, que é pela conservação da variante sem africação. O máximo que se pode destacar são os dois extremos da tabela, os falantes **17 s** e **17 o**, que se diferenciam significativamente. Identifiquemos os falantes, a fim de verificar se algum padrão pode ser encontrado:

Informante	[t]		Região rural	Sexo	Faixa etária	Escolaridade
	Oc.	%				
17 s	65	**58**	Ribeirão da Ilha	feminino	25 a 50 anos	E. médio
17 l	111	**62**	Ribeirão da Ilha	feminino	25 a 50 anos	1ª. a 4ª.
17 n	95	**63**	Ribeirão da Ilha	feminino	+ de 50 anos	1ª. a 4ª.
17 m	122	**71**	Ribeirão da Ilha	feminino	+ de 50 anos	1ª. a 4ª.
17 j	142	**78**	Ribeirão da Ilha	masculino	25 a 50 anos	8ª. série
17 I	125	**80**	Sertão do Ribeirão	feminino	+ de 50 anos	1ª. a 4ª.
17 w	115	**81**	Ribeirão da Ilha	masculino	+ de 50 anos	E. médio
17 g	131	**82**	Ribeirão da Ilha	feminino	25 a 50 anos	E. médio
17 M	72	**82**	Sertão do Ribeirão	masculino	25 a 50 anos	1ª. a 4ª.
17 A	119	**82**	Sertão do Ribeirão	masculino	25 a 50 anos	1ª. a 4ª.
17 G	142	**83**	Ribeirão da Ilha	feminino	25 a 50 anos	1ª. a 4ª.
17 t	148	**85**	Sertão do Ribeirão	masculino	25 a 50 anos	E. médio
17 C	144	**86**	Ribeirão da Ilha	masculino	25 a 50 anos	E. médio
17 c	143	**87**	Ribeirão da Ilha	feminino	25 a 50 anos	8ª. série
17 o	134	**92**	Ribeirão da Ilha	masculino	+ de 50 anos	1ª. a 4ª.

Quadro 8 - Identificação dos informantes da região rural, da faixa etária acima de 25 anos, por sexo, escolaridade, idade e a localidade em que residem.

O quadro 8 nos mostra o que os resultados estatísticos anteriores já nos demonstraram: os quatro percentuais mais baixos para a variante não africada são

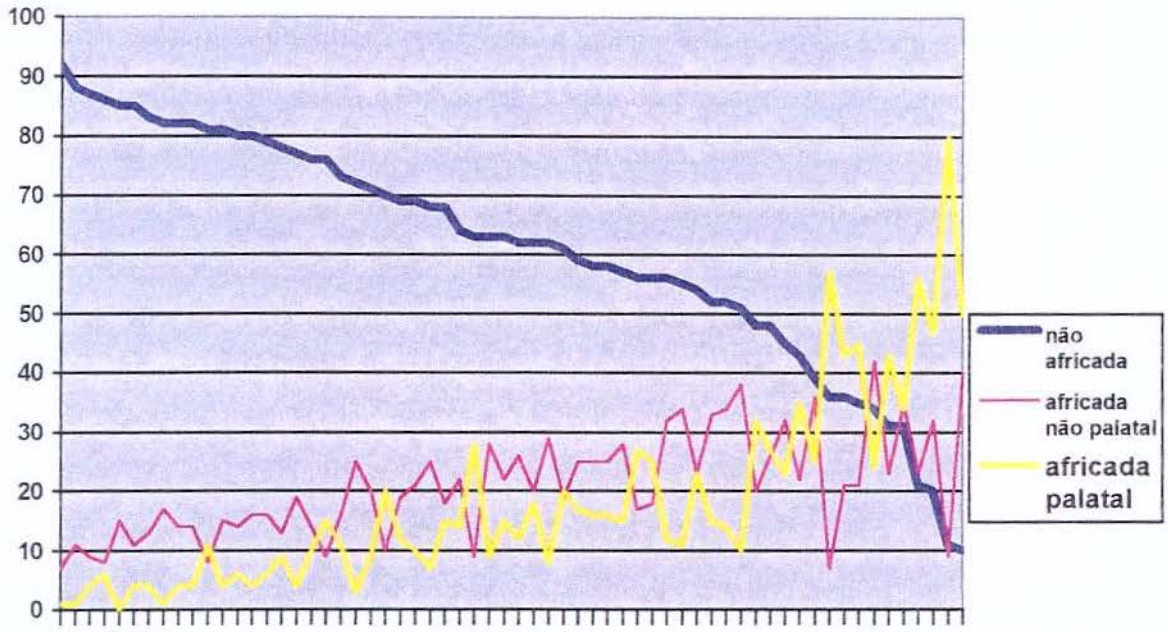
registrados em falantes do sexo feminino; a escolaridade parece não organizar o grupo; nenhum falante do Sertão do Ribeirão teve menos que 80% para esta variante, enquanto que todos os percentuais mais baixos são registrados em falantes do Ribeirão da Ilha. Os extremos da tabela seriam explicáveis pelos próprios grupos de fatores: **17 s** é do sexo feminino, tem escolaridade completa até o ensino médio e está na faixa etária dos 25 aos 50 anos; **17 o** é do sexo masculino, tem escolaridade de 1ª. a 4ª. série e idade acima de 50 anos.

Porém, é possível contra-argumentar dizendo que **17 g**, por exemplo, tem as mesmas características que **17 s** e, no entanto, realizou 82% de ocorrências não africadas, 24 pontos percentuais a mais que **17 s**. Do mesmo modo, **17 l** e **17 G** têm as mesmas características, no entanto, **17 l** apresentou 62% da variante não africada, enquanto **17 G** apresentou 83% para a mesma variante. Se tomamos o percentual médio do grupo para esta variante, que é de 78%, poderíamos dizer que **17 s** e **17 l** destoam do grupo, do mesmo modo que **17 o**. Nenhum dos índices sociais adotados é suficiente para explicar esse desvio. Embora bem menos radical que nos casos anteriores, estamos de novo diante de caminhos misteriosos pelos quais as variantes caminham.

4.4.7. Uma visão geral dos informantes

Do exame que fizemos dos informantes individualmente, além de detectarmos grupos mais ou menos coesos e falantes "mal comportados" pudemos também formular a hipótese de que a variante africada palatal só passa a superar consistentemente a variante africada não palatal quando a opção do falante deixa de ser a não africação. Por outro lado, enquanto o falante manifesta mais de 50% para a variante não africada [t,d] a variante africada não palatal tende a ser igual ou superior à variante palatal. No gráfico abaixo, podemos ver o desempenho dessas três variantes, considerando os resultados dos falantes individualmente:

Gráfico 26 - Resultado das três variantes por cada informante individualmente



Os falantes não estão identificados no eixo horizontal por comodidade na apresentação, mas se encontram ordenados segundo o desempenho da variante não africada [t,d], portanto, da mesma maneira que o quadro apresentado no início desta seção. É possível perceber no gráfico 26 que a variante africada não palatal [ts, dz] tem percentuais superiores à africada palatal [tʃ, dʒ] em praticamente todos os falantes para os quais a variante **não africada se encontra acima de 50%** (observe-se que há alguns momentos em que as linhas das duas variantes africadas se tocam ou mesmo se cruzam, mas são as exceções já mencionadas ao longo desta seção).

É possível ver também que, quando a variante africada fica inferior a 50%, a variante africada palatal [tʃ dʒ] passa a ser superior à variante africada não palatal, comportamento que se acentua quanto menor for a freqüência da variante não africada [t,d].

Assim, se os fatores sociais não nos permitiam ver com clareza o estatuto da variante africada não palatal, o gráfico acima parece revelar que ela não parece estar fadada a ocupar o lugar da variante não africada. Nesse sentido é sintomático que nenhum falante tenha apresentado percentuais da variante [ts, dz] superiores a 50%. Isso indica que o

máximo que ela alcança é compartilhar o espaço com a variante palatal, naqueles falantes que abandonaram a forma conservadora não africada [t,d].

Temos então que a variante africada não palatal parece realmente assumir o papel de uma forma de transição. É uma espécie de degrau em direção de uma palatalização plena. Porém, o fato de que se apresenta de maneira sistemática na maioria dos falantes da comunidade deve atribuir-lhe algum estatuto especial. Seria ela percebida diferentemente da palatalização? Ou é com ela identificada? Mais ainda: como explicar sua ocorrência, de maneira tão sistemática no sistema sociolingüístico de Florianópolis. A este respeito, gostaria de levantar as seguintes hipóteses:

1) Com base nos resultados envolvendo os falantes mais idosos das regiões mais afastadas, é possível pensar que aquilo que identificamos ao longo desta pesquisa como uma africação não palatalizada tenha sido, originalmente, efeitos acústicos da aspiração da consoante, que seriam flutuantes na fala dos habitantes da Ilha. Por flutuante, aqui, estou entendendo processos aleatórios sem um estatuto sociolingüístico claro para os falantes.

2) A partir do momento em que as questões identitárias são postas na mesa e que, portanto, as tensões se acentuam, uma resposta lingüística é demandada. Um dos vieses de identificação é a realização palatalizada da consoante alveolar - uma forma claramente identificada com habitantes de outras regiões, especialmente do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Uma resposta a este contato é a entrada da realização africada não palatal, que deixa de ser apenas uma realização flutuante e passa a funcionar soiolingüisticamente como uma variante de uma variável.

3) Duas hipóteses podem ser feitas a respeito do estatuto sociolingüístico da variante africada não palatal: ou ela é uma tentativa de aproximação da forma exógena [tʃ, dʒ], em parte abortada por alguma razão lingüística qualquer (ver item 4, adiante); ou é uma maneira de recolocar as peças no tabuleiro social de outra maneira. Quanto a esta segunda possibilidade, podemos pensar que a variante africada não palatal seja uma maneira de, ao

mesmo tempo, se contrapor à fala estrangeira palatalizada e evitar a fala não africada, que seria identificada à tradicional figura do manezinho.

4.4.8. Breve resumo

Da análise individual que fizemos até aqui, podemos destacar os seguintes pontos:

. os falantes, reunidos segundo os fatores mais relevantes, formam grupos que, às vezes se revelam mais coesos, às vezes se revelam menos coesos.

. os grupos constituídos pelos falantes da região rural e aqueles com idade acima de 50 anos e escolaridade não universitária, da região urbana são os que se apresentaram mais coesos: nenhum falante desvia da tendência do grupo na direção da preservação da variante conservadora.

. o grupo dos falantes com idade entre 25 e 50 anos e escolaridade não universitária, apesar de relativamente coeso, já apresenta dois falantes que desviam fortemente da tendência conservadora do grupo e pelo menos um falante que radicaliza esta tendência, com resultados similares ao da região rural.

. Os grupos dos falantes universitários e o dos falantes com idade entre 15 e 23 anos parecem ser os mais instáveis. A faixa de variação de um informante para outro é maior que nos outros grupos, com falantes desviando claramente da tendência geral do grupo.

. É sintomático que os grupos menos coesos sejam justamente aqueles responsáveis por impulsionar as mudanças, enquanto os grupos mais coesos sejam os conservadores. É como se o processo de mudança abrisse brechas na estrutura social em lugares determinados. Os sujeitos que circulam por esses lugares é que são postos mais prontamente em relação a tais aberturas, mas a opção pela mudança não é automática e certamente implica processos de identidade mais profundos. Já os sujeitos pertencentes aos grupos mais coesos não estariam confrontados tão diretamente com o processo de mudança, porque não é por eles que se inicia. Isto explicaria por que o comportamento de tais grupos tende a uma coesão maior.

. Pela análise realizada, podemos concluir que, embora os grupos formados a partir dos rótulos adotados trabalhem numa certa direção, muitos falantes extrapolam essas tendências, manifestando comportamentos que seriam de outros grupos rotulados por outros índices.

. Um exame das entrevistas daqueles falantes "especiais" não revelou, à primeira vista, nenhum indício forte que pudesse mostrar razões para a sua opção lingüística. Em função do processo identitário na ilha, como vimos no capítulo 2, que é composto de discursos que articulam diversas formações diferentes, não é possível reduzir as entrevistas a esquemas de avaliação positiva ou negativa, razão pela qual não relatamos o exame realizado. Talvez uma abordagem utilizando a metodologia de redes de comunicação trouxesse algum indício para explicar esses comportamentos "desviantes", mas infelizmente não foi possível empreendê-la em razão de limitações de ordem prática. Fica a sugestão.

4.4.9. Os falantes e o acento de frase

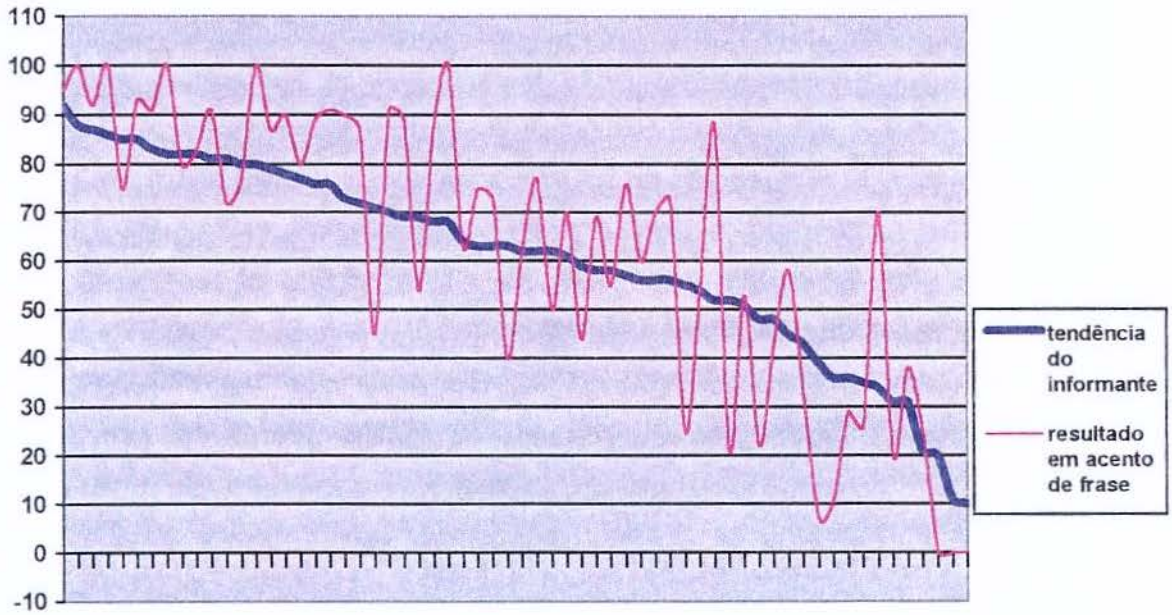
Pelo menos dois trabalhos no âmbito da sociolingüística exploram a idéia de que os contextos de maior proeminência da frase são lugares de expressão da subjetividade e do sentimento de identidade - Kroch, 1996, Ecker, 1996. Na descrição que fizemos dos fatores lingüísticos, tínhamos apontado o acento de frase como um dos fatores selecionados pelo programa estatístico e de fato, ainda que não de maneira decisiva, o contexto de sílaba portadora de acento de frase parece favorecer a ocorrência da variante não africada.

A partir dos resultados anteriores dos falantes individualmente, em que vemos o componente individual agindo no processo de variação, podemos nos perguntar se não haveria uma relação entre a opção que o falante faz pela inovação ou pela conservação e a realização da variável em contextos nos quais recebe o acento de frase. A hipótese poderia ser colocada da seguinte maneira: a opção que os falantes manifestassem em relação ao processo de variação estaria expressa nos contextos de acento de frase. Por esta hipótese, não seria esperado que um falante tivesse, p. ex. 61% de freqüência da variante não africada

[t, d] e, nos contextos de acento de frase, tivesse menos que 50% para esta variante. O mesmo se aplicaria ao caso oposto: um falante que já tivesse optado pelas variantes africadas não manifestaria, em contextos de acento de frase, mais que 50% para a variante não africada.

Um exame dos falantes individualmente mostrou que a hipótese se sustenta para a maioria dos falantes: dos 62 utilizados nesta amostra, apenas 8 (13%) não se comportam conforme o esperado. No gráfico 27 abaixo, estão representados os resultados percentuais para a variante não africada de cada um dos informantes (os mesmos do gráfico 23) e os resutados de cada informantes no contexto do acento de frase:

Gráfico 27 - Percentual da variante não africada [t,d] por cada informante individualmente - na média e em contexto de acento de frase.



Observe-se que, a partir do momento em que a curva das médias da variante não africada atinge o patamar dos 50%, os resultados da mesma variante, nos contextos de acento de frase também decrescem - em algums casos de maneira radical - abaixo dos 50 %, com apenas duas exceções. Por outro lado, no espectro acima dos 50%, o contexto de

acento de frase poucas vezes se encontra abaixo da linha de 50%. As exceções a esta generealização podem ser identificadas na tabela a seguir:

	Resultados do falante individualmente						*Resultados em contexto de acento de frase*					
	[t]		[ts]		[tʃ]		[t]		[ts]		[tʃ]	
	N	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
15 d	78/143	**55**	49/143	34	16/143	11	1/16	**25**	8/16	50	2/16	25
15 i	81/138	**59**	34/138	25	23/138	17	11/25	**44**	10/25	40	4/25	16
15 o	87/139	**63**	30/139	22	22/139	16	2/5	**40**	3/5	60	0	-
16 M	62/119	**52**	40/119	34	17/119	14	3/14	**21**	10/14	71	1/14	7
17 s	65/113	**58**	30/113	27	18/113	16	5/11	**45**	6/11	55	0	-
17 m	122/171	**71**	34/171	20	15/171	9	5/11	**45**	6/11	55	0	-
16 j	47/105	**45**	34/105	32	24/105	23	7/12	**58**	3/12	25	2/12	17
16 S	47/138	**34**	58/138	42	33/138	24	14/20	**70**	6/20	30	0/20	-

Tabela 55 - Resultados dos informantes que têm percentual da variante não africada em acento de frase na direção oposta à sua média.

Dos oito informantes apresentados na tabela, apenas **16 j** e **16 S** tinham originalmente percentuais de africação superiores à não africação. Observe que, no contexto de acento de frase, o percentual de não africadas é de 58% e 70%, respectivamente, quando, pela hipótese, seria esperado que fosse inferior a 50%. Estes são os únicos falantes, dentre os que optam pela africação, que manifestam tal resultado.

Quanto aos demais falantes, observe o leitor que o percentual da variante não africada, em contextos de acento de frase foi inferior a 50%. Note-se, no entanto, que a africação que predomina é a não palatal. Isto implica que nenhum falante que optou pela não africação (ou seja, tem percentuais para a variante não africada superior a 50%) apresentou, em contexto de acento de frase a variante africada palatal [tʃ] com freqüência superior à da africada não palatal [ts].

Da identificação dos informantes listados na tabela 55, segundo os rótulos adotados para esta pesquisa, apenas uma coincidência emerge: dos 8 falantes acima, 6 são do sexo feminino e apenas dois, do masculino. Faixa etária, escolaridade e região não produzem nenhuma coincidência. Seriam as mulheres mais suscetíveis a problemas de identidade? É óbvio que uma tabela como a 55 não é suficiente para sustentar tal especulação, mas a coincidência está registrada.

Uma segunda leitura do gráfico 27 pode ser feita, radicalizando ainda mais a hipótese: o falante expressaria nos contextos de acento de frase sempre um percentual igual ou superior ao da média obtida em seus dados para a opção feita: africação ou não africação. Vejamos dois exemplos desta segunda hipótese:

	média obtida [t]		**[t] em contextos de acento de frase**	
	N	%	N	%
17 G	142	**83**	20	**91**
17 n	95	**63**	13	**62**
15 z	107	**69**	7	**54**

Os falantes **17 G** e **17 n** se comportam conforme o esperado pela hipótese (no caso de **17 n**, a diferença é de um ponto percentual; diferenças até 2 pontos percentuais foram desconsideradas). Já o falante **15 z** contradiz a hipótese, porque, no contexto de acento de frase, a variante não africada, que é aquela pela qual ele opta, tem um percentual inferior ao da média obtida para a variante pela qual ele optou.

No levantamento realizado a partir desta segunda versão da hipótese, dos 62 informantes, 12 (20%) não se comportaram conforme o esperado. Desses, aqueles que tinham feito opção pela variante não africada, nenhum falante optou, em contextos acentuados, pela variante africada palatal. Se voltarmos ao gráfico 27, poderemos perceber como a linha da variante não africada, em contextos de acento de frase, se encontra, na maior parte dos informantes, acima da linha dos seus resultados médios, quando tais

resultados se encontram acima de 50%. Da mesma maneira, quando passam a "linha do equador" dos 50%, há uma clara tendência de os resultados em contextos de acento de frase, para a mesma variante, se encontrarem destacadamente mais abaixo.

A tabela a seguir apresenta os resultados do informantes que não se comportam segundo esta hipótese mais radical:

	Resultados do falante individualmente						***Resultados em contexto de acento de frase***					
	[t]		[ts]		[tʃ]		[t]		[ts]		[tʃ]	
	N	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**	**N**	**%**
15 d	78/143	**55**	49/143	34	16/143	11	1/16	**25**	8/16	50	2/16	25
15 i	81/138	**59**	34/138	25	23/138	17	11/25	**44**	10/25	40	4/25	16
15 o	87/139	**63**	30/139	22	22/139	16	2/5	**40**	3/5	60	0/5	-
16 M	62/119	**52**	40/119	34	17/119	14	3/14	**21**	10/14	71	1/14	7
17 s	65/113	**58**	30/113	27	18/113	16	5/11	**45**	6/11	55	0/11	-
17 m	122/171	**71**	34/171	20	15/171	9	5/11	**45**	6/11	55	0/11	-
16 j	47/105	**45**	34/105	32	24/105	23	7/12	**58**	3/12	25	2/12	17
16 S	47/138	**34**	58/138	42	33/138	24	14/20	**70**	6/20	30	0/20	-
15 z	107/155	**69**	33/155	21	15/155	10	7/13	**54**	4/13	31	2/13	15
15 r	144/170	**85**	25/170	15	1/170	-	12/16	**75**	4/16	25	0/16	-
17 w	115/142	**81**	21/142	14	7/142	4	21/29	**72**	6/29	21	2/29	7
17 E	83/133	**62**	39/133	29	11/133	8	10/20	**50**	10/20	50	0/20	-

Tabela 56 - Resultados dos informantes que têm percentual da variante não africada em posição de acento de frase inferior à sua média .

Os falantes estão separados em três grupos. Os dois primeiros são os que constam da tabela 55. Assim, além daqueles informantes, apenas mais quatro se acrescentam ao grupo. Veja que para estes quatro (o último grupo) embora apresentem um percentual de ocorrência da variante africada em posição de acento de frase superior a 50% (portanto, mantendo sua tendência), esse percentual é inferior à média de cada um. Isto quer dizer que nos 50 informantes restantes, o percentual da variante não africada em contextos acentuados se iguala ou é superior à média obtida por cada um, no caso daqueles que tendem pela manutenção da forma conservadora; e inferior, no caso daqueles que optam pela africação. Para os leitores que gostam de se divertir com números, no final desta seção se encontram os resultados destes 50 informantes.

Tais resultados demonstram que o acento de frase é o lugar de expressão da identidade. Dada a sua proeminência no contínuo da fala, é o lugar em que a marca de identidade é expressa. Assim, a manutenção da variante conservadora ou a implementação da variante inovadora viriam marcadas pelo acento de frase. Embora a maioria desses falantes apresente, no interior de sua fala, um grau considerável de variação na realização da variável, a posição do acento de frase é como aqueles riscos no chão que os meninos costumavam fazer antigamente quando chamavam para a briga: "daqui não passa". Passar ou não, ainda é questão de futuro e do quanto esta marca na voz é significativa da força que representa - do quanto esta marca tem a força que quer dizer ter.

Apenas a título de curiosidade: dos 12 informantes da tabela acima, 8 são mulheres e 4, homens. Esta é a única coincidência que se pode encontrar, quando confrontamos tais informantes com a sua identificação segundo os outros rótulos sociais. Seriam as mulheres mais suscetíveis de oscilar nas marcas de identidade?

4.5. Descrição dos resultados – considerações finais

Retomaremos aqui apenas os pontos principais, com as conclusões centrais acerca do funcionamento da variável.

I. Quanto à entrada do processo de africação em oposição à não africação, podemos perceber que:

1) A variável sofre uma série de controles de natureza lingüística que podem ser assim resumidos:

a) Fatores contextuais de natureza articulatória:

- As consoantes surdas sofrem mais africação que as sonoras;
- O contexto antecedente é relevante, especialmente se consideramos as consoantes fricativas
- Há uma clara interveniência da regra de apagamento da vogal, quando diante de fricativas alveolares ou palatais

b) Fatores de natureza estrutural – a posição na palavra e o acento

- A posição da palavra no vocábulo, associada à posição do acento exerce influência em algumas estruturas métricas
- O acento de frase é contexto relevante, uma vez que manifesta mais fortemente a tendência do sujeito falante pela africação ou pela não africação;

c) Fatores de natureza lexical:

- A juntura de palavra atua como um bloqueador do processo de africação;
- O sufixo –dade parece exercer algum condicionamento.

2) A variável é condicionada socialmente, numa rede intrincada de relações sociais:

- A localidade dos falantes reflete o estágio atual de mudança e o processo de entrada das formas inovadoras: na região rural há uma forte barreira à ocorrência de africadas, enquanto que na região urbana as africadas são bem mais comuns;
- Na região rural, apenas a idade foi um divisor social da variável: os falantes entre 15 e 23 anos tendem à africação. As demais categorias sociais parecem não

interferir significativamente, o que demonstraria a manifestação de uma marca "dialetal", no sentido geográfico do termo;

- Na região urbana central, tanto a idade, como a escolaridade, como o sexo são fatores determinantes para o funcionamento da variável. A escolaridade e a idade são os fatores mais fortes de controle, atuando conjuntamente na implementação das variantes africadas: os falantes mais jovens e os mais escolarizados tendem a um grau maior de africação; os falantes mais velhos e de menor escolaridade tendem a um grau bem menor de africação. O sexo atua no entrecruzamento de idade e escolarida: nos grupos que tendem a implementar a africação, as mulheres tomam a dianteira do processo.

II. Quanto à disputa pelas variantes inovadoras no sistema sociolingüístico da comunidade:

1) A variável está menos sujeita ao controle de natureza lingüística, podendo-se destacar que:

- A consoante sonora /d/ palataliza mais que a consoante não sonora /t/. Isto coloca o funcionamento da variável como um todo numa situação bastante curiosa: a consoante que tende a apresentar maior africação (ou seja, /t/) não é a que apresenta maior grau de palatalização. A única hipótese plausível para explicar tal comportamento seria a de que a africação não palatalizada decorre, em muitos casos, de um processo de desvozeamento da vogal. Assim, isto explicaria porque a incidência da africação é maior na consoante /t/, uma vez que a africação envolve tanto uma realização palatalizada quanto não palatalizada/;
- No contexto antecedente, a único controle visível é o da consoante fricativa palatal, que leva à palatalização da variável, num claro processo de assimilação;
- No contexto seguinte à vogal /i/, também a ocorrência de consoante fricativa palatal parece levar a um maior grau de africação palatalizada;
- Parece haver um controle lexical da forma pronominal **a gente**, a qual leva a um maior grau de africação palatalizada do que não palatalizada.

2) Também quanto ao controle social, a variável é mais fugidia, no que diz respeito à opção por uma ou outra variante africada. Foi possível detectar que:

- A região urbana central se diferencia da região rural, apresentando maior freqüência da variante palatalizada. No Ribeirão da Ilha, os falantes mais jovens é que destoam da localidade, apresentando um padrão de palatalização semelhante aos falantes "palatalizados" da região urbana central;
- Na região urbana central, idade e escolaridade se combinaram, formando três grupos distintos: os que favorecem a palatalização; os que a inibem e os que são neutros com relação a ela. O perfil destes grupos nem sempre coincidiu com o perfil conservador/inovador em relação à manutenção da variante não africada. Em especial, destaquem-se os falantes com idade entre 25-50 anos com escolaridade não universitária, que tendem a ser conservadores em relação à manutenção da variante não africada [t,d] e, no entanto, apresentam-se como favoráveis à palatalização.
- O papel do sexo dos informantes não foi relevante nos dados como um todo. Porém, à semelhança do que foi observado na manutenção da variante conservadora, pareceu interferir nos grupos, diferentemente. Assim, nos grupos favorecedores da palatalização, as mulheres apresentam maior tendência a implementá-la; nos grupos inibidores, ao contrário, as mulheres tenderam a inibir a palatalização mais que os homens e nos grupos neutros, parece não haver diferença significativa entre homens e mulheres.

III. Quanto à análise individual dos informantes – a direção da mudança

A análise individual dos informantes mais os outros resultados permitiram-nos uma série de inferências que ajudam a desenhar o quadro da variável em Florianópolis, especialmente no que diz respeito ao futuro das duas variantes inovadoras:

1) A variante africada não palatal [ts,dz] é mais produtiva que a variante africada palatal, no sentido de que tem uma distribuição que abrange todos os informantes, enquanto a africada palatal incide pouco sobre os informantes "conservadores" os mais idosos e os das regiões mais afastadas, em especial;
2) Quando os falantes são tomados em grupos, segundo as categorias sociais adotadas, o crescimento de ambas as variantes inovadoras é proporcional para a maioria dos grupos inovadores;
3) Uma análise individual dos informantes mostrou que vários deles não apresentam perfil lingüístico coincidente com o perfil social adotado na pesquisa, o que demonstra que os caminhos que a variável percorre são mais misteriosos que os rótulos adotados. Nem uma análise minuciosa da entrevista ou da ficha social mostrou indícios claros das razões para as opções desses falantes "desviantes", o que não quer dizer que tais pistas não existam;
4) O quadro anterior não constitui um indício claro de que a variante africada não palatal [ts,dz] deve prevalecer no sistema sociolingüístico da comunidade. O que nos leva a esta constatação é o fato de que, quando os falantes são tomados individualmente, há uma clara tendência para o fato de que, para a maioria dos falantes, essa variante cresce enquanto a variante conservadora não africada [t,d] se encontra majoritária a na fala de cada informante. Quando a freqüência da variante conservadora cai para menos de 50%, há uma tendência em a palatalização crescer, suplantando a variante não palatalizada.
5) A constatação acima nos permitiria dizer que a variante africada não palatal pode não ter uma sobrevida maior no sistema sociolingüístico, se prevalecer o atual quadro nas relações de identidade. Neste caso, é como se ela funcionasse como uma forma de transição, em rumo à palatalização plena, ainda que tal forma seja reconhecida, na comunidade, como uma forma distinta da palatalização propriamente dita.

capítulo 5

Balanço

Mofas com a pomba na balaia.
(ditado manezinho)

5.1. Introdução

É chegada a hora de amarrarmos algumas pontas do barbante. O leitor que nos seguiu até aqui terá presenciado os seguintes movimentos:

1) Esmiuçamos, no primeiro capítulo, o modo de funcionamento da Teoria da Variação e da Mudança, buscando, entender, sobretudo, como se daria a articulação entre o lingüístico e o social. Chegamos à constatação de que o sujeito falante é concebido como um ser heterogêneo, que não é dono da sua fala e que opera com os significados sociais ao se identificar a uma dada posição. Esta posição tem um funcionamento simbólico na estrutura social e está intimamente relacionada ao significado das formas variantes.

2) A constatação anterior nos levou a buscar uma relação com a análise do discurso, que concebe o sujeito da mesma maneira. Foi feito então um estudo sobre os processos de identidade em Florianópolis, a fim de mostrar o quanto se mostram instáveis, deslizando entre passado X presente, nativo X de-fora, modernidade X tradição. Assim, se os significados sociais associados às formas variantes são fruto de posições de identidade, teríamos que as realizações das consoantes oclusivas alveolares seriam portadoras de inúmeros significados, e o sujeito falante passaria de uma a outra, da mesma maneira que, com relação a sua identidade nacional, também passa de uma posição a outra.

3) Voltamo-nos, depois, para o funcionamento lingüístico da variável. Inicialmente nos perguntamos o que representaria a absorção, por parte da Teoria da Variação e da Mudança, de estudos oriundos da fonologia teórica. A conclusão a que chegamos foi que essa apropriação deve ter limites claros, já que os dois quadros teóricos são, nas suas hipóteses centrais, incompatíveis. O que fazemos é, então, apropriar-nos de relações que a Fonologia da Geometria de Traços aponta, sem necessariamente nos apropriarmos da maneira como estariam enfeixadas nas hipóteses mais gerais da fonologia teórica. Da investigação fonológica propriamente dita, extraímos a hipótese de que se trabalhássemos separadamente com os processos de africação e assimilação de ponto, teríamos condições de explicar a ocorrência da africação palatalizada e não palatalizada, em Florianópolis. O percurso que adotamos foi o de relacionar a africada alveolar à aspiração da consoante, de

tal maneira que a primeira decorreria de uma associação de ponto, posterior ao processo de criação da porção fricativa na etapa de explosão da oclusiva.

4) Empreendemos uma descrição da realização das consoantes oclusivas alveolares diante de [i], nos moldes tradicionais da metodologia laboviana. Assim, no capítulo 4 apenas nos ocupamos de descrever o fenômeno, sem explicitar as pontes com o capítulo 1 e 2. Esta opção se deu em função de acreditarmos ser mais tranqüilo para o leitor acompanhar as idas e vindas que a descrição quantitativa comporta, ainda que muitas das questões suscitadas anteriormente estivessem subjacentes à descrição que fazíamos.

É o momento de empreender um balanço das questões levantadas e da maneira como a descrição dos dados se articula com elas. É o que o leitor terá oportunidade de acompanhar neste capítulo: uma espécie de conclusão estendida, no qual retomaremos os principais pontos da discussão teórica e das descrições empreendidas, a fim de completar o nosso desenho. Ao balanço, pois.

5.2. HAVER

5.2.1. Introdução

Estaremos ocupados aqui com três movimentos básicos:

1) De que maneira podemos colocar em paralelo as conclusões a que chegamos acerca do processo de construção discursiva da identidade e as linhas gerais do funcionamento social da variável estudada, tais como se pôde acompanhar no capítulo 4.

2) De que maneira a hipótese fonológica estudada nos auxilia tanto a entender os condicionamentos lingüísticos levantados no capítulo 4, quanto o funcionamento da variável em termos mais gerais.

3) Como os resultados podem ser lidos a partir das questões teóricas de fundo, que desenvolvemos, especialmente no capítulo 1 e primeiras seções do capítulo 2.

Comecemos pelas questões em 2, das quais já andamos tratando durante a descrição dos resultados e depois viajemos brevemente pelas questões em (1) e (3), a partir das quais poderemos refazer a leitura dos resultados.

5.2.2. Variação e fonologia

Ao longo de toda a descrição lingüística no capítulo 4, viemos apontando as correlações que era possível estabelecer entre os resultados e o tratamento fonológico proposto no capítulo 3. Nessas conclusões gerais, seria interessante destacar a evidência indireta que encontramos a respeito da hipótese central, qual seja, a da relação entre as variantes africadas e o processo de aspiração da consoante. O fato de a variante africada alveolar ser bem mais freqüente do que a africada palatalizada nos falantes mais

conservadores foi, para nós, indício de que o início do processo de variação decorreria de uma assimilação que não envolve o ponto de articulação. Por conseguinte, estaria relacionada aos efeitos acústicos da fase de explosão da consoante submetida à articulação da vogal seguinte, especialmente na fase inicial de sua implementação no sistema sociolingüístico.

Os resultados da sonoridade da variável também apontam para a confirmação dessa hipótese, uma vez que mostram, de um lado a variável, quando não sonora /t/ mais sujeita à africação do que quando sonora /d/, o que vai na direção da relação suposta entre africação e aspiração, já que nas consoantes não sonoras a fase de explosão é maior, sendo tais consoantes mais propícias à aspiração. No entanto, as consoantes sonoras avançam no processo de palatalização, em relação às consoantes não sonoras. É como se elas passassem direto para a assimilação de ponto.

Os resultados também demonstraram que é questionável o estatuto da africada como um segmento de contorno, já que elas não se submetem aos efeitos de margem esperados para esse tipo de segmento. Como a questão ainda é controversa na literatura, não é conveniente avançar mais. Fica do trabalho a evidência.

Por fim, os resultados confirmam outros trabalhos (especialmente o de Bisol, 1986 e Bisol e Hora, 1993) no que diz respeito à interveniência de uma regra de apagamento da vogal, que deve ser ordenada, no sistema fonológico, em relação à regra de assimilação. A especificidade do dialeto de Florianópolis é que o apagamento da vogal não se dá somente quando se tem em contexto seguinte à vogal [i] a fricativa alveolar, mas pode ocorrer diante de outras fricativas e mesmo em contexto de pausa.

Na visão que adotamos do funcionamento sociolingüístico, tanto a ordem do lingüístico quanto a ordem do simbólico submetem os sujeitos falantes que, nesse caso, não são donos de seu dizer. Temos que ver o conceito de variável como um lugar no sistema heterogêneo que não é mais nem lingüístico, nem social, mas uma entidade de terceira ordem. Como já dissemos no capítulo 2, estamos adotando uma visão radical da sociolingüística, segundo a qual a interação entre o lingüístico e o "social" se dá de tal maneira que a língua enquanto estrutura atua sobre o fenômeno de variação somente após tal estrutura ter sido "posta para variar", isto é, terem sido selecionadas flutuações na

realização lingüística para funcionar como portadoras dos significados sociais pelas posições de sujeito que se querem fazer dizer. Assim, a ordem do lingüístico não seria responsável pela variação, mas como afirmamos no capítulo 3, atua como força a partir do momento em que o sistema é tirado de sua estabilidade pelo processo de variação. Isto não quer dizer que tais condicionantes estruturais não interfiram pontualmente quando de flutuações na realização fonética, como é o caso das acomodações dos gestos articulatórios, apenas não estão colocadas como forças em atuação, de vez que o processo de variação não está plenamente instaurado. No caso de Florianópolis, a atuação dos condicionamentos lingüísticos assinalados acima se dá, para o processo de variação, a partir do momento em que a crise de identidade é instalada e é a resolução desta que contará para a resolução do processo de variação em mudança lingüística ou não mudança. Isto fica mais claro quando observamos a relação entre aspiração e africação não palatalizada. Muitos casos de africação alveolar, como já dissemos ao longo do trabalho, poderiam ser simplesmente tomados como efeitos acústicos da contigüidade entre a consoante alveolar e a vogal [i]. No caso da presente pesquisa, é impossível distingüir, de maneira realista, entre uma africação alveolar que seria fruto de um efeito articulatório e uma africação alveolar que se coloca como forma variante em oposição às outras. Dado que tomamos as formas **em variação**, tal africação passa a ser tomada, necessariamente, como portadora de algum significado para o processo de identidade.

5.2.3. O sujeito da variação e o funcionamento social

Nos resultados do capítulo 4, tanto pudemos detectar tendências identificadas a determinadas categorias sociais, quanto um "desvio" de certos falantes que não se comportam segundos os rótulos a que estão relacionados. Quanto às categorias sociais, nos capítulos 1 e 2 destacamos que, para que sejam tomadas no interior das regras variáveis, é preciso que sejam deslocadas da estrutura social propriamente e passem a ser tomadas como entidades do funcionamento simbólico (cf. seção 2.3.1). Mais ainda, que o movimento pelo qual os falantes estariam sujeitos a tal funcionamento simbólico é o de

identidade, isto é, o falante estaria expressando sujeitos como posições às quais estaria irremediavelmente submetido.

Com respeito ao funcionamento das formas variantes tomadas aqui como objeto de estudo, a primeira hipótese que formulamos é a de que a variante não africada [t,d] seria a forma conservadora, isto é, aquela identificada com a cultura local. Das variantes africadas, a forma palatalizada [tʃ, dʒ] seria aquela mais fortemente associada aos falantes oriundos de outras regiões, como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná. Já a forma africada alveolar [ts, dz] constitui ainda um certo mistério. Na maioria dos falantes inovadores (ou seja, aqueles que abandonam a variante não africada [t,d]) as duas africadas crescem proporcionalmente, até que, a partir de um certo ponto, a palatalização parece avançar, aparentemente quando a africação passa a ser superior à não africação.

Dos resultados estatísticos alcançados, podemos destacar:

a) o papel da categoria *nível de escolaridade*, especialmente aquela que separa universitários dos demais níveis;

b) a significativa diferença entre os falantes da região urbana central e do que foi denominado como "zona rural".

c) um forte condicionamento por idade, especialmente se considerarmos os mais novos - aqueles na faixa entre os 15 e 23 anos - e os demais.

d) Quanto ao gênero, feminino e masculino não constituem categorias estanques. Porém, se considerados determinados universos, como o dos mais escolarizados ou o dos mais jovens, as mulheres parecem incrementar o processo de palatalização em proporção maior que os homens.

Pudemos perceber o quanto essas tendências não atuam isoladamente. Os diversos cruzamentos de todos esses vetores mostraram uma teia de significação em que, mais e mais, se observam oscilações misteriosas, até que chegamos ao plano individual, em que os falantes são observados quanto ao seu desempenho e as categorias sociais que representam. Neste último caso, tanto pudemos perceber grupos de falantes com grande variação interna, quanto grupos bastante coesos, em que os falantes apresentavam resultados muito

semelhantes. Mais ainda, detectamos vários falantes "erráticos", totalmente desvinculados dos grupos aos quais deveriam estar associados.

Os diversos meandros pelos quais as formas variantes se apresentam e o fato de que, na constituição da identidade encontramos um sujeito submetido a uma forte instabilidade, dadas as formações em disputa pelo primado da significação, parecem convergir para um mesmo lugar, como faces da mesma moeda. Dada a hipótese mais geral que estamos adotando, segundo a qual variação é discurso e as formas variantes são disputadas pelas formações discursivas para significar nelas, poderíamos ler as variantes estudadas da seguinte maneira:

. a variante não-africada [t,d], no eixo que opõe nativo a estrangeiro, parece surgir como o traço de identidade mais forte, aquele que é resgatado na cultura local de pescadores e agricultores, que o trabalho de Franklin Cascaes vai arquivar e reconstruir. Já no eixo que opõe o moderno à tradição, tal forma significa um passado a superar, o atraso, a alienação do mundo moderno e seus símbolos.

. as variantes africadas, no eixo que opõe nativo a estrangeiro, significariam o outro que toma, que ocupa espaço, que tira, o que não é manezinho. No eixo que opõe o moderno à tradição, representariam os novos tempos, o progresso, as melhorias, a aquisição de bens simbólicos e materiais. Aqui, cumpre separar a africada palatal da africada alveolar. A africada palatal [tʃ, dʒ] é a que mais fortemente estaria tensionada por esta rede de significações, especialmente por ser mais claramente reconhecida como a forma invasora. Que papel estaria reservado à africada alveolar [ts, dz]? Podemos formular a hipótese de que seria uma espécie de "terceira via", a possibilidade de ser moderno, distanciando-se do atraso que a variante não africada representaria, sem, no entanto, abrir mão da natividade. Ou, de outra maneira, seria a maneira de operar separadamente os dois eixos significantes mencionados acima.

O mais importante a destacar é que, se de um lado as correlações com as categorias sociais parecem conter indícios desse processo de significação, de outro, temos que ter em mente a instabilidade a que os falantes estão submetidos. Assim, o sujeito falante, interpelado pelas formas variantes a dizer quem é, varia - isto é - erra, desloca-se entre três formas variantes e os vários significados nela impregnados pelas formações discursivas.

Temos, então, dois passos importantes a observar: um é interpretar as correlações com as categorias sociais detectadas - elas próprias bem instáveis - e outro é visualizar o sujeito falante submetido a tal funcionamento simbólico (já de saída instável), no âmbito de sua enunciação. É desses dois passos que nos ocuparemos nas seções seguintes.

5.2.3.1. Identidade e urbanidade

No capítulo 2, quando investigamos o modo de funcionamento de termos como *manezinho* e *nativo*, vimos que o processo pelo qual o primeiro muda a maneira de indicar seus referentes guarda semelhanças com seu funcionamento original, isto é: há um ato de atribuição do qualificativo, um ato de nomeação em que alguém diz de um outro ser ou não *manezinho*. Vimos também como os sujeitos se encontram presos em uma encruzilhada entre presente e passado, numa armadilha em que se debatem entre significados diversos que constituiriam a sua identidade.

Se o processo de palatalização, que é o mais inovador e está intimamente associado ao estrangeiro, se inicia no centro urbanizado, isto é um sintoma da crise de identidade que assola este habitante das zonas mais urbanizadas e aquele que é sujeito do processo de identidade. Na análise que fizemos dos textos de Cascaes (cf. seção 2.4.4.3) pudemos perceber como a primeira crise instaurada é a do "moderno", que constrói prédios, que asfalta ruas, que acaba com a pesca artesanal e com as manifestações mais "genuínas" da cultura local; pudemos ver também como a identidade se constitui a partir de uma posição de poder, no caso específico dele, do poder que "sabe", que cataloga, que arquiva, que reconstrói o vivido. Quando analisamos os textos do livro "SOMOS TODOS MANEZINHOS", vimos como essa posição de poder se desloca, passando a falar a um outro.

No ato de nomeação do *manezinho*, o sujeito nomeante e o sujeito nomeado não são os mesmos no passado e no presente. No passado, quem nomeia é o sujeito urbano de classe média, e o nomeado é o morador das zonas rurais e pesqueiras, ou a elas associados de alguma maneira. No presente quem nomeia é o sujeito da natividade, aquele que

mantém, ou quer se ver mantendo, laços históricos e culturais com a cidade, e o nomeado, alguém que se quer alçar a essa condição. Entre presente e passado, a zona rural passa de elemento estranho - o outro do discurso que nomeia - a parte fundante da identidade, isto é, integra a constituição de quem nomeia.

Ora, todo esse movimento coloca a cidade, no seu núcleo mais urbanizado, como epicentro do processo de identidade. Assim, é perfeitamente compreensível que aquilo que rotulamos como *zona urbana* seja o palco da maior concentração das formas inovadoras e também aquele em que os outros condicionamentos sociais (idade, escolaridade, sexo) mais atuam, ao contrário das localidades mais afastadas, nas quais a forma não africada [t,d] predomina e os condicionamentos sociais são menos atuantes.

Dos resultados do que chamamos de *zona rural*, duas considerações é importante fazer. Em primeiro lugar, não forma um bloco completamente coeso: há um claro condicionamento por idade, separando a faixa etária mais jovem das demais. Isto nos leva ao segundo ponto: o conceito de comunidade lingüística. Quando o discutimos, chegamos a uma noção segundo a qual uma comunidade lingüística (com tudo o que está implicado nela: seus limites e seus membros) é definida pela sujeição dos falantes a um mesmo discurso de identidade, o que não implica unicidade de sentidos, nem uma relação de inclusão x exclusão estrita, que separa os membros de acordo com as formas que veiculam. Assim, os resultados da zona rural, que apontam para a manutenção da forma conservadora, a variante não africada, não deveriam ser vistos simplesmente como apontando o "lugar aonde a mudança ainda não chegou", mas, ao contrário, indicam um espaço que já faz parte de todo o jogo simbólico. O fato de os falantes mais jovens já apresentarem alto grau de africação apenas confirma, como um sintoma a mais, a idéia de que toda a Ilha de Santa Catarina constitui uma única comunidade lingüística, ainda que em alguns casos a diferença entre o centro urbano e outras mais periféricas possa ser flagrante.

O que estamos querendo dizer é que, se o processo de variação se inicia na zona urbana e já alcança a zona rural, não necessariamente haverá continuidade nessa direção, pois uma vez instalado tal processo, a fala da zona rural, mesmo que "intocada" e "não afetada", já foi de fato afetada, passa a significar, porque está sob o guarda-chuva dos discursos de identidade.

5.2.3.2. Escolaridade e identidade

Quando analisamos o processo identitário no capítulo 2, percebemos uma série de eixos significativos sob os quais se construía. Como podemos ler a escolaridade sob tais significados? Um dos níveis de escolaridade marcantes que percebemos foi o grau universitário, que é aquele que assume a dianteira no abandono da forma conservadora, fazendo crescer ambas as variantes africadas.

Duas abordagens podem ser tentadas quanto à escolaridade: podemos dizer que a escolaridade universitária insere o sujeito em um mundo de contatos maior com a forma africada exógena, ou podemos dizer que a escolaridade atua como um divisor social, alçando os indivíduos a uma condição diferenciada na estrutura da sociedade. Na primeira abordagem, pesa o fato de que o maior contingente de migração é o de classe média, que ocupa postos nos setores de serviço típicos de classe média. Os falantes locais de escolaridade universitária teriam maior contato com este contingente que porta a forma palatalizada. Porém, como já assinalamos anteriormente, o contato não pode ser encarado como a fonte de difusão de formas dialetais. Esta concepção tem subjacente a idéia de que o funcionamento sociolingüístico em uma dada comunidade se pautaria por uma espécie de dialetologia estendida, e já a refutamos nos capítulos 1 e 2. A partir dos resultados do capítulo 4, podemos perceber que de fato ela não cabe. Ainda que se detectem certas tendências associadas a determinados grupos, há uma tal interação entre os fatores extra-lingüísticos - e mais ainda há os resultados individuais - que se poderia descartar a idéia de dialetos que se formam no interior da comunidade, em grupos de pessoas que se isolam. O processo é outro e segue caminhos por vezes misteriosos. Importa, muito mais, a maneira como se dá o contato e o processo simbólico envolvido.

Tanto é assim que, quando traçamos o perfil dos grupos propulsores da palatalização (aqueles que preferem a africação palatalizada [tʃ, dʒ] à africação alveolar [ts, dz], o que emergiu foram falantes com escolaridade média, com idade entre 25 e 50 anos. Dessa maneira, o fato de se detectar uma correlação entre escolaridade e o abandono da variante não africada parece estar vinculado ao significado social que tal forma veicula. Isto

não quer dizer que, necessariamente, este grupo de falantes seja o propulsor do processo, ou seja, a relação entre o grau de escolaridade e o abandono da variante não africada revelam uma íntima relação entre a modernidade e as formas inovadoras, porém os grupos que empurram a forma mais identificada ao estrangeiro (portanto a que mais se distancia da forma conservadora) não necessariamente são aqueles que deixam revelar seu significado social. Esse tipo de resultado é normalmente reconhecido como hipercorreção e foi detectado por Labov (1972 a) em Nova Iorque.

Na análise que fizemos do processo discursivo de identidade, ficou muito claro o fato de que tais discursos nascem em posições de poder e permanecem a ela ligados. Ao mesmo tempo, como já assinalamos acima, eles não estão articulados em torno de uma única formação - a da natividade - mas operam formações até certo ponto contraditórias. A forma palatalizada, neste sentido, tanto está impregnada de traços simbólicos que a inscrevem como forma invasora, quanto também é disputada pela formação do moderno, que vincula, ao mesmo tempo o nativo portador da forma não africada a uma certa tradição à qual não se deseja vincular. Seria a segunda a determinante no processo de espalhamento da forma palatalizada entre os universitários. Ao mesmo tempo, como está eivada do contraditório, a primeira formação poderia ser a responsável pelo fato de que determinados falantes permanecem extremamente conservadores apesar de terem todos os índices de categorias sociais que os colocariam no grupo dos inovadores (como é o caso de 16 H, cf. seção 4.4.1). Pode-se ter uma idéia, também, da razão pela qual falantes com baixa escolaridade, como é o caso de 15 J (cf. seção 4.4.4) pulam no barco da forma inovadora, comportando-se como o grupo de escolaridade mais alta.

O processo de variação funcionaria, no plano simbólico, com formações diversas disputando cada uma das formas variantes. Algumas delas podem se tornar dominantes, fazendo transparecer nos resultados estatísticos seus efeitos. Aqui, é preciso ter em mente os falantes que destoam. O problema que eles trazem para a análise é parte da solução do enigma: eles mostram a tensão que há entre as diversas formações, deslocando as forças dominantes, fazendo com que prestemos atenção na dinâmica do processo, mais que na estabilidade dos produtos.

Toda esta digressão termina por nos levar à segunda maneira de ver os resultados de escolaridade, insinuada mais acima. Mais do que a possibilidade de contato com falantes das formas exógenas, a escolaridade universitária atua como uma posição dentro da sociedade. Esta posição estaria associada a um determinado sujeito, um sujeito do poder mas também do moderno. Os falantes submetidos a ela expressarão essa inscrição com a forma africada palatalizada. Mas destaque-se que o processo não é de natureza "dialetológica", isto é, os universitários não constituem um grupo à parte, com formas próprias. Se a maioria dos falantes universitários porta tal forma variante, isto apenas significa uma co-incidência de fatos: o fato de o indivíduo estar materialmente ocupando aquela posição e o fato de que a força do processo simbólico, de uma dada formação discursiva penetrar nesse espaço. Mas nada está garantido, e a prova disto é que nem todos os indivíduos que estão neste lugar expressam tal posição e alguns, em outros lugares, serão igualmente capturados pelo processo simbólico. É, no fundo, o mesmo movimento que faz o falante 17 r (cf. seção 4.4.2) adotar as formas urbanizadas, apesar de viver no Ribeirão da Ilha.

5.2.3.3. Idade

A idade, juntamente com a classe social, constitui uma das categorias mais relevantes para determinar se um dado processo de variação configura uma mudança ou não. Em torno da identidade em Florianópolis, pudemos entrever como a modernidade é uma questão central, que funda, nos textos de Franklin Cascaes, o embate entre ser e não ser. Juntamente com a modernidade e seus ícones, vimos como o tempo, o passar do tempo, o passado e o presente, se misturam, a ponto de os sujeitos por vezes se perderem nas mais diversas âncoras de sua identidade na linha do tempo (cf. seção 2.4.2.2.). No processo de variação estudado, a faixa etária mais jovem parece embarcar na aventura da modernidade, rejeitando a forma não africada e adotando mais fortemente a forma africada palatal, enquanto a faixa etária mais alta permanece como mantenedora da forma não africada.

Para os mais jovens, é como se a natividade não interferisse, ou ficasse relegada a um segundo plano, enquanto para os mais velhos, o índice de tradição - ou de natividade -

assumisse a dianteira na identidade a expressar (impossível dizer, neste último caso se é uma ou outra formação que está se expressando. Provavelmente uma conjunção das duas). Grosso modo, a geração mais jovem estaria abrindo mão da cor local como traço fundamental de sua identidade e embarcando na aventura da modernidade.

Mas veja-se que tais movimentos não afetam a todos indistintamente. Idade e escolaridade se juntam, definindo perfis diferenciados. Assim, entre os universitários, a faixa etária parece ser pouco relevante; entre os mais jovens, aqueles com escolaridade primária distanciam dos demais, apegando-se à variante conservadora (cf. seção 4.3.2.4). Resultados como esses revelariam acomodações diferentes dos sujeitos falantes quando interpelados pelas formações da identidade. O que vemos, nesses casos, são as formações discursivas atuando diferentemente sobre os sujeitos, isto é, para os falantes universitários o índice de modernidade se sobrepõe a todos os outros, independentemente de estar associado ou não ao estrangeiro, de expressar uma rejeição à natividade local, enquanto os falantes mais jovens de escolaridade baixa ou não se vêem tomados pela modernidade ou se apegam à natividade local.

Desta forma, se as correlações iniciais entre as formas variantes e as categorizações como idade e escolaridade são interpretadas aqui como índices do funcionamento simbólico decorrentes das formações discursivas que as disputam, à medida que os grupos se estreitam pelos cruzamentos de tais categorias, podemos perceber, agora, como os sujeitos falantes são afetados por tais funcionamentos simbólicos.

A ponta extrema dessa observação são os falantes tomados sob lupa, individualmente. Sob este último olhar, tanto vamos encontrar, como já vimos, falantes "bem comportados", isto é, refletindo o que se esperaria de sua posição na sociedade, quanto falantes "mal comportados", ou seja, expressando as formas variantes de uma maneira desviante em relação aos grupos aos quais estão rotulados. São estes últimos que nos levam a reafirmar que a entrada de uma forma variante na fala de um indivíduo se dá por uma interpelação de posições, que opera simbolicamente, não sendo, por conseguinte, uma decorrência imediata da vinculação deste ou daquele falante a um dado lugar na estrutura social, em função de sua história, sua escolaridade, sua idade, etc. Esta vinculação

é, claro, um elemento importante, mas não é o central para explicar a distribuição das formas variantes.

5.2.4. Variação e discurso

5.2.4.1. Falantes desviantes, mudança e discurso

O principal ponto que gostaria de retomar aqui é a maneira como se dá o significado social das formas variantes. O sujeito da variação, como vimos, está completamente submetido ao jogo simbólico de que os discursos impregnam as formas variantes. No caso específico da pesquisa realizada, temos de dar conta de dois fatos:

1) O controle extra-lingüístico que variáveis como escolaridade, idade e região parecem exercer sobre o fenômeno;

2) O desvio de alguns falantes em relação a esses resultados.

Os dois fenômenos estão correlacionados e se explicariam pelo mesmo princípio. Comecemos pelos falantes "desviantes". Eles estão a nos lembrar que, em primeiro lugar o processo de espraiamento de determinada forma variante é identitário (e por conseguinte, simbólico) o que quer dizer que a relação entre um indivíduo e as categorias sociais a que está vinculado não é direta, isto é, não se trata de uma impressão digital, um carimbo ao qual estariam associados respectivos comportamentos lingüísticos. Por mais óbvio que possa parecer, é preciso ter isto em mente, especialmente quando lidamos com resultados como em (1) acima.

Em segundo lugar, tais falantes "desviantes" nos mostram o quanto o processo de variação é inconsciente, governado por caminhos misteriosos no que toca à resposta de cada indivíduo ao processo de variação. Por fim, eles nos colocam diante do fato de que as formas variantes não são portadoras de significados sociais unívocos e transparentes. Em sendo assim, como poderíamos explicar o comportamento deste ou daquele falante, se a própria significação social das formas variantes oscila, como oscilam os discursos de identidade?

Isto nos leva ao item (1) e à discussão sobre o processo de mudança. Se de um lado estamos insistindo quanto ao fato de que os significados sociais oscilam nas formas variantes, de outro temos que lidar com o fato de que, da correlação entre as ocorrências de cada forma e os rótulos dos informantes, emergem certos padrões. Ora, no quadro que estamos adotando, tais correlações são as vozes dos discursos de identidade que se deixam capturar, que emergem na fala da comunidade expressando posições de sujeito. É por esta razão que nos permitimos colocar em paralelo os resultados por idade e a oposição discursiva entre moderno X tradicional e nativo X estrangeiro. Mas como vimos quanto aos discursos, tanto os sujeitos oscilam terrivelmente com relação à maneira como concebem a identidade, quanto os discursos captados por meio das repetições e digressões apontam para uma profunda inconstância da identidade. Da mesma forma, se de um lado vemos as vozes de posições sociais se manifestarem nos resultados estatísticos, também vemos como se entrecruzam, se misturam. Isto nos leva a pensar a pesquisa sociolingüística não mais exclusivamente na positividade das direções irrevogáveis, mas na eterna possibilidade de um vir-a-ser que não se realiza, ou que pode se realizar. Esta postura não nos conduzirá, porém, a um relativismo absoluto, a ponto de nada poder ser dito. O que estou colocando é que temos que contar com a possibilidade do equívoco, do erro, do desvio. A maior evidência disso são os falantes "mal comportados".

Em um tal quadro, como é possível pensar a mudança? Na seção 2.3.4., colocamos que as situações descritas pelos rótulos de *marcadores* e *estereótipos* (ou seja, aquelas em que há uma certa clareza na comunidade quanto ao significado social) estaríamos diante daquilo que Orlandi (1999) chamou de "injunções" à estabilização, isto é *o sentido não flui e o sujeito não se desloca. Ao invés de se fazer um lugar para fazer sentido, ele é pego pelos lugares (dizeres) já estabelecidos, num imaginário em que sua memória não reverbera. Estaciona, só repete* (cf. Orlandi, 1999, p; 54). Quanto a Florianópolis, a partir dos resultados alcançados, poderíamos dizer que os falantes foram tirados de sua calma e estabilidade no que toca à realização da variante não africada [t, d] e lançados no olho do furacão de um processo discursivo que ainda não achou sua estabilidade - ou mera repetição. É possível que possamos ver certos grupos (os mais coesos, como os mais idosos, ou os falantes das regiões rurais) ainda reverberando essa estabilidade, porém,

como o sentido se faz com relação a outros sentidos, a forma dominante que portam já não significa mais sozinha, mas significa em relação a; está para as outras formas e seus significados sociais. Isto leva, por exemplo, a que não signifique mais de uma só maneira (não é mais só forma local, mas também pode representar a tradição em oposição à modernidade). Portanto, nem em tais casos vemos mais a estabilidade.

Um processo de mudança em Florianópolis terá que contar com a resolução de toda a instabilidade instaurada no processo identitário. Isto se complica porque temos três formas em combate. Do estudo que fizemos, vimos que as duas variantes africadas [ts] e [tʃ] crescem proporcionalmente em quase todos os grupos inovadores. Porém, pudemos também perceber que nos falantes em que a africação supera a não africação (ou seja, quando o falante passa a fazer minoritariamente a forma conservadora [t,d]) há uma forte tendência da palatalização superar a não palatalização, ou seja, [tʃ] substituir [ts]. É este processo de estabilização em uma única direção que apontaria para a mera repetição. Quando e se os falantes como um todo vierem a adotar esta forma, teríamos então o processo de mudança completado, deixando de ser esta variável um lugar em que a estrutura da língua se abre para o processo de identidade. No estágio atual do processo de variação, mesmo aqueles poucos falantes que saturam sua fala com a forma palatalizada ainda estão imersos na crise de identidade expressa pela variável e, sendo assim, ainda que sua fala oscile menos que a de outros, ainda sim não se trata de uma mera repetição, já que o funcionamento das formas variantes ainda não caiu no esquecimento.

5.2.4.2. O estatuto da forma africada alveolar e o processo de variação

Há um lugar em que se pode ver a maneira como estamos supondo o processo de variação. Trata-se da variante africada alveolar. Segundo a hipótese fonológica que adotamos, tal variante teria íntima ligação com a aspiração da consoante, como efeito articulatório da contigüidade com a vogal [i]. Segundo a concepção de variação que adotamos, quando duas formas lingüísticas são dadas como "variantes", já se teria operado sobre a língua uma espécie de seleção, na qual determinadas flutuações do contínuo da fala são tomadas pelo processo identitário como índices de significação, ou seja, são postas para

variar. Haveria que distinguir esses dois momentos: um, o das flutuações aleatórias decorrentes exclusivamente do funcionamento lingüístico, estando, pois, submetidas a tal ordem; o outro, aquele em que se dá a **variação** no sentido laboviano: duas ou mais formas concorrendo a um mesmo lugar na estrutura do sistema sociolingüístico.

Nos resultados que descrevemos pudemos constatar que a africada alveolar cresce proporcionalmente com a africada alveolar nos grupos que tendem a abandonar a variante conservadora. Mais ainda, observamos que na localidade mais conservadora - o Sertão do Ribeirão - a africação alveolar supera largamente a africação palatalizada. Podemos agora pensar as duas hipótese acima, conjuntamente. Na fala do Sertão do Ribeirão, estaríamos no terreno entre a flutuação pura e simples das realizações das consoantes oclusivas alveolares, e o processo de variação pleno, em que as formas lingüísticas são portadoras de identidade. Ou seja, nas regiões - e falantes - mais conservadores - aqueles que pouco fazem africação - vemos o processo de aspiração sendo trazido para o sistema sociolingüístico e posto a funcionar, agora em oposição às demais realizações, como forma variante. O pesquisador tratou, na fala desses informantes, as africadas alveolares como formas em variação em função do fato de supor que, uma vez detonado o processo no centro urbano e, mais ainda, uma vez que a comunidade se define discursivamente, tais formas já se encontram capturadas pelo sistema sociolingüístico.

Do exposto acima, vemos que é preciso impor limites ao realismo laboviano. Esses limites provêm do fato de que, em alguns momentos, o movimento do pesquisador de recortar as formas variantes se dá em razão do jogo de oposições por ele percebido. Como já dissemos, o pressuposto é o de que há, no sistema sociolingüístico, o mesmo movimento, mas ele poderia não estar se dando de fato. O pesquisador geralmente trabalha a partir de sua intuição para determinar a existência de variação, corroborando-a com observações sobre a vida social da comunidade; o que capta, neste caso, já é a variação nos termos em que a temos definido. Nesta tese, o que procuramos fazer foi operar com uma teoria do discurso que nos permitisse explicitar essa intuição, construindo o objeto da variação a partir das manifestações discursivas em torno da identidade.

5.2.4.3. A voz da comunidade na voz dos falantes - as rasuras

No capítulo 2 (cf. em especial seção 2.3) desenvolvemos a idéia de que há dois movimentos básicos na pesquisa sociolingüística, ambos correlacionados. Em primeiro lugar, fazemos falar as vozes das comunidades, pelo que revelam as correlações entre a ocorrência das formas variantes e os índices sociais adotados. Essas vozes revelariam discursos de identidade dos quais derivam posições de sujeito às quais os falantes se encontram submetidos. A fala de cada indivíduo revela-se assim, caótica, uma vez que está impregnada dessas diversas posições da qual é portador. Em segundo lugar, podemos nos voltar aos enunciados dos falantes e entrever essas inscrições se manifestando, como rasuras que dizem e ao mesmo tempo desdizem.

Quanto ao primeiro movimento, sempre é bom lembrar que um único indivíduo de saída já vem cindido em várias posições, já que informa, deixa falar, ao mesmo tempo, uma certa idade, uma escolaridade, o feminino e o masculino. Assim, irremediavelmente o indivíduo não está inteiro e, portanto, temos que nos haver com um falante que não se vincula a esta ou aquela categoria social por força de sua vontade consciente, mas, ao contrário, está submetido ao funcionamento delas, de forma inconsciente. Em vários momentos da pesquisa descrita no capítulo 4, deparamos com correlações positivas às quais tratamos como manifestações dessas vozes que submetem os falantes. Ao mesmo tempo, como já enfatizamos, quando olhamos no detalhe o que manifesta cada um dos informantes relacionados em dada categoria, encontramos um alto grau de variação de um para outro, no mais das vezes, ao mesmo tempo que alguns grupos relativamente coesos.

Quanto ao segundo movimento, o de imaginar, com lupa, o que acontece quando cada forma variante é enunciada, no caso de Florianópolis, penso ter ficado claro dos resultados por indivíduo, o quanto há de comum entre o processo de variação e o processo discursivo. Se retomarmos o exemplo explorado na seção 2.3.3., podemos agora dizer a fala oscila entre três formas variantes, cada uma delas sendo disputada por mais de um sentido:

Principalmen**[tsy]** *o meu pai, ele* sen**[tʃi]** *muito isso, porque ele é bem/ a minha mãe é* ***[ts]****ípica mas o meu pai eu acho mais* **[tʃ]**ípico *ainda - o*

florianopolitano **[t]**ípico. *Então ele* sen**[tsi]** *muito isso, assim , é...Aquela cidade que ele* **[ts]**inha, *que era uma* cida**[di]** *pequena, que ele conhecia, que ele dominava, que ele se* sen**[tʃ]**ia *valorizado dentro da* cida**[di]** , *hoje em* **[d]**ia *ele não/ele* sen**[tʃy]** *essa* **[d]**ificulda**[dzi]** *dele não estar sendo valorizado*

Da mesma forma que no processo de enunciação dos textos analisados, o sujeito se vê submetido a uma profunda instabilidade do processo discursivo, que o leva a um não lugar de identidade, a um não tempo de referência, perdido entre passado e presente, também na manifestação fonética do processo de variação essa instabilidade se manifesta. Aqui, se pode ver claramente como o sujeito falante não fala, mas é falado pelas formas variantes e como a identidade é uma relação com sujeitos como posição. Cada uma das formas variantes no trecho acima estaria vinculada a mais de uma forma sujeito - as vozes da comunidade detectadas na análise quantitativa mais ampla.

Toda essa instabilidade pode caminhar para a estabilização. Assim, pudemos detectar outras marcas de subjetividade que já revelariam tais movimentos. Uma dessas é o pronome de primeira pessoa **a gente**, o qual, quando expressa africação, parece tender à africação palatalizada. Neste caso, há uma voz falando pela modernidade que toma conta do pronome, como se dissesse a modernidade absoluta, irreversível, sem tergiversar pela forma ambígua da africada alveolar [ts]. Tais resultados reforçam aquilo que detectamos na análise dos falantes individualmente: quando a variante conservadora é abandonada, é a africada palatal que tende a tomar o lugar na fala, abandonando-se também a africada alveoar [ts]. Do mesmo modo, quando o pronome **a gente** é colocado para dizer as formas novas, a africada palatal é a forma preferida.

Outro lugar de subjetividade está localizado nos resultados que levam em conta o contexto lingüístico do acento de frase. Como pudemos ver na seção 2.4.9, há uma forte tendência para que os falantes manifestem, em contexto de acento de frase, a opção pela variável majoritária na sua fala. Embora não saibamos com clareza o que cada uma das formas variantes esteja expressando, dadas as formações discursivas de identidade detectadas em Florianópolis, podemos supor que, se as formas variantes são essas marcas

vacilantes que se vêem impressas na fala, em certos momentos se pode ver uma dada posição dominante.

Mais acima, discutimos brevemente o processo de mudança nesses termos discursivos. Dissemos que, quando uma mudança se completa, teria havido uma completa saturação dos sentidos, e o movimento básico passa a ser somente a *mera repetição*, para usar os termos de Orlandi (1999). É possível pensar que as manifestações nos contextos de acento de frase sejam o começo desse processo de saturação, especialmente se considerarmos as variantes inovadoras: seriam lugares em que a indecisão cede lugar a uma voz mais forte que sobressai na pauta polifônica dos discursos. De toda forma, tais correlações reafirmam o caráter inconsciente de todo o processo. Não podemos nos esquecer, no entanto, de que tais correlações não são absolutas: restaram pelo menos oito falantes que não as obedeciam, não se deixando apanhar na rede mais óbvia das constatações, o que nos coloca, de novo, na teia dos invisíveis caminhos que toma a variação lingüística.

5.3. DE VER

5.3.1. Introdução

Não se pode conseguir a perfeição, não é nem conveniente almejá-la. Esse trabalho deixa inúmeras lacunas, seja por certas limitações metodológicas, seja talvez pela natureza das perguntas. Vejamos algumas delas.

5.3.2. Sexo

Dos resultados por sexo dos falantes emergiu um certo padrão de que é difícil dar conta no âmbito dessa pesquisa. Quando se tratou de saber que grupos abandonavam a variante não africada [t,d] (cf. seção 4.2.2.4), as mulheres assumiam a dianteira, especialmente entre os mais jovens, isto é, foram mais inovadoras entre os inovadores. Quando opusemos a africada alveolar à africada palatal (cf. seção 4.3.2.5.), pudemos perceber que:

1) Nos grupos que tendiam fortemente à palatalização, as mulheres palatalizavam mais que os homens, ou seja, neste caso, as mulheres foram mais inovadoras que os homens;

2) Nos grupos que inibiam a palatalização, as mulheres palatalizavam menos que os homens, ou seja, nesses grupos as mulheres foram mais conservadoras que os homens;

3) Nos grupos que foram tidos como neutros em relação às duas variantes, homens e mulheres não se diferenciaram.

É possível dizer alguma coisa conseqüente de tais resultados? Haeri (1996) discute a questão do gênero da variação. Em especial, dá atenção à hipótese de que haveria uma correlação de natureza biológica entre o sexo e determinados processos fonéticos: os homens seriam, em geral, os propulsores de processos fonéticos na região posterior da cavidade bucal e as mulheres, responsáveis por inovações na região anterior. Este seria o caso da palatalização. De fato, a maioria dos casos de palatalização relatados na literatura coloca as mulheres à frente dos homens na inovação (cf. Haeri, 1996, p. 103). Haeri (1996) procura relativizar essa correlação, demonstrando que no Cairo, embora as mulheres se coloquem na dianteira dos homens quanto à palatalização, há uma forte interação com a classe social: há grande diferença entre mulheres da classe média alta e mulheres da classe trabalhadora. Isto faz com que a autora enfatize que, mais que o sexo, o que está em questão é a construção social do gênero.

No caso de Florianópolis, não se pode atribuir às mulheres o papel de inovadoras, ou seja, parece não haver uma relação direta com o sexo e a palatalização. No entanto, parece haver uma diferença na maneira de lidar com o fenômeno, de acordo com o lugar ocupado pelas mulheres na estrutura social. O que não podemos dizer é como se dá essa construção, já que não sabemos a razão, ou temos hipótese razoável, para o fato de que o desempenho de mulheres seja o oposto, segundo os grupos em que são tomadas: os inovadores ou os conservadores. E não temos como correlacionar tais resultados às hipóteses de identidade com as quais trabalhamos ficando aberta a questão para investigações futuras. Mas essas indagações, mais uma vez, nos conduzem à discussão que

temos feito entre a maneira como se vinculam as categorizações sociais, os indivíduos e as formas variantes: ela não é imediata nem auto-explicativa. No caso dos resultados quanto ao sexo dos falantes, será necessário um estudo específico de cunho discursivo, que possa trazer evidências mais claras que expliquem os resultados.

5.3.3. Testes de avaliação e outras abordagens

Uma etapa da pesquisa sociolingüística que não empreendemos foi a de submeter os falantes objeto da pesquisa a testes de atitudes em relação às formas variantes estudadas. Isto não foi feito em razão da utilização de um banco de amostras já pronto e da dificuldade de recontactar os falantes e submetê-los aos testes. Mas não foi feito também em função do fato de que, dado o atual estado do processo de variação e da postura adotada no âmbito desse trabalho, teríamos dificuldade em lidar com testes da maneira tradicional. Ou seja, tais testes deveriam ser submetidos ao mesmo tipo de abordagem discursiva que adotamos. O problema é que a própria formulação dos testes teria que passar por este escrutínio.

Apenas para informação, foram feitos alguns testes de atitudes com falantes universitários. Seus resultados poderiam ter sido utilizados. Não o foram por duas razões: em primeiro lugar, porque teria dificuldade de lidar com a sua formulação, no âmbito da construção teórica que adotamos (isto é, os próprios testes teriam que se tornar objeto de análise); em segundo lugar, seus resultados, numa análise preliminar, apenas revelaram a confusão reinante quanto à identidade local.

Outro ponto interessante a ressaltar em relação à metodologia utilizada é que, dados os resultados obtidos ao longo do capítulo 4, é de perguntar se uma abordagem do problema utilizando a metodologia de redes de comunicação não poderia trazer alguma luz a mais sobre a maneira como tem se dado o processo de variação em Florianópolis. É possível que tal metodologia clareasse alguns pontos, embora, em função de tudo que vimos argumentando, seja pouco provável que, sem uma abordagem discursiva rigorosa, conseguíssemos avançar, já que, não só em função dos resultados mas da minha própria experiência com a comunidade, há uma tal gama de variações entre indivíduos de um

mesmo grupo, da mesma maneira que semelhanças entre indivíduos muito diferentes, que provavelmente chegaríamos a conclusões muito semelhantes a que chegamos.

De qualquer forma, fica em aberto a sugestão de uma tal abordagem.

5.3.4. Novamente o estatuto da africada alveolar - uma nota derradeira

Durante todo o trabalho, debatemo-nos com o estatuto sociolingüístico da variante africada alveolar. Como já afirmamos, é possível que, a médio prazo, esta forma não subsista na comunidade. Impossível dizer neste momento.

Mas talvez a grande chave para entender esta forma variante seja, não o seu estatuto preciso - o que de fato ele representa? - mas a sua própria existência nos dados. Inicialmente, minha hipótese era, como já dissemos, a de que esta forma representava uma espécie de "terceira via" no jogo sociolingüístico em Florianópolis: uma maneira encontrada por muitos falantes para não expressar-se como excessivamente identificado à tradição (que seria representada pela forma não africada [t,d]) e, ao mesmo tempo, não identificar-se com o falante estrangeiro (identificado pela africada palatal [tʃ, dʒ]). Teríamos assim dois eixos definindo a africada alveolar: moderno X tradição e nativo X estrangeiro.

Porém, dados os resultados no capítulo 4, em que vemos a forma declinar nos falantes que deixam de fazer majoritariamente a variante não africada, fica um tanto difícil dar suporte a tal hipótese, embora não a descarte por completo. Ao invés de pensar dessa maneira, é possível dizer que a existência da variante africada alveolar seja um sintoma da crise de identidade instaurada. Postos contra a parede, os falantes não só titubeiam entre a variante não africada e a variante palatalizada, como terminam por fazer existir - e subsistir - uma forma que, sem ter estatuto claro, ou justamente por não tê-lo, acaba expressando o drama da identidade. Talvez seja esse o estatuto sociolingüístico da africada alveolar: o sintoma do drama da identidade.

5.4. Quadro na parede

A paisagem se transforma. Entre o começo e o término desta pesquisa, novas ruas precárias em forma e extensão em loteamentos clandestinos, novos prédios, muitos semáforos, condomínios, viadutos. O censo registra sucessivos aumentos da população. No entanto, pescadores continuam buscando a tainha no inverno, as carroças ainda atravessam as pontes em horários determinados, passeiam bois de pastos a pastos improvisados, às vezes em companhia de donos diligentes (muitos ainda irão para a farra inglória). Somos ou não somos todos manezinhos?

O vento sul prossegue suas temporadas, fazendo contrastar as águas das duas baías, ficção de uma baía só. Tudo tão fluido, tudo tão concreto.

ABSTRACT

In this dissertation we try to fulfill the basic steps of a sociolinguistic research, at the same time that we keep track of its path, as one who strolls and analyses his/her own footprints. Thus, a quantitative study within the labovian framework was carried out in (on) the city of Florianópolis – setting of heated issues about identity.

Departing from the very concepts of language and subject found in the labovian Theory of Variation and Change and placing the identity issue as our central problem, we propose an articulation of such theory with the Discourse Analysis model, in order to grasp the relationship between the linguistic and the social counterparts in the language variation game. Furthermore, we examine the identity discourses produced in (on) Florianópolis as a means of interpreting the results obtained in our quantitative study.

Since the linguistic object under consideration is the realization of the alveolar stops, we also journey into Phonology (more specifically into the Feature Geometry Model), so as to appreciate the assimilation process involving such consonants – a process usually described as palatalization.

Hence, such is this dissertation. Henceforth, only reading it will do the job.

Keywords: 1: Portuguese: Phonology; 2: Sociolinguistics; 3: discourse analysis; 4: Portuguese: Palatalization.

Referências bibliográficas

Abaurre, M.B. & Pagotto, E. G. (1996) A nasalização no português do Brasil **in** Koch, I.V. (org) *Gramática do Português Falado - V. VI: Desenvolvimentos*. Campinas, Ed.Unicamp-Fapesp.

Achard, P. (1994) Sociologie du Langage et Analyse d'enquêtes. De l'hipothèse de la rationalité des réponses. **in** *Societés Contemporaines*, n° 18/19. Paris, L'Harmattan, pp. 67-100.

Albano, E. C. (1997) O português brasileiro e as controvérsias da fonética atual: pelo aperfeiçoamento da Fonologia Articulatória. *Revista da ALFAL*

_____ (1998) O gesto articulatório como unidade fônica abstrata: indícios da fala infantil e evidências da fala adulta. ms. (??)

Albano, E. , Barbosa, P., Gama-Rossi, A., Madureira, S. e Silva, Sandra. (1998) A interface fonética-fonologia e a interação prosódica. **in** *Estudos Lingüísticos XXVII - Anais de Seminários do GEL*. São José do Rio Preto, Unesp.

Amante, F. H. (1998) *Somos todos manezinhos*. Florianópolis, Papa-Livro.

Authier-Revuz, J. (1998) *Palavras incertas. As não-coincidências do dizer*. Campinas, ED UNICAMP.

Beck A. (1989) *Aspectos Sócio-Econômicos da Pescaria da Tainha em Santa Catarina*. Relatório de Pesquisa. UFSC, Florianópolis, ms.

Benveniste, E. (1995) *Problemas de Lingüística Geral*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, Pontes/ED UNICAMP, 4ª ed.

Bhat, D.N.S. (1978) A general Study of Palatalization. **in** J.H. Greenberg, C.ª Ferguson e E. Moravcsik (eds.) *Universals of Language,* Vol 2: *Phonology*. Standford University Press, Standford/California.

Bisol, L. (1986) A palatalização e sua estrutura variável. **in** *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador, Universidade Federal da Bahia.

_____ (1996) Constituintes Prosódicos **in** L. Bisol (org) *Introdução aos Estudos de Fonologia do Português Brasileiro*. Porto Alegre, EdPUCRS.

Bisol, L. e Hora, D.O. da (1993) Palatalização da oclusiva dental e Fonologia Lexical. **in** *Letras 5*, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria.

Borges Neto, J. e Müller, A.L.deP. (1987) Lingüistas ou Camaleões? Uma resposta a Tarallo. **in** *D.E.L.T.A. Vol 3, nº 1*, São Paulo, EDUC, pp.19-34.

Bosi, E. (1983) *Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos*. São Paulo, T.A. Queiroz.

Brescancini, C.R. (1996) *A palatalização da fricativa alveolar não morfêmica em posição de coda no português falado em três regiões de influência açoriana no município de Florianópolis - uma abordagem não-linear*. Florianópolis, UFSC, dissertação de mestrado.

Cagliari, L.C. (1997) *Fonologia do Português - Análise pela Geometria de Traços*. Capinas, Edição do Autor.

Calabrese, A. (1996) Palatalization Processes in the History of Romance Languages: A Theoretical Study. **in** A. Calabrese (ed.) *Romance Phonoly - A reader*. L.Eötvös University, Budapeste.

Câmara, J.M. (1970) *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis, Vozes.

Cardoso, F.H. (1960) O Negro e o Desenvolvimento Econômico e Social de Florianópolis. **in** Cardoso e Ianni (ord) *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*. São Paulo, Nacional.

Caruso, R. (1997) *Vida e cultura açoriana em Santa Catarina - 10 entrevistas com FRANKLIN CASCAES*. Florianópolis, Edições da Cultura Catarinense.

CECCA/FNMA (1996) *Uma ciade numa ilha - Relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, Insular.

Cedergreen, H. e Sankoff, D. (1972) Variable rules: performence as a statistical reflections of competence. **in** *Language.*, LSA, *50 (2)*:333-55. 1974

Chomsky, N. e Halle, M. (1991) *The Soud Pattern of English*. Cambridge-London, MIT Press 2ª ed.

Clements, G. (1985) The Geometry of phonological features. *Phonology Yarbook*, nº 2.

_____ (1989) *A unified set of features for consonants and vowels*. MS, Cornell University.

Clements, G. e Hume, E.V. (1995) The internal organization of speech sounds. **in** J. Goldsmith (ed.) *Phonological Theory*. Cambridge, Massachussets, Blackwell.

Deleuze, G. e Guattari, F. (1995) *Mil Platôs - Capitalismo e Esquizofrenia. Vol. 2*. Trad. de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro, Ed. 34.

Dias, L.F. (1996) *Os Sentidos do Idioma Nacional - As Bases Enunciativas do Nacionalismo Lingüístico no Brasil*. Campinas, Pontes/Projeto História das Idéias Lingüísticas.

Duarte M. E. L.(1986) *Clítico Acusativo, Pronome Lexical e Categoria Vazia no Português do Brasil*. São Paulo, PUC - dissertação de mestrado.

Ecker , P. (1996) (ay) Goes To the City. Exploring the Expressive Use of Variation. **in**
G.Guy et alii (org) *Towards a Social Science os Language - V. 1 - Variation and Change in Language and Society*. Amsterdam/Philadelphia, Jonh Benjamins Publishing Company.

Fant G. (1970) *Acoustic Theory of Speech Production*. The Hague-Paris, Mouton, 2ª ed.

_____(1973) *Speech Sounds and Features*. Cambridge e London, The MIT Press.

Fantim, M. (2000) *Cidade dividida - Dilemas e Disputas Simbólicas em Florianópolis*. Florianópolis, Cidade Futura.

Faveri, C. B. e Pagotto, E. G. (2000) Caracterização acústica do [i] em Florianópolis: uma mudança em progresso. **in** *Anais - II Congresso Nacional Associação Brasileira de Lingüística- Abralin*. Florianópolis, Abralin/Pós-Graduação em Lingüística/UFSC.

Figueroa, E. (1994) *Sociolinguistic Metatheory*. Oxford, Elsevier Science.

Foucault, M. (1995) *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz F. Baeta Neves. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 4ª edição.

Furlan, O. A. (1989) *Influência Açoriana no Português do Brasil em Santa Catarina*. Florianópolis, Editora da UFSC.

Gauchat, L. (1905) L'Unité phonetic dans le patois d'une commune. **in** *Aus Romanischen Sprachen und Literaturen: Festschrift Heinrich Mort*. Halle, Max Niemeyer. **apud** Labov, W. (1972) *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

Goldsmith, J. (1976) *Autosegmental Phonology*. Bloomington: IUL

_____(1990) *Autossegmental and Metrical Phonology*. Oxford-Cambridge, Blackwell.

Guimarães, E. (1992) Os sentidos de cidadão no Império e na República no Brasil. *Signo e Seña*. Universidade de Buenos Aires.

Guy, G.R. (1986) Saliency and the direction of syntactic change. Cornell University. ms **apud** Hora, D.O. da (1990) *A palatalização das oclusivas dentais: variação e representação não lienar*. PUC- RS. Tese de Doutorado.

_____(1991) Explanation in variable phonology: An exponential model of morphological constraints. **in** *Language Variation and Change* 3, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-22.

Haeri N. (1996) "Why do women do this? Sex and Gender Differences in Speech. **in** G.Guy et alii (org) *Towards a Social Science os Language - V. 1 - Variation and Change in Language and Society*. Amsterdam/Philadelphia, Jonh Benjamins Publishing Company.

Hobsbawm, E. J. (1990) *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Hora, D. O. da (1990) *A palatalização das oclusivas dentais: variação e representação não linear*. PUC-RS. Tese de Doutorado.

_____ (1993) A palatalização das oclusivas dentais: uma abordagem não-linear. **in** *D.E.L.T.A. - vol.9-nº 2*. São Paulo, Educ.

Kenstowicz, M. (1994) *Phonology in Generative Grammar*. Cambridge/Oxford, Blackwell.

Kunh, T.S. (1987) *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Trad. de M.B. Boeira e N.Boeira. São Paulo, Perspectiva.

Josen, A. R. & Toulmin (1988) *The Abuse of Casuistry: A History of Moral Reasoning*. Berkeley, University of California Press.

Labov, W. (1969) Contraction, deletion na inherent variability of English copula. *Language 45:* 715-62.

Labov, W. (1972a) *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

_____(1972b) *Language in the Inner City*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

_____(1980) The social origins of sound change. **in** W. Labov (org.) *Locating Language in Time and Space*. New York, Academic Press.

_____ (1982) Building on empirical foundations. **in** W. Lehmann & Y. Malkiel (orgs.) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Co.

_____ (1986) De facto segregation of black and white vernaculars. **in** D. Sankoff (org.) *Diversity and diachrony*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Co.

_____ (1994) *Principles of linguistic chabge - Internal Factors*. Cambridge e Oxford,Blackwell.

Lago, P. (1996) *Florianópolis: a polêmica urbana*. Florianópolis, Ed. Palavra Comunicação.

Lahiri, A. e Evers, V. (1991) Palatalization and Coronality. **in** C. Paradis e J.F. Prunet (eds.) *The Special Status of Coronals*. New York, Academic Press.

Lavandera, B.R. (1978) Where does the sociolinguistic variable stop? **in** *Language in Society*, n° 7, pp.171-182.

Lee, S. H. (1995) *Morfologia e Fonologia Lexical do Português do Brasil*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas.

Luize, T. B. (1997) *Entre o português europeu e o português brasileiro: o falar açoriano de Florianópolis*. Florianópolis, UFSC - dissertação de mestrado.

Martinet, A. (1955) *Economie des changements phonetics*. Berne, Francke.

McCarthy (1988) Feature geometry and dependency: a review. **in** *Phonetica 45*, pp 84-108 **apud** Clements, G. e Hume, E.V. (1995) The internal organization of speech sounds. **in** J. Goldsmith (ed.) *Phonological Theory*. Cambridge, Massachussets, Blackwell.

Meirinho, J. (1995) O Florianismo e Florianópolis. **in** Peixoto, E. G. (org.) *Florianópolis: homenagem ou humilhação?* Florianópolis, Insular.

Milroy, L. (1987) *Language and social networks*. Oxford, Blackwell. 2ª ed.

Mester, A.R. e Itô, J. (1989) Feature predictability and underspecification: palatal prosody in Japanese mimetics. **in** *Language*, v. 65, p. 258-293.

Moino, R. L. (1994) Chomsky em tempos de cólera. ms.

Monaretto, V.N., Quednau, L.R. e Hora, D. (1996) As consoantes do português. **in** Bisol, L. (org.) *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre, EDPUCRS.

Moura, A. de F. (1995) A revolução de 1893. **in** Peixoto, E. G. (org.) *Florianópolis: homenagem ou humilhação?* Florianópolis, Insular.

Orlandi, E. P. (1987) *A Linguagem e seu Funcionamento - As Formas do Discurso*. Campinas, Pontes.

_____ (1990) *Terra à Vista. Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas/São Paulo, ED UNICAMP/Cortez.

_____ (1992) A Língua Brasileira. Comunicação SBPC, São Paulo.

_____ (1993) Vão surgindo os sentidos. **in** E. Orlandi (org.) *Discurso Fundador - A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, Pontes.

_____(1996) *Interpretação - Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes.

_____ (1999) *Análise de Discurso - Princípios e Procedimentos*. Campinas, Pontes.

Pecheux, M. (1988) *Semântica e Discurso - Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas, Editora da Unicamp.

Peixoto, E. G. (org.) (1995) *Florianópolis: homenagem ou humilhação?* Florianópolis, Insular.

Rajagopan, K. (1993) "Chamaleon-Linguist" and the revival cauistry: afterthougts on a controversial suggestion by Fernando Tarallo. **in** *D.E. L.T.A. -Vol. 9 No. Especial* São Paulo, EDUC, pp.339-352.

Souza, P. de (1999) Os suprassegmentos como índices da subjetivação na enunciação oral. ms.

_____ (2000) Jogando conversa fora: a gênese do sujeito falante em entrevista sociolingüística. **in** *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Campinas, Pontes/Projeto História das Idéias Lingüísticas, pp 89-105.

Souza Lago, M.C. de (1996) *Modos de vida e identidade - Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, Ed. da UFSC.

Starobinski, J. (1974) *As palavras sob as palavras - os anagramas de ferdinand saussure*. São Paulo, Perspectiva.

Tarallo, F. (1983) Zelig: um camaleão lingüista. **in** *D.E.L.T.A. - VOL. 2, N° 1*, pp. 127-144.

Tarallo, F. e Kato, M. (1989) Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüísticas. **in** *Preedição, 5*.

Várzea, V. (1900) *Santa Catarina - A Ilha (A pesca. A Vida Rural. Velhos processos agrícolas. O engenho de farinha).* Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1984.

Vieira, H. G. (1997) Resultados do ALERS em Santa Catarina: africação palatal da oclusiva /T/ nas zonas rural e urbana. **in** *Anais do 3° Encontro Nacional da Anpoll*, Curitiba.

Weinreich, U.; Labov, W. e Herzog M. (1968) Empirical Foundations of a Linguistic Theory of Change **in** W. Lehmann & Y. Malkiel (eds.) *Directions for historical linguistics.* Austin, University of Texas Press.